EMIGRAÇÃO CABO-VERDIANA PARA (E NA) EUROPA E A SUA INSERÇÃO EM MERCADOS DE TRABALHO LOCAIS: LISBOA, MILÃO, ROTERDÃO

Biblioteca Nacional - Catalogação na Publicação

Góis, Pedro

Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão. -(Teses:5)

ISBN 989-8000-22-8

CDU 314
316
331

PROMOTOR
ALTO-COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO
E MINORIAS ÉTNICAS (ACIME)
www.acime.gov.pt

APOIO
FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
www.fct.pt

AUTOR
PEDRO GÓIS
E-MAIL: pedrogois@netcabo.pt

EDIÇÃO
ALTO-COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO
E MINORIAS ÉTNICAS (ACIME)
RUA ÁLVARO COUTINHO, Nº 14, 1150-025 LISBOA
TELEFONE: (00 351) 218 106 100 FAX: (00 351) 218 106 117
E-MAIL: acime@acime.gov.pt

EXECUÇÃO GRÁFICA
TEXTYPE

PRIMEIRA EDIÇÃO
250 EXEMPLARES

ISBN
989-8000-22-8

DEPÓSITO LEGAL
242055/06

LISBOA, ABRIL 2006

Dissertação de Mestrado em Sociologia

Autor: Pedro Góis

Orientadora: Professora Doutora Maria Ioannis Baganha

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Índice

NOTA PRÉVIA 9

INTRODUÇÃO 11

CAPÍTULO I
'TÉ NA LUA TEN KAB'VERDIÁNU':
BREVE HISTÓRIA DA EMIGRAÇÃO CABO-VERDIANA 23
1. De que(m) falamos quando falamos de Emigração/Imigração cabo-verdiana 28
2. A diáspora cabo-verdiana: os dados disponíveis 38
3. Diferentes ciclos das migrações cabo-verdianas 41
a) O primeiro ciclo: de 1800 às primeiras décadas do século XX 44
a.1. A emigração para a América: construindo uma "rede" 45
a.2. A Emigração cabo-verdiana Norte-Sul 56
b) O segundo ciclo: dos anos 20 ao fim da Segunda Guerra Mundial 62
c) O terceiro ciclo: da II Grande Guerra à actualidade 68

CAPÍTULO II
PARA UMA ANÁLISE DA EMIGRAÇÃO CABO-VERDIANA
ATRAVÉS DA(S) TEORIA(S) DAS MIGRAÇÕES 81
1. A criação de Fluxos Migratórios: de Cabo Verde para o Mundo 81
1.1 As Teorias Clássicas e as Migrações Cabo-Verdianas 81
1.2. As Teoria(s) que relevam do mercado de trabalho 91
1.2.1. Teorias do Mercado de Trabalho (versão macroeconómica) 93
1.2.2 Teorias do Mercado de Trabalho (versão microeconómica) 95
1.2.2.1 Decisões migratórias: indivíduos ou famílias 102
1.2.2.2. Limites para as propostas das teorias neoclássicas 103
1.3. Teorias do Mercado de Trabalho Dual 104
1.4. As Teorias do Capital Humano 110

1.5. Inserção laboral dos imigrantes 112
1.5.1. A economia informal 114
1.5.2. A cumplicidade na informalidade 115
1.6. Teoria do Sistema Mundial:
a globalização antecipada? 118
1.6.1. Da teoria do sistema mundo à globalização 122
1.6.2. As cidades como nódulos da rede 125
1.6.3. Globalização, mercados locais
de emprego e migrações 134
1.7. A teoria das redes sociais: o capital social em rede 137
1.7.1. O Capital Social 137
1.7.2. Capital social e redes sociais 139
1.7.3. Redes sociais e destinos migratórios 141
1.7.4. A auto-sustentação das redes (sociais)
migratórias 144
1.7.5. Densidade da rede migratória
cabo-verdiana 147
1.8. Transnacionalismo e Globalização 160
1.8.1. Nacionalismo, Transnacionalismo
e Espaço Transnacional 162
1.9. Espaço Social Transnacional:
o mundo cabo-verdiano 168
1.9.1. Comunidades transnacionais
e rede migratória 170
1.9.2. A segunda geração e as comunidades
transnacionais 172
1.10. Transnacionalismo, redes sociais e mercados
locais de emprego 175
1.10.1. Mercados locais de emprego 177
1.11. Transnacionalismo de baixa intensidade 179

CAPÍTULO III
CABO-VERDIANOS EM LISBOA 187
1. Portugal: país de imigração ou país de emigração? 187
1.1. Portugal já não é um país de emigração? 188
1.1.1. Portugal país com um saldo migratório
a caminho do zero? 189
1.2. O Portugal migratório: as últimas décadas 194
1.2.1. Plataforma giratória e/ou destino final? 195
1.2.1.1 Portugal carrefour migratoire 196

1.2.2 Emigração versus Imigração: substituição ou complementaridade 199
1.3. A imigração contemporânea em Portugal: 1960 a 2001 202
1.4. Um regresso (tardio) das Caravelas 208
1.4.1. Cabo-verdianos Trabalhadores Convidados: a 1.ª fase 208
1.4.2. Cabo-verdianos Retornados/Repatriados: a 2.ª fase 212
1.4.2.1. O efeito retroactivo das Leis de Nacionalidade 216
1.4.3. Cabo-verdianos imigrantes laborais: dos anos 80 aos nossos dias 218
1.5. Cabo-verdianos em Portugal: esboço para uma tipologia 221
1.6. Inserção Laboral dos cabo-verdianos em Portugal 228
1.6.1. Mercados locais de emprego ou uma segmentação laboral local 229
1.6.2. Cabo-verdianos no mercado de trabalho 230
1.6.2.1 Segmentação laboral 234
1.6.2.2 Sectorização da etnicidade cabo-verdiana? 234
1.6.3. Cabo-verdianos no mercado secundário de trabalho 237
1.6.4. Uma segmentação multi segmentada 240
1.6.4.1. O exemplo da construção civil: o sub-empreiteiro 244
1.6.4.2. Construção civil e informalidade 246
1.7. Mercados locais de emprego como estruturas da transnacionalidade 250
1.8 Estratégias adaptativas: a transnacionalidade em acção 253
1.8.1. A transnacionalidade instrumental 255

CAPÍTULO IV
NA ROTTERDAM NÔS Ê KINXID KOM EMIGRNTS SILENSIOZUS 264
1. A génese da migração de cabo-verdianos para a Holanda 266
1.1. O casamento e o seu uso instrumental: um transnacionalismo iniciático 271
1.2. Circulação migratória cabo-verdiana na Europa 278

1.3. Inserção laboral: cabo-verdianos em Roterdão 283
1.4. Ilegalidade e Informalidade:
o transnacionalismo na clandestinidade 289

CAPÍTULO V
AO SERVIÇO DA GLOBALIZAÇÃO: CABO-VERDIANOS EM MILÃO 292
1. A génese da migração cabo-verdiana para Itália 292
1.1. Cabo-verdianos em Itália: uma invisibilidade social 294
1.2. A génese da rede cabo-verdiana em Itália: 295
1.2.1. O papel da igreja católica 296
1.2.1.1 A igreja católica e o iniciar
de redes migratórias 301
1.2.2. O caso das pioneiras do Sal 303
1.3. A evolução da imigração cabo-verdiana em Itália 304
1.3.1. As especificidades da emigração
cabo-verdiana para Milão 308
1.4. A inserção laboral: dos anos 60 até hoje 313
1.4.1. Uma emigração de Género:
servas da globalização 313
1.4.2. Mercados locais de emprego:
uma segmentação laboral local 323
1.5. Itália como núcleo da circulação migratória
cabo-verdiana 328

CONCLUSÃO
O FIM DA TERRA LONGE? 334

BIBLIOGRAFIA 351

NOTA PRÉVIA

O texto que agora se apresenta é uma edição revista da Tese de Mestrado em Sociologia, defendida na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em Maio de 2003, e realizada sob orientação da Prof. Doutora Maria Ioannis Baganha. Esta investigação foi objecto de uma Bolsa de Mestrado atribuída pelo Programa PRAXIS XXI do Ministério da Ciência e da Tecnologia – Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Praxis XXI / BM / 17756/98).

As primeiras entrevistas em Cabo Verde foram realizadas com o apoio da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) no âmbito de um programa para estudantes pós-graduados: "Cape Verde Summer Seminar" organizado pelo Rhode Island College e pela University of Rhode Island (Providence - EUA). O trabalho de campo em Cabo Verde foi subsidiado no âmbito do Programa de Formação Avançada em Estudos Africanos / Subsídio para Dissertações de Mestrado e de Teses de Doutoramento atribuída pelo Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional do Ministério da Ciência e da Tecnologia.

Esta publicação releva do texto original mas não se sobrepõe na sua totalidade ao mesmo. No processo conducente a esta publicação, revi o texto fazendo os ajustamentos e correcções necessários, retirei as referências aos anexos e actualizei parcialmente a bibliografia. Para além disso subtraí muitos dos quadros com que ilustrei algumas das ideias defendidas e retirei as partes que considerei serem redundantes. Optei, no entanto, por não proceder a uma actualização dos dados estatísticos uma vez que, na minha opinião, tal facto alteraria substancialmente o texto original. Daqui resultou uma versão reduzida da dissertação de mestrado que, no entanto, poderá sempre ser consultada.

Em 2005 o texto original da dissertação foi objecto de uma Menção Honrosa na 4ª edição do Prémio CES para Jovens Cientistas Sociais de Língua Oficial Portuguesa num juri constituído pelo Director Científico do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Boaventura de Sousa Santos, e pelos professores Manuel Villaverde Cabral (Universidade de Lisboa); Hermínio Martins (Universidade de Oxford); José Vicente Tavares dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); Teresa Cruz e Silva (Universidade Eduardo Mondlane) e Isabel Allegro Magalhães (Universidade Nova de Lisboa).

PARTIDA[1]

Eu queria deixar a minha terra,
Meus olhos só viam os horizontes distantes
Os meus ouvidos só escutavam a "sabura" da emigração
O meu coração amava ver os envelopes vindos do estrangeiro
Com margens adornadas de vermelho e azul
E um certo dia decidi partir.

Queria também ficar
Mas entre esse ficar e partir
Existia um vazio e uma incerteza
Uma incerteza de sucesso
Uma alma vazia de esperança
E um certo dia resolvi partir.

1. Domingos Barbosa da Silva (Silva e Silva, 1993: 363).

INTRODUÇÃO

Nada melhor para iniciar um trabalho de investigação do que começar por explicitar as razões para o seu início e, sobretudo quando, num caso como este, o seu começo está perfeitamente situado no tempo e no espaço. A génese desta tese de mestrado surge encastrada num outro trabalho de investigação sobre a inserção laboral dos imigrantes em Portugal[2], um projecto comparado a nível europeu. Ao iniciarmos o nosso percurso de investigação no campo das migrações internacionais num projecto de investigação científica que procurava compreender os modos de inserção laboral dos imigrantes em Portugal e, sobretudo, ao realizar um conjunto de entrevistas a informadores privilegiados e a imigrantes, rapidamente nos demos conta da riqueza de análise potencial das migrações cabo-verdianas e da sua força no contexto das migrações para Portugal.

Ao percorrer as cidades e/ou os bairros suburbanos de Lisboa, os ritmos, os sons, os cheiros, os sabores mas, sobretudo, as pessoas, tornaram-se de tal forma cativantes que a necessidade de saber mais sobre esta nação diaspórica de origem insular emergiu como inevitável. E, se num primeiro momento, a pesquisa nos levou a conhecer a história de Cabo Verde, colónia portuguesa durante quase 5 séculos e até há 25 anos, num segundo momento foi a cultura e identidade crioula (que surgia como próxima e, ao mesmo tempo, distante da nossa própria cultura) o que despertou outras curiosidades.

O facto de se tratar de um micro-estado insular, uma nação crioula, um dos cinco mais pequenos países de África e, simultaneamente, um dos mais jovens países africanos, leva a que seja um exemplo interessante para uma análise das correntes migratórias contemporâneas e do papel que estas desempenham na estruturação de comunidades transnacionais. Complementarmente, Cabo Verde é um caso extremo no âmbito dos países de emigração sub-sahariana: é um país de escassos recursos naturais; pouca água; poucos solos férteis; praticamente sem recursos materiais; sem recursos energéticos fósseis e com escassos recursos minerais e, no entanto, não é um dos mais pobres países de África, bem pelo

2. Migrant Insertion in the Informal Economy, Deviant Behaviour and the Impact on the Receiving Societies (MIGRINF). Target Socio-Economic Research (TSER) ERBSOE2.CT95.3005. Este projecto terminou em Dezembro 1998 e teve coordenação geral do Prof. Emílio Reyneri (U. Milano, Itália) e coordenação nacional da Prof. Maria Baganha.

contrário. Uma das formas que Cabo Verde encontrou para responder a esta escassez de recursos foi sustentando uma corrente emigratória muito forte, com uma consequente recepção de elevadas remessas financeiras desses emigrantes ao longo de períodos de tempo consideráveis.

Símbolos no quotidiano de uma diáspora migratória

A marca principal desta cultura crioula, a sua principal característica distintiva, deriva, a nosso ver, da sua incessante emigração. A ausência dos entes próximos com a implosão forçada e continuada da família nuclear, a habitual dispersão geográfica (quase) global das famílias, rapidamente chamou a nossa atenção para a marca e a dimensão do que entendemos ser uma singularidade do povo cabo-verdiano: a emigração contínua e continuada de uma parte importante da sua população ao longo dos últimos séculos.

Nas diferentes viagens que efectuámos a Cabo Verde foi por nós imediatamente constatado que as marcas de uma emigração diaspórica estavam (estão) presentes no quotidiano dos cabo-verdianos e surgem perante os nossos olhos espicaçando a curiosidade em perceber a presença descontextualizada de símbolos de outras culturas. Por outro lado, a música cabo-verdiana, que se tornou música étnica ou world music nos últimos anos, é outro dos símbolos identitários da nação cabo-verdiana, em Cabo Verde e nos países de acolhimento da sua ampla diáspora migratória. Os sons nostálgicos das mornas ou coladeiras, do sensual colá San Jõm, convivem com os batuques tradicionais, com a mazurca ou como o mais jovem som do funáná. Alguns destes estilos musicais, como a morna, devem mesmo a sua força actual à emigração passada e ao sentimento de nostalgia que esta consagrou[3], nos que ficaram como nos que partiram. De igual modo, sempre presente está o crioulo ou caboverdeano, essa língua síntese de uma história, que agrega palavras com origem em vários continentes, com uma base forte no português mas para a qual contribuíram múltiplas nações ou etnias africanas e/ou europeias[4]. Esta língua do quotidiano é falada nos lares cabo-verdianos dos «quatro cantos do globo». A sobrevivência translocalizada, num mundo globalizado, de uma língua essencialmente marcada pela oralidade, é um paradoxo invulgar, que demonstra a força da nação cabo-verdiana, um exemplo particular de um hiperlocalismo face à globalização[5].

3. Sobre a génese dos diferentes tipos e formas musicais de Cabo Verde ver Brito (1998).
4. Na verdade não existe apenas um crioulo em Cabo Verde mas vários. Por exemplo é possível distinguir o crioulo que se fala no Barlavento do crioulo do Sotavento.

E, o mais interessante nesta realidade é que podemos observar uma lógica de partilha simbólica semelhante entre as comunidades[6] cabo-verdianas espalhadas por vários países do mundo. A identificação identitária, entre estas comunidades e a origem - Cabo Verde - passa pela partilha de símbolos comuns de que a língua cabo-verdiana, o futebol ou a música podem ser exemplo, mas supera largamente a esfera meramente simbólica e tem, pensamos, uma influência real na migração ou não dos cabo-verdianos, bem como na escolha dos destinos migratórios e, nestes, como procuraremos demonstrar, na escolha dos sectores de inserção laboral. A partilha dos símbolos comuns seria, a nosso ver, apenas a face mais visível da existência de um transnacionalismo, que conceptualizamos como sendo de baixa intensidade.

Interdisciplinaridade e Migrações: conceitos e metodologias

As diferentes disciplinas que vêm estudando o fenómeno da migrações em Portugal (ou a partir de Portugal), da Antropologia, à Economia, Sociologia, Ciência Política, Direito, Geografia, etc., realizam, através de metodologias diversas, um mesmo trabalho de tentar compreender uma mesma realidade complexa e multidimensional. Neste âmbito, as migrações são descritas como manifestações extremamente variadas e complexas, como parte de processos económicos, sociais, culturais, demográficos e políticos igualmente complexos, que operam simultaneamente ao nível local, regional, nacional, e internacional (Castles e Miller, 1993). No nosso caso, em virtude da disciplina em que nos enquadramos, a Sociologia das Migrações, tender actualmente a reflectir muito do trabalho pluridisciplinar que nesta área é realizado, optámos por quebrar as fronteiras que encerram os diversos saberes e a permutá-los com outras ciências, num diálogo constitutivo de uma emergente área científica, multidisciplinar.

5. O investigador cabo-verdiano Manuel Veiga, criador do alfabeto alupek defendeu o uso do crioulo como língua nacional em nome do paradoxo da globalização, isto é, a necessidade dos hiperlocalismos vistos como defesa face à hiperglobalização (Diário de Notícias, 19 de Junho 1999).
6. Se, a um nível conceptual é já difícil compreender os diferentes núcleos de emigrantes cabo-verdianoscomo comunidades, falar, no conjunto, de uma comunidade emigrada como um todo coerente, não é de todo viável. Assim, trata-se essencialmente de uma metáfora conceptual que nos ajuda a perceber uma realidadecomplexa. Esta metáfora resulta no essencial da necessidade de distinguir um universo - o dos cabo-verdianos no exterior de Cabo Verde - das realidades complexas e multidimensionais das sociedades de acolhimento em que estes se inserem.

Questões de investigação

Para a realização desta investigação partimos basicamente de uma ideia de Saskia Sassen que, num texto de meados dos anos 90, lançou o desafio de se analisar os mercados de trabalho, em momentos anteriores à simples ocasião de procura e/ou oferta de trabalho individual (Sassen, 1995). Neste artigo, esta investigadora afirma que, para melhor compreender o fenómeno de atracção de imigrantes a dadas áreas geográficas, se deve incidir a investigação nos momentos prévios a esta (simples) transacção laboral, isto é, deve superar-se a lógica de proximidade geográfica com que estamos habituados a raciocinar. De acordo com Sassen, nesta análise deve proceder-se a uma extensão do conceito de mercado de trabalho local já não na simples ideia de proximidade, isto é, do movimento pendular casa-trabalho/emprego-casa, mas ao poder de atracção que este mercado local de trabalho é capaz de exercer (mesmo) sobre comunidades (imigrantes) longínquas, ou seja, deve incidir-se a análise sobre as próprias migrações.

O nosso interesse foi despertado pelo facto de alguns sectores económicos (e.g. construção civil ou serviços domésticos) e, nestes, de determinadas profissões (e.g. serventes, armadores de ferro, empregadas de limpeza, serventes de limpeza ou empregadas domésticas), virem progressivamente, nas cidades das economias ocidentais, a ser ocupados por trabalhadores estrangeiros ou de origem estrangeira que, aparentemente, são economicamente competitivos face aos seus congéneres nacionais.

A pergunta subjacente a esta análise da realidade é o porquê dos imigrantes (no nosso caso os cabo-verdianos) conseguirem encontrar empregos em países/regiões onde as taxas de desemprego são estrutural e sectorialmente elevadas, designadamente no que concerne trabalhadores desqualificados ou pouco qualificados. Por outro lado, está também implícita a questão de como e porquê se verifica a substituição ou a complementaridade entre trabalhadores nacionais de cada um dos países ou regiões estudados e imigrantes recém chegados, isto é, como e porquê, para certos empregos em áreas geográficas seleccionadas, a oferta de trabalho pode ter origem em comunidades não locais, que, mesmo com origens longínquas (designadamente no exterior das fronteiras nacionais), conseguem ser competitivas num mercado de trabalho local de uma dada região, modificando-o ao ponto de, em alguns casos, este se tornar um mercado sectorialmente étnico.

Esta questão inicial deu por seu turno origem a várias outras: Qual a explicação para esta competitividade laboral? Quais as teorias que explicam esta mobilidade internacional? O que há de novo nesta realidade? E, olhando especificamente para indivíduos pertencentes a uma mesma comunidade, ao longo de diversos espaços nacionais, leva-nos à questão de perceber quais as vantagens competitivas que esta pertença lhes confere. Estas são algumas das questões que levantamos neste trabalho.

Nesta análise partimos do pressuposto que a emigração cabo-verdiana para a (e na) Europa é um tipo de fluxo migratório que não tem merecido a atenção devida pelo que o presente estudo visa colmatar essa lacuna, tomando por referência os seguintes objectivos:

1) Inserir os fluxos migratórios cabo-verdianos para a Europa (e no interior desta) num contexto económico caracterizado pelos processos de globalização, transnacionalização e/ou mundialização dos sectores produtivos, conducentes, por exemplo, à deslocalização e relocalização industrial potenciada pelo desenvolvimento dos meios de transporte e das infra-estruturas comunicacionais. Estes processos são os principais responsáveis por uma nova divisão internacional do trabalho, cuja procura sobre a procura de forças de trabalho de países terceiros por parte dos países da União Europeia importa analisar com mais atenção. A oferta de trabalho (visível ou invisível) seria, neste caso, uma força de atracção significativa para os imigrantes.
2) Proceder a um estudo aprofundado dos recentes movimentos migratórios cabo-verdianos procurando determinar as suas características diferenciadoras em relação à emigração cabo-verdiana em geral e, em particular, à emigração para a Europa nas décadas precedentes.
3) Analisar os processos de atracção e de inserção dos cabo-verdianos nos mercados laborais locais de três diferentes tipos de metrópoles europeias: Lisboa, Milão e Roterdão.
4) Compreender o funcionamento das "redes" formais e/ou informais que permitem a indivíduos imigrantes recém chegados, não especializados e de baixa escolarização, competirem com indivíduos nacionais, mais especializados e melhor conhecedores dos mercados locais de trabalho dos espaços em análise.
5) Perceber se existe uma modificação no modo de configuração ou estruturação dos diferentes nódulos da rede migratória cabo-verdiana que permita antecipar a formação de uma comunidade (à escala transnacional) de migrantes ou seus descendentes.

Assim, tendo presente os objectivos atrás referidos, procurou orientar-se este projecto segundo as seguintes hipóteses de trabalho:

1) Os novos movimentos migratórios cabo-verdianos para a Europa (e no interior desta) inserem-se num processo mais amplo caracterizado pela globalização, europeização e internacionalização das práticas produtivas. Os seus aspectos distintivos espelham não só o contexto económico referido, mas também as políticas de imigração prosseguidas pelos países de acolhimento, dando, deste modo, lugar a uma migração com características diferentes da existente nas décadas precedentes;
2) Os movimentos migratórios articulam as condições macro-estruturais, ou globais, existentes com factores micro-estruturais, ou locais. Uns e outros desempenham um papel determinante no surgimento ou desenvolvimento de determinado fluxo migratório. Assim, sendo inegável a importância dos factores económicos na criação de um determinado fluxo migratório, não é de negligenciar, no estabelecimento e manutenção deste fluxo, o papel desempenhado pelo capital social em rede, pelas redes formais e/ou informais que servem de suporte aos migrantes;
3) A evolução do contexto económico, político e social nas últimas décadas originou uma nova divisão internacional do trabalho com influência decisiva nos mercados locais de trabalho dos espaços analisados em países da União Europeia;
4) São sobretudo as características dos mercados de trabalho dos diferentes países de acolhimento (e de um modo particular os mercados locais de trabalho de determinadas metrópoles), assim como as políticas imigratórias dos países envolvidos que determinam a especificidade do fluxo migratório cabo-verdiano para, e no interior, da Europa;
5) As migrações cabo-verdianas para a Europa (e no interior desta) baseiam-se numa ampla rede de contactos formais e informais que se processam através das relações em rede, de relações de parentesco, de amizade, de compadrio, de relações de co-nacionais (entre patrícios), ou de relações étnicas e que contribuem para potenciar e sustentar estas mesmas migrações. Assim, apesar de serem motivadas por razões de ordem económica, designadamente razões laborais, o seu desenvolvimento só se torna particularmente significativo a partir do momento em que a sua base de apoio se encontra suficiente e amplamente estruturada.

Metodologia em Acção

Em termos metodológicos este trabalho consiste essencialmente num estudo de caso deslocalizado (ou supralocalizado), que incide sobre a análise de três dos nódulos activos de uma rede migratória e, como complemento, de uma análise algo desfocada do fenómeno migratório a partir do nódulo original da rede: Cabo Verde. A importância dada a cada um dos nódulos não foi uniforme, foi mesmo, poderíamos afirmar desproporcionada, com o nódulo português da rede (Lisboa) a assumir um maior peso na análise do que o que tem na rede migratória total, constituindo o nódulo principal nesta investigação. O nódulo da rede cabo-verdiana de Roterdão foi estudado tendo em conta as ligações que tem com Lisboa, com a comunidade cabo-verdiana em Itália e com o arquipélago de Cabo Verde. Por último, Milão surge como um nódulo emergente, uma metrópole que não faz ainda parte plenamente da rede transnacional da comunidade, mas que vem pouco a pouco assumindo um novo papel no seio desta também emergente comunidade cabo-verdiana transnacional na Europa. Ilustra a especificidade da migração feminina e pretende servir como exemplo de um nódulo de segunda ordem no que conceptualizamos como sendo a linha Europeia da rede migratória cabo-verdiana e que inclui todo um conjunto de outras cidades.

Algumas clarificações teóricas

Um estudo de caso é uma investigação que se leva a cabo em profundidade, a partir de diversos pontos de vista. Num tipo de investigação como este, utilizam-se métodos qualitativos de análise para estudar um fenómeno unitário, neste caso concreto, a migração de um grupo de indivíduos social, étnica ou culturalmente relacionados, para um conjunto de lugares (metrópoles) geograficamente circunscritos. Os estudos de caso têm tido particular importância no acumular de conhecimentos sobre o fenómeno migratório nas sociedades de destino. Estes estudos têm reconduzido a análise para o terreno das práticas sociais, preocupando-se com a reconstrução de trajectórias e evidenciando os factores que influenciam as escolhas das diferentes oportunidades que se oferecem aos indivíduos ou aos grupos que migram. Neste sentido, são aqui valorizadas as componentes subjectivas, as estratégias individuais e/ou familiares e os mecanismos de procura de uma mobilidade social, através da (e)migração. Sem a preocupação de reduzir os casos estudados a variáveis que expressem homogeneidade e semelhança, procuramos neste trabalho entender as

especificidades de cada caso, tendo em vista a elaboração de um modelo interpretativo que permita, por um lado, conceptualizar esta realidade e, por outro, formular novas hipóteses num processo necessariamente dinâmico e interminável.

Para recolha de informação, numa primeira fase, foi realizada uma análise documental extensa designadamente de textos (científicos mas não só) sobre a diáspora cabo-verdiana. Foram realizadas ainda 49 entrevistas semi-directivas: a informadores (considerados) privilegiados, eles próprios actuais ou antigos imigrantes, na sua maioria; a personalidades ligadas à emigração em Cabo Verde ou em países de acolhimento; a informadores privilegiados em Cabo Verde; a imigrantes cabo-verdianos em vários países. As entrevistas realizadas tiveram por base um guião pré-estabelecido com um conjunto de tópicos principais a abordar, mas com ampla liberdade para os entrevistados poderem incidir sobre os aspectos mais importantes das respectivas realidades migratórias. A maioria das entrevistas a instituições ou organizações foram gravadas, as entrevistas a individuais, por impossibilidades várias, nem sempre o foram. Para além do material resultante destas entrevistas, utilizou-se como suporte da análise os principais trabalhos empíricos realizados sobre a comunidade cabo-verdiana em Portugal, na Holanda ou em Itália ainda que não publicados. Complementarmente, duas viagens a Cabo Verde (em 1999 e em 2001), num total de 7 semanas, permitiram contactar com o país de origem em diversas ilhas do arquipélago, percepcionando as diferenças existentes. E várias oportunidades de contacto com as comunidades cabo-verdianas de Bóston e Providence nos EUA, de Roterdão, de Milão, de Lisboa, do Porto e do Algarve permitiram percepcionar conceptualmente as realidades das diferentes comunidades no estrangeiro.

Para a prossecução desta análise foram necessariamente diferentes e complementares as estratégias metodológicas seguidas. Numa primeira fase foi realizada uma análise documental extensiva sobra a génese e o desenvolvimento das migrações cabo-verdianas contemporâneas, tentando recensear historicamente a formação das diferentes linhas que compõem a rede migratória cabo-verdiana. Esta análise deu origem ao primeiro dos capítulos deste trabalho. Complementarmente, nesta fase ensaiou-se um recenseamento das fontes bibliográficas disponíveis sobre a dispersão migratória cabo-verdiana nas últimas décadas o que deu origem a uma bibliografia sobre a diáspora cabo-verdiana. O acompanhamento desta análise com leituras das teorias migratórias existentes permitiu desconstruir alguns dos mitos fundadores associados às migrações cabo-verdianas

contemporâneas. Antecipando um pouco esta realidade, destaca-se nesta desconstrução, a ideia de que as migrações cabo-verdianas têm por base uma repulsão a partir da origem (o modelo de atracção-repulsão invertido). Esta lógica, muito presente em Cabo Verde como explicação para as migrações, revela-se manifestamente insuficiente quando deslocamos o nosso olhar do nódulo original da rede (Cabo Verde) e procuramos explicar as migrações que têm como origem e destino outros nódulos da rede (e.g. de Lisboa para Roterdão).

No primeiro capítulo abordam-se de forma sequencial alguns dos problemas ligados à definição de cabo-verdiano[7], uma definição assumida neste trabalho como sendo decorrente de um processo sociológico complexo de auto e de hetero atribuição étnica, resultante de uma (re)construção identitária dinâmica. A noção de população cabo-verdiana utilizada neste trabalho tende a reflectir os problemas encontrados ao longo da investigação e, neste sentido, tem um conteúdo abrangente. Incluindo-se, portanto, na definição de população cabo-verdiana assumida neste trabalho, as múltiplas dimensões que enquadram um grupo étnica e culturalmente diverso. Neste contexto, a nossa opção passou por utilizar uma definição de população cabo-verdiana num sentido abrangente, incluindo nela *as pessoas de nacionalidade cabo-verdiana; os indivíduos naturais de Cabo Verde com nacionalidade portuguesa; os indivíduos detentores de outras nacionalidades (e.g. Portuguesa, Holandesa, Italiana, etc.) mas de naturalidade cabo-verdiana; as pessoas com naturalidade e/ou nacionalidade de um país terceiro que tenham pais ou avós naturais de Cabo Verde (2.ª e 3.ª gerações); e, ainda, todos os indivíduos que, não possuindo nenhuma das características anteriores (e.g. descendentes de emigrantes a partir da 4.ª geração) por um processo de auto ou hetero identificação se considerem etnicamente cabo-verdianos.*

Esta definição tem várias dimensões de que a auto e/ou hetero identificação não serão certamente as menos importantes como procuraremos demonstrar. No primeiro capítulo, apresentam-se ainda os dados disponíveis sobre a diáspora cabo-verdiana, mostrando as dificuldades existentes em estimar uma população com elevado grau de dispersão geográfica e um elevado indíce de indefinição ao nível da categorização estatística. Num terceiro momento, no interior deste primeiro capítulo,

7. No fundo, procura-se responder à questão original: O que é um cabo-verdiano? O que é que distingue um cabo-verdiano de um outro qualquer? Quais os critérios que tornam um cabo-verdiano uma realidade idiossincrática?

apresenta-se a génese e o desenvolvimento das diferentes linhas migratórias cabo-verdianas. Procura-se, deste modo, reconstituir a rede migratória contemporânea cabo-verdiana bem como identificar os principais nódulos desta rede e destacar nódulos novos ou emergentes. Este exercício permite um mapeamento da rede migratória cabo-verdiana à escala global com a apresentação de uma proposta de um esquema de visualização desta rede.

Numa segunda fase deste trabalho, procedeu-se a uma recolha de informação tendo em vista a confirmação das hipóteses de trabalho com que iniciámos esta investigação. Para a realização deste objectivo foram realizadas, como referimos, 49 entrevistas semi-directivas em 4 diferentes países (Cabo Verde, Portugal, Itália e Holanda) tentando abarcar as várias perspectivas de análise possíveis a partir de cada um destes nódulos da rede migratória cabo-verdiana. As entrevistas foram realizadas ao longo de um período de tempo particularmente longo, desde as primeiras entrevistas realizadas em 1997[8] às últimas realizadas já em 2002. No entanto, dado que o objectivo deste trabalho não era o de tirar uma fotografia de uma realidade mas a compreensão das dinâmicas presentes no interior da rede migratória, o prolongamento no tempo da realização das entrevistas (que não fora inicialmente planeado) resultou numa melhor compreensão do que é estrutural e estruturante nesta dinâmica migratória e permitiu, pensamos, captar as características principais do que consideramos ser uma comunidade transnacional que vem emergindo ao longo das duas últimas décadas mas que ainda não se realizou na sua totalidade.

Nesta fase do trabalho, tornou-se imperativo distinguir duas realidades que, nos estudos sobre migrações, nos ajudam a situar e compreender o fenómeno migratório, isto é, por um lado, conhecer os extremos da cadeia migratória; e, por outro, compreender as trajectórias da cadeia que liga o arquipélago de Cabo Verde, e cada uma das suas ilhas, aos diferentes países de acolhimento. Foi necessário perceber quais as teorias que, por um lado, contextualizam a criação de fluxos migratórios e, por outro, quais as teorias migratórias que permitem compreender a direcção e manutenção desses fluxos bem como antecipar desenvolvimentos futuros. O segundo capítulo procura, neste âmbito, analisar as migrações cabo-verdianas à luz de um conjunto amplo de teorias das migrações. Partimos das teorias clássicas para, num percurso conceptual, demonstrarmos que as

7. As primeiras entrevistas foram realizadas ainda no âmbito do já citado projecto MIGRINF.

migrações cabo-verdianas contemporâneas não são fácil e simplesmente explicáveis por uma simples teoria de atracção-repulsão (ou de atracção-repulsão). Ao invés, a complexidade das explicações fica bem patente quando procuramos cruzar visões micro, meso ou macro do fenómeno migratório: as teorias que relevam do mercado de trabalho, em paralelo com as teorias que defendem o sancionamento político dos países envolvidos, com as teorias das redes migratórias ou do capital social em rede, e com as emergentes teorias sobre a existência de um espaço social transnacional ou de comunidades transnacionais. Esta síntese das teorias das migrações permite, em conjugação com alguns dados obtidos através das entrevistas, esclarecer algumas das nossas hipóteses de trabalho e definir a existência de um espaço social transnacional cabo-verdiano (como se os espaços sociais pudessem ter fronteiras com base nas nações) e pressentir a existência de uma comunidade transnacional cabo-verdiana que se move no seio deste espaço.

O terceiro capítulo reflecte o estudo de caso baseado na Área Metropolitana de Lisboa (AML). Por concordarmos com a ideia de que o mercado de trabalho, em sentido amplo, é o principal mecanismo de integração social (Kloosterman, 1998: 75), a análise é feita pretendendo traçar o historial da comunidade cabo-verdiana, dando ênfase à sua inserção no mercado de trabalho, com particular destaque para a população masculina no sector da construção civil e para a inserção da população feminina no sector das limpezas industriais ou domésticas e/ou nos serviços de apoio doméstico, principais sectores de inserção em Portugal. Ao entrecruzar dados obtidos por estudos anteriores sobre esta população migrante, com os dados por nós obtidos no trabalho empírico, pretendeu-se obter um retrato dinâmico deste grupo ao longo das últimas décadas.

O capítulo quatro reflecte a análise do segundo nódulo europeu da rede migratória cabo-verdiana estudado: Roterdão. Por se tratar de um nódulo de importância equivalente a Lisboa, a pesquisa toma como referências conceitos idênticos e pretende essencialmente compreender as dinâmicas de atracção repulsão de trabalhadores cabo-verdianos para o mercado local de trabalho desta cidade holandesa e, por outro lado, detectar os elementos distintivos deste movimento migratório quando em interacção com Lisboa. Traça ainda, a exemplo do capítulo anterior, o historial deste fluxo migratório e projecta as dinâmicas emergentes.

O capítulo cinco tem como objectivo a análise de um fluxo migratório cabo-verdiano particular, a imigração cabo-verdiana em Itália, tomando

como exemplo um nódulo emergente: a cidade de Milão. Por se tratar maioritariamente de uma imigração de género (imigração feminina), dá-se relevo às teorias que a esta migração dizem respeito e cruzam-se os dados existentes com os dados das entrevistas realizadas em Itália para perceber a especificidade deste fluxo migratório e a sua integração na rede migratória cabo-verdiana em particular no seio da linha Europeia. O exemplo da migração cabo-verdiana para Milão é particularmente útil na percepção das diferentes dinâmicas que se (entre) cruzam no interior de espaços sem fronteiras políticas (e.g. no interior da região, no interior do país, no interior da União Europeia).

Por último, como não podia deixar de ser, deixam-se algumas conclusões que reflectem uma integração de ideias enunciadas ao longo dos capítulos que a antecedem e procuram dar resposta às hipóteses de que partimos. Procura-se integrar os dados obtidos nos três diferentes estudos de caso e defender a emergência de um transnacionalismo cabo-verdiano explicitando algumas das razões para a sua incompletude, isto é, para a sua actual fase de baixa intensidade.

Corpo, qu'ê nego, as ta bai
Coraçom, qu'ê fôrro, as ta fica[9]

CAPÍTULO I - 'Té na Lua Ten Kab'verdiánu'[10]: breve história da emigração cabo-verdiana

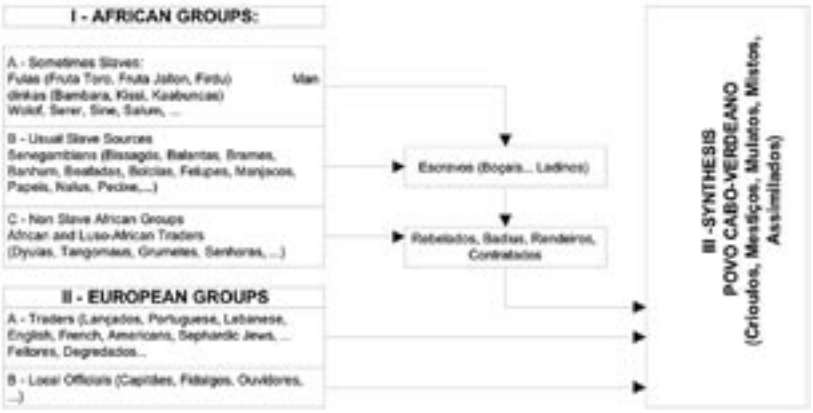
Pode afirmar-se que o cabo-verdiano já nasceu (e)migrante ou, dito de outro modo, que a emigração é um dos fenómenos mais antigos e estáveis da sociedade cabo-verdiana, antecedendo em muitas décadas a independência do país que ocorreu em 1975. Neste sentido, Cabo Verde é um exemplo, talvez único, de um Estado que nasce já transnacionalizado. De uma nação[11] que no momento da criação do Estado estava dispersa por um conjunto de territórios. De um conjunto arquipelar de núcleos de emigrantes transnacionais. Entendemos o conceito de transnacionalismo tal como foi definido por Basch *et al*. "transnacionalismo refere-se aos processos pelos quais os imigrantes fabricam e sustentam relações sociais multientrelaçadas que unem as suas sociedades de origem e de destino" (1994: 7), co-influenciando ambas. De facto, pensamos, a emigração é de tal forma estrutural à formação da nação cabo-verdiana que, para uma análise correcta, se torna necessário recuar até ao início, até ao século XV, à descoberta ou achamento de Cabo Verde pelos portugueses (que ocorreu, aproximadamente em 1460), uma vez que, desde então, a emigração tem sido (literalmente) para este povo e, como se diz em Cabo Verde, "a janela alternativa à porta que Deus fechou". As características da emigração cabo-verdiana contemporânea não podem ser compreendidas sem uma análise da história desta mesma emigração secular.

É a partir de meados do século XV que começa a dispersão dos nativos cabo-verdianos, primeiro emigração forçada, através da escravatura e, num segundo momento, emigração espontânea, a partir dos séculos XVIII-XIX, como recurso para colmatar as privações sentidas pelos habitantes do Arquipélago de Sahel. Paradoxalmente, Cabo Verde começou por ser terra de imigração dado que, como era um arquipélago desabitado à época das descobertas, num primeiro momento da sua história acolheu sucessivos fluxos de colonos, comerciantes e escravos para depois, e de

9. (O corpo que é escravo, parte; o coração que é livre, fica), Batuque, S. Tiago, in Lopes, (1947).
10. Em crioulo cabo-verdiano, significa "até na Lua estão cabo-verdianos".
11. Uma nação pode ser definida como "a collectivity of people who share a sense of togetherness. A common history, a common language, religion, culture or ancestry or any combination of these may serve as a basis" (Smith, 1991: 43).

forma progressiva, dar origem, após um longo e secular processo de adaptação, aculturação e de afirmação cultural, a uma sociedade que podemos caracterizar como eminentemente emigratória (ANH, 1998: 70). Richard Lobban (1995), antropólogo americano, propõe um esquema simples para ajudar a compreender a formação da nação cabo-verdiana através desta componente imigratória histórica, com importância relevante para uma análise socio-política do Cabo Verde contemporâneo, nação crioula, nem europeia, nem africana, com uma especificidade étnica própria (cf. figura 1.1)[12]. É desta componente imigratória, constituída por diferentes grupos étnicos que vão migrar para diferentes ilhas do arquipélago e, sobretudo, do modo como esses grupos se vão miscegenar biológica, cultural e socialmente, que resultam as especificidades socioculturais dos habitantes de diferentes grupos de ilhas, separando, por exemplo, de forma evidente a cultura das ilhas do barlavento da das ilhas do sotavento[13].

Figura 1.1 - IMIGRAÇÃO PARA CABO VERDE



Fonte: Lobban, 1999.

12. Sendo um país de emigração, Cabo Verde também atrai contemporaneamente imigrantes dos mais diversos tipos. Destacam-se os imigrantes que vão exercer tarefas ligadas à cooperação, aos serviços ou os imigrantes da África Continental que, no âmbito de uma livre circulação de pessoas na Comunidade dos Países da África Ocidental, escolhem Cabo Verde como uma etapa em percursos migratórios mais longos. (cf. http://www.tsl.f./ifwea/isc/iw-isc/circles/capeverde/report2_capeverde.html). Atrai igualmente uma pequena, mas crescente, comunidade de chineses com impacto na economia local.

13. Estas diferenças vão ser, como veremos, essenciais na formação diferenciada de redes migratórias e, em última análise, na formação de uma translocalidade, de um transnacionalismo localizado ou de comunidades transnacionais de baixa intensidade (Appadurai, 1996; Smith e Guarnizo, 1998; Carling, 2001) em detrimento de uma completa transnacionalidade que não pode existir numa jovem nação arquipelar historicamente dividida como é Cabo Verde. A seu tempo desenvolveremos este argumento.

Paralelamente a esta componente imigratória Cabo Verde somou desde a sua formação, como afirmámos já, uma componente emigratória de tal modo continuada e consistente que resultou no facto de Cabo Verde ser hoje um dos (poucos) países cuja população emigrada excede a população residente num exemplo de adaptação e de sobrevivência às condições que as ilhas (não) têm[14].

Diáspora ou Comunidade transnacional?

Esta dispersão geográfica da nação cabo-verdiana ao longo de séculos deu origem a comunidades[15] ou núcleos de cabo-verdianos em cerca de 40 países dos cinco continentes, no que é considerado por vários autores um exemplo contemporâneo de Diáspora[16], distinto de outros, quantitativamente mais significativos, como a diáspora judaica, arménia ou libanesa, mas qualitativamente tão ou mais expressiva[17]. Na verdade, se estivermos de acordo em assumir a dispersão de cabo-verdianos por múltiplos países no mundo ao longo dos últimos 3-4 séculos como uma

14. Todas as estimativas da emigração cabo-verdiana apontam neste sentido. Por exemplo, em 5 de Julho de 1985, o Emigrason (órgão informativo da Direcção-Geral da Emigração e dos Serviços Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde) estimava os cabo-verdianos residentes no estrangeiro entre 405.600 e 419.400 (Saint-Maurice, 1997: 47). Em 1993, o Bundeskanzleramt da Áustria apresentava o valor de 482.500 como estimativa para os cabo-verdianos e descendentes de cabo-verdianos a residir no exterior (Gomes, 1999: 13). Em 1998 o Instituto de Apoio ao Emigrante de Cabo Verde estimava este número em 517.580 indivíduos (IAPE, 1997). Por seu turno, o censo de 1990 estimava a população em 342 mil habitantes e em 1995 previa a existência de 386 mil habitantes (INE –CV, 1996) em 2000 o censo mostrava a existência de 438.812 pessoas residindo no arquipélago.

15. Comunidade no sentido em que se refere a um "agregado de pessoas, ligadas entre si por normas, valores emodelos culturais e por relações de interdependência e solidariedade; designa uma colectividade cujos membros co-dividem as mesmas regras sociais de comportamento e interagem entre si, através da linguagem e outros sistemas simbólicos" (Monteiro, 1997: 38).

16. O conceito de diáspora é suficientemente complexo (e controverso se aplicado aos cabo-verdianos) para não ser discutido de forma breve. Nos últimos anos surgiram, no entanto, várias obras que nos permitem uma contextualização abrangente desta temática. Destacam-se as obras de Cohen, (1997) e Van Hear (1998) e de Chaliand e Rageau (1991).

17. O estudo levado a cabo pela Embaixada de Cabo Verde em 1999 sobre os cabo-verdianos em Portugal (Gomes, 1999) dedica todo um capítulo à discussão sobre a possibilidade "de caracterizar adispersão dos cabo-verdianos por diversas partes do mundo ao longo dos três últimos séculos" como uma diáspora. Este estudo concluí que é possível caracterizar actualmente esta diáspora como uma diáspora de trabalho (Cohen, 1997: 57) e distingui-la assim de outros tipos de diáspora designadamente "Victim/refugee; Imperial/colonial; trade/business/professional; cultural/hybrid/postmodern" (Cohen, 1997: 178).

diáspora[18] torna-se necessário distinguir temporalmente diversas fases antes que esta diáspora possa ser conceptualizada como sendo uma diáspora de trabalho (Gomes, 1999) como alicerce para o que defenderemos ser uma comunidade transnacional ainda incompleta[19] e, neste sentido, parafraseando Boaventura de Sousa Santos, *uma comunidade transnacional de baixa intensidade.*

Diáspora ou diásporas de que falamos?

Adoptando a classificação defendida por Robin Cohen (1997), é evidente que a emigração forçada de cabo-verdianos no seio de um sistema escravocrata (Carreira, 1972) que decorreu do século XV a meados do século XIX, deve ser conceptualizada como uma diáspora de um tipo específico que Cohen (1997: 178) define como sendo do tipo victim/refugee e em que os cabo-verdianos surgem enquadrados no grupo genérico e multi-étnico dos africanos. Na sequência deste primeiro período, iniciam-se duas formas diferentes de fluxos migratórios que consubstanciam, conjunturalmente, dois tipos diferentes de diáspora. Num primeiro tipo (século XIX e parte do século XX), inserida numa lógica colonial, desenvolve-se uma migração de cabo-verdianos no interior do império colonial português, para o Brasil, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Timor, Guiné-Bissau e Portugal que, se tomada isoladamente, consubstanciaria uma diáspora do tipo imperial/colonial. Simultaneamente, porém, dá-se início de forma espontânea uma migração transatlântica, sobretudo para os EUA, num primeiro exemplo do que consubstanciaria e daria lugar à actual diáspora de trabalho cabo-verdiana (Cohen, 1997: 178). Na sequência deste primeiro destino da emigração laboral cabo-verdiana outros locais emergem, designadamente na Europa e América do Sul completando uma multipolarização dos locais de atracção da emigração cabo-verdiana. Ou seja, o conceito de diáspora é eficaz para

18. Robin Cohen pluraliza o conceito de diáspora, problematizando a sua adequablidade a várias (e diversas) situações: "what is a diáspora? For the Greeks, from whose language the word originated, diaspora meant a dispersal of population trough colonization. For Jews, Africans and Armenians and other peoples the word acquired a more sinister and brutal meaning. Diaspora meant a collective trauma, a banishment into exile and a heart-aching longing to return home. During the early modern period, trade and labour diasporas girded the mercantilist and early capitalist worlds. Today the term has changed again, often implying a positive and ongoing relationship between migrants' homelands and their places of work and settlement" (Cohen, 1997).

19. Na verdade, os conceitos de diáspora e de comunidade transnacional por vezes podem ser sobrepostos. Veja-se, por exemplo, a definição de diáspora utilizada por Robin Cohen: "defined in a loose way, by diasporas I refer to peoples who are neither home nor away, neither settlers nor citizens, in a place but not necessarily of it" (Cohen, 1999: 16).

descrever a dispersão geográfica de indivíduos pertencentes a uma mesma nação, grupo étnico ou comunidade religiosa em determinadas circunstâncias histórico-sociais. No entanto, este conceito, pelo seu hermetismo e rigidez, não permite abranger todas as dimensões e dinâmicas de migrações que associam diferentes lógicas (como é o caso das migrações cabo-verdianas), constituídas, por um lado, por um conjunto de migrações contemporâneas com redes migratórias ainda activas e, por outro, de migrações passadas (de linha inactivas da rede), mas cuja memória e efeitos sociais ainda perduram. O conceito de diáspora seria, se utilizado de forma isolado, usando uma metáfora, como que uma fotografia da dispersão migratória cabo-verdiana, mas uma fotografia cujo objectivo era o de representar um movimento o que, em si mesmo, se afigura uma impossibilidade técnica.

Nos últimos anos, assumindo a insuficiência do conceito de diáspora para explicar as dinâmicas migratórias contemporâneas, vem surgindo uma linha de investigação que defende a existência, dentro ou fora da diáspora, de comunidades transnacionais[20] conectando, de múltiplas formas, o país de origem e os locais de destino dos grupos migratórios, e estes entre si, dando lugar a verdadeiras nações desterritorializadas ou transnacionalizadas que consolidariam, através do processo de globalização em curso, um papel relevante para os migrantes transnacionais (Bash *et al.*, 1994).

No caso específico de Cabo Verde e dos seus migrantes, estas comunidades transnacionais, assentes sobretudo, na sua vertente laboral deslocalizada, foram sendo consolidadas ao longo do século XX dando lugar a uma geografia multipolar que em muito se assemelha a uma rede, com nodosidades de importância historicamente variável. Olhando mais de perto, verificamos que, pelo menos de início, estes nódulos ligam na maior parte das vezes locais específicos em Cabo Verde (aldeias, vilas ou cidades) a outros locais específicos no estrangeiro (cidades ou regiões) em resultado de um processo histórico particular que tornou dissemelhantes as histórias migratórias dos habitantes de diferentes ilhas e conferiu uma especificidade muito própria à totalidade das migrações cabo-verdianas.

20. Entre muitos textos que foram publicados discutindo estes conceitos destacam-se os textos de Alejandro Portes (1996) "Transnational communities: their emergence and significance in the contemporary world-system" e (2001) "Introduction: the debates and significance of immigrant transnationalism", Global Networks, vol.1, n.º3; os textos que emergiram do projecto de investigação "transnational Communities" sob coordenação de Steve Vertovec. (www.transcomm.ox.ac.uk); ou a síntese publicada igualmente sob coordenação de Steve Vertovec e Robin Cohen (1999) "Migration, Diaspora and Transnationalism".

É esta história das migrações cabo-verdianas, cuja elucidação se torna necessária para compreendermos a formação de uma rede migratória base de uma comunidade transnacional (ainda) incompleta, que desenvolveremos ao longo deste primeiro capítulo. Uma história com vários períodos bem identificados e que, no seu todo, contribuem para a existência actual de uma rede social de suporte aos (novos) emigrantes, que facilita a sua integração em diferentes países, em diferentes épocas, levando à acumulação de uma espécie de capital social colectivo, um "capital migratório cultural" (Massey *et al.*, 1993: 449) que, de certo modo, tende a perpetuar estes fluxos migratórios e a consolidar, como veremos, *a transnacionalidade (potencial) das comunidades cabo-verdianas, um transnacionalismo de baixa intensidade.*

1. De que(m) falamos quando falamos de Emigração/Imigração cabo-verdiana: uma definição problemática

De acordo com Jørgen Carling (1997, 2001), demógrafo norueguês, os principais problemas que se deparam a quem estuda migrações, isto é, os conceitos e os dados[21], estão presentes, nas suas duas vertentes metodológicas principais, quando se procede a uma análise das migrações cabo-verdianas contemporâneas. No que concerne os conceitos, a definição de imigrante/emigrante cabo-verdiano não é pacífica nem totalmente coerente nas suas diversas aplicações. Esta incoerência conceptual advém, entre outras razões, do seu recente passado de colónia portuguesa que impossibilita distinguir entre portugueses e cabo-verdianos em muitos países de acolhimento antes de 1975 e, em determinadas circunstâncias, essa confusão perpetua-se mesmo na actualidade (Saint-Maurice, 1997). Carling, numa tentativa de estimar a dimensão da diaspora cabo-verdiana, apresenta o problema da definição do imigrante cabo-verdiano da seguinte forma:

> Devem os imigrantes ser definidos como nacionais de origem estrangeira, estrangeiros, ou como descendentes de estrangeiros? Devem ser registados pelo país de naturalidade, país de naciona-

21. São muitos os autores que concordam com esta ideia, Jackson, por exemplo, refere que: "um dos factores mais limitativos da análise conceptual dos fluxos e padrões das migrações é a nossa capacidade de medição destes movimentos. De uma forma geral, aqueles que se dedicam ao estudo das migrações têm-se visto obrigados a recorrer, como fonte dos seus dados, às estatísticas oficiais disponíveis, o que lhes condiciona a capacidade de análise do processo, mesmo em termos dos efeitos quantitativos das migrações no quadro de referência dos estudos populacionais" (1991: 11).

> lidade ou de acordo com o país onde tiveram a sua última residência? O tema da identidade étnica[22] ou auto-identificação acrescenta questões adicionais na busca das categorias pertinentes. Para além disso, alguns migrantes instalam-se de forma permanente no seu novo país, enquanto outros assumem uma existência móvel em circuitos de migração que podem envolver vários países (Carling, 1997: 3).

É a partir deste enunciado de problemas que podemos iniciar uma aproximação ao nosso objecto de estudo, através de uma tentativa de definição do imigrante/emigrante cabo-verdiano em diferentes países. Para a prossecução deste objectivo, a primeira distinção que precisa de ser levada a cabo tem a ver com a distinção jurídico-legal entre o nacional cabo-verdiano e o nacional português, num país que apenas acedeu à independência há cerca de três décadas. Esta ambiguidade, que não existia formalmente até 1975, emerge em virtude da coincidência temporal de diferentes movimentos populacionais de cabo-verdianos em direcção a Portugal [ex. de repatriamento (1974-1981)], ou de diferentes tipos de fluxos migratórios (e.g. os ocorridos no período 1960-2001) para países terceiros, persiste ainda hoje em Portugal e, por arrastamento, em muitos outros países. É a existência de uma sobreposição de uma identidade co-étnica única com um estatuto jurídico-legal complexo e diferenciado, que ajuda a conceptualizar as especificidades de uma nação cabo-verdiana *de facto* já transnacionalizada em 1975 ainda que *de juris* apenas em datas posteriores se transnacionalize. Voltaremos a este tópico.

Se os problemas enunciados por Carling (1997) são comuns a quem estuda o fenómeno de movimentação das populações humanas em geral, eles agravam-se quando o objecto de estudo são as migrações de cabo-verdianos sob uma forma comparada. Assim, no que concerne os dados subsistem diversos problemas, designadamente: a) a variedade e os distintos graus de fiabilidade das fontes estatísticas disponíveis, (pelo menos uma por cada um dos países de destino das migrações cabo-verdianas); b) a multiplicidade de conceitos utilizados nas diferentes es-

22. O conceito de identidade étnica é um conceito re-emergente na análise das migrações contemporâneas ainda que não seja de aceitação consensual. Sobre este assunto cf. Laplantine, 1999.

tatísticas[23], (a começar pelas diferentes configurações assumidas pelas migrações cabo-verdianas contemporâneas); c) e, por último, a própria definição jurídico-legal de cabo-verdiano[24] (que difere consoante o país estudado e o objectivo das próprias análises).

Cabo-verdianos: uma etnicidade própria?

Esta dificuldade na definição do cabo-verdiano enquanto emigrante/imigrante, ou, num sentido diferente, do grupo étnico a que pertencem os cabo-verdianos, é uma constante para os investigadores que se dedicam a uma análise das migrações cabo-verdianas. Tomemos como primeiro exemplo a análise da comunidade cabo-verdiana nos Estados Unidos da América (EUA). Para o caso específico dos EUA, onde existe o maior grupo de emigrantes cabo-verdianos e/ou de descendentes de cabo-verdianos no mundo (IAPE, 1997), Marylin Halter (1993) refere algumas das dificuldades com que se depara um investigador que pretenda estudar este grupo partindo de bases de dados e conceitos «tradicionais»:

> Typically, population studies rely heavily for their data on the federal census or on United States immigration figures. Yet, where the Capeverdean-American is concerned, neither of these tools has been of particular use. Not until the 1980 census did a category even exist for a possible response of "Capeverdean" to the question of ancestry. Since the Cape Verde Islands were a colony of Portugal until their independence in 1975, Cape Verdeans were simply lumped with the Portuguese group. Similarly, the records of the United States Immi-

23. Esta definição conceptual não é igual, nem coerente em todos os países pelo que a comparação de dados obtidos em diferentes países e/ou diferentes épocas se apresenta como muito ambígua (ex. comparação entre Portugal e/ou Holanda na década de 60). Por outro lado, ela não é coerente em ambos os extremos da cadeia migratória, i. é, um emigrante cabo-verdiano (e seus descendentes) pode continuar a ser considerado indefinidamente (e.g. 2.ª geração, 3.ª geração, etc.) como nacional de Cabo Verde, mas o mesmo indivíduo naturalizando-se nacional do país de acolhimento deixa por este de ser considerado imigrante e, por isso, desaparece das estatísticas.

24. Por exemplo, a Constituição de Cabo Verde revista em 1992 no seu artigo 5 define o conceito de cidadania da seguinte forma: "1. São cidadãos cabo-verdianos todos aqueles que, por lei ou convenção internacional sejam considerados como tal; 2. O Estado poderá concluir tratados de dupla nacionalidade; 3. Os cabo-verdianos poderão adquirir a nacionalidade de outro país sem perder a sua nacionalidade de origem". Esta abertura na lei constitucional possibilita que a existência de um ascendente cabo-verdiano torne acessível a nacionalidade cabo-verdiana a qualquer indivíduo que a requeira e, neste contexto, aumenta o número de cabo-verdianos potenciais.

> gration Service fail to differentiate Cape Verdeans from Portuguese nationals. The Immigration Service brought further confusion to its figures by applying the customary American standards of "black" and "white" to the arriving Cape Verdeans. Those seeming to resemble the "white" European type were classified as Portuguese, while the remainder were grouped under the categories of "black Portuguese" or "African Portuguese". Other official classifications under which Cape Verdeans also were haphazardly listed were as "Bravas"[25], meaning Cape Verdeans from the Island of Brava, and "Atlantic Islanders", which included the Azores and Madeira as well as, at times, the Spanish Canary Islands (Halter, 1993: 36).

Esta contingência histórica no recenseamento dos cabo-verdianos nos Estados Unidos, enquanto imigrantes ou enquanto categoria étnico-nacional implica, ainda hoje, uma indefinição quanto às características que devem ser tidas em consideração para uma definição objectiva de cabo-verdiano nos EUA. Uma dificuldade que aumenta exponencialmente na definição sociológica que não pode, como sabemos, ser reduzida a um mero estatuto jurídico legal ou a uma definição simples, com base numa única dimensão. Uma outra investigadora, a antropóloga Gina Sanchéz (1998), numa tentativa de ultrapassar a dificuldade de definição conceptual dos cabo-verdianos nos EUA, usa, nos seus trabalhos sobre a identidade dos cabo verdianos-americanos, uma definição que, devidamente adaptada ao contexto Europeu e/ou nacional português, nos parece deve ser igualmente tida em consideração numa aproximação à complexidade identitária deste grupo étnico:

> the term 'capeverdeans' is used throughout as a general descriptor of a racial/ethnic community whose members identify themselves or are identified by others as such. The term is therefore used to describe a diaspora community comprised of Capeverdeans who are citizens (native and naturalized) and residents (legal and illegal) currently living (temporarily and permanently) in the United States (Sanchéz, 1998: 25).

Esta conceptualização de cabo-verdiano permite, no caso dos EUA, distinguir a identificação étnica cabo-verdiana designadamente, da etnicidade própria dos negros americanos, da dos dominicanos (negros latinos), da

25. O que denota a importância dos cabo-verdianos originários da ilha de Brava no total de cabo-verdianos emigrantes para os EUA. Por exemplo, dos emigrantes cabo-verdianos para os EUA entre 1900 e 1920, 32% eram da ilha de Brava e 28% da vizinha ilha do Fogo. Esta proporção ainda hoje permanece mais ou menos constante.

dos brasileiros (Martes, 1998), da dos latinos, ou da etnicidade dos portugueses ditos metropolitanos (incluindo açorianos e madeirenses), todos eles grupos étnicos ou co-étnicos com os quais os cabo-verdianos são muitas vezes confundidos. Esta diferenciação étnica alicerça-se numa associação em torno de um grupo étnico como locus do sentido da identificação histórica, uma origem e cultura comuns que permite distinguir o grupo do(s) "outro(s)" (Gordon in Saint-Maurice, 1997: 15)[26].

Para além disso, uma definição (étnica) que consiste quer numa auto-definição[27] quer numa hetero-definição permite abarcar outras dimensões sociológicas da identidade cabo-verdiana, para além da mera dimensão jurídico-legal. Nomeadamente, é possível, neste caso, abarcar dimensões que tenham em conta a (re)construção identitária, a partir das raízes étnicas de cada indivíduo, presente nas terceiras ou quartas gerações, (de cabo-verdianos-americanos no caso das investigações de Halter (1993) ou Sanchéz (1998).

Também para Saint-Maurice, no seu trabalho sobre a reconstrução identitária dos cabo-verdianos em Portugal: "as identidades emergem da percepção da diferença que ocorre nos contextos de interacção com outros significativos, parceiros de interacção relevantes, membros do seu grupo ou do outro grupo" (Saint-Maurice, 1997: 157). Para o caso português, a etnia e a classe social aparecem como os principais níveis que potenciam, no confronto com o "outro", uma diferenciação, relevando desta "uma diferença de poder, simbólico e cultural [no caso da etnia], económico e social [no caso da classe social], que estabelece fronteiras entre dominantes e dominados" (Saint-Maurice, 1997: 158). Esta realidade não é, para os cabo-verdianos residentes em Portugal nem imediata, nem evidente. Num estudo sobre a comunidade cabo-verdiana em Portugal, realizado na década de 80, alertava-se já para o facto de esta dissociação entre o país de origem e Portugal ser ainda muito difícil já que "a passagem muito recente de Cabo Verde a país independente e a relação existente com Portugal torna complexo o problema da detecção das ligações entre os

26. Gordon, M, (1964) Assimilation in American Life, New York, Oxford University Press.
27. A identidade étnica ou identificação étnica refere-se ao uso que uma pessoa faz de termos raciais, nacionais ou religiosos, para se identificar e relacionar-se aos outros. Neste contexto, a identificação étnica possui uma característica de auto-atribuição e atribuição pelos outros. Neste sentido, quando os indivíduos se valem da identificação étnica, para se classificarem a eles próprios e aos outros, com propósitos de interacção, formam grupos étnicos num sentido organizacional.

cabo-verdianos e o seu país de origem e/ou de referência" (França *et al.*, 1992: 105). Pensamos que nas últimas décadas foram feitos alguns avanços nessa reconstrução identitária, mas, a nosso ver, o problema original ainda permanece inalterado.

Para além deste estatuto, resultante de uma oposição ao "outro", a etnicidade cabo-verdiana na diáspora global deverá ser vista como uma (re)construção social no tempo e no espaço, um processo que implica uma relação estreita entre a reivindicação cultural e a reivindicação política e que teria como referencial último, não apenas o "outro", mas também o Estado-Nação no qual estão inseridos e as conjunturas sócio-políticas em que essa inserção decorre. Como refere França *et al.*:

> é na interacção com a sociedade receptora que os grupos constróem a sua identidade, por diferença ou por oposição, ou seja, marcam a sua exterioridade a partir das representações que fazem dos outros e de si próprios. Quer isto dizer que a identidade só se define a partir do momento em que existe a percepção da diferença (1992: 20).

Complementarmente, a análise empírica vem demonstrando que o processo de incorporação dos imigrantes não está completo [a estar em algum momento] antes da terceira geração se integrar e, como veremos, na maioria dos países de destino da emigração cabo-verdiana (com excepção de parte da comunidade cabo-verdiana nos EUA e das comunidades presentes em alguns países africanos e.g. São Tomé), só agora a terceira geração se começa a inserir nas diversas sociedades de acolhimento. Neste contexto, as diferentes comunidades emigradas tendem igualmente a diferenciar-se entre si numa lógica de reconstrução identitária diferenciada, isto é, como defende Malheiros (2000) sustentando este argumento:

> a existência de processos de reconstrução identitária no exterior, que alteram alguns dos elementos originais (língua, práticas de quotidiano), têm de ser considerados como normais no quadro da dinâmica identitária. Os nós de uma diáspora não são iguais, têm é de partilhar um conjunto de elementos de identificação comuns e uma certa memória de um espaço de origem (2000: 388).

Esta identidade étnica ou identificação co-étnica refere-se ao uso que um indivíduo faz de conceitos raciais, nacionais ou religiosos, para se identificar e se relacionar com os outros. Neste sentido, a identidade étnica ou a identificação co-étnica possui, de forma complementar, uma característica de auto-atribuição mas igualmente de atribuição pelos outros, ou seja,

quando os indivíduos se valem da identificação étnica para se classificar a si próprios e aos outros, com objectivos de interacção, de diferenciação, eles emergem como grupos étnicos no sentido organizacional.

Se estivermos de acordo com esta hipótese, então, temos que defender que não existe [não poderia nunca existir] uma (única) identidade étnica cabo-verdiana geral, mas ao contrário, estaríamos em presença de uma (re)construção étnica múltipla e, portanto diferente em cada um dos países onde existem comunidades imigradas, resultante, por um lado, do confronto com os "outros" diferenciadores e, numa outra vertente, dos contextos e conjunturas em que ocorre essa interacção. Nesta lógica, grupos diferentes apenas formam uma comunidade porque possuem e aceitam referências comuns, que partilham ou a que acedem, num contexto específico. Neste caso concreto, esta especificidade (re)configura-se, (re)constrói-se, num complexo conceito de auto e/ou de hetero etnicidade cabo-verdiana ou de auto e hetero caboverdianidade (Wils, 1996).

Ao nível da identificação co-étnica podemos incluir na categoria genérica de 'cabo-verdiano', grupos diferentes de cabo-verdianos, isto é, para além dos indivíduos naturais de Cabo Verde, referimo-nos a grupos tão diferentes como parte dos *luso-africanos* (Machado, 1994) os *afro-portuguese*, os *cape verdean-americans*, os *black portuguese*, os *atlantic islanders* (Halter, 1993), os dutch-capeverdians (Pires, 1997), os f*ranco-cabo-verdianos*, os *hispano-cabo-verdianos*, etc.. Donde se conclui que, uma definição de cabo-verdiano não é, não pode ser, nem igual, nem coerente, em diferentes épocas ou países onde existem grupos de imigrantes cabo-verdianos (ou descendentes de imigrantes cabo-verdianos), pelo que a comparação de dados obtidos em diferentes países e/ou diferentes épocas se apresenta como problemática, necessariamente ambígua e obrigatoriamente incoerente. Perante todas estas contingências concluímos que, no limite, a definição co-étnica, o ser ou não ser cabo-verdiano, depende de uma condição interna ao próprio indivíduo (auto-atribuição) e, por isso subjectiva, e também de uma hetero-atribuição (local e contingente) e, por isso, igualmente subjectiva. Neste processo complexo as fronteiras da identidade são constituídas como resultado deste duplo confronto (Cohen, 1994). A existência de uma etnicidade cabo-verdiana singular está neste contexto comprometida, ao mesmo tempo que a existência de uma etnicidade cabo-verdiana multíplice pode apenas ser enunciada mas não empiricamente comprovada.

A definição a partir do estatuto jurídico-legal

Quanto ao estatuto jurídico-legal, definidor do direito de nacionalidade cabo-verdiana é, também ele, complexo, já que pode caducar num dos extremos da cadeia migratória (país de destino), mas permanecer ou ser potencialmente renovado no outro extremo da cadeia migratória (país de origem). Isto é, complicando um pouco mais o argumento, a definição de cabo-verdiano pode não ser totalmente coerente, isto é, um emigrante cabo-verdiano e/ou os seus descendentes podem continuar a ser considerados indefinidamente (e.g. 2.ª geração, 3.ª geração, etc.) como nacionais de Cabo Verde. O mesmo indivíduo naturalizando-se nacional do país de acolhimento deixa por este de ser considerado imigrante e desaparece das estatísticas migratórias, designadamente do volume total de imigrantes cabo-verdianos existente. Por último, são muitos os cabo-verdianos que possuem duas ou mais nacionalidades (ex. cabo-verdiana e/ou holandesa, portuguesa, americana, senegalesa, sãotomense, etc.) ou que, pelo menos, apresentam todos os requisitos para poderem apelar (e obter) essas nacionalidades. No entanto, todos estes indivíduos podem continuar a considerar-se (e a ser considerados pelos outros) como cabo-verdianos, pelo que a definição jurídica de cabo-verdiano redunda complexa e abrangente.

A caboverdianidade

Desta complexidade conceptual resulta, necessariamente, uma disparidade no número de indivíduos passíveis de ser considerados emigrantes/imigrantes cabo-verdianos. Anna Wils (1996) pretendeu integrar estas possibilidades numa definição complexa de caboverdianidade, incluindo, por um lado, todos os indivíduos que possuem pelo menos um antepassado cabo-verdiano e, por outro, os indivíduos que continuam a participar na cultura cabo-verdiana, através, por exemplo, das viagens ao arquipélago ou das remessas (cf. quadro 1.1). Da separação destes dois grupos resulta uma disparidade potencial de cerca de 200.000 indivíduos, a maior parte dos quais residente no continente americano. Esta estimativa, interessante pelas questões que levanta, mais não faz que tornar claro o potencial de transnacionalidade da nação cabo-verdiana, dispersa por três continentes e com uma ligação participativa à "nação territorializada" ainda muito forte.

Quadro 1.1 - CABO-VERDIANOS NO ESTRANGEIRO NO FINAL DOS ANOS 80, EM TRÊS CONTINENTES, DE ACORDO COM DOIS CRITÉRIOS

	Indivíduos com pelo menos um antepassado cabo-verdiano	Indivíduos participantes na cultura caboverdiana
América (Norte e Sul)	255.000-305.000	85.000-92.000
Europa	92.800-102.300	50.000-65.000
África	67.900-76.200	35.000-43.000
Total	414.700-482.500	170.000-200.000

Fonte: Bundeskanzleramt, Áustria 1993 (Wils, 1996: 23)

Cabo-verdianos nos censos: a incoerência estatística

Um outro problema que, de certo modo, está embricado com (ou na) definição de cabo verdiano, tem a ver com a dificuldade de acesso ou a inexistência de estatísticas fidedignas que caracterizem as migrações cabo-verdianas. Esta contrariedade faz com que as estimativas da diáspora ou o volume de cabo-verdianos nos diversos países de acolhimento sejam sempre vistos como uma aproximação da realidade e não como uma fotografia fiel da mesma impossibilitando uma avaliação e análise correcta das verdadeiras dimensões da população de nacionalidade ou origem cabo-verdiana residente fora do arquipélago. As limitações patenteadas pelos dados disponíveis começam pelas dificuldades reveladas pelos censos e pela comparabilidade possível entre eles. Vimos já, nas palavras de Halter (1993), como no caso dos cabo-verdianos nos EUA, a inexistência de uma categoria para resposta "cabo-verdiano" na identificação do grupo de pertença nos censos, impossibilita qualquer possibilidade de mensuração correcta do número de cabo-verdianos até 1980. Deste modo, antes de 1980, os cabo-verdianos e descendentes diluem-se num complexo conjunto de possibilidades mais ou menos colaterais à categoria a que pertenciam. As dificuldades estatísticas do (ou no) estudo das migrações são um dos pontos em comum em (quase) todas as análises contemporâneas, como sintetiza o estudo da OCDE sobre a imigração e as suas consequências económicas:

> in OECD countries the principal sources of migration data are population registers, residence or work permits, censuses and, in a

> few cases, dedicated surveys. These sources generally do not have as their raison d'être the recording of migration, and this makes it difficult to compile harmonised and comparable data. Moreover, they only provide official information based on legal entry and do not capture clandestine migration flows. Problems associated with the actual timing of migrant arrivals or departures and breaks in time series are common, since often the data are based on administrative formalities, which change frequently and do not apply to everyone. For example, in cases where data are based on the issuance of permits, arrivals data may not correspond with actual movements, since individuals may decide not to use the permit or to delay arrival. In other cases, illegal immigrants may already be in the country, but only counted when their status changes. A particular problem is identifying the level of intra European Union migration flows, since there are no restrictions on movement and reporting requirements are difficult to enforce. Changes in status and governmental procedures can, therefore, lead to substantial, and in some sense artificial variation over time in the recorded arrivals (Coppel *et al.*, 2001: 6).

Também para o caso português, vários autores (Gomes, 1999; Baganha, 1991; Baganha e Peixoto, 1996, etc.) têm vindo a defender a incapacidade da utilização dos censos no estudo dos migrantes estrangeiros em Portugal, designadamente, porque as categorias de resposta não permitem caracterizar a complexa realidade resultante: da existência recente de um período de descolonização, com fluxos de repatriamento; da dinâmica de fluxos e contra-fluxos emigratórios; de diferentes fluxos imigratórios, com complexas inserções sócio-económicas; e, finalmente, das dinâmicas demográficas internas (Esteves *et al.*, 1991; Baganha, 1996). Para além disso, dado que o censos português de 1970 não publica dados sobre a população estrangeira residente; que o recenseamento de 1981 confunde, em muitos casos, categorias de nacionalidade e naturalidade; que os censos de 1991 e de 2001 não têm em conta, nomeadamente, a possibilidade de existência de duplas nacionalidades, de situações de residência ilegal e de transnacionalidade; e que nenhum dos censos até hoje realizados tem em conta a identificação étnica das populações residentes, a análise da população estrangeira residente em Portugal e, designadamente da população cabo-verdiana residente, surge muito inconsistente e sem qualquer base credível de análise estatística. De facto, os censos portugueses mais não fazem do que assumir meras categorias jurídico-legais, e por vezes nem mesmo isso, esquecendo cate-

gorias sociológicas que, a nosso ver, seriam muito mais úteis para uma análise da realidade actual dos cabo-verdianos em Portugal.

Há ainda um último factor que devemos assinalar nesta complicada definição conceptual da população cabo-verdiana e seus descendentes residentes no estrangeiro. Entre os anos de 1975 e 1981, Cabo Verde e Guiné-Bissau formaram um único país. Este período pós-independência correspondeu ao governo do(s) país(es) pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e deu lugar a um número indeterminado de indivíduos cabo-verdianos que potencialmente adquiriram a nacionalidade guineense, ou de guineenses que neste período (e/ou imediatamente após) adquiriram (ou adoptaram) a nacionalidade cabo-verdiana.

Resumindo, colocados perante este conjunto de contingências, a mera definição jurídica resultante da definição pela nacionalidade e/ou naturalidade é insuficiente se aplicada às populações cabo-verdianas residentes fora do arquipélago. Neste sentido, a nossa opção passa por utilizar uma definição de população cabo-verdiana num sentido abrangente, tendo em conta uma auto e hetero identificação étnica, incluindo nela:

> • as pessoas de nacionalidade cabo-verdiana; as naturais de Cabo Verde com nacionalidade portuguesa; as detentoras de outras nacionalidades mas de naturalidade cabo-verdiana; as pessoas com naturalidade e/ou nacionalidade de um país terceiro que tenham pais ou avós naturais de Cabo Verde (2.ª e 3.ª gerações); e, ainda, todos os indivíduos que, não possuindo nenhuma das características anteriores (e.g. descendentes de emigrantes a partir da 4.ª geração) por um processo de auto ou hetero identificação se considerem etnicamente cabo-verdianos.

É portanto com esta definição de população cabo-verdiana que iremos doravante trabalhar.

2. A diáspora cabo-verdiana: os dados disponíveis

Apesar de todas estas dificuldades, foram múltiplas as estimativas da população emigrante cabo-verdiana, ou de origem cabo-verdiana, publicadas quer por organismos oficiais ligados à República de Cabo Verde, designadamente por diferentes embaixadas; por líderes locais de comu-

nidades de emigrantes cabo-verdianos; ou por investigadores em diversos países[28]. Carling (1997) pretendeu avaliar a diáspora cabo-verdiana com base em distintas estimativas individuais publicadas em diferentes países entre os anos de 1985/97. Para tal, procedeu a uma observação de estatísticas publicadas por vários autores (cf. Quadro 1.2). O resultado desta análise, isto é, o número total de cabo-verdianos e seus descendentes residentes no exterior de Cabo Verde, apresenta uma disparidade entre a estimativa menor e a estimativa maior de mais de 250.000 indivíduos. No entanto, longe de merecerem um descrédito total, estas estimativas apresentam-se como um dos poucos indicadores da dimensão e dispersão da emigração cabo-verdiana e a sua síntese será uma aproximação à realidade da diáspora cabo-verdiana e o ponto de partida para uma contextualização da emigração cabo-verdiana para distintos países ou regiões.

Uma análise dos números presentes nestas estatísticas e, sobretudo, da sua disparidade, mais não faz do que reflectir os problemas estruturais que se apresentam a quem estuda as migrações cabo-verdianas. As maiores diferenças são apresentadas, como seria de esperar, nos países onde existem as maiores comunidades, (EUA, Portugal, Holanda) e/ou nos países onde a definição jurídico-legal dos cabo-verdianos é mais ambígua (Angola, Portugal, S. Tomé e Príncipe). Um outro dado interessante tem a ver com as comunidades presentes noutros países europeus e que utilizam Portugal como base de uma plataforma giratória na Europa (Espanha, França, Itália) e cujo número depende em larga medida das conjunturas socio-económicas e do sancionamento político que promove ou impede a circulação no interior da EU de migrantes de países terceiros. Assim, por exemplo, a comunidade de Espanha, tende a aumentar ou a diminuir de forma concertada com a comunidade em Portugal.

28. Podemos, por exemplo, encontrar diversas estimativas da comunidade cabo-verdiana em Portugal publicadas nos últimos anos, designadamente, o estudo de Luís França e colaboradores de 1992 A comunidade cabo-verdiana em Portugal; o estudo do CEPAC de 1995; ou o estudo da Embaixada de Cabo Verde em Portugal de 1999.

Quadro 1.2 - ESTIMATIVA DOS CABO-VERDIANOS NO ESTRANGEIRO (1986-1997)[29]

	Estimativa da População				
	Mínima	Máxima	Média	N.º de Fontes consultadas	Quantidade de Valores apresentados
América	255 000	410 000	287 000		
EUA	250 000	400 000	281 300	8	3
Argentina	2 000	3 000	2 400	7	2
Brasil	2 000	4 000	2 700	7	3
Canadá	-	4 000	-	4	2
Venezuela	-	-	-	3	1
Europa	63 000	133 000	100 000		
Portugal	35 000	70 000	52 100	7	4
França	7 000	30 000	12 500	8	6
Holanda	8 000	19 000	11 900	8	4
Itália	8 000	10 000	9 500	6	2
Espanha	1 500	15 000	6 300	8	6
Luxemburgo	3 000	3 000	3 000	6	1
Suíça	1 000	2 000	1 600	6	1
Alemanha	500	3 000	1 000	6	3
Suécia	700	2 000	900	6	2
Bélgica	800	800	800	5	1
Noruega	200	500	300	5	2
África	48 000	76 000	71 000		
Angola	10 000	40 000	34 400	7	3
Senegal	22 000	25 000	24 100	7	3
São Tomé e Príncipe	7 000	8 000	7 900	7	2
Guiné-Bissau	2 000	2 000	2 000	5	1
Gabão	200	3 000	900	4	2
Moçambique	500	1 000	800	6	4
Costa do Marfim	-	2 000	-	3	2
África do Sul	100	100	100	1	1
Zâmbia	-	-	-	2	1
TOTAL	366 000	620 000	458 000	5.5	2.5

Fonte: Carling, 1997: 4 [30]

Estas estatísticas encerram em si, e por si só, a história das migrações cabo-verdianas que teve início há mais de cinco séculos e que, desde então, não deixou de estar presente na formação da nação cabo-verdiana dando origem a uma nação formada por uma comunidade nacional arquipelar e por um conjunto de comunidades de emigrantes espalhadas pelo mundo, num todo constitutivo de uma (potencial) comunidade transnacional, ligada através de uma densa rede com diferentes nódulos com importância diferenciada.

3. Diferentes ciclos das migrações cabo-verdianas

As migrações cabo-verdianas ao longo dos séculos XIX-XX foram assumindo diferentes rotas, procurando novos destinos, formando uma teia, uma rede em torno de um eixo principal: o oceano Atlântico. Este processo migratório assume algumas particularidades. Por exemplo, a forma arquipelar do país gerou fluxos e destinos migratórios diferenciados consoante a(s) ilha(s) de origem de tal forma que a origens específicas correspondem particulares destinos o que constitui uma das características diferenciadoras das migrações cabo-verdianas. Como afirma Carling:

> cape verdean emigration is characterized by complex criss-crossing relations between specific islands and destinations. Relatively speaking, North-Western Europe plays a disproportionately large role on São Vicente and Santo Antão (...) Portugal is comparatively more important as a destination for migrants from the largest island, Santiago, while the United States is by far the dominant

29. As estatísticas sobre emigração baseiam-se, nos anos mais recentes, em listas de passageiros e, por isso, com pouca especificação ao nível das categorias utilizadas. No entanto, a taxa de emigração pode igualmente ser calculada tendo por base as estatísticas demográficas, taxas de fertilidade, mortalidade e dimensão da população. Para o caso de Cabo Verde esta estimativa confirma que a taxa anual de emigração era de cerca de 9 por mil no final dos anos 80 e de 5 por mil no início dos anos 90.

30. Carling refere-se a algumas incoerências existentes nas diversas fontes consultadas. Por exemplo, só em Portugal existiam em 1997 mais de 45.000 cabo-verdianos oficialmente registado o que, desde logo, supera o limite inferior das estimativas consultadas. O estudo da Embaixada de Cabo Verde em Portugal de 1999 corrige estas estimativas para o caso português apontando como sendo cerca de 83.000 o número de cabo-verdianos que vivem actualmente em Portugal. As estimativas publicadas nos anos 90 apontam no caso de Espanha para um número médio de 10.800 emigrantes cabo-verdianos e no caso da França para 17.000 emigrantes cabo-verdianos (Dewitte, com base no recenseamento populacional de 1991 em França menciona a existência de um total de 7.240 cabo-verdianos dos quais 1.293 nascidos em França (Dewitte, 1999: 430).

> destination on the south-western islands Fogo and Brava. Italy is a particularly important destination for migrants from the north-eastern islands Sal, Boavista and São Nicolau (2001: 8).

Também Jorge Malheiros (2001) ao analisar as migrações cabo-verdianas e as comunidades emigrantes dispersas sintetiza as diferentes geografias envolvidas nesta rede arquipelar migratória diferenciando as distintas rotas e destinos assumidas por comunidades com origens diversas. A origem arquipelar dos migrantes que se reproduz em destinos migratórios igualmente arquipelares, que dá origem ao arquipélago migratório definido por Macaísta Malheiros (2001) é uma das características singulares da emigração cabo-verdiana (Góis, 2002: 33).

Neste sentido, devemos assinalar que, ao tomarmos como um todo o arquipélago de origem, perdemos algumas das características assumidas pelas migrações de cada uma das ilhas e/ou as características assumidas pelas diferentes divisões geográficas em que o arquipélago está habitualmente dividido: ilhas do barlavento e ilhas do sotavento. Muitas das linhas da rede migratória que foram sendo construídas ao longo dos séculos XIX e XX dependeram grandemente da localização das ilhas em diferentes rotas das marinhas mercantes europeias e norte-americanas que, à sua maneira, condicionaram as escolhas migratórias. É o caso, designadamente, da linha que conduz os cabo-verdianos de Brava ou do Fogo para os EUA (rota dos navios baleeiros); ou os cabo-verdianos de Santo Antão e/ou de São Vicente para a Holanda (rota dos navios de marinha mercante).

A forma como os distintos fluxos migratórios eram uni-direccionados para diferentes destinos dependiam da ilha de origem, perdeu, contemporaneamente, importância, pelo menos parcialmente, com o desenvolvimento de mais eficientes transportes e comunicações, sem que, contudo, as ligações entretanto estabelecidas (as linhas que formam a rede) tenham deixado de desempenhar um papel fundamental na estruturação das características das conexões transnacionais que as ligam a diferentes locais de destino.

As migrações cabo-verdianas e o eixo atlântico

As migrações cabo-verdianas desenvolvem-se historicamente em torno de um mesmo eixo: o atlântico e todas elas, por definição são, literalmente, (trans)atlânticas. Mesmo as migrações internas, inter-ilhas, são (trans)atlânticas e representam um afastamento em relação às origens,

uma etapa que, contudo, é semelhante a uma migração rural-urbana num percurso migratório por etapas. Estas migrações foram evoluindo ao longo do século XIX e XX, modificando as suas rotas e geografias. No intuito de uma clareza conceptual devemos:

(a) considerar as migrações inter-ilhas como migrações internas;
(b) até 1974/1975, pensar nas migrações no interior do império colonial português como migrações inter-regionais (Pires, 1999); e,
(c) conceptualizar as migrações anteriores a 1974/1975 no exterior do império colonial português como *de facto* migrações internacionais (e *de juris* como fazendo parte das migrações internacionais portuguesas) uma vez que elas foram retroactivamente assim consideradas.

Deste modo, podemos, a partir de uma análise retrospectiva, dividir a emigração cabo-verdiana contemporânea em três ciclos migratórios distintos[31] que torna necessário explicitar com detalhe para uma melhor compreensão (Pereira, 1998):

a) Um primeiro ciclo, que decorre desde o final do século XIX até às primeiras décadas do século XX, é marcado por uma corrente emigratória para a América, sobretudo EUA e, simultaneamente, por uma migração para S. Tomé e Príncipe e, em alguns casos, para outras províncias do então Império Colonial Português, designadamente Angola e Guiné-Bissau[32]. Podemos dividir este ciclo em duas correntes principais divergentes: (a1) uma que se dirige para Norte (e.g. EUA); e, (a2) outra que se dirige para Sul (e.g. São Tomé e Príncipe);
b) O segundo ciclo, que vai dos anos 20 ao fim da Segunda Guerra Mundial, mostra duas grandes tendências: uma grande diminuição do número de saídas e um nítido desvio da corrente emigratória para o Brasil, Argentina, Senegal ou Gâmbia; a corrente de migração no interior do império colonial português permanece activa;

31. António Carreira (1982, 1983a) no seu livro sobre a emigração em Cabo Verde distingue três fases. Carreira toma como ponto de partida 1900, porque a partir daqui podem construir-se séries estatísticas. Para Carreira, a primeira fase iria de 1900 a 1920, a segunda de 1921 a 1946 e a terceira de 1947 a 1973. As divergências entre o faseamento proposto por Carreira e o que aqui se propõe têm a ver com o facto de Carreira iniciar o seu faseamento apenas em 1900 e terminar a sua análise na década de 70 enquanto que, na análise agora apresentada,se defende que esta última fase migratória está ainda em curso.
32. O primeiro destino foi a Guiné-Bissau, durante a vigência da Companhia do Grão-Pará e Maranhão no século XVIII (Pereira, 1998: 81).

c) O terceiro e último ciclo, arrancou com o final da II Grande Guerra e prossegue até à actualidade. Neste ciclo, os principais destinos de emigração são países europeus: Holanda, Portugal, França, Luxemburgo, Itália, Suíça, Espanha, Alemanha, etc.. Neste período, ocorre igualmente uma reactivação da corrente migratória para os EUA, reactivando a rede migratória iniciada no primeiro ciclo migratório. Podemos dividir este ciclo migratório em vários fluxos com características distintas:

c1) um primeiro fluxo que se dirige para a Holanda;
c2) um segundo fluxo que se dirige para Portugal;
c3) um terceiro fluxo que se dirige para Itália;
c4) um quarto fluxo que tem como destino outros países europeus;
c5) um quinto fluxo que retoma as linhas migratórias de ciclos migratórios anteriores.

Podemos ainda, no interior deste ciclo migratório, vislumbrar a emergência de novas características das migrações cabo-verdianas contemporâneas, designadamente a emergência da transnacionalidade destas migrações e o aparecimento de um espaço social transnacional: *o mundo cabo-verdiano, um Cabo Verde translocalizado.*

a) O primeiro ciclo: de 1800 às primeiras décadas do século XX

NHA DISTINO

Olim na meio di mar.
Tâ sigui nha distino
Pâ caminho d'América...

E cê triste n'dixa nha terra
Sima e triste n'dixa nha mae
Sodadi mora nha pêto
Dixam bai pâ câ morrê.

Bai terra longe...
Edistino di home...
Edistino sem nome...
Qui no tem qui cumpri...

a.1. A emigração para a América: construindo uma "rede"

A emigração cabo-verdiana para os EUA teve início nos finais do século XVIII (Carreira, 1983; Halter, 1993) e foi uma consequência directa da actividade dos navios baleeiros americanos nos mares de Cabo Verde. Raymond Almeida explica de forma simples o início desta linha migratória:

> mesmo antes do fim do comércio de escravos, a caça à baleia, o trânsito de navios e o colonialismo português eram os meios de sobrevivência de muitos cabo-verdianos. Já por volta de 1750, navios baleeiros ianques aportavam regularmente a Cabo Verde e, em 1840, mais de 40% dos caçadores de baleias de Nawtucket eram cabo-verdianos. Os navios estrangeiros nos portos cabo-verdianos eram a oportunidade para jovens de famílias pobres, que viam pouca esperança para o seu futuro nas Ilhas. Faziam-se frequentemente aos navios apenas com a sua habilidade, a sua determinação e o seu sonho de deixar as ilhas, arranjando uma nova vida para si apesar do sacrifício e mandando dinheiro e mantimentos para as famílias que tinham de deixar para trás. Ex-escravos ou os seus descendentes tornaram-se muitas vezes proprietários por esta via (Almeida, s/d).

Também António Carreira (1977) ao caracterizar o início das migrações cabo-verdianas afirma:

> a emigração cabo-verdiana para o estrangeiro começou muito cedo através dos navios baleeiros americanos quando estes vieram aos mares do arquipélago à apanha de cetáceos. A procura de auxiliares das ilhas para a faina facilitou a entrada de cabo-verdianos na América. Tímida de início e circunscrita a reduzidos contigentes de homens, mais tarde tomou incremento (1977: 161).

Maria Baganha, ao analisar as migrações de portugueses para os EUA, numa lógica que nos parece extensível aos cabo-verdianos, afirma que os portugueses chegaram ao Massachusetts como tripulantes da frota de baleeiros ou de navios mercantes de Boston e que, cerca de 1880, aproveitaram, à semelhança de outros grupos de imigrantes, a abertura de um novo mercado de trabalho na indústria têxtil da região (Baganha, 1995: 93). António Carreira defende igualmente que as migrações de cabo-verdianos apresentam características em comum com a emigração transatlântica portuguesa (e.g. migrações para os EUA) e, de um modo particularmente coincidente, com a emigração de outros povos insulares atlânticos, designadamente de açorianos para os EUA. A este facto se refere Carreira quando afirma:

> "a emigração espontânea dos cabo-verdianos para os Estados Unidos foi uma consequência directa da actividade dos navios baleeiros americanos nos mares do arquipélago. Outro tanto ocorreu, na mesma época, com a emigração açoriana para idêntico destino" (Carreira, 1983: 77)[33].

Finalmente, Marilyn Halter associando igualmente os dois fluxos migratórios, mostra que a migração de cabo-verdianos para os EUA representa apenas uma pequena percentagem do total da migração portuguesa para os EUA (1993: 44).

Após um primeiro fluxo de emigração-temporária de cabo-verdianos marítimos, basicamente tripulantes de barcos baleeiros[34], este transforma-se, pouco a pouco, numa corrente migratória que se vai sedentarizando em cidades ao longo da costa norte-americana da nova Inglaterra (Boston, Brockton, New Bedford, Providence, Pawtucket, ilha de Nawtucket, etc.). Nesta fase (finais do séc. XIX inícios do séc. XX), a emigração para os EUA (67,2%) é maioritária em relação ao total da emigração. Embora existam igualmente fluxos de migrantes para a Argentina, o Brasil ou o Chile, no que ao Continente americano diz respeito, para Dakar (Senegal) ou para a Gâmbia, em África, e ainda migrações no interior do império colonial português, para destinos tão diversos como Angola, Moçambique, Goa, Macau ou Timor. A emigração para a África Ocidental na vizinhança do arquipélago assumiu desde sempre um duplo papel: por um lado, existem fluxos de emigração que assumem estes países como destino migratório final; por outro, existe um fluxo migratório que utiliza estes países como destino intermédio para outros países. Já nesta altura a migração para a Gâmbia e, sobretudo, para o Senegal era utilizada como trampolim para outros destinos, designadamente os EUA ou a Europa (Veiga, 1997: 77). Para Portugal, nesta altura, não são os mais pobres que migram, pelo contrário, o que ocorre é uma migração das elites cabo-verdianas que enviam os seus filhos para a metrópole ou que para ela viajam frequentemente.

33. Note-se que, até 5 de Julho de 1975 (independência de Cabo Verde) as migrações cabo-verdianas faziam parte, pelo menos juridicamente, das migrações portuguesas e, na maioria dos casos, surgem estatisticamente nestas incluídas. Para um estudo das migrações açorianas para os EUA ver Baganha, 1990. Para um estudo das migrações cabo-verdianas para os EUA ver Halter, 1993; Meintel, 1984b.

34. Como afirma Carreira "as condições a bordo dos baleeiros eram bastante duras. Muitos tripulantes evadiam-se nos portos americanos e procuravam trabalho em terra" (Carreira: 1977: 163).

A emigração para os Estados Unidos da América apresenta características diferentes das exibidas, à época, pelos fluxos migratórios de outros países da África Ocidental[35], dado que nestes predomina uma emigração Sul-Sul por oposição à emigração cabo-verdiana para os EUA que decorre no eixo Sul-Norte[36]. Os emigrantes cabo-verdianos são provenientes, na sua larga maioria, das ilhas de Brava, Fogo e São Nicolau e, são maioritariamente do sexo masculino. Através do processo de «carta de chamada» e/ou da reunificação familiar o número de cabo-verdianos nos E.U.A. vai-se expandindo de forma geométrica. A ajuda aos patrícios que vão chegando, característica basilar da rede migratória, é garantia de apoio aos que se aventuram no processo migratório. Como afirmam França e colaboradores, explicando a influência dos diferentes elos que formam a corrente migratória:

> as remessas que, tradicionalmente, os emigrantes para determinado destino passam a enviar regularmente aos seus familiares, têm o efeito de atrair grande número de patrícios para aquelas paragens, dando, assim, origem a novas correntes migratórias. Estas são ainda alimentadas pela conhecida cadeia de solidariedade cabo-verdiana, através da qual os primeiros enviam cartas de chamada e dinheiro para as despesas das viagens de parentes e amigos (1992: 40).

Neste caso, é óbvia a semelhança entre as migrações cabo-verdianas e outros fluxos migratórios transatlânticos com origem em arquipélagos atlânticos (e.g. Madeira, Açores ou Canárias). Ambos seguiram a corren-

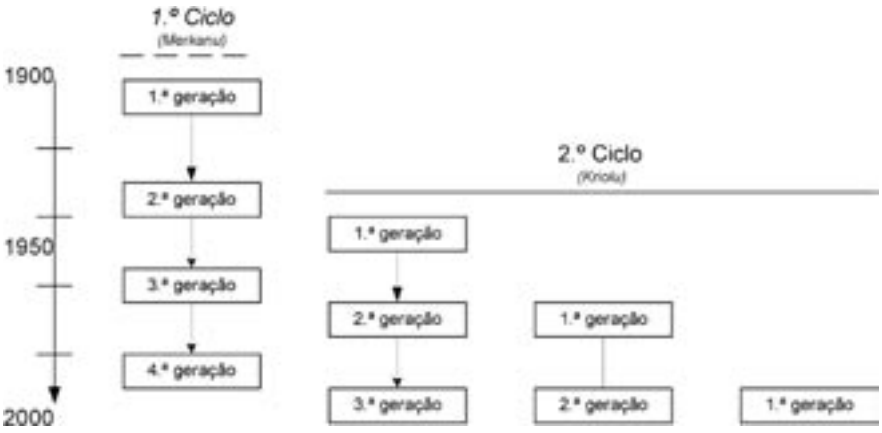
35. A África Ocidental é uma região que se estende por 6.618 km2 e inclui 16 países: Benin, Burkina Fasso, Cabo Verde, Gâmbia, Gana, Guiné-Conakri, Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Libéria, Mali, Mauritânia, Niger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo, cuja população em conjunto se estimava em 1992 em 180 milhões. Sete destes países são classificados como pouco desenvolvidos pelas Nações Unidas, três não têm fronteiras marítimas (Burkina Fasso, Mali e Nigéria) e sete, situados no Sahel uma zona de chuvas escassas e incertas, foram seriamente afectados por secas nos últimos anos. Todos os países da África Ocidental têm taxas de crescimento populacional anuais elevadas e baixos rendimentos per capita. O nível de industrialização é baixo e a agricultura o principal sector empregador de mão-de-obra (Makinwa-Adebusoye, 1992: 63).

36. "As diferentes sub-regiões do continente africano caracterizam-se por apresentarem formas distintas de migração internacional: a emigração das regiões da África ocidental, central e do norte para os países do "Norte" - a chamada "migração Sul-Norte" -e para os países do Golfo; fluxos persistentes de refugiados na África oriental em consequência de condições ambientais, económicas e políticas adversas; migração de trabalhadores de alguns países da África oriental, mas sobretudo da África austral, para a República Sul-Africana (RAS); e a emigração clandestina, principalmente de grupos étnicos divididos por fronteiras internacionais e de nómadas, no Sahel e na África oriental" (ADEPOJU, s/d: 1).

te migratória iniciada pelos pescadores de baleia ou por marítimos tripulantes de navios. Os Estados Unidos da América tornam-se, portanto, um destino tradicional da emigração cabo-verdiana desde o século XVIII. Posteriormente, este destino vai ser alimentado por contínuos fluxos de migrantes numa lógica de tradicional cadeia migratória alimentada por uma rede migratória activa. Aos poucos, a emigração para a América do norte foi alterando o seu mecanismo de atracção de novos emigrantes "pois bastava ter dinheiro para pagar as passagens ou conseguir alguém que ficasse de fiador, para os candidatos seguirem para aquele país nos veleiros que, regularmente, faziam a ligação com as ilhas e, deste modo, a colónia cabo-verdiana ia aumentando (França *et al.*, 1992: 44). A interrupção do fluxo da emigração cabo-verdiana entre os anos 20 e os anos 50, devido às restrições impostas pelos diversos 'immigration acts', gerou um vazio no interior da comunidade cabo-verdiana nos EUA que se vai dividir em dois grupos diferentes. Gina Sanchéz vai distinguir estes dois grupos como o grupo dos *Kriolu*, composto pelos mais recentes emigrantes, e o grupo dos *Merkanu*, o das gerações descendentes dos emigrantes mais antigos (Sanchéz, 1998: 22). Estes diferentes grupos têm, como seria de esperar, ligações distintas ao arquipélago de Cabo Verde e formam, mesmo no interior dos EUA, grupos diferenciados. A sua importância e o seu papel na gestão da rede de solidariedade no seio da *comunidade transnacional* cabo-verdiana é também desigual, apresentando, como é normal, uma maior ligação ao país de origem, o grupo de migrantes que integram o 3.º ciclo migratório cabo-verdiano (pós II guerra mundial).

Em resultado desta história migratória, na actualidade, subsistem, em simultâneo, várias gerações de migrantes cabo-verdianos (ou de origem cabo-verdiana) nos Estados Unidos. Se pensarmos apenas nos imigrantes chegados desde o início do século XX estaremos em presença de, pelo menos, quatro gerações diferentes resultantes de dois ciclos migratórios distintos: uma segunda, terceira e quarta gerações com origem numa emigração do início do século (Dicker, 1968); uma primeira, segunda e, em alguns casos, terceira geração resultante de uma emigração do pós-segunda guerra mundial (Halter, 1993).

Figura 1.2 - DIFERENTES GERAÇÕES DE CABO-VERDIANOS E SEUS DESCENDENTES ACTUALMENTE EXISTENTES NOS EUA DE ACORDO COM DIFERENTES CICLOS MIGRATÓRIOS



A circunstância de ter existido um período na história do século XX em que o ciclo migratório foi interrompido não foi, no entanto, suficiente para quebrar a rede entre os EUA e o arquipélago cabo-verdiano. Se nos concentrarmos na representação expressa na figura 1.1 compreendemos que, na maioria dos casos, ocorreu «apenas» um hiato de uma geração entre os que partiram e os que ficaram (ex. entre tios e sobrinhos, entre primos direitos, etc.). Este facto permitiu, logo que as condições conducentes à migração foram restabelecidas, recuperar, com um menor volume é certo, a corrente migratória interrompida, dando lugar, na actualidade, a um volume acumulado de algumas centenas de milhares de indivíduos de origem étnica cabo-verdiana, distribuídos ao longo de todo o país (cf. quadro 1.3). A estimativa do extinto Instituto de Apoio ao Emigrante (IAPE) apontava para um volume total de 264.900 cabo-verdianos e descendentes nos EUA, com especial incidência em três Estados norte-americanos: Massachusetts, Rhode Island e Califórnia.

Quadro 1.3 - CIDADES DE ACOLHIMENTOS DE CABO-VERDIANOS – EUA / CANADÁ

PAÍS	Cidades	Números	Ilhas de Origem	Total
EUA				264.900
	Massachusetts			
	Boston	180.000		
	Brockton	15.000		
	New Bedford	20.000	Fogo	
	Scituate		Brava	
	Tauton		Stº Antão	
	Rhode Island		S.Nicolau	
	Providence	30.000		
	Pawtucket	10.000		
	Cannecticut			
	Bridgeport	1.500		
	Waterburg	800		
	Florida	600		
	Orlando,			
	California	5.000		
	San Francisco,			
	Sacramento			
	N.York	2.000		
	Broohlyn			
	Yonkers			
	Ohio			
	Pensilvania			
	Philadelphia			
CANADÁ		300	S.Vicente	

Fonte: Adaptado a partir de Instituto de Apoio ao Emigrante, 1998

Façamos um pequeno parêntesis para assinalar que, estas diferentes gerações de cabo-verdianos e/ou de cabo-verdianos-americanos (de *Merkanus* e de *Krioulus*) e a sua coexistência contemporânea são facilmente identifi-

cáveis em chatrooms ou sites na Internet onde, ao seu modo, se (re)constrói uma identidade cabo-verdiana transnacional (ver caixa 1.1).

Caixa 1.1 Reconstrução identitária: a importância da Internet

Através de alguns exemplos retirados de um local de convívio, é possível demonstrar que a pertença ou a identificação co-étnica ultrapassa a geração imigrante e que, deste modo, os vínculos que permitem a manutenção da rede migratória se mantêm activos:

"I was born in New Bedford, my father was from the Island DjaFogo, my mother was born in Wareham but my grandparents on both side came to this country perhaps 115 years ago. Mateus or better known in the USA as Matthews. My grandfather was called Nho Manne Fakinu meanin (Manny little Knife) He was married to Nha Julia Barboza Gomes (Matthews also from Dja Fogo that is my father side. My mother side is from the Island of Dja Brava. My mother was Anna Rose married to Charlie Barboza Matthews (Macelino B. Mateus) They lived in Wareham. Until he went to the World War II. My grandmother from Dja Brava her name is Caroline Rainey a Beautiful women with red hair and green eyes married to Aurelio Rose (Rosa) also from Dja Brava. My grandfather was called Harry Rose they lived in Marion. Cranberry pickers, farmers and gardeners. I was born Milton Charles Matthews raised between the twin towns Wareham and Marion mostly by my grandparents from DjaBrava. My first language is my mother tongue Criolu. Thanks to my grandparents, may their souls rest in peace at the Wareham cemetery." (Mateus in http://www.umassd.edu/specialprograms/caboverde/vlog0798.html).

"My great grandmother (Joaninya Deyha Rosa Dominga) is from Sao Nicolau, she gave birth to 8 daughters. My grandmother Joanna Britto is one of the youngest of the daughters -born January 1, 1894 in the village of Calijone (I do not have the proper spelling-it is pronounced: Kaaleejone). She came to the USA by way of Ellis Island in New York. She settled in Marion, MASS (the Cape Cod area) with other relatives and friends working the cranberry fields. She then went and stayed in Newport, Rhode Island until her death January 20, 1967. She was married to Simplicio Lopes Moreino (born in Praia on March 2, 1888 and died in Newport, RI, November 19, 1960). Joanna had 10 children (her first son John Fontino was born in the Cape Verde and she sent for him when he was 8 years old). My mother Maria de Gracia Moreino was born in Newport, RI in November 1930 she is the youngest of the ten children. She was about 10 years old when John Fontino gave her a hug and left home for good - he did not get along with his step father Simplicio) John never returned or kept in touch with the family" (Kanuteh. in http://www.umassd.edu/specialprograms/caboverde/vlog0898.html).

"I'm from Cape Cod. (...) My grandfather Anibal J. Lopes came from Cape Verde in the 1800's and settled on the Cape. He worked with the railroad and later owned and harvested various cranberry bogs" (Lopes in http://www.umassd.edu/specialprograms/caboverde/vlog0499.html).

"I was born in Praia Santiago in 1978. My parents and two brothers migrated to the States in 1984, when I was five years old. I'v been living in Boston ever since. I have a huge family. My grandparents on my mother's side had 13 kids, 12 of which have at least on child or more. I want to know other places where there are other Cape Verdeans located. Boston, New Bedford, and other New England areas are the only places where I've seen Cape Verdeans. Creolos nos eh tudo bunito. Du tenh ki junta
pah nu mostra tudo mundo intero..." (Andrade in http://www.umassd.edu/specialprograms/caboverde//vlog0197.html).

"My Grandfather, my Fathers Father, was originally from Cabo Verde. His last name was Figueira. He came to the United States some 80-100 or more years ago, and settled in Woonsocket, Rhode Island. If anyone is familiar with my family background or family name, please contact me" (Silva in http://www.umassd.edu/specialprograms/caboverde//vlog1297.html).

Através de uma análise destes extractos de declarações retiradas da Internet é possível defender que, graças às novas tecnologias de informação, a comunidade cabo-verdiana nos EUA vem (re) construindo a sua identidade e realinhando a rede migratória e as suas vantagens competitivas no seio de uma comunidade potencialmente transnacional. Neste sentido, em ambos os extremos da cadeia migratória, vem sendo apoiado o contacto entre as diferentes comunidades quer no interior dos EUA, quer na Europa, quer em Cabo Verde aproveitando o potencial estratégico da existência de uma comunidade emigrante e da sua potencial transnacionalidade. A construção desta comunidade transnacional, de que um dos mais proeminentes vértices é a comunidade emigrante nos EUA, teve início com este primeiro ciclo migratório transatlântico.

A inserção laboral: de marinheiros a agricultores

Em termos de inserção laboral, os «cabo-verdianos pioneiros» (Carreira, 1983: 82), isto é, as primeiras gerações a chegarem aos EUA, vão inserir-se em sectores para os quais detinham algumas (parcas) qualificações ou experiência como a agricultura, o sector têxtil, ou as indústrias ligadas ao mar (e.g. pesca, reparação naval, indústria conserveira, etc.). Marilyn Halter, por seu turno, separa a comunidade cabo-verdiana desta época (início do século XX) em duas partes, uma marcadamente mais urbana e outra mais rural dando como exemplo as comunidades de Cape Cod e de New Bedford (1993: 19). No entanto, para esta autora, existiam, já à época, várias pontes de contacto entre as duas comunidades. Por exemplo, muitos cabo-verdianos trabalhavam como duplamente sazonais, isto é, como agricultores nos campos no fim do verão e outono, e nas fábricas da cidade no Inverno. Sobre a inserção laboral das diferentes gerações de cabo-verdianos nos EUA é possível encontrar muitas memórias. Destaca-se a memória do trabalho agrícola que, como vimos, aparentemente, persiste de forma mais intensa nas recordações da comunidade cabo-verdiana dos EUA. Em 1917, o Congresso dos Estados Unidos publica o 'immigration act' que torna a admissibilidade de novos imigrantes dependentes da literacia e, neste sentido, impede a entrada de estrangeiros analfabetos (Baganha, 1990: 68). Como afirma António Carreira:

> os EUA em 1917 promulgaram uma Lei pela qual se proibiu a entrada de analfabetos de raça preta com idade superior a 16 anos. Esta Lei começou a vigorar em 1918 e foi o primeiro travão à entrada de cabo-verdianos, provocando um substancial decréscimo nesta corrente migratória. Este entrave passou a ser contornado por

> processos habilidosos de entrada clandestina o que, obviamente, encareceu muito as viagens; levando a que só indivíduos com recursos pudessem tentar esta solução. Posteriormente, em 1921, a implementação da «Lei das Quotas», reforçada por medidas ainda mais restritivas em 1924, vai igualmente contribuir para uma redução significativa do número de emigrantes cabo-verdianos para os EUA. O governo português, ao regulamentar a aplicação do acordo das quotas, tornou, no caso dos cabo-verdianos, a emigração para os EUA ainda mais restrita que o exigido pela Lei americana. Esta regulamentação restringiu fortemente este fluxo migratório levando ao seu adormecimento (Carreira, 1983b: 164).

Esta dupla restrição levou, na prática, ao encerramento deste ciclo migratório para os EUA, que se havia iniciado mais de um século antes, originando a procura por parte dos cabo-verdianos de destinos migratórios alternativos mais a mais porque "o encerrar das fronteiras americanas aos emigrantes cabo-verdianos coincidiu com uma das mais terríveis secas no arquipélago (1921-1922) época em que morreram nas ilhas mais de 27.000 pessoas o que, certamente, terá funcionado como factor de repulsão gerando, no encerrar deste percurso migratório, a procura de novos destinos (Carreira, 1982: 68)[37].

O prolongamento da linha americana: o ramal da América do Sul

De facto, é por esta época que se dá início à emigração para a Argentina, Uruguai e para o Brasil[38]. Nos finais do século XIX e início do século XX, começam a chegar aos portos de Montevideu (Uruguai) e Buenos Aires (Argentina) marítimos cabo-verdianos, tripulantes de baleeiros, tripulantes de barcos mercantes ou grumetes a bordo de navios de guerra argentinos (França *et al.*, 1992: 45). Nesta época, os portos do Rio da Prata funcionavam tanto como destino final da emigração cabo-verdiana, como, igualmente, como ponto de passagem para o Brasil, um destino de elei-

37. Para uma análise detalhada da emigração cabo-verdiana para os EUA ver Carreira, 1982; Halter, 1993; Dicker, 1968; Tyack, 1952; Sharf, 1960; Machado, 1978; Almeida, 1978, 1995, Lobban, 1995.
38. A decisão (e as dúvidas) da emigração para o Brasil está bem romanceada no livro de Manuel Lopes, (1997) Chuva Brava, Ed. Caminho, Lisboa.

ção até aos anos trinta. Actualmente "conhecem-se na Argentina[39] dois agrupamentos importantes de cabo-verdianos: o que existe em Dock Sud e a colónia de Enseñada. Ambos totalizam cerca de 5.000 membros, sendo o primeiro o mais numeroso"[40]. Os emigrantes cabo-verdianos para a América do Sul (Cf. Quadro 1.4) eram, na sua maioria, originários das ilhas de S. Vicente e S. Antão. Este facto indicia estarmos em presença de dois eixos migratórios, um primeiro que tem como destino a América do norte e como origem as ilhas do Sotavento[41] e, um outro eixo, que tem como origem as ilhas do Barlavento[42] e como destino a América do Sul e, que escolheria como destino, mais tarde, a Europa. Uma análise das estatísticas migratórias permite confirmar que, no período 1900-1920, a migração no interior do império colonial português representou em média 19% da emigração total[43]. Para o mesmo período a emigração para os Estados Unidos da América representou 67% do total. Por outro lado, começam, nesta época, a surgir duas outras correntes migratórias: para a América do Sul (7%); e para os países vizinhos da África continental (5%). Como afirmam França e colaboradores.:

> depois da primeira grande guerra mundial, face aos impedimentos para se emigrar para os Estados Unidos, a emigração mudou de rumo e, particularmente nos anos vinte, chegam às cidades do Rio da Prata, numerosos cabo-verdianos. Muitas vezes reuniam-se em S. Vicente à espera de poder viajar e era então que o agente da Mala Real Inglesa pedia um barco com as devidas reservas, para transportá-los ao Rio de Janeiro, Montevideu e Buenos Aires. Este fluxo migratório prosseguiu até bem avançados os anos trinta (França *et al.*, 1992: 45; Filho, 1996: 250).

39. Sobre a imigração cabo-verdiana na Argentina ver Maffia, 1993.
40. In Notícias n.º 24, S. Vicente, Janeiro 1989.
41. Conjunto formado pelas ilhas mais a sul (Brava, Fogo, Santiago e Maio).
42. Conjunto formado pelas ilhas mais a norte (Santo Antão, São Vicente, S. Nicolau, Sal e Boavista).
43. Isto se não se considerar os «contratos de trabalho» que se dirigiam para Sul. Cf. quadro 1.4.

Quadro 1.4 - EMIGRAÇÃO ANUAL POR PAÍS/REGIÃO DE DESTINO: 1900-1920

	DESTINOS									
	USA	Brasil Argentina Uruguai Chile	Dakar (Senegal) Gâmbia	Guiné	Angola Moçambique	S. Tomé e Príncipe	Lisboa Açores Madeira	Total de emigração no interior do império	Outros Países	Total
1900	293	2	-	-	-	23	39	62	23	380
1901	245	10	-	24	5	7	30	66	5	326
1902	284	25	-	47	8	16	59	130	12	451
1903	542	30	-	39	8	272	48	367	109	1 048
1904	361	12	77	99	23	87	58	267	9	726
1905	317	30	89	48	24	26	71	169	8	613
1906	638	63	-	109	14	60	50	233	11	945
1907	560	42	122	146	11	408	99	664	13	1 401
1908	1 206	59	167	106	11	12	65	194	13	1 729
1909	695	69	148	110	33	27	71	241	3	1 156
1910	1 054	91	88	283	27	12	102	424	3	1 660
1911	1 474	186	65	174	30	18	58	280	9	2 014
1912	1 128	333	61	26	15	18	18	77	-	1 599
1913	1 691	302	173	6	10	23	18	57	39	2 262
1914	1 610	134	76	1	90	369	25	485	48	2 353
1915	784	32	82	97	10	29	124	260	32	1 190
1916	1 829	32	94	125	26	39	60	250	5	2 210
1917	1 508	52	41	60	7	15	48	130	16	1 747
1918	323	22	13	84	8	30	46	168	-	526
1919	491	144	17	144	2	25	65	236	5	893
1920	1 506	298	115	519	4	16	78	617	-	2 536
TOTAL	18 629	1 968	1 428	366	1 532	2 247	1 232	5 377	363	27 765

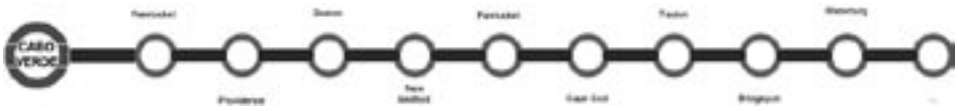
Fonte: Adaptado a partir de IAPE, 1997. 46

Com esta dupla corrente migratória transatlântica, os emigrantes de Cabo Verde iniciavam a construção de uma complexa rede migratória- aqui metaforicamente representada como se se tratasse de uma rede de metropolitano- com múltiplos percursos alternativos entre si, com estações de ligação, com rotundas (ou placas giratórias) que variam ao longo do tempo, com estações fechadas temporária ou definitivamente, com linhas inteiras desactivadas, com novas linhas a ser projectadas,

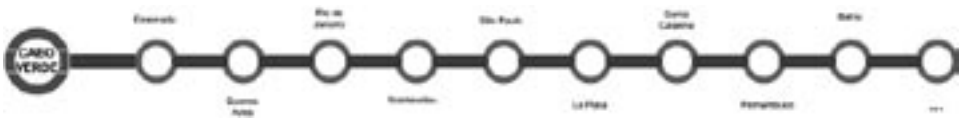
enfim, uma estrutura migratória dinâmica que teve início com a corrente migratória transatlântica (cf. Figura 1.3).

Figura 1.3
AS ESTAÇÕES DAS AMÉRICAS:

Linha da América do Norte



Linha da América do Sul



a.2 A Emigração cabo-verdiana Norte-Sul (um Norte invertido no Hemisfério Sul)

CAMINHO LONGE[44]

Caminho
Caminho longe
Ladeira de São Tomé
Não devia ter sangue
Não devia, mas tem.

Parados os olhos se esfumam
No fumo da chaminé.
Devia sorrir de outro modo
O Cristo que vai de pé.

E as bocas reservam fechadas
A dor para mais além
Antigas vozes pressagas
No mastro que vai e vem.

44. Mariano, Gabriel in "12 poemas de circunstância", 1965, Minerva, Praia.

Caminho
Caminho longe
Ladeira de São Tomé
Devia ser de regresso
Devia ser e não é.

Em simultâneo com a corrente migratória transoceânica, decorria uma outra corrente que tinha como origem o arquipélago de Cabo Verde e como destino outros territórios coloniais portugueses. Portugal, à semelhança de outras potências coloniais europeias do final do século XVIII inícios do século XIX (e.g. França e/ou Inglaterra), fomentou uma migração, forçando-a se necessário, dentro do seu império consoante as necessidades conjunturais de mão-de-obra numa ou noutra das províncias coloniais[45]. Como refere Gould:

> "devido a razões administrativas e económicas, o poder colonial encorajou a mobilidade laboral no seio dos seus territórios, facilitando o movimento interregional através de acordos bilaterais" (Gould citado por Makinwa-Adebusoye, 1992: 66).

No caso português essa facilitação foi imposta por decreto e, basicamente, determinava que todo o indivíduo que não pudesse prover o seu sustento poderia potencialmente ser deslocado para outro território ultramarino. A estratégia de desenvolvimento das, à época, «províncias ultramarinas» portuguesas, passava por fomentar determinados 'clusters' económicos, agrícolas (ex. café ou cacau) ou de extracção mineira, com massivas necessidades de mão-deobra, que tiveram como efeito uma migração de trabalhadores, de contratados e/ou de serviçais cabo-verdianos para outros territórios do ultramar português, designadamente para Angola, para a Guiné e para S. Tomé e Príncipe.

As migrações de cabo-verdianos para Sul, como ficaram popularmente conhecidas, assumiram formas distintas. De forma compulsiva, na maioria dos casos:

45. Sobre esta temática ver os trabalhos de António Carreira (1983) Migrações nas ilhas de Cabo Verde, Ed. Instituto cabo-verdiano do Livro, Praia e (1983b) Cabo Verde -formação e extinção de uma sociedadeescravocrata 1460-1878, 2.ed., Ed. Instituto Cabo-verdiano do Livro, Praia; de William Cadbury (1969) Labour in Portuguese West Africa, Negro Universities Press, New York. [1.º ed. 1910]; e de Ishemo S. (1995) "Forced labour and migration in Portugal's African colonies, in Robin Cohen (ed.) "The Cambridge Survey of WorldMigration", Cambridge University Press, pp. 162-165.

a) promoveram-se migrações em direcção à Guiné-Bissau;
b) fomentaram-se as migrações de trabalhadores não-qualificados –os «contratados» ou «serviçais»-em direcção às roças de café de S. Tomé e Príncipe[46];
c) estimularam-se as migrações para Timor para a reconstrução de Díli após a II Guerra Mundial.

Desta lógica colonial de desenvolvimento de algumas províncias em detrimento de outras, resultou o aparecimento da vantagem competitiva de Cabo Verde em relação às outras colónias: o excesso estrutural de mão-de-obra. Nesta mesma região, a África Ocidental, e à semelhança de Portugal, outras potências coloniais assumiram uma estratégia semelhante ao fomentarem migrações de mão-de-obra em direcção a Sul (Góis, 2002: 49). António Carreira aponta o ano de 1863[47] como sendo o início da «emigração forçada» para S. Tomé e Príncipe[48] (Carreira, 1983: 149). É certo que, com a abolição da escravatura, em 1878, o direito de não ser forçado a migrar para Sul foi formalmente reconhecido. Na prática, no entanto, apenas décadas mais tarde a abolição da escravatura teve efeito nas migrações cabo-verdianas. Carreira, na sua conceptualização das migrações cabo-verdianas, refere-se sempre às migrações para Sul como sendo «emigração forçada» por oposição à «emigração espontânea». No primeiro caso, Carreira define-a como:

> sendo toda aquela que se processa em consequência da ruptura do equilíbrio produção/população, provocada por secas (fomes e mortandades) ou pressão demográfica, situações estas de que os governos se aproveitaram para incentivar, e encaminhar, por meio de medidas legislativas ou de processos administrativos, a saída da população com objectivo de proporcionar mão-de-obra abundante e a baixo salário, às organizações agrícolas e industriais privadas de tipo capitalista, da região tropical ou equatorial. (...) Entretanto, em relação a Cabo Verde, a emigração forçada possui as suas características específicas que, em grande parte, lhe foram imprimi-

46. Sobre a abolição da escravatura em Cabo Verde ver Carreira (1983b).
47. Através da Portaria Régia n.º 105, de 18 de Maio de 1864 o Governo Colonial Português ordenava ao governador de Cabo Verde o «recrutamento» de cabo-verdianos para enviar para S. Tomé e Príncipe: "o governador, em qualquer transporte de que possa dispor, ou nos paquetes, faça transportar para as ilhas de S.Tomé e Príncipe, até 1.000 indivíduos de ambos os sexos, empregando para esse fim todos os meios possíveis depersuasão" (Carreira, 1983: 151).
48. Cerca de 30% da população actual de S. Tomé e Príncipe é de ascendência cabo-verdiana o que, neste caso específico significa que, olhada do outro extremo da cadeia migratória, é bem demonstrativo da importância deste fluxo migratório tanto para o país de origem, como para o país de destino.

> das pelos diferentes «regulamentos de recrutamento de serviçais» e «regulamentos de emigração» (Carreira, 1983: 23).

Complementarmente, e em simultâneo com a migração de todos estes trabalhadores desqualificados, favorecem-se as migrações de cabo-verdianos qualificados para exercerem funções de intermediação e funções administrativas na administração colonial portuguesa nas diversas províncias ultramarinas (e.g. Angola, Guiné-Bissau, Moçambique ou Índia). João Lopes Filho fala desta dupla composição do fluxo migratório cabo-verdiano no interior do império colonial português quando afirma:

> a sua presença desenvolveu-se através da chegada de dois grupos distintos: por um lado, funcionários públicos, empregados bancários e comerciantes; por outro, trabalhadores sem qualificação especial (Filho, 1996: 253).

As entrevistas por nós realizadas em Portugal permitem detectar ainda hoje esta composição dual do fluxo migratório cabo-verdiano, também descrita na literatura existente sobre esta temática, que viria a influenciar o fluxo de retorno para Cabo Verde ou de repatriamento para Portugal em meados da década de 70:

> "Há aqueles que também saíram de Cabo Verde antes do 25 de Abril, porque tinham habilitações literárias suficientes, ou um curso, e que estavam inseridos dentro dos quadros administrativos. Uns foram para a saúde para Moçambique, outros foram para trabalhos administrativos, inserido na administração colonial. Ao passo que os que sofriam as consequências da seca, eram contratados - entre aspas - para as roças de São Tomé e Príncipe, maioritariamente. Ainda hoje há documentos dessa situação" (in Entrevista n.º 12).

Do total de emigrantes no período 1900-1920, 14% dirigem-se para Sul e, destes, 54% tomam como destino São Tomé e Príncipe. A este número de emigrantes há que acrescentar um número muito significativo de contratados e serviçais que não constam das estatísticas como emigrantes. Se tomarmos em consideração estes totais, então, temos que assinalar o forte peso da migração para Sul no total da emigração a partir do arquipélago. Neste caso, 44% da emigração total de Cabo Verde tinha por destino São Tomé e Príncipe, contra «apenas» 40% que se dirigiam para os EUA. Se o primeiro destino vai ao encontro do padrão migratório que encontramos em outros países da África Ocidental (e.g. migrações, incluindo migrações sazonais, das populações dos países do interior Burkinafaso, Mali ou Niger, para as plantações da Costa do Marfim ou do Senegal), e é um padrão migratório

complementado pela migração de cabo-verdianos para as plantações do Senegal ou de Angola (Ishemo, 1995). Já o segundo destino (EUA), constitui-se como uma característica original das migrações cabo-verdianas e só pode ser explicado pela insularidade de Cabo Verde e pela existência de portos atlânticos enquadrados nas rotas pesqueiras ou mercantes do Atlântico sendo, neste caso, semelhante ao que aconteceu nos Açores (Baganha, 1990).

A emigração forçada para São Tomé e Príncipe, bem como a migração de cabo-verdianos qualificados para exercerem funções administrativas na administração colonial portuguesa nas diversas províncias ultramarinas, percorreu todo o século XIX e o século XX até à década de 70 - data a partir da qual cessam definitivamente as migrações para Sul-acompanhando os diversos ciclos da emigração cabo-verdiana contemporânea. Esta migração teve um impacto profundo na cultura cabo-verdiana, reflectindo-se, por exemplo, na poesia e na música, guardando-se a memória destes tempos até hoje. Como reminiscência desta corrente migratória subsiste ainda em São Tomé e Príncipe um número significativo (na ordem das dezenas de milhar de indivíduos), de cabo-verdianos e seus descendentes residentes no arquipélago do equador (cf. Quadro 1.5).

Quadro 1.5 - PAÍSES E CIDADES DE ACOLHIMENTOS DE CABO-VERDIANOS – OUTROS PALOP

PAÍS	Cidades	Números	Ilhas de Origem	Total
ANGOLA				45.000
	Benguela	10.000		
	Huambo	1.000	Santiago	
	Luanda	29.000	E	
	Lubango	3.000	Santo Antão	
	Moxico	2.000		
MOÇAMBIQUE				1.000
	Beira	200	Santiago	
	Maputo	600	E	
	Nampula	200	Santo Antão	
S.TOMÉ E PRÍNCIPE				20.000
	S.Tomé	14.000	Santiago	
	Príncipe	6.000	Santo Antão	
GUINÉ BISSAU	Bissau	2.000	Santiago	2.000
OUTROS PALOP TOTAL				68.000

Fonte: Adaptado a partir de Instituto de Apoio ao Emigrante, 1998

No que diz respeito à migração de cabo-verdianos para as outras ex-províncias ultramarinas portuguesas não existem muitos dados disponíveis. António Carreira (1983) referencia este facto para demostrar que esse número ascendia a algumas dezenas de milhar de indivíduos, realidade comprovada pelo duplo (e simultâneo) movimento de repatriamento/retorno pós 25 de Abril de 1974 para Portugal e/ou para Cabo Verde. O IAPE (1997) estima o número de cabo-verdianos actualmente residente noutros países africanos de língua oficial portuguesa em 65 a 70 mil indivíduos, a maioria dos quais residindo em Angola. Carling (1997), por seu turno, apresenta como estimativa máxima cerca de 50 mil indivíduos. O que é certo é que muitos dos cabo-verdianos residentes noutras ex-colónias terão, no período 1974-1981[49], regressado ou a Cabo Verde, ou a Portugal ou terão procurado destinos migratórios alternativos utilizando um dos destinos antecedentes como placas giratórias. Como afirmam França e colaboradores.:

> entre 1974 e 1976, no contexto do movimento então proveniente das ex-colónias, na sequência das respectivas independências, verificou-se então um afluxo considerável de cabo-verdianos (...) das outras ex-colónias, onde exerciam tarefas administrativas das mais diversas (1992: 104).

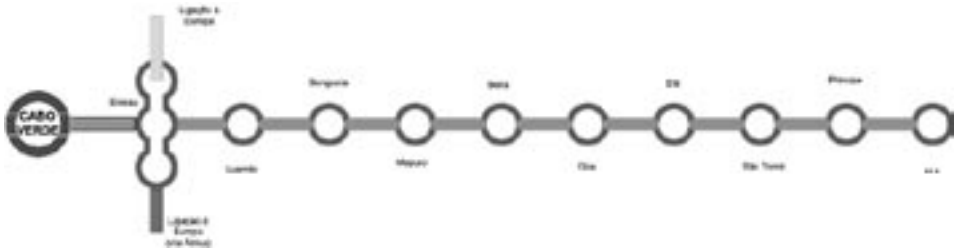
Este retorno ou repatriamento vai ter, como veremos, implicações nas dinâmicas migratórias no decorrer do terceiro ciclo das migrações cabo-verdianas contemporâneas. Segundo vários autores, chegados a Cabo Verde após a independência e muitas vezes decepcionados com o estado de subdesenvolvimento que caracteriza o país (por exemplo para os jovens que regressam de Angola), estes retornados re-emigram para países mais desenvolvidos (Got, 1990: 33) juntando-se a correntes migratórias em curso.

De realçar também o facto da maioria dos cab-overdianos presentes em outros países africanos de língua oficial portuguesa não pertencer às ilhas que alimentavam outras correntes migratórias (designadamente a linha das Américas), mas terem origem nas ilhas de Santiago e/ou de Santo Antão que, curiosamente, surgirão posteriormente, como as principais fontes da mão-de-obra emigrante que, após os anos 60, irá alimentar o mercado de trabalho português. A corrente migratória que abastecia as

49. De difícil mensuração mas com elevada probabilidade será o facto de muitos dos cabo-verdianos ao serviço da administração colonial terem seguido percursos semelhantes aos de muitos portugueses e, neste sentido, re-emigrado para países onde dispusessem de uma rede de suporte, isto é, Holanda, França, Espanha, Itália, EUA e/ou Brasil.

migrações inter-regionais no interior do império colonial português seria, nesta lógica, a percursora do elo que ligaria nos anos 70, 80 e 90 Cabo Verde a Portugal. A linha das Caravelas que nesta época tinha um só sentido (Norte-Sul) viria a ganhar um outro (Sul-Norte), dando lugar a um retorno das caravelas que transporta agora cabo-verdianos para Portugal.

Figura 1.4
A LINHA DAS CARAVELAS: O SUL



b) O segundo ciclo: dos anos 20 ao fim da Segunda Guerra Mundial

Com a diminuição da emigração para a América ocorrida no final dos anos dez, início dos anos vinte, novos destinos migratórios vão ganhar importância. Porém, é de assinalar que a dinâmica da corrente migratória para os EUA não vai encontrar imediatamente alternativas uma vez que a emigração cabo-verdiana necessita agora de encontrar novas rotas, novos percursos, enfim, de (re)formular a sua rede iniciando a construção de novas *linhas*.

As migrações cabo-verdianas neste período caracterizam-se essencialmente:

a) pela manutenção de um elevado fluxo migratório em direcção ao *Sul*;
b) por um aumento da emigração para os países vizinhos do continente africano designadamente para o Senegal, Guiné-Bissau e Gambia;
c) por um aumento relativo do fluxo migratório para a América do Sul.

Migrações para o *Sul*

Ao longo deste período é nítida a desaceleração do fluxo migratório transatlântico e um aumento da migração no interior do império colonial português. Para São Tomé e Príncipe e para os outros territórios coloniais portugueses as migrações mantêm as características já descritas. As migrações no interior do império colonial português (somatório da emigração com a

migração de contratados e serviçais) concentram mais de 50% das migrações caboverdianas. Portugal-metrópole, por si só, representa 33% da emigração total (cf. quadro 1.6) no que parece ser o surgir de uma nova linha migratória, crescendo o número de cabo-verdianos que migram para a metrópole (de poucas dezenas de indivíduos/ano na década de 20 para algumas centenas de indivíduos/ano em meados da década de 40). No entanto, como veremos, desde esta época que muitos dos cabo-verdianos que aportavam a Lisboa não tinham intenção de aí permanecer mas, pela burocracia que implicava emigrar legalmente, muitas vezes tornava-se necessário permanecer por alguns meses em Lisboa.

Neste contexto, a partir dos anos 40 Lisboa vai passar a desempenhar simultaneamente um papel de (re)distribuição da emigração cabo-verdiana, isto é, a constituir um etapa de passagem em direcção a outros destinos migratórios e a ser um destino migratório final para parte dos migrantes caboverdianos. Nos últimos anos da década de 40, Lisboa vai ser uma etapa de percurso para o, à época, destino emergente: a cidade-porto de Roterdão na Holanda. Este papel não mais deixou de ser desempenhado por Lisboa no seio da rede migratória global cabo-verdiana.

Quadro 1.6
EMIGRAÇÃO ANUAL POR PAÍS/REGIÃO DE DESTINO: 1927-1945

	DESTINOS									
	USA	Brasil Argentina Uruguai Chile	Dakar (Senegal) Gâmbia	Guiné	Angola Moçambique	S. Tomé e Príncipe	Lisboa Açores Madeira	Total de emigração no interior do império	Outros Países	Total
1927	179	466	138	-	3	2	14	19	28	830
1928	115	39	73	-	-	1	23	24	181	432
1929	208	303	177	-	-	-	5	5	33	726
1930	63	173	263	-	1	1	5	7	9	515
1931	141	14	164	-	8	-	1	9	24	352
1932	101	11	149	-	3	4	57	64	18	343
1933	75	10	113	134	76	15	93	318	43	559
1934	102	4	117	6	7	2	78	93	6	322
1935	65	21	133	34	3	3	90	130	9	358
1936	33	43	155	54	5	-	261	320	5	556
1937	76	62	69	135	8	1	342	486	37	730

	DESTINOS									
	USA	Brasil Argentina Uruguai Chile	Dakar (Senegal) Gâmbia	Guiné	Angola Moçambique	S. Tomé e Príncipe	Lisboa Açores Madeira	Total de emigração no interior do império	Outros Países	Total
1938	124	23	78	92	118	16	363	589	63	877
1939	64	24	88	89	41	25	258	413	43	632
1940	47	10	51	170	15	28	443	656	78	842
1941	-	-	3	147	8	12	199	366	62	431
1942	-	-	-	63	9	-	201	273	25	298
1943	3	-	-	151	6	-	263	420	32	455
1944	1	-	-	42	10	-	247	299	2	302
1945	11	-	1	80	31	23	393	527	21	560
TOTAL	1 408	1 203	1 772	1 197	352	133	3 336	5 018	719	10 120

Fonte: Carreira, 1982: 78 (adaptado).

A linha da América do Sul: um destino emergente mas pouco influente

Para o Brasil e América do Sul emigram durante neste período, cerca de 12% dos migrantes cabo-verdianos, com origem principalmente da ilha de S. Nicolau de onde aportavam às cidades de Santos e Rio de Janeiro em navios à vela ou vapor[50]. O fluxo imigratório aumentou de intensidade após a segunda Guerra Mundial e manteve-se activo até aos anos 60 do século XX. Esta emigração era no entanto difícil e muito arriscada, não só por a rede migratória não se encontrar ainda suficientemente formada mas, sobretudo, pelas dificuldades que a longa viagem transatlântica implicava: Como afirma José Andrade:

> Em 1924, com a lei das quotas que veio a delimitar drasticamente a emigração para a América, o cabo-verdiano passa então a emigrar clandestinamente rumo à Argentina, ao Brasil e a outras terras da América do Sul. Esta emigração, porém, era muito arriscada na medida em que, ocorrendo com o total desconhecimento da tripulação dos barcos em que a mesma se verificava, o clandestino ao ser descoberto era preso, repatriado e, não raras vezes até atirado ao mar (Andrade, 1998: 76).

50. Sobre a emigração cabo-verdiana para o Brasil cf. "Emigrantes Cabo-verdianos no Brasil" in http://www.umassd.edu/specialprograms/caboverde/acdb_emig.html. Ou o site http://www.prefeitura.sp.gov.br/mil_povos/comunidades/caboverdeanos/caboverdeanos_historia.asp

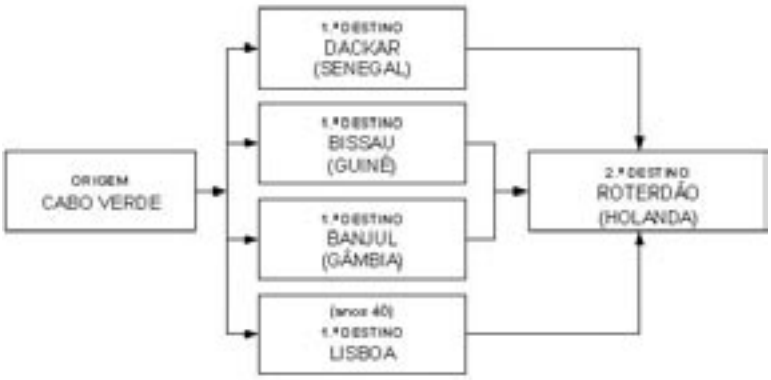
Dakar como destino final e plataforma giratória

Durante este período também o Senegal e a Gambia (17% da emigração total) emergem como destinos migratórios. Estes países, e em especial a cidade de Dakar no Senegal, constituem-se como uma alternativa à emigração dos contratados para São Tomé e Príncipe. A migração para Dakar[51] ou para Banjul é, necessariamente, menos visível do que a emigração no interior do império colonial português porque se trata sobretudo de uma emigração clandestina. Como afirma José Andrade:

> Embora com um registo de emigrantes para Dakar em 1904, é entre a segunda metade dos anos 20 até aos anos 50 que viria a estabelecer-se então uma outra corrente migratória, também clandestina, mas agora virada para o Senegal. Esta, apesar de clandestina, beneficiava da vantagem de ser preparada entre os potenciais concorrentes à emigração legal e os armadores, sendo assim clandestina somente no aspecto da fuga às formalidades e procedimentos administrativos e de fronteira (Andrade, 1998: 76).

O Senegal constituía à época um excelente mercado de trabalho alternativo para os cabo-verdianos, pois os colonos franceses procuravam recrutar pedreiros, carpinteiros e outros artífices, oferecendo salários bastante superiores aos fixados em Cabo Verde e em São Tomé (Filho, 1996: 251).

Figura 1.5
AS PLATAFORMA REDISTRIBUTIVAS NO SEGUNDO CICLO MIGRATÓRIO CABO-VERDIANO



51. Sobre a emigração cabo-verdiana para Dakar cf. os trabalhos de Andrade (1973) e de Ducoudray (1988).

Em simultâneo com o seu papel de destino migratório final, esta região constitui-se como "uma espécie de distribuidor da população emigrante cabo-verdiana, em especial para países europeus" (Veiga, 1997: 78). Dado que existia todo um conjunto de restrições político burocráticas para a emigração para a Europa vai surgir uma corrente migratória que, pela primeira vez, vai utilizar territórios exteriores ao arquipélago como «plataformas de redistribuição» numa migração por etapas. Por outro lado, a proximidade geográfica entre região de origem e região de destino permite que as mulheres emigrem em conjunto com os homens, trabalhando em Dakar como empregadas domésticas ou cabeleireiras. É também por esta altura que surgem as primeiras referências à migração independente de mulheres para Dakar. Como é referido tanto por Gueye como na síntese do Instituto Panos de Paris:

> Car même si Dakar reste pour eux un lieu de transit pour rejoindre la diaspora au France ou aux France, plus de 70% des Cap Verdiens restent plus de vingt ans au Sénégal. Et plus de 67% d'entre eux sont nés au Sénégal, indiquent des statistiques qui datent de 1992. Plus différent des Sénégalais que les Maliens et autres Guinéens, les Capverdiens du Sénégal sont pourtant un modèle d'intégration réussie. Autant ils ont assimilé la culture locale, autant ils ont marqué la société sénégalaise. Des quartiers de Dakar comme Sicap Baobabs sont réputés être des «réserves» de Cap Verdiens. Ils ont intégré les ngente (cérémonie de baptême) à la sénégalaise dans leur culture, mais ont donné aux jeunes Sénégalais la culture de la coladera (bal populaire). Dakar vit au rythme musical de la fête de la San Jon qui fait vibrer les îles, et sur les radios locales foisonnent les tranches horaires pour des programmes de musique et d'informations en direction de cette communauté. L'immigration et l'intégration des Capverdiens au Sénégal ont pris des contours professionnels. Ils ont aussi investi des secteurs restés leur domaine de prédilection comme la peinture, la coiffure. S'ils sont de plus en plus concurrencés par les Peulhs Guinéens et les Nigérians, leur réputation leur assure encore une bonne longueur d'avance. Mais ils ont diversifié leurs activités dans les domaines de la sérigraphie, de l'infographie et de l'imprimerie (PANOS INFO N°2, Institut Panos, Paris)

En raison des conditions particulièrement rudes que connaissent les îles de l'archipel du Cap Vert situé à 600 km au large de Dakar, beaucoup de ses habitants émigrent vers Dakar. Ceux-ci dénommés " Portugais " au Sénégal proviennent surtout des îles de Santiago, Saint Vincent et Brava. (...) Ainsi, selon leur situation socioprofessionnelle de ces " Sénégalais

étrangers " se sont créés à Dakar des quartier comme " La cours des Cap-verdiens " et la " SICAP Baobabs ", habités par des Cap-verdiens, " Khourou-nar " (Vallée des Maures), le quartier des Maures situé à Pikine, ou " Niayes-Thiocker " dans le bas Plateau et les rues 6 et 9 et 11 de la Médina où on retrouve la grande partie des groupes Soudanien et Guinéen de Dakar (GUEYE, 1999).

Deste modo, é criada toda uma nova linha migratória, com diversos percursos alternativos (via Dakar, via Banjul, via Bissau ou via Lisboa) para atingir o destino migratório de eleição: Roterdão (cf. Figura 1.5). Nesta época são ainda os barcos o grande meio de transporte dos migrantes e, por isso, a migração é essencialmente masculina e as cidades onde vão surgindo comunidades imigrantes são cidades portuárias. Como resultado deste processo migratório, o IAPE estima que actualmente vivam ainda em países africanos cerca de 93.000 cabo-verdianos, a esmagadora maioria residindo em Angola, no Senegal e na Guiné-Bissau.

Quadro 1.7 - PAÍSES E CIDADES DE ACOLHIMENTOS DE CABO-VERDIANOS – ÁFRICA

PAÍS	Cidades	Números	Ilhas de Origem	Total
GUINÉ BISSAU	Bissau	2.000	Santiago	2.000
SENEGAL	Dakar	25.000	Santiago/S.Vicente	25.000
GABÃO		200	Santiago	200
AFRICA TOTAL*				93.200

Fonte: Adaptado a partir de IAPE, 1997

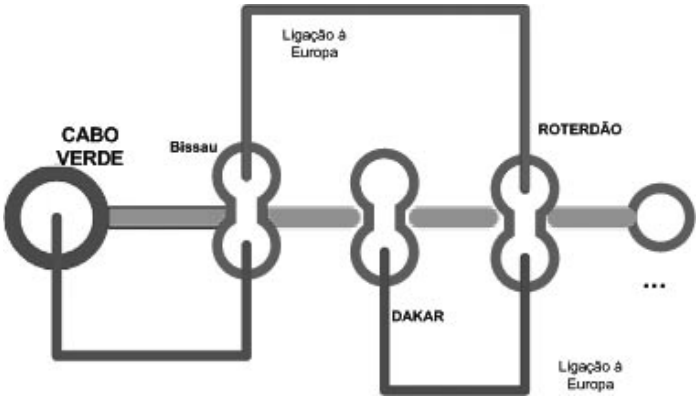
Um parêntesis para referir que a partir dos anos 80, esta região vai reassumir este papel na sequência da adesão de Cabo Verde à ECOWAS – Economic Community of West African States (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental)[52]. Tanto o Senegal como a Gâmbia reassumem um papel

52. A ECOWAS foi fundada em 1975, com o objectivo de promover o comércio livre e de facilitar o movimento dos factores de produção nos 16 Estados-membros. O seu Protocolo sobre a Liberdade de Movimento de Pessoas e o Direito de Residência e de Estabelecimento, de 29 de Maio de 1979, é explícito sobre a mobilidade da mãode-obra. Os direitos de entrada, residência e estabelecimento seriam progressivamente instituídos num prazo de 15 anos a partir da data de entrada em vigor do Protocolo. A execução da primeira fase, durante um período de cinco anos, abolia a exigência de vistos e de autorização de entrada. Os cidadãos da Comunidade que dispusessem de documentos de viagem válidos e de um certificado internacional de saúde podiam entrar nos Estados-membros, sem necessidade de visto, e aí permanecerem por um período de 90 dias. A segunda fase (direito de residência) do Protocolo entrou em vigor em Julho de 1986, mas o direito de estabelecimento ainda hoje está por aplicar (ADEPOJU, s/d: 10).

de (potencial) placas giratórias redistributivas de migrantes cabo-verdianos, numa tentativa de superação dos crescentes constrangimentos impostos pelos tradicionais países de destino.

O segundo ciclo das migrações cabo-verdianas encerra-se a partir do momento em que o estabelecimento de redes migratórias para a Europa e, sobretudo, para Roterdão se começa a fazer de modo directo dispensando a passagem pelo continente africano. Neste período, Lisboa assume um papel de crescente plataforma redistributiva para diversos países europeus (e.g. França e Espanha). No entanto, a linha entretanto formada permite já ligar, de forma independente, Cabo Verde e a Holanda. Ainda assim, e até hoje, a linha de África na rede migratória cabo-verdiana mantém-se activa proporcionando um percurso migratório alternativo que é usado em caso de dificuldade para um acesso indirecto à Europa.

Figura 1.7
LINHA DA EUROPA (VIA ÁFRICA)



c) O terceiro ciclo: da II Grande Guerra à actualidade

Após o hiato provocado pela II Guerra Mundial as migrações cabo-verdianas retomam a dinâmica perdida entre as duas guerras, ocorrendo um aumento da emigração e diversificando-se os destinos migratórios. Este ciclo migratório está ainda em curso e desenvolve-se, numa primeira fase sobretudo para a Europa, numa segunda fase, sobretudo no interior da União Europeia e, numa terceira fase, gerando um (novo) fenómeno de transnacionalização aproveitando toda a extensão da rede migratória. Comecemos por analisar de uma forma genérica a emigração cabo-verdiana ao longo deste período.

Migrações cabo-verdianas pós II Guerra Mundial

Segundo António Carreira no período entre 1946 e 1973 a emigração oficial compreendeu 143.375 cabo-verdianos que abandonaram o arquipélago voluntariamente. A esta emigração correspondeu uma taxa anual de 5.049 indivíduos, quase igual ao crescimento demográfico neste período que foi de 5.167 pessoas por ano (Carreira, 1983: 128; Veiga, 1997: 78). Os dados estatísticos que nos permitiriam acompanhar e melhor compreender este ciclo da emigração cabo-verdiana são escassos e não apresentam uma harmonia ao longo deste período. António Carreira apresenta-nos dois quadros estatísticos que nos permitem verificar, ainda assim, a evolução da emigração cabo-verdiana. (cf. Quadro 1.8 e 1.9).

Quadro 1.8 - EMIGRAÇÃO ANUAL POR PAÍS/REGIÃO DE DESTINO: 1946-1952

	DESTINOS									
	USA	Brasil Argentina Uruguai Chile	Dakar (Senegal) Gâmbia	Guiné	Angola Moçambique	S. Tomé e Príncipe	Lisboa Açores Madeira	Total de emigração no interior do império	Outros Países	Total
1946	37	3	34	142	6	2	844	994	17	1 085
1947	93	3	61	212	-	-	563	775	8	940
1948	71	2	-	166	-	-	718	884	176	1 133
1949	70	23	35	141	-	-	565	706	18	852
1950	57	7	28	97	-	-	399	496	24	612
1951	114	32	23	76	-	-	381	457	785	1 411
1952	96	16	70	67	-		463	530	59	771
TOTAL	538	86	251	901	6	2	3 933	5372	1 087	6 804

Fonte: Carreira, 1982: 79 (adaptado)[53].

Através de uma análise do quadro anterior, concluímos que, neste período -1946-1952, 79% da emigração cabo-verdiana ocorreu no interior do império colonial português, dos quais 58% se dirigiram directamente a Portugal. Este facto demonstra que, ao contrário do que é comummente afirmado (França *et al.*, 1992; Saint-Maurice, 1997) e apesar da pouca

53. A partir de 1953 os quadros estatísticos publicados foram modificados, eliminando-se o destino dos emigrantes e, deste modo, impossibilitando-se a continuidade desta comparação (Carreira, 1983: 123)

fiabilidade destas estatísticas, a emigração de cabo-verdianos para Portugal é uma realidade já antiga, com sucessivos fluxos de emigrantes que, desde há décadas, pouco a pouco, vão aumentando o volume de cabo-verdianos residentes. A rede migratória cabo-verdiana estava activa já desde os anos 30 e vai, ao longo do século XX, aumentar, de forma geométrica, a sua dimensão.

Ao longo deste período, ocorreu uma diminuição substancial da emigração cabo-verdiana transatlântica motivada por restritivas políticas de imigração nos países de acolhimento. A emigração para o Brasil e América do Sul diminuiu fortemente, tornando-se quase residual representando, neste período, pouco mais de 1% da emigração cabo-verdiana total. Também a emigração para os EUA é, neste período, da ordem das poucas dezenas de indivíduos/ano.

Quadro 1.9
EMIGRAÇÃO (DE CABO VERDE), POR ANOS, SEGUNDO A ORIGEM DOS EMIGRANTES: 1953-1973

Anos	Nascidos na Metrópole	Nascidos em Cabo Verde	Nascidos em Outras Províncias	Estrangeiros	TOTAL
1953	-	-	-	-	1 707
1954	-	-	-	-	2 508
1955	406	4 561	37	93	5 097
1956	327	2 107	217	146	2 797
1957	357	1 121	156	203	1 837
1958	418	2 912	88	134	3 552
1959	349	2 284	12	194	2 839
1960	566	2 824	60	149	3 599
1061	511	2 745	54	191	3 501
1962	250	2 608	41	186	3 085
1963	274	3 434	189	189	4 086
1964	37	6 723	24	164	6 948
1965	898	5 199	425	315	6 837
1966	1 002	4 781	242	518	6 543
1967	889	4 351	470	414	6 124
1968	1 120	3 802	197	417	5 536
1969	1 515	5 631	314	660	8 120
1970	1 988	7 764	334	1 716	11 802

Anos	Nascidos na Metrópole	Nascidos em Cabo Verde	Nascidos em Outras Províncias	Estrangeiros	TOTAL
1971	2 133	9 920	396	1 277	13 726
1972	1 985	14 375	469	1 187	18 016
1973	-	-	-	-	17 029
TOTAL	15 025	87 142	3 725	8 153	135 289

Fonte: Carreira, 1983: 127 (adaptado).

Devemos assinalar que, neste período (1945-1973), dado que as migrações no interior do império colonial português eram consideradas migrações inter-regionais, estas não eram contabilizadas em termos estatísticos como emigração, pelo que a contabilização aqui apresentada é, necessariamente, apenas parcial. Como exemplo desta lógica temos, quer as migrações de cabo-verdianos que se dirigiam para Portugal-metrópole, quer para as outras colónias portuguesas. João Lopes Filho refere, a título de exemplo, a emigração de cabo-verdianos para Angola, território onde o papel desempenhado pelos cabo-verdianos enquanto trabalhadores coloniais convidados nas fazendas angolanas não é, normalmente, considerado, demonstrando que as estatísticas não revelam o real quantitativo de cabo-verdianos envolvidos nestas migrações inter-regionais. Por outro lado, após 1961, os cabo-verdianos são incluídos num movimento mais vasto de fomento de colonatos (com angolanos e portugueses) "cuja função consistia em promover o processo de ocupação de terras abandonadas ou expropriadas (em sistema de colonatos) (...) entregando-lhes casa e terreno para cultura ou criação de gado, bem como equipamentos, com a condição de tudo ser liquidado à medida que iam procedendo às sucessivas colheitas" (Filho, 1996: 254). Este sistema promoveu a emigração para Angola de milhares de cabo-verdianos e de dezenas de milhares de portugueses metropolitanos.

A partir dos anos 50, as estatísticas da emigração cabo-verdiana sofrem uma nova alteração deixando, por um lado, de existir uma comparabilidade com períodos anteriores e, por outro, de aparecer uma referência aos destinos migratórios. Num período de 20 anos (1953-1973), cerca de 6.800 indivíduos abandonam o país anualmente, muitos deles re-emigrando (os nascidos em outras províncias e/ou nascidos na metrópole[54]) para países terceiros. O quadro 1.9 mostra que o principal período da emigração cabo-

54. Repare-se que cerca de 10% do volume total da emigração tinha nascido em Portugal (metrópole) podendo, portanto, posteriormente, de acordo com o D.L. n.º 308-A de 24 de Junho de 1975 manter nacionalidade portuguesa.

verdiana ocorreu entre 1963-1973 com uma média de 9.724 indivíduos que saíam anualmente do país, 70% dos quais do sexo masculino o que, como sabemos, é um forte indício de uma clássica migração laboral.

A *emigração voluntária* para a Europa ocorrida ao longo deste período permite estancar a *emigração forçada* para Sul, colocando um ponto final num destino migratório secular para os cabo-verdianos. Como afirma Carreira:

> o conjunto da emigração nos anos 1960-1970 reflecte duas das suas características diferentes: uma, correspondente ao encaminhamento da [emigração] espontânea na sua quase totalidade para a Europa (via Lisboa); outra, correspondente à cessação, a partir de 1960 da [emigração] forçada, normalmente dirigida a S. Tomé e Príncipe. Essa cessação é precisamente uma consequência do incremento da corrente para a Europa, onde o trabalhador, mesmo sem qualificação profissional, passou a auferir salários elevados, em comparação com as magras remunerações estabelecidas em S. Tomé (Carreira, 1983: 132).

Ainda assim, entre 1941 e 1973, terão saído de Cabo Verde com destino ao Sul mais de 56.000 indivíduos, uma boa parte dos quais omissos nas estatísticas oficiais.

Migrações cabo-verdianas para a Europa

A partir de 1960, a emigração cabo-verdiana assume a Europa como destino principal. A conjuntura europeia favorável do pós-guerra alicia muitos cabo-verdianos para a Europa atraídos por um mercado de trabalho carenciado de mão-de-obra. A Holanda torna-se o destino em expansão, com uma especial incidência da Área Metropolitana de Roterdão como região de residência preferencial. Portugal acelera grandemente a sua capacidade de atrair novos migrantes e surgem outros destinos na Europa como Itália ou a França. Nos finais dos anos 60 encontram-se já legalmente registados cerca de 9.000 cabo-verdianos em Roterdão, alguns milhares residindo em Lisboa e na região de Paris e algumas centenas de mulheres em Itália, sobretudo nas regiões de Roma e Nápoles. As cidades de Roterdão e de Lisboa vão a partir desta altura tornarse os principais pólos de atracção da emigração cabo-verdiana na Europa e, deste modo, constituir os principais nódulos da linha europeia.

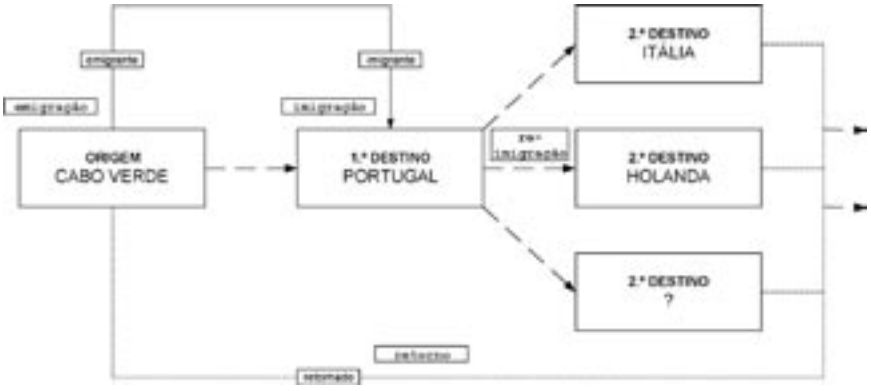
Emigração por fases e emigração circular

A emigração por fases, ou a emigração circular, com passagem sucessiva por várias etapas, numa transição entre a origem e o destino final é uma característica muito própria das migrações cabo-verdianas para a Europa. Desde os anos anteriores à II guerra mundial que as migrações em direcção à Europa eram feitas por etapas, como demonstrámos anteriormente (e.g. via Dakar, Banjul ou Lisboa). Nos anos 60-70, Lisboa assume um papel preponderante nesta redistribuição, papel que nunca mais deixará de desempenhar, ainda que em função das conjunturas, essa função seja mais ou menos relevante. O quantitativo correcto envolvido neste processo é, no entanto, muito difícil de calcular, pois, como afirma Fernando Luís Machado:

> a proporção de encaminhamento para países terceiros a partir de Portugal não é de desprezar, mas é muito difícil de contabilizar já que este encaminhamento é, muitas vezes, feito através dos circuitos de imigração clandestina. Por outro lado, muitas destas migrações tendem a ser circulares, de ida e vinda para Portugal, sem uma sazonabilidade definida em função das oportunidades de trabalho em cada momento e lugar (Machado, 1997: 14).

Era já assim no final dos anos 60 e esta característica tornar-se-ia, como veremos, basilar nas migrações cabo-verdianas contemporâneas. Em alguns momentos a Área Metropolitana de Lisboa passará a funcionar como porta de entrada na Europa, na maior parte das vezes funcionará, como veremos, como uma segura base de retaguarda e apoio para as comunidades emigradas na Europa.

Figura 1.6 - MIGRAÇÕES POR ETAPAS A PARTIR DE PORTUGAL



Ao longo dos últimos 50 anos, outros países europeus vão assumir-se como destinos migratórios. Neste período, começa a constituir-se a linha migratória Europeia que, posteriormente, vai permitir manter o fluxo migratório contemporâneo para a Europa e o ciclo migratório intra europeu.

Quadro 1.10
PAÍSES E CIDADES DE ACOLHIMENTOS DE CABO-VERDIANOS NA EUROPA

PAÍS	Cidades	Números	Ilhas de Origem	Total
PORTUGAL				80.000
	Faro	3.000		
	Portimão	5.000	Santiago	
	Setubal	2.000	S.Vicente	
	Lisboa	65.000	Stº Antão	
	Porto	5.000		
ESPANHA				12.000
	Barcelona	-		
	Saragoça	1.000	S.Nicolau	
	Leon	8.000	e	
	Madrid	3.000	Santiago	
FRANÇA				25.000
	Paris	12.000		
	Marseille	6.000	Santiago	
	Léon	2.000	Stº Antão	
	Nice	5.000	S.Vicente	
HOLANDA				16.580
	Haia	500	S.Nicolau	
	Rotterdam	14.000	S.Vicente/Stº Antão	
	Zaandam	1.500	Santiago/Sal	
	Schiedam	500	Maio	
	Delfzijl	80		
LUXEMBURGO				3.000
	Luxemburgo	2.000	Santiago	
	Ettelbrouck	600	e	
	Alf sur Alzette	400	Stº Antão	
NORUEGA	Oslo	300	S.Vicente/Stº Antão	300

PAÍS	Cidades	Números	Ilhas de Origem	Total
ITALIA				10.000
	Nápoles	1.200	S. Nicolau	
	Palermo	800	Stº Antão	
	Milão	400	S.Vicente	
	Roma	7.000	Sal	
	Genoves	600	Boa Vista	
SUÍÇA				2.000
	Lousanne	1.000	Santiago	
	Genéve	1.000	Boa Vista	
BÉLGICA	Antwerper	800	S.Nicolau	800
SUÉCIA				700
	Gotenbourg	600	S.Nicolau	
	Estocolmo	100	S. Vicente	
ALEMANHA	*			
EUROPA TOTAL				151.180
TOTAL GERAL				517.780

Fonte: Adaptado a partir de Instituto de Apoio ao Emigrante (IAPE), 1997
* No quadro original o número indicado encontra-se erradamente repetido em relação à cidade de Antuérpia

c3) A excepção à tipologia migratória cabo-verdiana: cabo-verdianas em Itália

Nos anos 60 inicia-se uma corrente migratória que escapa um pouco à lógica das tradicionais migrações cabo-verdianas para a Europa e é, em si mesmo, uma característica singular das migrações cabo-verdianas dos últimos 25 anos: a migração de mulheres cabo-verdianas para Itália. Este fluxo de emigração, constituído por indivíduos jovens, do sexo feminino na sua maioria, deveu-se ao encaminhamento levado a cabo pela igreja católica e aos seus apoios ao longo do percurso, nomeadamente em Lisboa e em Itália (Andall, 1999).

Visualizar a rede migratória antecipar a(s) emergente(s) comunidade(s) transnacional (ais)

Ao fim de um século de contínua e sustentada migração, a população cabo-verdiana ou etnicamente cabo-verdiana no exterior ultrapassa, como afirmámos já, o número de cabo-verdianos residentes no arquipélago. Actualmente, a rede que constitui o sistema migratório cabo-verdiano, envolve um número relativamente vasto de países espalhados por três continentes (África, América do Norte e do Sul, e Europa) e tende, por um lado, a consolidar os seus destinos migratórios tradicionais e, por outro, a diversificar-se um pouco, sobretudo no interior da UE e nos países limítrofes como a Suíça ou Noruega.

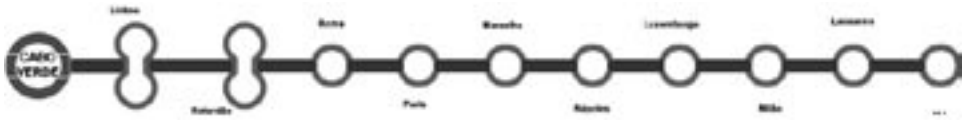
A (agora) existente infra-estrutura migratória cabo-verdiana está já suficientemente ampla e organizada para permitir demonstrar o princípio demográfico identificado por Van Hear (1998) e, antes dele, por Douglas Massey (1990):

> Networks can sustain migration when the initial impetus to migrate is gone (...) migrant networks may become self-sustaining, superseding the factors may have initiated migration (Van Hear, 1998: 259).
>
> The development of social networks among migrants explains why migration flows continue when the forces initiating them no longer exist. Once the number of network connections in an origin area reaches a critical level, migration becomes self-perpetuating, because migration itself creates the social structure to sustain it (Massey, 1990: 8).

Através de uma diversificação dos destinos migratórios e da sua expansão no interior de três diferentes continentes (África, América e Europa) as migrações cabo-verdianas estabeleceram uma verdadeira rede migratória na qual podemos detectar nódulos com diferentes importâncias. Assim, se Lisboa, Roterdão, Roma, Boston, Brockton, Pawtucket, Providence, Paris, Léon ou Dakar surgem como nódulos centrais desta rede, cidades como Milão, Porto, Marselha, Rio de Janeiro, Bridgeport, Lausanne, Luxemburgo ou Faro, emergem como nódulos de segunda ordem, sustentando e diversificando a rede migratória, expandindo as possibilidades para uma migração continuada e de baixo risco. Em cada um destes nódulos migratórios a emigração cabo-verdiana vai (re)construindo a sua transnacionalidade, surgindo em cada um deles especificidades que, por um lado, resultam de uma história migratória

particular e da qual, por outro, derivam novas possibilidades para os emigrantes cabo-verdianos. O estudo de dois dos nódulos centrais da rede na Europa (Lisboa e Roterdão), (os fluxos **c1**, e **c2**) e de um nódulo de segunda ordem em ascensão (Milão) (o fluxo **c3**), permitir-nos-á uma melhor compreensão das dinâmicas migratórias cabo-verdianas contemporâneas.

Figura 1.8
A LINHA DA EUROPA



Mostrámos, ao longo deste capítulo, que as migrações cabo-verdianas se têm desenvolvido quer histórica quer contemporaneamente, nas margens de um eixo principal, o Atlântico, desenvolvendo-se quer em termos horizontais (Sul-Sul), quer em termos verticais (Sul-Norte) e, ainda ocasionalmente Norte-Sul (e.g. migrações para São Tomé e Príncipe). Demonstrámos que a intensidade e o destino destes fluxos têm variado ao longo do tempo, mas que a hierarquia dos destinos principais se tem mantido praticamente constante desde há um século, em virtude do volume de migrantes entretanto acumulado. Apresentámos elementos que permitem concluir que, apesar de todos os constrangimentos impostos pelos tradicionais países de acolhimento, a emigração cabo-verdiana não dá mostras de ter cessado, embora seja inegável que, nos últimos anos, abrandou o seu ritmo, mudou de estratégias e assumiu percursos alternativos para atingir os seus destinos migratórios tradicionais. É hoje óbvio, para nós, que se torna necessário compreender e contextualizar a realidade de (e em) Cabo Verde para perceber as suas comunidades emigradas em diferentes países e as relações que estas estabelecem entre si e com o país de origem. Designadamente, porque, quando pretendemos analisar as migrações cabo-verdianas -e situamos o nosso olhar em Cabo Verde a questão que imediatamente surge não é a de existir uma continuada emigração cabo-verdiana mas, ao invés, o porquê de tantos milhares de indivíduos se manterem num conjunto de ilhas quase desérticas e com (ou quase

sem) condições mínimas de habitabilidade[55] [56]. A força da cultura cabo-verdiana, que sobrevive dentro e fora do arquipélago, a manutenção de redes de apoio social entre cabo-verdianos emigrados e cabo-verdianos residentes no país além da terceira geração pós-emigração, a sustentação de redes migratórias para países longínquos e a estrutural dependência económica (mas também social e cultural) do arquipélago em relação às suas comunidades emigradas geram perplexidades a que urge responder. Simultaneamente, o fenómeno crescente de retorno dos emigrantes cabo-verdianos[57], temporário em muitos casos (e.g. nas férias), ou definitivo (e.g. com a reforma), ou o crescente interesse por parte de indivíduos de origem étnica cabo-verdiana pelas suas raízes, levanta novas e pertinentes questões sociológicas. A nosso ver, as explicações que nos propõem existir uma psicologia própria nos países de emigração são manifestamente insuficientes para justificar o início e a manutenção de fluxos migratórios para países de continentes tão diferentes como o americano, o europeu o africano e, em alguns casos isolados, o asiático. Estas teorias também não explicam os regressos ou as migrações temporárias ou circulares. Ainda assim, é comum encontrarem-se explicações que poderíamos enquadrar nesta lógica. Por exemplo, numa conferência temática sobre as migrações cabo-ver-

55. Num artigo recente Carling (2002) propõe, com base na experiência migratória cabo-verdiana, uma análise em duas fases das aspirações e/ou capacidades para migrar, comparando os indivíduos que migram e os indivíduos que permanecem. Este autor procura estudar os cabo-verdianos que desejam emigrar e os que realizam este desejo comparando os diferentes grupos (os que partem e os que ficam). Esta análise, pela modificação do plano do olhar que envolve, afigura-se muito pertinente numa investigação das migrações cabo-verdianas. Afinal, sabe-se há muito que não são os mais pobres que emigram. Jorgen Carling propõe-se mostrar, no estudo citado, que emigram apenas aqueles que têm condições, objectivas e subjectivas, para tal, e que estas condições não se resumem à posse de um capital económico mínimo mas à posse cumulativa de um conjunto de outros capitais: social, político, cultural ou outros.

56. Por vezes a resposta encontra-se na reacção ao que se procura. Não resistimos a transcrever umas linhas do diário de campo escrito em Cabo Verde em 1999. "a pergunta que colocamos muitas vezes (porque é que ainda ficou tanta gente em Cabo Verde, apesar de tudo, da seca, da fome...) é respondida por uma lógica que conjuga vários factores. A cultura e a necessidade de estar perto de familiares próximos ou a simples impossibilidade de comprar um bilhete de avião para um desses países onde têm família. Hoje, por exemplo, ao falar com uma rapariga (17 anos) na Cidade Velha (S. Tiago) e perguntando-lhe porque não emigrava de Cabo Verde respondeu-me que não ia porque só tinha um tio em Portugal e este não tinha possibilidade de mandar buscá-la". Na verdade, como dizem as teorias não são os mais pobres que emigram.

57. Que foi romanceado por Teixeira de Sousa no seu livro "Xaguate", (1987), Publicações Europa-América, Lisboa.

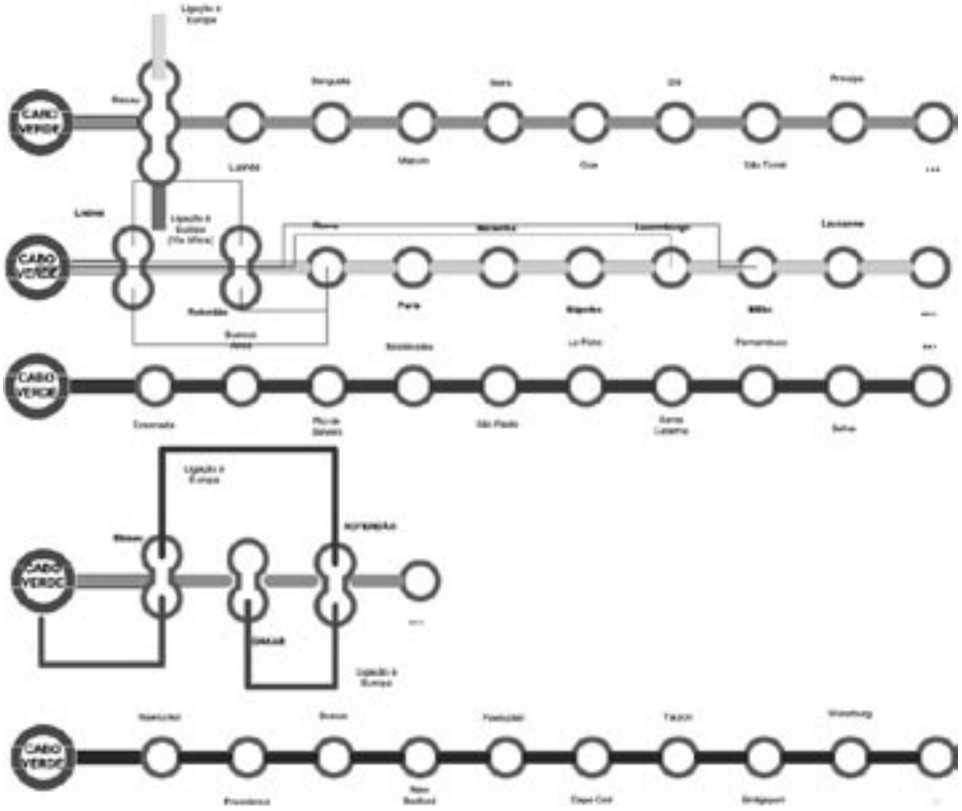
dianas na Europa, realizada em 1996 em Roterdão, resumia-se deste modo este inconsciente migratório:

> O nosso inconsciente colectivo é pois marcado desde a origem da nossa sociedade pelo fenómeno da emigração, um arquétipo da nossa memória colectiva. Mesmo as deslocações entre ilhas, devido ao mar que as separa, sugerem uma espécie de 'emigração'. A nossa memória social é, portanto, uma memória de emigração, de encontros, de construção, mas também uma história de partidas, de saudades, de regressos, de felicidade renovada, de novas partidas e sofrimentos e de alegrias redobradas (Associação cabo-verdiana em Lisboa, 1996).

A nosso ver estas explicações são demasiado simplistas e não é nestas teorias simples que encontraremos a sustentação para uma melhor compreensão das migrações cabo-verdianas. No que concerne Cabo Verde, são múltiplas as teorias das migrações que permitem contextualizar e compreender a emigração quer ao longo de diversos momentos da sua história, quer para diferentes espaços geográficos[58] e, neste sentido, apenas uma combinação destas várias teorias, permite uma compreensão global do fenómeno migratório cabo-verdiano. Torna-se, por isso, necessário rever as diferentes teorias explicativas e, simultaneamente, testá-las de forma sistemática no confronto com a (complexa) realidade das migrações cabo-verdianas para que possamos compreender melhor um fenómeno labiríntico como este. É a este exercício de síntese que procederemos ao longo do próximo capítulo.

58. Para uma compreensão dos diversos fluxos migratórios cabo-verdianos ao longo dos últimos 5 séculos é necessário recorrer de forma complementar a um conjunto de autores nomeadamente à extensa obra de António Carreira de que destacamos (Carreira, 1972; 1977; 1983); aos trabalhos de numerosos autores sobre a emigração cabo-verdiana para os EUA designadamente, Marilyn Halter (1993); Richard Lobban (1995); Almeida (1978), aos trabalhos de diferentes autores para diferentes países na Europa. Para uma contextualização dos fluxos migratórios cabo-verdianos para países específicos ver bibliografia sobre a Diáspora cabo-verdiana em Góis 2002.

Figura 1.9
CONFIGURAÇÃO DA REDE MIGRATÓRIA CABO-VERDIANA ACTUAL



CAPÍTULO II
Para uma análise da Emigração Cabo-verdiana através da(s) Teoria(s) dasMigrações

1. A criação de Fluxos Migratórios: de Cabo Verde para o Mundo

No capítulo anterior procurámos descrever a criação do fluxo emigratório cabo-verdiano, contextualizando as diferentes formas e tipos que assumiram ao longo do século XX e mostrando como estas migrações foram (ou são) a base para o que conceptualizamos ser uma contemporânea diáspora de trabalho e o suporte para *um transnacionalismo de baixa intensidade* ou, numa formulação alternativa, uma *comunidade transnacional (ainda) potencial*.

Como é óbvio, as migrações cabo-verdianas não estão isoladas no contexto das migrações globais nem são explicáveis a partir de factores únicos e/ou isolados, de características particulares de Cabo Verde ou dos cabo-verdianos. Ao invés, as migrações cabo-verdianas apresentam características que podemos comparar com as de outras correntes migratórias presentes ou passadas sendo que, como vimos, simultaneamente, apresentam historicamente especificidades únicas que as tornam originais no contexto das migrações africanas contemporâneas e mesmo das migrações contemporâneas da África ocidental, e/ou da África sub-sahariana.

Em termos teóricos, o momento da criação de fluxos migratórios pode ser encarado como a fase inicial de um complexo processo migratório, que pode ser analisado tendo como ponto de partida esta arquitectura, mas que não pode ficar adstrita apenas a ela. A revisão da literatura existente permitir-nos-á compreender melhor as especificidades das migrações cabo-verdianas contemporâneas nas diversas fases de criação, desenvolvimento e manutenção do fluxo migratório.

1.1 As Teorias Clássicas e as Migrações Cabo-Verdianas

Se pensarmos em termos das teorias clássicas, constatamos que o modelo de atracção repulsão (push-pull model), de que George Ravenstein (1885a; 1885b; 1889) é um dos principais precursores, tem sido abundantemente utilizado para explicar, ao longo do último século, a saída de cabo-verdianos das ilhas "seduzidos pela quimera de uma vida melhor". Neste caso específico, se procedermos a uma abordagem da emigração

partindo da sociedade de origem, o modelo surge invertido, isto é, não estamos perante um modelo de "atracção repulsão" mas, às avessas, de "repulsão-atracção", em que as condições climáticas e o desenvolvimento sócio-económico do país constrangeriam os cabo-verdianos a emigrar/sair. Esta lógica não tem sido muito utilizada nas teorias das migrações que, essencialmente desenvolvidas a partir dos países receptores, tendem a esquecer a importância dos factores de repulsão em detrimento de uma maior atenção aos factores de atracção. No caso de Cabo Verde, a utilização, implícita ou explícita, das explicações subjacentes a estas teorias de repulsão-atracção é recorrente nas diferentes análises das migrações cabo-verdianas. Por exemplo, o texto publicado pelo arquivo histórico nacional (ANH, 1998) de Cabo Verde procura encontrar uma explicação inicial para as migrações cabo-verdianas:

> A causa primordial das migrações internas e externas em Cabo Verde, de um modo geral, tem sido um mau estado económico do país que, tanto pela herança colonial como pelas suas condições geo-climáticas viu-se, cada vez mais, obrigado a procurar noutras paragens a solução para os seus problemas económicos e sociais. A natureza vulcânica das ilhas e a consequente carência de terras aráveis, a irregularidade das chuvas e as estiagens mais ou menos prolongadas, determinaram, desde cedo, a necessidade para o cabo-verdiano de procurar formas diversificadas de sobrevivência. (...) O sistema anacrónico de distribuição de terras, as crises cíclicas derivadas dos longos períodos de estiagem, o abandono das terras em busca de outras soluções e o desemprego, forçaram o cabo-verdiano a interiorizar-se no fenómeno migratório que, talvez, viria a ser um dos escapes mais relevantes do homem e da sociedade cabo-verdiana (AHN, 1998:70).

Uma análise da realidade cabo-verdiana mostra que as explicações subjacentes a este modelo são as mais facilmente identificáveis no discurso de algumas entidades directamente relacionadas com a emigração. Na verdade, a partir do país de origem, a explicação a partir do modelo de repulsão–atracção parece, à primeira vista, suficiente. As justificações que constam de um documento elaborado pelo instituto de apoio ao emigrante de Cabo Verde (IAPE), as palavras de um dos nossos entrevistados em Portugal, ou o extracto de uma entrevista publicada em Itália ao (ex-)presidente da República de Cabo Verde são, em níveis diferentes, elucidativas:

> A seca, o problema de subsistência, o espírito de aventura do homem cabo-verdiano, a necessidade de promover a família, a presença colonial e a atracção por salários substanciais podem

> ser consideradas algumas das inúmeras causas que levaram homens e mulheres a emigrar (IAPE, 1997).

As dificuldades internas motivaram certamente a emigração, a diáspora, o cabo-verdiano foi para o estrangeiro à procura de trabalho, para melhorar as suas condições de vida e para ajudar os seu familiares que ficaram na pátria. E longe, no mundo, vivem imbuídos da saudade, na nostalgia do país que ficou longe, porque esse é que é o grande amor da sua vida (I VIAGGI DI REPUBBLICA, 1998).

"(...) As condições internas empurram. Os horizontes são limitados, as famílias, as pessoas que queiram ver um pouco para lá daqueles horizontes estreitos, e queira ver mais e quer conhecer mais... E, por outro lado, se for à origem da nossa história, nós somos um produto da imigração, resultamos de um cruzamento, de pessoas que emigraram para Cabo Verde. E como tal a emigração está no nosso imaginário muito presente, e o cabo-verdiano vai á aventura" (in Entrevista n.º 5).

Estas explicações vão implícita ou explicitamente ao encontro das justificações clássicas das teorias migratórias. No modelo de atracção-repulsão, baseado em observações empíricas de migrações internas do Reino Unido no século XIX, posteriormente desenvolvido por vários outros autores[59], os factores económicos, designadamente o emprego, são apontados como os principais responsáveis quer como forças repulsivas em relação ao local de partida (ex. crise económica associada à desvalorização dos recursos endógenos, situação de desemprego, etc.), quer como forças de atracção, no que concerne à área de chegada (ex. existência de maiores oportunidades de emprego, de salários mais elevados, etc.) (Malheiros, 1996: 34). Em termos de regiões de destino, este modelo salienta que são sobretudo os grandes centros de comércio, serviços e indústria que atraem os migrantes[60] mas não descura outras características que não as meramente económicas, quer atractivas quer repulsivas, nomeadamente, oportuni-

59. Cf. Everett Lee (1969) "A Theory of Migration" in J. A. .Jackson, Migration, Cambridge University Press, Cambridge, 285-286; Bogue (citado por Malheiros, 1996: 34); Hicks, J.R. (1932) The Theory of Wages. McMillan, Londres. Este modelo foi posteriormente aplicado por Harris e Todaro (1970) às decisões individuais dos migrantes.

60. O que será válido em alguns casos mas não explica o conjunto das migrações cabo-verdianas, nomeadamenteas migrações Sul-Sul e/ou as migrações de trabalhadores agrícolas (ex. cabo-verdianos para São Tomé e Príncipe) que necessitam, para ser compreendidas, de outros quadros conceptuais. No entanto, a ideia da atracção por grandes centros de comércio, indústria ou serviços é uma ideia válida e actual que merecerá uma análise contextualizada numa outra parte deste trabalho.

dades de educação, valores societais, oferta cultural, qualidade de vida, qualidade ambiental, etc.. Como afirma Jackson:

> os factores repulsivos eram geralmente de índole económica, e incluíam a falta de acesso à propriedade ou uso da terra, o desemprego, os baixos salários, as terras improdutivas, as secas e as fomes e, por fim, o aumento populacional. Os factores de atracção consubstanciavam-se em melhores alternativas aos acabados de mencionar e, para além disso, colocavam em nítido contraste as vantagens da vida urbana sobre a vida rural (1991: 19).

Ao analisarmos historicamente as migrações cabo-verdianas verificamos que, de facto, muitos dos factores de repulsão enunciados por este modelo estiveram presentes ao longo dos diferentes ciclos emigratórios cabo-verdianos. A Figura seguinte procura sintetizar as principais características ou factores de atracção e/ou repulsão centrando a sua análise ao nível individual.

Figura 2.1 - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS OU FACTORES DE ATRACÇÃO / REPULSÃO

Fonte: adaptado a partir de Jackson, 1991 e Blanco, 2000.

Justificando as migrações através de mecanismos de atracção e repulsão, Ravenstein defende a existência de uma relação entre a migração e a distância, dividindo os migrantes, e as migrações, em duas categorias: de *curta* e de *longa* distância. As migrações de longa distância seriam, segundo este autor, fundamentalmente masculinas, sendo que, algumas das migrações de curta distância, designadamente as migrações das zonas rurais para os centros urbanos, poderiam dissimular deslocações por etapas em direcção a um potencial centro de atracção mais longínquo. Analisemos, separadamente, estas duas proposições de Ravenstein e confrontê-mo-las com a realidade das migrações cabo-verdianas:

(1) O facto de as migrações de curta distância, designadamente as migrações das zonas rurais para os centros urbanos, poderem dissimular deslocações por etapas em direcção a um potencial centro de atracção. Quando aplicamos esta última ideia às migrações cabo-verdianas, designadamente às migrações internas de Cabo Verde (entre ilhas ou do interior das ilhas para o litoral), verificamos que, em muitos casos, estas se apresentam, de facto, como um passo intermédio para a emigração. Veja-se, por exemplo, o caso das migrações internas na ilha de S. Tiago, do interior para o litoral (cujo principal pólo de atracção é a cidade da Praia), ou o caso das migrações inter-ilhas de S. Antão para S. Vicente (Mindelo), ou de qualquer uma das outras ilhas para os dois pólos urbanos principais (Praia e Mindelo), sendo que nos últimos anos a cidade da Praia absorveu a esmagadora maioria destes migrantes internos (Got, 1990). Estas migrações de curta distância são observáveis, quer através de uma análise documental, designadamente estatística[61], quer através de uma análise dos discursos dos nossos entrevistados e parecem, de facto, conter, tal como definia Ravenstein, um potencial de emigração para outros destinos.

> "O nosso modo de vida e de subsistência tradicional em todas as ilhas é a agricultura. As pessoas vivem essencialmente no espaço rural. Temos os pólos urbanos Praia e Mindelo e mais recentemente o Sal (que tem o aeroporto internacional), mas que é uma vila que se vai alargando e se vai urbanizando. Esses pólos são o primeiro ponto de atracção das pessoas, quer dizer, o emigrante antes de emigrar para o exterior, geralmente, já migrou internamente. Já migrou mas é quase uma emigração porque faz uma viagem. Tem que atravessar um pedaço de oceano, muda de uma ilha para a outra. Portanto, isso em termos de efeitos psicológicos

61. Esta tese é comprovada pelos dois últimos recenseamentos gerais da população em Cabo Verde que demonstram uma migração rural-urbana, tendo como destino as principais cidades do arquipélago (cf. recenseamentos gerais da população Ine-cv, 1990 e 2000). Após a Independência, com o aumento das migrações internas em direcção às cidades, particularmente Praia e Mindelo, registou-se um aumento da taxa de urbanização que passou de 44% em 1990, para 48% em 1997. A taxa de crescimento demográfico passou de 2,2% na década de 70, para 1,45% na actualidade. Não obstante a diminuição da mortalidade e aumento de natalidade, foi a emigração da população verificada nos últimos anos do decénio de 80 do século passado que teve um papel preponderante na redução dessas taxas. O crescimento demográfico não foi igual para todas as ilhas, podendo destacar-se a ilha do Sal (3,58%/ano), São Vicente (2,35%/ano) e Santiago (1,80%/ano). As ilhas com maiores índices de migrações internas, como as ilhas de Santo Antão, São Nicolau e Brava, registam um decréscimo da população desde a década de 70 (Silva e Benchimol, 1999: 76). Sobre o peso crescente que a urbanização da cidade da Praia vem assumindo na estrutura demográfica cabo-verdiana ver o trabalho de Emmanuelle Got (1990).

> é quase uma emigração, tem sempre o mar a separar a sua casa quando muda de uma ilha para a outra. E só depois é que, a partir da Praia ou de S. Vicente, de uma maneira geral, é que ele sai para outro porto" (in Entrevista n.º 5).

Se tomarmos como válida esta constatação, então esta Lei de Ravenstein é ainda hoje observada em Cabo Verde ainda que tratando-se, na maioria dos casos, de uma mobilidade especial (que é sempre uma migração, vista e sentida como tal) em que à distância percorrida acresce o facto de se tratar de uma migração para outra ilha. No contexto cabo-verdiano, devemos conceptualizar esta migração como uma migração translocal num contexto insular, uma migração que se reveste de características semelhantes às assumidas por migrações internas de longa distância em países continentais. Já no que concerne à Lei segundo a qual:

(2) as migrações [internacionais] de longa distância seriam fundamentalmente masculinas, a emigração cabo-verdiana para Itália, objecto de um estudo de caso neste trabalho, constituída por uma maioria de mulheres migrantes (84 a 85% dos emigrantes cabo-verdianos em Itália são do sexo feminino) contraria esta argumentação, sendo portanto necessário encontrar outro tipo de teorias explicativas, o que, a seu tempo, faremos. Por outro lado, contemporaneamente, a compressão das distâncias relativas em termos de tempo e custo, despoletadas pelo desenvolvimento dos transportes e comunicações, implicou que o factor distância se tenha tornado uma característica secundária, fazendo hoje parte de uma outra, mais vasta, que é a posse ou não de um capital mínimo (social, económico, político e/ou cultural) para a efectiva realização da migração. Dito de outro modo, a selectividade das migrações integra hoje o capital económico, mas a par de outros tipos de capital, como o social, o político ou o cultural, sendo a distância uma variável menor perante outras contingências mais fortes. O desenvolvimento e globalização dos transportes e comunicações na era contemporânea serão, a nosso ver, a principal causa para a não adequabilidade desta Lei de Ravenstein à realidade das migrações cabo-verdianas contemporâneas. Na verdade, as migrações cabo-verdianas de longa distância integram actualmente os dois sexos ainda que conjunturalmente um dos sexos possa assumir um peso maior nessas migrações.

O modelo proposto por Ravenstein advogava, por outro lado, a existência uma relação clara entre tecnologia e migração, de tal modo que a maiores e melhores meios de transporte corresponderiam maiores fluxos migratórios, isto é, se encararmos esta proposição como complementar da

anterior, aos maiores e melhores meios de transporte corresponderiam maiores fluxos migratórios sendo que, no nosso caso de estudo, esta discrepância poderia ser actual e parcialmente explicada pelo aumento das migrações femininas cabo-verdianas, pelo aumento das migrações temporárias, aumento de migrações circulares ou aumento das migrações de retorno. A evolução tecnológica deveria, no entanto, implicar que o fluxo migratório presente fosse superior a qualquer fluxo do passado o que, como sabemos, não é verdade e que, em ultima análise, demostra a importância de outras variáveis, designadamente a importância do sancionamento político dos Estados envolvidos (nomeadamente dos países de destino) no que às migrações contemporâneas diz respeito (Zolberg, 1983, 1989; Baganha, 1990, 2001).

Outro factor relevante apontado por Ravenstein tem a ver com o facto de em qualquer situação migratória existir uma contra-corrente ou contra-fluxo (Jackson, 1991: 21; Blanco, 2000: 62). No caso de Cabo Verde este contra-fluxo existe, mas ainda com um volume muito diminuto. Como ilustração deste contra-fluxo podem citar-se, nomeadamente, os residentes em Cabo Verde originários de países com fortes comunidades imigrantes (e.g. Portugal, Holanda ou EUA) muitas vezes indivíduos com dupla nacionalidade, ou, num exemplo recente, os chamados «repatriados» nomeadamente dos EUA, de Portugal, da Holanda, etc..

As teorias desenvolvidas a partir de Ravenstein, ou melhor, o modelo de atracção-repulsão modificado, permanecem ainda válidas em algumas das suas asserções e, designadamente: a ideia de que o desenvolvimento da tecnologia e do comércio [num espaço de livre circulação] conduz invariavelmente a um aumento [potencial] das migrações e, uma segunda ideia, segundo a qual, de entre todas as causas responsáveis pelas migrações, a causa económica [o desejo de uma vida melhor] é a de maior relevância (Jackson, 1991: 21). Por outro lado, uma ideia importante tem a ver com o facto do modelo de atracção-repulsão centrar a sua análise em termos bipolares -origem/destino (partida/chegada). Ao fazê-lo este modelo vai, como vimos, procurar inferir os factores que atraem e/ou repelem o migrante enquanto actor individual. Simultaneamente, pressupõe que o migrante enquanto actor individual tem um conhecimento destes factores, que o impelem, enquanto ser racional, a seleccionar racionalmente (Teoria da Escolha Racional) uma opção (partir ou ficar), do mesmo modo que o condicionam em termos da escolha da região ou país de destino, procurando como homo oeconomicus maximizar as vantagens e minimizar o desconforto (Jackson,

1991: 19)[62]. Estas teorias foram influenciadas por um conjunto de parâmetros derivados da economia política racionalismo, individualismo e liberalismo-dominantes até meados do século XX (Blanco, 2000: 63) mas que na prática nunca existiram.

Foi a total liberdade de movimentos em que se baseia este modelo, inexistente no mundo contemporâneo, que constituiu a base para algumas das suas mais fortes críticas. Adicionalmente, ou como refere Jackson: "o exercício de um arbítrio perfeitamente livre, em que assenta o modelo de atracção-repulsão, está à partida severamente restringido pelo sentido de localização do actor num dado quadro de referências históricas e sociais, dentro das quais ele terá de fazer as suas opções, e que condiciona a atribuição de significados aos resultados dessas escolhas" (Jackson, 1991: 20), isto é, o livre arbítrio está à partida condicionado por um conjunto de condições sócias, históricas e políticas que o tornam menos livre e mais arbitrário. Estas hipóteses vão ao encontro da afirmação de Zolberg (1989: 404) que, numa análise macro das migrações no mundo contemporâneo, defende a ideia segundo a qual a cada país emissor de migrantes corresponderá um país receptor de migrantes, e em que ambos estarão ligados por uma proximidade geográfica, histórica ou económica que será a base para a formação e manutenção de redes migratórias. É este, nomeadamente, o caso das migrações que ocorrem entre as ex-colónias e as ex-metrópoles e que, na região em que se insere Cabo Verde, explica que sejam divergentes os destinos migratórios assumidos pelos migrantes de países vizinhos, (e.g. de Senegaleses para França, dos seus vizinhos da Guiné-Bissau ou de Cabo Verde para Portugal, e/ou da Gâmbia para o Reino Unido)[63].

No caso específico de Cabo Verde, a existência das referências históricas e sociais, condicionantes das escolhas de destinos migratórios referenciados por Jackson (1991) e/ou Zolberg (1989), é incontestável. Podemos detectar uma percepção destes condicionamentos nos discursos

62. Na verdade, uma análise das migrações contemporâneas cabo-verdianas para a Europa, por exemplo desde a II Guerra Mundial, permite verificar empiricamente que este foi um dos pressupostos teóricos deste modelo que mais sofreu um processo de erosão. Se a livre escolha ou escolha racional existia num momento em que os países estavam disponíveis para receber imigrantes, a partir do momento em que a porta foi fechada o *homo economicus*/ o migrante teve de procurar racionalmente destinos alternativos.

63. A quase totalidade dos imigrantes do Mali recenseados na Europa estava em França, bem como cerca de 90% dos Mauritanos e mais de 60% dos Senegaleses. Um fenómeno similar pode ser observado no que diz respeito aos imigrantes com origem na Nigéria ou no Gana, que se dirigem prioritariamente para o Reino Unido.

de diferentes actores envolvidos no processo migratório cabo-verdiano. As explicações dadas pelos entrevistados configuram, por um lado, uma percepção das condicionantes que envolvem a escolha do destino migratório e, por outro, a importância que a existência de conterrâneos (ou patrícios) no destino escolhido representa para essa mesma escolha, isto é, a importância atribuída à existência de uma rede social de apoio (por incipiente que esta seja) na escolha do destino migratório. A ideia de uma (livre) escolha racional surge aqui de forma muito mitigada, os condicionamentos apriorísticos estão sempre presentes. Analisem-se alguns exemplos das respostas obtidas:

> "[Porque emigram para Portugal?] Bem, por um lado, as relações históricas entre Cabo Verde e Portugal. Quatrocentos e tantos anos de história comuns explicam muitas situações, muitos envolvimentos. Por outro lado, temos um fluxo de emigração recente, digamos que data dos finais dos anos sessenta, que foi um programa de emigração orientada. As pessoas começaram a emigrar para Portugal porque foram orientados para esse mercado de trabalho" (in Entrevista n.º 5).

> "Os primeiros fluxos migratórios foram exactamente para aqui, embora entre os cabo-verdianos tenhamos um número razoável noutros estados membros [da UE]. Vêm para Portugal porque também há muitos, e em Portugal sempre se fala português. Acho que a língua e também todos os antecedentes históricos" (in Entrevista n.º 7).

> "Quer dizer, dada as relações entre Portugal e os palop, em princípio, é muito mais fácil chegar até Portugal, e depois prosseguir o caminho daqui para o estrangeiro. (...) Há um grande número, grande não, um número mais pequeno, que vem no sentido de ir mais longe. Chegam aqui, trabalham uns tempos e depois emigram para França, Holanda" (in Entrevista n.º 4).

Uma das mais fortes críticas à validade das teorias clássicas deriva, aliás, de pressupostos implícitos nestas respostas, isto é, do facto de não terem em conta o contexto social e político em que se desenvolvem os processos migratórios e que, sabemos hoje, são factores que condicionam amplamente estes processos. A ênfase dada à capacidade individual de decisão do sujeito (decisão de migrar ou não) está limitada pela sua envolvente social e que, como é sabido, determina quer as características dos sujeitos migrantes, quer a escolha selectiva de

determinados destinos migratórios. A percepção desta realidade leva os actores a utilizarem um conjunto de estratégias adaptativas modificando quer os destinos migratórios finais quer os percursos migratórios que devem utilizar para os atingir. No caso das migrações contemporâneas cabo-verdianas, Carling (2001) demonstra que esta é uma característica recente destas migrações e surge como uma resposta ao progressivo fechamento dos tradicionais países receptores. Como afirma Carling, ilustrando esta ideia:

> por exemplo, uma potencial migrante ainda em Cabo Verde poderá ser confrontada com a possibilidade de ir para Portugal como empregada doméstica, ou de chegar ao Luxemburgo com um visto turístico e aí permanecer como overstayer ou ter de contrair um falso matrimónio com um primo nos Estados Unidos para emigrar para esse país. Estas opções são definidas tanto pelas características individuais do migrante, como pela natureza da emigração que associa destinos diferentes. O ponto central não é o facto das possibilidades de escolha serem necessariamente grandes, mas que a viabilidade, natureza e direcção da migração são determinadas pela interacção entre factores individuais e contextos geograficamente diferenciados (Carling, 2001: 125).

Na verdade, é esta (co)relação entre as características individuais do migrante, a existência de uma rede social de apoio multipolar, a(s) diferente(s) linha(s) de uma rede migratória em que se inserem, e as diferentes características dos potenciais destinos migratórios, que constitui a principal característica diferenciadora das migrações cabo-verdianas contemporâneas em relação a outros fluxos migratórios, ou seja, é a existência de potenciais destinos migratórios alternativos (permutáveis ou inter-mutáveis entre si) que marcam a diferença em relação a outros grupos de migrantes e que permitem integrá-las num espaço social transnacional, potenciando as características de pertença a uma *comunidade transnacional*, neste caso, por possuir apenas um tipo de capital social, um *transnacionalismo de baixa intensidade.*

Após a constatação de que os movimentos migratórios cabo-verdianos não são gerados apenas pela liberdade individual dos sujeitos (*agency*) de decidirem migrar ou não, como era teorizado pelos denominados autores clássicos, mas que, complementarmente, um conjunto de outras condições estruturais (*structure*) influenciam e condicionam esses movimentos, surge um novo conjunto de teorias que permitem compreender melhor estes movimentos migratórios tanto na criação de fluxos

migratórios, como no que diz respeito à direcção e manutenção destes fluxos. Estas teorias, denominadas neoclássicas, partindo das debilidades apontadas ao modelo baseado em factores de atracção-repulsão, vão complexificar a análise dos movimentos migratórios introduzindo novas variáveis explicativas. De entre estas teorias, as que analisam a centralidade do mercado de trabalho – nos dois extremos da cadeia migratória - parecem-nos de relevar, numa investigação que incide sobre a dimensão laboral das migrações cabo-verdianas pelo que as enunciaremos de seguida cruzando estas teorias com os dados da investigação empírica.

1.2. As Teoria(s) que relevam do mercado de trabalho

O modelo de atracção-repulsão baseia os seus pressupostos, como vimos, sobretudo em factores económicos e define o emprego, ou a falta dele, como um dos mecanismos mais importantes de repulsão na origem ou de atracção por um destino migratório. Neste sentido, nas sociedades de origem as características do mercado de trabalho surgem, primeiramente, como factores de repulsão e, posteriormente, nas sociedades de destino como principais mecanismos de inserção/integração do(s) migrante(s). Os movimentos migratórios são, nestes casos, interpretados como consequência da divisão internacional do trabalho, da alteração da estrutura de procura nos mercados internacionais de trabalho, do desenvolvimento desigual entre regiões e/ou países ou dos desequilíbrios regionais e/ou da precarização do trabalho nas regiões de origem e de destino.

As teorias do mercado de trabalho (Harris e Todaro, 1970; Todaro, 1976; Borjas, 1989, 1990) que, na sua génese, são tributárias do modelo de atracção-repulsão, centram a sua análise nesta variável considerando que as migrações humanas obedecem às condições estruturais de um mercado de trabalho mundial (Blanco, 2000: 65). Estas teorias fundamentam os seus pressupostos numa ideia de equilíbrio sistémico potencial, designadamente de equilíbrio de níveis salariais, uma vez que as diferenças provocadas pela variação das vantagens dos diferentes locais de emprego seriam compensadas por migrações de trabalhadores (Jackson, 1991: 22). Realçam os factores e mecanismos de procura e oferta relativos ao fornecimento de mão-de-obra e, quando aplicadas ao campo das migrações, procuram explicar os movimentos da força de trabalho entre diferentes áreas geográficas, isto é, ceteris paribus, se existisse uma escassez de mão-de-obra num dado local isso seria compensado por migrações de trabalhadores e, por consequência, a diminuição do número de trabalha-

dores nas regiões de origem dos migrantes provocaria a subida dos salários o que travaria a migração reequilibrando o sistema (Blanco, 2000: 65; Jackson, 1991: 23; Kindleberger, 1967 e Bartoli, 1966[64] citados por Saint-Maurice, 1997)[65].

De acordo com o expresso nestas teorias, as migrações internacionais ocorreriam num contexto de mercados de trabalho semelhantes, quer no que diz respeito à regulamentação laboral, quer num contexto de flexibilidade salarial, e mobilidade plena de factores. Ora, este modelo não é, como sabemos, observável nas migrações internacionais devido às restrições impostas, sobretudo, pelos Estados (Zolberg, 1983). A livre circulação de trabalhadores, quando aceite por estes, é condicionada por todo um conjunto de regulamentações específicas que obstaculizam à sua total concretização[66]. As similaridades entre as migrações internacionais e as migrações internas colidem, neste sentido, com o poder dos Estados de, simultânea e cumulativamente, regularem a circulação dos migrantes e regulamentarem o mercado de trabalho. Neste contexto, as migrações internacionais são vistas como dependentes de um conjunto complexo de condições em que a livre circulação de trabalhadores migrantes entre países, ou entre mercados de trabalho diferentes em distintos países, não existe. No entanto, se a não livre circulação de trabalhadores pode ser contornada recorrendo a técnicas ardilosas de migração (e.g. redes formais ou informais; estratégias de obtenção de vistos, migrações clandestinas, etc.), já a entrada no mercado de trabalho dos países receptores depende em larga medida do próprio mercado de trabalho e este, como veremos, tem o poder de condicionar as estratégias dos imigrantes.

64. Cf. Kindleberger, C. (1967) Europe's Postwar, the Role of Labour Supply, Harvard University Press, Cambridge; Bartoli, H. (1966) "Analyse et signification des migrations de main-d'oeuvre", Cahiers de l'ISEA,n.º 177.

65. Sobre a influência da imigração nos salários dos trabalhadores nativos dos países receptores ver o texto de Amparo González Ferrer (2000) Impacto de la Mano de Obra Inmigrante Sobre el Mercado de Trabajo Nacional, Inmigración, Economía y Mercados de Trabajo, Ponencia ao II Congreso sobre la inmigración en España; España y las migraciones internacionales en el cambio de siglo Madrid, ou os vários trabalhos de George Borjas citados ao longo deste trabalho.

66. São diversas as perspectivas teóricas que se dedicaram a uma análise desta problemática e com origem em várias disciplinas, desde a economia à geografia, da antropologia à sociologia. Destas análises, emerge a constatação de que, numa ideologia marcada pela liberalização de circulação de bens, serviços e capitais à escala (quase) global, existe uma clara discriminação contra a liberdade de circulação de pessoas (Collinson, 1993). Para uma análise sintética destas diferentes perspectivas teóricas ver Malgesini, 1998.

De acordo com Cristina Blanco (2000), podemos dividir as teorias do mercado de trabalho (numa óbvia simplificação teórica de uma realidade muito mais complexa), em, pelo menos, duas versões complementares: macro económica e micro económica, pelo que uma análise separada de cada uma destas duas perspectivas analíticas permitir-nos-á desenvolver melhor a nossa argumentação.

1.2.1. Teorias do Mercado de Trabalho (versão macroeconómica)

Para a versão macroeconómica das teorias do mercado de trabalho (Harris e Todaro, 1970; Todaro 1976, 1989; Petras, 1981) as migrações internacionais, à semelhança das migrações internas, são causadas pelas diferenças existentes entre regiões no que diz respeito à procura ou oferta de trabalho (Massey *et al.*, 1993: 433). Estas teorias valorizam o equilíbrio que as migrações potenciam entre diferentes áreas geográficas no que respeita à procura ou oferta de trabalho. Num trabalho fundador, Harris e Todaro (1970) procuraram explicar a continuada migração das áreas rurais para as urbanas apesar do elevado nível de desemprego urbano existente. De acordo com estas teorias, as regiões que na relação trabalho versus capital possuem abundância do primeiro e carecem do segundo têm, pelas leis da oferta e da procura, salários baixos. Por seu turno, nas regiões que possuem recursos laborais limitados em relação ao seu capital disponível, os salários são elevados. É este diferencial de salários que provoca que os trabalhadores da primeira região migrem para aquela onde os salários são mais elevados, como produto de uma atitude e de uma decisão individual maximizadora de rendimentos. Como resultado deste movimento, a oferta de trabalhadores diminui e os salários aumentam nas regiões de capital escasso, enquanto que aumenta a oferta de trabalhadores e descem os salários nas regiões ricas, gerando, finalmente, um novo equilíbrio (Malgesini, 1998: 12).

No seu trabalho, Harris e Todaro (1970) partem do pressuposto teórico de que o mercado de trabalho é homogéneo e perfeitamente móvel entre sectores e/ou áreas geográficas. Harris e Todaro (1970) demonstram, no entanto, a existência de condicionantes (e.g. salário mínimo) no mercado de trabalho que impedem uma totalmente livre circulação de factores. Outros autores corroboram esta constatação. Agénor e Aizenman (1994), por exemplo, analisam ao nível macro-económico os efeitos da política fiscal e do mercado de trabalho sobre o produto, os salários ou o desemprego mostrando a inexistência real da livre mobilidade de factores. Fica assim demonstrado que a total liberdade de circulação de mão-de-obra, mesmo

no interior de espaços de livre circulação, é, na prática, inexistente devido a condicionantes de ordem secundária que podem assumir a forma de factores políticos, sociais, económicos ou culturais. Neste sentido, embora possam estar reunidas, ao nível político por exemplo, algumas das premissas para uma liberdade de circulação, outras condicionantes actuam e impedem que esta tome forma. A existência de diferenças salariais para as mesmas profissões no interior das fronteiras nacionais é disso um exemplo, a distinção salarial entre géneros é um exemplo complementar. Por outro lado, a simples não ocorrência de um equilíbrio salarial decorrente de migrações internas (e.g. na União Europeia ou no interior das fronteiras dos Estados membros pós 1992) impede que o modelo exclusivamente baseado no mercado de trabalho possa ser condição necessária e suficiente para explicar as migrações internacionais. Actualmente, estas teorias são ainda defendidas por vários autores influenciados designadamente pelas teorias (neo)liberais. De acordo com estas análises, o migrante é visto como um recurso humano e como um factor de produção essencial para o equilíbrio da economia. Como afirma Alejandro Portes:

> o pensamento económico dominante oferece uma análise linear das causas da emigração tomando-a como resultado das diferenças internacionais na procura e oferta de mão-de-obra. Os países com grandes contingentes de trabalhadores e pequenos volumes de capital dão origem a baixos salários de equilíbrio; em países onde o capital abunda e a mão-de-obra escasseia dá-se o oposto. O resultado é a migração destes factores até que os salários desçam suficientemente nos países ricos em capitais e subam suficientemente nos países ricos em mão-de-obra, produzindo um novo equilíbrio internacional. A nível individual, a migração decide-se em função de cálculos de custos e benefícios dos diferenciais de produtividade e de remuneração de capital humano entre diferentes contextos nacionais (Portes, 1999: 24).

Nesta óptica, os movimentos migratórios funcionariam como um mecanismo regulador do sistema económico mundial, como um jogo de soma nula em que tanto os países emissores como os países receptores sairiam beneficiados, reequilibrando os desajustes do mercado de trabalho. Os migrantes, enquanto actores individuais, seriam igualmente beneficiados pois a migração permitir-lhes-ia melhorar o seu nível de vida. Douglas Massey e colaboradores (1993: 432) sintetizam as ideias base desta análise macro do seguinte modo:

Figura 2.2

As migrações internacionais de acordo com as teorias neoclássicas

1. As migrações internacionais de trabalhadores são causadas pelas diferenças entre as taxas salariais de diferentes países.
2. O desaparecimento desses diferenciais eliminará o movimento de trabalhadores, as migrações não teriam lugar se essas diferenças salariais não existissem.
3. Os fluxos internacionais de capital humano, isto é, fundamentalmente de trabalhadores qualificados, respondem às diferenças na taxa de retorno de capital humano, que pode ser diferente do nível salarial médio, gerando um modelo especial de migrações que pode mesmo ser oposto do dos trabalhadores não qualificados.
4. Os mercados de trabalho são os mecanismos primários a partir dos quais são induzidos os fluxos internacionais de trabalhadores; outro tipo de mercados não têm efeitos significativos sobre as migrações internacionais.
5. A forma através da qual os governos podem regular os fluxos migratórios é através da regulação dos mercados de trabalho nos países emissores e/ou nos países receptores

Fonte: Douglas Massey et al. 1993: 434.

De acordo com estas teorias, o migrante não é o elemento em análise mas é a migração (ou não) de um factor de produção, a variável responsável pela gestão de equilíbrio do sistema. Vistos de longe (com uma visão macroscópica), os diferentes (i)migrantes formam um grupo indistinto que esta análise macro não permite por si só diferenciar. A versão micro económica por seu turno dedica uma atenção maior ao (i)migrante enquanto actor individual permitindo uma complementaridade de análise.

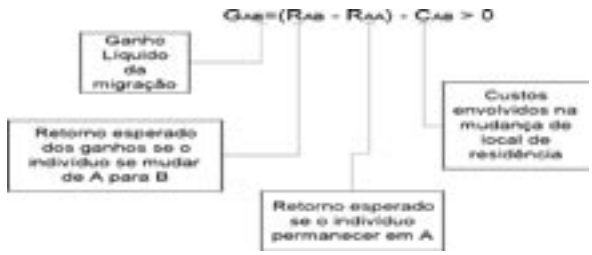
1.2.2 Teorias do Mercado de Trabalho (versão microeconómica)

Na versão microeconómica das abordagens que consideram o mercado de trabalho como factor a destacar, George Borjas (1990) vai recuperar a teoria da escolha racional e realçar o mecanismo de escolha individual que o sujeito migrante realiza ante as condições do mercado de trabalho internacional, avaliando e calculando os custos e benefícios da sua potencial acção migratória. Este autor, através do conceito de mercado global de migrações, procurou explicar o facto dos indivíduos calcularem, de forma racional, os

benefícios relativos de migrarem (ou não) para uma ou outra região em função das potenciais remunerações líquidas que aufeririam. Neste caso, as pessoas migrariam para o local onde as remunerações líquidas[67], durante um dado período de tempo, fossem maiores (Portes, 1999: 25).

A análise das determinantes da migração, empreendida por estas teorias, tem como base as premissas do modelo de capital humano. De acordo com estas teorias o indivíduo irá migrar para a área que, de entre as limitações impostas pelos recursos que o migrante em potencial dispõe, ofereça o maior retorno. A avaliação do retorno é a soma de todos os ganhos futuros que esse indivíduo irá auferir, tendo um horizonte temporal que pode ir até à totalidade da vida do indivíduo, com as respectivas taxas de desconto. Uma mudança de local de residência apenas ocorrerá se os ganhos do movimento entre uma origem A e um destino B forem compensadores, isto é, se forem maiores os ganhos que os custos envolvidos no processo. O [potencial] migrante efectua previamente um cálculo que pode ser expresso através da seguinte equação:

Figura 2.3



Fonte: Adaptado de Congdon, 1991

Quando o ganho líquido da migração for um resultado negativo o [potencial] migrante decidirá permanecer, isto é, não migrar. Se o ganho líquido da migração for positivo ocorrerá uma migração. Tendo em conta este modelo, pode afirmar-se que, inicialmente, o indivíduo, a partir de sua percepção pessoal, das suas características pessoais e da sua posição social, analisaria o seu local de origem e todas as possibilidades de destino existentes.

67. As remunerações líquidas são calculadas multiplicando a produtividade do capital humano no país de acolhimento pela probabilidade de vir a encontrar emprego nesse país, subtraindo os custos materiais, sociais e psicológicos da deslocação. Se os benefícios esperados excederem os custos, as pessoas deslocam-se (Portes, 1999: 25).

Outro dos pontos decisivos no processo migratório seria a análise de custos envolvidos na migração, CAB, que são, em geral, determinados pela distância (não necessariamente geográfica) entre a posição de origem do migrante e o seu destino final.

A distância entre estes dois pontos (A e B) pode ser medida de várias maneiras tais como: custo do transporte entre as duas localidades, distância por estrada ou por via aérea, existência ou não de apoios, etc., e reflectem o custo aproximado da migração. Acredita-se que, quanto maior for a distância entre duas localidades, maiores são os custos associados à mudança de local de residência. Estes custos podem ser: de ordem material (preço do transporte, custos da mudança em si, etc.); de procura de informações (quanto mais longe for uma localidade maior a dificuldade de obtenção de informação a respeito dela); custos psicológicos (pela separação de amigos, de familiares, do espaço físico da infância, etc.); custos de oportunidade (tempo na mudança no qual o migrante não exerce uma actividade produtiva) e outros. Esta análise, não só seria afectada pelos próprios atributos do indivíduo, como dependeria igualmente de uma série de características do local de origem do [potencial] migrante e das inúmeras possibilidades de destino. Algumas variáveis regionais como: as económicas (desemprego, renda per capita, etc.); as sociais (regime de segurança social, criminalidade, habitação, educação, saúde, etc.); as políticas (legislação, benefícios fiscais); as físicas (clima, qualidade do meio ambiente) etc., alterariam os poderes de atracção e repulsão de uma localidade quando comparada com as demais, pois afectariam directamente a percepção do indivíduo quanto à possibilidade de ganhos futuros. Deste modo, esta interacção determinaria a capacidade relativa de atracção de cada região frente a outras, ou seja, influenciaria os ganhos de retorno esperados, RAB e/ou RAA (Congdon, 1991). Neste modelo, à semelhança do modelo macro-económico, o somatório das perspectivas individuais [migrar ou não] num cenário de total liberdade de circulação de factores de produção, reequilibraria naturalmente o mercado de trabalho travando ou impulsionando as migrações consoante as diferentes conjunturas.

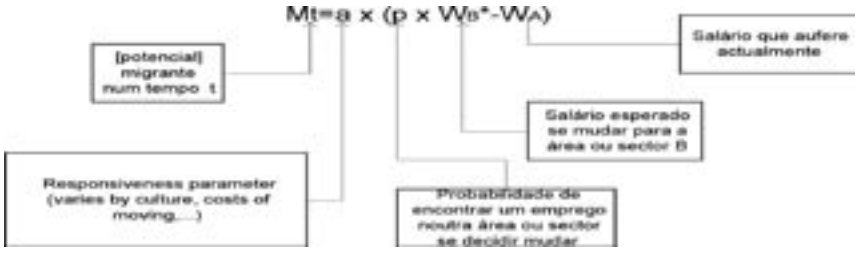
As mais fortes críticas a estas teorias têm a ver com o facto do mercado internacional de trabalho não ser, como sabemos, um espaço de plena liberdade ou mobilidade e de, por outro lado, se constatar que a incorporação dos migrantes no mercado de trabalho é, pelo menos no curto prazo, diferenciada em relação às condições em que a mesma incorporação ocorre para um trabalhador autóctone ou para um trabalhador já experiente nesse mercado de trabalho (Blanco, 2000: 66). Simultaneamente, estas teorias

têm dificuldade em explicar quer a selectividade dos destinos, isto é, porque ocorrem migrações para determinados países em desfavor de outros (ex. mexicanos para EUA e não para a Alemanha ou Japão; cabo-verdianos para Portugal e não para a Noruega ou Islândia), quer a selectividade das origens, isto é, porque existem regiões «pobres» emissoras de emigrantes e outras igualmente «pobres» que quase não têm emigração (Malgesini, 1998: 14).

A partir do próprio Michael Todaro (1989) é possível, contudo, tentar ultrapassar este desajuste teórico. Todaro propõe que a nossa análise se centre já não no salário real mas nas expectativas salariais dos migrantes, procurando explicar a persistência de fluxos migratórios do campo para a cidade apesar de existir um igualmente duradouro desemprego urbano[68].

Todaro no seu trabalho destaca três possibilidades ou sectores que se colocam como opções para o [potencial] migrante: o sector rural da região/país de origem; o sector urbano da região/país de origem; ou, de um modo geral, o estrangeiro. Segundo este autor, seria a expectativa de uma melhor rendimento, devidamente enquadrada por um conjunto de variáveis (culturais, sociais, políticas, etc.) que potenciaria a migração de um indivíduo de um local **A** para um local **B**. Do ponto de vista micro-económico as expectativas seriam formadas tendo por base informação sobre: as diferencias salariais; as taxas de desemprego e as ofertas de emprego; as diferenças nos preços; as taxas relativas de crescimento da economia. O objectivo do indivíduo que avalia esta informação (como actor racional) seria a procura maximizadora de uma vida melhor (cf. Figura 2.4).

Figura 2.4



Fonte: Congdon, 1991 (adaptado)

68. No mesmo sentido, esta teoria permitiria igualmente explicar, pelo menos de forma parcial, as actuais migrações internacionais de trabalhadores para países como a Espanha que, nas duas últimas décadas, tem tido simultaneamente um progressivo aumento do volume de trabalhadores imigrantes e um desemprego estável em torno dos 15% do total da população

Também esta conjectura teórica sofreu críticas várias. Em primeiro lugar, a partir de verificações empíricas, autores como Lim (1992) vão defender a existência de fluxos migratórios entre regiões ou países com mercados de trabalho semelhantes, o que contraria alguns dos pressupostos teóricos avançados. Por outro lado, alargando o leque das recompensas potenciais, afirma Aristides Zolberg que a evidência empírica existente demonstra que "para além de um salário individual mais elevado, o trabalhador que migra para outro país recebe outras recompensas, tanto económicas como não económicas, de que podem beneficiar livremente todos os que aí residem. Esta componente de bens colectivos ajuda a explicar porque é que a tendência para migrar de países pobres para outros mais ricos pode ser uma variável quase independente" (Zolberg, 1993: 37). Ou seja, a procura de um lucro económico não é a única variável perseguida pelos migrantes. Estas perspectivas permitem alargar as variáveis explicativas potenciadoras das migrações para além das características meramente económicas. Alejandro Portes, por exemplo, vai defender que:

> as determinantes da emigração não radicam na pobreza ou nas diferenças absolutas de salários entre países receptores e emissores. Os mais pobres raramente emigram; fazem-no aqueles sectores de certos recursos mais afectados pela disparidade dentro do país de partida entre expectativas de vida modernas e os meios económicos para as alcançar (Portes, 1999: 3).

Para Alejandro Portes (1995: 4) a ênfase colocada na acção racional[69] pelos neoclássicos seria, no mínimo, questionável, uma vez que estes autores não consideravam que a acção económica pudesse ser socialmente orientada, isto é, que a procura de melhores salários deveria ser igualmente relacionada com as expectativas de reciprocidade resultantes da interacção social no interior do grupo ao qual pertencem. Estas críticas vão sugerir que os migrantes não devem ser vistos apenas como indivíduos (ou agentes individuais), mas sim como partes de estruturas sociais que afectam as múltiplas possibilidades de uma potencial mobilidade espacial e/ou sócio-económica[70]. Portes na sua análise vai considerar os migrantes como parte

69. Este autor, partindo do conceito de Max Weber de acção social, considera que os indivíduos, ao optarem por uma acção racional, têm em consideração não apenas princípios económicos como procuram corresponder às expectativas do grupo a que pertencem. O impacto desta forma de compreender a acção racional nos estudos sobre migrações, isto é, a decisão de migrar e o próprio processo de inserção do migrante na sociedade de destino, passa a ser analisado considerando a influência das relações sociais e não apenas a decisão individual (Sasaki, e Assis, 2000).
70. Veja-se a este respeito o trabalho de Carling (2001).

de grupos étnicos, ou de redes sociais e, servindo-se do conceito de capital social, que permite aos indivíduos mobilizar recursos escassos em virtude da sua pertença a redes ou a estruturas sociais mais amplas (Portes, 1999: 16), fornece-nos categorias analíticas que permitem compreender melhor a complexidade dos novos movimentos migratórios e, designadamente, dos movimentos migratórios cabo-verdianos contemporâneos. No contexto de mudança contemporânea das características dos fluxos, Portes propõe novos princípios e eixos conceptuais, tal como a influência e relações centro-periferia e o conceito de desequilíbrio estrutural; o conceito de modos de incorporação; o de grupos intermediários e enclaves étnicos; de nichos ocupacionais; minorias intermediárias; e/ou economia informal, questionando, a partir deles, a perspectiva neoclássica das origens da migração e da adaptação/incorporação económica dos imigrantes nos países/regiões receptores/as.

Ao modificar o modo de analisar a denominada acção racional nos estudos sobre migrações, Portes vai levar a que, quer a decisão de migrar, quer o próprio processo de inserção do migrante na sociedade de destino, passem a ser analisados tendo em conta a influência das relações sociais e já não apenas da decisão individual tal como era entendida pelos autores clássicos e/ou neoclássicos. Esta deslocação do núcleo da análise do indivíduo (enquanto agente individual) para o grupo de pertença (enquanto agente colectivo) permite, no caso das migrações cabo-verdianas, uma melhor compreensão do papel desempenhado pelas redes migratórias (ou pela comunidade transnacional potencial que no seu conjunto estas formam) e, deste modo, ultrapassar o problema teórico que se colocaria se, por exemplo, tentássemos explicar de forma simples (ou simplista) as migrações de cabo-verdianos para Portugal ao invés de migrarem para países ou economias mais ricas (ver caixa 2.1). De acordo esta lógica conceptual, as migrações, como outros processos internacionais, não se produzem de forma espontânea e/ou desfasada, mas, ao contrário, dentro de um sistema interactivo, produto, nomeadamente, de um desenvolvimento histórico comum que possa ser potenciador do estabelecimento de um qualquer tipo de rede (Malgesini, 1998: 23). Como afirma Portes: "as correntes migratórias em geral dirigem-se de países periféricos para aqueles centrais com os quais possuem maiores vínculos históricos e que são normalmente responsáveis pela difusão de novos desejos e aspirações" (Portes, 1999, 3). Aristides Zolberg (1989) acentua esta lógica, ao afirmar que as ligações económicas, designadamente as ligações de um passado colonial comum, constituem uma pedra basilar da formação de redes migratórias. A história das migrações na Europa ocidental, em que as migrações de antigas colónias e/ou o sis-

tema Gasterbeiter foram as maiores fontes de imigração desde a segunda guerra mundial, constitui suficiente empiria para comprovar esta hipótese. As migrações cabo-verdianas para a Europa, tal como explicitado no primeiro capítulo, são um exemplo individualizado deste conjunto.

Caixa 2.1

Carling (2001), numa análise particularmente adequada ao nosso caso de estudo, ao analisar as migrações cabo-verdianas contemporâneas de duas das ilhas do arquipélago (Santo Antão e São Vicente) demonstra que, para além dos mais pobres, existem outros casos de não migrantes. Afirma este autor que é óbvio que possuir familiares no estrangeiro ou receber remessas afecta as aspirações para emigrar. No entanto, na sua análise sugeriu que estes mecanismos não são simples mas, ao contrário, complexos e contraditórios. Se, tipicamente, os indivíduos que têm familiares emigrantes e recebem remessas desejam emigrar, alguns desses indivíduos desejam ficar em Cabo Verde devido às experiências migratórias negativas dos seus familiares ou porque as remessas que estes lhes enviam lhes asseguram um nível de vida confortável caso permaneçam em Cabo Verde. Perante esta explicação constata-se que, não apenas os mais pobres são os que permanecem, os que não emigram, como há todo um outro conjunto de razões objectivas e subjectivas (que não necessariamente económicas) que os levam a decidir permanecer. As crescentes práticas de transnacionalismo, com a introdução de uma mais complexa dinâmica migratória, implicam um novo nível de análise em que a escolha do destino migratório pode assumir diferentes formas deixando, por exemplo, de implicar uma permanência indefinida para poder assumir a forma de migrações temporárias, de migrações circulares ou de migrações por etapas entre vários destinos. Por outro lado, os benefícios deste transnacionalismo não vão ser igualmente distribuídos e, neste sentido, as potenciais recompensas, económicas ou outras, terão igualmente uma influência nos modos e destinos das migrações. Complementarmente, este crescente transnacionalismo pode também ter custos. Carling (2001) demonstra que os indivíduos que permanecem no país de origem e ficam à margem das comunidades transnacionais (porque não têm parentes ou conterrâneos emigrados por exemplo) vão apenas sofrer os custos das práticas transnacionais quer ao nível económico quer social. Como afirma Carling "as práticas transnacionais contemporâneas reforçam uma tradição de mobilidade, mas os benefícios de um transnacionalismo são desigualmente distribuídos. Por exemplo, os familiares de migrantes beneficiam frequentemente de remessas do estrangeiro e de possíveis visitas a esses países de destino para férias ou tratamento médico. Os outros podem receber apenas os efeitos negativos das práticas transnacionais, principalmente devido a uma inflação dos preços no país de origem devido às remessas. Num momento em que as migrações estão limitadas, pelo encerramento de fronteiras dos países receptores, a participação em circuitos transnacionais pode tornar-se igualmente uma importante dimensão de diferenciação social. Por outro lado, as práticas transnacionais aumentam a exposição aos modos de vida dos países de destino e tornam a migração uma estratégia para uma mobilidade social ascendente tanto na origem como no destino" (2001: 16). Esta dimensão não tem sido analisada nas teorias migratórias que preferem, na maioria das vezes, dedicar a sua atenção aos países receptores e às consequências que as migrações têm nestes países. A mudança de olhar que a existência de comunidades transnacionais implica obriga-nos, no entanto, a analisar igualmente os impactos na origem, isto se tomarmos como enunciação de partida a definição de migrações transnacionais como "o processo pelo qual os imigrantes engendraram e sustentam em simultâneo múltiplos elos de relações sociais que unem as sociedades de origem e destino desses migrantes" (Glick-Schiller et al., 1992:48). Voltaremos a este tópico numa análise mais profunda do conceito de comunidades transnacionais e/ou de transnacionalismo.

1.2.2.1 Decisões migratórias: indivíduos ou famílias

Um outro grupo de críticos chamou igualmente a atenção para as limitações destes modelos. A denominada nova economia da migração, de que são exemplo autores como Stark e Bloom, 1985 ou Stark, 1991, tem contribuído para desafiar muitas das hipóteses e conclusões da teoria neoclássica. A principal contribuição desta abordagem foi o ter defendido que as decisões migratórias não são tomadas pelos actores individuais enquanto seres isolados, mas por unidades maiores, designadamente famílias ou domicílios, nas quais os indivíduos agem colectivamente, não apenas para maximizar o salário esperado, mas igualmente para minimizar e/ou amortecer os constrangimentos associados a uma variedade de mercados de trabalho. Para Stark, não é o sujeito individual que elabora a estratégia migratória para melhorar as suas condições materiais de vida mas sim a família enquanto entidade colectiva. Como afirma:

> Num esforço para explicar a variabilidade na composição de fluxos migratórios, em diferentes locais e ao longo do tempo, as teorias das migrações conceptualizam actualmente a decisão de migrar num dado momento devidamente contextualizado, onde as decisões individuais não são atomísticas, mas o resultado da localização dos indivíduos no seio de relações sociais familiares, comunidades, mercados, e Estados-Nação particulares (Stark, 1991).

Nesta lógica, as estruturas em que se integram os potenciais indivíduos migrantes (e.g. famílias), elaboram estratégias diferenciadas consoante as conjunturas (e.g. sociais, económicas, políticas) gerando tipos diferentes de migrações. Por exemplo, e de acordo com estas teorias, em alguns casos a estratégia familiar pode passar por uma migração simultânea de todos os elementos, de forma definitiva e, noutros casos, pela migração isolada de apenas alguns dos seus membros de forma temporária (Blanco, 2000: 66). Ao permitir analisar as migrações de forma diferenciada no interior de uma mesma entidade colectiva, estas teorias permitem-nos, no caso das migrações cabo-verdianas, compreender a complexidade da rede migratória existente que dispersa os elementos de uma mesma família (um conceito abrangente de família) por vários países e, às vezes, por diferentes continentes. Esta realidade, vista à luz destas teorias, pode consubstanciar uma estratégia colectiva de potenciação máxima dos rendimentos alcançáveis. Com toda a certeza, afirmamos nós, esta estratégia (oportunista ou não) potencia o aparecimento de uma comunidade transnacional, em que a dispersão dos membros de uma mesma entidade colectiva (família ou conterrâneos por exemplo) pode gerar todo um manancial de potenciais rendimentos (económicos, sociais ou outros).

1.2.2.2. Limites para as propostas das teorias neoclássicas

Na sequência destas análises de índole económica, Douglas Massey (1997) aponta vários limites para as proposições neoclássicas. A partir das suas características gerais, enunciou alguns pontos que resumiremos de seguida: (a) a unidade de análise não seria o indivíduo autónomo mas sim, as famílias, domicílios; (b) ou outras unidades de produção e consumo culturalmente definidas; (c) o diferencial salarial não é uma condição necessária para ocorrer uma migração internacional, uma vez que podem contar com incentivos para diversificar os riscos através das redes sociais; (d) a migração internacional, o emprego e a produção local não são possibilidades mutuamente exclusivas; (e) as políticas governamentais ocasionam mudanças económicas que afectam a distribuição de rendimentos podendo influenciar a migração internacional independente de seus efeitos sobre os rendimentos.

As maiores criticas às teorias que relevam do mercado de trabalho são, porém, de uma simplicidade avassaladora uma vez que chamam a atenção para o facto de: (a) não existir normalmente uma liberdade total de circulação de trabalhadores no mercado de trabalho internacional e, quando esta existe, como no interior da União Europeia, essa migração ser baixa e o diferencial salarial permanecer elevado, o que não permite encarar este modelo, por si só, como válido; (b) se constar facilmente que a imensa maioria dos trabalhadores estrangeiros não se incorpora no mercado de trabalho dos países receptores nas mesmas condições dos trabalhadores autóctones o que, por seu turno, implica uma análise das diferentes condições de incorporação dos mercados de trabalho (Arango, 2000: 35).

Em síntese, podemos afirmar que as teorias do mercado de trabalho, teorias macro ou teorias micro, permitem, de forma necessariamente complementar, compreender aspectos particulares das migrações internacionais, designadamente as que ocorrem à margem da regulação estatal, isto é, migrações clandestinas ou ilegais. Permitem compreender, ainda que apenas parcialmente, as migrações que ocorrem em espaços de liberdade de circulação nacional (migrações regionais ou migrações inter-regionais) ou de circulação transnacional (como a UE ou a Comunidade de países da África Ocidental). Não permitem, no entanto, abarcar todas as dinâmicas resultantes da pertença a comunidades transnacionais. Nos nossos estudos de caso, não permitem, pensamos, compreender as lógicas diferenciadas de inserção laboral dos cabo-verdianos na Europa. Para isso, é necessário um outro conjunto conceptual que permita abraçar diferentes, mas

simultâneas, lógicas migratórias. As migrações cabo-verdianas são, pela complementaridade das formas utilizadas -migrações em espaço de livre circulação (no interior do império colonial português até 1975 e migrações de cabo-verdianos possuidores de nacionalidade de um país da União Europeia após 1992); migrações clandestinas; e migrações laborais clássicas – um bom exemplo que nos permitirá um diálogo com essas outras teorias. Antes, porém comecemos por analisar mais profundamente as teorias que incidem sobre o mercado de trabalho.

1.3. Teorias do Mercado de Trabalho Dual ou Mercado de Trabalho Segmentado

A hipótese de uma dualização ou segmentação do mercado de trabalho surge contra a abordagem neoclássica e pretende desacreditar as conclusões por esta formuladas. De uma forma introdutória, podemos dizer que, de acordo com as teorias do mercado de trabalho dual ou mercado de trabalho segmentado, os imigrantes, bem como as minorias étnicas e as mulheres, tenderiam a permanecer em indústrias marginais e num mercado secundário de trabalho, sem qualificação (e sem escolha) para conseguir uma remuneração melhor do que os trabalhadores nativos, que por sua vez, são protegidos pelos sindicatos, por contratos colectivos de trabalho e por um complexo mercado de trabalho interno. Neste contexto, as redes sociais e a discriminação institucional contribuiriam para excluir os (novos) imigrantes e colocá-los nos empregos mais instáveis e pior remunerados. De acordo com estas teorias, os imigrantes não documentados ou ilegais, as mulheres e as minorias étnicas, tenderiam a ser particularmente mais vulneráveis a este respeito, pelo que poderiam sofrer uma dupla ou tripla exploração face à discriminação existente no que chamaram mercado secundário de trabalho. Desenvolvamos um pouco melhor estes argumentos.

O modelo de segmentação do mercado de trabalho baseia-se num conjunto de investigações, tanto teóricas (Piore, 1979; Doeringer e Piore, 1971), como empíricas. Trata-se de uma ferramenta de análise para uma descrição da multiplicidade de situações com que os indivíduos acedem ao mercado de trabalho (qualificação profissional, sexo, etnia, idade, nível educativo formal, procedência socio-económica, etc.) e das possibilidades que daí derivam para inserir-se num ou noutro segmento do mercado laboral. Como afirma López:

> esta abordagem entende que a estrutura actual do mercado de trabalho permite diferenciar a população em níveis ou segmentos com condições de trabalho (e de vida) diferenciados de acordo com

> o lugar em que se situam no mesmo. Configuram-se, deste modo, segmentos diferenciados de postos de trabalho, cada um deles com características próprias e homogéneas e, por seu turno, distintas do resto dos segmentos. A estrutura e inter relação desses segmentos é tal que, para os trabalhadores, se torna muito difícil inserirem-se num segmento diferente daquele em que as suas características em relação ao trabalho os colocam. Por sua vez, os diversos segmentos diferenciam-se entre si, hierarquicamente e em função do design diferencial de tais postos pelas empresas, por: desigual nível salarial, segurança no emprego ou possibilidade de promoção e de formação de carreiras profissionais que possibilitam os postos de trabalho que se pertencem a cada segmento. No entanto, é de contestar a ideia que os segmentos no se constroem de una vez por todas. Ao contrario, os conteúdos, os limites e a distância entre segmentos varia segundo o contexto socioeconómico em que nos situamos. Trata-se, portanto, de processos de segmentação e não de realidades prefixadas de sujeitas a modificações mecânicas (López, 1998: 4).

De acordo com a teoria do mercado de trabalho dual[71], que Doeringer e Piore aplicaram ao estudo das migrações[72], o mercado de trabalho não é homogéneo, mas sim segmentado (Gordon *et al.*, 1982, 1994; Doeringer e Piore 1971, Piore, 1979). Reagindo e revendo os componentes macroeconómicos das teorias neoclássicas das migrações, estes autores vão analisar o funcionamento do mercado de trabalho não como um todo unitário, mas como realidades segmentadas internamente. As principais hipóteses que sustentam esta teoria criticam os pressupostos em voga na economia liberal, designadamente a homogeneidade, perfeita mobilidade e possibilidade de substituição das unidades da força de trabalho no mercado de trabalho, procurando defender a hipótese de que os mercados de trabalho são realidades complexas, não homogéneas e selectivas no que respeita ao tipo de força de trabalho que contratam. Para Piore e Doeringer, os mercados (internos) de trabalho:

71. A segmentação do mercado de trabalho pode ser caracterizada genericamente como uma situação na qual trabalhadores igualmente qualificados recebem salários diferentes. A origem deste conceito remonta a Adam Smith e John Stuart Mill e o seu desenvolvimento contou com contribuições das mais diversas escolas económicas. O conceito de segmentação só ganhou notoriedade científica na década de 70, com o estudo de Doeringer e Piore (1971), no qual são apresentadas as hipóteses fundamentais das teorias dos mercados internos de trabalho e de dualidade.

72. Embora as ideias originais desenvolvidas por estes autores já estivessem presentes nomeadamente no trabalhode Dublop, J. T. (1957) "The task of contemporary wage theory"., in: New concepts in wage determination. NewYork: McGraw-Hill.

> são um desenvolvimento lógico num mercado competitivo, no qual três factores (habitualmente negligenciados na teoria económica tradicional) podem estar presentes, estes factores são as qualificações específicas exigidas pela empresa, a formação imprescindível no local de trabalho e o costume ou hábito (1971: 39).

De acordo com estes autores, é no tipo e modo como cada um dos trabalhadores detêm estes diferentes recursos que o mercado de trabalho vai estabelecer uma diferenciação. De acordo com este modelo, nos mercados de trabalho nacionais existem dois níveis ou segmentos bem diferenciados ou mesmo dicotómicos. No primeiro mercado ou mercado de trabalho primário, encontram-se os empregos a tempo pleno, bons salários, boas condições de trabalho, vantagens sociais, possibilidades de promoção, segurança no emprego, etc.. No segundo mercado, ou mercado secundário, a situação é inversa: empregos a tempo parcial ou de duração limitada, empregos caracterizados pela vulnerabilidade em termos salariais e contratuais, i. é, insegurança laboral, poucas ou nenhumas possibilidades de promoção com ausência de um sistema formal de carreira. Em síntese, é neste segmento que se encontram os chamados empregos perigosos, sujos e mal pagos. Segundo Gordon e colaboradores (1982;1994), estes dois mercados são diferenciados principalmente quanto às características de estabilidade que oferecem. Os empregos do mercado primário requerem e desenvolvem hábitos estáveis de trabalho, as qualificações são geralmente adquiridas no emprego, os salários são relativamente altos e há uma possibilidade de promoção hierárquica. Os empregos do mercado secundário não requerem e, frequentemente desencorajam, os trabalhos estáveis; os salários são baixos; as mudanças de posição são muitas e as possibilidades de promoção são poucas. Estes postos de trabalho são ocupados principal, mas não exclusivamente, por imigrantes, minorias étnicas, mulheres e jovens. Nesta lógica, será habitual que o mercado secundário seja preenchido por trabalhadores pouco qualificados, trabalhadores desqualificados, recém chegados ao mercado de trabalho (ex. jovens, imigrantes) ou categorias sociais mais vulneráveis (ex. desempregados de longa duração, mulheres, minorias étnicas, imigrantes ilegais). De acordo com esta perspectiva, todo o mercado ou segmento de mercado possui a sua própria coerência, não sendo fácil à maior parte dos trabalhadores mover-se de um segmento para outro, devido à existência de obstáculos (institucionais ou outros) a essa mobilidade. Neste sentido, a mobilidade ascendente no interior dos segmentos ocupacionais onde se integram os imigrantes, passando do segmento secundário para o primário, é muito dificultada pela própria estrutura do mercado de trabalho.

Duas metáforas teóricas podem ajudar-nos a entender a (relativa) marginalidade dos imigrantes num mercado de trabalho segmentado: a (1) teoria da fila e a (2) teoria do mercado dual de trabalho (Carpio, 1999: 24):

(1) De acordo com a teoria da fila, os trabalhadores podem ser classificados de acordo com a relação existente entre a sua produtividade potencial e o seu salário (Doeringer e Piore, 1971). Os trabalhadores procurados pelos empresários são os primeiros da fila, deixando os trabalhos menos atractivos para os trabalhadores que se encontram no final da fila que, por definição, são os mais desfavorecidos. A expansão do emprego estimula os empresários a contratar mão-de-obra desfavorecida (uma vez que se esgotaram já os trabalhadores disponíveis nos primeiros lugares da fila) e a proporcionar formação adicional para melhorar a sua produtividade e, consequentemente, a sua rentabilidade potencial;

(2) A teoria do mercado de trabalho dual postula, como referimos, a divisão entre um mercado de trabalho primário e um mercado de trabalho secundário. Os trabalhadores desfavorecidos vêem-se obrigados a ocupar os postos de trabalho no mercado secundário, sendo uma das características principais deste mercado a instabilidade dos postos de trabalho.

O trabalhador pode ocupar postos permanentes ou estáveis, ainda que mal pagos, mas a rotação do trabalhador é relativamente elevada e a possibilidade de desemprego alta. Tanto a falta de estabilidade dos postos de trabalho como a excessiva rotação do trabalhador fazem com que o empresário não invista em formação, e que, simultaneamente, o trabalhador possua poucos incentivos para se formar.

Se tentarmos unir estas duas teorias, podemos obter um conjunto de conclusões adicionais. O mercado primário é formado por um conjunto de mercados internos de trabalho[73] e parece estar sujeito à teoria da fila, isto é, a expansão do mercado obriga-o a diminuir o nível de exigência e a contratar progressivamente trabalhadores menos qualificados. No mercado secundário de trabalho a situação é mais complexa e podem existir, pelo menos, três situações diferentes de emprego:

a) Trabalhos não estruturados, não pertencem a nenhum mercado interno de trabalho. São postos de trabalho sobretudo informais (e.g. servente/trolha da construção civil, trabalho doméstico, Macjobs, etc.);

73. De acordo com Doeringer e Piore (1971), o mercado interno de trabalho pode definir-se como a unidade administrativa no interior da qual o preço e a contratação do trabalho se regem por um conjunto de normas e procedimentos administrativos.

b) Trabalhos pertencentes a mercados internos secundários. Possuem estruturas formais internas mas com múltiplas formas de acesso e são, em geral, mal remunerados (e.g. fábricas têxteis, prestação de serviços auxiliares em hospitais, limpezas em hotéis, etc.);
c) Trabalhos ligados a mercados internos de trabalho nos quais o resto dos postos de trabalho estão no segmento do mercado primário. Possuem poucas ou nenhumas possibilidades de mobilidade ascendente (e.g. operários de indústrias transformadoras; armadores de ferro na construção).

Ou seja, relativamente ao mercado primário, o mercado secundário de trabalho caracterizarse-ia, em menor grau, pela teoria da fila (trabalhadores mais qualificados recrutados primeiro) mas alguns dos seus postos de trabalho poderiam facilmente ser transformados em postos de trabalho do segmento primário se o mercado, as empresas, estivessem interessados. Como sabemos, os imigrantes tendem, de acordo com as teorias do mercado de trabalho segmentado, a inserir-se no mercado de trabalho secundário sobretudo através de duas categorias distintas: a) em trabalhos que complementam as ocupações que possuem os trabalhadores locais (e.g. no sector da construção civil e obras públicas); b) em trabalhos que permitem melhorar o nível de vida dos trabalhadores (nacionais ou não) que desfrutam de uma melhor posição sócio-económica (e.g. no sector dos serviços pessoais e serviços domésticos). Tanto no primeiro caso (a) como no segundo (b) há um conjunto de trabalhadores imigrantes que partilham o mercado secundário com trabalhadores nacionaissendo que o efeito que os primeiros produzem sobre os segundos é, pelo menos no caso português, ainda desconhecido (Marques e Góis, 2000).

Verosimilmente podemos afirmar que o interesse dos trabalhadores (nacionais e imigrantes) seria o de avançar para o mercado primário de trabalho, onde teriam uma profissão com maior segurança e melhor remunerada. Por outro lado, se estivéssemos perante simples mecanismos de oferta e procura, os trabalhadores nacionais (e os imigrantes já integrados) só teriam a ganhar com uma diminuição da imigração, que geraria menor oferta de mão-de-obra disponível e, consequentemente, uma melhoria das condições remuneratórias. Mas, se estivermos, como pensamos, perante uma situação em que a oferta abundante e contínua de mão-de-obra é uma das estratégias utilizadas pelo mercado para manter baixas as remunerações e impedir a passagem do mercado secundário para o mercado primário dos trabalhadores (nacionais e imigrantes) então, a oferta de mão-de-obra tende a ser estimulada por vias alternativas, nomeadamente através do recurso ao mercado informal e da transformação do emprego do mercado primário em emprego do mercado secundário, recorrendo a me-

canismos de exteriorização da produção, de subcontratação, sub-empreitada, contratação temporária, etc.. Esta estratégia permite, por um lado, recusar que o secundário se transforme em primário mantendo, perpetuando, a segmentação e, por outro, recusar a teoria da fila (em que os mais qualificados são diferenciados) e impedir a mobilidade ascendente dos trabalhadores do mercado secundário tratando todos de igual modo.

Voltemos aos nossos casos em estudo. A evidência empírica disponível permite afirmar que a maioria dos migrantes cabo-verdianos na Europa, e em especial na Europa do Sul, à semelhança do que acontece com outros grupos de imigrantes, têm alguma dificuldade em aceder ao que se designa por mercado primário de trabalho, isto é, mercado de trabalho que requer elevados níveis de qualificação e/ou educação e que oferece em troca boas condições salariais, de carreira ou de trabalho. Este mercado tende a seleccionar os seus trabalhadores com base na formação ou capital humano. Os imigrantes cabo-verdianos na Europa tendem a concentrar-se em profissões que requerem baixo nível de qualificações e no mercado secundário de trabalho, isto é, no sector das indústrias de mão-de-obra intensiva ou no mercado secundário de trabalho do sector dos serviços. É assim no caso da migração cabo-verdiana para Itália onde a inserção das imigrantes, ocorre principalmente no sector dos serviços pessoais e domésticos ou da migração cabo-verdiana para Portugal, onde a migração feminina se insere igualmente nesse sector e a masculina no sector da construção civil e obras públicas e, em ambos os casos, no segmento secundário do mercado de trabalho desses sectores. É assim também para a esmagadora maioria dos imigrantes cabo-verdianos na Holanda, em França, em Espanha ou no Luxemburgo.

A questão que se nos coloca é, no âmbito das teorias do mercado de trabalho, tentar compreender a lógica de inserção destes migrantes nestes sectores e quais os mecanismos que os compelem a "optar" por um segmento do mercado de trabalho que tem um lucro no curto prazo (e.g. maiores rendimentos líquidos) mas um custo potencial no médio e longo prazo (e.g. menor protecção social e ausência de segurança laboral). O facto de, tal como os imigrantes, também uma parte da população nacional se incorporar em determinados sectores e profissões, não é contudo explicada pelas teorias da segmentação ou do mercado de trabalho dual (Mendoza, 2001: 41). As teorias do capital humano, do capital social, das teorias das redes sociais e as emergentes teorias sobre transnacionalismo e comunidades transnacionais permitem-nos abordar estas questões e compreender que esta opção não é totalmente livre mas, ao contrário, amplamente condicionada pelo environment em que se inserem estes migrantes.

1.4. As Teorias do Capital Humano

Tal como foi analisado nos EUA pelos autores das teorias do mercado segmentado (Doeringer e Piore, 1971; Gordon et al. 1982 e 1994), a segmentação é um factor estrutural da lógica de funcionamento do mercado de trabalho. George Borjas (1990), porém, vai opor-se a esta visão e defender que fluxos migratórios com origens diversas possuem um diferente desempenho no mercado de trabalho e que a qualificação dos diferentes migrantes deve ser o factor determinante para definir a sua forma de inserção no mercado de trabalho. Esta teoria, de base económica, ficou conhecida como a teoria do capital humano (Borjas, 1990). Os argumentos de partida dos teóricos do capital humano têm por base uma ideia económica e pode, no caso norte-americano, ser ilustrada do seguinte modo: os imigrantes ilegais têm acesso aos bens e serviços do welfare americano, o que vem penalizando os orçamentos de alguns estados como a Florida e Califórnia (Borjas, 1990). No âmbito do mercado de trabalho, estes imigrantes, com baixa qualificação, são acusados de se apoderarem dos empregos dos trabalhadores nativos e de fazerem baixar os salários das regiões ou cidades onde se concentram. Para estes autores, a intervenção do Estado deve actuar do lado da oferta de mão-de-obra, impedindo o acesso ao mercado de trabalho de imigrantes com qualificações baixas ou nulas. Acreditam que a política imigratória deve prioritariamente autorizar a entrada e a permanência de imigrantes com melhor qualificação, a fim de se atingir um sistema económico mais produtivo. Ao contrário dos teóricos da segmentação, estes autores defendem que os imigrantes concorrem directamente com os trabalhadores nativos no mercado de trabalho e, por isso mesmo, advogam que as políticas migratórias dos países receptores devem apenas permitir a entrada e permanência no país dos trabalhadores migrantes cujas qualificações sejam necessárias ao mercado de trabalho, isto é, que as políticas migratórias devem ser selectivas descriminando os potenciais migrantes não qualificados, uma vez que estes representam um custo para os países ou regiões receptores. As teorias do capital humano defendem igualmente que os rendimentos potenciais dos migrantes aumentam à medida que os migrantes se adaptam (com o tempo) ao país de acolhimento e que este rendimento pode ser medido em termos do investimento em capital humano realizado após a emigração (Chiswick, 1978; Mendoza, 2001). A ser assim, ao investimento em capital humano dos migrantes corresponderia um maior rendimento económico obtido por estes, isto é, uma mobilidade profissional ascendente e uma clara distinção entre os migrantes instalados há décadas e os imigrantes recém chegados. Analisemos os pressupostos destas teorias e a sua implicação no estudo das migrações cabo-verdianas na Europa (ver caixa 2.2).

Caixa 2.2

Numa análise das migrações cabo-verdianas para Portugal as teorias do capital humano de que fala Borjas resultam extremamente pertinentes. Por um lado, do ponto de vista do país receptor que é Portugal, porque permitem verificar a inexistência de uma política migratória consistente ao longo dos últimos 30 anos que tenha permitido seleccionar o tipo de imigrantes que o Portugal deseja atrair. Por outro, do lado do país emissor, Cabo Verde, porque as migrações cabo-verdianas acabam por ser exactamente o reflexo dessas não políticas ao caracterizarem-se como um fluxo laboral constituído por indivíduos pouco ou nada qualificados e que vão competir com os também pouco ou nada qualificados trabalhadores portugueses de sectores de mão-de-obra intensiva. Numa análise retrospectiva ou histórica da formação de um mercado interno de trabalho segmentado em Portugal, e, sobretudo, na área metropolitana de Lisboa, é possível verificar que as suas principais características constituintes têm origem precisamente nos anos 60, quando coincidem historicamente emigração e guerra colonial, o que permitiu a entrada da mão-de-obra cabo-verdiana, desqualificada mas conjunturalmente necessária, ocupando um segmento de mercado onde existiam vagas em aberto. Neste sentido, foi a ausência de uma política migratória consistente e de longo prazo, que levou à construção de um mercado segmentado e que, no caso português, pelo elevado peso que a migração cabo-verdiana apresenta no total da migração para Portugal, coincide exactamente com os seus principais sectores de inserção. De acordo com os teóricos do capital humano, estas migrações representariam para Portugal um pequeno benefício de curto prazo (usufruído essencialmente por um pequeno grupo de empresas ou entidades) e um crescente custo de médio e longo prazo (suportado no essencial pelo Estado português). A ser assim, a economia portuguesa estaria a camuflar estes custos há já algumas décadas, prolongando os benefícios de curto prazo através do recurso a estratégias conjunturalmente adaptativas, prolongando e estendendo o mercado secundário de trabalho de modo a manter artificialmente baixos os custos de produção nos sectores de inserção da mãode-obra imigrante. Em Portugal, um dos poucos estudos feitos relacionando mercado informal e migrações, demonstrou que laboravam na informalidade indiferentemente os trabalhadores migrantes pertencentes a diferentes fluxos migratórios para Portugal, independentemente, em muitos casos, de se encontrarem numa situação legal (e também muitos trabalhadores nacionais). Este estudo demonstrou que a informalidade, nomeadamente do sector da construção civil, era mais o resultado simultâneo da globalização dos mercados e da ausência de uma eficaz fiscalização, do que da ausência única de um estatuto de legalidade por parte dos imigrantes (Baganha, 1996, 1998). Se tomarmos como ilustração deste processo o sector da construção civil e obras públicas português, verificamos que a informalização de uma parte substancial do ciclo produtivo (e consequente redução de custos) foi a estratégia encontrada para, por um lado, manter a competitividade das empresas e, por outro, aumentar a capacidade instalada do sector visando responder a um aumento conjuntural do nível de encomendas decorrentes, nomeadamente, de um investimento económico significativo verificado no sector nas duas últimas décadas. Como referimos, no caso português, a informalização de determinados sectores ou segmentos sectoriais da economia reflecte, na prática, um processo complexo de, por um lado, excesso de regulamentação da actividade laboral e, por outro, de desregulamentação da economia consubstanciado numa ineficaz fiscalização. Em Portugal, todos os indicadores reflectem a mesma realidade, a fuga ao fisco, laborando no lado informal da economia é compensador para as partes, empregadores e empregados, e penalizador para o todo, o Estado. Voltaremos a este assunto.

1.5. Inserção laboral dos imigrantes, segmentação do mercado de trabalho e economia informal

Alguns autores confrontam a inserção laboral dos imigrantes com a economia informal ou economia subterrânea (Portes e Borocz 1989; Baganha 1996, 1998; Cross e Waldinger, 1999), numa lógica que complementa e alarga as análises desenvolvidas pelas teorias da segmentação. Na verdade, ao pretendermos relacionar migrações e mercado de trabalho informal, redescobrimos/reencontramos a própria estrutura do mercado de trabalho e a sua lógica de funcionamento segmentado, uma lógica que não se circunscreve ao juridicamente definido. Na realidade, reencontramos, não apenas um mercado dual mas um mercado com uma pluralidade de segmentos que aumentam consoante a complexificação das relações económicas estabelecidas entre as diversas partes envolvidas e até, segundo as conjunturas em que decorrem os processos sociais. Um bom exemplo advém do facto de, quando em presença de um mercado de trabalho com reduzida flexibilidade laboral, ser o próprio mercado que tende a encontrar (internamente) soluções alternativas de flexibilização. Saskia Sassen defende que a informalidade:

> varia de cidade para cidade e mesmo de sector económico para sector económico. Muitas vezes, a economia informal é uma das novas formas de crescimento económico que as comunidades em desvantagem têm à mão, como é o caso dos pobres ou dos imigrantes. A economia informal é também, como está documentado para o caso de Nova Iorque, uma resposta à procura por parte do próprio sector formal da economia: se no topo da economia formal temos a desregulamentação; na parte inferior, temos a desregulamentação à moda dos pobres, a informalização (Sassen, 1998).

Esqueçamos, por agora, o processo de desregulamentação assinalado por Saskia Sassen e foquemos a nossa atenção no (paralelo) processo de informalização. A informalidade é (apenas) uma das possibilidades que o mercado de trabalho encontra para tornar a inserção laboral dos migrantes atractiva para ambas as partes, isto é, para a oferta e para a procura. Malcom Cross e Roger Waldinger (1999), por exemplo, associam estas duas realidades numa tentativa de demonstrarem que a uma rigidez estrutural do mercado de trabalho corresponderá um mais elevado nível do sector informal, por este corresponder a um encontro de interesses entre empregadores e empregados, no qual o trabalho informal se torna economicamente vantajoso tanto para empregador como para empregados. É por isso que nos EUA (com um Mercado de trabalho menos regulado) o tamanho do sector informal seria rela-

tivamente pequeno comparado com a Europa (Cross e Waldinger, 1999: 30). De acordo com estes autores, nos países de imigração, ao segmento informal estarão normalmente ligados os imigrantes ilegais/indocumentados porque nele não são exigidos documentos de identidade ou números da segurança social. Complementarmente, numa conjuntura de competitividade económica, ocorrerá necessariamente uma tendência de crescimento da economia informal que Sassen definiu genericamente como "essas actividades geradoras de receitas que acontecem fora do sistema de regulação do estado, mas que têm uma existência paralela no interior dessa regulação" (1998: 153). Como exemplo desta tendência podemos citar, de forma complementar, quer o emagrecimento das empresas (downsizing), quer o incremento do 'outwork' ou externalização de tarefas não nucleares nas indústrias que o permitem, quer o desenvolvimento de formas diversas de subcontratação permitindo às empresas manterem-se competitivas através de uma redução dos custos de produção associados à mão-de-obra.

Ao tentarem manter ou aumentar o seu nível de produção recorrendo a uma externalização de custos, estas empresas empurraram para o segmento secundário do mercado de trabalho e/ou para o sector informal da economia um número desconhecido, mas certamente elevado, dos trabalhadores anteriormente ao seu serviço. No limite, tanto o downsizing como o outwork são mecanismos de externalização de custos. O mercado responde a essa redução com um aumento da informalização das actividades que o permitem (dependentes da envolvente fiscalizadora existente em cada país, região ou sector), designadamente, através do recurso a mão-de-obra precária (e.g. mão-de-obra imigrante).

Desta alteração estratégica de índole empresarial resulta forçosamente uma dupla realidade conforme o enfoque seja colocado no empregador ou no trabalhador. Tomemos novamente como exemplo o sector da construção civil. No primeiro caso -os empregadores-, o seu interesse em subempreitar partes ou tarefas da obra, contratar ou subcontratar trabalho é, obviamente, a obtenção de maiores lucros, isto é, a contratação ou subcontratação no segmento informal do mercado aumenta a margem de lucro potencial através da redução dos custos de produção. No caso dos trabalhadores, as motivações são diversas embora todas elas visem a obtenção de um maior rendimento líquido no no curto prazo o que, como sabemos, constitui um dos objectivos prioritários de todo o imigrante. Estariam assim reunidas as condições para uma concertação de interesses: trabalhadores (e.g. imigrantes) e patrões interessados numa maximização de lucros reduzindo os custos marginais de curto prazo (e.g. impostos e segurança social).

1.5.1. A economia informal como extensão da segmentação do mercado de trabalho dual?

O que a evidência empírica e teórica contemporânea demonstra é que os trabalhadores imigrantes se movimentam crescentemente num nicho laboral limitado (quanto ao tipo de sectores e diferentes profissões ocupadas) que não tem por base características profissionais ou escolares, mas que é condicionado pela abundância de postos de trabalho de pouca ou nula exigência de qualificação no mercado laboral. Tratam-se de ocupações que têm vindo a ser preteridos pelos trabalhadores nacionais das economias desenvolvidas. Não se trata tanto de os trabalhadores nacionais não quererem executar determinado tipo de trabalhos ou profissões mas antes de não estarem dispostos a fazê-lo por determinado salário (o que, neste caso, explicaria a emigração de portugueses para a construção civil na Alemanha ou de portuguesas como empregadas domésticas em Paris e a importação de imigrantes para os mesmos postos de trabalho em Portugal). Veja-se a título de exemplo o relatório da Inspecção Geral do Trabalho sobre o processo de regularização de 2001 e as profissões de inserção da mão-de-obra imigrante em Portugal:

> Os dados respeitantes aos processos entrados na Inspecção-Geral de Trabalho para aprovação do contrato, para efeitos de atribuição de autorização de permanência são reveladores das profissões de destino dos estrangeiros com este título. Em relação aos cidadãos dos cinco países mais significativos (Ucrânia, Roménia, Moldávia, Brasil e Cabo - Verde), constata-se que as cinco profissões mais significativas são as de: servente de construção civil e obras públicas; pedreiro; operário não especializado; auxiliar de limpeza; empregada doméstica/casas particulares. Apenas quanto aos brasileiros aparecem as profissões de empregado de balcão e de empregado de mesa nas cinco mais significativas, em detrimento de auxiliar de limpeza e empregadas doméstica/casas particulares. Quanto aos ucranianos, releva em quinto lugar a actividade de trabalhador agrícola. Brasileiros, romenos, ucranianos, e moldovos têm como primeira actividade a de servente de construção civil e obras públicas. Os cabo-verdianos têm como principal actividade de destino a de auxiliar de limpeza, aparecendo a de servente em segundo lugar (in www.idict.gov.pt/_frames/fr_igt.htm)

Por outro lado, de um ponto de vista teórico, não se trata apenas do facto dos imigrantes ocuparem nichos de mercado específicos, mas de existirem ou não uma série de nichos com características laborais e que, devido a

essas mesmas características, são recusados pelos trabalhadores nacionais. Este tipo de inserção laboral, concentrada em poucos sectores e com alguma sustentação temporal, vai ao encontro da hipótese de estarmos perante uma segmentação do mercado de trabalho de que o mercado informal (por acarretar menores custos) é um dos segmentos constituintes (Sassen, 1998). A ser de facto assim, estaríamos perante um dos postulados das teorias do mercado de trabalho segmentado que indicam que o mercado laboral contém, por definição, uma franja situada na base da hierarquia, com conotações sociais claramente negativas. O mercado de trabalho seria, neste sentido, não dual mas poli segmentado e o último destes segmentos seria ocupado pelos imigrantes ilegais que trabalham no mercado informal[74]. Nesta situação, os custos salariais neste segmento secundário, isto é, os salários e as condições remuneratórias, tendem a manter-se baixos porque, em caso contrário, a sua subida provocaria, por arrastamento, um efeito inflacionista nas restantes de categorias laborais e um aumento dos custos de produção. Se, como aconteceu por exemplo no caso português nas últimas décadas, conjunturalmente, os trabalhadores que tradicionalmente ocupam este segmento são em número insuficiente, então, o mercado opta por atrair e utilizar mão-de-obra imigrante para introduzir (ou impôr) maiores níveis de flexibilidade laboral (Mingione, 1995). A opção pelo mercado informal é, de acordo com este raciocínio, apenas uma extensão da lógica de segmentação visando a redução de custos de produção.

1.5.2. A cumplicidade na informalidade

Colocados perante esta realidade, torna-se necessário segmentar a economia informal numa tentativa de compreensão de diferentes níveis de integração laboral dos imigrantes. Em primeiro lugar, economia informal, oculta, paralela, subterrânea[75], economia secundária, clandestina, trabalho negro, trabalho não oficial, trabalho não declarado, etc., não significam necessariamente o mesmo. A análise da inserção laboral dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal (França *et al.*, 1992, Baganha, 1996, 1998; Gomes, 1999) mostra que os migrantes cabo-verdianos legais ou clandestinos

74. Pensamos que o mercado de trabalho português, e em especial, o mercado de trabalho do sector da construção civil e obras públicas, ilustra claramente estas teorias.
75. A economia subterrânea abrange pelo menos quatro tipos diferentes de fenómenos: a) a parte do PIB que não é registada nas estatísticas de Contabilidade Nacional; b) a parte do rendimento que as empresas e os particulares não declaram para efeito de tributação; c) a parte do emprego que não é declarado para efeito de descontos para a Segurança Social, isto, é, o emprego irregular; d) a parte do desemprego que corresponde na realidade a indivíduos que estão a trabalhar. (Toharia, 2000 citado por Carpio, 2000: 5).

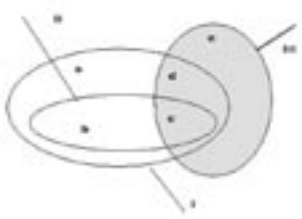
se inserem em grande percentagem no segmento secundário do mercado de trabalho, muitas vezes laboram no mercado informal, não declaram (a totalidade ou parte) dos rendimentos de trabalho que usufruem. No entanto, apesar de todos estes constrangimentos contribuem em diversos níveis para o rendimento fiscal do país.

Estudos realizados sobre imigrantes legais e ilegais na Europa demonstram que uma maioria de entre estes paga impostos (Engbersen, 1996 citado em Cross e Waldinger, 1999: 30), mas não necessariamente impostos sobre o rendimento[76]. Na verdade, uma análise mais profunda demonstra que a fuga ao fisco é apenas uma das componentes da informalidade. A definição de Cowell (1990) usada por Carpio (1999) é uma esquematização pertinente desta realidade. De acordo com esta definição, as transacções económicas e as suas inter-relações podem ser esquematizadas do seguinte modo:

(a) corresponde à economia doméstica, ao trabalho das organizações voluntárias (3.º sector);
(b) corresponde à produção oficial tanto do sector público como do sector privado;
(c) corresponde a um dos sectores da economia subterrânea cujo produto está incluído nas contas oficiais;
(d) corresponde à economia subterrânea não incluída nas contas oficiais;
(e) corresponde à fraude em benefícios e evasão fiscal fora do sector produtivo (eg. transacções de capital);

Este esquema permite visualizar três fronteiras diferentes: (I) separa o que é considerado ou não uma transacção de produção; (II) separa as transacções que têm reflexo na contabilidade nacional das que não têm; e (III) delimita o que é considerado a economia subterrânea (cf. Figura 2.5).

FIGURA 2.5 - Diversos Níveis da Economia subterrânea



Fonte: Cowell, 1990

76. No caso português é inevitável supormos que, dada a informalidade e o tipo de trabalho realizado pelos imigrantes (ilegais ou legais) os impostos cobrados sejam maioritariamente sobre o consumo, o imposto sobre o valor acrescentado, por exemplo.

Ilustremos a partir de Carpio (1999: 30) o nosso estudo de caso. Carpio usa como exemplo a contratação irregular de um trabalhador imigrante (legal ou não) por parte de um empresário (por exemplo da construção civil). Esta contratação pode surgir nas contas oficiais como produção final (estaríamos situados no sector (c)), poderá ser um emprego oculto para efeitos de contabilidade nacional (sector d), mas será certamente uma fraude fiscal (sector e). Estas três possibilidades de inserção laboral (c), (d) e (e) constituem, na maioria dos casos, total e/ou parcialmente, as possibilidades de inserção dos migrantes cabo-verdianos em Portugal e, como veremos, também em Itália e, em parte, na Holanda. A diferença entre estes países é que, no caso dos imigrantes cabo-verdianos, a regulação e o controlo governamental exercidos na Holanda impede que as situações de informalidade se perpetuem no tempo e, ao invés, em Portugal ou Itália, esta situação "tende a resolver os problemas de emprego e de salário para uma proporção da população activa, transformando-se numa situação definitiva e não marginal, a única solução que previne uma exclusão do mercado de trabalho" (Carpio, 1999: 31). Perante este contexto, surge o que Carpio designa de relação de cumplicidade, uma situação em que para trabalhador e patrão é vantajoso permanecer no lado não oficial da economia. Afirma Carpio:

> é interessante a distinção que Capecchi (1988)[77] faz entre "relação de exploração" e "relação de cumplicidade". Têm-se uma relação de exploração quando o actor mais forte utiliza este poder para explorar o mais fraco, assim o empregador, em situações de desemprego generalizado, pode impor salários baixíssimos ao trabalhador pago pelo seu "trabalho negro". Têm-se uma relação de cumplicidade quando permanecer na economia subterrânea é conveniente para ambos, trabalhador e empregador. Exploração e cumplicidade não são nunca completamente separáveis" (Carpio, 1999: 31).

Nos casos em análise neste trabalho, a migração de cabo-verdianos para (e na) Europa e a sua inserção em diferentes mercados locais de trabalho (ou emprego), a segmentação destes mercados é evidente pelo que o segmento mercado informal representa (apenas) parte da segmentação dos mercados de trabalho em que se inserem[78]. A cumplicidade entre empregadores e empregados está também implícita na maioria das situações analisadas, parece-nos mesmo que, pelo menos nos países da Europa do Sul, começa

77. Capecchi, V. (1988): "Economía informal y desarrollo de especialización flexible" en La otra economía. Trabajo negro y sector informal, Sanchís, E. e Miñana, J. (comp.), pp. 251-284.
78. Sobre as teorias de segmentação laboral aplicadas a um mercado regional de emprego ver o texto Lopez et al. (1998).

a ocorrer o que conceptualizamos como uma sectorização da etnicidade cabo-verdiana, isto é, uma inserção laboral que "força" ao desempenho laboral num conjunto restrito de sectores. Voltaremos a abordar este tópico mais à frente neste trabalho, por ora voltemos à análise das teorias.

1.6. Teoria do Sistema Mundial: a globalização antecipada?

As abordagens neoclássicas das migrações estão, na sua génese, directamente relacionadas com as premissas da Teoria do Sistema Mundo, desenvolvida por Immanuel Wallerstein (1974). Esta teoria, de base estruturalista, ao defender a ideia da existência de um sistema mundial em que os fenómenos económicos, políticos e sociais estão, à escala global, directamente relacionados, integra de forma notória as migrações nesse sistema e demonstra que a sua análise é interdependente de um complexo conjunto de condições que não podem ser isoladas umas das outras. Na sequência desta teoria, as migrações internacionais de mãode-obra passam, também elas, a ser encaradas como parte deste sistema-mundo encarando-se o globo como um mercado mundial do qual a mão-de-obra faz parte e é mesmo, a par do capital, um dos factores económicos passíveis de mobilidade (Portes e Walton 1981; Petras, 1981; Castells, 1989; Sassen, 1988, 1991; Morawska, 1990).

Na continuação destas teorias, Elisabeth Petras (1981), por exemplo, vai defender a ideia de que a divisão do trabalho à escala mundial pode ser descrita como uma divisão em três zonas distintas mas interdependentes: o centro, a semi-periferia e a periferia cada uma delas com características específicas. Como assinala de forma clara Petras:

> o capital, as mercadorias e a mão-de-obra deslocam-se através das fronteiras nacionais através de um processo gradual que gera inexoravelmente laços complexos de interdependência entre os vários países. (...) a migração laboral é explicada pela influência económica e política das economias centrais sobre as periféricas e pelos efeitos específicos entre os níveis salariais reais e sociais entre o centro e a periferia, diferenças estas que levam ao recrutamento de trabalhadores residentes para lá das fronteiras nacionais, alimentando-se daquilo que, na realidade, mais não é do que uma reserva internacional de mão-de-obra. Essas deslocações são reguladas por políticas estatais que reflectem um mesmo sistema universal de domínio do centro sobre as áreas periféricas, de que é também reflexo a reacção do sistema aos ritmos cíclicos e às tendências seculares da economia mundial (Petras citada em Jackson, 1991: 30).

Para o conjunto de autores que tomam o globo como um sistema, pode ser, ao longo da história, identificada a existência de um 'stock' de potenciais migrantes nos países periféricos, uma espécie de exército de mão-de-obra, à espera de ser convocado para trabalhar nos países capitalistas.

Na história contemporânea, são múltiplos os exemplos do aproveitamento desta reserva de mão-de-obra existente nos países periféricos por parte dos países centrais, dado que, como destaca Brinley Thomas "a mão-de-obra indiferenciada dos países periféricos, caracterizada por níveis salariais relativamente baixos, representa uma enorme reserva à disposição dos países centrais que passam por fases sazonais ou pontuais de falta de mão-de-obra" (Thomas citado por Jackson, 1991: 31)[79]. No entanto, pela influência de diferentes conjunturas sócioeconómicas, em diferentes épocas, "a acessibilidade a esta reserva não é a mesma em todos os casos. Os diversos mecanismos políticos de controlo, a que se associam por vezes acordos específicos entre os países fornecedores de mão-de-obra e os de acolhimento, contribuem para canalizar e regular o fluxo laboral" (Thomas citado por Jackson, 1991: 31). A partir das teorias é fácil compreender e até fasear as políticas de re-orientação de mão-de-obra no interior dos impérios coloniais europeus até meados do século XX; as políticas de recrutamento de trabalhadores do pós-guerra na Europa, designadamente, os acordos estabelecidos entre a Alemanha e a Turquia ou entre a Holanda e Portugal (de que os cabo-verdianos vão, à época, usufruir); ou as recentes estabelecimentos de acordos com vista ao fornecimento de trabalhadores qualificados dos finais dos anos 90 em países da Europa Central, dos EUA ou do Canadá (Castles e Miller, 1993) (ver caixa 2.3).

De acordo com estas análises, assume-se que nas fases (conjunturais) de desenvolvimento dos países centrais a mão-de-obra existente no interior das fronteiras nacionais não foi suficiente para preencher a procura e, por esse facto, esta foi compensada com fluxos de trabalhadores com origem em outros espaços geográficos, isto é, com origem em países periféricos ou semiperiféricos. Nas últimas décadas, o crescimento da utilização de trabalhadores temporários em países europeus como a França, a Alemanha ou a Suíça, reacendeu o interesse pela ideia de exército de reserva de trabalhadores. Autores como Richmond (1988) explicam, na sequência das teorias marxistas, a existência de um verdadeiro exército de trabalhadores que o sistema capitalista mobiliza quando necessita. De acordo com este autor, no

79. Cf. Thomas B. (1972) Migration and Urban Development: a reappraisal of British and American long cycles, Methuen, London.

pós segunda guerra mundial, o benefício do sistema de estado providência e a força dos sindicatos por parte da população nativa dos países capitalistas europeus, levou à formação de uma nova classe, uma aristocracia de trabalho, que deixou de estar preparada para ser pouco remunerada em trabalhos duros que requeiram longas horas de trabalho manual pesado (1988: 34). O abandono deste tipo de trabalhos, e a agonia da maioria dos impérios coloniais europeus, implicaram a necessidade de recorrer à imigração de trabalhadores de outros países menos desenvolvidos para encarregá-los de trabalhos subalternos e com uma menor remuneração. Nesta fase, embora necessite de atrair mão-de-obra, o poder político não encoraja os imigrantes a permanecerem, convida-os para trabalharem por um período limitado de anos (guest-workers), não lhes concedendo o direito de cidadania (Castles e Kosak, 1973; Portes, 1981). Esta fase pode ser conceptualizada como a fase dos trabalhadores convidados: dos anos 50 ao inicio dos anos 70.

Os anos 70, anos de crise económica generalizada, foram marcados por uma reestruturação económica global, que envolveu uma mudança económica e social provocando uma redução da procura de trabalhadores estrangeiros pouco qualificados, e dando início a uma nova fase migratória na Europa marcada apenas pela reunificação familiar (Carling, 2001: 14).

A partir do início dos anos 80, os fluxos migratórios expandiram-se e complexificaram-se. Os refugiados e asilados surgiram como uma nova e importante categoria de migrantes na Europa, a imigração ilegal cresceu em volume e organização, os trabalhadores altamente qualificados circulam entre países mais do que nunca o tinham feito anteriormente. Os últimos 15–20 anos dão lugar a uma terceira fase marcada por maiores e mais complexos fluxos migratórios. Esta terceira fase está na base do que tem sido conceptualizado como uma mudança para um novo tipo de migração (Koser e Lutz, 1998), nova tanto no que diz respeito aos tipos de migrantes, como às geografias que assume. As regiões de origem dos imigrantes cresceram em número, extensão e diversidade, com uma parte crescente desses imigrantes a terem agora origem em regiões longínquas como a Europa de Leste, a América Latina, a África ou a Ásia. Simultaneamente, uma proporção crescente desses imigrantes tem como destino novos países receptores da Europa, designadamente da Europa do Sul, como Itália, Grécia, Espanha ou Portugal.

As relações centro-periferia, a geografia de dependências bem marcadas que foi analisada pelas teorias do sistema mundo, permite hierarquizar diferentes realidades (ex. países, regiões) e compreender a direcção dos fluxos (de bens, de serviços ou de pessoas) que entre elas circulam de-

monstrando de que modo estas estão ligadas entre si. Esta rede de relações directas entre países ou regiões foi-se, entretanto, tornando mais complexa, gerando multidependências entre países, regiões ou cidades. Algumas das antigas relações perderam importância e, entrementes, engendraram-se novas relações desprovidas de história mas vinculadas a um mesmo sistema de produção capitalista.

Caixa 2.3

Voltemos ao nosso estudo de caso para tentar compreender, à luz deste conjunto de teorias, como é que Cabo Verde se viu, a vários níveis, envolvido no sistema internacional de trabalho. Cabo Verde, como vimos no capítulo anterior, foi desde o início do império colonial português aproveitado como um reservatório potencial de mão-de-obra. Desde o sistema escravocrata, às migrações forçadas de trabalhadores rumo ao Sul (e.g. S. Tomé e Príncipe), ao recrutamento, por substituição de mão-de-obra dos anos 60/70, ou aos acordos de recrutamento temporário de trabalhadores do final dos anos 90, Portugal vem assumindo a existência de uma reserva de mão-de-obra desqualificada que possa, caso necessário, fazer face às suas carências conjunturais de mão-de-obra.
Se nos remetermos ao caso específico de Cabo Verde e da sua relação com Portugal podemos observar, pelo menos, cinco tipos diferentes de utilização desta reserva de mão-de-obra:

1. A utilização da mão-de-obra escrava no âmbito de um sistema colonial escravocrata (Carreira, 1972);
2. A utilização de mão-de-obra através de uma emigração forçada, no âmbito de um sistema colonial (por exemplo para S. Tomé e Príncipe);
3. A utilização de mão-de-obra através de migrações inter-regionais, no âmbito de um sistema de gasterbeiter no seio de um império colonial [e.g. migrações de cabo-verdianos para a (então) metrópole nos anos 60], que devemos incluir na primeira fase da imigração para a Europa a que nos referimos anteriormente;
4. A utilização de mão-de-obra imigrante cabo-verdiana no seio de um sistema internacional de trabalho (e.g. migração de trabalhadores cabo-verdianos nos anos 80 e/ou 90) que deve ser conceptualizada como o retorno tardio à primeira fase da imigração para a Europa;
5. A utilização de trabalhadores cabo-verdianos contratados ao abrigo de acordos bilaterais (e.g. protocolo estabelecido entre Portugal e Cabo Verde para a migração temporária ou sazonal de cabo-verdianos para Portugal[80]).

Alejandro Portes na sua análise das relações centro-periferia vai permitir-nos repensar esta realidade apresentando conceptualmente as migrações inter-regionais como uma fase intermédia "da evolução das migrações laborais, no contexto da estrutura de relações centroperiferia" (Portes, 1999: 22). Esta fase foi precursora das migrações laborais cabo-verdianas em direcção a Portugal correspondendo, na concepção de Portes, "à crescente integração das sociedades periféricas na economia global e ao aumento de consciência, por parte das suas populações, das oportunidades existentes no estrangeiro" (1999: 26). Nesta lógica, as migrações laborais cabo-verdianas para Portugal (e a partir de Portugal para outros países europeus) enquadrar-se-iam no que Portes conceptualizou como encastramento estrutural e demonstrariam o facto de as migrações não ocorrerem no vazio, apenas reguladas pelo mercado, mas estarem relacionadas com uma estrutura de relações preexistente que condiciona as análises custo-benefício realizadas pelos migrantes a nível individual.

Nestas relações de multi-dependência, as migrações de diferentes tipos de trabalhadores (a migração do factor trabalho) não desempenham um papel menor. Ao contrário, estas migrações contribuíram para complexificar as relações entre países quer através de um incremento das dependências económicas (e.g. o caso das remessas dos emigrantes), quer das relações sociais e políticas. Interessante neste processo é o facto de haver lugar para a migração de trabalhadores altamente qualificados e para a migração de trabalhadores totalmente desqualificados. Interessante igualmente é o facto de estas migrações ocorrerem numa mesma dimensão de espaço-tempo, isto é, de ocorrerem em simultâneo para os mesmos espaços geográficos ainda que de forma desproporcional (Sassen, 1991). O sistema mundo é afinal mais complexo do que se pensara, os seus subsistemas regionais estão mais integrados e as migrações desempenham um papel central. Como afirmou José Reis (2001) num texto recente sobre o complexo funcionamento dos sistemas económicos contemporâneos "o mundo é, em geral, maior do que se pressupõe. Por isso, a ideia de globalização é, em grande parte, uma metáfora. Uma metáfora justificada por um universo – o universo-da-globalização – que é apenas uma parte do universo propriamente-dito" (Reis, 2001: 112). É, no entanto, uma nova metáfora e que, por isso mesmo, permite ilustrar de forma mais actual os fenómenos que emergem. Desenvolvamos melhor este argumento.

1.6.1. Da teoria do sistema mundo à globalização: os efeitos locais do capitalismo global

Na sequência das teorias da dependência, que eram na sua génese marcadamente de índole económica, algumas das teorias das migrações internacionais vão defender que a mobilidade da mão-de-obra está directamente ligada aos investimentos económicos e que, neste sentido, a mão-de-obra migra na sequência das migrações do capital.

80. "O D. L. N.º 60/97, de 19 de Novembro de 1997, aprovou um protocolo entre os Governos de Portugal e de Cabo Verde destinado a facilitar "a emigração de cidadãos cabo-verdianos para Portugal, por períodos limitados de tempo, com vista ao exercício de actividades profissionais com carácter temporário" (Preâmbulo ao Protocolo sobre Emigração Temporária de Trabalhadores cabo-verdianos assinado em 18 de Fevereiro de 1997). Esta emigração encontrava-se dependente da preexistência de um contrato de trabalho com a duração máxima de um ano, prorrogável até ao máximo de três anos (art. 1º e 2º do Protocolo). Além disso, o Protocolo estabelece as condições a observar pelas entidades empregadoras portuguesas que desejem contratar trabalhadores cabo-verdianos (art. 7º do Protocolo)" (Baganha e Marques, 2001).

Saskia Sassen (1988), por exemplo, vai defender que a mobilidade do capital cria (novas) condições que permitem uma também maior mobilidade do trabalho. Para Sassen, as características das actuais migrações não podem ser explicadas apenas pelas políticas migratórias, nem por simples modelos de atracção-repulsão mas, para compreender a lógica destes fluxos, temos de ter em conta a interdependência entre capital internacional e fluxos de trabalho. No fundo o que esta autora faz é isolar a vertente económico-financeira do todo global e observar o desenvolvimento do conjunto partindo desta variável, ou seja, procura explicar o que acontece às migrações de trabalhadores quando aumenta o investimento económico estrangeiro em dada região. Sassen fundamenta esta teoria numa análise das migrações para determinadas regiões ou cidades (e.g. Nova York e Los Angeles), no período 1965-1985, introduzindo no debate como variável explicativa: o investimento directo estrangeiro (migração de capitais) como causa estrutural para a migração do factor trabalho. Segundo Sassen, o investimento directo estrangeiro provocou, no período em análise, uma ruptura das estruturas tradicionais de trabalho, mobilizando novos grupos populacionais para as migrações regionais ou de grande distância. Esta ruptura teve como principal consequência o aparecimento de novas e dinâmicas metrópoles onde se concentra agora o poder económico, o controlo e uma gestão centralizada. A partir destes centros económicos é dirigida uma produção descentralizada e em grande escala, onde, por um lado, se oferecem novos serviços e, por outro, se criam novas necessidades de mão-de-obra. Criticando pressupostos implícitos em vários estudos das migrações, Sassen (1988) demonstrou que, embora seja inegável que a pobreza, o desemprego ou o excesso de população facilitam as migrações (i. é, os factores de repulsão), é também necessário, para compreender as migrações actuais, identificar os processos que transformam essas condições, criando uma situação que leva à migração (isto é, os factores de atracção).

Tais processos estão relacionados com a reorganização da economia mundial nas duas últimas décadas, resultando na formação de um espaço transnacional, onde a circulação de trabalhadores é apenas um dos fluxos entre outros, como os fluxos de capital, mercadorias, serviços e/ou informações. Nesse sentido, inserida numa internacionalização da produção e da reorganização da economia mundial, o investimento estrangeiro é, de acordo com esta autora, uma das variáveis principais para entendermos os fluxos das migrações internacionais. O paradoxo de ocorrer emigração em países com altas taxas de crescimento e haver desemprego nos principais países de destino migratório, como os Estados Unidos ou a Espanha, explicase, segundo esta autora, pela generalização das relações de mercado e pelo

desenvolvimento das formas modernas de produção, que têm levado a uma ruptura nas relações de emprego, tendo como resultado uma internacionalização da produção. Ou seja, de acordo com Sassen as migrações contemporâneas estão directamente relacionadas com as modificações verificadas na economia e, estas modificações, isto é, a expansão da indústria e da agricultura para exportação, estão intimamente relacionadas com o investimento estrangeiro directo[81]. Este investimento tem levado novos segmentos da população às migrações regionais, interregionais e de longa distância. A transformação da estrutura do mercado de trabalho está, por outro lado, igualmente relacionada com as mudanças que também ocorreram na organização industrial. É o que Sassen conceptualizou como ruptura da estrutura tradicional do trabalho. A subcontratação organizada e a oportunidade para formação de pequenos negócios, por exemplo, permitem que os antigos sistemas de trabalho doméstico, artesanal e familiar se reconstituam, floresçam e possam coexistir com a nova ordem económica mundial.

Esta autora constata igualmente que a reestruturação económica global implicou uma proliferação da economia informal e/ou clandestina, com um retorno a formas de produção que envolvem exploração, principalmente nos sectores ou segmentos laborais mais baixos e em grandes cidades, o que dá lugar a uma transformação no modo de controlo do trabalho e do emprego. O que Sassen afirma é a existência de uma rede de processos complexos que têm, na sua óptica, origem em processos económicos de transnacionalização de capital. No fundo, Sassen chama já a nossa atenção para a ideia que "mais do que globalização, o que existe são processos de globalização imbricados e contraditórios, uns de carácter hegemónico outros de carácter contra-hegemónico, e consequentemente de evolução não determinística" (Baganha, 2001: 140). Neste contexto, a imigração é um processo em que o investimento estrangeiro directo não é uma causa, mas, ao invés, é a própria estrutura da nova economia, reorganizada pela acumulação flexível, que cria certas condições para a migração emergir como opção. Para esta autora, a concentração de investimento estrangeiro pode ser vista como um factor promotor de migração na medida em que: (a) a incorporação de novos segmentos da população no trabalho e a ruptura da estrutura tradicional de trabalho criaram uma oferta potencial de trabalhadores migrantes; (b) a feminização da nova força de trabalho industrial provoca por arrastamento um impacto sobre as oportunidades de trabalho dos homens, tanto nas no-

81. Na verdade a procura da causa das causas por parte de Saskia Sassen leva-a mais longe, questionando o próprio papel dos Estados e das suas políticas de desenvolvimento, e tentando perceber até que ponto estas políticas têm como efeitos secundários as migrações.

vas zonas industriais como na estrutura tradicional de trabalho; e (c) consolida as relações objectivas e ideológicas, muitas vezes de dependência, entre os países em desenvolvimento e as economias avançadas (onde se origina a maioria do capital estrangeiro). Sassen defende a existência de um efeito generalizado de ocidentalização que contribui para formação de um exército de emigrantes potenciais e, ao mesmo tempo, contribuiu para que a migração seja vista [por todas as partes envolvidas] como uma opção económica (Sassen, 1988).

1.6.2. As cidades como nódulos da rede ou uma nova metáfora para um velho fenómeno?

Em termos sócio-espaciais o processo de globalização teve um impacto diferenciado em distintas configurações urbanas e/ou rurais demonstrando inequivocamente que a globalização possui uma importante dimensão espacial. Por um lado, acelerou o processo de migrações rurais em direcção às cidades e, de entre estas, algumas áreas metropolitanas ou metrópoles[82] tornaram-se ponto de atracção para um conjunto significativo de trabalhadores (desse país e/ou imigrantes). Por outro, com os fenómenos que implicam que o investimento económico arraste as migrações humanas, também a organização espacial e a concentração espacial das migrações se modifica e as cidades ou metropolis reemergem como pólos centralizadores e como agentes desta mesma mudança. Autores como Pierre Veltz referem-se a esta re-emergência como o resultado de uma nova forma de organização espacial, uma organização em rede de espaços urbanos [e já não de países], em que os centros urbanos, as metropolis ou as polis, surgem como nódulos principais (Veltz[83], 1996 citado em Malheiros, 2001: 529). A hierarquia que distinguia os países do centro dos países periféricos é, na óptica destes autores, ultrapassada por uma maior interdependência entre núcleos que criam novas centralidades, por vezes no interior das [anteriormente definidas como] periferias (como São Paulo (Brasil), Lagos (Nigéria), Dakar (Senegal), o Dubai ou a cidade de Singapura) que atraem quantidades crescentes de (i)migrantes e centralizam regionalmente os investimentos económico financeiros. O conceito de world cities foi criado por Geddes em 1915 e reintroduzido e generalizado por Hall em 1966 através de um livro

82. Deve entender-se a noção de cidade como metropolis, isto é, incluindo a Área Metropolitana. Esta metropolis toma normalmente a designação da cidade nuclear mas é composta pelas diversas periferias que dela dependem e com ela interagem. Tome-se como exemplo Lisboa ou a área metropolitana de Lisboa a que indistintamente nos referimos numa análise de uma metrópole e não apenas da cidade de Lisboa.
83. Veltz, P. (1996) Mondialisation, Villes et Territoires. L'Economie en Archipel, PUF, Paris.

intitulado "The World Cities", no qual é identificado um conjunto de lugares onde "uma desproporcionada parte dos mais importantes negócios ocorre" (Hall, 1966: 7; Clark, 1996: 137). Nas últimas décadas o conceito de cidades mundiais, o número, a hierarquia e o tipo de cidades que podem ser abrangidos por este conceito foi sendo sucessivamente alargado. Como afirma David Clark:

> O estado económico global e a influência deste substituíram o volume de negócios como o critério diagnóstico chave. A maioria dos observadores hoje vê as cidades mundiais como "decision-making points" para a economia mundial. Distinguem-se pelos papéis que desempenham para a acumulação e concentração de capital e como lugares nos quais a sua distribuição e circulação é organizada e controlada. Como tal eles são os nódulos centrais do sistema urbano internacional [...]. As cidades mundiais são localizações favoráveis para as instituições de produção internacional e consumo e para os indivíduos e agências que apoiam e facilitam estas actividades. A função desempenhada por estas cidades mais do que o seu tamanho é o critério chave. As cidades mundiais são os lugares em e que os negócios globais, as finanças, o comércio ou os governos são orquestrados e organizados (Clark, 1996: 138).

Saskia Sassen, transformando o conceito de cidades mundiais no conceito de cidades globais, começou por assinalar a emergência de algumas cidades destacando a importância de, a partir das cidades, se poder examinar os diferentes impactos (macro, micro ou meso) da globalização:

> os processos de globalização económica são reconstituídos como complexos de produção necessários para a actividade económica global. Concentrarmo-nos em cidades permite-nos especificar uma geografia global de lugares estratégicos e também uma micro-geografia de políticas que ocorrem nestes lugares. A transformação da composição da economia mundial, especialmente a ascensão das indústrias financeiras e de serviços avançados como indústrias principais, contribui para uma nova ordem económica internacional, dominada por centros financeiros, mercados globais e empresas transnacionais (1998: 213).

No entanto, assinala esta autora, este processo de globalização não é homogéneo ao nível planetário [ou seja a globalização não é global] mas, ao contrário, existe uma geografia concreta da globalização que permite situar e desconstruir em termos de espaços estratégicos, os locais/regiões onde esses processos de globalização, múltiplos, complexos e plurais

se materializam bem como assinalar as ligações concretas que se geram entre eles demonstrando até que ponto este não é um acontecimento planetário (Sassen, 1997).

Entre estes locais emergentes destacam-se as zonas de processamento para exportação (e.g. de informação), os centros financeiros offshore, e, num nível mais complexo, algumas cidades, agora conceptualizadas como globais por corresponderem a nódulos da globalização (Sassen, 1994: 18) e responderem a dinâmicas complementares: a globalização e a digitalização. Esta nova geografia permite distinguir diferentes nódulos, com diferentes e dissemelhantes posições no sistema global: nódulos globais (cidades globais); cidades globais de segunda ordem ou 'soft global cities', e cidades não globais. Por exemplo, no caso da cidade global, ela é claramente vista em função de uma rede e não pode ser analisada de forma isolada, ou seja, o crescimento de cidades como Londres, Nova Iorque ou Frankfurt (que são sobretudo capitais financeiras) é, em boa medida, alimentado por uma rede global que abrange cerca de 30 outras cidades no mundo entre as quais assistimos a uma circulação intensíssima de recursos e de pessoas. Além disso, a outra dinâmica contemporânea, a digitalização, reconfigurou ainda mais o espaço de organização da economia das cidades e dos países complexificando-o. Afirma Sassen:

> pode parecer paradoxal, a digitalização facilitou a dispersão geográfica, mas, ao mesmo tempo, deu força também à importância vital das funções de coordenação e controlo das empresas e dos mercados -os próprios mercados financeiros têm actores reais, são geridos por empresas de serviços e implicam funções de gestão central de todo o tipo. Essa centralização requer gente de topo, de talento, não só dentro das sedes, mas, em geral, em toda a envolvente de serviços criando um meio inovador em tecnologia, contabilidade, apoio jurídico, prospectiva económica, serviços especializados às empresas. Os grandes centros são concentrações massivas deste tipo de recursos. Qualquer cidade pode ter fibra óptica, estar cablada, mas se não tem o resto, os recursos humanos e materiais concentrados e a rede social real que maximiza a interconexão, para que é que serve? Para tirarmos o máximo partido da digitalização não é necessária só a infraestrutura. É indispensável todo o complexo de outros recursos. No fundo, a questão é saber o que significa informação. Há dois tipos de informação: um são dados, a que nível fechou a Wall Street, ou será que o Japão declarou insolvente este ou aquele banco. Mas há outro tipo de informação bem mais complexa e difícil, que exige interpretação, avaliação e discernimento. O que exige,

> negociar, se assim se pode dizer, uma série de dados e de interpretações com vista a obter conhecimento. O acesso ao primeiro tipo de informação é hoje imediato e global, graças à revolução digital. Pode ser-se 'broker' nas montanhas do Colorado e ter acesso a esse primeiro tipo de informação. Mas é o segundo tipo que exige uma mistura complexa de elementos, a infraestrutura social para a conectividade global. Podemos reproduzir a infraestrutura técnica digital em qualquer parte. A questão é o resto. Concretizando: Singapura reproduziu esse tipo de infraestrutura técnica avançadíssima, mas terá a infraestrutura social de conectividade que tem Hong Kong? Roterdão, na Europa, é cada vez mais importante, e não Génova ou Marselha. Mesmo as mercadorias vindas do Mediterrâneo sobem por barco até Roterdão e depois são redistribuídas por via ferroviária e por TIR até à Suíça por exemplo. Porquê? Porque Roterdão tem o último grito em recursos e Génova e Marselha não têm, isto é, ocorreu, um desenvolvimento desigual em que uns (pólos/nódulos) reemergem e outros (pólos/nódulos) declinam (Sassen, 1998).

Para Sassen o seu conceito inicial de cidades globais pode ser estendido a outras cidades para além de Nova York, Londres ou Tóquio. Por exemplo, cidades como Frankfurt, Zurique, Amesterdão, Sydney, Hong Kong, ou ainda São Paulo ou a Cidade do México, teriam uma renovada importância frente às transformações ocorridas na economia mundial nas últimas duas décadas. Há ainda outros exemplos que permitem detectar cidades com características globais mas que desempenham esse papel apenas num contexto regional. Miami (EUA), por exemplo, é analisada enquanto intersecção de um tradicional complexo comercial detido por empresários cubanos, com forte influência regional - incluindo a região das Caraíbas - e um novo complexo, mais ligado à procura global, formado por empresas americanas, europeias e asiáticas, que se beneficia deste contexto ao mesmo tempo que se diferencia do anterior paradigma comercial, ainda que a abrangência desse último se limite, no máximo, à América Latina. Desta forma, pode ser considerada uma cidade onde se exercem as funções da cidade global, mesmo não sendo uma cidade global como Paris ou Londres o são (Sassen, 1998: 109). Nesta lógica seria interessante saber qual o papel de Lisboa neste novo sistema de cidades. Questionada se Lisboa poderá retomar o seu papel estratégico de outrora na Península Ibérica e face ao Atlântico, Sassen respondeu:

> que tudo terá a ver com as diferentes geografias de que Lisboa é parte integrante: parte de uma divisão europeia de funções, de uma divisão de funções também na própria Península Ibérica, e de uma

> divisão de funções atlântica. Em segundo lugar, tudo terá a ver com a diferença específica que Lisboa representa ou queira representar: a nível cultural? em virtude de uma orientação atlântica explícita? Penso que Lisboa é óptima para o que se chama o novo tipo de turismo urbano - tem a ver mais com o espaço urbano, com a sua animação, diversidade, pontos de atracção, mais do que com os museus de que a cidade dispõe pensados de um modo tradicional. Vejam o que está a acontecer com Bilbau: milhões de pessoas que lá se deslocam só para ver o edifício de arquitectura de vanguarda do Museu Guggenheim, desenhado pelo canadiano Frank O'Ghery... (in Expresso 13 de Março de 1999).

Na verdade o que Sassen constrói é um novo mapa-mundo, baseado já não em países (como E. Wallerstein), mas numa rede de cidades a funcionarem como núcleos de rotas de produtos de diferentes tipos: sociais, económicos, culturais, políticos, etc., interagindo entre eles, e em que alguns funcionam como núcleos ou nódulos globais (cidades globais) e outros apenas como cidades de suporte, mas numa interdependência desequilibrada a favor dos primeiros. Estas cidades configuram no seu interior uma aglomeração, numa mesma área geográfica, de espaços sociais distintos, funcionando como um transnacionalismo localizado, ao mesmo tempo que possibilitam o aparecimento de relações entre espaços sociais de características semelhantes. A possibilidade, despoletada pelo processo de globalização, das relações entre estes espaços sociais não ter necessariamente de ocorrer no seio de um espaço geográfico contínuo, mas poder ocorrer num espaço social transnacionalizado, muitas vezes através de relações inter cidades, ou como afirma Malheiros (2001)[84], de relações que decorrem num espaço descontínuo, possibilita o aparecimento de comunidades transnacionais, cujas relações sociais, económicas, culturais ou políticas, decorrem entre várias cidades, num espaço em que as fronteiras

84. Jorge Malheiros (2001), citando o geógrafo M. Bruneau (1994), "associa as diásporas ao espaço descontínuo, reticulado e policêntrico, que conjuga a escala local dos diferentes núcleos da comunidade com a lógica global das redes. Este posicionamento analítico centrado nas redes opõe-se a uma lógica interpretativa assente numa territorialidade contínua, isto é, num território que corresponde a uma área delimitada por uma fronteira relativamente bem definida. Também por esta via se percebe a potencial tensão entre a lógica territorial dos estados-nação, onde o poder corresponde a uma autoridade que o exerce continuamente até aos limites de uma dada fronteira, e a lógica espacial das comunidades organizadas em rede. Relativamente a estas últimas, o número e o tipo de agentes reguladores é mais numeroso, sendo o exercício do poder simultaneamente mais conflitual e menos claro, emergindo, por um lado, margens de sobreposição mais ou menos nebulosas e, por outro, hiatos susceptíveis de aproveitamento por parte dos membros deste tipo de comunidades" (Malheiros, 2001: 16).

políticas não coincidem com as fronteiras das relações sociais. Como afirma Ludger Pries (2001) reforçando esta ideia:

> devido à impulsão das novas tecnologias de comunicação e transporte e ao impulso provocado pelo movimento global de pessoas, produtos e sistemas simbólicos, a expansão pluri-local de espaços sociais e a sobreposição de espaços sociais diferentes no mesmo espaço geográfico tornaram-se um fenómeno global. A justaposição entre espaços geográficos e espaços sociais começou a diminuir de sobremaneira. Migração transnacional e empresas que operam a uma escala global não são as únicas forças que conduzem ao aparecimento de espaços sociais transnacionais, mas são, provavelmente, os mais importantes (2001: 6).

Sassen repõe o nosso olhar na metropolis (agora global) como motor de desenvolvimento económico e como centro de atracção de migrações globais (de pessoas e de capital). Se as migrações de mão-de-obra altamente qualificada parecem óbvias neste panorama (os quadros migram com o capital), as migrações de não qualificados ou de trabalhadores pouco qualificados vão também, como veremos, ter o seu papel, complementando e preenchendo nichos de mercado, aproveitando oportunidades económicas despoletadas pela re-emergência das cidades. Por agora, mantenhamos a nossa análise concentrada nas centralidades possíveis das cidades nódulos centrais do sistema global.

Uma outra autora, Rosabeth Moss Kanter (1995), complementa as ideias de Sassen e alarga o conceito de cidades globais a cidades especializadas noutras áreas, para além da financeira, reforçando o argumento de David Clark quando este afirma que mais do que o tamanho é a função desempenhada na rede global que torna as cidades nódulos centrais. Esta autora defende, por exemplo, que cidades como Boston, ou a região de Silicon Valley ou da baía de São Francisco, são capitais de ensino superior e de inovação tecnológica, que Miami é uma capital de comércio com o Sul dos Estados Unidos, tal como Hong-Kong e Singapura funcionam como placas giratórias para a China. Estas duas últimas desempenham funções que Tóquio não desempenha, e vice-versa. Rosabeth Kanter vai defender a ideia de que os espaços urbanos, as cidades, podem desempenhar diferentes funções e interagir com outros espaços de maneira diferenciada. Se umas são hiper especializadas, por exemplo, na produção de chips para telemóveis, isso não as torna menos globais, torna-as, apenas, mais vulneráveis à competição global. Esta autora, centrando a sua análise no domínio económico e, sobretudo, empresarial, defende que a competição das. cidades passa pelo domínio

de três "activos" intangíveis: os conceitos, a competência e as conexões. Conceitos são ideias avançadas, os desenhos ou novas formulações para produtos ou serviços que criam valor para os consumidores. A competência, por seu lado, é a capacidade de traduzir ideias inovadoras em aplicações para o mercado, produzindo-as de acordo com os melhores standards, com as melhores práticas. Conexões são alianças entre negócios, para impulsionar competências centrais, criar mais valor acrescentado ou simplesmente abrir portas para horizontes mais vastos e para aproveitar a oportunidade de globalização das economias.

Para Kanter as cidades e/ou regiões podem transformar-se em locais excelentes para conceitos, porque os inovadores podem aí florescer, entrar em contacto com novas formas de pensar e encontrar apoio para transformar as suas ideias em novos negócios visíveis. Ou podem diferenciar-se por potenciar a sua competência produtiva, mantendo consistentemente altos standards de fabrico e uma mão-de-obra altamente qualificada. Ou, então, podem ser regiões que se baseiam em criar conexões para as redes globais, em que os negócios podem encontrar recursos e parceiros que lhes fazem a ponte para outros mercados. São, todas elas, três formas de ligação do local ao global: ou como "pensadores" (thinkers), ou como "fazedores" (makers) ou como "intermediários" (traders). Kanter, ao alargar as características que tornam a cidade global, recorda-nos que a globalização não é apenas económica e salienta o facto de estas cidades serem constituídas por pessoas (a infraestrutura social) e não apenas por empresas ou tecnologias (a infra-estrutura física) e recentra o nosso núcleo de análise nas entidades que constituem esta infra-estrutura social. Estas cidades, ligadas em rede, estruturam e empurram a economia, a cultura, ou a política mundial criando um novo espaço de circulação de bens e de indivíduos que se distingue, também pela potencial ausência de barreiras físicas, dos espaços anteriormente descritos pelas teorias da dependência.

Jorge Malheiros prefere falar deste novo espaço ainda em formação, espaço criado pelo processo de globalização em curso, como um arquipélago de lugares (sobretudo cidades) ligados entre si por fluxos de tipo diverso, que cruzam espaços tornados invisíveis [isto é há núcleos mas não há nada entre eles] (...) nos quais as relações sociais já não são determinadas pela proximidade geográfica, desenvolvendo-se a vida dos indivíduos entre múltiplos espaços de características diversas (Malheiros, 2001: 54).

> a noção de um espaço contínuo marcado por diferenças regionais e relações do tipo centroperiferia,é colocada em causa pelo progresso contemporâneo nos transportes e nas comunicações, que permite

> a instalação de unidades produtivas modernas em espaços periféricos, que difunde as inovações à escala global a uma velocidade sem precedentes e justifica a emergência de formas de imbricação mais complexas e diversificadas entre centros e periferias (Veltz citado em Malheiros, 2001: 52).

No concreto, o processo de globalização acelera a diferenciação entre cidades e contribuiu para uma distinção de quais os papéis que as diferentes cidades, cidades de diferentes dimensões e cidades com diferentes localizações, desempenham num contexto de interdependência global. Outro autor, Robin Cohen, mostra como não são só as cidades globais a participarem (e competirem) eficazmente na economia global. Ao contrário, mostra como também outras cidades, inclusive cidades médias, podem ser competitivas, quer através da construção de nichos alternativos de mercado (ex. contrafacção de originais), quer através da produção local de bens que não podem ser deslocalizados (Cohen, 1999: 24). Ou seja, apesar dos diferentes papéis desempenhados por diferentes cidades no sistema global, alguns dos efeitos decorrentes do processo de globalização parecem afectar tanto as cidades globais, como as denominadas *'soft-global cities'* (Body-Gendrot, 1996), como cidades não globais (portanto locais), ainda que, necessariamente em escalas diferentes. Por exemplo, no caso de cidades não totalmente globais ou "*soft-gobal cities*" como as denominou Sophie Body-Gendrot (1996), os efeitos da globalização fazem igualmente sentir-se ainda que numa escala necessariamente mais reduzida "às documentadas para as cidades globais quer em termos do tipo de fluxos migratórios, quer do modo de inserção económica dos imigrantes" (Baganha, 2001: 145). Como afirma Sassen:

> as grandes cidades ao redor do mundo são o terreno onde uma multiplicidade de processos de globalização assume formas concretas, formas localizadas. Estas formas localizadas são em boa parte o que a globalização é (Sassen, 1997: 5).

Interessante é o facto de estas cidades globais ou *soft-globais* não terem de ser necessariamente cidades capitais. Ao centralismo político das cidades respondem outras lógicas complementares, designadamente económicas, sociais ou de localização geográfica. Robin Cohen refere alguns destes exemplos:

> é ilustrativo deste papel dual que muitas das cidades agora conceptualizadas como cidades globais não sejam as capitais dos países. As cidades globais são Nova Iorque e Los Angeles e não Washington DC, Sydney e não Camberra, Amesterdão e não Haia, Frankfurt e

> não Bona, Joanesburgo e não Pretoria, Toronto e Montreal mas não Ottawa, Xangai e não Pequim, Rio de Janeiro ao invés de Brasília (Cohen, 1999: 17).

Na verdade é toda uma nova forma de organização, hierarquização do mundo que surge, assente em núcleos urbanos com ritmos de desenvolvimento económico desiguais que vão da hipervelocidade dos espaços muito integrados como são as cidades globais (e.g. Paris, Londres, Nova York ou Tóquio), a uma velocidade intermédia das cidades soft-global (Roterdão, Lisboa, Milão, Barcelona, etc.) aos espaços de tempo lento (Santos, 1996) que podem bem ser representados pelo arquipélago de Cabo Verde (Malheiros, 2001). Olhados de forma integrada, estes espaços revelam-se, respectivamente, como potenciais receptores (as cidades globais), potenciais locais híbridos (emissores e receptores) ou locais de passagem (as cidades soft-globais), e potenciais locais de origem de trabalhadores migrantes atraídos pela existência (ou não) de um capital económico globalizado. No entanto, através de um processo de transnacionalismo de base (Portes, 1997, 1999; Smith e Guarnizo, 1998) estes espaços podem encontrar-se ligados através de migrações de mão-deobra que entre eles circula, provocando, simultaneamente uma re-inclusão destes espaços de velocidade lenta nos processos globalizadores, num exemplo de globalização contra-hegemónica, isto é, contra as grandes corporações internacionais que fazem das cidades globais as suas zonas de dominação do mundo. Alejandro Portes (1997, 1999) e outros autores (eg. Sassen, 1999) assinalaram os diferentes modos através dos quais as pessoas se movem através das fronteiras aproveitando as vantagens das viagens mais baratas e das cada vez mais fáceis e acessíveis comunicações para sustentar (novas) comunidades transnacionais criando um novo tipo de globalização de baixo para cima.

Imigrantes, transnacionalismo, cidades

Nas áreas receptoras, um número crescente de imigrantes desempenha actividades que requerem altos níveis de qualificação mas também tarefas que não requerem qualquer tipo de qualificação e para as quais os nacionais respectivos não demonstram possuir qualquer atracção (Baganha, 2001: 145), esses espaços são preenchidos através de recrutamentos por via de uma "activação de redes sociais solidárias a longa distância" (Malheiros, 2001: 15) uma das características inerentes ao transnacionalismo. Foquemos por agora a nossa atenção no mercado local de trabalho destes emergentes e diferenciados nódulos da globalização e no modo como os imigrantes neles se empregam e integram.

1.6.3. Globalização, mercados locais de emprego e migrações: porque são necessários imigrantes?

Para compreendermos as características e dinâmicas das migrações contemporâneas que afluem aos países da América do Norte e/ou Europa Ocidental, devemos necessariamente observar as recentes reestruturações do capitalismo internacional a uma escala (quase) global. É aliás nesta perspectiva de base económica que se originam os estudos focados na emergência "de uma nova divisão internacional do trabalho, baseada na globalização da produção levada a cabo pelas empresas multinacionais, gradualmente convertidas em actores centrais da nova economia mundial" (Fröbel, Heinrichs e Kreye, 1980 citados por Santos, 2001: 35)[85]. Esta emergente divisão internacional do trabalho é a última de uma série de sucessivas divisões internacionais do trabalho que tiveram origem na expansão capitalista e, neste caso, têm como actores principais as empresas multinacionais[86].

Nesta lógica, se os fluxos migratórios de trabalhadores derivam directa ou indirectamente da crescente mobilidade dos capitais e são por eles diferentemente influenciados, é ao nível dos mercados locais de emprego, onde estas empresas implementam as suas unidades de produção ou de prestação de serviços, que os seus efeitos se fazem sentir mais fortemente. Centrando a sua análise no impacto urbano da globalização económica, afirma Sassen (1991, 1994, 1996) que, nesta transformação se altera de forma profunda a geografia e a estrutura institucional da economia global e, na transição para uma economia de serviços, a metrópole (que re-emerge) polariza a criação de novos empregos, simultaneamente no topo e na base do mercado de trabalho, sendo que esta polarização é balizada pelos níveis de educação/qualificação (requeridos) e respectivos níveis de rendimentos (obtidos). A diversificação e crescimento nos serviços determinaram um processo de reestruturação económica gerando simultaneamente trabalhos para os/as empregados de mesa, os/as empregados domésticos ou criados, para banqueiros, correctores ou advogados, enquanto as posições entre este extremos são lentamente, mas continuamente reduzidas (Cross e Waldinger, 1999: 55) criando o que Castells (1989) conceptualizou como a *cidade dual,* espaços onde a polarização social se torna evidente. Como afirma David Clark:

85. Fröbel, Folker, J. Heinrichs, O. Kreye (1980) The New International Division of Labor. Cambridge: Cambridge University Press.
86. A título meramente especulativo poderíamos indagar se esta última fase não configura um abandono da característica nacional de base destas empresas (multi-nacionais) e a aproximação a uma fase de capital apátrida que circula pelo globo numa base meramente especulativa e sôfrega, isto é, maximizando lucros.

> Os que trabalham nas organizações e instituições que sustentam as funções das cidades globais constituem uma altamente qualificada, socialmente móvel, altamente remunerada elite. Eles têm uma origem cosmopolita e são globais nas estratégias. As suas habilitações diplomáticas e profissionais incorporadas estão bem desenvolvidas, são altamente remuneradas e generosamente recompensadas. O interesse, atitudes e aspirações destes empregados definem e mantêm um estilo de vida e cultura que distinguem as cidades globais de outros centros empresariais e que estão bem separados do estremo oposto do espectro social. Neste, uma classe de trabalhadores pouco qualificada e com salários baixos que serve o sector de serviço internacional co-existe ao seu lado mas bem separada da comunidade de profissionais globais. Esta classe inclui um grande número de profissionais com ascendentes étnicos minoritários (Clark, 1996: 139).

Nestes nódulos centrais (e.g. cidades globais), mas também nos nódulos de segunda ordem (*soft-global cities*) do sistema global, em virtude da polarização profissional também os salários foram polarizados: num extremo situam-se trabalhadores muito bem remunerados; no extremo oposto os trabalhos com salários baixos. Maioritariamente os trabalhadores imigrantes, ocupam os trabalhos com salários baixos, mas não apenas nos em sectores decadentes, também nas profissões que foram criadas na sequência do crescimento de sectores dinâmicos (e.g. sector financeiro). Jock Collins (1999), refere o exemplo de cidades como Melbourne ou Sidney que, integradas num processo de competição por fluxos de capital à escala global, vêm assumindo algumas das características de (outras) cidades globais:

> nestas duas cidades rivais pelo estatuto de cidade global da Austrália a globalização implicou o crescimento de trabalhos bem pagos nas finanças, telecomunicações, advocacia, informática, administração ou no sector da contabilidade, trabalhos exigentes em tempo mas bem pagos. Ao mesmo tempo, estes ricos profissionais pobres em tempo, frequentemente famílias com dois salários, precisam de pessoas que façam a limpeza, que passeiem os cães, que lhes cortem os relvados, que tomem conta das crianças, etc.. Este processo criou espaços para pequenas empresas e para profissões de baixos salários na cidade global (1999: 4).

Este novo espaço económico, um espaço de profissões desqualificadas, de mão-de-obra intensiva e de salários baixos, vai ser preenchido em grande parte por mão-de-obra imigrante, legal ou ilegal, que, não tendo a possibilidade, as qualificações ou o nível educacional suficiente para competir com

as classes médias locais, se vai integrar na base da estrutura do mercado de trabalho, quer no mercado formal, quer no mercado informal. Manuel Castells (1993) assinalou um conjunto de características que emergiram como consequências locais e concretas da globalização:

> em primeiro lugar, houve um declínio acentuado no emprego industrial e um crescimento nos serviços (e.g. empresarial) e serviços sociais (e.g. saúde). Para além disso, houve uma diversificação dentro do sector de serviços que agora domina o emprego nas economias ocidentais. Houve um rápido crescimento nos empregos de topo relacionados com a gestão e com profissões altamente qualificadas, particularmente na economia/finanças, telecomunicações e tecnologias de informação e/ou comunicação. Este processo foi acompanhado por um aumento dos empregos desqualificados no sector de serviços, particularmente relacionados com os serviços pessoais e domésticos de que os managers e gestores de topo agora carecem. A acompanhar estas mudanças foram desaparecendo os empregos de média qualificação, no que ficou conhecido na América como o efeito donut e na Austrália como o efeito de bóia salvavidas." (Castells, 1993 citado em Collins, 1999).

Também no caso de Lisboa, Maria Baganha (1996, 1998c) demonstrou já que a incorporação da mão-de-obra imigrante tem tido um impacto diferenciado na base e no topo da estrutura do mercado de trabalho embora seja de realçar o facto de, também aqui, haver lugar em ambos os segmentos para mão-de-obra imigrante num exemplo de que a globalização da soft-global city Lisboa é um processo em curso há já algum tempo.

Se nos situarmos no exemplo das migrações cabo-verdianas contemporâneas, tal como foram explicitadas no capítulo anterior, facilmente compreendemos que a situação actual constitui apenas um desenvolvimento do seu papel no contexto global das migrações de trabalho, o processo de globalização surge (e é integrado) no processo historicamente mais amplo que são as migrações cabo-verdianas. A questão que se segue é perceber como, numa época de fechamento das fronteiras nacionais à imigração (pós 1973), estes trabalhadores migrantes conseguem não só atingir as regiões onde há necessidades de mão-de-obra como até ser competitivos face à mão-de-obra nacional ou aos imigrantes já inseridos nesses mercados de trabalho (e.g. empregadas domésticas cabo-verdianas em Roma ou Milão). Pensamos, e os nossos estudos de caso tentarão demonstrá-lo, que as redes sociais e as comunidades (transnacionais ou não) em que estes migrantes se inserem, são os ac-

tores chave neste processo, são eles que hoje fazem com que as *cartas de chamada* cheguem ao seu destino, ultrapassando mais obstáculos do que acontecia há décadas atrás.

1.7. A teoria das redes sociais: o capital social em rede

A síntese das abordagens teóricas das migrações internacionais que acabamos de enunciar demonstra a necessidade de se complexificarem as análises que as restringem aos aspectos económicos. Nestas abordagens os migrantes assemelham-se a indivíduos que agem desligados de relações sociais e movidos por meros interesses económicos. Numa outra perspectiva, complementar das anteriores, as teorias das redes sociais, das comunidades *transnacionais* e/ou do transnacionalismo vão enfatizar as múltiplas relações que os migrantes estabelecem com as sociedades tanto de origem quanto de destino, evidenciando que as categorias através das quais os migrantes são analisados necessitam ser problematizadas.

1.7.1. O Capital Social

Um factor marcadamente social, que vem ganhando cada vez maior importância nas teorias migratórias, é o papel que o capital social estruturado em rede, isto é, as redes sociais, vem desempenhando na manutenção de fluxos migratórios (Tilly, 1990; Massey, 1990, Piselli, 1998, Portes, 1999; Baron *et al*, 2000). A definição de capital social tem origem nos anos 20[87] não sendo portanto um conceito novo. Posteriormente muitos outros autores se dedicaram a uma formalização do conceito de capital social, designadamente, autores como James Coleman (1988). Pierre Bourdieu (1977; 1979; 1997), por exemplo, vai chegar à formulação da ideia de capital social através de uma síntese de outras formas de capital detidas por agentes sociais (e.g. capital económico, capital cultural, capital linguístico, etc.). Para Bourdieu o capital social pode ser definido como a totalidade de recursos actuais e potenciais associados com a posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuo. Esta abordagem permite explicar porque é que indivíduos que possuem um capital económico e cultural semelhante diferem consideravelmente nos seus intentos migratórios (Bourdieu, 1997: 51). A acumulação de capital social por parte do indivíduo (potencial) migrante é um processo de aquisição de poder (*empowerment*) e até de mudança na correlação de forças no plano local que, no limite, vai diferenciar os elementos que pertencem a uma rede

87. L. J. Hanifan's (1920) The Community Center, Boston, Silver, Burdett & Co..

migratória (e por isso têm o potencial migratório) dos indivíduos que por não deterem esse capital social se verão impedidos de emigrar (Carling, 2001). Para James Coleman, por seu turno, existiria uma relação directa entre a detenção de um capital social e o acesso a determinados recursos. Para Coleman, numa lógica de análise em que privilegia a limitação da aplicação do capital social a contextos específicos, o capital social e o capital humano podem ser complementares (Coleman, 1988: 104). Por seu turno, Robert Putnam, vai centrar a sua análise numa tripla divisão do conceito de capital social (redes, normas/regras e confiança) que permitem aos participantes agir colectivamente na prossecução dos seus objectivos (Putnam, 1996: 56 citado em Schuller *et al*., 2000: 9). A ideia que o capital social exige participação num colectivo e que o capital social pode ter um uso instrumental afigura-se extremamente pertinente para a nossa análise das migrações caboverdianas, porque, como afirma Alejandro Portes:

> o capital social refere-se à capacidade dos indivíduos para mobilizar recursos escassos em virtude da sua pertença a redes ou a estruturas sociais mais amplas. Estes recursos podem incluir bens económicos tangíveis, como descontos e empréstimos sem juros, ou intangíveis, como informação sobre negócios, dicas de emprego e "boa vontade" generalizada nas transacções de mercado. Os recursos em si não são capital social; o conceito refere-se antes à capacidade do indivíduo para os mobilizar quando necessita. A característica conceptual fundamental destes recursos é que, do ponto de vista do mercado, são gratuitos para os beneficiários. Têm o estatuto de "ofertas" na medida em que não se espera que sejam pagos através de uma determinada quantia em dinheiro ou de outros valores, num período de tempo definido (Portes, 1999: 17).

Deixemos um pouco em aberto as definições de confiança (*trust*) e de norma (*norms*) para uma melhor explicitação do conceito que permite a estruturação do capital social em rede (*network*) que se afigura central para a nossa tese. O conceito de rede social está extremamente divulgado nas ciências sociais da antropologia à psicologia social, da sociologia, aos estudos migratórios. Uma rede social é em si mesmo uma abstracção teórica que permite mapear e tornar visíveis laços relacionais entre indivíduos. Como afirma Lomnitz[88]:

> uma rede social é um conjunto estruturado de relações sociais entre indivíduos. É um conceito abstrato-descritivo semelhante ao

88. Lomnitz L. (1976) "Migration and networks in Latin America", in A. Portes e H. L. Browning (eds.) Current perspectives in Latin America Urban Research, UTP, Austin, pp. 133-150.

> conceito de campo em física. Um campo é um espaço associado com alguma variável física de tal modo que cada ponto do espaço é associado com um valor da variável. Neste sentido, o campo gravitacional de um planeta é o conjunto de toda a gravidade estimada num espaço centrado sobre o planeta. O conceito de campo é vazio a menos que sejam especificadas as variáveis subjacentes e a fonte das fontes do campo... A variável subjacente de uma rede pode ser quase qualquer variável social... (Lomnitz 1976: 136, citado por Gurak e Caces, 1992: 152)[89].

No caso das migrações, a variável identificada são os próprios actores (potenciais e *de facto*) migrantes, grupos de migrantes, comunidades de migrantes e as relações tecidas entre eles. Como afirmam Schuller e colaboradores: "actores e acções devem ser vistos como interdependentes ao invés de dependentes, e os laços relacionais entre actores são como canais para a transferência de recursos materiais ou outros" (Schuller *et al.*, 2000: 19). J. Scott num trabalho de síntese (1991) demonstra a importância deste conceito na análise de relações sociais complexas. Para Scott, as redes sociais têm por base o que denominou dados relacionais (*relational data*), isto é, os contactos, ligações e/ou vínculos, as ligações de grupo que relacionam um agente/actor com outro não podem ser reduzidos às características dos actores/agentes individuais (Scott, 1991: 3). O todo formado pela rede e os dados relacionais circulam para além do próprio agente/actor individual, como se a teia ou rede tivesse uma dinâmica própria.

1.7.2. Capital social e redes sociais

As unidades efectivas da migração ou as unidades de análise não são, nem nas teorias das redes sociais, nem nas teorias sobre transnacionalismo, nem nas teorias das comunidades transnacionais, unidades individuais ou de domicilio, mas, ao contrário, uma unidade intermédia na qual ele/ela (migrante) se insere, isto é, conjuntos de pessoas ligadas por laços de amizade, familiares e/ou experiências de trabalho comuns, que incorporaram o país de destino nas alternativas de mobilidade por eles consideradas. A

89. "a social network is a structured set of social relationships between individuals. It is an abstract descriptive concept that is akin to the concept of 'field' in physics. A field is a space associated with some physical variable, in such a manner that each point of the space is associated with a value of the variable. Thus, the gravitational field of a planet is the set of all gravity values in space centered about the planet. The field concept is empty unless the underlying variable and the source of sources of the field are specified... The underlying variable of a network could be almost any social variable" (Lomnitz 1976: 136, citado por Gurak e Caces, 1992: 152).

análise das redes sociais não se debruça directamente sobre indivíduos isolados, mas sobre sistemas interactivos de relações, seja entre indivíduos, corporações, comunidades ou mesmo sociedades. O que importa são os "fluxos" de relações que determinam o posicionamento estrutural de cada actor, nó(s) dentro de um sistema, e das relações estabelecidas entre eles (as conexões). No caso da circulação de cabo-verdianos como migrantes internacionais, esta rede assim conceptualizada, permite explicar as ajudas concedidas pelos que estão aos que chegam, ainda que o conhecimento mútuo seja (muitas vezes) inexistente.

Para Douglas Massey (1990), que tal como outros autores (e.g. Macdonald & Macdonald, 1964; Tilly & Brown, 1967; Tilly, 1990; Portes, 1999, etc.) aplica o conceito de rede social aos migrantes, as redes migratórias compõem um conjunto de elos sociais que ligam comunidades, regiões, cidades ou espaços de origem a específicos pontos de destino (cidades na sua maioria) nas sociedades receptoras. Esses elos unem migrantes e não migrantes numa complexa teia de papéis sociais complementares e de relacionamentos interpessoais que são mantidos por um quadro formal e/ou informal de expectativas mútuas e comportamentos predeterminados. Como sintetiza Maria Baganha:

> o termo refere-se a estruturas impessoais de informação e apoio baseadas tanto em relações familiares como de comunidade. O termo vai ao encontro do que Macdonald & Macdonald (1964) designaram por cadeia migratória e organização migratória impessoal, e do que Tilly e Brown (1967) conceptualizaram como *patrocínios de parentesco* e *patrocínios de trabalho* (Baganha, 1995: 95).

Já Alejandro Portes explicita e alarga o conceito:

> entre os mais importantes tipos de estrutura em que as transacções económicas estão encastradas encontram-se as redes sociais. Estas são conjuntos de associações recorrentes entre grupos de pessoas ligadas por laços ocupacionais, familiares, culturais ou afectivos. As redes sociais são importantes na vida económica, na medida em que são meios de aquisição de recursos escassos, como o capital e a informação, e porque impõem simultaneamente constrangimentos eficientes à prossecução ilimitada dos interesses pessoais" (Portes, 1999: 13).

Os trabalhos de Massey (1987), Fawcett (1989), de Tilly & Brown (1967), de Tilly (1990), de Boyd (1989) ou de Gurak e Caces (1992), demonstraram a importância das redes sociais na articulação dos processos migratórios,

enfatizando a solidariedade no interior dos grupos migrantes como uma das características que configuram e sustentam as redes migratórias. As redes sociais, baseadas em relações familiares e de amizade, são tecidas num produto social, que acrescenta ao migrante um recurso valioso num ambiente estranho (o país, região ou cidade de acolhimento).

1.7.3. Redes sociais e destinos migratórios

Uma vez que, como sabemos, a migração de longa distância apresenta muitos riscos: segurança pessoal, conforto, salarial, etc., é natural que os locais de possível destino onde familiares, amigos, vizinhos e/ou colegas de trabalho já têm bons contactos, e, simultaneamente, a confiança sobre as redes de informações interpessoais estabelecidas minimizam e diluam os riscos de uma migração. Como defende Tilly:

> a maioria dos migrantes potenciais de longa distância (...) buscam a informação principal para as suas decisões migratórias (...) em membros das suas redes sociais, e confia nessas redes tanto para ajuda para a viagem como para o estabelecimento nas regiões de destino. A sua actividade reproduz e estende as redes, principalmente porque migrando e sendo suportados por uma rede social eles adquirem a possibilidade e até a obrigação de fornecer informação e ajuda de suporte a outros migrantes potenciais. No entanto, constrangidos por essas redes sociais os potenciais migrantes não consideram muitos outros destinos teoricamente disponíveis, e concentram-se nessas (poucas) localidades com que o seu lugar de origem dispõe já de fortes ligações (Tilly, 1990).

Neste sentido, numa lógica de migração com baixo risco, é suposto que os migrantes potenciais se concentrem naquelas (poucas) localidades onde possuem fortes ligações com o lugar de origem deixando de considerar muitos outros destinos teoricamente disponíveis. Neste sentido, as redes existentes delimitariam (potencialmente) as opções dos migrantes. Como afirma Crisp:

> First, those networks act as an important source of *information* to prospective migrants, providing them with details on issues such as transport arrangements, entry requirements, and social welfare benefits, as well as the detention and deportation policies of different destination States. Migrants who have access to such data are evidently better placed to negotiate entry into Western Europe than those who do not. More generally, it has been suggested, the information transmitted through social networks concerning

> the quality of life in Western Europe and other affluent regions may contribute to the prospective migrant decision (...) migrant networks provide a means of mobilising the *financial resources* required for a person to leave a low or middle-income country and migrate to a more prosperous state (...) "migrant networks can provide the *organisational infrastructure* required for people to move from one part of the world to another, especially when that movement has to be arranged in an irregular or clandestine character (...) finally, in addition to information, resources and an organisational infrastructure, transnational social networks provide (...) irregular migrants with *subsistence and support* (especially employment) when they arrive at their final destination. As Jochen Blaschke[90] concludes in a study of irregular migrants in Germany, "migrant knowledge about possible sources of income and assistance is collective knowledge in networks. Concrete points of access to the labour market are found with the help of friends and acquaintances. The immigrant, and especially the illegal immigrant, is dependent on being embedded in networks (Crisp, 1999: 6-8).

Complementarmente, cada imigrante individual ou grupo de imigrantes, ao assumir o risco e instalar-se em países, regiões ou cidades em que a rede social de suporte seja ainda inexistente, é um potencial elo do alargamento da rede migratória. Por outro lado, esta realidade não é nunca estática, isto é, as redes de migrantes transformam, através da interacção no Espaço/Tempo em que se inserem, as categorias existentes. Os emigrantes levam consigo as suas identidades étnicas, que se alteram no contexto de migração, nas relações com a sociedade de destino e com outros grupos de migrantes. Assim, alguns elementos de identidade do país de origem são eleitos, negociados e reconstruídos no contexto de migração (Saint-Maurice, 1997), isto é, ao invés de um mero "transplante" colectivo, há lugar a uma recriação selectiva de laços sociais (Tilly 1990: 86) que leva a uma mudança na estruturação da própria rede. É assim que a rede que tem por base a família, o compadrio ou a região (ou ilha) na origem, se alarga à etnicidade comum, à ancestralidade comum ou à língua comum no destino. Como exemplo desta ideia podemos ver a

90. Jochen Blaschke, 'Addressing the employment of migrants in an irregular situation: the case of Germany', paper presented to the Technical Symposium on International Migration and Development, The Hague, 29 June - 3 July 1998, p. 19.

reconstrução identitária dos cabo-verdianos em Roterdão explicitada por um dos nossos entrevistados:

> "De início houve muitos problemas entre cabo-verdianos e portugueses. Os cabo-verdianos não são iguais, são diferentes. Quando o número deles começou a crescer, e também a consciência da própria identidade dos cabo-verdianos começaram também a surgir dificuldades. Essencialmente por causa da língua, eles queriam falar o crioulo [na missa] e os portugueses não gostaram... (...) começaram a cantar em crioulo... e até os próprios cabo-verdianos mais velhos de início não aceitavam. (...) Porque em si a cultura portuguesa ficou muito marcada nos cabo-verdianos. Aqui na Holanda os cabo-verdianos são considerados muitas vezes em primeiro lugar como africanos. São africanos de origem sem dúvida, mas têm muita influência portuguesa. E não no sentido negativo... eu não estou falando isso não. No sentido positivo. A gente percebe isso no futebol... quando há um jogo Holanda-Portugal eles são por Portugal. Têm uma afinidade com a cultura portuguesa e isso é positivo. (...) Por outro lado, em Cabo Verde as famílias vivem todas juntas... no mesmo sítio... e criança anda na casa de todo o mundo... na casa do tio, do primo da avó e todos ajudam, todos os educam juntos... aqui não. Numa cidade como Roterdão, ou como Lisboa moram em apartamentos e lá em cima vive um marroquino e aqui um turco e o pai deixa a casa e a mãe também vai trabalhar e ninguém cuida... então aqui é muito diferente (*in* Entrevista n.º 25).

Neste sentido, o tempo transformará uma rede social singular num conjunto de diferentes redes sociais com a mesma origem. Geração após geração de imigração, se nada for feito para manter a ligação comum, esta tenderá naturalmente a divergir modificando a própria rede social e impedindo a entrada de novos elos para a rede, passando a funcionar numa espécie de circuito fechado em que as identidades de origem se reconstroem sem atenderem à evolução do resto da rede. Algumas das linhas da rede migratória cabo-verdiana que abordámos no capítulo anterior correm este risco. Por exemplo, a linha do Sul, (e.g. para S. Tomé e Príncipe) está de certo modo a viver fora do circuito das redes migratórias, cabo-verdianas já que deixou de ser alimentada a partir de Cabo Verde, e, neste momento, é apenas um local de emissão para re-emigrantes cabo-verdianos (e.g. para Portugal ou Holanda) e/ou para uma migração de retorno a Cabo Verde.

1.7.4. A auto-sustentação das redes (sociais) migratórias

Para Douglas Massey e colaboradores, as redes podem tornar-se auto-sustentadas porque cada acto de migração (re)cria a estrutura social de que precisou para se aguentar. Qualquer novo imigrante reduz os custos da migração subsequente para o conjunto de amigos e parentes e, neste contexto, algumas destas pessoas são (também) induzidas a migrar o que amplia ainda mais o conjunto de indivíduos com ligações no estrangeiro (Massey *et al.*, 1993: 449). Massey e colaboradores afirmam, no entanto, que as relações sociais que constituem as redes migratórias não são exclusivas dos migrantes, mas desenvolvidas como resultado de laços humanos universais que são moldados às circunstâncias especiais da migração internacional. Massey e colaboradores concluiem que a rede é formada por laços que ligam migrantes e não-migrantes, numa complexa teia de papéis sociais complementares e relacionamentos interpessoais que são mantidos por um quadro informal de expectativas mútuas e comportamentos predeterminados numa revelação da posse (colectiva) de um determinado tipo de capital social colectivo: um capital migratório cultural (Massey *et al.*, 1993). As redes surgem e expandem-se, facilitando a vida de quem delas faz uso e estimulando o aparecimento de novos migrantes potenciais. Paradoxalmente, ou talvez não, a auto-sustentabilidade das redes migratórias tende a gerar desequilíbrios nas potenciais regiões de origem de migrantes uma vez que o acesso (ou não) a redes migratórias pode ser o factor desbloqueador da própria migração (Carling, 2001). Como afirmam os nossos entrevistados:

> "Digamos que a sua rede social de contactos é perfeita. Basta um chegar e descobrir a mina e ok... o que é que temos que fazer para mandar vir o próximo... e foi assim que esta comunidade de Roterdão tem a base nesta teoria. A rede social, a rede de contacto é muito forte e isso é o ponto forte da comunidade caboverdiana. Penso eu que não aqui só em Roterdão mas, daquilo que eu posso falar, é um pouco assim no Luxemburgo na Bélgica em Portugal ou na Itália..." (in Entrevista n.º 26).

> "Há muita gente que já sai porque há um familiar que saiu e mandou chamar outro" (*in* Entrevista n.º 5).

> "(...) Em geral, vieram os homens e depois com o tempo foram chamando as famílias. E é assim, depois é o primo que chama o primo, o vizinho que chama o vizinho, e eles até se vão juntando muitas vezes naqueles núcleos. Vamos ali encontramos uma pes-

> soa, é vizinho deste ou daquele, é familiar, é cunhado, é primo, não sei que mais. O processo foi esse e continua a ser hoje ainda. Claro que entre tantas famílias já temos a segunda geração..." (*in* Entrevista n.º 7)

Para Portes, as redes sociais podem ser hierarquizadas tendo em conta diversas dimensões de que se destacam o tamanho e a densidade. O tamanho referindo-se ao número de participantes numa rede e a densidade ao número de laços entre eles, sendo que, de acordo com este autor, quanto maior for o tamanho da rede, mais difícil será que todos os seus membros se interrelacionem e, neste sentido, quanto maior o tamanho da rede menor será a densidade. Contudo, as redes relativamente grandes e densas são as mais eficientes no desenvolvimento de expectativas normativas e na imposição das obrigações de reciprocidade (Portes, 1999: 13). A densidade e tamanho das redes (e as suas características específicas) têm consequências directas no seu comportamento económico e no dos indivíduos que as compõem. No entanto, há que distinguir os dois extremos da cadeia migratória e a importância diferenciada que eles exercem no movimento migratório e na inserção nas sociedades de acolhimento. Se o capital social em rede no país/região de origem podem ser essenciais para desbloquear a migração, torna-se necessário possuir um outro tipo de capital social para uma boa inserção na sociedade de destino. Como afirma o colectivo IOE:

> No caso dos trabalhadores imigrantes as suas redes sociais primárias (família, escola, etc.) do país de origem não são úteis como via para inserir-se no mundo laboral de um outro espaço social ou geográfico. No seu lugar o novo grupo de pertença (em principio a comunidade étnica formada por indivíduos com a mesmo origem) vai operar como rede social básica. Na medida em que estes trabalhadores desconhecem as vias habituais de acesso ao emprego, especialmente as mais formais (agencias de colocação públicas ou privadas, anúncios, serviços de selecção de pessoal, etc.) tenderão a desenvolver mecanismos informais que, em principio, se baseiam na informação e contactos oferecidos por membros da sua própria rede étnica. O grau de extensão e densidade destas redes depende da maior ou menor dependência dos recém chegados em relação aos antigos imigrantes, seja nas facetas informativas, de acolhimento e ajuda mútua, na relação com organismos da sociedade de acolhimento ou no acesso ao emprego (Colectivo IOE, 1996: 21).

Também aqui é possível detectar regularidades nos discursos dos nossos entrevistados tanto em Lisboa como em Roterdão, em que estão presentes as características essenciais desta rede:

> "Há sempre um irmão, um primo, é um pai que chama um filho, é um irmão mais velho que chama o mais novo, um primo que chama outro primo, um compadre que chama outros familiares" (*in* Entrevista n.º 5).
>
> "(...) É preciso ver o seguinte - nós temos a nossa imigração que é muito ligada. O cabo-verdiano que está aqui, que mora na Pedreira dos Húngaros tem um primo que trabalha em França, e tem um irmão que trabalha na Holanda, que tem não sei quantos familiares nos Estados Unidos, existe uma solidariedade muito grande. As pessoas quanto mais baixa é a sua condição social, o seu nível de instrução, é mais solidário" (*in* Entrevista n.º 5).

> "Conseguem trabalhar não através de papéis mas via rede social. Desde que o primo ou a prima seja legal, ela não está registada mas vai trabalhar pela prima ou vive com a prima e vai trabalhando e vai ganhando. A forma de pagamento é sempre através de outra pessoa. Nos restaurantes, hotelaria limpeza, construção civil, ou seja, pequenas construções domésticas. O cabo-verdiano normalmente até tem jeito para construir e sempre vai trabalhando..." (*in* Entrevista n.º 26).

Concluindo, a existência de um complexo conjunto ou rede de capitais sociais, tanto na origem dos migrantes como no destino, é factor condicionador do sucesso tanto da experiência migratória em sentido lato, como para a sua inserção no mercado de trabalho do país receptor. No caso específico das migrações cabo-verdianas, este capital social em rede vai constituir a base da comunidade transnacional global e permitir a continuada migração a partir da origem e a emigração circular ou reemigração entre nódulos migratórios (e.g. na União Europeia). É também este capital social que permite uma competitividade entre imigrantes e autóctones nos mercados laborais dos países de destino dos migrantes. Analisemos melhor este argumento.

1.7.5. Densidade da rede migratória cabo-verdiana

Os cabo-verdianos possuem, o que podemos considerar, uma densa rede social de suporte tradicional. Esta resulta da união de pequenas redes familiares, com base num conceito de família alargada, na união de redes resultante de capitais sociais individuais, de grupo, de região (ilha); com base na identidade étnica ou co-étnica ou ainda com base na partilha de uma língua comum: o crioulo (Veiga, 1995). A rede migratória cabo-verdiana é, por seu turno, a síntese de todas estas redes particulares e distribui-se por um conjunto amplo de regiões em vários continentes (tal como foi mostrada no capítulo anterior) mas com alguns nódulos com uma importância acrescida (e.g. Providence ou Boston (EUA), Lisboa ou Roterdão na (UE) ou Dakar no Senegal). No caso específico das migrações cabo-verdianas contemporâneas e da rede formada por estes migrantes, compreendemos a dimensão e a sua densidade se cruzarmos os dados obtidos por diferentes estudos sobre estas migrações realizados recentemente. Por exemplo, se olharmos para a rede de base familiar, o inquérito a cabo-verdianos residentes em Roterdão e Lisboa realizado por Jorge Malheiros em 1999 revela que, respectivamente, 74,1% dos inquiridos em Lisboa (80% do total dos inquiridos no estudo da Embaixada de Cabo Verde/Iese/Geoideia,1999) e 89,5% dos respondentes em Roterdão declaram possuir parentes no estrangeiro numa geografia de rede que podemos reproduzir no quadro 2.1. Entre os cabo-verdianos residentes em Lisboa são as regiões de França (sobretudo Paris mas também Nice), as cidades Holandesas (região de Roterdão), a região da Nova Inglaterra (Bóston e/ou Providence) e a vizinha Espanha (Léon e Madrid), as regiões que concentram o maior número de familiares. No caso dos cabo-verdianos residentes na Holanda são as regiões francesas de Paris, a Área Metropolitana de Lisboa, a Nova Inglaterra (Bóston e Providence), o vizinho Luxemburgo e a região metropolitana de Roma que concentram os familiares dos inquiridos nos dois estudos analisados.

Quadro 2.1
REDE RELACIONAL FAMILIAR DOS CABO-VERDIANOS RESIDENTES EM LISBOA E ROTERDÃO COM PARENTES EM TERCEIROS PAÍSES[91]

	Cabo-verdianos residentes em Lisboa (Malheiros, 2001)	Cabo-verdianos residentes em Roterdão (Malheiros, 2001)	Cabo-verdianos residentes em Lisboa (Embaixada de Cabo Verde/Iese/Geoideia,1999)**
	(74,1% do total)	(89,5% do total)	(80% do Total)
EUA (Nova Inglaterra)	17,0%	22,7%	6,2%
França (Paris)	55,0%*	48,5%	37,4%
Luxemburgo	5%	11,8%	3,3%
Reino Unido (Londres)	6,0%	-	4,4%
Holanda (Roterdão e Zandam)	23%	-	20,9%
Alemanha (Hamburgo)	-	5,9%	2,1%
Espanha	-	5,9%	7,7%
Itália (Roma)	-	10,3%	2,3%
Bélgica	-	-	1,3%
Angola	-	-	0,7%
Austrália	-	-	0,6%
Portugal (Lisboa)	-	60,3%	-
Suiça	5%	-	9,6%
Canada	-	-	0,7%
Brasil	-	-	0,4%

Fonte: Malheiros, 2001: Embaixada de Cabo-Verde/Iese/Geoideia, 1999 (adaptado).
(Notas: * Também Nice, **neste estudo não são especificadas regiões mas apenas paises).

Jorge Malheiros (2001) demonstrou que a existência desta rede dispersa de conterrâneos proporciona um conjunto de contactos entre os diferentes elementos constituintes dos diferentes nódulos da rede, contactos comunicacionais (e.g. telefónicos, cartas, etc.) mas também contactos reais

91. O estudo efectuado pela Embaixada de Cabo Verde em 1999 teve por base 1417 questionários abrangendo um total de 5147 indivíduos e pretende ser representativo da comunidade caboverdiana em Portugal. É sem dúvida o estudo mais extenso que foi feito nas últimas décadas e permite consolidar algumas das imagens da comunidade cabo-verdiana em Portugal (Gomes, 1999).

(e.g. visitas). No que concerne os cabo-verdianos residentes em Roterdão, cerca de 81% já visitou parentes residentes num outro país (34% para os cabo-verdianos residentes em Lisboa) sendo que, como seria de esperar, estas visitas são feitas maioritariamente a parentes que residam em países simultaneamente próximos e onde existam grandes concentrações de cabo-verdianos (e.g. Espanha ou França para os cabo-verdianos residentes em Portugal; França, Portugal, e os outros países do Benelux para os cabo-verdianos residentes na Holanda). No entanto, o maior número de visitas ao estrangeiro continua em ambos os casos a privilegiar o país de origem para onde viajam cerca de um terço dos inquiridos (Malheiros, 2001: 327). Esta rede de contactos é utilizada pelos cabo-verdianos tanto nos períodos de procura de trabalho como nos períodos de ócio. Como afirma um dos nossos entrevistados em Roterdão:

> "O que é extraordinário nessa rede de contactos é que no período de férias, que são períodos em que é muito difícil encontrar os cabo-verdianos, e quando eu quero falar com um cabo-verdiano e vou saber onde está, o cabo-verdiano está no Luxemburgo, está na Bélgica, está na Itália, está em Espanha está em Portugal, está na Suécia, ou seja onde há família ele está. E essa rede de contactos funciona" (*in* Entrevista n.º 26).

Da síntese que resulta do cruzamento dos locais onde residem imigrantes cabo-verdianos, com os locais mais visitados pelos cabo-verdianos residentes no exterior de Cabo Verde decorre, na elaboração permitida pelas teorias das redes, um mapa de potenciais destinos migratórios que coincide, em traços gerais, com o mapa da rede de linhas migratórias dos cabo-verdianos tal como foi reconstruído ao longo do primeiro capítulo deste trabalho. Convém no entanto não esquecer, como afirma Jorgen Carling, que há uma diferença importante entre o volume de imigrante e as dinâmicas migratórias contemporâneas. Por exemplo, os destinos africanos Angola, Senegal e São Tomé e Príncipe albergam um volume muito grande de indivíduos de São Vicente ou S. Antão ou com ascendência numa destas ilhas do arquipélago de Cabo Verde, mas desempenham um papel marginal nas ligações transnacionais cabo-verdianas contemporâneas. Isto acontece em parte porque estes países receberam poucos imigrantes cabo-verdianos nas últimas décadas. Para além disso, estes são países pobres e destinos relativamente pouco atractivos que geram fluxos de remessas muito pequenos (Carling, 2001: 19). Este autor chama igualmente a nossa atenção para o facto de as relações entre comunidades transnacionais cabo-verdianas serem na verdade um cruzamento simultâneo de múltiplas rela-

ções translocais, de ligações entre ilhas nódulos na origem e cidades nódulos no destino:

> A emigração cabo-verdiana é caracterizada por um complexo cruzamento de relações entre específicas ilhas e destinos igualmente específicos. A Europa do Norte desempenha um papel desproporcionalmente grande como destino para os cabo-verdianos originários de São Vicente e Santo Antão. A principal razão para este facto foi a emigração de marinheiros do porto de São Vicente que deu origem a comunidades emigrantes em cidades-porto como Roterdão, Hamburgo ou Gotemburgo. Portugal é comparativamente mais importante como um destino para migrantes da maior ilha , Santiago, enquanto que os Estados Unidos foram sem dúvida o destino dominante nas ilhas do sul Fogo e Brava. A Itália foi um destino particularmente importante para os emigrantes das ilhas orientais Sal, Boavista e São Nicolau. As várias ilhas são marcadas pelas suas conexões transnacionais para países de destino diferentes. Locais distantes estão próximos através das trocas que se realizam entre eles e através da consciência que existe sobre eles, e esta paisagem de pontos de referência externos difere entre localidades/ilhas diferentes. Porque esses processos transnacionais são frequentemente localizadas em ambos os extremos poderia ser mais correcto falar do 'translocal', ou de uma transnacionalização localizada (Appadurai 1996; Smith 1998; Zhou e Tseng 2001; Carling, 2001: 19).

Pensamos contudo que Carling, apesar da lógica das suas constatações, desvaloriza em demasia as dinâmicas decorrentes do processo de globalização em curso nas últimas décadas. Por exemplo, com a aceleração das últimas duas décadas nas migrações internas em Cabo-Verde, em especial em direcção às cidades da Praia (Got, 1990), em direcção ao Mindelo e/ou à ilha do Sal, em simultâneo com o despontar (ou por vezes reactivação) de migrações inter nódulos de destino dos migrantes cabo-verdianos (e.g. no interior da UE), estas relações bidireccionais, a transnacionalização localizada, torna-se ainda mais complexa, as migrações passam a assumir formas multidireccionais e a translocalidade entre específicas origens e destinos exclusivos perde força relativa, dando lugar a uma mais profunda transnacionalidade. Os nódulos no exterior de Cabo Verde com maior importância na constituição desta transnacionalidade parecem ser Portugal (Lisboa), França (Paris), a Holanda (Roterdão) e os Estados Unidos da América (Nova Inglaterra) e, num segundo nível, a Itália (Roma e Nápoles), Espanha (Léon e Madrid) e o Luxemburgo desempenharão igualmente um papel de destaque. A base laboral destas migrações caboverdianas actu-

almente é complementada por um conjunto amplo de dimensões que, por seu turno, constitui a base para a fundação da transnacionalidade cabo-verdiana. Analisemos um pouco melhor as ideias contidas nas teorias transnacionais.

As migrações como processo transnacionais

Para abordar os novos fluxos migratórios, Glick-Schiller, Basch e Blanc-Szanton (1992, 1992b) sugeriram a adopção do conceito de transnacionalismo como um novo campo analítico para compreensão das migrações. Este conceito foi formulado a partir de investigações de vários grupos de imigrantes nos EUA, designadamente de imigrantes com origem nas Caraíbas, no Haiti ou nas Filipinas (Sasaki e Assis, 2000). Ao apreenderem a (nova) realidade dos imigrantes destes países para os EUA como não estando, no imediato, sujeitas a uma assimilação ou aculturação na sociedade de destino, Glick-Schiller e colaboradores (1992b) compreenderam que as migrações contemporâneas tinham um novo tipo de actor, o transmigrante, que partilhava a sua vida entre a sua sociedade de origem e a sociedade de destino. Os migrantes passam a ser apelidados de trasmigrantes quando desenvolvem e mantêm múltiplas relações, familiares, económicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas, que ampliam as fronteiras colocando em inter-relação o global e o local (Glick-Schiller, et al. 1992b). A abordagem transnacional vai enfatizar a emergência de um processo social que cruza fronteiras geográficas, culturais e políticas.

À luz deste novo olhar tornava-se necessário abordar as migrações sob uma nova perspectiva que tivesse em conta a sociedade de origem (mesmo) quando se analisava a inserção dos imigrantes nas sociedades de destino. A percepção dos migrantes como rapidamente assimilados pelas sociedades receptoras conduziu a uma abordagem nas ciências sociais que procurava dar conta da mobilidade destes fluxos categorizando-os simplisticamente como imigrantes temporários, ou imigrantes permanentes. Para as referidas autoras, os estudos clássicos de migração, ao elaborarem estas categorias não contemplam a complexidade dos fluxos contemporâneos. Não perceberam que os migrantes mantinham um conjunto amplo de relações com a sociedade de origem, não em contradição, mas em ligação com sua sociedade receptora ou de destino. Essas ligações possibilitaram aos imigrantes, durante a sua permanência num outro país, por exemplo deixarem os filhos entregues aos cuidados de familiares na terra natal; continuarem a participar nas decisões familiares; visitarem com certa frequência a família; comprarem imóveis e construírem casas

e/ou comércios nos seus países de origem, ainda que tenham comprado casas e/ou montado negócios nos países de destino (Glick-Schiller, et al., 1995: 53). O transnacionalismo emergiu da constatação que os imigrantes mantêm os (seus) contactos entre o estrangeiro e o seu país de origem e fazem de ambos um território único de acção social. A partir de uma análise transnacional, os imigrantes já não estão desenraizados, ao contrário movem-se livremente de um lado para o outro através de fronteiras internacionais e/ou entre culturas e sistemas sociais diferentes. Estes migrantes influenciam a mudança (em ambas) as comunidades ou locais de pertença não só através das suas remessas económicas mas igualmente através de remessas sociais.

A frequência das remessas enviadas pelos migrantes para as suas terras no país de origem e os bilhetes de transporte previamente pagos por pessoas no destino, por exemplo, revelam a extensão da ajuda mútua e a densidade das redes sociais ligando os extremos da cadeia migratória. As remessas são tão importantes para as famílias cabo-verdianas que é tradicionalmente utilizada a expressão *carta seca* para referir a carta que não traz dinheiro[92].

Por outro lado, também no caso de Cabo Verde se confirma a ideia segundo a qual os países de emigração dependem dos seus emigrantes para assegurar a sobrevivência de sectores da sua população e as suas esperanças de mobilidade social. Ainda que estimar o seu valor possa ser um trabalho complexo, a importância dos montantes das transferências dos migrantes é, em qualquer caso, muito significativa podendo constituir, como no caso de Cabo Verde, uma fatia importante do produto interno bruto dos países de origem dos migrantes. O peso das remessas financeiras tem vindo a reduzir-se, [em 1980 essas transferências representavam 86% do PIB, passaram em 2000 para 25% (Reis, 2002: 3)] mas desempenham ainda um papel insubstituível no equilíbrio financeiro do país. As remessas de dinheiro enviadas pelos migrantes constituem o impacto mais notório da migração internacional nos diferentes países de origem e também em Cabo Verde. Por outro lado, estudos recentes destacam os efeitos multiplicadores, directos e indirectos, das transferências financeiras por parte dos emigrantes sobre as comunidades locais (Massey *et al*., 1999). Como afirma Raymond Almeida:

92. Claro que hoje, como afirma Germano Almeida "já temos as transferências bancárias, para já não falar do toma lá dá cá da Western Union" (Almeida, 2002), mas há coisas que só um bom portador pode trazer e levar. Desde a roupa para a família, ao grogue de Santo Antão.

> O envio de dinheiro e de bens pelos emigrantes para as famílias que deixam para trás é uma forma de ligação entre os cabo-verdianos de ambos os lados do Atlântico. Embora os montantes das remessas de fundos flutuem com as condições económicas, em média constituem 25 a 30% do Produto Nacional Bruto de Cabo Verde, um importante recurso para o conjunto da economia das ilhas. Na Brava, a alegria e a incerteza das remessas combinam-se num contraste proverbial entre a carta de amor, em que um familiar emigrante junta alguns dólares às notícias e fotos, e a "carta sec", ou carta seca, que não contém dinheiro. Através do sacrifício, do trabalho árduo e de uma vontade de correr riscos, alguns cabo-verdianos ganharam a posse de instituições que apoiam a sua existência transnacional. No final do Séc. XIX, por exemplo, os cabo-verdianos compraram veleiros velhos e tecnologicamente ultrapassados (...), fazendo até dez travessias por ano entre Cabo Verde e Providence e New Bedford, levando carga, correio, passageiros, imigrantes e auxílio humanitário. Estes frágeis navios alimentaram a ligação cabo-verdiana (Almeida, s/d).

No caso de Cabo Verde, diferentes fontes estimam que entre 30 e 60% das famílias recebam remessas do exterior sob a forma de dinheiro ou bens (Instituto de Emprego e Formação Profissional 2000, Instituto da Condição Feminina 1996, World Bank 1994) num valor de cerca de 100Đ por família em 1998 ou seja o equivalente a um mês de salário de um trabalhador desqualificado (Carling, 2001). Na verdade não sabemos ao certo quais os montantes das remessas nem a sua distribuição no interior do arquipélago. As remessas financeiras oficiais, parte do total de remessas financeiras e uma parte das remessas não financeiras, têm vindo a crescer na última década e podem ser analisadas a partir dos dados do Banco de Cabo Verde (cf. Quadro 2.2 e 2.3). A União Europeia e os EUA são, como vimos no capítulo anterior os principais destinos da emigração cabo-verdiana. Entre 1999 e 2001, mais de metade das remessas dos emigrantes tiveram a sua origem na União Europeia (57%). Por seu turno, os emigrantes cabo-verdianos em Portugal são os que, no interior da Europa, mais remessas enviaram, 18% do total. Os emigrantes dos EUA contribuíram com 25% do total das remessas neste período.

Caixa 2.4

A génese do capital social cabo-verdiano em rede: a linha da América do Norte

Num dos primeiros textos dedicados à importância das redes sociais para a análise das migrações cabo-verdianas, June Dicker (1968) vai defender a ideia que, já no século XIX, a rede migratória (síntese de capitais sociais de uma comunidade com uma mesma origem) era, como o é ainda hoje, tecida em torno de um conjunto de elementos estruturantes que têm como base os laços de parentesco (kinship) mas que vão muito para além deste núcleo. No caso específico das migrações caboverdianas, o compadrio, por via dos compadres e das comadres, é um elemento essencial na formação da rede migratória, onde pontuam, nomeadamente: a identificação com o país de origem (homeland); as relações de proximidade na origem -a povoação de origem, a ilha, Cabo Verde; as relações de proximidade/vizinhança nas sociedades de acolhimento -os bairros, as cidades, o país; a proximidade cultural ex. a música; a língua -importância do uso num primeiro nível do crioulo e, num segundo nível do português; a religião -redes tecidas em torno da igreja Católica ou de igrejas protestantes (ex. igreja dos Nazarenos); etc.. É óbvio que as redes que se formam em torno destes elementos são redes dinâmicas e não são constantes ao longo do tempo e/ou do espaço. Por exemplo, entre uma primeira geração em que a povoação ou a ilha de origem assumem uma importância essencial[93] e a segunda ou terceira geração, em que a família, a língua ou a "etnicidade" constituem as principais bases para a formação da "rede" existem evidentes diferenças. Referindo-se ao inicio da cadeia migratória para os EUA, (século XIX), Dicker exemplifica: "while saving money, most of the men lived in boarding houses operated by cape verdeans who had emigrated earlier. Usually, they chose to live in houses which were run by relatives, if such were available. However, many who had no relatives here moved into houses where their co-workers resided. Many of these men came to the United States because they had relatives here whom they knew would help them to make a start. However, those who had no kinsmen here did not find themselves in an unfriendly environment. Very often, the fact that there were people from his island, already in Providence, was enough to ensure a man that he would not be alone when he arrived" (Dicker, 1968: 11). Dickers, referindo-se à importância dos laços de familiaridade[94], aponta um total de 4 esferas onde estas relações podem ter influência: esfera económica; esfera social; esfera doméstica e esfera afectiva: "the economics includes purely monetary exchanges in the form of loans and exchanges of information relating to economic concerns, i. é, information about employment opportunities. The social entails the exchange of such commodities as food, but the transfer of food is secondary and contingent on the exchange of hospitality. The domestic includes elements of economic and social exchange but is characterized primarily by the exchange of services related to housekeeping and child rearing. The affective sphere does not include the exchange of tangibles, rather it encompasses the emotional transactions of love, commitment and concern. Although less easy to identify empirically these 'commodities' provide the ultimate sanction or underlying motivation for exchanges in all other speres" (Dicker, 1968: 14). Por fim, focando a sua análise na dimensão laboral afirma: "relatives are also a valuable source of information about employment opportunities. Many of the men work as longshoremen and it is very common for brothers, sons and fathers, and uncles and nephews to be working on the same docks and in the same teams. Although the allocation of jobs is largely controlled by the union, information about forthcoming opportunities is frequently transmitted by word of mouth. Similarly, women working in the jewelry and electronics factories around Providence are likely to hear about job opening before the advertisements appear in the newspapers. Not only do they relay the news to their relatives but they also put in a good word for them with the employer" (Dicker, 1968: 18).

93. Veja-se como a manutenção de contactos com a povoação de origem - presencial ou mediada por cartas tende a manter-se na primeira geração e a ir desaparecendo com a segunda e terceira gerações (Dicker, 1968).

94. Para Dicker estes laços de familiaridade vão muito para além da formalidade dos laços de parentesco podendo resultar nomeadamente, de laços de amizade, de convivência ou de proximidade (Dicker, 1968).

Quadro 2.2
REMESSA DE EMIGRANTES POR PAIS DE ORIGEM (106 ESCUDOS CABO-VERDIANOS)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
EUA	780,9	768,0	749,0	1.238,0	1.470,0	1.143,9	1.184,8	1.399,6	1.625,1	1.948,9	2.321,1	2.515,6
Holanda	611,9	679,0	674,0	888,0	914,1	1.024,1	898,2	839,2	1.137,8	1.386,5	1.136,0	1.331,5
França	495,4	510,0	561,0	696,0	688,8	794,8	760,8	673,0	824,1	877,7	1.034,0	1.532,9
Itália	270,6	329,0	358,0	340,0	345,2	443,4	557,5	484,8	552,1	637,9	608,5	720,1
Alemanha	150,5	162,0	200,0	216,0	200,0	242,0	258,6	241,9	235,1	245,4	273,4	204,5
Portugal	238,5	370,0	453,0	440,0	779,9	1.271,9	1.481,4	1.057,0	1.878,7	1.490,1	1.578,1	1.736,2
Reino Unido	73,3	78,0	64,0	66,0	75,4	147,0	180,4	176,6	235,9	258,2	142,0	149,8
Suiça	102,8	122,3	144,9	133,2	193,5	237,0	209,1	219,8	187,8	195,5	160,9	154,7
Angola	32,1	9,0	13,0	10,0	0,0	0,0	0,6	10,4	9,7	17,7	16,1	46,5
Outros	379,9	467,0	577,0	595,0	551,0	542,4	595,1	518,0	474,8	395,6	471,2	442,9
TOTAL	3.135,9	3.494,3	3.793,9	4.622,2	5.217,8	5.846,5	6.126,5	5.620,2	7.161,1	7.453,6	7.741,3	8.824,7

Fonte: Banco de Cabo Verde, 2002

Quadro 2.3
MÉDIA ANUAL DAS REMESSAS DE EMIGRANTES EM 1999, 2000 E 2001

Pais o região de origem	Milhares de contos CV	Percentagem %
EUA	2.225	25%
União Europeia	5.111	57%
Portugal	1.598	18%
Países Baixos	1.285	14%
França	1.148	13%
Itália	656	7%
Alemanha	241	3%
Reino Unido	183	2%
Suíça	170	2%
Angola	27	0%
Outros	1.451	16%
TOTAL	8.984	100%

Fonte: BCV – Boletim de Estatística Trimestral (1º Trimestre 2002)

Para nós, cientistas sociais portugueses, os conceitos associados ao transnacionalismo não são conceitos novos, porque as lógicas neles contidas são-nos, de certo modo, familiares. A nosso ver, as lógicas associadas às comunidades transnacionais ou ao transnacionalismo não são novas mas antes (e tão só) uma nova visão de uma velha realidade. Os emigrantes portugueses para países relativamente próximos (e.g. França, Alemanha, Luxemburgo ou Suíça) sempre tiveram práticas de maior intensidade transnacional (e.g. maior periodicidade das visitas), em relação aos emigrantes

portugueses no Brasil ou na Austrália[95] (Marques, 1997) ainda que estes também demonstrassem elementos de transnacionalidade, como a elevada intensidade de contactos (e.g. por carta) ou o facto de as famílias se encontrarem repartidas por dois continentes. De facto, é sabido que em sistemas migratórios diferentes, as práticas migratórias são também diversas. Esta diferença está perfeitamente assumida tanto nos modos de inserção dos imigrantes nas diferentes sociedades, como no tipo de políticas assumidas por diferentes Estados vis-à-vis os imigrantes que acolhe. Os emigrantes portugueses na Europa nunca se desligaram do país, da região ou das pequenas aldeias de origem, mantendo a diferentes níveis contactos: diários (por telefone); regulares (por carta); enviando remessas de diferentes tipos para a família; ou através de visitas sazonais a Portugal no Natal, na Páscoa ou nas férias. Em relação a estes, os emigrantes portugueses em países longínquos mantêm por norma um contacto menos regular com Portugal, muitos deles estando desligados fisicamente da realidade portuguesa por períodos longos. Vêm menos frequentemente a Portugal e enviam menos remessas financeiras, sem que contudo se encontrem completamente desligados de Portugal. A própria definição proposta por Glick-Schiller, Basch e Szaton-Blanc vai ao encontro desta lógica de familiaridade em que se movimenta o nosso olhar:

> We define *transnationalism* as the processes by which immigrants forge and sustain multistranded social relations that link together their societies of origin and settlement. We call these processes transnationalism to emphasise that many immigrants today build social fields that cross geographic, cultural, and political borders. Immigrants who develop and maintain multiple relationships – familial, economic, social, organizational, religious, and political – that span borders we call *transmigrants*. An essential element of transnationalism is the multiplicity of involvements that transmigrants' sustain in both home and host societies (1992: 7).

Nos ku Nos: A Comunidade Transnacional Cabo-verdiana[96]

Também aos cabo-verdianos podem ser atribuídas características semelhantes. No entanto, nem todos os emigrantes cabo-verdianos são, ou po-

95. Ainda que estes últimos também mantenham algumas características de transnacionalismo migratório.

96. A expressão "nos ku nos" é coloquialmente usada para transmitir a atitude de que os cabo-verdianos são um povo que se entende, ainda que a sua identidade cultural não faça sentido para quem esteja fora do grupo (in Raymond Almeida http://www.umassd.edu/SpecialPrograms/caboverde).

dem ser considerados transmigrantes podendo fazer-se uma clara distinção entre os imigrantes na Europa ou no Senegal e os *kriolu* nos EUA e, por contraponto, entre os emigrantes nos EUA da primeira vaga, os *merkanu*, (Sanchéz, 1998: 22) e os emigrantes em países como S. Tomé e Príncipe ou o Brasil. Os emigrantes cabo-verdianos no primeiro grupo de países, desde sempre mantiveram práticas transnacionais muito semelhantes às anteriormente enunciadas para os emigrantes portugueses em países Europeus. Já os do segundo grupo de países, podem ser agrupados no mesmo conjunto de práticas de menor intensidade transnacional, muito semelhantes às enunciadas para os emigrantes portugueses nos EUA ou Brasil. Os cabo-verdianos de S. Tomé e Príncipe, por seu turno, devido à carência de capital económico, e em muitos casos, de capital social, ficaram presos no fim de uma linha migratória que foi entretanto encerrada. Estes últimos, muitos milhares, não são transnacionais. Usemos uma afirmação de um dos nossos entrevistados para ilustrar esta ideia:

> "Depende dos pontos para onde as pessoas emigram, quer dizer, há emigrantes mais ligados à terra, por razões óbvias. Direi, por exemplo, que a nossa emigração para os Estados Unidos é uma emigração que normalmente vai e fica. Já, por exemplo, dos cabo-verdianos que emigraram nos anos sessenta para a Holanda, foram marítimos na Holanda, há muitos que regressaram, que se instalaram ao fim de tantos anos de trabalho. Têm boas reformas e instalaram-se em Cabo Verde: A nossa emigração para Portugal é uma emigração de baixo rendimento, em Portugal não se constrói geralmente um emigrante de sucesso. Portanto, é uma emigração que tem tendência, que desejaria regressar, mas que tem tendência para ficar. Vai lutando pela vida, vai sobrevivendo, e consegue aqueles requisitos mínimos para viver. Mas é simultaneamente o emigrante mais ligado, está mais próximo, tem melhores comunicações, há uma ligação muito mais estreita" (*in* Entrevista n.º 5).

Muitas outras ilustrações poderiam ser encontradas. Por exemplo:

> Ao pôr-do-sol, João Tavares, de 68 anos, já tinha bebido duas ponchas (aguardente com mel, de fabrico caseiro), ao pé das mulheres que vendiam doces de coco e pastéis salgados, também caseiros. Com o batuque em fundo, João aspirava rapé e contava a sua vida, que parece o itinerário da emigração cabo-verdiana: sete anos em São Tomé, a trabalhar no cacau, no café e na banana e, depois, 20 anos como cantoneiro em Portugal. Tem planos de voltar para a sua casinha na Cidade da Praia (in http://www.instituto-camoes.pt/arquivos/musica/festafricana.htm)

A diferença para estas diferentes práticas pode, obviamente, ser encontrada nos diferentes momentos em que as vagas migratórias para estes destinos ocorreu. No momento em que a aceleração no processo de globalização possibilitou o encurtamento dos tempos e distâncias, os contactos entre as (várias) comunidades emigradas e o país de origem, ou inter comunidades emigradas, tornaram-se mais fáceis e consistentes. Como afirma Nancy Foner:

> as transformações nas tecnologias de transporte e comunicação vêm aumentando a densidade, multiplicidade, e importância de interacções transnacionais e tornaram possível, pela primeira vez na história, aos imigrantes operar, mais ou menos simultaneamente, numa variedade de locais (Foner, 2001: 43).

Este é, pensamos, precisamente o caso de muitos dos elementos das comunidades caboverdianas emigradas na Europa e, em muitos casos, já é assim desde há duas ou três décadas antecipando o próprio aparecimento do conceito de transnacionalismo. Veja-se o exemplo dos cabo-verdianos na Holanda ou em Portugal desde os anos 60, ou da nova re-emigração que a livre circulação no interior da UE permite:

> "A partir dos anos 80 quando houve a crise aqui no sector portuário, muitos foram para França e outros para Itália. No final dos anos 80 houve uma vaga que veio para a Holanda e ultimamente nota-se muito que há uma vaga que vem de Portugal para a Holanda. Essa é a maior mas também vêm de Itália e também vêm de Espanha. Do Luxemburgo e Bélgica por vezes vêm. Depende. É o que está a dar. Conforme o que está a dar. Só que o número é capaz de não ser ainda muito significativo. Mas há um fluxo de vai-e-vem... (*in* Entrevista n.º 26).

> "Sim, já tenho cá 27 anos. Estive 11 anos em Espanha. Depois, quando veio a minha família, a minha esposa e o meu filho, eu queria que o meu filho estudasse aqui em Portugal - porque tenho um filho já com 16 anos. Consegui a minha residência.(...) Estou à espera de nacionalidade. Tenho 15 anos em Portugal e tenho 11 anos em Espanha..." (*in* Entrevista n.º 4).

> "Há os que vieram directamente para a Holanda e há os que vieram ao trampolim via Portugal. Vieram e vêm. Sobretudo agora os que têm passaporte português. Há o que diz agora, ultimamente, embora os números não sejam elevados, existe agora a chamada nova imigração que são os cabo-verdianos comunitários. O que

> tem aspectos positivos mas também tem aspectos negativos..." (*in* Entrevista n.º 26).

> "(...) Temos aqui várias pessoas que estão aqui um mês. Depois vão três meses a França. E depois voltam. Estão na Holanda. Depois, voltam para cá, sobretudo, homens as mulheres menos. Procuram trabalho. É ver onde é que é melhor. Procura de trabalho e, também, amigos o sítio onde vivem." (*in* Entrevista n.º 8).

Mesmo quando tencionam ficar de modo permanente no país de acolhimento, os cabo-verdianos não estão nunca desligados da origem, ou, no caso das migrações cabo-verdianas na Europa, de outros países em que possuem a sua rede étnica, transferindo para a ilha exterior do arquipélago a pátria a que não conseguem aceder, numa constatação da partilha transnacional em que vivem:

> "Os cabo-verdianos não voltam. Ficam aqui. Voltam quando são mais velhos vivendo meio tempo lá e outro meio tempo aqui, porque têm filhos e netos... então ficam voando no avião entre Cabo Verde e a Holanda" (*in* Entrevista n.º 25).

> "Podem lá não viver, vão passar férias, vão passar determinados períodos festivos, determinadas períodos de diversão em Cabo Verde, vão matar saudades... Condições para todos vivermos é que não é possível" (*in* Entrevista n.º 5).

> "O que é extraordinário nessa rede de contactos é que no período de férias, que são períodos em que é muito difícil encontrar os cabo-verdianos, e quando eu quero falar com um cabo-verdiano e vou saber onde está, o cabo-verdiano está no Luxemburgo, está na Bélgica, está na Itália, está em Espanha está em Portugal, está na Suécia, ou seja onde há família ele está. E essa rede de contactos funciona" (*in* Entrevista n.º 26).

A própria definição de transnacionalismo tal como foi proposta por Basch e colaboradores contemplava já estas dimensões ao afirmar que:

> transmigrants use the term *home* [a ˙nhá terra] for their society of origin, even when they clearly have also made a home in their country of settlement. (...) transmigrants take actions, make decisions, and develop subjectivities and identities embedded in networks of relationship that connect them simultaneously to two or more nation-states (1992: 7)

Os espaços conectados por actividades transnacionais são mais que a soma de cada um deles. De acordo com a posição de Glick Schiller *et al*., (1992):

> deterritorialized social spaces emerge above and beyond the individual and concrete territorial space. These spaces are enforcing the building of transnational communities, whose activities are crossing the regulation of nation states, being only functionally comparable to transnational corporations

Os movimentos das comunidades transnacionais estão desempenhando uma (nova) forma de globalização: uma globalização de base (Vertovec, 1999b, Faist 1999). De facto, a noção de transnacionalismo contém em si mesma a ideia de globalização, de abertura de um espaço, anteriormente delimitado por fronteiras políticas, que, num período de poucas décadas, foram ultrapassadas por novas lógicas ditas contra-hegemónicas, com origem na sociedade e não nos Estados e que tornaram o mundo maior do que antes e mais aberto ainda que não mais livre.

1.8. Transnacionalismo e Globalização

Estas lógicas, que podemos considerar contra-hegemónicas, desterritorializaram as nações, ou melhor, reterritorializaram as nações num espaço agora global, pondo fim ao sistema-mundo (Wallerstein, 1974) que transformaram num conjunto complexo de múltiplos espaços sociais transnacionais (Pries, 1999, 2001), espaços políticos transnacionais, espaços económicos transnacionais ou espaços culturais transnacionais[97]. Como afirma Steve Vertovec (1999):

> *transnationalism* broadly refers to multiple ties and interactions linking people or institutions across the borders of nation-states. Transnationalism (as long-distance networks) certainly preceded 'the nation.' Yet today these systems of ties, interactions, exchange and mobility function intensively and in real time while being spread throughout the world. New technologies, especially involving telecommunications, serve to connect such networks with increasing speed and efficiency. Transnationalism describes a condition in which, despite great distances and notwithstanding the presence of international borders (and all the laws, regulations and national

97. Neste sentido, pensamos a ideia de globalização, à semelhança do que defendeu Thomas Khun como sendo uma mudança paradigmática ou uma revolução científico-social (Kuhn, 1962) ou, como afirma Stephen Castles "uma mudança básica no modo através do qual os cientistas sociais entendem e estudam fenómenos sociais" (Castles, 2000: 21).

> narratives they represent), certain kinds of relationships have been globally intensified and now take place paradoxically in a planet-spanning yet common – however virtual – arena of activity (Vertovec, 1999).

Nesta lógica, os migrantes foram certamente actores principais. Ao assumirem múltiplos papéis para além de meros factores de produção enquanto trabalhadores, os imigrantes tornaram-se simultaneamente actores sociais e políticos, interagindo com (e nos) espaços em que se inserem modificando-os. Deste modo, a sua influência nas sociedades (de origem, de destino, em ambas ou ainda em sociedades terceiras) em que partilham as suas vidas fez-se sentir através de uma intervenção em múltiplas esferas: social, económica, cultural ou política. O discurso de um dos organizadores do II Congresso dos quadros cabo-verdianos na diáspora realizado em 1998, o Dr. Lucas da Cruz, é disso um exemplo:

> A nossa diáspora tem perfeita consciência da importância histórica que a emigração teve e continua a ter para o desenvolvimento de Cabo Verde. A nossa diáspora não desconhece, no plano político, o papel que desempenhou a favor da independência e da democracia em Cabo Verde. A nossa diáspora não desconhece, no plano económico, que toda a história do nosso país nesses últimos dois séculos revela a importância quase que determinante dos emigrantes para a economia de Cabo Verde, seja ela traduzida nos efeitos sobre a balança de pagamentos através da remessa das divisas, seja ela no plano da descompressão dos efeitos que seriam catastróficos de um crescimento demográfico descontrolado, seja ela no plano das mais valias profissionais que aqueles que retornam vêm acrescentar ao país. Não ignoram, no plano cultural e isso, quer falemos de música, literatura ou das artes que a nossa diáspora está ciente das claras influências nalguns e, nalguns casos inovadoras que trouxeram à cultura Cabo-Verdiana. E tem a consciência de que muitos se transformaram com o seu valor e internacionalmente foram reconhecidos como uma espécie de verdadeiros e autênticos embaixadores de Cabo Verde. No plano social e, onde, sem violência, conflitos sociais ou culturais os emigrantes funcionaram como estabilizadores sociais, quer pela cultura de tolerância e de convivência democrática que trouxeram dos países de destino, quer pelos valores de trabalho, de competência ou de rigor que desses países os acompanharam à terra mãe (Lucas da Cruz *in* II Congresso dos quadros cabo-verdianos na diáspora).

1.8.1. Nacionalismo, Transnacionalismo e Espaço Transnacional

Tanto histórica como contemporaneamente para, por exemplo, para sociólogos como Giddens (1996), as sociedades modernas caracterizam-se por terem por base um Estado-Nação ao qual estão ligadas. O aparecimento de comunidades que têm por base uma desterritorialização da nação vai necessariamente fazer erodir o próprio conceito de Estado-Nação, modificando-o. O transnacionalismo aparece assim como um novo tipo de nacionalismo. Um novo tipo de nacionalismo que é, contudo, diferente do nacionalismo da diáspora. O nacionalismo da diáspora pôde transformar-se num movimento de "reterritorialização" e de Estado (e.g. o papel dos emigrantes cabo-verdianos na luta pela independência de Cabo Verde). O nacionalismo transnacional, por seu turno, ganha forma apenas depois do nacionalismo e/ou do Estado-Nação se terem já concretizado. A visão de Raymond Almeida que reproduzimos no extracto de texto que se segue, pode ajudar-nos a compreender esta lógica:

> Há muito mais cabo-verdianos residentes fora das ilhas do que os que ali vivem. Desde a independência, tem havido um reconhecimento crescente do Governo de Cabo Verde da importância do papel que estes emigrantes desempenham na vida cultural e económica da nação. A lei cabo-verdiana reconhece oficialmente o estatuto dos emigrantes residentes nas comunidades por todo o mundo, referindo-se a eles como a "comunidade internacional" de cabo-verdianos que complementa a "população residente" nas ilhas. O Governo inclui um Secretário de Estado da Emigração e os ministérios da Cultura e da Educação organizam regularmente simpósios sobre a estandardização do Kriolu e outros assuntos de interesse para os emigrantes. O Banco de Cabo Verde tem acompanhado as remessas de emigrantes das maiores comunidades cabo-verdianas e, com a Assembleia Nacional, criou políticas de estímulo às remessas e aos investimentos de longo prazo. Tanto o Governo como o banco nacional definem um cabo-verdiano como sendo alguém nascido nas ilhas ou tendo um progenitor ou avô ali nascido. Desde 1991, as comunidades de emigrantes votam para as eleições nacionais de Cabo Verde e têm assento na Assembleia Nacional. Os comentários do antigo Presidente, Aristides Pereira, reproduzidos na imprensa cabo-verdiana após a sua primeira visita aos Estados Unidos em 1983, reflectem o seu entendimento da natureza transnacional do seu povo: «... Esta visita deixou-me imensamente impressionado, em particular, de ver uma comunidade que não só é grande como também muito velha... um povo que se sente sentimentalmente ligado a Cabo Verde e que trans-

> mite religiosamente todos os nossos hábitos culturais aos seus filhos de geração em geração, de família em família... Devemos dar atenção a este fenómeno. Durante a visita, tivemos oportunidade de ver que já há um número de cabo-verdianos integrados na vida política e administrativa e que têm alguma influência... Esta comunidade é pequena mas bem vista porque os nossos concidadãos sempre se mostraram trabalhadores e cidadãos sérios.» (Vozdipovo, 1983:2-3) (in Raymond Almeida http://www.umassd.edu/SpecialPrograms/caboverde).

Neste sentido, o nacionalismo transnacional surge como uma espécie de comunitarismo mundial que recria e estimula as características principais do nacionalismo mas fora das fronteiras. Esse nacionalismo transnacional do Estado pode assumir formas de estímulo tão diversas como: alteração de leis de nacionalidade para acolher descendentes de cidadãos nacionais que residam no exterior; fomento do envio de remessas financeiras; abertura de embaixadas, consulados ou outros serviços em países ou regiões de fixação de emigrantes; implementação de carreiras aéreas ou de rotas marítimas entre regiões de fixação de emigrantes e o país de origem (Foner, 2001; Basch *et al*., 1992).

Também o transnacionalismo cabo-verdiano pode ser visto como um novo tipo de nacionalismo, substancialmente diferente do nacionalismo existente na diáspora caboverdiana (mas de certa forma emergindo deste). O nacionalismo da diáspora originou (nos anos 60 e 70) um movimento de (re)territorialização e de criação de um Estado independente neste território, que conduziu à independência do país em 1975. O nacionalismo transnacional só se forma quando o nacionalismo cabo-verdiano e o Estado-Nação cabo-verdiano estão já consolidados (década de 90) e surge como uma extensão deslocalizada (translocalizada) deste Estado noutros territórios e leva ao aparecimento de uma nação "desterritorializada". Neste sentido, o nacionalismo transnacional cabo-verdiano leva à formação de uma espécie de comunidade (nação) cabo-verdiana geograficamente dispersa que partilha um conjunto de características com os cabo-verdianos que pertencem (ou que se inserem) no Estado-Nação cabo-verdiano mas que já não dependem dele (economicamente, socialmente, institucionalmente, juridicamente, culturalmente ou politicamente) para sobreviverem. O discurso do Presidente da República de Cabo Verde no último Congresso de Quadros Cabo-Verdianos na Diáspora constitui disso um exemplo excepcionalmente impressivo. A ideia da comunidade transnacional cabo-verdiana surge imbricada na própria ideia de nação caboverdiana numa mudança conceptual da própria ideia de nação (aqui transnacional) integrando a totalidade do arquipélago migratório (Malheiros, 2001) (cf. caixa 2.6).

Caixa 2.5

Os Cabo-verdianos na América: da emigração para a e-migração *(Por Filinto Silva)*

Muitas são as histórias da emigração cabo-verdiana e perdem-se no tempo as diversas sagas que fazem do povo de Cabo Verde uma entidade sui generis enquanto diáspora. Não faltam explicações –desde a insalubridade à insularidade, passando obviamente pela mestiçagem cosmológica– definidoras do perfil acima referido. Todavia, prevalece o mistério a ligação umbilical com que a gente das ilhas se reserva como nação. Em verdade, Cabo Verde é uma nação constituída do arquipélago matricial e de uma miríade de comunidades espalhadas pelo vasto mundo. O fenómeno migratório faz parte da génese crioula que, já no povoamento, na sequência da Descoberta em 1460 pelos navegadores portugueses, converge povos de matizes e culturas diferentes. A "aventura crioula" começa pois muito cedo quando o "filho da terra", tirando partido da posição geoestratégica das ilhas, lança-se à revelia junto à Costa da Guiné (actual Africa Ocidental) para comercializar escravos e produtos agro-pecuários, a par dos europeus –estes detentores entretanto da economia-mundo. Os primeiros emigrantes cabo-verdianos começam a ser, a rigor, os "lançados" e isto remonta ao século XVI! Outro grande surto migratório digno de nota prende-se à pesca da baleia no Atlântico durante o século XIX. Os navios baleeiros americanos iniciam um recrutamento massivo dos cabo-verdianos (dos arpoeiros aos marinheiros, passando por operários da indústria piscatória) e marcam desse tempo o fluxo cabo-verdiano pelas terras americanas, talvez a primeira emigração africana voluntária aos Estados Unidos. A comunidade cabo-verdiana forja-se de então em plena era industrial americana, participando nos portos piscatórios de New Bedford e Onset, nos campos de agricultura em Cap Cod, nas fábricas em Boston, Lowell, Providence e Bridgeport e instalando no mosaico da Nova Inglaterra o modus vivendis uma identidade crioula própria com os seus princípios e interesses distintos dos demais. Presentemente, a comunidade cabo-verdiana nos Estados Unidos totaliza (numa avaliação desencontrada) os 450 mil a 500 mil pessoas, repartidas pelos estados de Massachusetts, Rhode Island, Connecticut, New York, California e Florida, basicamente. Importa referir que a diáspora cabo-verdiana hoje em dia ultrapassa a população residente no arquipélago matricial (Ilhas de Cabo Verde) que conta com cerca de 420 mil habitantes. Dos emigrantes, além da América, incluem-se mais 100 mil em Portugal, 50 mil em França, 40 mil em Angola, 30 mil na Holanda, 25 mil no Senegal, 20 mil em S.Tomé e outros 50 mil espalhados por Argentina, Brasil, Itália, Guiné-Bissau, Luxemburgo, Moçambique, Espanha e noutras paragens. Um aspecto antropossocial ressalta na análise mais cuidada da diáspora cabo-verdiana: o consenso instalado de emigração estratégica para a estabilidade e o desenvolvimento de Cabo Verde. Este consenso decorre de factores diversos, mas acreditamos que advenha da necessidade de garantir o "espaço matricial vital" para o regresso utópico à Mãe Pátria. Assim, e em termos práticos, a emigração contribui com mais de um terço do Produto Interno Bruto, garantindo a estabilidade da reserva de divisas estrangeiras e a funcionalidade sócio familiar em Cabo Verde. Fala-se da cooperação inter comunitária em rede no espaço da diáspora cabo-verdiana, tendo como fulcro as Ilhas de Cabo Verde. Fala-se também da cooperação intra nacional, na qual o Estado de Cabo Verde teria o papel de motivar, em seu próprio benefício, a simbiose das aproximações comunitárias e o incremento do investimento económico mais criterioso no âmbito dos desafios do desenvolvimento de Cabo Verde –citamos Privatizações, Turismo, Pesca e Serviços. Aliás, as novas tecnologias e a dinâmica do mundo global, trazem às comunidades cabo-verdianas espalhadas pelo mundo o desafio de passar da emigração para a e-migração. Nos Estados Unidos, a vasta comunidade cabo-verdiana começa a se aperceber de tais desafios e um pouco por toda a parte vê-mo-la a se reorganizar e a se reinventar. Os operários braçais se especializam, os empregados se tornam empresários e os outrora "some kind of funny puertoricans" reclamam participação cidadã activa, tanto em relação a Cabo Verde como em relação à América. Aliás, a liderança comunitária cabo-verdiana insistiu no Census 2000 na identificação activa e consequente da etnicidade cabo-verdiana. Pois não basta ter associações, lojas e escritórios em Boston, Brockton, Pawtucket ou Providence. Importa ter o peso de cidadania plena! E importa sobretudo conservar – e potenciar sempre que possível a caboverdianidade. Enfim, histórias entre as muitas da emigração cabo-verdiana! Fonte: http://www.caboverdeonline.com/contents/Port/2002/G/07/imigra.asp

Transnacionalismo, mais do que um conceito, significa estar e viver entre dois ou mais países. Viver esta fragmentação representa para o migrante ter um sentimento ambíguo em relação à terra natal e à ideia de imigração fazendo com que esta última nunca se efective por completo. As migrações internacionais recentes têm-nos instigado a repensar as categorias através das quais as migrações e os imigrantes têm sido analisados, demonstrando que os processos contemporâneos de atravessar fronteiras (por vezes fisicamente inexistentes, como no interior da União Europeia) devem contemplar múltiplos aspectos desse movimento. No caso da imigração de cabo-verdianos para e na Europa, estas reflexões são importantes para não corrermos o risco de limitar os imigrantes em categorias que não contemplam o facto de serem pessoas que se movem, que têm projectos, desejos de ir, voltar, reemigrar ou de permanecer e reconstruir as suas vidas atravessando estas múltiplas fronteiras geográficas, sociais, económicas, culturais ou políticas. Os nossos estudos de caso permitem-nos visualizar esta realidade.

Caixa 2.6

Mensagem de Sua Excelência Senhor Presidente da República, Pedro Pires, ao III Congresso dos Quadros Cabo-Verdianos da Diáspora, Praia, 3 a 6 de Abril 2002

Senhoras e Senhores, Nesta alvorada do século XXI, neste tempo novo que se vai desabrochando ante os nossos olhos, a Nação caboverdiana tem de encarar de frente a sua natureza diasporizada e assumir a dispersão pelos quatro cantos do mundo como sua verdadeira arquitectura. É um dado que não se pode doravante ignorar. E mais: uma realidade que, pelas suas virtualidades, se impõe aprofundar. É por esta razão que nos encontramos aqui. Chegou a hora de ambicionarmos fazer das ilhas daqui, abrigo de partida, e das muitas outras ilhas ao largo, cais de chegada, a que habitualmente chamamos de comunidades emigradas, um autêntico arquipélago global. Cumprir a Nação é, hoje, aceitar o desafio de fazer dessa dispersão formidável, que a história nos legou e que a dureza da nossa geografia nos impôs, uma comunidade auto-consciente, diferenciada, interactiva e solidária. São os ditames da nossa inserção bem sucedida no mundo, neste tempo novo da globalização, que assim reclamam. Seja-me permitido, senhoras e senhores, ver neste congresso, que agora começa, um passo consequente em direcção a esta bela e mobilizadora utopia. Gostaria, por isso, de felicitar a organização dos quadros da diáspora por mais este congresso que, certamente, se saldará, como os anteriores, por um inegável êxito. Desta tribuna dirijo mantenhas muito calorosas aos congressistas; dentre eles, com particular carinho, àqueles que vieram de longe, interrompendo as suas rotinas, deixando momentaneamente as suas famílias, a fim de tomarem parte neste fórum. Um acto, creio eu, prenhe de significado. Estarem aqui confirma, no meu entendimento, o comprometimento com a causa da consolidação da Nação cabo-verdiana. Ideário que, aliás, a todos tem animado, independentemente do lugar onde residem e trabalham, indiferentemente da nacionalidade do passaporte de que são portadores e sem levar em conta a língua e a cultura com as quais quotidianamente convivem. Quer isto dizer, estimadas amigas e amigos, que as distâncias não nos separam, pelo contrário, representam razões redobradas da nossa união. Aos quadros daqui nas ilhas, no arquipélago mãe, endereço saudações igualmente calorosas. Foi notória a forma como se comprometeram com a causa da preparação deste congresso. A adesão e a participação, que demonstraram nas sessões de sensibilização, indicam o quanto a

realidade da diáspora cabo-verdiana lhes é próxima. Significa isso que Cabo Verde e sua diáspora não constituem mundos separados: não somos universos que se ignoram e nem constituímos mantas de retalho. Mau grado a diversidade dos quadros de vida que a Nação cabo-verdiana comporta no seu seio, ela guarda um sentido superior de identidade partilhada. Foi, de resto, isso que animou a criação deste Congresso e que, estou certo, dinamizará um movimento progressivo de aproximação de todas as comunidades cabo-verdianas espalhadas pelo mundo. O sentido de identidade compensará as distâncias. Os emigrantes representam uma imensa reserva de patriotismo e de solidariedade que, em vários momentos, permitiram à sociedade cabo-verdiana ganhos históricos assinaláveis. Fomes e espectros de miséria foram muitas vezes debelados com pronta ajuda deles; muitos meninos das ilhas de cá foram, e continuam a ir, à escola pelo concurso dos nossos irmãos da diáspora; mas, no meu entender, o maior contributo daqueles que partiram foi o facto de terem inscrito na sociedade cabo-verdiana um horizonte para lá do estado imediato do nosso modo de vida: o inconformismo. Enfim, a ambição de mais e melhor para a terra. Trabalhando lá fora, em condições tantas vezes penosas, em estaleiros de cidades longínquas, foi sendo por remessas de dinheiro, de novidades e de atitudes, que vêm, também, concorrendo para mudar Cabo Verde, despertando-lhe uma maior ambição de futuro. Cabe-nos traduzir essa heroicidade e audácia em recursos de desenvolvimento. Se os emigrantes estão prontos a gastar as suas poupanças em Cabo Verde, hoje, mais do que nunca, urge que o façam de um modo produtivo, ou melhor, reprodutivo. Que invistam em sectores susceptíveis de gerar dinâmicas de crescimento. Esperamos, igualmente, que sejam veículo de saberes e tecnologias que aprenderam a dominar lá fora; que contribuam para mudar as atitudes face ao trabalho; que sejam, pelo seu espírito empreendedor, fonte de renovação da sociedade cabo-verdiana. Ousaria, a partir desta tribuna, lançar a ideia da construção de um memorial ao emigrante anónimo que, um dia, do cais das ilhas, partiu, perseguindo um sonho, de um outro destino para si próprio, para a sua família e para o seu torrão natal. Apesar da sua forte identidade, a Nação cabo-verdiana, perspectivada na sua real dimensão, constitui ainda, impõe-se reconhecê-lo, um espaço pouco estruturado. Por isso, nem sempre ela tem conseguido traduzir os seus anseios em iniciativas e estas em programas de acção. Tem sido assim. Porém, estejamos certos duma coisa: não haverá caminho para nós se não soubermos traduzir a nossa identidade, o sentimento de pertença à entidade cabo-verdiana, em projectos de futuro e estes em iniciativas de acção, implementadas por organizações que sejam instrumentos operatórios capazes de converter tais projectos em realidades. Devemos, aliás, estar conscientes de que, neste início do século XXI, o domínio do know-how organizativo; constitui, em qualquer projecto colectivo, a condição de sucesso.

Consintam-me, por isso, senhoras e senhores, elevar o vosso congresso à condição de exemplo a seguir, desejando que, a partir dele, e depois desta edição na Praia, se multiplique por muitos outros. Nesta linha de pensamento, gostaria de perguntar: por que não criar, inspirados nesta experiência, um espaço que reúna, no mesmo fórum, empresários cabo-verdianos de todas as comunidades? Da mesma forma, julgo fazer sentido uma organização semelhante a esta, que ponha em contacto cientistas cabo-verdianos provenientes de instituições universitárias e de investigação de diversos países. Podemos estender este raciocínio a mais campos de actividade. É certo que a nossa música tem beneficiado da dialéctica entre comunidades e que esta inter estimulação a tem potenciado. Contudo, muito mais ainda poderá esperar-se dela, se construirmos um fórum inter comunitário que promova a cooperação entre músicos cabo-verdianos dos quatro cantos do mundo. Estas evocações não pretendem ser exaustivas, mas tão-somente ilustrativas do potencial que a nação diasporizada comporta em matéria de sinergias e organizações. Mas, tamanha ambição exige determinação, empenho e uma visão partilhada de futuro. Estamos neste momento perante uma encruzilhada da história: ou nós continuamos a ser e a pensar a nossa condição como sendo dispersa e fragmentada, unidos apenas pelo sentimento da identidade de origem, ou, então, teremos a ousadia e lucidez de, lançando pontes entre comunidades, encurtando distâncias, erguendo instituições inter comunitárias, como esta, construir uma Nação una, dotada de um projecto

global e integrador, potenciada pela dispersão e nunca enfraquecida por ela. Encontramo-nos, pois, perante o enorme desafio da recomposição do mundo cabo-verdiano. Esta encruzilhada é tanto mais crucial se encararmos a emergência das segundas gerações. Digo isso pela simples razão de que, se na primeira geração, ou seja, se entre os emigrantes o sentimento de saudade, as recordações de infância e o percurso de vida sustentam fortes laços de ligação à terra e às outras comunidades, na segunda geração, entre cabo-verdiano-descendentes, porém, só um projecto consistente, aglutinador e portador de soluções para problemas concretos que enfrentam, é passível de suscitar adesão. Deve-se propor aos cabo-verdiano-descendentes, dentre eles os pertencentes às segundas gerações, a Nação cabo-verdiana global como espaço de identificação, de pertença e de integração afectiva e efectiva. Contudo, é preciso sempre prevenir que tal desiderato não deve jamais traduzir-se numa correlativa desinserção e exclusão dos cidadãos de ascendência cabo-verdiana das sociedades onde nasceram e cresceram. Antes, pelo contrário, é imperativo que interiorizem a necessidade de uma dupla integração, não apenas no sentido jurídico, como também no cultural e no sociológico. Porque, deste modo, enriquecem ambas as sociedades e podem, amiúde, representar o estimulante papel de elo de ligação inter cultural e fazer disso o seu modo de estar. Impõe-se-nos o dever de realismo reconhecer que uma parte significativa das segundas gerações constitui interfaces problemáticas. Em vez da desejada dupla integração, encontramos, num número não desprezível de casos, a realidade penosa da dupla exclusão. Deficientemente socializados nos valores da cultura cabo-verdiana, valores esses quantas vezes rejeitados de modo a evitar os riscos de uma estigmatização, muitos cabo-verdiano-descendentes têm fracassado igualmente nos seus anseios e projectos de integração na sociedade de acolhimento, ficando à porta da habitação legalizada, do sucesso escolar, do domínio da língua. Neste aspecto, constatamos que faixas desta segunda geração encontram-se numa espécie de terra de ninguém sendo obrigada a refazer a sua identidade na rua - um quadro dramático. Preocupante, no entanto, constitui inconsequente, colorindo-a de um heroísmo cinematográfico. Com isso só se reforça a realidade de exclusão. O problema de uma parte significativa das segundas gerações e é preciso reconhecê-lo, provém, também, de políticas públicas que inibem a sua integração. Refiro-me, por exemplo, a leis restritivas relativamente à atribuição de nacionalidade nos países de acolhimento que criam, à partida, desigualdades entre crianças. Reporto-me, também, às políticas educativas que não contemplam especificidades culturais dos filhos de emigrantes engendrando desigualdades de oportunidade face ao sucesso escolar. Realidade tanto mais estranha quando verificamos que tais políticas são praticadas em países de tradição democrático-liberal. O futuro da segunda geração deve constituir, e é justo reconhecer que caminhamos nesta direcção, preocupação de nós todos, das associações de emigrantes, das organizações inter comunitárias, como esta, das elites empresariais e intelectuais nos países de acolhimento e igualmente do Estado de Cabo Verde. Há também uma segunda geração bem sucedida. Que teve êxito nos esforços de integração e de ascensão social. A sua experiência pode ser um capital precioso para a nossa Nação. Contudo, há que salientar que o Projecto Cabo Verde que temos vindo a delinear requer a participação de todos sem exclusão. Importa dizer que a nossa concepção de Nação, que assume plenamente a sua condição de dispersão, traz consigo um desafio estimulante que é o de repensar o Estado, no seu desenho e nas suas funções. A dispersão da Nação incita o Estado a inventar mecanismos de intervenção e de influência para além do círculo restrito do seu território. Estou certo de que, ao se lançarem na organização deste congresso, corporizaram um anseio da nossa Nação. Foram pioneiros, mas também, despoletadores de iniciativas que têm como desígnio a construção do arquipélago global que nos une a todos por laços de solidariedade, de cultura e de destino. Termino, augurando-vos os maiores sucessos. Que este congresso decorra num clima de morabeza e de convivialidade! Muito obrigado.

1.9. Espaço Social Transnacional e Comunidades transnacionais: o mundo cabo-verdiano

De acordo com a perspectiva transnacional, a análise dos processos sociais que decorrem da interacção de grupos específicos de migrantes (e.g. cabo-verdianos), da utilização dos seus capitais em rede, com (ou em) diferentes Estado-Nação (país de origem e diferentes países de destino) permite-nos visualizar a emergência de um novo espaço social, *um espaço social transnacional* (Pries, 1999; 2001), onde se vislumbra o aparecimento de uma espécie de Estado-Nação desterritorializado, no qual as pessoas da nação podem morar em qualquer lugar no mundo e, no entanto, ainda não vivem fora do Estado (Basch *et al*, 1994: 269). Na prática, estas comunidades desterritorializam a nação, afastando-a fisicamente do Estado nação a que pertencem sem contudo se desvincularem socialmente deste. Ao fazê-lo, criam uma nova forma de organização sócio-espacial que complementa, alarga e, em muitos casos, supera o Estado-Nação. Thomas Faist (1999b):

> Transnational social spaces are combinations of ties, positions in networks and organizations, and networks of organizations that reach across the borders of multiple states. These spaces denote dynamic social processes, not static notions of ties and positions. Cultural, political and economic processes in transnational social spaces involve the accumulation, use and effects of various sorts of capital, their volume and convertibility: economic capital, human capital (such as educational credentials, skills and know-how) and social capital, mainly resources inherent in or transmitted through social and symbolic ties. The reality of transnational social spaces indicates, first, that migration and re-migration may not be definite, irrevocable and irreversible decisions - transnational lives in themselves may become a strategy of survival and betterment. Also, transnational webs include relatively immobile persons and collectives. Second, even those migrants and refugees who have settled for a considerable time outside the original country of origin, frequently entertain strong transnational links. Third, these links can be of a more informal nature, such as intra-household or family ties, or they can be institutionalized, such as political parties entertaining branches in various countries of immigration and emigration (Faist, 1999b: 5).

Jorge Malheiros afirma que o elemento mais inovador das comunidades transnacionais se prende com o modo de organização espacial que lhe está associado, isto é, a rede sistémica que une lugares situados em diferentes pa-

íses e a importância de circulação nessa rede (2001: 75). Em nosso entender, aplicando uma visão sociológica ao invés de uma perspectiva marcadamente geográfica, o elemento verdadeiramente inovador está, não no modo de organização espacial, mas no aproveitamento social que é potenciado por essa organização, isto é, o potencial existente em ligar em rede diferentes realidades dispersas por diferentes países através de indivíduos pertencentes a uma mesma nação ou comunidade. Esquematicamente podemos, de facto, definir esta nova realidade como uma forma de organização espacial em rede [os *arquipélagos migratórios*] que se opõe às formas de organização espacial de carácter extensivo [o *Estado-Nação*] (Malheiros, 2001: 76) mas, conceptualmente, teremos de definir esta (nova) forma de organização social como uma comunidade transnacional que interage entre si num *espaço social transnacional* que é em si desconcertantemente global mas que não é (ainda) socialmente contínuo. O aparecimento de um *espaço social transnacional,* no qual decorrem múltiplas e complexas relações entre actores sociais é, simultaneamente, produto e produtor de uma globalização, conceptualizada aqui como uma intrincada expansão de espaços sociais locais ou translocais, ou de espaços de relações entre actores sociais anteriormente localizados. Neste espaço social transnacional, as redes ou os fluxos de diferentes tipos [migratórios mas não só] funcionam como uma institucionalização de práticas antigas, tornadas visíveis por esta nova metáfora conceptual (Santos, 2001: 64). As redes migratórias de estrutura arquipelar formando comunidades transnacionais tal como foram desenvolvidas, por exemplo, pelos cabo-verdianos (Malheiros, 2001), são, pensamos nós, um exemplo de um (novo) tipo de processo de globalização expandindo e alargando o conceito de localismo globalizado tal como foi descrito por Santos (2001). Na verdade, representam uma estruturação sistemática das vantagens pré-existentes das redes migratórias, ou mesmo (ou até simultaneamente) de diásporas pré-existentes, ligando, em rede, os capitais sociais individuais, de um modo formal ou informal. São, por isso uma adaptação a partir da base (portanto, contra-hegemónica) ao processo de globalização. Por isso, como afirma Alejandro Portes, (1999: 143), as comunidades transnacionais não emergem em oposição ao capitalismo global mas, ao invés, elas ganham visibilidade com a emergência desse processo. Neste sentido, a emergência de comunidades transnacionais não seria nova, mas antes o resultado de uma reacção das bases das comunidades ao processo de globalização[98]. Afirmam Cordero-Guzmán, *et al.*:

98. Para alguns autores que advogam a perspectiva do transnacionalismo, este é um novo fenómeno, sobretudo porque ocorre num contexto em que as principais estruturas de organização politica, social e económica dos estados foi ultrapassada por uma dinâmica de um capitalismo global que deu origem a um novo (trans)nacionalismo (Basch *et al*, 1994; Glick Schiller *et al*., 1992; Massey *et al*, 1997).

> transnational life among migrants is not new but has been significantly changed in its pace and potential impact by the possibilities for collapsing time and space and creating simultaneity raised by current technology and other factors, such as the U.S. encouragement of ethnic identity (2001: 20)[99].

O discurso do Presidente da República de Cabo Verde anteriormente citado é o melhor exemplo da assunção política desta realidade. Mas existem muitos outros exemplos. A Internet pode ser um dos melhores indicadores de que existe algo de novo nesta construção identitária. Os múltiplos sites dedicados a Cabo Verde e os diferentes *chat-rooms* que neles estão alojados permitem compreender esta realidade. Nestes locais pode-se discutir a política interna de Cabo Verde, pode-se tomar posição a favor de um ou de outro partido político, pode-se contactar a família na diáspora ou pode-se fazer tudo isto e ainda influenciar o modo de escrever a língua (até há pouco apenas oral) que é o crioulo cabo-verdiano.

1.9.1. Comunidades transnacionais e rede migratória

Uma ideia estruturante para todos os citados autores que teorizam o transnacionalismo, os espaços transnacionais ou as comunidades transnacionais, advém do facto de não poderem existir comunidades transnacionais sustentadas sem a existência de uma densa rede (migratória ou outra) que as alimentem e suportem (Blasch *et al.*, 1992; Hannerz 1996; Smith e Guarnizo, 1998; Portes, 1997b; Portes *et al.*, 1999; Vertovec, 1999b). Esta rede é entendida, no sentido que lhe atribui Manuel Castells, (1996) quando afirma que as partes que compõem a rede - conectadas por nódulos e centros - são simultaneamente autónomas e dependentes do seu sistema complexo de relações. Para Castells, são as novas tecnologias as responsáveis por este incremento da importância das redes transnacionais. Já para outros autores (Cohen 1997, Van Hear 1998), é sobretudo o papel desempenhado pelas comunidades de migrantes e/ou por comunidades étnicas na diáspora, que constitui o elemento distintivo ou *'the exemplary communities of the transnational moment'* como lhes chamou Kachig Tölölyan, (1991: 5, citado por

99. Esta lógica está no caso dos cabo-verdianos-americanos perfeitamente enquadrada. Veja-se o caso das páginas Web de cabo-verdianos criadas nos EUA e do seu enquadramento sociológico enquanto aceleradores da emergência de uma consciência de transnacionalismo. Neste caso não foi o tipo de migrações que mudou (como mostrámos no capítulo anterior) mas apenas a consciência das características e semelhanças destas migrações individuais com outras semelhantes. Este facto fez emergir a transnacionalização do capital social potenciando o aparecimento ou a consciência de pertença a comunidades transnacionais.

Vertovec 1999)[100]. Também no já citado estudo da Embaixada de Cabo Verde sobre a comunidade cabo-verdiana em Portugal, se afirma:

> do ponto de vista [meramente] geográfico, as comunidades transnacionais de migrantes configuram uma lógica de organização territorial particular que conjuga o nível local (nós - lugares de destino) com o nível internacional, onde se estabelece a rede de fluxos (humanos, de capital, de informação, de bens) que envolve os [diversos] locais de destino [entre si ou com] o território de origem (Gomes, 1999: 19).

Jorge Malheiros, em trabalho recente, vai mais longe e caracteriza as comunidades transnacionais com base num conjunto de 4 critérios cumulativos (2001: 73): (a) a existência de um *movimento de vai-e-vem regular* ou de circulação frequente entre locais situados no país de origem e/ou em diversos países de destino associada a uma troca de informações regular[101]; (b) a existência de uma *cultura migratória activa*, um saber circular, isto é, um domínio dos mecanismos formais e informais que permitem a existência de uma circulação migratória com riscos reduzidos. O aproveitamento dos diferentes nós da disporá migratória ou das diferentes linhas da rede migratória e a manutenção activa destes é igualmente importante; (c) a existência de um *envolvimento societal duplo ou múltiplo*, isto é, o desenvolvimento e manutenção de formas de participação em processos sociais, económicos, políticos, cívicos e culturais, tanto no local de origem (ou local de origem ancestral) como no de destino; (d) a existência de uma *consciência de pertença* (colectiva) a *uma diáspora*, ou seja, a consciência da pertença a um grupo disperso por diversos locais do mundo que partilha uma mesma memória étnico-cultural colectiva e que mantém laços, reais ou simbólicos, com o seu território de origem (ou local de origem ancestral).

Também para Alejandro Portes, as comunidades transnacionais contemporâneas são densas redes sociais criadas por imigrantes, que se movem através das fronteiras políticas, numa busca de recompensas económicas e sociais (Portes, 1997: 812-813). No caso dos cabo-verdianos, esta "rede" foi quotidiana e historicamente tecida em torno de um conjunto de ele-

100. Tololyan, Kachig (1991) "The nation-state and its others: in lieu of a preface", Diaspora, vol. 1, pp. 3-7.

101. Jorge Malheiros defende que este movimento de circulação deve ser regular (pelo menos em anos alternados) e a troca de informações deva ser regular (pelo menos semanal) parâmetros que nos parecem exagerados. É a existência do movimento ou da troca de informações que devem ser valorizados e não tanto a sua periodicidade.

mentos estruturantes que têm como base inicial os laços de parentesco (kinship) mas que vão muito para além deste núcleo (Dicker, 1968). Veja-se um recente exemplo retirado da imprensa cabo-verdiana:

> André Tavares, nasceu há 20 anos, em São Lourenço dos Órgãos. O pai e três irmãos mais velhos estão em Portugal e querem que ele se lhes junte, por qualquer preço. Até porque, o filho de um compadre e vizinho, da mesma idade do Tavares, obteve, em Novembro passado um visto e já voou para Portugal. 8...) A estória de Tavares é parecida com a de vários Josés, Marias e Pedros deste arquipélago da costa ocidental africana, que almejam encontrar uma vida melhor no estrangeiro. A recente notícia de que Portugal, o país europeu mais procurado pelos cabo-verdianos, deverá recrutar, em 2002, uns 27 mil emigrantes para ocuparem postos de trabalho na construção civil e serviços de limpeza, voltou a alimentar o sonho para a emigração. Talvez, por isso mesmo, as filas tendem a aumentar defronte à Embaixada de Portugal, na Praia. (...) Obter um visto, é um exercício difícil e o número daqueles que conseguem o almejado documento é bastante inferior aos candidatos. São vários os tipos de visto procurados naquele consulado, destacando-se o visto de curta duração, que dá direito a uma estadia máxima de três meses mas que muitos aproveitam para permanecer em Portugal, e de residência, no quadro do reagrupamento familiar (in Visãoonline.com 5 de Março 2002).

O compadrio, por via dos compadres e das comadres, é um elemento essencial na formação da rede migratória, onde pontuam ainda, nomeadamente: a identificação com o país de origem (*homeland*); as relações de proximidade na origem (a povoação de origem, a ilha, Cabo Verde); as relações de proximidade/vizinhança nas sociedades de acolhimento (os bairros, as cidades, o país); a proximidade cultural (a música; a língua); a importância do uso num primeiro nível do crioulo e, num segundo nível do português; a religião (redes tecidas em torno da igreja Católica ou de igrejas protestantes), etc..

1.9.2. A segunda geração e as comunidades transnacionais

É óbvio que as redes que se formam em torno destes elementos são redes dinâmicas e não são constantes no Tempo e no Espaço. Antes, necessitam de ser alimentadas por novos migrantes (ver caixa 2.8) que, por seu turno, necessitam desta rede social de apoio para migrar. Por exemplo, no caso das migrações cabo-verdianas, entre uma primeira geração em que a povoação

ou a ilha de origem assumem uma importância essencial[102], e a segunda ou terceira geração, em que a família, a língua ou a "etnicidade" constituem as principais bases para a formação da "rede", existem evidentes diferenças. Esta é aliás, uma das principais interrogações levantadas pela conceptualização de comunidades transnacionais. O facto de não estarem estudados os impactos e/ou a participação das segundas e terceiras gerações no seio de comunidades transnacionais, implica que não se possa falar ainda da emergência de um novo tipo de fenómeno migratório que possa ser sustentado temporalmente. Como afirmam Cordero-Guzmán e colaboradores: "se os filhos de imigrantes não participam nada em actividades transnacionais ou não são significativamente afectadas por elas, então é porque este é principalmente um assunto da primeira geração" (2001: 21) e, portanto, de importância meramente conjuntural. Já para Glick-Schiller e Fouron (2001), o problema da conceptualização de uma segunda geração transnacional tem que ver com o modo como o processo de socialização e de estruturação da sua identidade foi (e é) realizado, tanto nos países de destino como no país de origem. Ou seja, para estes autores, a transnacionalização já não depende do processo migratório em si mas da partilha de conceitos comuns. A auto-atribuição e a hetero-atribuição étnica baseia-se, neste caso, na partilha de uma "comunidade imaginada" comum, comunidade essa que se encontra desterritorializada. Nos nossos casos de estudo, a comunidade imaginada pode estar em Lisboa ou em Milão, em Paris ou em Roterdão, em Providence ou em Dackar. Para um jovem da segunda ou terceira geração que nunca visitou o arquipélago, as imagens que guarda de Cabo Verde podem ter nascido na Amadora, ou em Roterdão e Cabo Verde não é sequer um país africano mas um bairro ou uma parte de uma cidades europeia. Os imigrantes actuais, ao contrário dos imigrantes do início do século XX, ao invés de se tornarem nacionais hifenizados (cabo-verdianos-americanos, luso-guineenses; dutchcapverdians, luso-africanos, etc.), de alimentarem um mito de retorno que lhes permita uma diferenciação identitária, partilham uma identidade entre vários locais, partilham uma identidade com os que migraram para outros destinos e com muitos dos que não migraram e ficaram no país de origem (Foner, 2001: 36), com os que pertencem à primeira geração de migrantes, como também com aqueles que já nasceram em países terceiros. Todos eles partilham um conjunto de elementos identitários comuns. Como afirmam Cordero-Guzmán e colaboradores ilustrando esta ideia:

102. Veja-se como a manutenção de contactos com a povoação de origem - presencial ou mediada por cartas ou telefone- tende a manter-se na primeira geração e a ir desaparecendo com a segunda e terceira geração (Dicker, 1968; Malheiros 2001).

> they define second-generation transnationals as those youth whose lives or identities have been significantly structured by this transnational field, be they born in United States of Haitian parents or born in Haiti (...) both Haitian youth in Haiti and Haitian youth in the United States are transnational because they become part of the same "imagined community"; both use their identification with the Haitian nation as vital parts of their sense of self (Cordero-Guzmán, et al., 2001: 21).

Quando analisamos a comunidade cabo-verdiana expatriada, nomeadamente na Europa, verificamos que, cumulativamente, todas as condições necessárias, designadamente aquelas a que se refere Malheiros (2001: 73), para que os cabo-verdianos possam ser considerados uma comunidade transnacional, se verificam e podem ser sustentadas empiricamente. O seu potencial capital social em rede, se somado ao volume potencial total que decorre do número de patrícios emigrados e ao número de não migrantes, constitui a génese para a existência de uma comunidade verdadeiramente transnacional ainda que, dada a deficiente detenção de capital económico e/ou de capital político e, por vezes, de capital cultural (Bourdieu, 1977), não assuma a dimensão de outras (como a Filipina, a Mexicana ou a Portuguesa) e, por isso, deva ser pensada, por enquanto, como uma comunidade *transnacional de baixa intensidade*. Uma das características principais desta comunidade transnacional (de baixa intensidade) surge quando analisamos diferentes nódulos deste *arquipélago migratório* e facilmente percebemos que a sua importância não é equivalente. No caso da comunidade cabo-verdiana na Europa, cidades como Roterdão ou Lisboa surgem como nódulos centrais, cidades como o Porto ou Milão como nódulos secundários. Por outro lado, mesmo no interior dos nódulos centrais, verificamos diferenças ao nível dos diferentes tipos de indivíduos (e de capitais sociais, económicos, culturais ou políticos) que constituem as diferentes comunidades. Por exemplo, o entrosamento entre os membros da comunidade tende a ser muito mais forte na primeira geração do que nas gerações seguintes. Ainda assim, a ajuda em rede a patrícios, a rede social de apoio de que gozam nos diferentes nódulos da rede, e interinamente no seio destes, permite-lhes a existência de uma *cultura migratória activa,* isto é, um domínio dos mecanismos formais e informais que permitem a existência de uma circulação migratória com riscos reduzidos. Permite-lhes igualmente, pensamos, o acesso facilitado aos mercados locais de trabalho dos nódulos da rede migratória, transnacionalizando, em casos especiais, as fronteiras do mercado local de emprego para os outros nódulos da rede migratória. Por exemplo, se a patroa de uma cabo-verdiana empregada doméstica, em Itália neces-

sita de uma outra empregada doméstica o mercado local de emprego pode ser facilmente estendido a Cabo Verde, Madrid, Lisboa ou Paris, locais onde familiares, conterrâneos ou patrícios da primeira empregada doméstica residem. Mas isso só acontece no caso de eles estarem dispostos a migrar para Milão. Se, como pensamos, muitas das relações de contratação laboral decorrem no seio de um espaço social relativamente restrito (onde actua o capital social), e não são coagidas por fronteiras políticas, o facto do capital social poder ser transnacional implica uma transnacionalização do próprio mercado local de emprego. Claro que esta lógica não é válida para todas as profissões, comunidades ou mercados locais de emprego. Existe antes de tudo, uma necessidade de formalizar relações de dependência mútua, de construir elos de confiança, de conquistar nichos de mercado específicos e, acima de tudo, de construir uma rede social de tal forma densa que o risco possa por esta ser amortecido. Analisemos melhor esta ideia.

1.10. Transnacionalismo, redes sociais e mercados locais de emprego

Um dos principais aspectos diferenciadores das teorias transnacionais tem a ver com a ligação inquebrada entre as sociedades de destino e as sociedades de origem dos migrantes sobretudo dos imigrantes que vivem em cidades ou regiões integradas no processo de globalização. Tal como foi assinalado por Glick Schiller, Basch e Szanton-Blanc (1992), é a ligação entre sociedade de origem e sociedade de destino que torna este momento das migrações único e nos obriga a conceptualizar um novo tipo de migrantes:

> Our earlier conceptions of immigrants no longer suffice ... now, a new kind of migrating population is emerging, composed of those whose networks, activities and patterns of life encompass both their host and home societies. Their lives cut across national boundaries and bring two societies into a single social field ... a new conceptualisation is needed in order to come to terms with the experience and consciousness of this new migrant population. We call this new conceptualisation "transnationalism", and describe the new type of migrants as transmigrants (1992: 1).

Na verdade, pensamos, não é apenas esta ligação entre país de destino e país de origem dos migrantes mas antes a força e sustentabilidade destas ligações ao longo do tempo e do espaço. O que há de novo neste conceito de transnacionalismo e nas teorias a ele associadas, é, por um lado, a durabilidade destes laços para além do que tradicionalmente ocorre na primeira geração de migrantes, isto é, a superação da contingência do factor *Tempo*. Estes laços podem ser de tipo diversos mas implicam sempre uma

elevada densidade de contactos, trocas e/ou relações. Por outro lado, para autores como Ludger Pries (1999, 2001) estes laços são potenciados pela disrupção de espaços entre fronteiras geográficas e fronteiras sociais. A descoincidência entre espaços sociais e espaços geográficos possibilita a existência de um (novo) espaço social transnacional onde as comunidades transnacionais se movimentam, um espaço social transnacional, reticular e multipolar, descontínuo geograficamente, que a metáfora do arquipélago migratório (Malheiros, 2001) permite visualizar, ou seja, há uma superação das contingências associadas ao factor *Espaço*.

A ser assim, é neste tipo de comunidades [transnacionais] e através das suas lógicas de funcionamento, que podemos imbricar as funções associadas às cidades globais, aos espaços sociais transnacionais e às migrações laborais que decorrem tendo as cidades globais (ou soft globais) como destino. As diferentes funções das cidades atrairiam mão-de-obra de diferentes espécies gerando divisões entre tipos distintos de migrantes pertencendo a uma mesma comunidade. Esta divisão, que não é imutável no tempo, poderia levar a prazo ao aparecimento de comunidades transnacionais. Um exemplo concreto pode ser encontrado nas migrações cabo-verdianas dos anos 60-70 na Europa, designadamente em Itália e/ou na Holanda, estas mulheres podem, e devem, ser consideradas «servas da globalização» (Parreñas: 2001), uma vez que é a sua chegada ao mercado de trabalho italiano que permite libertar as mulheres italianas de uma função doméstica para o seu próprio mercado de trabalho local. O seu impacto no fenómeno de ascensão de Milão ao lugar de *soft global city* não está ainda avaliado. Colocadas nos lugares outrora ocupados pelas mulheres italianas no seio das suas famílias tradicionais elas viram a tradição das suas próprias famílias ser abalada e ocorrer o surgimento de um novo tipo de família.

Este caso, o das migrações cabo-verdianas em Itália, mulheres isoladas ou famílias monoparentais de base feminina, chamou, nos anos 60-70, a atenção para a existência de famílias cabo-verdianas transnacionais, partilhando os seus membros, por vezes entre múltiplos países. Nesta época era já normal que, em alguns casos, a família se dividisse no momento da migração: o homem migrava para a Holanda ou Portugal, a mulher para Itália (Andall, 1999) e partilhavam as suas vidas entre esta multiplicidade de espaços. A migração tradicional do homem em primeiro lugar tinha já mostrado ser possível manter elos permanentes entre origem e destino, uma das premissas base da transnacionalidade, por sua vez a migração das mulheres cabo-verdianas para um terceiro país aumentou a rede e forneceu-lhe um carácter indubitavelmente transnacional. Se estas mulheres

cabo-verdianas foram em Itália, nos anos 60-70, as pioneiras deste movimento, as sucessivas vagas migratórias que se seguiram contribuíram para aprofundar esta nova realidade. O que não sabemos, e faz parte das nossas perguntas de investigação, é de que modo é que este transnacionalismo dos que estão, condiciona a vinda de novos migrantes para os mercados locais de trabalho, onde estas comunidades estão já alicerçadas. Ou seja, dito de outro modo, de que forma é que estas redes transnacionais de suporte utilizam a sua transnacionalidade como vantagem competitiva em mercados de trabalho longínquos.

1.10.1. Mercados locais de emprego, etnicidade e inserção laboral dos imigrantes cabo-verdianos

É sabido que, de acordo com vários autores (e.g. Tilly, 1990; Massey, 1986, 1987; Portes, 1999), as redes sociais fornecem apoio, informações sobre os trabalhos disponíveis e interferem na estrutura do mercado de trabalho local. Sassen no seu artigo "Immigration and Local Labor Markets" (1995) diferencia os modos como ocorre a inserção no mercado de trabalho dos nativos e/ou dos imigrantes, sugerindo padrões distintos de laços sociais, redes e canais de obtenção de informações. Segundo Sassen, podemos igualmente distinguir estas categorias quanto ao género entre imigrantes, isto é, se considerarmos quais os tipos de contactos que resultam na obtenção de emprego (local de trabalho, família ou outros espaços). De acordo com o caso analisado por Sassen (1995) os contactos deste tipo, ocorrem, no que diz respeito às mulheres, em 17% nos locais de trabalho e 37% na família, enquanto que, no caso dos homens estas ofertas de emprego ocorrem maioritariamente entre colegas de trabalho (Sassen, 1995). A grande concentração verificada nas ocupações exercidas pelo migrante no destino pode ser explicada, além da teoria da segmentação do mercado de trabalho, pelas teorias das redes sociais ou igualmente pelas teorias sobre transnacionalismo ou comunidades transnacionais. Ora, se a inserção laboral ocorre maioritariamente em segmentos secundários do mercado de trabalho e se a inserção espacial ocorre numa região bem demarcada geograficamente, então é natural que os efeitos multiplicadores destas características se façam sentir a outros níveis. Por outro lado, é hoje óbvio, para nós, que o equilíbrio do mercado de trabalho, entre oferta e procura, se faz a um nível local, mas com actores que em muito ultrapassam as fronteiras do local específico onde este equilíbrio ocorre. É esta a causa que explica a atracção de migrantes de proveniências diversas e geografias longínquas para mercados locais de trabalho específicos. Os mediadores ou intermediários destas migrações podem assumir formas diversas, desde as redes migra-

tórias organizadas, aos acordos políticos para fomentar migrações de tipos específicos, ou outros tipos de mecanismos potenciadores. As migrações podem adoptar formas e ritmos diferentes, mas, no limite, é ao nível do local que os impactos das migrações se farão sentir, um local que é, em virtude do processo de globalização, necessária e simultaneamente bipolar: origem e destino. O facto de não ser possível analisar a atracção de mão-de-obra apenas pelo lado da componente económica da procura, leva a que factores sociais tenham que ser tidos em consideração e, pensamos, os elos existentes no seio de comunidades transnacionais não têm sido devidamente ponderados. Como afirma Mendoza "as situações de emprego têm que ser examinadas como socialmente reguladas em lugar de serem apenas vistas como simples relações de mercado" (2001: 41). É por isso que, como afirma Klosterman, tanto a cidade como o país, se assumem como espaços de análise relevantes para analisar a posição dos imigrantes, neste caso dos cabo-verdianos, no mercado de trabalho. É também por isso que, no seio de comunidades migratórias transnacionais, que se distribuem espacialmente numa geografia arquipelar plural, as origens ou os destinos são também eles necessariamente multipolares. Cada um destes locais torna-se um nódulo da rede global e a atracção ou repulsão de mercados de trabalho locais onde se inserem tem impactos ao nível internacional tanto como ao nível interno, em virtude dos actores (potencialmente) transnacionais envolvidos. Como afirma Malheiros referindo-se às migrações cabo-verdianas para Portugal:

> Se no passado a área de recrutamento de trabalhadores da área metropolitana [de Lisboa] correspondia, essencialmente, às regiões vizinhas das Beiras e do Alentejo, hoje os níveis de interacção laboral com áreas muito distantes (por exemplo, o concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago, Cabo Verde) são bastante significativos. E este exemplo relativo à emergência de novas periferias distantes fornecedoras de mão-de-obra pode ser generalizado a toda a Europa do Sul (Malheiros, 2001: 52) [e, também pensamos, no interior da união Europeia].

Podemos, lançando as bases para os próximos capítulos, defender a ideia de que cada um destes movimentos migratórios são movimentos migratórios específicos e, se é assim, são o resultado da interacção de estruturas ao nível macro e/ou micro. Collins, ao decompor as características que condicionam os fluxos migratórios em dois níveis afirma:

> Macro-structures include such things as the contradictions in the political economy of the world market, as evident cyclical fluctuations and structural change (the decline in manufacturing) at a na-

> tional and international level. They also include the laws, structures, practices, policies and interests of individual nation-states. Micro-structures include the formal and informal networks and inter-personal relationships of migrants, such as chain migration, community networks, family relationships, embodiments of human and cultural capital and ethnic community formations (1999: 10).

É analisando esta complexa relação entre macro-estruturas e micro-estruturas que poderemos perceber os fluxos migratórios contemporâneos e, designadamente, as migrações caboverdianas para (e na) União Europeia. Se as redes desempenham um papel preponderante na perpetuação dos fluxos migratórios, elas não conseguem actuar com total liberdade no seio ou (a partir) das influências das estruturas macro, os Estados (através do sancionamento político) ou os ciclos económicos (através do sancionamento económico) são dois dos intervenientes essenciais no fluir das migrações. Daí que os migrantes vão encontrando, ou promovendo, estratégias adaptativas que lhes permitem ultrapassar os constrangimentos a que estão sujeitos. O transnacionalismo, nas suas diversas formas é uma dessas estratégias de adaptação à contemporaneidade. No caso dos cabo-verdianos estes desenvolveram um transnacionalismo de baixa intensidade. Analisemos esta realidade.

1.11. Transnacionalismo de baixa intensidade

O Transnacionalismo não é, de modo algum, um fenómeno novo mas o transnacionalismo actual é diferente do "velho" transnacionalismo (Foner, 1997, 2001). Ao analisarmos as migrações cabo-verdianas, ao longo dos últimos dois séculos, facilmente nos apercebemos de múltiplas situações de transnacionalismo nos migrantes cabo-verdianos em diferentes países já no finais do século XIX ou no dealbar do século XX, da presença de famílias transnacionais, de uma existência de um tipo de vida transnacional que antecipou em muito o aparecimento do conceito (Meintel, 2002: 26). Por exemplo, Deidre Meintel refere o caso de cabo-verdianos marinheiros de navios baleeiros americanos que passavam temporadas no mar, temporadas em Cabo Verde e temporadas nos EUA no início do século XIX (Meintel, 2002: 30). Outros exemplos de transnacionalismo precoce podem ser encontrados nos modos de vida destes imigrantes, que não raramente partiam jovens e solteiros, regressavam ao fim de uns anos para se casarem e logo re-emigravam deixando a família no arquipélago e mantendo uma vida partilhada (não raras vezes apenas imaginariamente) entre dois países diferentes. O envio de remessas, de múltiplos tipos, assegurava as ligações entre a "nha

terra" e a "terra longe". Como o casal funcionava como uma única unidade económica, a mulher na terra assegurava a criação dos filhos e a manutenção dos bens apesar (ou para além) das longas ausências do companheiro. Com a reforma e o retorno dos *americanos* a família retomava o seu perfil tradicional (Meintel, 1984b).

Por altura do início do século XX um outro fenómeno de transnacionalismo emerge graças ao incremento de carreiras regulares de passageiros entre os EUA e Cabo Verde: os emigrantes temporários para trabalharem na agricultura da Nova Inglaterra (Halter, 1995). Estes emigrantes, que se tornariam temporários regulares em migrações circulares, partilhavam, literalmente, a sua vida entre o arquipélago e a América ao sabor das necessidades. Halter refere-se ao facto de estes migrantes irem trabalhar para os mesmos patrões em anos sucessivos e retornarem a Cabo Verde já contratados para a época seguinte (Halter, 1995: 75). Alguns destes cabo-verdianos ficavam (temporária ou permanentemente) nos EUA concentrando-se junto de patrícios e formando núcleos com fortes ligações transnacionais. O envio de remessas por intermédio destes imigrantes circulares e o fácil acesso ao arquipélago que as carreiras regulares dos veleiros permitiam aumentaram os níveis de transnacionalismo (Lobban, 1995). O fim do ciclo migratório transatlântico, por imposição conjugada do sistema de quotas e de falta de sancionamento político por parte do regime colonizador, impôs uma diminuição do transnacionalismo destas populações dos dois lados do atlântico.

Com o iniciar do ciclo migratório europeu (pós II Guerra-Mundial) ocorre uma nova fase transnacional nas migrações cabo-verdianas. Por um lado, com a migração dos homens para a Holanda, como marítimos, repetem-se as práticas transnacionais dos seus antepassados marinheiros tripulantes dos navios baleeiros norte-americanos. Novamente períodos intercalados no arquipélago e no mar, períodos na Holanda que dão origem a sedentarizações e ao estabelecimento de núcleos de emigrantes, famílias transnacionais e práticas transnacionais no envio de remessas, vidas partilhadas entre diferentes espaços geográficos.

A migração de mulheres sós para Itália (anos 60-70) promove, um novo nível de transnacionalismo, para além das práticas já mencionadas, nomeadamente o envio de remessas de vários tipos, as famílias transnacionais, etc., surge a migração inter nódulos ou núcleos migratórios. São os homens cabo-verdianos imigrantes na Holanda que vão passar férias a Itália ao encontro das patrícias aí imigradas, são estas que fazem o caminho inverso (Andall, 2000; Monteiro, 1997). Portugal como núcleo de emigrantes em crescimento entra

igualmente no âmbito destas circulações transnacionais. Por esta altura, as práticas transnacionais envolvem mais do que o país de origem ou o país de destino, envolvem (múltiplos) terceiros países. A circulação de indivíduos entre nódulos do arquipélago migratório, para férias, festas ou até no momento da reforma (Farelo, s/d), torna-se prática corrente. A circulação de bens (económicos, sociais e culturais) acompanha este transnacionalismo.

Com a independência do país, em 1975, (e das outras ex-colónias portuguesas em África) desponta um novo nível de transnacionalismo ao mesmo tempo que algumas das práticas transnacionais referidas anteriormente arrefecem. Por um lado, a (nova) nacionalidade caboverdiana, a que muitos acedem sem o quererem, impossibilita por um hiato temporal a circulação migratória transnacional para muitos dos que não conseguem aceder aos circuitos migratórios tradicionais. É o caso dos cabo-verdianos que ficam presos na linha do Sul (e.g. São Tomé e Príncipe ou Angola). Por outro lado, com o repatriamento dos ex-funcionários coloniais e suas famílias, muitos destes aproveitam a ocasião para re-emigrar para os EUA, para Portugal ou para outros países europeus reforçando o ciclo migratório europeu em curso e as práticas transnacionais que este permite.

Ao longo das últimas três décadas a migração para a Europa (e no interior desta) intensificou-se significativamente bem como o tipo de práticas transnacionais envolvidas, o género de actores que as desenvolvem e as estratégias utilizadas para as concretizar. No interior da União Europeia, com o avançar da integração regional, a circulação migratória é facilitada para quem preenche um conjunto de requisitos mínimo, designadamente um passaporte europeu. Como refere Deidre Meintel (2002):

> Furthermore, the mobility of emigrants is not necessarily limited to a single move abroad. Whereas in the past, the young men coming to the US, often move from a small concentration of Cape Verdeans to another within the US, today's migrants, male and female, often move from one country to another before establishing stable residence in one of them [they] are highly mobile at every level: throughout the wider metropolitan area, because of poverty and housing difficulties (...) and across Western Europe, where they follow employment possibilities wherever they arise. Such mobility is possible not only because of the migrants' networks of kinship and friendship but also because of the ease of circulation across national borders within the European Union. Since Independence, many cape Verdeans in Portugal (...) have claimed Portuguese citizenship, further facilitating mobility within the European community (2002: 37).

A emergência de novos actores intensamente transnacionais que se movem de um espaço social transnacional, indistintamente no seio das várias comunidades emigradas ou no arquipélago, os transmigrantes, dá origem a um novo nível de transnacionalismo. Os empresários transnacionais tradicionais que circulam indistintamente entre as diferentes comunidades emigradas, o país de origem e terceiros países são um bom exemplo. As rebidantes (Marques et al., 2000) mulheres que circulam a uma escala transnacional, movendo-se essencialmente num mercado informal transnacional "levando com eles produtos cabo-verdianos tradicionais para serem vendidos aos cabo-verdianos que vivem no estrangeiro, e trazendo de volta a Cabo Verde produtos de consumo de massa, bens que cobrem uma ordem larga de artigos (roupas, sapatos, electrodomésticos eléctricos, mas também jóia e bijutaria, ou comida e tabaco), e que, caso contrário, seriam inacessíveis à maioria das mais baixas classes sociais locais" (Marques et al., 2000: 7) são disso um outro exemplo. Os músicos cabo-verdianos envolvidos em práticas transnacionais são um segundo exemplo a destacar já que "a música é inclusivamente um forte elo de ligação e expressão da transnacionalidade da sua cultura" (Esteves e Caldeira, 2000: 15). Mas há outros exemplos menos óbvios, apelidados por Meintel (2002) de novos transmigrantes, como os políticos transnacionais cabo-verdianos:

> these new migrants are transnational less in terms of their economic modalities of subsistence than in terms of their social and political capital. Well-connected by personal and family networks to the educated elite of Cape Verdeans in Europe, as well in Cabo Verde nuclear families based in several societies, this new breed of transmigrantes are vocal about events in Cabo Verde as well as international events that affect Cabo Verde (e.g. the 1999 conflict in Guiné-Bissau). Moreover, a change of government in Cabo Verde could, find some of these migrants returning to the islands (2002: 38).

Podemos falar ainda de uma nova geração de actores transnacionais, económica e socialmente pouco visíveis (por enquanto) mas que vêm emergindo como agentes de mudança nas múltiplas sociedades em que ocorre a sua presença: os estudantes cabo-verdianos no exterior. Em países como Portugal e o Brasil são já muitos os milhares de estudantes que adoptam práticas transnacionais partilhando as suas vidas entre vários países. Em primeiro lugar movimentos migratórios pendulares ocorrem ao ritmo dos períodos escolares entre o arquipélago de origem e os países de residência. Em segundo lugar ocorre uma prática de vida comunitária no seio destes países igual, ou talvez mesmo superior, à de núcleos de migrantes laborais. Em terceiro lugar há uma circulação migratória entre estas comunidades

e, por último, todo um conjunto de remessas (incluindo por vezes remessas financeiras) circula no seio destas comunidades e núcleos e o país natal. Um último, mas importante, elemento distintivo da transnacionalidade cabo-verdiana são as famílias transnacionais. Vários estudos têm referido a existência de uma dispersão familiar cabo-verdiana por múltiplos países (França, *et al*., 1992; Gomes, 1999; Malheiros, 2001). De facto, são múltiplos os indícios de que é esta dispersão familiar (num conceito de família não nuclear, portanto alargada) a base de sustentação da circulação migratória cabo-verdiana (Malheiros, 2001: 321):

> Actualmente, a importância do recurso família (e conterrâneos) entre as comunidades transnacionais deve ser interpretada num contexto geográfico alargado e complexo, uma vez que o seu papel ultrapassa a lógica facilitadora das "chamadas da origem", para se situar no quadro mais alargado da circulação de informação e pessoas no contexto dos espaços de imigração, isto é, de ligação entre as ilhas do arquipélago migratório (Malheiros, 2001: 322).

Esta circulação migratória preenche múltiplas funções e não necessariamente apenas no quadro de migrações laborais ou de reagrupamento familiar. As visitas a familiares, por exemplo inter países da Europa, constituem um processo com uma dinâmica assinalável ainda que de difícil mensuração. O papel de Lisboa, como ilha de um arquipélago migratório, bem como o de Roterdão ou de Providence ou Bóston devem ser assinalados. Jorge Malheiros demonstra (2001: 377) que os dois nódulos principais da rede migratória cabo-verdiana na Europa, Lisboa e Roterdão, são importantes locais de reencontro dos emigrantes cabo-verdianos na Europa, substituindo, em muitos casos, a necessidade sentida de regressar à pátria. Sintetizando, existe um potencial de transnacionalismo muito elevado, com múltiplos exemplos de componentes característicos desta realidade. No entanto, apesar de todos eles, as dinâmicas transnacionais em termos quantitativos são (ainda) pouco significativas. Por exemplo, a rede de associações cabo-verdianas na diaspora, tem muita dificuldade em se afirmar como um movimento sólido de reunião dos cabo-verdianos no exterior. Ao contrário, a família emerge como o principal componente transnacional. Interpretadas como núcleos básicos, as famílias cabo-verdianas seriam estruturas transnacionais plenas. Por outro lado, a notória inexistência de formalização nas práticas de transnacionalismo destas estruturas (já que se exceptuarmos (parte) do envio de remessas financeiras tudo o resto é informal ou pouco formalizado). Se, em sentido diverso, assumirmos as famílias (apenas) como parte das comunidades emigradas, então estas últimas já não seriam totalmente transnacionais, designadamente pela exígua existência de es-

tratégias de natureza colectiva (e.g. associativismo cívico e político, associativismo empresarial, etc.). Esta carência deste tipo de estratégias limita a capacidade de transnacionalismo dos cabo-verdianos e torna-o, em muitos casos, meramente potencial (sobretudo se comparado com outros grupos de emigrantes como os mexicanos (Portes 1995b, 1997b) os dominicanos (Guarnizo, 1992) ou os hindus (Vertovec, 2000). Jorge Malheiros (2001), num trabalho sobre as comunidades cabo-verdianas de Lisboa e Roterdão, constrói uma tipologia das práticas transnacionais dos cabo-verdianos destes dois nódulos migratórios (cf Quadro 2.4) em que demonstra que as "iniciativas transnacionais mais correntes (...) se situam no plano individual e familiar (...) notando-se uma tendência para o desenvolvimento de formas de interacção colectiva de tipo diverso" (Malheiros, 2001: 378). A existência de um conjunto de práticas transnacionais individuais ou familiares de elevada intensidade em detrimento de práticas transnacionais colectivas constituem uma das principais características do transnacionalismo cabo-verdiano.

Quadro 2.4
TIPOLOGIA DAS PRÁTICAS TRANSNACIONAIS ESTRUTURANTES DOS CABO-VERDIANOS (LISBOA E ROTERDÃO)

Domínios	Demográfico e Social	Económico	Informacional	Cultural (sentido lato)	Político
Com a origem	- Emigração e Retorno - Visitas regulares à origem - associativismo (cooperação e intercâmbio)	- Envio de remessas e investimento (habitação *[negócios]* e terrenos - Envio de bens diversos	- Contactos pessoais na Internet - Correspondência e telefonemas - *Procura de ligações ancestrais*	- Circulação de músicos e de música *-[Estruturação e desenvolvimento do Kriolu]* *-Organização de projectos para as segundas gerações*	- Circulação de candidatos às eleições de Cabo Verde (círculos da emigração) - organização exterior dos partidos de Cabo Verde - *[Organização dos congressos dos quadros na diáspora]*
Com outros destinos migratórios	- Re-emigração - Visitas aos parentes *[e patrícios]* em países terceiros Associativismo (formas de intercâmbio e de troca de experiências)	- *Envio de remessas e investimento (habitação e negócios)* - *Envio de bens diversos*	- Contactos pessoais na Internet - Correspondência e telefonemas - *Procura de ligações ancestrais*	- Organização e participação em torneios desportivos de base - Circulação de músicos e de música	- *[Organização dos congressos dos quadros na diáspora]*

Fonte: Malheiros, 2001:378 *(itálicos acresentados por nós).*

Em nosso entender esta não activação do (potencial) de transnacionalismo disperso pelo mundo cabo-verdiano ou pelo arquipélago migratório (Malheiros, 2001) deve-se, sobretudo, às carências de capital económico existente nos diferentes grupos que constituem os diversos núcleos de cabo-verdianos emigrados. Se tomarmos como válida a asserção de que os cabo-verdianos possuem um capital migratório elevado, um capital social em rede também elevado, um capital cultural distintivo, uma dispersão migratória geográfica elevada então, a carência de capital económico poderá ser o factor que impede a formalização de um transnacionalismo elevado. É a não necessidade deste capital económico para uma circulação migratória individual ou no seio das famílias que torna estas últimas transnacionais. É a obrigatoriedade deste tipo de capital para a activação de formas transnacionais complexas (e.g. o transnacionalismo empresarial) que condiciona o transnacionalismo das comunidades vistas como um todo. Ao condicionar o desenvolvimento de um transnacionalismo de alta intensidade, numa circulação de pessoas, bens e ideias entre os diferentes núcleos dos arquipélagos (migratório e de origem) no seio do espaço transnacional construído ao longo de décadas (o mundo cabo-verdiano) perde-se a vantagem competitiva principal em relação a outros grupos de migrantes do sistema global das migrações. É por tudo isto que defendemos a ideia que o transnacionalismo cabo-verdiano é sobretudo um transnacionalismo potencial ou de baixa intensidade.

Ao longo do presente capítulo expusemos as bases teóricas para a compreensão do estado actual das migrações cabo-verdianas. Pretendemos desconstruir a ideia que a emigração de Cabo Verde é (tão só) o reflexo de um movimento estrutural de repulsão. Não o é hoje como já não o é há muitas décadas. Ao contrário, a emigração cabo-verdiana é, sobretudo uma *diáspora de trabalho*, uma mão-de-obra competitiva nos diferentes mercados locais de trabalho onde se insere. Ao longo de décadas esta *diáspora* foi mapeando um (novo) mundo construído sobre as rotas que a emigração ia traçando. Estas rotas, por seu turno, não foram percorridas ao acaso mas foram condicionadas por referências históricas ou sociais. Na dependência estreita destas rotas, a emigração cabo-verdiana contemporânea foi cimentando a importância diferenciada de diferentes nódulos formando uma rede que atrai (e condiciona) as escolhas dos destinos migratórios. Estes actores (sociais) migrantes são actores racionais mas estão condicionados a estruturas e conjunturas que eles não controlam. O sancionamento político nos destinos migratórios escolhidos e as formas de segmentação dos mercados de trabalho são dois exemplos de condicionalismos de base. De forma contrastante estes mi-

grantes possuem vantagens competitivas essenciais de que são exemplo: o importante capital social que possuem (e sabem usar) e que utilizam criando uma rede multipolar de possibilidades de circulação migratória. A introdução da conceptualização analítica permitida pelo transnacionalismo implica uma análise mais profunda das características actuais das migrações cabo-verdianas contemporâneas. Esta surge múltiplas vezes fechada sobre si própria, silenciosa e invisível, interagindo a uma baixa intensidade com a(s) sociedade(s) de acolhimento, de forma informal e pouco estruturada, também inter nódulos migratórios, o que compromete o seu(potencial) transnacionalismo. Nos capítulos seguintes, caracterizaremos três desses nódulos migratórios, procurando analisar, a um nível mais micro, estas características essenciais.

Paraiso di atantico
Cabo Verde é um arv'frondoso
Sumnho'd na mei d'Atlantico
Sês rama espaiode
Na mund inter
Cada folha é um fidgo querid'
Parti pa longe pa ventura'
Pa' um futur mas feliz e dignidade
Nós gent ê um povo unid
Na paz e morabeza
Cabo Verde nos cantinho querido
Berço de amor e sodade
Paraiso di Atlântico

Capítulo III:
CABO-VERDIANOS EM LISBOA:
«Portugal nha terra, terra nha cretcheu»*

1. Portugal: país de imigração ou país de emigração?

Embora não sendo assumido unânime e publicamente pela comunidade científica ou pela classe política, o que é facto é que a imigração para Portugal, a exemplo da emigração portuguesa é, também, um fenómeno secular. Esta realidade é passível de ser demonstrada pelo simples facto de subsistir uma memória quer material (e.g. os ciganos; os múltiplos nomes de família de origem estrangeira, etc.), quer imaterial (e.g. as expressões populares do tipo vai trabalhar galego[104]) de diversos fluxos migratórios de um passado mais ou menos recente, o que por si só constitui um exemplo objectivo desta circunstância, ainda que esquecido ou pouco visível na produção científica contemporânea (Baganha e Góis, 1999). Apesar deste facto, apenas recentemente o fenómeno da imigração assumiu importância relevante quer na produção científica nacional, quer nos discursos políticos, mercê de um aumento progressivo do volume de imigrantes. No decurso

103. Morna "Paraíso di Atlântico" de Manuel de Novas
* B. Leza: «Portugal minha terra, terra do meu amor».
104. No passado recente Portugal foi um destino migratório importante para comunidades do país limítrofe. São bem conhecidas, por exemplo, as migrações de galegos no século XIX e primeiras décadas do século XX (cf. ALVES, Jorge (et al.) (1992) "Imigração Galega na cidade do Porto na Segunda metade do século XIX", Separata da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, II Série, vol. 9, pp. 215-236.

das últimas décadas, Portugal deixou de ser considerado apenas uma área de origem de emigrantes para passar a ser visto como área de destino de imigração. Neste sentido, Portugal deixou de ser normalmente conceptualizado como um tradicional «país de emigração» e é agora considerado, por muitos cientistas sociais, jornalistas e pela classe política, como um novo «país de imigração» (Esteves *et al.*, 1991; França *et al.*, 1992).

1.1. Portugal já não é um país de emigração?

Esta nova conceptualização não é, no entanto, ainda unanimemente aceite, nem houve ainda lugar às mudanças estruturais e simbólicas que tal alteração (que é não meramente) conceptual implica. Fernando Luís Machado (1999), por exemplo, afirma que Portugal não deve ser visto só como um país só de imigração "uma vez que, numa escala muito mais reduzida e em moldes diferentes dos do passado, a emigração continua a ter uma expressão não negligenciável" (1999: 19). No entanto, convém não esquecer que esta realidade não está equilibrada, do ponto de vista quantitativo, se bem que as estatísticas disponíveis relativamente aos fluxos migratórios nem sempre denotem a realidade, Portugal tem cerca de 20 vezes mais emigrantes que imigrantes. Paulo Pedroso, enquanto secretário de Estado do Trabalho e da Formação, preferiu afirmar que Portugal deixou de ser, não um país de emigração, mas um país de emigração maciça[105], referindo-se, como justificação, à existência de uma memória dos movimentos emigratórios que acaba por alimentar novos fluxos. Para Paulo Pedroso a emigração portuguesa actual, caracterizar-se-ia por ser, sobretudo, uma emigração pendular, sazonal e/ou temporária porque, como afirma:

> Há uma muito maior facilidade em ir, voltar e voltar a ir, se necessário (...) as pessoas oscilam entre tempos de permanência em Portugal e oportunidades sazonais de emprego no estrangeiro. Portugal é hoje um país com um saldo migratório que o transforma num país receptor de imigrantes (...) embora o fluxo migratório de saída permaneça, o padrão de emigração é distinto: uma emigração de curta duração, sem ruptura com o país e mais parecido com o movimento migratório interno (Pedroso in Público, 29/09/2000).

105. "Em 1999, emigraram cerca de 28.000 indivíduos, valor superior ao de 1998 em 26,5%, sendo 71,7% do sexo masculino e 28,3% do feminino. Tendo por referência os dois tipos de emigração, a sua distribuição em 1999 foi de 14,5% (emigração permanente) e 85,5% (emigração temporária). Comparativamente ao ano anterior, registou-se um crescimento acentuado dos indivíduos que saíram do país com a intenção de permanecer temporariamente no estrangeiro (68,3%), enquanto que a emigração permanente baixou 51,4%" (INE, 2000).

Num outro contexto, Maria Baganha, já no início dos anos 90, chamava a atenção para a tentação que poderia existir no sentido de camuflar a verdadeira dimensão da emigração portuguesa contemporânea, afirmando que "a emigração temporária é [era], sobretudo, emigração permanente disfarçada. De facto, um número cada vez mais significativo de emigrantes temporários permanece ilegalmente nos países de acolhimento ou renova sistematicamente os seus contratos de trabalho" (1993: 826). De acordo com esta análise, muitos destes temporários poderão tornar-se emigrantes temporários profissionais ou «professional transients» como lhes chamou Appleyard (1989: 32), estendendo a temporalidade das suas migrações por sucessivos períodos de tempo, alternando entre ausências no estrangeiro e curtas estadias no país de origem num permanente vai e vem que só será interrompido com a passagem à inactividade laboral. Esta lógica configura uma realidade em que os considerados (conjunturalmente) emigrantes temporários se tornam eternamente temporários, numa migração circular entre país de origem e regiões ou países de acolhimento, se tornariam num tipo particular de (trans)migrantes. O exemplo da emigração portuguesa para a Suíça, que atingiu o seu apogeu já no decorrer dos anos 90, parece paradigmático nesta matéria (Marques, 1997). Voltaremos a esta ideia.

1.1.1. Portugal país com um saldo migratório a caminho do zero?

Já para outros autores, considerando sobretudo a vertente da imigração, o número (potencialmente) elevado de imigrantes ilegais residentes em Portugal nos anos 80 e 90, teria sido contrabalançado pela também elevada emigração sem registo oficial (Malheiros, 1996), a ser assim actualmente o saldo migratório da última década permaneceria negativo com alguns milhares de saídas a mais do que o número de entradas. Se fosse este o caso, e dadas as estatísticas existentes, que demonstram uma aceleração dos fluxos de entrada, poderíamos estar actualmente num momento de transição para um ponto de equilíbrio entre fluxos de entrada e de saída numa "mudança de fundo da demografia portuguesa contemporânea em que a balança migratória se (re)equilibraria" (Machado, 1997: 16).

Se for verdadeira, esta constatação levanta, por seu turno, muitas (e interessantes) questões de análise que dizem respeito, nomeadamente, à necessidade de um estudo individualizado dos dois fluxos migratórios (de entrada e de saída) e, deste modo, importa questionar que tipo de relação estrutural existe entre eles (Machado, 1997; 1999) ou, em alternativa, uma análise simultânea dos fluxos de entrada e de saída e, neste caso, obrigaria a uma caracterização da imigração e da emigração portuguesas, inserindo-as

num contexto dos movimentos internacionais de trabalho contemporâneos (Baganha e Peixoto, 1996). Nenhum destes dois estudos está ainda suficientemente elaborado para nos permitir chegar a conclusões. Ainda assim, muitos são os elementos que nos permitem defender o facto de estarmos num período de transição.

Na verdade, em nossa opinião, se não é seguro que Portugal tenha deixado de ser um país emissor de emigrantes, também não é inteiramente seguro que a designação de «país de imigração» seja imediata e directamente aplicável a Portugal[106]. As dificuldades em contabilizar de forma clara os movimentos de saída de portugueses para o estrangeiro, designadamente os movimentos intra União Europeia, impedem, por si só, que esta ideia seja integralmente sustentável de forma empírica (Baganha et al., 1998: 49). Autores como Maria Baganha ou João Peixoto vêm, desde há muito, chamando a atenção para o facto do número de emigrantes portugueses continuar a superar largamente o número de imigrantes em Portugal, numa relação desproporcionada de um total de 4.342.710 emigrantes portugueses no estrangeiro segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)[107] para pouco mais de 350.000 estrangeiros (legais e/ou ilegais) residentes em Portugal de acordo com o Ministério da Administração Interna (cf. Baganha e Peixoto, 1996; 1997).

Outros autores como Marques (1997), Cavalheiro (2000) ou Trigal (1995, 1996) ao analisarem as migrações portugueses externas contemporâneas para, respectivamente, países como a Suíça, a Alemanha ou a Espanha demonstram igualmente a necessidade de utilizar criteriosa e isoladamente o conceito de «país de imigração» aplicando-o apenas de forma parcial ao caso português. De acordo com todos estes autores estamos, na verdade não no fim da emigração portuguesa, mas sim em presença de um novo ciclo emigratório português, com características distintivas de ciclos migratórios anteriores. Este ciclo migratório intra-europeu condicionado é, obviamente, condicionado por recentes características sócio-políticas portuguesas, de que a presença de Portugal enquanto membro da União Europeia é um dos marcos significativos (Baganha e Góis, 1999: 233) mas que, não pode esconder, outras dinâmicas migratórias igualmente importantes. De entre estas

106. Pode um país ser simultaneamente país de imigração e país de emigração? Pensamos que sim, dois casos podem ser citados como potenciais exemplos a estudar dado que ambos são, na actualidade, simultaneamente emissores e receptores de migrantes. Portugal, como pequeno país semi-periférico Europeu; o Brasil como grande país semi-periférico da América do sul (cf. Bógus, s/d).
107. Cf. Jornal de Notícias 10/06/2001.

destacam-se, designadamente, o papel das redes migratórias existentes nos extremos da cadeia migratória, através, por um lado, de uma revitalização de redes anteriormente existentes nos tradicionais destinos migratórios portugueses (Baganha, *et al.*, 1998: 49), por outro, da estruturação de novas redes em destinos emergentes (e.g. a Suíça, Angola, Moçambique, a Austrália ou o Canadá) ou, ainda, de redes que exportam migrantes a partir de Portugal, no que foi conceptualizado por Cavalheiro (2000) como um exemplo da potencial dinâmica das redes (aqui invertidas) que atraem migrantes a partir do país de origem para migrações sazonais ou temporárias noutros países da União Europeia (e.g. Alemanha, Espanha, a Holanda ou Inglaterra). As agências ou empresas de colocação de mão-de-obra que solicitam continuamente mão-de-obra portuguesa para colocação no estrangeiro são disso o melhor exemplo. Por último, a re-emigração a partir de Portugal de indivíduos pertencentes a grupos de imigrantes ou seus descendentes, com ou sem nacionalidade portuguesa, como os cabo-verdianos comunitários ou os brasileiros comunitários, configura igualmente uma realidade nova e, a nosso ver, sub-avaliada.

A imaginação do Centro

Neste sentido, evitando o Santos (1993: 49-53) denominou de sindroma de imaginação do centro[108], pensamos que se deve encarar o actual contexto migratório português como um momento de transição de um estado Europeu semiperiférico, recentemente chegado à condição de país pós-colonial, um país com um sentimento de luto ainda bem presente, com uma memória de emigração ainda muito marcada e uma história de imigração (ainda) muito frágil[109].

Portugal seria, neste contexto, simultaneamente "nação-navio" e "nação-porto" porque, ao mesmo tempo em que não deixou de procurar novos des-

108. A um outro nível, Boaventura de Sousa Santos analisa esta necessidade de projectar conceptualmente o país como um país do centro, desprezando o seu caracter semiperiférico, como o reflexo de uma certa «imaginação do centro» que vem afectando quer a comunidade académico-científica quer a classe política (Santos, 1993). Esta ideia de "imaginação do centro" foi criada por Boaventura Sousa Santos (1993: 49-53) que a utiliza para se referir ao processo simbólico de projecção do Estado português semiperiférico na comunidade de Estados centrais.
109. As respostas que têm vindo a ser dadas aos novos problemas na análise das migrações em Portugal vêm ao encontro destas duas questões. Para vários autores a posição que Portugal ocupa no sistema mundo: o de país semi-periférico (Santos, 1993; Machado, 1997, 1999) permite explicar a dualidade de inserção no quadro das migrações internacionais. Nesta análise, Portugal seria simultaneamente ponto de chegada e de partida de fluxos duais e simétricos, ocupando, deste modo, "uma posição simultaneamente central e periférica, consoante o espaço regional analisado" (Pires, 1990).

tinos, se tornou simultaneamente cais de chegada, cais de trânsito e cais de embarque para novos migrantes. A partir de meados dos anos 80, a posição semiperiférica de Portugal assumiu novas características no seio do sistema global das migrações. Se até então o país desempenhava uma posição intermédia entre as (outras) nações constituintes do império colonial português (de Timor, a Macau, Goa, Damão Diu, Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo Verde) e o resto do mundo (como plataforma redistributiva ou como destino final de migrantes).

A partir dos anos 80, Portugal integra-se por inteiro no sistema global das migrações e vai competir pelos trabalhadores migrantes (inclusive pelos imigrantes das suas ex-colónias) como qualquer outro país e com os outros países da União Europeia. A sua posição semiperiférica assume, deste modo, novos contornos, não abandonando a lógica de plataforma redistributiva ou de destino final para os migrantes dos países com os quais detinha relações coloniais (e.g. CPLP), torna-se destino de atracção para migrantes fora da sua lógica tradicional de influência (e.g. imigrantes do Leste europeu) e vê, deste modo, crescer quer o volume total de imigrantes quer o número de nacionalidades que compõem a imigração em Portugal. Muitos destes migrantes elegem Portugal como porta de entrada na União Europeia, outros porém, escolhem racionalmente Portugal como destino final porque conjunturalmente é o que melhor corresponde às suas expectativas (e.g. existência de trabalho, possibilidade de legalização, facilidade de permanecer ilegal, etc.).

Na verdade, esta será mesmo a mais importante especificidade do caso português: a convivência de dois fluxos, de entrada e de saída, que se mantém imutável ao longo das últimas duas décadas, não sendo de admitir a cessação desta tendência a breve prazo.

Neste contexto, embora somente nos anos 90 as questões relativas à imigração para Portugal passem a assumir uma visibilidade científica relevante[110], torna-se necessário recuar no tempo para compreender o fenómeno na sua totalidade. Por exemplo, se tomarmos como referência a maior comunidade imigrante existente actualmente em Portugal, a cabo-verdiana, torna-se necessário começar por explicitar a evolução global das migrações para Portugal, sobretudo das migrações pós II Guerra Mundial. O presente da imigração em Portugal seria, nesta lógica, o resultado de um somatório das

110. Para uma análise da produção científica relevante nos últimos 20 anos sobre migrações em Portugal ver Baganha e Góis, 1999.

complexas condições histórico-sociais dos últimos 40-50 anos. Acrescente-se, por outro lado, que a análise do fenómeno da imigração para Portugal não pode deixar de ser enquadrada numa perspectiva geo-estratégica mais vasta. Uma perspectiva que tenha em conta, designadamente o crescimento económico, a transição social, demográfica e as alterações sociais e políticas verificadas nos países comunitários do Sul da Europa (e.g. Portugal, Espanha, Itália e Grécia) que partilham características comuns (Baganha, *et al*., 1998: 50). Se a individualidade histórica de cada um destes países não pode ser contestada -e daí a existência de diferentes histórias migratórias nacionais -as semelhanças existentes entre eles levam a que se faça uma associação entre estes países, conceptualizando o seu papel no sistema internacional de migrações como «novos países de imigração no sul da Europa», partilhando um conjunto de características similares (Reyneri, 1996, 1998; Mendoza, 2000; King e Black, 1997; Baganha, *et al*., 1998: 50).

A transição de país maioritariamente emissor de emigrantes para país receptor de imigrantes no Sul da Europa ocorreu em momentos diferentes nos países do sul da Europa (e.g. Espanha em 1975 e Portugal em 1981), mas em momentos relativamente próximos e características similares para que possam ser considerados conceptualmente como semelhantes[111]. O processo de transição de «país de emigração» para «país de imigração» é, portanto, no caso português, o resultado de um conjunto de circunstâncias históricas e de uma conjuntura sócio-económica específica de que se destacam como marcos fundamentais: o início e fim de um ciclo emigratório intra-europeu (a partir dos anos 60); o fim do império colonial português (anos 70) e a entrada de Portugal na Comunidade Europeia (anos 80).

Nesta lógica, se parece difícil considerar Portugal um país de imigração (com cerca de 3% a 5% de imigrantes em relação ao total da população) comparando-o com países como o Luxemburgo (32%), a Alemanha (9%), a Bélgica (9%), a Áustria (9%), a França (6%), ou a Holanda (5%) não será arriscado falar de Lisboa (ou a Área Metropolitana de Lisboa ou a Região de Lisboa e Vale do Tejo) como uma área de atracção de fluxos migratórios ao longo das últimas décadas e, nesta análise, considerar a AML, com cerca de 5% de estrangeiros residentes no total da população, como uma «região de imigração»[112], distinguindo-a e separando-a

111. King e Kybaczuk, 1993 citado por Mendoza 1997: 3

112. Não deixa de causar alguma perplexidade o facto de a região com maior percentagem de estrangeiros não ser a área metropolitana de Lisboa mas sim o distrito de Faro (6,2%). No entanto, o facto de uma parte da imigração no Algarve ser constituída por uma população inactiva confere-lhe características distintas da AML. (cf. Censo, 1991). (Machado, 1999: 56).

do todo nacional. Centrar a análise na área metropolitana de Lisboa e compará-la com outras regiões metropolitanas é, por isso mesmo, um dos objectivos deste trabalho. A possibilidade de estudar de forma separada uma região ou área metropolitana torna possível destacar as suas características distintivas.

1.2. O Portugal migratório: as últimas décadas

No período que medeia entre os anos 50-60 e a actualidade, Portugal assistiu: a) a diferentes ciclos de emigração; b) ao retorno de emigrantes; c) ao repatriamento dos portugueses residentes nas ex-colónias; d) a uma migração de refugiados da guerra colonial; e) a diferentes ciclos e tipos de imigração laboral (de trabalhadores qualificados e de trabalhadores indiferenciados); f) e a uma imigração de indivíduos inactivos (estudantes ou reformados).

Perante este contexto, numa análise dos movimentos migratórios de e para Portugal, isto é, dos fluxos de entrada e de saída de migrantes, Portugal tem sido encarado e/ou conceptualizado de diferentes formas, consoante a ênfase de análise seja colocada numa ou noutra variável e/ou dinâmica explicativa. Tem sido conceptualizado como espaço de transição; como espaço de circulação ou como plataforma de redistribuição de diferentes fluxos migratórios, num percurso ou rota de passagem entre origem e destinos diversos (Baganha, 1991; 1998b)[113]. Complementarmente, outros autores vêm analisando Portugal como destino final de fluxos migratórios diversos, alguns (já) tradicionais, como os imigrantes dos países africanos de língua oficial portuguesa, ou os indianos (França *et al.*, 1992; Malheiros, 1996); outros emergentes, como os imigrantes magrebinos, paquistaneses, migrantes do leste da Europa (ex. Rússia, Moldávia ou Ucrânia); outros como correntes migratórias com alguma antiguidade mas sem grande significado estatístico, como os imigrantes originários do extremo oriente (ex. China) (Marques e Santos, 1997). Explicitemos um pouco melhor as diferentes abordagens.

113. Portugal como «crossing point», como centro de distribuição não é uma realidade recente nomeadamente para a emigração cabo-verdiana. António Carreia refere-se ao facto de Portugal já nos anos 60 ser uma ponte para a emigração para a Holanda ou para a Europa em geral (Carreira, 1982: 83).

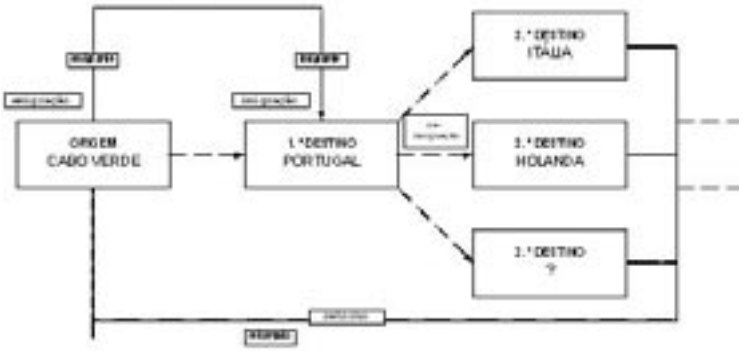
1.2.1. Plataforma giratória e/ou destino final?

A ideia de que Portugal assume, em alguns casos, o papel de plataforma giratória tem sido defendida por vários autores[114] que sustentam que Portugal não é, em muitos casos, o destino final dos migrantes que acolhe num dado momento, isto é, de acordo com o que defendem, em muitos casos a imigração para Portugal seria instrumental numa migração por etapas no intuito de atingir outros destinos. Este argumento, subsidiário em grande parte da ideia de que Portugal desempenha um papel de país semiperiférico no sistema mundial, defende que Portugal se constitui como um espaço intermédio entre as periferias, nomeadamente os palop, e o centro -designadamente outros países da Europa ou da América do Norte. Alguns migrantes, tendo em conta condições objectivas e condições subjectivas, escolheriam Portugal como destino final. Outros, porém, utilizariam Portugal como etapa num percurso migratório em direcção a outros destinos. A lógica de selecção dos países de destino variaria de acordo com a conjuntura social, económica e política do momento. Neste contexto, Portugal seria utilizado de diferentes maneiras, por distintos grupos de imigrantes, em diferentes épocas. Por exemplo, no caso dos imigrantes das antigas colónias portuguesas (e.g. os migrantes cabo-verdianos), Portugal, (em especial a região de Lisboa), poderia ser simultaneamente uma plataforma de redistribuição e uma base avançada do país de origem, funcionando como país-âncora para os migrantes que fixam residência em Portugal mas que trabalham, através de destacamentos ou como emigrantes temporários em outros países Europeus (Marques e Santos, 1997: 20)[115]. No caso dos cabo-verdianos, e utilizando a metáfora do arquipélago migratório (Malheiros, 2001) esta seria a "*nha terra* na ilha da terra longe".

114. Cf. designadamente Pires, 1993; Baganha e Leite, 1996; Baganha e Peixoto, 1996; Fonseca, 1997; Machado, 1997.

115. Como afirmam "we suggest this as our small apport to the hypothesis: besides a step toward higher wage countries, it can be used as an anchorage country for migrants from the former colonies who settle their families here, and work here or abroad, depending on the opportunities they can find available, and the specific stage in the family life cycles" (Marques e Santos, 1997: 20).

Figura 3.1
LISBOA COMO PLACA GIRATÓRIAS PARA AS MIGRAÇÕES CABO-VERDIANAS NA EUROPA



Já para outro tipo de imigrantes, como os imigrantes de leste (e.g. Moldavos, Ucranianos, Russos) Portugal funcionaria apenas como destino migratório final (temporário ou definitivo) porque, dadas as condições conjunturais actuais, seria um dos poucos países onde poderiam entrar, permanecer e trabalhar legalmente ainda que, aparentemente, numa lógica em que existe uma diferenciação por géneros, isto é, para Portugal migrariam mais os homens, para Itália, por exemplo, mais as mulheres. A ser verdadeira esta análise, mais uma vez seria realçado o papel desempenhado por Portugal enquanto país semiperiférico, assumindo algumas das características dos Estados centrais e outras dos Estados periféricos e, neste sentido, poderia ser em simultâneo país emissor, país re-emissor e país receptor de migrantes laborais.

1.2.1.1 Portugal carrefour migratoire

Pierre Guibentif (1995), por exemplo, numa perspicaz análise da função contemporânea de Portugal no contexto das migrações globais, resume o seu papel chamando-lhe carrefour migratoire. Este autor caracteriza o país como sendo tradicionalmente de emigração que, pouco a pouco, ao ritmo da chegada de diferentes tipos de fluxos migratórios, se vai tornando um país com imigrantes, mas (ainda) não um país de imigração. Guibentif aponta para a existência de três realidades diferentes quando definimos imigração em sentido abrangente – população que se desloca para um país para aí se instalar – três realidades distintas que, no caso português, é necessário separar para melhor compreender. Assim, temos: a) a imigração estrangei-

ra; b) o regresso ao país de emigrantes portugueses[116]; e, por último, c) um fenómeno que Guibentif caracteriza como "conjuntural mas com impacto considerável", o retorno das antigas colónias quando estas acederam à independência (Guibentif, 1995: 95)[117]. A análise do fenómeno das migrações, na lógica de abordagem deste autor, mostra como, só compreendendo uma dupla realidade, emigração e imigração, e uma tripla componente de imigração (emigrantes regressados[118], portugueses repatriados/retornados[119] e imigrantes) é possível compreender as migrações portuguesas contemporâneas. Neste sentido, para além da referência à emigração, no passado como na actualidade (Baganha, 1993; Peixoto, 1993; Baganha e Peixoto, 1996), é necessário uma menção ao retorno dos emigrantes, que terá atingido o seu máximo na primeira metade dos anos 80[120] (Silva *et al*., 1984, Cónim, 1985; Malheiros, 1996); ao processo de descolonização, que implicou a transferência de centenas de milhar de residentes nas ex-colónias africanas para Portugal (Pires et al., 1984) e, por último, à imigração para Portugal de indivíduos nacionais de países terceiros. De todos estes fluxos apenas o repatriamento dos nacionais portugueses das ex-colónias terminou[121]. Todos os outros: emigração, retorno de emigrantes e imigração permanecem como fluxos em aberto (Machado, 1997: 14).

116. Entre 1976 e 1980 regressaram da Europa cerca de 224 000 emigrantes portugueses. Entre 1980 e 1985 estima-se o retorno em cerca de 208.900 numa média anual superior a 40.000 (Silva et al., 1984: 59). Durante a segunda metade dos anos 80 regressaram ao país mais umas centenas de milhares de emigrantes portugueses (entre 2 e 4 centenas de milhar). Entre 1992 e 1997 a média anula de retornos foi de 21.800 (cf. INE, Estatísticas do Emprego, vários anos).

117. Guibentif (1995) ilustra a dificuldade que existe em lidar com estas dimensões da imigração através do jogo de palavras que é utilizado para denominar cada uma destas três realidades. De facto, os emigrantes regressados apelidam-se simplesmente de "emigrantes"; os repatriados das ex-colónias denominam-se "retornados", i.é, embora se tratem de dois fluxos de retorno de migrantes, os primeiros não são confundidos com os segundos; e os imigrantes estrangeiros de "imigrantes". Na realidade, acrescentaríamos nós, muitos dos "retornados" são também rotulados de "imigrantes" como procuraremos demonstrar ao longo das próximas páginas. Por seu turno, muitos dos emigrantes regressados e/ou dos seus descendentes obtiveram entretanto as nacionalidades dos países onde residiram (a contra-corrente dos fluxos migratórios). Por último, muitos dos imigrantes e/ou seus descendentes obtiveram entretanto a nacionalidade portuguesa. Desta breve apresentação resulta uma situação complexa que procuraremos, para o caso dos cabo-verdianos, destrinçar ao longo deste capítulo.

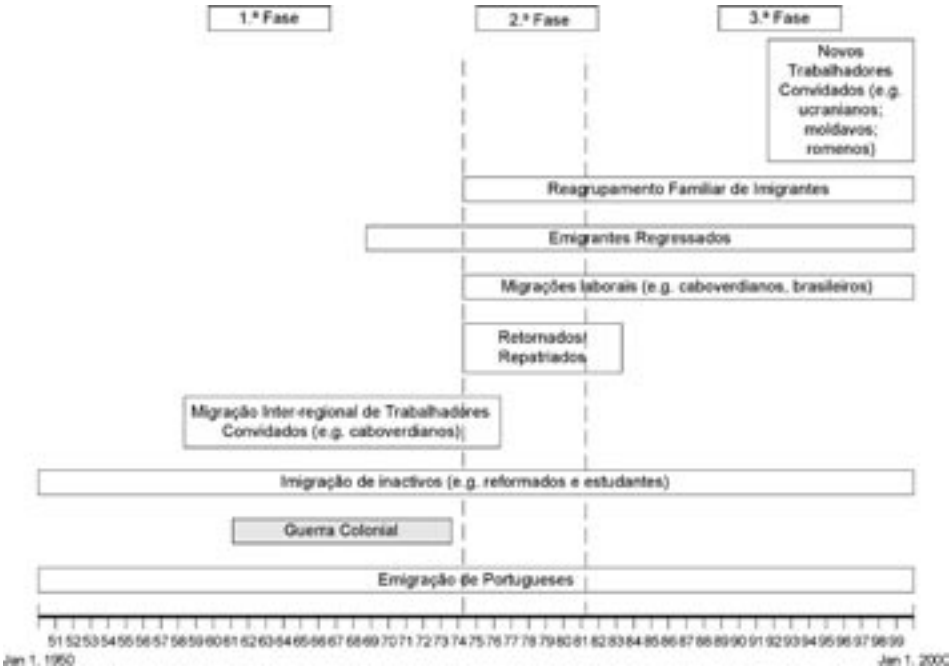
118. Sobre o regresso dos emigrantes existe uma extensa bibliografia. Ver, por exemplo, Brettell (1986), Reis e Nave (1986) e Cavaco (1993).

119. O retorno de emigrantes e o repatriamento das ex-colónias constituiu, como é assinalado em Esteves et al., "um efeito multiplicador e estruturante sobre a própria imigração" (1991: 12).

120. Em meados da década de 80 um estudo de Manuela Silva avaliava em cerca de 480.000 o número de emigrantes regressados entre 1966 e 1980 e apontava a possibilidade de, entre 1980 e 1990, regressarem a Portugal cerca de 390.000 (Silva et al., 1984).

121. Ainda que um número residual de casos remanescentes da Lei da Nacionalidade de 1975 (DL 308 -A/75, de 24 de Julho) se façam ainda sentir nomeadamente no que diz respeito ao direito à aposentação, renovação do Bilhete de Identidade ou do Passaporte (Baganha et al., 1998: 42).

Figura 3.2 - DIFERENTES FASES E TIPOS DE MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS PARA PORTUGAL



No nosso caso, é também partindo destas três componentes da (i)migração que procuraremos situar a comunidade cabo-verdiana em Portugal e os diferentes tipos de (i)migrantes que a compõem. É necessário, pensamos, um certo cuidado na utilização, e na própria definição, de conceitos vários, designadamente, o de imigrante; estrangeiro; luso-africano; retornado; repatriado ou emigrante regressado, para referir apenas alguns dos conceitos muitas vezes usados alternativamente ou até confundidos entre si. Veja-se o caso das estatísticas que muitas vezes nos devolvem a definição de conceitos que nelas introduzimos nomeadamente confundindo os nascidos nas ex-colónias (e.g. naturais de Angola) com estrangeiros residentes (e.g. os nacionais de Angola), no que parece ser o caso da já citada diferença entre as estatísticas do Ministério da Administração Interna (MAI) ou do INE em 1981 (cf. Baganha e Góis, 1999).

1.2.2 Emigração versus Imigração: substituição ou complementaridade

Em que medida é que a emigração portuguesa influencia a imigração para Portugal é uma questão que já alguns autores levantaram mas a que ainda não foi dada uma resposta definitiva (Baganha, *et al.*, 1998; Machado, 1997, 1999). Para além do facto, em si incoerente, de emigração e imigração conviverem num mesmo Tempo e Espaço, a circunstância de, em muitos casos, ocorrerem nos mesmos sectores de actividade é, no mínimo, um problema que deve ser debatido.

A emigração portuguesa que, ao longo das últimas décadas, tem convivido com uma imigração crescente parece não ter respectivamente como origem e como destino as mesmas zonas geográficas portuguesas[122]. A emigração tem uma origem praticamente indiferenciada, ainda que com incidências diferentes, na totalidade do país, enquanto que a imigração tem tido como pólo catalisador, sobretudo, uma região geográfica específica: a Área Metropolitana de Lisboa (AML) o que introduz novas variáveis nesta discussão bem como, sob um outro prisma, problemas na estrutura de desenvolvimento no país.

Complementarmente, como refere Fernando Luís Machado sobre as especificidades da imigração em Portugal, é necessário "confrontar o modo como tem evoluído a emigração portuguesa, num contexto em que a imigração é já um facto consolidado" (Machado, 1997: 15). Uma análise que terá que ter em conta características como os sectores (e.g. construção civil) de onde divergem ou para onde convergem respectivamente os fluxos de saída e/ou de entrada (Baganha, 1996)[123]. A convergência de movimentos migratórios de saída de trabalhadores portugueses para o estrangeiro e de entrada de mão-de-obra estrangeira em Portugal para os mesmos sectores – tradicionalmente sectores pouco exigentes quanto à qualificação profissional, como a construção civil e obras públicas, serviços domésticos, serviços de limpeza ou agricultura -, o que é em si mesmo um paradoxal desacerto teórico (Baganha e Peixoto, 1996, 1997), parece traduzir uma inadaptação da força de trabalho nacional ao mercado de trabalho português que, do mesmo modo que atrai uma mão-de-obra imigrante, repele a mão de obra nacional, num complexo e embricado processo que pode ser conceptualizado, por um lado,

122. Ainda que a crescente dispersão e o aumento de volume da imigração de leste (e.g. Russos, Moldavos, Ucranianos e Romenos) possa, no futuro, contrariar esta lógica.
123. Esta análise não pode, contudo, deixar considerar que a sua base estatística é oficial e que, portanto, muitos movimentos nos dois sentidos, pela sua clandestinidade, não estarão contabilizados.

como complementaridade e, por outro, como substituição mitigada da mão-de-obra nacional por mão de obra imigrante (Marques e Góis, 2000)[124].

Autores, como Jorge Malheiros (1996), contrariando este argumento defendem que a emigração portuguesa e a imigração para Portugal actuais são diferenciadas uma vez que, no caso da primeira, ocorreu um aumento do nível de escolarização (em relação a fluxos migratórios anteriores) e, por isso mesmo, o segmento de mercado em que se inserem são distintos, uma vez que a imigração para Portugal é na sua maioria constituída por indivíduos desqualificados ou pouco qualificados[125]. Se necessário fosse, o exemplo da actual imigração de trabalhadores qualificados do Leste europeu para Portugal contraria ou ultrapassa, à posteriori é certo, esta argumentação, mostrando que Portugal pode exportar e importar simultaneamente trabalhadores com níveis de qualificação semelhantes. Fernando Luís Machado, antecipando esta realidade, resolve, com mestria, esta dualidade de olhares sobre a mesma realidade, propondo uma síntese que, a nosso ver, deve ser objecto de um estudo profundo no futuro: "não é de excluir que as duas interpretações [complementaridade ou substituição] estejam correctas: os migrantes poderiam ser substitutos dos que partem e complementares dos que ficam" (Machado, 1999: 71). Os que partem (de cá ou de lá) não vão necessariamente exercer as mesmas profissões que exerciam no país de origem (e.g. mulheres inactivas em Portugal, vão trabalhar para os sectores de limpezas nos países de destino), mas a sua partida deixa vagos lugares em potenciais sectores de inserção em Portugal criando, numa cadeia de acontecimentos, espaço para a inserção de imigrantes. Assim, não é a partida de mão-de-obra nacional que, de forma directa, é substituída pela chegada de imigrantes para os mesmos sectores[126], mas o encadeamento de acontecimentos que gera uma complementaridade dos que chegam em relação aos que ficam, e uma substituição (por omissão) dos que partem.

124. Este debate constitui-se como uma importante área de debate sobre os efeitos da imigração de (e para) o mercado de trabalho em Portugal. De uma maneira geral, a empiria demonstra que a emigração dos trabalhadores pouco qualificados não tem efeitos sobre as remunerações dos trabalhadores nacionais qualificados, mas sim sobre os salários dos trabalhadores nacionais não qualificados e dos imigrantes mais antigos não produzindo, por outro lado, nem tensões no mercado de trabalho nem na inflação. Já no que à migração de trabalhadores qualificados diz respeito, a situação é bem diferente, na medida em que representa perdas, a diversos níveis, para o mercado de trabalho do país de origem designadamente em termos de produtividade potencial.
125. Claro que existe igualmente uma migração de indivíduos qualificados ou altamente qualificados mas constituem uma ínfima minoria no todo da imigração para Portugal (cf. Peixoto, 1998).
126. Veja-se o caso dos sectores de serviços de limpeza industrial ou doméstica e/ou do sector de construção civil onde a mão-de-obra nacional convive com a mão-de-obra imigrante num exemplo de complementaridade e a diminuição das migrações da província para a capital desta mesma mão-de-obra nacional, o que, num sector como o dos serviços pessoais e domésticos, constitui um exemplo de substituição.

Complementarmente com esta evolução, diversos estudos demonstram que, ao longo das últimas décadas, terá ocorrido em Portugal uma crescente segmentação dos mercados de trabalho, que abriu vagas para imigrantes recém-chegados. Nesta situação, mais do que uma carência absoluta de trabalhadores, o que parece é existir uma escassez relativa de mão-de-obra, para alguns sectores e sub-sectores de actividade e alguns empregos que são rejeitados pela população autóctone. Esta rejeição deve-se tanto a razões puramente laborais (estes empregos caracterizam-se por uma elevada precariedade, insalubridade e instabilidade), como a considerações de ordem social (são trabalhos de baixo prestígio social) e, por isso, rejeitados pelas gerações mais jovens que se vão incorporando no mercado de trabalho português. Estas novas gerações possuem níveis de educação relativamente mais elevados que as gerações antecedentes e, por isso, procuram outro tipo de empregos. Por outro lado, em simultâneo com a progressiva segmentação do mercado de trabalho, ocorreu uma alteração no tipo e na forma dos fluxos migratórios portugueses, quer nos fluxos internos, quer nos fluxos externos, o que, por arrastamento deixou livres postos de trabalho que passaram a ser ocupados por imigrantes. Tome-se como exemplo a carência de trabalhadores existente nos meios rurais que impedem a realização de múltiplas tarefas agrícolas e a recente ocupação (ou recriação) de postos de trabalho à muito deixados sem trabalhadores (e.g. imigrantes de Leste nas vindimas do Douro, mulheres búlgaras nas estufas do barrocal no Algarve).

Nesta perspectiva, a explicação ou análise da imigração laboral cabo-verdiana para Portugal surge, também ela, inserida num contexto complexo de (parcial) complementaridade e/ou de (parcial) substituição com os outros trabalhadores (portugueses e/ou estrangeiros) presentes no mercado de trabalho português[127]. Os trabalhadores migrantes cabo-verdianos foram chegando a Portugal alicerçados numa lógica duplamente diferenciada, por um lado, ao ritmo das conjunturas sócio-políticas nos dois extremos da cadeia migratória, por outro, ao ritmo das necessidades do mercado de trabalho português, em especial, como veremos, do segmento inferior do

127. O fluxo de cabo-verdianos para Portugal pode em paralelo ser associado de forma diferenciada a dois tipos de lógicas: (A) uma lógica colonial onde, à semelhança do que aconteceu com a Inglaterra até 1962 existia uma liberdade de movimento de indivíduos no interior do império (Cross e Waldinger, 1999: 29), portanto de complementaridade entre migrantes inter-regionais das colónias e os migrantes internos em Portugal. (B) uma lógica de onde se integra os fluxos de (e para) Portugal num sistema único de mobilidade onde a um fluxo de saída de trabalhadores portugueses para a emigração ou para a guerra colonial corresponde um fluxo de entrada de trabalhadores das colónias, portanto substituição de mão-de-obra. Os trabalhadores continentais portugueses seriam substituídos por trabalhadores com origem ultramarina.

mercado de trabalho de uma região específica: a área metropolitana de Lisboa. Explicitemos um pouco melhor esta história migratória.

1.3. A imigração contemporânea em Portugal: 1960 a 2001

Traçado que está um esboço de uma contextualização dos (i)migrantes em Portugal, voltemos um pouco atrás para, através de uma descrição circunstanciada, nos referirmos ao facto de, apesar de Portugal nos anos 60, não ser (ainda) um país de imigração ser já um país com imigrantes. Uma análise dos últimos censos, verificamos que o recenseamento geral da população de 1961 registava a existência de 29.428 estrangeiros residentes. Neste censo os maiores grupos de imigrantes eram o espanhol (40%) e o brasileiro (22%) e, facto importante, os indivíduos naturais das colónias portuguesas não eram (ainda) contabilizados como imigrantes (Esteves *et al.*, 1991: 20)[128]. Em 1975, residiam em Portugal, de acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), 31.983 estrangeiros legais, i. é, um aumento de apenas 8% em relação a 1960[129]. O recenseamento de 1981 detecta mais de 108.500 estrangeiros legalmente residentes (aumento de 269% em relação a 1960)[130] e revela uma alteração qualitativa das nacionalidades dos estrangeiros residentes com um aumento do peso relativo da comunidade imigrante de origem africana. A saber, em 1960 os estrangeiros residentes provenientes da Europa representavam 67% do total e o número de estrangeiros com origem em países africanos representava apenas 1,5% do total. O censo de 1981 denota a existência de 44% dos estrangeiros com proveniência em África (42% dos quais com origem num dos palop) e de 32,6% com origem na Europa. No mesmo ano os registos do Serviço de Fronteiras do Ministério da Administração Interna registavam que 27.287 estrangeiros residiam legalmente no país, apenas 25% do total indiciado pelo Censo de 1981 Em função destas alterações de fundo também outros grupos de nacionalidades assumem lugares diferentes numa hierarquia de países/regiões de origem. Neste contexto,

128. Durante o período colonial os movimentos populacionais entre a então metrópole e os actuais palop eram considerados migrações inter-regionais ou migrações locais, não sendo portanto incluídos nas estatísticas sobre estrangeiros (Pires, 1999: 198). Luís de França prefere afirmar que os cabo-verdianos eram considerados "portugueses circulando no território nacional" (França et al., 1992: 76).

129. Há algumas dificuldades de base que interferem numa análise da população imigrante em Portugal. Nomeadamente, a inexistência ou a limitação de fontes estatísticas credíveis e/ou comparáveis entre si acrescenta inúmeras dificuldades ao trabalho de investigação deste fenómeno (Baganha, 1996; Maria do Céu Esteves et al., 1991; Machado, 1994; Saint-Maurice, 1997).

130. A população portuguesa cresceu 12% no período 1960-1981 (Esteves et al., 1991: 21).

ocorre uma forte diminuição do peso relativo dos imigrantes espanhóis e norte-americanos, e um aumento significativo do número de franceses, alemães, venezuelanos e canadianos[131] (Esteves *et al.*, 1991: 23). Os estrangeiros de origem cabo-verdiana representam de acordo com o censo de 1981 cerca de 17% da população estrangeira residente, um pouco menos que os estrangeiros de origem angolana (18%). De acordo com estes dados conclui-se que, num período de 20 anos (1961-1981), ocorreu uma mudança significativa no volume e tipo de imigrantes que Portugal acolhe indiciando, por um lado, a aceleração do ciclo imigratório em curso desde os anos 60 e, por outro, um processo de heterogeneização da população estrangeira residente. A principal mudança ocorre quanto à geografia de origem dos migrantes que assume uma tendência marcada pelo aumento do peso relativo dos naturais dos países africanos de língua oficial portuguesa no total de migrantes e pela perda do peso relativo dos «tradicionais» migrantes para Portugal nomeadamente dos europeus, brasileiros e/ou norte-americanos. É também possível verificar uma alteração no que concerne ao grupo etário dos imigrantes, designadamente dos imigrantes em idade activa e pré-activa (menos de 15 anos) e dos sectores de actividade que os acolhem. Entre 1960 e 1981 ocorreu um rejuvenescimento da população estrangeira legalmente residente em Portugal, com um significativo crescimento do grupo de indivíduos com menos de 15 anos (de 15% em 1960 para 42% em 1981); um reduzido crescimento do grupo dos 15 aos 39 anos (32% em 1960 para 36% em 1981); ma redução significativa do grupo dos 40 aos 64 anos (de 40% em 1960 para 16% em 1981); e um decréscimo do peso relativo dos pós activos com mais de 64 anos (de 14% em 1960 para 7% em 1981). O acentuado aumento do peso relativo dos grupos etários mais jovens leva a que se verifique uma redução da percentagem de estrangeiros com actividade económica que decresce acentuadamente (de 42% em 1960 para 30% em 1981) (Esteves et al., 1991). Na distribuição dos estrangeiros activos por sectores de actividade, importa assinalar a redução do número de estrangeiros envolvidos em actividades comerciais (de 34% em 1960 para 17% em 1981) e o aumento do peso relativo do sector da construção civil e obras públicas no total de estrangeiros activos com profissão em 1960 de 3% para 22% em 1981 (Esteves et al., 1991: 23-25). Reflectindo o aumento do número de migrantes originários dos Palop, designadamente dos cabo-verdianos, este sector tornou-se desde então o principal sector integrador dos imigrantes em Portugal à semelhança do que sucede em outros países (Mendoza, 1997).

131. Que parece denunciar quer o movimento de retorno de emigrantes portugueses, quer a contra-corrente migratória que a estes está associada (Jackson, 1991: 21; Blanco, 2000: 62).).

No que diz respeito à distribuição geográfica dos migrantes as diferenças verificadas no período em análise são igualmente de assinalar. Assim, em 1960 a região de Lisboa concentrava 53,4% dos estrangeiros legalmente residentes (49,6% no distrito de Lisboa), a região Norte 20,9% (13,3% no distrito do Porto), a região Centro 20,1% (7,6 no distrito de Aveiro); a região Sul 6,2% (4,2% no distrito de Faro); os Açores 2,6% e a Madeira 4,0%. Em 1981 aumenta a dispersão geográfica da localização de estrangeiros por distritos embora ocorra uma concentração de determinados grupos de nacionais. O peso relativo da região de Lisboa decresce (45,6% em 1981) com o distrito de Lisboa (35,1% em 1981) a perder peso no seio da Área Metropolitana de Lisboa[132] em favor do distrito de Setúbal (de 2,8% em 1961 para 8,1% em 1981). Se tomarmos como referência a Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) uma das cinco regiões administrativas em que se divide o país, esta realidade fica igualmente evidente. A evolução de 1981 para 1991 mostra um decréscimo do peso geral da imigração na RLVT, mas uma manutenção da grande concentração dos migrantes cabo-verdianos. No interior da RLVT ocorre uma concentração da imigração, sobretudo na AML. O facto de estes estrangeiros, e muito especialmente os de origem africana, se concentrarem, sobretudo, na AML (46,6% do total de estrangeiros e 57% dos africanos – INE, 1991) confere características especiais a esta região no panorama nacional ou Europeu. Adicionalmente, é necessário ter em conta que mesmo no seio da AML a distribuição espacial da população imigrante é bastante desigual, havendo uma forte concentração em alguns concelhos da Grande Lisboa – Lisboa; Amadora, Loures e Oeiras – e no distrito de Setúbal (e.g. Seixal, Almada, Barreiro), embora com percentagens mais baixas do que as registadas em qualquer dos concelhos anteriormente referidos (Malheiros, 1996). A área metropolitana de Lisboa concentra a maioria dos migrantes originários dos palop e, no caso dos cabo-verdianos, os distritos de Lisboa e Setúbal concentram mais de 90% dos residentes em Portugal (França et al., 1992: 274). Concelhos como Amadora, Oeiras, Loures, Lisboa e Seixal concentram, no interior da AML a esmagadora maioria destes cabo-verdianos. A Região Norte (RN), no seu todo, ganha peso relativo com o distrito do Porto a crescer em percentagem e em valores absolutos quase triplicando o número de estrangeiros residentes (9,9% em 1981). A Região

132. De acordo com uma prática corrente na análise contemporânea das migrações em Portugal (Cf. Esteves et al., 1991; Baganha, 1996, 1998; Malheiros, 1996, etc.) -e uma vez que a grande maioria da população dos distritos de Lisboa e Setúbal reside em concelhos integrados na Área Metropolitana de Lisboa-assumem-se estes dois distritos como AML. (A Área Metropolitana de Lisboa é composta actualmente por 18 concelhos: Alcochete, Almada, Amadora, Azambuja, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Oeiras, Mafra, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra, Vila Franca de Xira).

Centro (RC) e o Algarve à semelhança do total do país, crescem em termos relativos e absolutos e, dentro destas os distritos de Aveiro (7,6% em 1981) e de Faro (4,2% em 1981) destacam-se como os distritos de maior concentração de imigrantes. No conjunto sete distritos (Lisboa, Porto, Setúbal, Aveiro, Braga, Faro e Funchal) concentram quase 75% da população estrangeira legalmente residente em Portugal. O censo de 1991 denota uma evolução das características da população estrangeira legalmente residente, designadamente uma diminuição estatística do total de estrangeiros legalmente residentes que uma análise do quadro 3.3 permite contradizer. No entanto, como afirma Jorge Malheiros o decréscimo do número de estrangeiros recenseados entre 1981 e 1991 "estará certamente associado a diferenças no tipo de respostas que foram dadas nos dois censos (...) uma vez que todas as outras fontes (e.g. SEF, OCMP) apontam para um claro crescimento da população estrangeira instalada no país" (Malheiros, 1996: 79).

Estas características das populações imigrantes em Portugal vão manter-se ao longo da década de 80[133] e parte da década de 90. A hierarquia dos países/regiões de origem não é alterada neste período, ocorrendo, contudo, uma modificação do peso relativo de alguns países, designadamente de Angola (de 18% em 1981 para 8,8% em 1991)[134], de Cabo Verde (de 17,1% em 1981 para 14, 7% em 1991), do Brasil (de 9,2% em 1981 para 12,7% em 1991), da Venezuela (de 5,4% em 1981 para 7,9% em 1991), da Grã-Bretanha (de 2,9% em 1981 para 5,6% em 1991). O censo de 1991 vai pronunciar algumas mudanças na estrutura dos migrantes em Portugal, mudanças essas que analisaremos mais à frente focalizando a nossa análise nas migrações cabo-verdianas.

No período (1980-2000), não apenas o número de estrangeiros aumentou, crescendo em média anualmente cerca de 3,5% nos primeiros 20 anos, cerca de 6,4% entre 1980 e 1990 e, ao longo da última década, mais de 9% ao ano, como a sua origem, tipo e formas de inserção na sociedade portuguesa foram profundamente alterados (Pires, 1999: 197). De acordo com vários autores (Esteves *et al.*, 1991; Baganha, 1996; Mendoza, 1997) é nesta época que devemos colocar a fronteira entre as diferentes funções que Portugal desempenha no contexto migratório global, isto é, a transição de país emissor para país receptor de migrantes.

133. Para uma análise da imigração em Portugal nos anos 80 é fundamental a obra coordenada por Maria do Céu Esteves et al. (1991).
134. A diminuição do número de cidadãos estrangeiros naturais de Angola corresponderia à correcção estatística (de 1981 a 1991) da sobre-representação verificada em 1981 "pois uma parte da população oriunda das ex- poderia ainda não ter obtido a naturalização e/ou ter dúvidas quanto à sua nacionalidade" (Malheiros, 1986: 80).

A imigração para Portugal, com especial incidência a partir das alterações estruturais verificadas desde 1975 (e mais acentuadamente desde os anos 80), permite, pensamos, reformular o papel de Portugal no contexto das migrações globais alicerçando-o numa lógica em que, simultaneamente, coincide o fim de império colonial, com o desenvolvimento de migrações internacionais de trabalho para (e a partir de) Portugal. Neste sentido se, por um lado, é lícito situar as bases da imigração tradicional para Portugal na década de 60 (período final do império colonial), por outro, é muito difícil partir desta base e compreender os novos grupos de nacionais que vêm chegando a Portugal, em particular após 1980, sem uma inserção destes num contexto de migrações internacionais do trabalho.

É possível, de acordo com estes pressupostos, dividir a população estrangeira residente actualmente em Portugal em três grandes grupos tradicionais e, numa análise dos últimos anos, adicionar-lhe um outro grupo (ainda) genérico:

1. Um primeiro grupo constituído pelos imigrantes originários de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop), i. é, de Cabo Verde, angola, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Moçambique, na sua maioria migrantes laborais e que apresentam um conjunto de características comuns (Baganha 1996, 1998b);
2. Um segundo grupo, composto por indivíduos com origem no Brasil, também eles migrantes laborais na sua maioria e que podem ser divididos em dois grandes subgrupos, o dos trabalhadores pouco ou não qualificados e o dos migrantes altamente qualificados (Peixoto, 1998);
3. Um terceiro grupo será, nesta perspectiva, integrado por indivíduos com origem em países da União Europeia, que poderá ser igualmente dividido em dois grandes subgrupos: o dos quadros empresariais, indivíduos altamente qualificados; e os dos migrantes inactivos, reformados que, a exemplo do que acontece noutros países do sul da Europa, escolhem o mediterrâneo como destino de reforma;
4. Um quarto grupo, composto por indivíduos que não têm qualquer ligação com Portugal (i. é, não têm como origem os palop, o Brasil, ou países da UE) e que escolhem Portugal ou como destino migratório final ou, em alternativa, como «porta de entrada» na «fortaleza» europeia, isto é, vêm para Portugal integrados numa imigração directa ou em migrações de passagem (Machado, 1997: 11)[135]. Neste grupo incluiríamos indivíduos de nacionalidades tão diversas como os chineses, indianos, zairenses, senegaleses, marroquinos, ucranianos, moldavos, romenos, etc. Este grande grupo contém quer trabalhadores desqualificados quer

indivíduos com elevadas qualificações académicas, mas que não conseguem de imediato o reconhecimento dos seus diplomas e, portanto, vão inserir-se no mercado secundário de trabalho exercendo funções desqualificadas.

Num contexto de fim de império colonial, as migrações de e para Portugal sofrem um conjunto de mudanças estruturais modificando o próprio lugar do país no sistema das migrações internacionais. No entanto, a partir desta simples divisão em grupos de nacionais, é possível iniciar uma abordagem do papel desempenhado pelos migrantes cabo-verdianos na recente história imigratória em Portugal. Ainda assim, se, ao invés de considerarmos a população imigrante sob o ponto de vista meramente jurídico, isto é, a população estrangeira residente em território nacional, considerássemos um conceito mais abrangente de fluxos de entrada no país, a exemplo do conceito utilizado por Pierre Guibentif (1995), então talvez a realidade portuguesa se apresentasse de outra forma já que, certamente estaríamos a falar de valores muito mais elevados de (i)migração. Basta referir os movimentos de regresso de emigrantes portugueses, o movimento de retorno das ex-colónias, o movimento de repatriamento das ex-colónias, a (i)migração para Portugal (ao abrigo do principio do jus sanguinis) de descendentes de emigrantes portugueses (e.g. brasileiros, venezuelanos, sul africanos) e a imigração ao abrigo de acordos bi-nacionais (como a Convenção de Brasília de 1971 ou do Tratado de Amizade, cooperação e consulta entre Portugal e o Brasil de 2000), ou multinacionais (como o Acordo de Shenghen). Por outro lado, muitos são os migrantes que não constam das estatísticas oficiais portuguesas, designadamente, os imigrantes entretanto naturalizados portugueses, os imigrantes ilegais, os imigrantes temporários ilegais, os imigrantes de um país terceiro detentores de um passaporte de um país da União Europeia, ou os imigrantes circulatórios e, em muitos casos, os imigrantes transnacionais. Para algumas destas situações os migrantes cabo-verdianos em Portugal e na Europa podem ser excelentes exemplos. As diferentes fases que a migração cabo-verdiana sofreu em Portugal são complementares nesta análise, mas merecem ser analisadas em separado, o que faremos de seguida.

135. Como afirma Machado "a proporção de encaminhamento para países terceiros a partir de Portugal não é de desprezar, mas é muito difícil de contabilizar já que este encaminhamento é, muitas vezes, feito através dos circuitos de imigração clandestina. Por outro lado, muitas destas migrações tendem a ser circulares, de ida e vinda para Portugal, sem uma sazonabilidade definida em função das oportunidades de trabalho em cada momento e lugar" (Machado, 1997: 14).

1.4. Um regresso (tardio) das Caravelas: cabo-verdianos de migrantes a imigrantes, 1960-1999

1.4.1. Cabo-verdianos Trabalhadores Convidados: a 1.ª fase

Vários autores vêm assinalando as dificuldades que as estatísticas do INE têm em detectar a origem das comunidades imigrantes dos Palop antes da redefinição conceptual provocada pela independência destes países[136] e apenas parcialmente assumida pelos recenseamentos gerais da população de 1981 e de 1991 (Rodrigues, 1989; Esteves *et al.*, 1991; Baganha, 1996; Baganha e Góis, 1999; Pires, 1999). Ainda assim, é geralmente aceite que as origens da comunidade caboverdiana em Portugal podem ser encontradas nos anos 60, altura em que migram para a (então) metrópole um número significativo de trabalhadores cabo-verdianos para laborarem na construção civil e obras públicas (ex. auto-estradas, ponte 25 de Abril, indústria mineira, etc.)[137]: As entrevistas por nós realizadas permitem anotar com clareza este período:

> "Antes do 25 de Abril não era preciso visto. Vieram com uma carta de chamada" (*in* Entrevista n.º 11).

136. De facto não foi a independência destes países o factor responsável por esta lacuna nas estatísticas mas as mudanças nas leis de nacionalidade em Portugal e nos palop. Segundo a Lei n.º 2098 de 29 de Julho de 1959 "todas as crianças nascidas em território português são portuguesas". Em 1975 através do decreto-lei n.º 308-A de 24 de Junho de 1975 a Lei da Nacionalidade é revista restringindo a manutenção da nacionalidade portuguesa aos residentes nas ex-colónias que tivessem nascido em Portugal ou que tivessem ascendência portuguesa, abre, no entanto algumas possibilidades aos "indivíduos que tivessem nascido em Portugal ou evidenciassem um desejo inegável de se tornarem portugueses". A Lei 113/88 de 29 de Dezembro suspende esta possibilidade.Entretanto, em 1981 duas novas leis -o DL 264-B/81 (regulamenta a entrada, permanência e saída de estrangeiros -e o DL 37/81 - Lei da Nacionalidade- modificaram o sistema de entradas e permanência do país e, especificamente no segundo caso, levou ao abandono do jus soli e à adoptação do jus sanguinis o que cria ainda novas dimensões a estas problemáticas. (cf. Baganha et al., 1998: 35; Baganha e Góis, 1999: 259). Nos anos 90 e no ano 2000 foram alteradas diversas leis no que concerne aos estrangeiros. O enquadramento jurídico das diferentes leis, em diferentes épocas, e, nomeadamente, as referentes aos estrangeiros residentes, à regulação de entradas, de concessão de vistos, de direito de trabalho, ou os acordos bilaterais, revela-se por vezes contraditório entre si (Baganha, Ferrão e Malheiros, 1998) pelo que devem merecer uma análise pormenorizada. Sobre este tema ver o trabalho coordenado por Baganha, Ferrão e Malheiros de 1998 em que no Anexo C é realizada uma análise do enquadramento jurídico-legal da imigração em Portugal. Para uma análise da evolução das leis de nacionalidade portuguesas no pós 25 de Abril de 1974 cf. Ramos, 1976, 1982, 1996.

137. A migração de cabo-verdianos para Portugal data do início do império colonial português (séc. XV/XVI). No caso da migração contemporânea de cabo-verdianos para Portugal, esta deve ser inserida num contexto mais vasto da emigração caboverdiana. De facto, Portugal a exemplo de outros países europeus (e.g. Holanda, França), só após a segunda guerra mundial se tornou um dos principais destinos migratórios para os imigrantes cabo-verdianos, como mostrámos numa outra parte deste trabalho.

> "Há factores que levam o cabo-verdiano a sair. A falta de chuva, a seca prolongada, é um dos elementos que mais dá origem à emigração caboverdiana. Foram para São Tomé, foram para Angola ou foram para Moçambique. Há outros que também emigram, que é o caso dos que sabem ler ou que têm habilitações suficientes para se defenderem. Mas, a emigração caboverdiana só começa após o 25 de Abril, porque antes eram portugueses, éramos portugueses. Agora, após o 25 de Abril é que surge realmente a emigração, antes era apenas uma movimentação" (*in* Entrevista n.º 12).

Nos anos 60 Portugal, a exemplo de outros países europeus[138], iniciou uma política de recrutamento de mão-de-obra que, não sendo habitualmente considerada como tal deve, na nossa opinião, ser conceptualizada como uma política de "gasterbeiter"[139] - trabalhadores convidados -, recrutando trabalhadores no interior do seu império colonial para suprir necessidades de mão-de-obra na metrópole[140]. Estes trabalhadores, cabo-verdianos na sua maioria, chegaram a Portugal contratados como mão-de-obra de substituição (Esteves *et al.*, 1991: 20; França *et al.,* 1992: 20) suprindo a mão-de-obra local (que, por sua vez, emigrara para outros países europeus[141]

138. Como a Alemanha, a Inglaterra a França ou a Holanda (cf. Cross e Waldinger 1999: 39).
139. Á luz das teorias capitalistas podemos entender este sistema de gasterbeiter como uma tentativa de beneficiar economicamente, numa perspectiva colonial, do excesso do que Karl Marx denominou de «exército industrial de mão-de-obra» aproveitando a coincidência de várias circunstâncias designadamente pelo facto de Portugal estar carenciado de mão de obra sobretudo masculina, não necessariamente qualificada e de em Cabo Verde existirem factores de repulsão como a seca e o desemprego.
140. Esta mobilidade da força de trabalho no interior do Império foi, de início, uma migração forçada, de colonos e, sobretudo, de escravos. Com a abolição formal da escravatura no século XIX [ver ano correcto] a migração forçada assumiria outras formas mas com os mesmos intuitos. A migração de cabo-verdianos para S. Tomé e Príncipe enquadra-se, como vimos, nesta lógica. A migração de cabo-verdianos para Portugal nos anos 60 assume o mesmo tipo de dinâmica mas sem o ónus do constrangimento antes imposto aos cabo-verdianos. (Para um desenvolvimento desta problemática rever os trabalhos de António Carreira (1977, 1983).
141. O movimento emigratório português em direcção aos países da Europa central e do norte tem origem no pós segunda guerra mundial e foi induzido pelo desenvolvimento económico suscitado pela reconstrução dos países integrados no plano Marshall. Esse movimento viria a acentuar-se na década de 60 e início da década de 70. Segundo Ferreira e Rato "foi, também, nesse período que alguns dos países europeus mais desenvolvidos passaram a encorajar a imigração de populações não europeias, alargando a geografia de recrutamento da mão-de-obra estrangeira. Esta política está em parte relacionada com o processo de acesso à independência dos territórios coloniais de alguns países europeus (França, Inglaterra e Holanda), mas respondeu, também, à necessidade de colmatar o défice em mão-de-obra decorrente da diminuição dos fluxos emigratórios tradicionais, provenientes do sul da Europa (Itália e Espanha). O êxodo emigratório português, da década de 60, insere-se igualmente neste contexto" (2000: 3). A emigração cabo-verdiana para a Holanda faz parte do todo que foi a emigração portuguesa desta época.

(ex. França ou Alemanha) ou fora enviada «travestida» de soldados para a guerra colonial[142] (Saint-Maurice e Pires, 1989; Saint-Maurice, 1995). Como se detecta nas entrevistas realizadas:

> "Isso tem a ver com aquela fase em que os homens foram para guerra, e houve um recrutamento da mão-de-obra africana para as obras públicas. Isso também criou uma mentalidade - olha, é cabo-verdiano, então, é pedreiro. Outra coisa que provocou a grande emigração para aqui, foi a própria guerra colonial. Vieram ocupar aquele espaço porque, entre as roças de S. Tomé, onde passavam mal, e vir para aqui, aí prefiram vir para aqui." (*in* Entrevista n.º 12).

Ao seu modo, estes migrantes inter-regionais, vão funcionar como trabalhadores convidados e substituir os (trabalhadores) emigrantes portugueses que se transformaram em guest-workers nos países da Europa Central ou do Norte (Ribeiro, 1986). Já no final dos anos 80 Luís de França, referindo-se à migração de cabo-verdianos para Portugal nos anos 60 e 70 assinalava uma realidade que ainda hoje permanece na sociedade portuguesa. Esta (aparente) contraditória coexistência entre emigração e recurso à imigração não é mais do que a tradução do lugar semi-periférico que Portugal ocupa face ao processo de acumulação capitalista à escala mundial, numa dupla relação de dependência-dominação (colonial), com predominância da primeira (França *et al.*, 1992: 103).

Os trabalhadores cabo-verdianos inseriram-se nos sectores da economia que, à época, mais carentes estavam de mão-de-obra designadamente, no sector da construção civil e obras públicas e, de forma maioritária concentraram-se na Área Metropolitana de Lisboa (AML) (Saint-Maurice, 1997: 49). Outros grupos de migrantes foram instalar-se noutras áreas geográficas e trabalhar em outras actividades. O Algarve, região que se começa a desenvolver turisticamente nesta época, foi um dos locais de atracção sendo que, neste caso, a inserção laboral ocorreu igualmente no sector da construção civil e obras públicas. O governo e as empresas portuguesas começaram a incentivar a imigração de trabalhadores cabo-verdianos também para algumas fábricas da margem sul do Tejo e para o sector mineiro, com carências de mão-de-obra devido à emigração. De acordo com Luís de França e colaboradores "o recurso à mão-de-obra de Cabo Verde era apoiado pelo Governo [português] como resposta, por um

142. Como é referido em Esteves et al. "embora de reduzida dimensão quantitativa se avaliada por referência aos valores de hoje, esta população (i)migrante criará no entanto as bases para o estabelecimento de uma cadeia migratória consolidada entre Cabo Verde e Portugal" (1991: 20).

lado, às necessidades do Continente e, por outro, à situação de fome e seca que então se fazia sentir no arquipélago" (1992: 76). O sancionamento político e o «convite» aos trabalhadores parecem, neste sentido, ser duas faces da mesma moeda[143].

De acordo com vários autores, nesta fase as mulheres cabo-verdianas migrantes ainda eram poucas, mas já se verificava uma especialização no trabalho doméstico (a dias ou como empregadas domésticas internas). Neste período a migração de cabo-verdianos seguia uma lógica tradicional, começando por ser essencialmente masculina, numa primeira fase composta por homens jovens em idade de trabalhar, rapidamente, em virtude do reagrupamento familiar, se feminiza formando comunidades mistas. Ainda hoje, quando entrevistamos instituições ou entidades que trabalham com a comunidade cabo-verdiana, alguns destes cabo-verdianos chegados na década de 60 ou 70 são citados:

> "Se nós formos recuar à história vemos que quando veio um grande fluxo de migração para aqui para a construção. Para substituir a mão-de-obra que foi para a guerra colonial e foi para França. (...) Há cabo-verdianos que estão aqui há 20, 25 anos, 30 anos. Que vieram na altura da construção da ponte sobre o Tejo, aqui em Lisboa. Foram atraídos porque não havia homens portugueses para trabalhar nas obras. Antes do 25 de Abril vinham com a nacionalidade portuguesa..." (*in* Entrevista n.º 9).

> "(...) Nós poderemos é fazer uma pequena história dos anos antecedentes ao 25 de Abril em que os imigrantes cabo-verdianos chegavam cá sem qualquer obstáculo, sem qualquer problema. Cabo Verde era uma das colónias, uma das províncias portuguesas e todos nós tínhamos nacionalidade portuguesa e vínhamos para cá sem qualquer problema. O meu caso, por exemplo, eu vim antes do 25 de Abril, era só pedir autorização e dizer que queria fixar residência cá, no continente" (in Entrevista n.º 6).

"Pelos anos 70 ou 71, houve um organismo, o Centro de Apoio aos Trabalhadores Ultramarinos (CATU), que dava uma pequena ajuda. Estavam no aeroporto a tentar ver se recebiam as pessoas. Houve umas que vinham assim em dificuldades, e depois eram encaminhadas". (*in* Entrevista n.º 6)

143. O governo liderado por Marcelo Caetano incentivou a migração de cabo-verdianos para Portugal através da criação de um Centro de Apoio aos Trabalhadores do Ultramar (CATU) que acolhia estes migrantes e os encaminhava para os sectores mais necessitados de mão-de-obra.

"(...) Temos aqui cabo-verdianos que cá estão há 20, 25 anos, 30 anos. Que vieram na altura da construção da ponte sobre o Tejo, aqui em Lisboa. Que foram atraídos porque não havia homens portugueses para trabalhar nas obras e então deixaram vir os cabo-verdianos" (*in* Entrevista n.º 8)

"(...) temos um fluxo de imigração recente, que data dos finais dos anos sessenta, que foi um programa de emigração orientada. As pessoas começaram a emigrar para Portugal porque foram orientados para esse mercado de trabalho. Por razões que se explicam. Por um lado, havia em Portugal uma escassez de mão-de-obra resultante da sustentação de três frentes de guerra colonial e da fuga dos portugueses para França, da imigração massiva praticamente dos portugueses para França nessa altura. Havia alguns grandes projectos de criação de infra-estruturas, que foram lançados nessa altura, com carência de mão-de-obra, que não havia disponível em Portugal. Por outro lado, em Cabo Verde estava-se a atravessar uma seca longa e persistente com efeitos bastante graves no conjunto da sociedade cabo-verdiana. Então, os governos, o governo português e o governo colonial de Cabo Verde, propuseram um programa conjunto de orientação da emigração para Portugal. Foi assim que nos finais dos anos sessenta começaram a chegar, a desaportar em Portugal, vagas de imigrantes que vinham e instalavam-se nos estaleiros das grandes obras do Metropolitano de Lisboa, do Complexo de Sines, da urbanização J. Pimenta, da auto-estrada de Lisboa, enfim. Grandes vias de comunicação, grandes estradas. Esse é o motivo porque houve esse forte fluxo migratório, que tem praticamente 30 anos de existência em direcção a Portugal" (*in* Entrevista n.º 5).

Este grupo de migrantes, alguns (poucos) milhares de indivíduos, vão tecer a rede onde se acolherão os migrantes futuros. Os sectores de incorporação laboral estão já bem definidos assim como as regiões geográficas de concentração preferencial. Ao longo dos 30 anos seguintes esta rede irá tornar-se mais complexa e ganhar uma maior volume com uma maior dimensão numérica, mas as suas características basilares permanecerão como que inalteradas.

1.4.2. Cabo-verdianos Retornados/Repatriados: a 2.ª fase

Nos anos 70, com a independência de Cabo Verde e das outras colónias portuguesas em África, ocorre um repatriamento de cabo-verdianos incluído no

movimento de retorno das ex-colónias. Este processo, com origem na guerra colonial (1962-1974)[144], vai atingir o seu auge na segunda metade dos anos 70 com o repatriamento de centenas de milhares de colonos portugueses, de algumas dezenas de milhar de funcionários da administração colonial e suas famílias e de um número assinalável de refugiados[145] (Pires, 1999). De entre o conjunto de retornados/repatriados muitos eram cabo-verdianos com nacionalidade portuguesa[146] e concentraram-se igualmente na Área Metropolitana de Lisboa tirando partido da existência de conterrâneos já instalados.

O número de cabo-verdianos incluído no total de "retornados" é muito difícil de calcular dada a inexistência de fontes estatísticas credíveis que descriminem os indivíduos naturais de Cabo Verde ou de ascendência cabo-verdiana de entre o total de retornados. Embora não haja o hábito de referir a existência de outros retornados do império, quando este chega ao fim, para além do retorno colónias-metrópole outros retornos/repatriamentos tiveram lugar. No caso dos cabo-verdianos, com comunidades imigradas noutras ex-províncias ultramarinas portuguesas (ex. São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Timor ou Macau) este retorno/repatriamento teve um impacto profundo ao nível socio-económico no arquipélago (Carreira, 1983). Muitos destes cabo-verdianos, porém, não regressaram a Cabo Verde, alguns vieram para Portugal, outros movimentaram-se, aproveitando a nacionalidade portuguesa, em direcção a outros destinos, designadamente EUA, Brasil, Holanda, França, África do Sul, etc.. Entre 1974 e 1976, no contexto do movimento então proveniente das ex-colónias, na sequência das respectivas independências, verificou-se, portanto, um afluxo considerável de cabo-verdianos, quer oriundos de Cabo Verde directamente, quer das

144. Para uma análise geral do movimento de retorno das ex-colónias cf. Pires et al., 1984. Sobre o impacto da guerra colonial na vida política e social portuguesa ver Pinto, A. Costa Pinto "A guerra colonial e o fim do império português", in Francisco Betencourt e Kirti Chaudhusi (orgs.), História da Expansão portuguesa, vol. V, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 65-101.
145. O retorno dos colonos portugueses em África foi objecto de um conjunto amplo de investigações.. Cf um artigo síntese por Pires (1999).
146. O Decreto Lei 308-A/75 de 24 de Julho vai retirar retroactivamente a nacionalidade portuguesa a muitos destes migrantes cabo-verdianos transformando-os em imigrantes. Esta Lei deixa contudo em aberto a possibilidade de conservar ou obter a nacionalidade portuguesa ao abrigo do seu artigo 5.º. Posteriormente a lei da Nacionalidade (Lei n.º 37/81 de 3 de Outubro) vai modificar o principio de atribuição da nacionalidade do Jus soli em favor do Jus sanguini. De acordo com o DL 308-A/75 de 24 de Julho apenas os descendentes, até ao terceiro grau, de naturais do continente português ou das ilhas adjacentes, ou os residentes em Portugal continental, Açores ou Madeira há mais de 5 anos, à data do 25 de Abril de 1974, puderam conservar a nacionalidade portuguesa. Este dispositivo legal vai afectar particularmente os retornados/repatriados cabo- verdianos retirando-lhes retroactivamente a nacionalidade portuguesa. Só em 1988 é que foi revogado o D.L. 308-A/75 de 24 de Julho.

outras ex-colónias (como a Guiné-Bissau e Angola), onde exerciam tarefas administrativas das mais diversas, designadamente ligado as ao exército colonial português, à administração colonial e aos seus serviços.

Complementarmente, também a independência de S. Tomé e Príncipe implicou a deslocação para Portugal de muitos trabalhadores cabo-verdianos aí instalados, não sendo, porém, possível calcular os respectivos números por se incluírem naquele movimento mais vasto (França *et al.*, 1992: 104; Gomes, 1999: 16). Veja-se um exemplo:

> Ao pôr-do-sol, João Tavares, de 68 anos, já tinha bebido duas ponchas (aguardente com mel, de fabrico caseiro), ao pé das mulheres que vendiam doces de coco e pastéis salgados, também caseiros. Com o batuque em fundo, João aspirava rapé e contava a sua vida, que parece o itinerário da emigração cabo-verdiana: sete anos em São Tomé, a trabalhar no cacau no café e na banana, e depois 20 anos como cantoneiro em Portugal. Tem planos de voltar para a sua casinha na Cidade da Praia (in http://www.instituto-camoes.pt/arquivos/musica/festafricana.htm).

Estes movimentos, que sabemos ter existido, estão muito pouco estudados. No entanto, como referem Esteves e colaboradores:

> "o retorno de emigrantes e o repatriamento das ex-colónias não representam apenas um episódio complementar no processo de inversão dos movimentos migratórios que transformou Portugal de país de emigração em país de imigração. A análise dos dados sobre a imigração permite de facto concluir (...) que também estes movimentos de retorno tiveram um efeito multiplicador e estruturante sobre a própria imigração" (Esteves *et al*. 1991: 12).

Para a escolha da região de Lisboa e do Algarve como áreas preferenciais de fixação dos cabo-verdianos terão contribuído cumulativamente dois factores: em primeiro lugar, a prévia concentração nestas regiões de *patrícios* chegados nas décadas anteriores constituía a única ponte existente entre o país e/ou a cultura de origem e a «pátria» para onde «retornaram»; em segundo lugar, os mecanismos informais de regulação social, designadamente os apoios potenciais esperados por parte da sua comunidade de pertença, permitia ultrapassar dificuldades várias no acesso à habitação ou ao mercado de trabalho. Também este fluxo é facilmente identificável nas entrevistas realizadas que os extractos que citamos resumem:

> "(...) houve gente de facto que saiu de Cabo Verde na altura, após a independência. Mas o número não foi assim tão significativo. Hou-

ve muitos cabo-verdianos, que vieram e se instalaram em Portugal, mas eram re-emigrantes, que vinham de outras colónias portuguesas. Cabo-verdianos que eram funcionários da administração pública, bancários, ou outro tipo de profissionais liberais que estavam instalados nas outras colónias, em Angola, Moçambique, e também alguns quadros administrativos coloniais em Cabo Verde, que se vierem instalar em Portugal. Portanto, isso fez que um número grande de cabo-verdianos viesse com nacionalidade portuguesa. Foram pessoas que adquiriram nacionalidade ou que conservaram a nacionalidade portuguesa por uma questão de preservar direitos adquiridos, direitos sociais adquiridos no campo de trabalho ou da segurança social" (in Entrevista n.º 5)

"No caso de Cabo Verde antes de 1975 as pessoas vieram por recrutamento. Mandaram vir delegados especiais, daqui de Portugal inclusive, delegados cabo-verdianos a recrutar as pessoas para virem para aqui. Depois da independência houve o que eu não chamo imigração, mas transferência de cabo-verdianos para Portugal. Houve uma fase de transferência, as pessoas vieram sem documentação. Só com bilhete de identidade e não pagaram nenhum tostão. Em parte de 1975 e todo o ano de 1976 as pessoas vieram gratuitamente. O problema é que essa imigração, essa transferência era à toa. Era recrutada toda a gente que quisesse sair de Cabo Verde. Vieram prostitutas, velhos, novos, trabalhadores, engenheiros, professores" (*in* Entrevista n.º 13)

Os retornados/repatriados cabo-verdianos mais desqualificados inseriram-se, à semelhança dos seus conterrâneos já instalados em Portugal, em sectores como o da construção civil e obras públicas, os serviços de limpeza industrial e/ou doméstica, ou as vendas ambulantes, juntando-se, portanto, aos cabo-verdianos que estavam em Portugal desde as décadas de 50/60. Os «retornados/repatriados» cabo-verdianos mais qualificados, na sua maioria ex-quadros ao serviço do regime colonial, foram integrados na administração pública portuguesa ou em serviços ligados ao Estado português.

Podemos falar deste movimento migratório como um segundo sub-ciclo nas migrações contemporâneas cabo-verdianas para Portugal. Os grupos constituintes dos dois sub-ciclos da migração de cabo-verdianos para Portugal foram, de modo semelhante, afectados pelas mudanças das leis de nacionalidade (em Portugal e em Cabo Verde) que ocorreram entre os anos 60 e os anos 80. Tratemos este ponto um pouco mais aprofundadamente.

1.4.2.1. O efeito retroactivo das Leis de Nacionalidade

Como efeito colateral da independência das ex-colónias portuguesas, ocorreu uma modificação nas leis da nacionalidade portuguesas e, simultaneamente, a criação de leis de nacionalidade de cada um dos novos países independentes. Portugal, ao modificar o direito à nacionalidade portuguesa de uma filosofia assente no *jus solis* (i.é, tem como base a ideia de que quem nasce em território português é cidadão nacional) para uma filosofia de *jus sanguinis* selectiva (i.é, apenas os descendentes, até ao terceiro grau, de naturais do continente português ou das ilhas adjacentes, ou os residentes em Portugal continental, Açores ou Madeira há mais de cinco anos, à data do 25 de Abril de 1974) detinham automaticamente a nacionalidade portuguesa), a nova legislação portuguesa (D.L. 308-A/75 de 24 de Julho) criou, com efeitos retroactivos, uma comunidade imigrante em Portugal e, reciprocamente, comunidades emigradas dos novos países lusófonos em Portugal. As consequências desta nova filosofia jurídica ainda hoje se fazem sentir. As entrevistas por nós realizadas permitem detectar estas situações:

> "(...) A nacionalidade? O *jus solis* aqui em Portugal mudou em 82. As pessoas que eram cabo-verdianos, ou angolanas, eram portugueses antes de 82. Depois de 82, passam a ter a nacionalidade dos pais. O que é mesmo aberrante é que dentro de uma mesma família um miúdo tem nacionalidade cabo-verdiana e os irmãos que têm mais três anos ou quatro anos são portugueses. Ele nunca esteve em Cabo Verde..." (*in* Entrevista n.º 8).

> "Ficaram de fora no período de legalização [1996] aqueles que se convenceram que não se precisam de legalizar. Porque, sobretudo os mais antigos, foram portugueses e convencem-se que ainda são portugueses. Têm vivido sem necessidade de papéis" (*in* Entrevista n.º 10).

Castles e Davidson (2000) argumentam que o *jus sanguinis* é historicamente mais apropriado quando estamos em presença de um país de emigração que deseja manter o contacto com os seus emigrantes residentes no exterior e que, deste modo, asseguram a ligação ao país de origem para além da segunda geração e deixam em aberto a possibilidade do regresso/retorno desses indivíduos (e.g. Espanha, Grécia). Já no que concerne ao *jus solis*, os mesmos autores defendem que é particularmente pertinente para países com fortes comunidades imigradas e que pretendem, pela via da nacionalidade, integrar esses imigrantes no todo nacional (e.g. EUA, Austrália). O

caso português é particularmente interessante para conferir esta proposta uma vez que as sucessivas alterações da lei de nacionalidade modificaram um regime jurídico baseado no *jus solis* para o *jus sanguinis*, ao mesmo tempo em que o país estava emerso num processo de transformação de país de emigração para país de imigração (Castles e Davidson, 2000: 85).

Em nosso entender, em Portugal a mudança na lei de nacionalidade verificada após o 25 de Abril de 1974, ao alterar o principio de base da nacionalidade do *jus solis* para o *jus sanguinis* pretendeu assegurar uma transição mais ou menos pacífica no processo de descolonização, possibilitando um retorno à pátria dos cidadãos a ela mais fortemente ligados (etnicamente ou com um vínculo institucional). Os efeitos colaterais desta lei não foram, no entanto, seriamente avaliados. Por exemplo, no que aos cabo-verdianos diz respeito, por serem de entre todos os países de língua oficial portuguesa em África os que detinham uma maior proporção da sua população emigrada em vários países terceiros (e.g. EUA, Holanda, Itália), as consequências da modificação da Lei de nacionalidade portuguesa, e subsequente criação de uma Lei de nacionalidade cabo-verdiana fizeram sentir-se a vários níveis. Se, por um lado, em Portugal, criou retroactivamente uma comunidade imigrada modificando o estatuto dos cabo-verdianos que residiam no país de forma legal transformando-os em imigrantes e obrigando-os a requerer se quisessem readquirir, mediante certas condições, a nacionalidade portuguesa. Por outro lado, a perda da nacionalidade portuguesa em simultâneo com o fechamento de fronteiras dos países receptores pós 1973, criou, na prática, um impedimento para que os cabo-verdianos do arquipélago efectuassem uma emigração legal nos anos que se seguiram à independência do país em 1975.

Muitos dos cabo-verdianos que, à época, estavam já emigrados em Portugal ou em outros países (e.g. EUA, Holanda, Espanha e Itália) usaram de várias estratégias para não perderem a nacionalidade portuguesa que lhes oferecia uma melhor possibilidade de circulação. Deste modo, em Portugal muitos dos cabo-verdianos (re)adquiriram a nacionalidade portuguesa, ou nunca a perderam, e muitos dos cabo-verdianos emigrantes em países terceiros mantiveram a nacionalidade portuguesa e surgem nas estatísticas da época desses países como portugueses. Entretanto, muitos destes cabo-verdianos naturalizaram-se nos países de acolhimento (e.g. EUA, Holanda ou Itália) e, curiosamente, muitos deles nunca detiveram formalmente a nacionalidade cabo-verdiana embora de acordo com as leis de Cabo Verde possam aceder a ela quando (e se) o desejarem. Como resultado deste processo um número desconhecido (mas certamente considerável) de indivíduos (etnicamente)

cabo-verdianos de primeira ou segunda geração possuem ainda a nacionalidade portuguesa embora residindo num país terceiro. Ao longo do trabalho de campo por nós realizado (quer em Itália, quer nos EUA, quer na Holanda) foram muitos os exemplos desta situação que encontrámos.

1.4.3. Cabo-verdianos imigrantes laborais: dos anos 80 aos nossos dias

O terceiro sub-ciclo de migrações caboverdianas para Portugal teve início nos anos 80 e, de certa forma, deu início a uma nova fase na imigração portuguesa. Esta fase, que ainda decorre, é marcada por um forte predomínio de fluxos internacionais de trabalho e por um processo de reagrupamento familiar informal (porque não explicitamente autorizado). Também estes movimentos são detectáveis nas entrevistas realizadas:

> "A partir da década de oitenta o fluxo emigratório aumentou de uma forma drástica. No período de 75 até início de oitenta vieram aquelas pessoas que estavam de uma forma ou de outra ligadas a Portugal e depois de 80 foi o reagrupamento familiar. Na maioria das vezes o homem vem à frente, porque a mulher é a espinha dorsal do homem cabo-verdiano. Quando chega aqui a mulher vem depois." (*in* Entrevista n.º 12)

Na verdade, a partir dos anos 80 retornam as migrações laborais (anteriormente como trabalhadores convidados) que tinham sido interrompidas com a independência de Cabo Verde. Em termos sociológicos, a lógica migratória permanece inalterada e apenas no que diz respeito ao estatuto jurídico-legal ocorreu uma transformação. Os outrora migrantes inter-regionais caboverdianos (e os trabalhadores inter-regionais convidados) transformaram-se por decreto em imigrantes laborais. Muitos destes tendo ingressando na clandestinidade ou permanecendo ilegais no país a partir desse momento. Esta dupla componente do fluxo migratório é facilmente identificável nas entrevistas realizadas:

> "(...) Mas, o grosso da nossa emigração já o era antes da independência e continuou a sê-lo depois da independência -as pessoas que são de Cabo Verde saem, essencialmente, por razões de trabalho. É assim que, até aos princípios dos anos 80, podemos dizer talvez finais de 70, princípios de 80, havia uma emigração essencialmente masculina, e durante os anos 80, princípios de 90, o que se deu foi o reagrupamento familiar. Apesar de não ser uma figura prevista na legislação portuguesa. As famílias foram-se reagrupando e foram-se instalando" (*in* Entrevista n.º 5).

A partir de meados dos anos 80 o número de cabo-verdianos em Portugal vai, pouco a pouco, aumentando, através de um fluxo dependente de redes, actuantes quer nas regiões de origem quer nas regiões de destino; dos factores de atracção-repulsão e do sancionamento político dos países envolvidos nos extremos da cadeia migratória. Desta breve descrição histórica resulta que a comunidade cabo-verdiana actualmente residente em Portugal é o resultado de um somatório de sucessivos fluxos, com diferentes histórias de inserção sócio-económica. Se, como vimos, o primeiro fluxo teve origem nos anos 60, foi nas décadas posteriores que a comunidade se desenvolveu. Após um primeiro fluxo de migrantes laborais, com base neste primeiro fluxo, e de forma ininterrupta, o volume da população de origem ou ascendência cabo-verdiana em Portugal, foi crescendo até à actualidade. Este incremento teve, contudo, ritmos diferenciados ao longo deste período, correspondendo a diferentes sub-ciclos da emigração cabo-verdiana para Portugal dependentes, designadamente, da evolução da economia portuguesa e/ou das mudanças verificadas ao nível do enquadramento legal da entrada e permanência de estrangeiros em Portugal.

Sabemos hoje que o número de migrantes cabo-verdianos depende, dadas as possibilidades mínimas existentes para uma migração legal, da política de atribuição de vistos de entrada no país (nomeadamente dos vistos de curta duração) e das possibilidades que existem de permanecer depois de este expirar. Neste sentido, o poder de atribuição de vistos reside nos serviços consulares portugueses poder esse que, como sabemos, não é totalmente uniforme entre os diversos consulados espalhados pelo mundo. Como exemplo desta lógica temos o facto de, de acordo com um dos nossos entrevistados, desde há algum tempo a esta parte, ser muito difícil para um jovem cabo-verdiano obter um visto turístico para Portugal. O consulado geral de Portugal na Praia recusa, é sabido, a esmagadora maioria dos pedidos. Vejam-se alguns exemplos:

> André Tavares, nasceu há 20 anos, em São Lourenço dos Órgãos. O pai e três irmãos mais velhos estão em Portugal e querem que ele se lhes junte, por qualquer preço. Até porque, o filho de um compadre e vizinho, da mesma idade do Tavares, obteve, em Novembro passado, um visto e já voou para Portugal. (...) A estória de Tavares é parecida com a de vários Josés, Marias e Pedros deste arquipélago da costa ocidental africana, que almejam encontrar uma vida melhor no estrangeiro. A recente notícia de que Portugal, o país europeu mais procurado pelos cabo-verdianos, deverá recrutar, em 2002, uns 27 mil emigrantes para ocuparem postos de trabalho na construção civil e serviços de limpeza, voltou a ali-

> mentar o sonho para a emigração. Talvez, por isso mesmo, as filas tendem a aumentar defronte à Embaixada de Portugal, na Praia. (...) Obter um visto, é um exercício difícil e o número daqueles que conseguem o almejado documento é bastante inferior aos candidatos. São vários os tipos de visto procurados naquele consulado, destacando-se o visto de curta duração, que dá direito à uma estadia máxima de três meses mas que muitos aproveitam para permanecer em Portugal, e de residência, no quadro do reagrupamento familiar (in www.visãoonline.com 5 de Março 2002).

Estas matérias, no entanto, estão ainda muito pouco estudadas de forma sociológica e, por outro lado, não existe a possibilidade de cruzar o número de estrangeiros residentes (legais ou ilegais) com as estatísticas de atribuição de vistos ao nível consular (ou com as estatísticas de solicitação de vistos) o que permitiria detectar o que Maria Baganha (1997) tipificou como "overstayers".

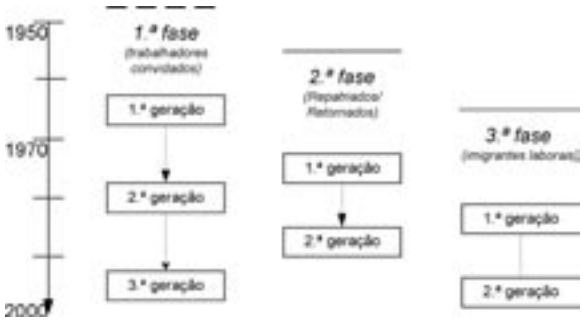
Para complicar esta realidade é de salientar que, dada a inexistência de controlo nas fronteiras terrestres, um candidato a imigrante em Portugal pode usar de uma estratégia de entrada -com visto de curta duração-num terceiro país do espaço Shenghen e, a partir deste, entrar em Portugal -claro que esta lógica também é válida em sentido contrário (Baganha *et al.,* 1999: 148-154). Tal como nos confidenciou uma diplomata entrevistada em Cabo Verde esta é uma estratégia utilizada pelos cabo-verdianos quer quando pretendem emigrar para Portugal, quer quando pretendem emigrar para outro país da Europa e solicitam um visto de entrada a Portugal ou a outro país do espaço Shenghen. Assim, por exemplo, podemos ter solicitações de um visto Shenghen ao consulado Francês quando o país escolhido como destino final é a Itália, ou um pedido de visto ao consulado português quando se pretende viajar para a Alemanha. As estratégias adaptativas dos potenciais migrantes rapidamente se deram conta do potencial de liberdade de circulação na Europa e usam esse potencial antes mesmo da partida do país de origem. Nos anos 80 e 90 as migrações cabo-verdianas para Portugal assumem uma vertente marcadamente laboral em simultâneo com um consistente e continuado reagrupamento familiar. Analisaremos as características da componente laboral do fluxo migratório cabo-verdiano em Portugal um pouco mais à frente neste trabalho.

1.5. Cabo-verdianos em Portugal: esboço para uma tipologia

A partir dos anos 80 -Portugal incorpora simultaneamente pelo menos três tipos diferentes de migrantes cabo-verdianos:

1. Um primeiro tipo de migrantes laborais[147] com entrada em Portugal antes de 1974/75 e que, em virtude das alterações legais, podem possuir ou não a nacionalidade portuguesa e podem possuir ou não cumulativamente a nacionalidade cabo-verdiana – a estes migrantes chamaremos migrantes convidados;
2. Um segundo tipo de migrantes cabo-verdianos, fruto de um retorno à «pátria» (ou de repatriamento) ou de um processo de reunião familiar com imigrantes do primeiro tipo, da mesma forma que os anteriores, em virtude das alterações legais, podem possuir ou não a nacionalidade portuguesa e podem possuir ou não cumulativamente a nacionalidade cabo-verdiana - a este segundo tipo de migrantes chamaremos retornados/repatriados cabo-verdianos;
3. Um terceiro tipo de imigrantes cabo-verdianos que vêm para Portugal como trabalhadores imigrados-a este terceiro tipo chamaremos –imigrantes laborais cabo-verdianos. Estes últimos possuem a nacionalidade cabo-verdiana embora um escasso número de entre eles se tenha, entretanto ,naturalizado português.
4. Para além de todos estes migrantes cabo-verdianos de primeira geração existem já uma segunda e uma terceira geração de indivíduos de ascendência étnica caboverdiana que podem ou não possuir a nacionalidade portuguesa dependente de um conjunto complexo de circunstâncias. (cf. Figura 3.3).

Figura 3.3 - FASES DA MIGRAÇÃO DE CABO-VERDIANOS PARA PORTUGAL



147. Existe, pelo menos desde a II guerra mundial uma migração de cabo-verdianos inactivos que vêm para Portugal como estudantes do ensino secundário e/ou do ensino superior e, mais recentemente, de migrantes que vêm para Portugal ao abrigo de acordos de cooperação, designadamente na área da saúde, e que, por motivos vários, vão ficando (Expresso, 25/11/2000). Muitos destes inactivos, designadamente os estudantes, entram no mercado de trabalho pelo seu lado informal e vão exercendo pequenos jobs (ex. Mac jobs) enquanto permanecem em Portugal.

As estatísticas oficiais portuguesas, como salientámos, nem sempre são capazes de detectar as acelerações ou desacelerações do fluxo de entradas de novos imigrantes cabo-verdianos[148] e, por isso, não permitem revelar a existência de tipos diversos no interior de um todo global que é a migração cabo-verdiana em Portugal. No período entre 1981 e 1999 o crescimento anual médio foi de cerca de 5% e manteve-se constante ao longo do período em análise. O facto de não conseguirmos detectar anos de grande crescimento imigratório é um indício das formas ilegais/clandestinas que a migração cabo-verdiana para Portugal assumiu, respondendo, com práticas ardilosas, aos cada vez mais estritos critérios de admissibilidade de imigrantes laborais. Essas acelerações ou abrandamentos do fluxo migratório têm sido, nos últimos anos, incorporadas à posteriori nas estatísticas graças às regularizações extraordinárias. O uso do visto turístico para entrar em Portugal, a entrada através de outro país Shenghen ou a permanência no país após a expiração dos mesmos vistos constituem algumas das formas encontradas para a emigração ininterrupta de cabo-verdianos para Portugal nos últimos 30 anos. Fernando Luís Machado (1997) vai, na sua análise, associar o crescimento do fluxo imigratório para Portugal a três factores principais. Em primeiro lugar, verificou-se um reforço da política de obras públicas, sobretudo a partir de 1986, aumentando as necessidades de mão-de-obra para o sector da construção civil. Em segundo lugar, a década de 80 e parte da década de 90 foram caracterizadas por uma (quase) ausência de mecanismos de controlo de entradas, ou mais concretamente de controlo de permanências, o que permitiu a permanência de um grande número de imigrantes em situação irregular. Por último, Machado salienta a importância das redes migratórias como fundamental elemento de intermediação entre o indivíduo e as forças estruturais de atracção-repulsão, isto é, as redes sociais de apoio permitiriam a redução dos riscos e dos custos da emigração.

148. Embora as estatísticas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras contenham a óbvia deficiência de só registarem o volume (e não fluxos), de imigrantes legalmente registados (deixando de fora todos os ilegais/clandestinos) elas são um dos únicos instrumentos de medição disponível minimamente credível (Baganha, 1996). Sobre as estatísticas disponíveis no estudo das migrações em Portugal ver (Baganha, et al., 1998).

Quadro 3.1 - CABO-VERDIANOS LEGALIZADOS EM PORTUGAL, 1981-2000

	TOTAL PORTUGAL	LISBOA	SETÚBAL	PORTO	FARO
1981	21008	14012	4762	269	1057
1982	20957	13913	4780	267	1084
1983	22358	14667	5252	212	1164
1984	23372	15266	5576	280	1191
1985	24959	16266	5576	680	1378
1986	26301	17110	5836	690	1471
1987	26536	17272	5851	686	1530
1988	27106	17626	5861	677	1544
1989	27972	18335	5967	667	1595
1990	28796	18890	6058	692	1677
1991	29743	19595	6125	706	1754
1992	31217	20692	6329	758	-
1993	32036	21279	6474	780	1854
1994	36560	24279	7139	800	2622
1995	38746	25829	7716	795	2667
1996	39546	26387	7869	815	2700
1997	39789	26596	7900	811	2720
1998	40093	26894	7986	812	2733

Fonte: SEF, Relatório Estatísticos (vários anos), INE Estatísticas Demográficas (vários anos).

O já citado estudo da Embaixada de Cabo Verde em Lisboa demonstra que apesar de se verificar um aumento das migrações em grupo com o auxílio de terceiros[149], no que parece estar associado a uma crescente formalização das estratégias de recrutamento e transporte de migrantes por parte de angariadores clandestinos de mão-de-obra, a maioria dos cabo-verdianos (86%)"imigra para Portugal sozinho, utilizando o aforro próprio ou recorrendo a familiares" (Gomes, 1999: 39). Esta lógica de sustentação na rede social quer no país de origem quer no país de destino é uma das características basilares da estruturação da comunidade cabo-verdiana translocalizada e uma das suas bases de sustentação

149. Mas representando ainda apenas menos de 4% do total de imigrantes s no período 1990-1998 e menos de 2% no total da imigração cabo-verdiana para Portugal (Gomes, 1999: 39).

histórica. Como afirmam Libercier e Shneider "a migração pode ser o resultado de uma acção colectiva ou iniciativa individual. Neste sentido, em Cabo Verde, os familiares investem no projecto migratório de um dos seus e instala-se uma solidariedade entre os migrantes já instalados e os recém chegados ao país de acolhimento" (1996: 23). Também em Portugal esta foi a forma encontrada para o crescimento da comunidade desde os anos 60. O estudo da Embaixada de Cabo Verde revela-nos, contudo, que existem estratégias diferenciadas de acordo com o sexo. Os homens estão mais dependentes dos recursos financeiros obtidos no país de origem, isto é, recursos próprios ou de familiares residentes em Cabo Verde, e as mulheres, por sua vez, mais dependentes dos familiares já residentes em Portugal. Esta constatação vai ao encontro da ideia de que estamos em presença de uma migração tipicamente laboral (masculina) em que, numa primeira fase, "imigram os indivíduos do sexo masculino que procuram inserir-se no mercado de trabalho e encontrar um local de residência e, numa segunda fase, ocorre o reagrupamento familiar, com a chegada de mulheres e, eventualmente, das crianças" (Gomes, 1999: 41). Assim, de acordo com as respostas obtidas no inquérito analisado no citado estudo, cerca de 39% dos homens obtiveram o dinheiro necessário para a migração no país de origem enquanto que cerca de 34% das mulheres obtiveram os fundos necessários para a migração através de familiares em Portugal

Os migrantes cabo-verdianos, desde os anos 60 vêm, como vimos, escolhendo particularmente a Área Metropolitana de Lisboa (os distritos de Lisboa e Setúbal mantêm uma constante em torno dos 85% a 90% da população cabo-verdiana) como destino migratório em Portugal, e o Algarve como segunda região de fixação. Com dimensões mais reduzidas surgem grupos de cabo-verdianos no Porto, em Braga, no litoral alentejano ou em Coimbra[150]. Claro que estas estatísticas oficiais se referem apenas aos indivíduos de nacionalidade cabo-verdiana[151]. E, neste

150. O grupo de imigrantes cabo-verdianos residentes em Coimbra é um grupo singular no contexto das migrações caboverdianas globalmente consideradas. É constituído maioritariamente por estudantes do Ensino Superior, por alguns quadros médios e superiores que se fixaram na cidade após a conclusão dos seus estudos e por um número reduzido de imigrantes laborais. A sua importância na diáspora cabo-verdiana é porém muito maior do que a sua proporcionalidade numérica como o provam as diversas intervenções nos congressos dos quadros cabo-verdianos na diáspora.

151. Através deste elemento – nacionalidade – o fluxo de imigrantes estará subestimado na medida em que haverá indivíduos de origem cabo-verdiana que, entretanto, assumiram, recuperaram ou que nunca perderam a nacionalidade portuguesa.

contexto, é fácil inferir que o número de migrantes e imigrantes cabo-verdianos residentes em Portugal seja superior[152] ao número de residentes com nacionalidade cabo-verdiana[153]. Este segundo grupo inclui: os migrantes que chegaram a Portugal no período pré 25 de Abril de 1974 (trabalhadores convidados/migrantes inter-regionais) bem como os cabo-verdianos retornados/repatriados no período pós-independência das ex-colónias[154]; os cabo-verdianos imigrantes que, entretanto, se naturalizaram; os migrantes cabo-verdianos que mercê de reagrupamento familiar se juntaram aos primeiros grupos; imigrantes laborais cabo-verdianos; imigrantes inactivos cabo-verdianos (estudantes ou reforma-

152. No censo de 1981 são detectados residindo em Portugal 18.557 nacionais de Cabo Verde acrescido de 9.148 indivíduos com naturalidade cabo-verdiana totalizando 27.705 indivíduos. (França, 1992: 106). O Censo de 1991 recenseou respectivamente 15.714 e 15.361 portugueses de naturalidade cabo-verdiana, o que totaliza 31.065 indivíduos.

153. Um dos nossos entrevistados em Cabo Verde referiu-se ao facto de existir um número de elevado de cabo-verdianos possuidores de passaporte português (isto é, de nacionalidade portuguesa). Para este entrevistado existiriam, espalhados por vários países mas, também, no arquipélago de Cabo Verde, cerca de 150 a 200 mil indivíduos cabo-verdianos com nacionalidade portuguesa. Este número, parecendo à partida exagerado é, no entanto, ilustrativo de uma realidade que normalmente não temos em conta. De facto, para muitos dos cabo-verdianos que se movimentam em circuitos migratórios a posse de um passaporte português, isto é, comunitário, funciona como um salvo-conduto que permite franquear as portas quer da Europa fortaleza, quer a entrada em outros países como, por exemplo, os EUA sem necessitar de um visto.

154. Uma parte destes não perdeu a nacionalidade portuguesa enquanto que um outro grupo de entre estes a perderam. Podemos, no limite, ter 2 irmãos com nacionalidades diferentes. Eis uma resposta típica sobre este tópico: "Se eu lhe contar uma história. Eu e toda a minha família - mulher, filhos e netos, os meus irmãos e os meus sobrinhos, toda a minha família é portuguesa. Eu sou a única ovelha desgarrada sou cabo-verdiano porque não liguei... Os meus pais foram funcionários, a minha mulher foi funcionária, eu fui funcionário [do Estado português]. As minhas filhas nasceram sob bandeira portuguesa e também continuaram com nacionalidade portuguesa. Temos duas netas em Cabo Verde que anualmente vêm passar férias aqui, têm seis e quatro anos. A mais velha já é portuguesa por causa da mãe e avó. A mais nova -os papéis estão a correr – pois das duas vezes que veio aqui a Portugal, não quiseram deixar a menina sair para fora. A outra podia sair, mas a outra mais pequenina não podia sair. Foi cá um berbicacho que não queira saber... Repare bem, são duas irmãs..." (in Entrevista # 12). Em termos de aquisição da nacionalidade portuguesa por parte de filhos de imigrantes a lei discrimina positivamente os cidadãos nacionais de um país da CPLP. Como afirma Almeida: "Esse período de tempo varia consoante o filho do imigrante tem por ascendente ou ascendentes nacionais de um país de expressão oficial portuguesa ou não. Se o filho do imigrante tem por ascendentes pai ou mãe nacional de um país de expressão oficial portuguesa, o prazo necessário para obtenção da nacionalidade portuguesa é de seis anos, isto é, é necessário que o imigrante oriundo de país de expressão oficial portuguesa esteja a residir em Portugal há mais de seis anos na data em que o seu filho nasceu, para que o seu filho possa adquirir a nacionalidade portuguesa Se for filho de imigrante oriundo de países que não são de expressão oficial portuguesa, o prazo necessário para a obtenção da nacionalidade portuguesa é de 10 (dez) anos. Ou seja, os pais têm que estar a viver em Portugal há mais de 10 anos, na data de nascimento do filho" (Almeida, 2001: 9).

dos); e, os descendentes de todos os grupos anteriores (normalmente conceptualizados como 2.ª e/ou 3.ª geração)[155].

Se tomarmos como referência o conceito amplo de cabo-verdiano que definimos previamente, então podemos estar em presença de um número muito maior que o estudo da Embaixada de Cabo Verde estima, como valor médio de referência, em cerca de 83.000 indivíduos[156]. De acordo com esta estimativa quase 70% destes cabo-verdianos concentrar-se-iam no distrito de Lisboa, um pouco menos de 22% no distrito de Setúbal, 5% no distrito de Faro, 1,5% no distrito do Porto. Os restantes distritos apresentam sempre valores inferiores a 1% do total (Gomes, 1999: 60).

No estudo da Embaixada de Cabo Verde, os 1417 questionários efectuados permitiram visualizar, ainda que de forma necessariamente ténue, os diferentes períodos de chegada e a proporção ou peso que cada uma das diferentes fases migratórias assumirá na comunidade cabo-verdiana actual demonstrando que cerca de 40% dos cabo-verdianos actualmente residentes em Portugal chegaram ao país antes dos anos 80 (19% antes de 1974), e que as décadas de 80 e 90 apresentam pesos equivalentes (25%). Os cabo-verdianos com naturalidade portuguesa (isto é, parte da segunda geração[157]) representam cerca de 9% do total. Se a estes acrescentarmos os mais de 6.000 cabo-verdianos que obtiveram uma autorização de permanência em 2001 verificamos que o fluxo migratório tem sido quase contínuo ainda que com algumas acelerações ou desacelerações conjunturais.

O mesmo estudo, permite detectar diferentes sub-populações na comunidade cabo-verdiana entre as quais 50,7% dos inquiridos possuíam nacionalidade cabo-verdiana; 42,4% nacionalidade portuguesa; 6,2% dupla nacionalidade; 0,3% possuíam nacionalidade angolana; 0,2% nacionalidade guineense; 0,1% nacionalidade espanhola; e, 1,1% nacionalidade são

155. Esta complexa tipologia migratória dá origem a um também complexo processo de recenseamento dos cabo-verdianos em Portugal que variam entre os números oficiais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras ou do Instituto Nacional de Estatística e as estimativas feitas por diversas outras fontes e/ou estudos.

156. Sobre o modo como a estimativa da população cabo-verdiana em Portugal foi calculada ver Gomes, 1999: 47-59.

157. Uma vez que seria sociologicamente errado considerar como pertencendo à primeira geração os indivíduos de naturalidade não portuguesa mas que chegaram a Portugal muito jovens e aqui fizeram o seu processo de socialização. Esta sub-população corresponde ao que se chama a geração 1.5.

tomense[158]. Destacam-se nestes números várias situações: por um lado, o grande peso da cidadania portuguesa no interior do grupo inquirido (mais de 40%), por outro, a existência de cabo-verdianos (ou de indivíduos etnicamente cabo-verdianos) com nacionalidades de países terceiros (Gomes, 1999: 72)[159]. Estes dados vão ao encontro da hipótese já enunciada de as estatísticas oficiais não retratarem adequadamente a realidade da comunidade cabo-verdiana em Portugal.

Dado que o SEF só contabiliza o número de indivíduos nacionais cabo-verdianos e que os Censos apenas tem em conta duas variáveis independentes, a nacionalidade e a naturalidade, é óbvio que a população cabo-verdiana em Portugal está sub-avaliada. Carling (1997), com base em diversas fontes estima esse número entre os 35.000 e os 70.000 numa perspectiva que, quanto a nós, peca por defeito. O estudo da Embaixada de Cabo Verde procede a uma estimativa do número de cabo-verdianos residentes em Portugal e, "com base em projecções demográficas fundamentadas em várias fontes se situa, em 1998, com uma elevada margem de garantia, entre os 79.000 e os 85.000 indivíduos", sendo que, como referimos, o valor de referência final adoptado neste estudo é de 83.000 indivíduos (Gomes, 1999: 45).

Se tomarmos como válido este último número, e atendermos ao crescimento que, entretanto, se verificou, estaremos neste momento perante uma comunidade na ordem dos 90.000 indivíduos, valor um pouco superior ao divulgado recentemente em Cabo Verde e que apontava valores da ordem dos 80.000 indivíduos emigrados em Portugal[160]. É, portanto, este o número de indivíduos cabo-verdianos que consideraremos, uma variação entre os 80.000 e os 90.000 indivíduos cabo-verdianos residentes em Portugal, a esmagadora maioria (cerca de 90%) na Área Metropolitana de Lisboa. É à análise da sua inserção/incorporação laboral num mercado local de trabalho particular, e ao modo como esta decorre, que procederemos ao longo das próximas páginas.

158. O estudo do IESE/GEOIDEIA para a Embaixada de Cabo Verde em Lisboa, chama a atenção para muitos dos indivíduos que detêm uma dupla nacionalidade poderem não o revelar. Embora, como é sabido, tanto Portugalcomo Cabo Verde admitam a existência de um estatuto de dupla cidadania entre os seus nacionais (Gomes, 1999: 72).
159. Uma extrapolação destas proporções, para o total da comunidade cabo-verdiana em Portugal (43797 nacionais de Cabo Verde legalmente residentes em Portugal), faria com que o número de cabo-verdianos em Portugal se aproximasse dos 90.000 indivíduos).
160. In "O país e a diáspora", jornal A Semana, n.º 467, 18 de Agosto 2000.

1.6. Inserção Laboral dos cabo-verdianos em Portugal

De acordo com todos os estudos realizados sobre a comunidade cabo-verdiana em Portugal foi a falha sectorial de mão-de-obra face à mobilização para a guerra colonial e, antes de mais, devido à emigração massiva (essencialmente mão-de-obra masculina) que implicou que "o governo e as empresas portuguesas tenham começado a incentivar a (i)migração de trabalhadores cabo-verdianos para as minas, para algumas fábricas da margem sul do Tejo e sobretudo para a construção civil e obras públicas" (Gomes, 1999: 15). A contratação de trabalhadores para preencher vagas em sectores de trabalho particulares vem sendo defendida como uma das características das recentes das migrações laborais em mercados de trabalho acentuadamente segmentados, como afirma Campani:

> actualmente as migrações decorrem cada vez menos enquadradas por políticas de recrutamento oficiais. Os fluxos já não são atraídos por um desequilíbrio quantitativo global nos mercados de trabalho dos países receptores, mas são provocados por desequilíbrios sectoriais relacionados com a segmentação do mercado de trabalho (Campani, 1999: 149).

Se atentarmos ao caso específico da migração cabo-verdiana para Portugal e da sua histórica especialização laboral (construção civil e obras públicas - para os homens, e limpezas industriais e domésticas, - para as mulheres), então, esta lógica tem que ser tornada mais abrangente para abarcar os últimos 30-40 anos da emigração cabo-verdiana para Portugal. Podemos observar esta lógica nas entrevistas realizadas, que nos permitem detectar as origens das migrações cabo-verdianas contemporâneas para Portugal:

> "Por razões que se explicam. Por um lado, havia em Portugal uma escassez de mão-de-obra resultante da sustentação de três frentes de guerra colonial e da imigração massiva dos portugueses para França nessa altura. Havia alguns grandes projectos de criação de infra-estruturas, que foram lançados nessa altura, com carência de mão-de-obra, não disponível em Portugal. Por outro lado, em Cabo Verde estava-se a atravessar uma seca longa e persistente já com efeitos bastante graves no conjunto da sociedade caboverdiana. O governo português e o governo colonial de Cabo Verde propuseram um programa conjunto de orientação da emigração para Portugal. Foi assim que nos finais dos anos sessenta começaram a desaportar em Portugal, vagas de imigrantes que vinham e se instalavam nos estaleiros das grandes obras do Metropolitano de Lisboa, do Complexo de Sines, da urbanização J. Pimenta,

a auto-estrada de Lisboa, grandes vias de comunicação, grandes estradas. Esse é o motivo porque houve esse forte fluxo migratório, que tem praticamente 30 anos de existência em direcção a Portugal. Uma explicação muito concreta, muito objectiva que se pode encontrar." (*in* Entrevista n.º 5).

1.6.1 Mercados locais de emprego ou uma segmentação laboral local

Esta lógica fundadora, em conjunto com o subsequente desenvolvimento das migrações cabo-verdianas para Portugal, espacialmente orientadas para regiões bem demarcadas e para segmentos do mercado de trabalho específicos, deve-se, em nossa opinião, à convergência de um conjunto de características da sociedade e economia portuguesas. Desde os anos 60 e em particular nos anos 90, que a sociedade e economia portuguesas, ao privilegiarem um investimento em infra-estruturas, sobretudo, na área metropolitana de Lisboa (sector público), mas também no Algarve (sector privado), modificaram os equilíbrios no mercado de trabalho nacional tornando-o internamente não homogéneo, e criando, por isso mesmo, formas diversas de segmentação laboral local. Foi esta divergência nas formas de segmentação laboral local que permitiu a inserção laboral dos imigrantes cabo-verdianos em certas regiões e condicionou essa inserção (ou não inserção) em outras regiões. Como afirma Kloosterman:

> The labour market, in its broadest sense, is the essential social allocation mechanism. Through the distribution of jobs, people are assigned to certain positions within the social stratification. A sharply segmented labour market may thus generate a polarised social stratification. As Esping-Andersen has shown in his seminal work, the outcomes of the allocation processes in the labour market are to a large extent shaped by the institutional framework in general and the specific features of the welfare state in particular. Consequently, the social stratification of a given country is also significantly determined by the (national) institutional make-up of the labour market. (...). Differences in institutional framework between countries should, therefore, give rise to corresponding differences in the positions of recent migrants on their labour markets. Between cities – even within a single national institutional framework – differences in the economic structure could result in diverging patterns of opportunity for both indigenous and migrant workers. In a former manufacturing city, overall demand for labour may be much lower as a result of de-industrialisation than in a city (perhaps even nearby) which is traditionally strongly oriented towards service activities.

> Hence, both the country and the city itself are relevant spatial levels for analysing the position of migrants in the labour market (Kloosterman, 1998: 75).

Se estivermos de acordo com esta afirmação e concordarmos com a ideia de que o mercado de trabalho, em sentido amplo, é o principal mecanismo de integração social, então, compreendemos melhor a realidade das migrações cabo-verdianas em Portugal, no que designamos por uma sectorização da sua etnicidade. Desenvolvamos melhor estas ideias.

1.6.2. Cabo-verdianos no mercado de trabalho: uma sectorização (segmentada) da sua etnicidade?

No caso português, vários autores têm defendido a existência de uma crescente etnicização de certos segmentos de alguns sectores económicos, sobretudo na AML, designadamente do sector da construção civil e obras públicas, de segmentos do sector alimentar, e dos serviços pessoais e domésticos, incluindo do sector das limpezas industriais e domésticas (Baganha, *et al.*, 2000). Se analisarmos de forma diacrónica as migrações cabo-verdianas para Portugal, verificamos muito claramente que os migrantes cabo-verdianos, de diversos tipos, pertencendo a diferentes sub-ciclos migratórios, se inserem de forma semelhante no mercado de trabalho e possuem muito pouca mobilidade laboral. Os milhares de indivíduos cabo-verdianos em Portugal exercem, como é óbvio, profissões várias, mas concentram-se, essencialmente, em dois sectores de acordo com o seu sexo: os homens mais no sector da construção civil e obras públicas; as mulheres no sector das limpezas industriais e/ou domésticas. Por outro lado, a análise da inserção laboral dos trabalhadores cabo-verdianos em Portugal (Área Metropolitana de Lisboa), mas também em Espanha (Farelo, s/d) não encontra um suporte nas teorias neoclássicas aplicadas ao estudo das migrações, no sentido em que uma maior permanência no país (que se traduziria numa maior adaptação), não parece estar associada a uma mobilidade laboral ascendente. Na verdade, as análises da inserção laboral destes imigrantes em Portugal (Baganha, 1996, 1998; Baganha, *et al.*, 1998; Gomes, 1999) demonstram que muitos dos que, pelo tempo de permanência no país poderiam aspirar a um contrato permanente, permanecem a laborar no mercado informal e nos mesmos sectores em que iniciaram a sua actividade laboral em Portugal. Segundo Fernando Luís Machado:

> a situação profissional maioritária, sobretudo entre as comunidades cabo-verdiana e guineense, é a inserção no sector da construção civil e das obras públicas. Dentro desse sector, a grande concentração

> de imigrantes verifica-se nas amplas áreas de trabalho 'informal', caracterizadas pela inexistência de contratos de trabalho, horários muito longos, exclusão dos esquemas de segurança social, grande mobilidade geográfica e elevada rotação de empregadores (Machado, 1993).

Uma das hipóteses explicativas para este facto tem a ver com o tradicional recurso, por parte dos migrantes cabo-verdianos, a uma rede social de suporte, uma rede co-étnica, que os auxilia no momento de encontrar trabalho. Assim, se, por um lado, a ajuda aos patrícios é uma das características das redes de apoio, por outro, com a assunção de novas funções no seio do sector de trabalho, por exemplo funções de sub-empreiteiro, de chefe de equipa ou de encarregado é natural que, os cabo-verdianos, tal como outros grupos de imigrantes, geralmente prefiram empregar migrantes do seu próprio país que, como eles, vêm de um ambiente semelhante, partilham a mesma cultura e o mesmo idioma, aproveitando, deste modo, as externalidades da rede para potenciar o seu próprio papel (Epstein, 2000: 3). Na sequência deste facto, uma sub-economia emerge tendo como propósito exclusivo prover serviços para migrantes ou migrantes para novos serviços, reproduzindo e ampliando a própria rede em que se inserem. Um dos nossos entrevistados refere-se exactamente a esta lógica quando afirma:

> "Aqueles que eram mais espertos e no caso dos cabo-verdianos uma característica é que eram imigrantes que estavam na Holanda ou que estavam noutros sítios e que voltaram para cá para serem subempreiteiros, e portanto explorarem os outros (...) os cabo-verdianos, com a excepção de um ou outro caso, constituem equipas com gente do seu próprio país. Há um que se torna sub-empreiteiro e depois contrata os outros. Depois desde que haja um ou dois que saibam ler os projectos isso chega e depois há os outros" (*in* Entrevista n.º 38).

Esta verdadeira rede co-étnica, que funciona de modo manifesto em Portugal, designadamente para os recém chegados, é reproduzida ao longo do tempo para o conjunto dos trabalhadores cabo-verdianos o que impede a existência de prolongados períodos de desemprego para este grupo de migrantes. Na verdade, uma análise estatística permite verificar que os cabo-verdianos apresentam uma elevada taxa de actividade, superior a 55% numa média dos últimos 5 anos (a taxa nacional é de cerca de 50%), e uma baixa taxa de desemprego, em torno dos 4 a 5% e sempre inferior à taxa de desemprego nacional. Esta realidade é, também ela, facilmente detectada nas entrevistas realizadas:

> "(...) O nosso imigrante dificilmente está parado ou está desempregado, a não ser quando há uma situação de desestruturação familiar, social, psicológica mais profunda. Mas aquele imigrante que está a lutar, a fazer pela vida todos os dias, faz sempre qualquer coisa. Pode não ter um trabalho certo, mas trabalha sempre, faz sempre qualquer coisa. Para começar faz trabalhos que os portugueses não querem fazer, e outras vezes trabalham em condições que os portugueses já não aceitam, só para ganhar a vida, não olha ás condições de trabalho e sacrifica-se ao máximo para não estar parado. [No caso dos jovens] temos sentido que vão aparecendo cada vez mais. É uma população jovem que nunca trabalhou. Mas os pais deles nunca estão desempregados, estão sempre a fazer qualquer coisa. Pode ser um trabalho que se arranja trabalho para fazer hoje, mas não sabe se vai ter para fazer amanhã. (...) Por outro lado, quando as coisas não funcionam, as nossas populações vivem em bairros, de uma maneira geral, vivem juntos e a solidariedade é muito forte. Se um tem problemas o outro segura as coisas, são comunidades que exactamente a viverem numa margem, á margem da sociedade, têm que ser objectivas. São um alvo da caridade do resto da sociedade, da organização de Igreja, que tem ali o seu alvo preferencial para fazer caridade e para a solidariedade. Claro que isso tem criado nas pessoas o espirito da dependência, as pessoas foram sobrevivendo, ficaram à espera que os outros tragam, que os outros têm, que os outros façam" (*in* Entrevista n.º 5).

> "Eu não acho que haja uma grande percentagem [de desempregados] ou vão fazer biscates, ou... Há um desemprego temporário, há instabilidade, agora estão a trabalhar, depois já não estão mas inactivos acho que não temos grande percentagem" (*in* Entrevista n.º 12).

Ao mesmo tempo que beneficia do apoio da rede social, co-étnica ou não, que o mantém longe da situação de desemprego prolongado, paralelamente, ganha lugar uma espécie de círculo vicioso que é vantajosa para a procura de um emprego de curto prazo, mas impede a ascensão do migrante do segmento secundário do mercado de trabalho para o segmento primário, isto é, dito de uma forma metafórica, a rede transforma-se em teia e impede a saída de quem está no seu seio. Por outro lado, o facto de estar integrado num circuito étnico pode também ter a desvantagem de estar dependente de terceiros e, nesse sentido, poder também ele ser explorado. Afirma um dos nossos entrevistados:

> "Uma das coisas que as grandes empresas utilizam são sub-empreiteiros africanos. É curioso que os africanos tiverem um período de legalização há uns anos atrás e nós os sindicatos fizemos uma grande campanha nesse sentido eles organizaram-se, os cabo-verdianos e os guineenses, mas mais os cabo-verdianos, têm hoje uma certa organização aqui na região e são eles que são os carrascos dos próprios compatriotas" (*in* Entrevista n.º 38)

> As externalidades decorrentes do uso de uma rede co-étnica, podem, neste sentido tornar-se negativas e os custos que daí decorrem serem maiores que os benefícios que daí advêm. Estas externalidades negativas podem resultar quer do esgotamento da procura no mercado de trabalho local onde se inserem, quer do afunilamento das possibilidades de ascensão profissional no seio do sector de uma dada região[161], quer de uma dependência de um patrão (sub-empreiteiro) ou de um tipo de patrão (o conterrâneo). Esta última condição alerta-nos para a necessidade de olhar a procura de mão-de-obra através dos grupos de inserção e nestes dos factores sociais que os constrangem (Mendoza, 2001: 41).

Num estudo sobra os mexicanos nos EUA, Thomas Bauer *et al*. (2000) demonstra que os efeitos positivos de uma rede social de apoio de uma determinada comunidade imigrantes estão condicionados pelo tamanho dessa mesma comunidade numa dada localização. A partir de um determinado tamanho as externalidades que decorrem da inserção numa comunidade numa determinada zona geográfica podem, segundo este autor, passar a ser negativas, desmotivando as migrações de uma comunidade para essa zona geográfica (Bauer *et al*., 2000: 7). No caso das migrações cabo-verdianas para Portugal, a enorme concentração numa dada área geográfica terá, em nosso entender, condicionado quer a migração de novos trabalhadores para esta região, quer, no limite, sectorizado a sua etnicidade. O caso dos cabo-verdianos trabalhadores da construção civil ou das cabo-verdianas empregadas domésticas é ilustrativo desta realidade.

A ser assim não estamos em presença apenas de uma etnicização de certos segmentos económicos mas, deslocando o olhar para os migrantes cabo-verdianos, de uma sectorização (segmentada) da sua etnicidade. A vantagem de uma rede que auxilia na procura rápida de um emprego, maioritaria

161. O excesso de oferta de mão-de-obra para um dado sector numa dada região impede, por exemplo, os salários de subir e condiciona os rendimentos dos trabalhadores que aí se inserem.

e tradicionalmente no mercado secundário de trabalho, é a sua maior desvantagem porque, sendo demasiado fechada ao exterior, impede a ascensão para outros segmentos do mercado de trabalho. De facto, como afirma Mendoza:

> as redes sociais não só ajudam a encaminhar novos migrantes para um determinado destino, como são também essenciais na sua mobilidade laboral uma vez inseridos no mercado de trabalho local (2001: 57).

Resumindo, a rede social de apoio dos cabo-verdianos está em Portugal, como vimos, concentrada num diminuto conjunto de áreas geográficas. Este facto tem como consequências, quer impactos positivos, quer impactos negativos no próprio grupo ou no seu *environment*. De entre estes efeitos são de destacar os impactos no emprego ou na empregabilidade dos cabo-verdianos e, por outro lado, as "imagens" que vão sendo criadas sobre/a partir do próprio grupo. Analisemos um pouco melhor este argumento.

1.6.2.1 Segmentação laboral, sectorização étnica, mercado informal: três lados da mesma moeda

Ao analisar a inserção laboral, em primeiro lugar, deve destacar-se o elevado índice de actividade dos cabo-verdianos residentes em Portugal. Com um nível de desemprego mais baixo que o dos nacionais, os migrantes laborais cabo-verdianos ocupam as faixas mais precárias do mercado de trabalho. De acordo com o estudo da Embaixada de Cabo Verde cerca de 50% são activos com profissão, percentagem que se eleva a 54,7% no caso dos homens (Gomes, 1999: 94). As estatísticas oficiais revelam que, numa média dos anos de 1990-1998, cerca de 57% dos nacionais cabo-verdianos residentes em Portugal eram activos valores superiores ao de todas as outras nacionalidades (com excepção dos nacionais da Guiné-Bissau) incluindo os nacionais portugueses. Um cruzamento entre estas duas fontes permite verificar uma das regras das migrações laborais internacionais, isto é, que os migrantes de primeira geração são normalmente os mais activos. À medida que os ciclos migratórios vão avançando, por incorporação de inactivos (estudantes, reformados ou outros) a sua taxa de inactividade aumenta proporcionalmente.

1.6.2.2 Sectorização da etnicidade cabo-verdiana?

No caso das migrações cabo-verdianas podemos falar de uma sectorização da etnicidade cabo-verdiana uma vez que ao longo dos anos, sucessivos

estudos vêm demonstrando a mesma realidade: os homens cabo-verdianos inserem-se na sua esmagadora maioria no sector da construção civil e obras públicas, as mulheres cabo-verdianas no sector das limpezas industriais e domésticas. De forma complementar, a aumentar progressivamente de importância mas ainda muito longe das primeiras, surge o sector da restauração e hotelaria, onde as profissões desempenhadas são as de empregadas de limpeza e de ajudantes de cozinha. De facto, quando analisamos as migrações cabo-verdianas em Portugal, há uma associação clara dos cabo-verdianos à construção civil e das mulheres caboverdianas às limpezas e as entrevistas realizadas, à semelhança dos múltiplos estudos efectuados nos últimos anos, demostram que esta realidade permanece inalterada ao longo das últimas décadas:

> "Os homens, trabalham fundamentalmente na construção civil. Também há outros que já se vão, a pouco e pouco, encaminhando para outras actividades. Muitos vão, por exemplo, para motoristas, são imigrantes com uma situação regular, digamos assim. Os ilegais são sobretudo mão-de-obra, a mão-de-obra masculina é essencialmente consumida na construção civil. A mão-de-obra feminina é no apoio às famílias, no trabalho doméstico como empregadas domésticas, ou como mulheres-a-dias" (*in* Entrevista n.º 5)

> "A grande concentração é na área da construção civil e obras públicas, sobretudo dos imigrantes recentes. Os imigrantes mais antigos estavam na construção civil mas têm uma maior especialização, isto é, estão menos nas obras públicas e mais construção civil. Os menos especializados, mais recentes estão mais nas obras públicas e menos na construção civil. Áreas em crescimento são a área dos serviços de limpeza e a área da hotelaria e do comércio, portanto, profissões do comércio, género vendedor, empregados de balcão. Esta área da comércio e da hotelaria sobretudo para os descendentes. Quanto a áreas novas temos serviços urbanos de embelezamento, por exemplo, jardinagem. O caso da limpeza urbana já é antigo, já vem de trás. Isto para os imigrantes recentes porque para os imigrantes mais antigos, nomeadamente aqueles que já têm nacionalidade portuguesa, conseguem diversificar. Já aparecem nos transportes, nas indústrias transformadoras" (*in* Entrevista n.º 14).

> "Há outros que já se vão pouco a pouco encaminhando para outras actividades, muitos, por exemplo, trabalham como motorista em empresas, são imigrantes com uma situação regular. Os ilegais são sobretudo mão-de-obra, e a mão-de-obra masculina é essencial-

> mente consumida na construção civil. A mão-de-obra feminina é no apoio às famílias, no trabalho doméstico, como empregadas domésticas, ou como mulheres-a-dias" (*in* Entrevista n.º 5).

De facto, já em 1986, num estudo elaborado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED) sobre os cabo-verdianos em Portugal se referia que a maioria dos homens (80%) trabalhava na construção civil, obras públicas e indústria transformadora, enquanto que as mulheres (84%) se ocupavam nos serviços diversos de limpeza, comércio, restaurantes e hotéis. Esses dados mostravam que os cabo-verdianos se inseriam, à época, em sectores que exigiam pouca ou nenhuma qualificação e que, por isso mesmo, lhes proporcionavam remunerações que se situavam nos níveis mais baixos do país (França *et al*., 1992). Em 1999 o estudo encomendado pela Embaixada de Cabo Verde, a partir de um inquérito realizado junto da comunidade cabo-verdiana, demonstra que 35,4% dos cabo-verdianos são trabalhadores da construção civil e 23,2% trabalhadores dos serviços domésticos e de limpeza profissões que de acordo com o estudo citado "espelham ainda o perfil predominante de inserção dos homens e das mulheres" (Gomes, 1999: 96). Se isolarmos o grupo dos activos e trabalhadores estudantes por sexos temos que 61,6% dos homens cabo-verdianos trabalham na construção civil a que acrescem 4,4% de homens que são empreiteiros da construção civil num total de 66% de cabo-verdianos que laboram directamente neste sector. No caso das mulheres cabo-verdianas, 30,4% trabalham como empregadas de limpeza, 20,8% como empregadas domésticas, 13,6% em restaurantes ou cafés e 4,0% em serviços pessoais, num total de mais de 72% de cabo-verdianas integradas em sectores de inserção tradicionais.

Um cruzamento dos dados obtidos pelo estudo do IED em 1986 e pelo estudo da Embaixada de Cabo Verde de 1999 mostra que apesar de um decréscimo do peso destes sectores de inserção no total de activos cabo-verdianos ao longo de 15 anos estes valores permanecem ainda muito elevados, ou mesmo extremamente elevados se comparados com outro grupos de nacionalidades. Se nos situarmos no campo estatístico oficial, isto é, os nacionais de Cabo Verde residentes legalmente em Portugal, ao invés da definição ampla de cabo-verdiano assumida tanto pelo estudo do IED, como pelo estudo da Embaixada de Cabo Verde como por nós próprios, a sobre-representação de nacionais cabo-verdianos em sectores e profissões específicas surge ainda mais visível. Na média para a última década, os nacionais cabo-verdianos estão sobre-representados nos grupos em que se inserem as profissões tradicionais em relação a todas as outras nacionalidades consideradas. A sectorização por nacionalidade parece aqui ser evidente. Por outro lado,

uma análise comparativa entre a actual profissão e a profissão exercida no primeiro emprego em Portugal mostra que uma elevada percentagem de cabo-verdianos permanece no mesmo sector e com a mesma profissão, denotando uma reduzida mobilidade profissional.

Veja-se os exemplos das profissões da Construção Civil (67,8% permanecem na mesma profissão), das limpezas (50,3%) ou das empregadas domésticas (36,6%). Ou exemplos ainda mais extremos como os de marinheiro, de motorista ou os quadros ou profissionais liberais (100%). Acrescente-se o facto dos cabo-verdianos cujo primeiro emprego em Portugal foi de agricultor, se distribuirem agora em partes iguais entre a construção civil e as limpezas. Também o facto de 80% dos empreiteiros da construção civil manter a mesma profissão denota o facto de muitos destes indivíduos terem migrado para Portugal já com esta profissão ou com o intuito de aqui se estabelecerem enquanto tal.

Claro que podemos atribuir a reduzida mobilidade profissional à baixa habilitação escolar dos migrantes cabo-verdianos, mas, em nosso entender, é na relação que se desenvolve entre o capital humano que possuem, as lógicas de acumulação do capital social e as práticas do mercado de trabalho português que podemos encontrar as verdadeiras razões para esta sectorização da sua etnicidade. Uma análise da situação na profissão dos imigrantes laborais cabo-verdianos em Portugal mostra, por outro lado, que uma percentagem muito elevada (98,8%) dos indivíduos é trabalhador por conta de outrém, contra (1%) de patrões. A média da população portuguesa aponta para valores de 77% no primeiro caso e de 6-7% no segundo. Uma análise cruzada de várias nacionalidades para os últimos anos demonstra que a percentagem de trabalhadores por conta de outrém é mais elevada entre os cabo-verdianos do que em qualquer outra nacionalidade.

1.6.3. Cabo-verdianos no mercado secundário de trabalho: uma inserção mediada

A análise da integração laboral dos imigrantes em Portugal tem sido feita demonstrando uma polarização dos fluxos imigratórios numa elucidação da dualidade do mercado laboral português (Baganha, 1996, 1998b; Baganha, *et al.*, 1998). Por outro lado, estudos recentes mostram a completa compatibilidade entre os diferentes tipos de mercados informais de trabalho e os diferentes segmentos do mercado de trabalho (Baganha, 1996, 1998b) demonstrando a completa interdependência existente entre eles, designadamente no sector português da construção civil e obras públicas.

Os imigrantes cabo-verdianos em Portugal, ao inserirem-se num mercado polarizado e com grandes enclaves de informalidade vão, necessariamente, integrar-se nos sistemas de trabalho vigentes e estar expostos às mesmas circunstâncias e consequências que os trabalhadores nacionais. O facto de, como vimos, os cabo-verdianos serem maioritariamente trabalhadores por conta de outrém implica, por seu turno, uma maior exposição às conjunturas do mercado de trabalho e às regras que este impõe. Se a isto associarmos que, não por acaso, as actividades de maior informalidade são precisamente aquelas onde se inserem os migrantes cabo-verdianos, então a conclusão a tirar é a de que a inserção laboral dos cabo-verdianos está duplamente coagida: por um lado, pela sua condição de trabalhadores por conta de outrém e, por outro, pelo facto de laborarem em grande percentagem em sectores dominados por estratégias típicas do mercado informal.

De facto, é ideia generalizada que no sector da construção civil a inexistência de contratos (ou pelo menos a existência de contratos que não cobrem a totalidade da prestação de trabalho) é comum à esmagadora maioria dos imigrantes. Neste sector a desregulamentação contratual é muito significativa. Podemos mesmo afirmar que numa elevada percentagem das empresas deste sector, a regra é ninguém efectuar *descontos* para nada, nem para as Finanças, nem para a Segurança Social e, muitas vezes, nem para o Seguro de Trabalho. Esta realidade é válida tanto no caso do patrão como no do empregado. É igualmente válida para imigrantes legalizados ou não, se bem que estes últimos, como é natural, estejam muito mais sujeitos a situações de maior exploração laboral. No caso das mulheres imigrantes embora a situação de não contratualização e de trabalho total ou parcialmente informal esteja também generalizada, parece ser uma situação menos grave, já que muitas vezes têm contratos com empresas de cedência temporária de mão-de-obra para desenvolverem as suas actividades no sector das limpezas industriais. Claro que no sub-sector das limpezas domésticas isso já não é verdade uma vez que a (quase) totalidade do trabalho desenvolvido se faz de modo informal. Como afirma Centeno *et al.*:

> o mercado de trabalho tende a ser cada vez mais um mercado dual onde coexistem dois níveis distintos de trabalhadores. Um grupo de dimensão menor que mantém laços estáveis com a entidade empregadora, em que para além das competências profissionais são valorizadas as competências comportamentais, exigindo-se uma forte capacidade de aposta no desenvolvimento da empresa, em contrapartida de rendimentos razoavelmente elevados. No segundo grupo, de maior dimensão os percursos profissionais são de forte mobilidade e precariedade contratual, desempenhando funções de

> relativamente baixa qualificação, mas que não se esgotam nestas e que tendem a englobar de forma crescente competências específicas elevadas (Centeno *et al.*, 2000: 57).

Esta realidade pode, no caso português, ser ilustrada pelas entrevistas realizadas:

> "Há contratadores em cada esquina, sub-empreiteiros que angariam principalmente para sub-empreitadas, que é para onde essencialmente se canaliza a mão-de-obra ilegal ou clandestina. Normalmente as grandes empresas têm uma estrutura em que são poucos trabalhadores que têm nos seus quadros. Mas esses são poucos porque a maior parte das grandes obras, das grandes coisas que se fazem, são com base em sub-empreitadas e, portanto, contratos temporários que facilitam a existência de mão-de-obra, ilegal. Podem despedir, é menos exigente do ponto de vista das condições de trabalho. É uma mão-de-obra mais barata" (*in* Entrevista n.º 5).

No entanto, ao cruzarmos estas conclusões com os dados obtidos pelo estudo da Embaixada de Cabo Verde e/ou com os dados resultantes das entrevistas por nós realizadas, o que verificamos é que, por um lado, o desemprego tem sido quase inexistente no interior da comunidade cabo-verdiana, isto é, embora existindo uma grande rotação entre diferentes entidades patronais, os trabalhadores cabo-verdianos tendem a manter-se no mesmo sector de actividade. Em comparação com os nacionais portugueses existe, como afirma Fernando Luís Machado:

> grande rotação entre empregadores, mais deslocações para trabalhar noutras zonas do país, pouca ou nenhuma formação profissional, mais situações de emprego temporário, menos hábito de descontar para a segurança social (Machado, 1999: 272).

Por outro lado, a informalidade em que laboram estes migrantes não implica necessariamente a existência de um trabalho não permanente nem de um vínculo laboral efectivo. De facto, a percepção destes mercados mostra-nos que existe uma continuidade da actividade laboral ainda que muitas vezes sujeita a uma forçada actividade como trabalhador independente não declarado.

Mostrámos já que os cabo-verdianos se inserem maioritariamente no segmento secundário do mercado de trabalho sendo que, neste mercado, existem duas possibilidades de inserção: no sector formal ou no sector informal. Como afirma Machado:

> enquanto que os migrantes recém-chegados aceitam, sem impor condições, os lugares precários disponíveis nos segmentos secundários do mercado de trabalho, para a população imigrante já fixada, e sobretudo para os seus descendentes, com qualificações e expectativas mais altas, esses lugares estão fora do horizonte profissional, o que não impede que, na concorrência com a população autóctone pelos lugares no mercado de trabalho primário, acabem por ficar mais expostas ao desemprego (Machado, 1999: 72).

De acordo com os dados obtidos pelo inquérito da Embaixada de Cabo Verde a esmagadora maioria dos activos e trabalhadores-estudantes cabo-verdianos labora em contínuo, isto é, de forma permanente, e somente entre 10 e 11% dos inquiridos são trabalhadores sazonais ou ocasionais. Como seria de esperar os grupos etários mais polarizados (jovens e idosos) têm um regime de trabalho menos permanente mas, ainda assim, as percentagens de regimes permanentes são extremamente elevadas. Por outro lado, a informalidade não é tão evidente como seria suposto. Cerca de 59% no total (57% das mulheres e 61% dos homens) declaram possuir um vínculo contratual permanente, sendo que apenas 14% declaram não possuir qualquer vínculo laboral (12% das mulheres e 16% dos homens). Se pareceria evidente que a precariedade laboral atinge mais os homens do que as mulheres, por outro lado, são os indivíduos do sexo masculino que declaram em maior percentagem possuir um contrato permanente o que contraria, ou atenua, este argumento. Na verdade as diferenças entre os sexos são ténues e a informalidade não aparece imediatamente através de uma apreciação destes dados tornando-se necessária uma análise mais profunda.

1.6.4 Uma segmentação multi segmentada: vários níveis de informalidade

A inserção destes migrantes no mundo do trabalho, para além da imagem que sobressai das estatísticas, denota as normais dificuldades de uma população em situação de cúmulo de precariedades em muitos casos devido à situação de "clandestinidade" laboral, da precaridade habitacional[162] ou do acesso condicionado a cuidados de saúde primários.

162. Para uma descrição dos bairros degradados onde habitam a maioria dos imigrantes cabo-verdianos na AML ver Simões et al. [org.], 1992.

Perante este contexto, é comum a existência de uma situação contratual atípica: trabalhadores assalariados não declarados; inexistência de vínculos contratuais com o empregador, contratos a prazo; trabalho em sub-emprego; trabalho temporário, etc., isto é, todo o conjunto de situações que constituem as categorias de resposta estatística nos quadros acima transcritos. No que diz respeito aos trabalhadores informais estes trabalhadores detêm um laço legal muito fraco, desenvolvem trabalhos de pouca qualidade, auferem baixos rendimentos e não possuem nenhuma segurança no trabalho. Em caso de doença ou desemprego não possuem qualquer espécie de protecção. O recurso à economia informal é, muitas vezes, devido a dificuldades que encontram no acesso ao mercado formal de trabalho. Trata-se, muitas vezes também, de imigrantes clandestinos que recorrem à informalidade por lhes ser impossível a integração no mercado formal de trabalho. Dado não possuírem qualquer tipo de vínculo estão em permanente risco de dispensa, o que em termos económicos é precário e em termos psicológicos desgastante" (Centeno *et al.*, 2000: 58).

Esta situação leva a que a maioria destes trabalhadores se encontrem ligados a sectores que se caracterizam tradicionalmente pela prossecução dos mais baixos custos de produção possíveis e por um reduzido valor acrescentado. Nestes sectores, o custo da mão-de-obra representa a maior percentagem dos custos totais, pelo que interessa reduzi-los ao mínimo, recorrendo, se necessário, ao trabalho clandestino ou ao trabalho não declarado ou parcialmente declarado (e.g. construção civil). A inserção laboral dos trabalhadores cabo-verdianos em Portugal permanece, por conseguinte, na sua maioria, precária e marginalizada. Ocupam os empregos com as piores condições e as mais baixas remunerações, pois enquanto trabalhadores clandestinos ou não declarados não beneficiam de protecção legal; estão privados de direitos e regalias sociais (ex. Subsídios de Natal e de Férias, Subsídio de Almoço), permanecem à mercê dos empregadores que lhes impõem as suas regras e condições (ex. horários, trabalho extraordinário, condições de higiene e segurança, etc.) (Correia, 1992: 20). Esta realidade é fácil e recorrentemente detectada nas entrevistas realizadas e constitui uma característica basilar da inserção laboral de muitos cabo-verdianos em Portugal:

> "(...) As mulheres são empregadas de limpeza ou empregadas domésticas. A maioria trabalha a dias ou à hora, podem estar a trabalhar num sítio hoje e amanhã já não estar. Algumas podem trabalhar nessas firmas de limpeza e podem ter contrato mas a maioria não tem" (*in* Entrevista n.º 2).

A ausência generalizada de vínculos contratuais formais ou a sua vinculação temporária através de contratos a termo certo de curta duração é generalizada entre os cabo-verdianos que laboram no sector da construção civil e obras públicas. As mulheres cabo-verdianas, ainda assim, dispõem de uma relativa diferenciação positiva uma vez que a ausência de contrato é menos evidente. Nos casos dos serviços pessoais, as mulheres cabo-verdianas que trabalham como empregadas domésticas fazem-no na sua (quase) totalidade no mercado informal, laborando a horas, a dias ou ao mês sem qualquer tipo de formalização contratual. Já no caso das limpezas industriais, da hotelaria e da restauração a regra è a existência de um contrato a termo, em regra auferindo um vencimento próximo do salário mínimo nacional e, completando esse salário com horas extras ou com uma segunda ocupação profissional.

Esta informalidade, total ou parcial, é reprodutível a partir dos próprios imigrantes quando estes, numa tentativa de maximização de rendimentos e no âmbito de uma estratégia de curto ou médio prazo, estão dispostos a prescindir de regalias sociais futuras (ex. pensões de reforma) em troca de um mais elevado salário. Claro que esse cálculo pode ser falível, como afirma Machado (1999):

> se é verdade que se ganha mais sem contrato do que com ele, também é verdade que o trabalhador informal está mais vulnerável a um conjunto de circunstâncias penalizadoras (períodos de desemprego, curtos mas relativamente frequentes, na transição entre obras e/ou empregadores, remunerações atrasadas ou não pagas, paragens forçadas devido a acidentes de trabalho durante as quais não se ganha, deslocações por todo o país para trabalhar, com despesas acrescidas), circunstâncias que são a própria face da precariedade, e podem contrariar, a médio prazo, a estratégia inicialmente gizada (Machado, 1999: 271).

Na relação custo-benefício e/ou procura-oferta de trabalho as opções tendem, no entanto, para uma escolha preferencial por uma informalidade, pelo menos parcial. Esta realidade é amplamente conhecida quer pelos sindicatos quer por entidades oficiais que, se não a fiscalizam e inviabilizam, quer dizer que a toleram e, em última análise, dela beneficiam. Vários depoimentos recolhidos vão ao encontro desta constatação:

> "(...) Quer dizer as empresas, e falemos agora fundamentalmente das empresas do sector da construção civil, aceitam o trabalho dessas pessoas mas não pagam Caixa de Previdência, não pagam seguros, não se lhes desconta o IRS. São pessoas que têm traba-

> lho barato... São pessoas que trabalham ilegalmente, executam as tarefas de pessoas que fazem os descontos todos só que para os empreiteiros saem muito menos dispendiosos. E o governo e as entidades superiores «fecham um pouco os olhos»... sabem que essas empresas empregam muita gente e estes custos mais baratos acabam por viabilizar as empresas" (*in* Entrevista n.º 1).

> "O problema é que o mercado de trabalho onde os imigrantes estão activos -nomeadamente as obras (em média cerca de 70%) e os trabalhos de limpeza - é sobretudo informal. E a fiscalização em Portugal é quase nula" (Carlos Trindade, CGTP-IN)[163].

> "Não fazia sentido estar a desenvolver uma acção excessiva que fosse prejudicial aos próprios trabalhadores, uma vez que eles eram as grandes vítimas neste processo" (Mota da Silva, Inspector Geral do Trabalho)[164].

Na realidade a existência de uma sectorização da etnicidade cabo-verdiana, que surge encerrada num pequeno conjunto de sectores, tende a acompanhar os cabo-verdianos desde o momento da sua chegada a Portugal, e isto quer falemos da migração cabo-verdiana colectivamente, quer individualizemos a nossa análise para focar a maioria dos imigrantes cabo-verdianos em termos individuais. De facto, conclui-se que o acesso ao mercado de trabalho por parte dos imigrantes cabo-verdianos depende sobretudo do seu círculo de amizades, de vizinhos, de familiares e/ou de iniciativas próprias de busca de emprego. Este factor tende, como se compreende, a fechar a porta a empregos no exterior da comunidade.
Também aqui as entrevistas realizadas podem ser elucidativas.

> "[Como é que eles entram no mercado de trabalho?] (...) Normalmente, chegam cá e vão à procura. Ou, então, contactam com firmas que dão empreitadas, as chamadas firmas de cedência de mão-de-obra. Normalmente, é em contacto com essas firmas de empreiteiros que conseguem arranjar trabalho. Alguns até são sub-empreiteiros, não são empreiteiros, são sub-empreiteiros que tomam trabalho de outros empreiteiros" (*in* Entrevista n.º 6).

> "Através do irmão que já estava metido no meio e o levou para lá" (*in* Entrevista n.º 8).

163. Carlos Trindade sindicalista da CGTP-IN citado pelo jornal Expresso em 26/08/2000.
164. Mota da Silva, Inspector Geral do Trabalho, referindo-se às críticas de falta de fiscalização citado pelo jornal Expresso em 26/08/2000.

> "Um sub-empreiteiro encontrou-se com ele na Estação da Damaia e arranjou-lhe emprego. Ele andava à procura e o sub-empreiteiro também" (*in* Entrevista n.º 11).

Também o estudo da Embaixada de Cabo Verde vem confirmar esta realidade mostrando que, tanto no caso dos homens como no das mulheres é a família ou amigos cabo-verdianos que recorrem como forma de obter o emprego, ou amigos portugueses numa demonstração inequívoca da importância do capital social para a obtenção de emprego. Neste caso, os "padrões de migração e os factores de identidade e relação no seio da comunidade cabo-verdiana estão presentes de modo muito marcado na forma de obtenção do emprego actual" (Gomes, 1999: 104).

No caso dos imigrantes cabo-verdianos e em paralelo com o que se passa com outros imigrantes africanos seria de esperar que o prolongamento do tempo de residência trouxesse uma redução da informalidade e da precariedade laboral (Perista e Pimenta, 1993; Machado, 1999). Se no caso da precariedade laboral essa realidade parece abarcar também os imigrantes cabo-verdianos (os sub-empreiteiros tendem a estabilizar as suas equipas de trabalho) já no caso da informalidade (total ou parcial) esta parece tender a perpetuar-se. Ainda assim, o citado estudo encomendado pela Embaixada de Cabo Verde permite verificar que estas características pouco se alteram nos diferentes sub-ciclos das migrações cabo-verdianas para Portugal, sendo que, como é óbvio os cabo-verdianos chegados mais recentemente dependem ainda mais do capital social que construíram no país de origem ou no seio da sua própria comunidade.

1.6.4.1. O exemplo da construção civil: o sub-empreiteiro

O sector da construção civil assumiu, desde há décadas, não só o papel de maior empregador da mão-de-obra imigrante, como também o de «porta de entrada» dos imigrantes no mercado de trabalho português (Mendoza, 1997: 39). Esta não é, no entanto, uma característica singular do sector da construção civil em Portugal, uma vez que características semelhantes foram detectadas noutros países como a Inglaterra (Rainbird, 1991). Uma análise do sector da construção civil em Portugal, permite, contudo, detectar um actor emergente desde há, pelo menos, 10-20 anos: o sub-empreiteiro[165]. Este actor é o resultado de um processo de reestruturação empresarial iniciado nos anos 80 e que tem como fim último reduzir os custos de exploração das empresas reduzindo os encargos que esta tem que suportar. De um modo sintético, podemos afirmar que esta restruturação empresa-

rial decorre de uma modificação das estruturas empresariais, e nomeadamente, dos fenómenos de externalização que consistem na centralização ou re-centralização num número reduzido de profissões e na exteriorização a nível económico e jurídico das actividades consideradas como acessórias; na sub e/ou na co-contratação como modo de produção actualmente dominante e que deriva com frequência, mas não exclusivamente, do processo de externalização; na redução do número de empresas e do seu tamanho o que leva, frequentemente, à supressão de locais ou de actividades, tendo como corolário reduções mais ou menos drásticas de efectivos; dos fenómenos de deslocalização a nível intranacional, intracontinental ou extracontinental, desencadeados com o objectivo de obter a redução máxima dos custos, e que têm frequentemente efeitos sobre o custo salarial. O sector da construção civil, dificilmente deslocalizável tende a procurar trabalhadores mais baratos o que tanto pode passar por trabalho clandestino como no recrutamento de mão-de-obra imigrante. Como afirma Maria João Rodrigues:

> o trabalho clandestino tende a germinar a partir de processos ditos de exteriorização do trabalho, accionados por empresas que se encontram, em si próprias, numa situação de aparente perfeita legalidade: exteriorização no sentido físico e/ou no sentido jurídico, como recurso ao trabalhador cedido por um angariador de mão-de-obra clandestina, ou simultaneamente nos dois sentidos, como a descentralização da produção para outras empresas clandestinas submetidas por relações de sub-empreitada. (...) É elucidativo verificar como, num sector que vai sendo minado por empresas clandestinas, as próprias empresas que estão na legalidade são levadas, para responder à concorrência, a submergir por múltiplas formas, entre as quais a recorrer a essas mesmas empresas clandestinas, Gera-se assim um processo que se auto-produz, alastrando. É o que tem vindo a ocorrer, por exemplo, no sector da construção civil onde, perante um mercado fortemente retraído e um pulular intenso de pequenas empresas clandestinas, as grandes empresas têm optado por reduzir ao mínimo o seu quadro de trabalhadores permanentes (retendo os mais qualificados ou com maior antiguidade), procurando recrutar todo o restante trabalho em modalidades precárias e mesmo clandestinas (Rodrigues, 1988: 212).

165. O trabalho com sub-empreiteiros é baseado numa forma contratual denominada "empreitada" que se consubstancia numa prestação de serviços em que o resultado é uma "obra". No caso dos imigrantes africanos não é exactamente disto que se trata podendo ou devendo inserir-se mais no conceito de "subcontratação" contrato pelo qual se atribui a outra pessoa ou empresa a obrigação de fazer o todo ou uma parte da sua obra ou actividade

Esta realidade está bem presente na comunidade cabo-verdiana. Como afirma um dos nossos entrevistados:

> "O funcionamento do trabalho nessas grandes obras é especial. Os trabalhos são entregues a sub-empreiteiros, os sub-empreiteiros, muitas vezes, têm outros a quem é entregue o trabalho e são os sub-empreiteiros, da sub-empreitada, que encontram gente para fazer o trabalho. A empresa não tem nada a ver com quem está a trabalhar. Foi entregue a fulano de tal, ou à empresa tal para fazer aquele trabalho e só é responsável porque o trabalho fique bem feito. É essa rede de sub-empreitadas que facilita o contrato, já que não há contrato escrito. Nem eles recebem nada por recibo" (*in* Entrevista n.º 10).

O sub-empreiteiro africano ou de origem africana surge no sector da construção civil nos anos 80-90 e provoca, directa ou indirectamente, um aumento da informalidade neste sector. Desde há alguns anos que a figura do sub-empreiteiro africano foi detectada na construção civil e obras públicas (Freire, 1991). Este autor referencia uma nova categoria profissional entre o dono da obra, o encarregado e o operário, que pode ser vista como um equivalente de um chefe de secção/chefe de equipa "desempenhada por migrantes, que além de garantirem tarefas correntes no estaleiro, procedem à angariação, recrutamento, selecção e até pagamento de mão-de-obra, dirigem os trabalhadores por meios predominantemente informais ou com um mínimo de informalidade" (Freire, 1991: 152).

1.6.4.2. Construção civil e informalidade

Vários autores demonstraram que, desde há vários anos, o sector da construção civil e obras públicas português é marcado por uma profunda informalidade, que afecta de igual modo parte da mão-de-obra nacional ou os trabalhadores imigrantes (Lobo, 1983; Baganha, 1996). Esta informalidade é sentida a diversos níveis sendo de destacar: a ausência parcial ou total de vínculos contratuais, a ausência de contribuições para a segurança social e a precarização das condições de trabalho. Um autor como Reyneri (2000) vai mais longe, falando de um mecanismo de «*pull effect*» que atrai os imigrantes, legais ou ilegais, para essa economia subterrânea, levando a que a imigração dependa mais da economia informal doméstica do que de um controlo de fronteiras. No caso português esse mecanismo de atracção faz-se quer pela via da economia informal, quer pela via do que designaríamos por uma clandestinidade facilitada por uma ausência

de fiscalização[166]. E, na verdade, a regularidade de respostas obtidas demonstra que, no seio da comunidade cabo-verdiana da área metropolitana de Lisboa esta segmentação/informalidade laboral é assumida como fazendo parte da normalidade:

> "É sem contrato de trabalho, a sua grande maioria na construção civil. As mulheres nas limpezas têm contrato a termo certo e fazem descontos para a segurança social" (*in* Entrevista n.º 12)

> "(...) No mercado de trabalho em Portugal a mancha do trabalho não contratualizado, chamado trabalho precário alastra, não só dentro da sociedade mas também como é natural dentro destas comunidades. È reconhecido que no sector da construção civil esta é uma realidade incontornável, inclusive assiste-se de há uns anos para cá que muitos dos sub-empreiteiros ou dos sub-sub-empreiteiros, foram os primeiros imigrantes que vieram há duas décadas. E são exactamente esses pequenos patrões que empregam 5 ou 6 pessoas ao dia porque o seu contrato com o empreiteiro geral também, muitas vezes, é extremamente flexível. Os trabalhadores que estão no mercado de trabalho nesta dupla situação de trabalhadores e de imigrantes, no trabalho precário, no trabalho sem contrato, no trabalho ao dia, acabam por estar principalmente na construção civil, que é onde o mercado de trabalho é mais fluído, onde o mercado de trabalho é menos controlável e controlado, quer pelas inspecções, segurança social, inspecção de finanças, etc. Inclusive, é aí que os trabalhadores acabam por aí se socorrer para ganhar os meios de subsistência..." (*in* Entrevista n.º 9)

> "(...) Condicionalmente nesta área, desde que seja na área da construção civil e obras públicas, sobretudo obras públicas, e limpeza existe sobre-oferta. Existe mesmo uma espécie de discriminação positiva perversa, neste caso, que é a preferência pelo imigrante nesta área..." (*in* Entrevista n.º 14).

A ascensão de alguns imigrantes à condição de sub-empreiteiros (2,5% dos inquiridos no estudo da Embaixada de Cabo Verde) é uma realidade que surge implícita em muitas das entrevistas por nós realizadas. Estes sub-empreiteiros arranjam e/ou agregam muitas vezes equipas de traba-

166. Já no caso da imigração para a Holanda, este mecanismo de atracção actua no lado formal da economia, da legalidade de residência, garantindo aos que estejam legais um conjunto de benefícios de segurança social e uma qualidade de vida superior à usufruída nos países do Sul da Europa.

lho das quais fazem parte indivíduos a eles ligados por linhas familiares, de vizinhança, étnicas, ligadas à comunidade de origem, etc.. Fernando Luís Machado associa estas tarefas desempenhadas pelos sub-empreiteiros da construção civil e obras públicas em Portugal aos capatazes agrícolas no Sul da Itália que, de acordo com este autor, desempenham funções idênticas:

> trata-se de indivíduos mais velhos e com mais tempo de residência, que recrutam e gerem, numa base sazonal e largamente informal, mão-de-obra também imigrante. Usando meios de transporte próprios, conduzem directamente o pessoal contratado para uma jornada de trabalho, cobrando determinada quantia por trabalhador (Machado, 1999: 277).

No caso português, uma pequena viagem, manhã cedo, pelos bairros limítrofes das grandes cidades, pelo Rossio, Campo Grande ou pela Av. Almirante Reis em Lisboa, permite detectar os típicos sub-empreiteiros, circulando nas suas carrinhas de nove lugares e dirigindo-se indistintamente aos estaleiros das obras de construção civil e aos estaleiros das obras públicas existentes.

> "Há inclusive, devo dizer, mesmo alguns cabo-verdianos a trabalhar nessa área, como sub-empreiteiros. São grandes exploradores dos seus conterrâneos. Á imagem do que se vê todos os dias com os portugueses que levam portugueses para a Alemanha. Essa situação é a situação que se reproduz aqui, com muitos cabo-verdianos já nesse processo..." (*in* Entrevista n.º 5).

> "(...) Portugal é o único país onde há um sub-empreiteiro que não tem alvará, que não tem nada e que é sub-empreiteiro. Como há aqui no bairro..." (*in* Entrevista n.º 8).

> "(...) É reconhecido que no sector da construção civil esta é uma realidade incontornável. Assiste-se de há uns anos para cá, poucos anos, o que também é normal na história das correntes migratórias, que muitos dos sub-empreiteiros ou dos sub-sub-empreiteiros, foram os primeiros imigrantes que vieram há duas décadas, duas décadas e meia: Estão inseridos na nossa sociedade e acabam por ser os empregadores dos imigrantes que vêm mais recentemente para o nosso país. E, , algumas das vezes, são exactamente esses pequenos patrões que empregam 5 ou 6 pessoas, três quatro, empregam-nas ao dia porque também o seu contrato com o empreiteiro geral também, muitas vezes, é extremamente flexível..." (*in* Entrevista n.º 9).

> "Uma das coisas que as grandes empresas utilizam são sub-empreiteiros africanos. É curioso que os africanos tiverem um período de legalização há uns anos atrás e nós os sindicatos fizemos uma grande campanha nesse sentido eles organizaramse, os cabo verdianos e os guineenses, mas mais os cabo-verdianos, têm hoje uma certa organização aqui na região e são eles que são os carrascos dos próprios compatriotas" (*in* Entrevista n.º 38)

> "Muitos destes profissionais são cabo-verdianos e guineenses, que passaram também pelas obras, conhecem o trabalho e resolveram servir de intermediários entre os construtores e os desempregados que moravam no seu bairro (...) para recrutar mão-deobra, os sub-empreiteiros têm redes de contactos e os africanos desempregados ou recém chegados sabem onde dirigir-se para arranjar trabalho" (Visão 03.10.96)

A importância deste actor na atracção de conterrâneos imigrantes para o mercado de trabalho português é algo que não foi avaliado até hoje. O facto de a entrada no mercado de trabalho ocorrer maioritariamente, no caso dos homens, por esta via permite-nos, no entanto, imaginar que o seu papel é mais importante do que o de mero assemblador de mão-de-obra para empresas maiores. Complementarmente, a associação entre sector de inserção, informalidade e a normalidade daqui decorrente é uma regularidade que concorre para a verificação da hipótese anteriormente por nós formulada de que existe uma espécie de sectorização da etnicidade cabo-verdiana em Portugal. Esta perversidade da inserção cabo-verdiana surge em resultado de uma conjugação da sua história migratória, da evolução dos sectores em que se integram, dos segmentos do mercado de trabalho em que se inserem e, por último, do papel desempenhado por um actor chave: o angariador de mão-de-obra ou sub-empreiteiro. De acordo com as nossas hipóteses é este actor que permite conjugar as estratégias dos diferentes actores envolvidos.

Na verdade os indícios que foram detectados nas entrevistas por nós realizadas permitem-nos afirmar que este actor (e os seus congéneres em outros sectores ou países) é um dos aceleradores da transnacionalidade laboral cabo-verdiana. Ao atrair para mercados locais de emprego, patrícios migrantes em outros destinos, membros da sua comunidade étnica, ou nacionais do seu país ainda residentes em Cabo Verde, e ao tornar a «terra longe» parte do mercado local de trabalho de Cabo Verde e, complementarmente, os cabo-verdianos na *diáspora do trabalho* como parte

do mercado local de emprego da área metropolitana de Lisboa, este actor (o sub-empreiteiro) eleva o potencial de transnacionalidade cabo-verdiano. Desenvolvamos este argumento.

1.7 Mercados locais de emprego como estruturas da transnacionalidade cabo-verdiana: vantagens competitivas da especialização étnica

Os sub-empreiteiros africanos são, no caso português, em concordância com o volume e a história migratória, maioritariamente cabo-verdianos (ou guineenses) pelo que o recrutamento profissional e/ou o encaminhamento profissional tendem, a exemplo do que acontece em outros lugares (Piselli, 1998) a ser feito no interior da sua rede intraétnica, isto é, "embora de forma não exclusiva, contratam predominantemente trabalhadores do seu país, ou ainda as muitas situações em que os próprios trabalhadores arranjam trabalho para irmãos, primos ou amigos" (Machado, 1999: 317). As entrevistas realizadas permitem ilustrar esta realidade:

> "Na construção civil esse é o sistema de contratação. Há cadeias de contratação de não sei quantos elos, a grande empresa, a média empresa, a pequena empresa, a pequeníssima empresa, todos subcontratam e como toda a gente foge aos vínculos laborais então, o elo mais fraco, o último elo da cadeia, os sub-empreiteiros, também aplicam a regra de fugir ao vínculo laboral" (*in* Entrevista n.º 14).

> "(...) Os empreiteiros o que fazem é arranjar trabalhadores, depois apresentam à firma uma lista com os trabalhadores, e depois a firma paga aos empreiteiros e depois os empreiteiros fazem outro preço ao empregado...(*in* Entrevista n.º 3).

> "(...) Os empreiteiros e os sub-empreiteiros aproveitam-se da ignorância para ganhar muito dinheiro. Além de pagarem pouco às vezes não pagam. Não pagam porque, dizem as pessoas, quem contesta é quem tem poder, quem tem documentos, quem é ilegal não contesta, e pronto..." (*in* Entrevista n.º 3).

> "Imagina... actualmente, tem muitos sub-empreiteiros, de sub, de sub, de sub, de sub, de sub. Quer dizer, há um que é o patrão, mas há outro que é o primeiro empreiteiro, mas depois o empreiteiro vai sub-empreitar ao João, ao Manel, ao Joaquim, etc.. Depois esse João, Manel ou Joaquim também, se tiver assim uma equipa de terceiro empreiteiro, vai procurar enfim de entre os seus homens, ou as suas mulheres que também tem limpezas. Para limpar as quatro

> salas e vai sub-empreitar que já é de terceiro empreiteiro. De sub, de sub, de sub. Não há de facto uma concentração de vários sub-empreiteiros por exemplo para constituírem uma firma. As pessoas fazem os trabalhos, resolvem o seu problema, ganham um x para se governarem e acabou. Não há vínculos..." (*in* Entrevista n.º 13).

Na verdade parece que a ascensão à categoria de sub-empreiteiro seria o culminar de uma carreira profissional no sector da construção civil. Para Fernando Luis Machado parece haver um percurso tipo, em que o imigrante entra no sector da construção civil como servente, passados um ou dois anos é promovido a pedreiro ou armador de ferro, do que resulta que esse mesmo imigrante passará a ter o seu próprio servente, muitas vezes outro imigrante com menos experiência (Machado, 1999: 276). Seguindo esta lógica, o passo imediatamente a seguir seria o de constituir a sua própria equipa de trabalho e aceitar sub-empreitadas, passando a funcionar como micro empresa especializada. No sector da construção, o surgimento de empresas ou de (sub)empreiteiros especializados em realizar partes da obra é uma realidade recorrente. Podemos ter empresas ou (sub)empreiteiros especialistas em armar o ferro, colocar azulejos, pintar, rebocar, fazer os "toscos", etc., sendo que cada uma destas partes pode ser autonomizada do todo que é a obra e, neste sentido, (sub)contratada a terceiros.

Os trabalhadores cabo-verdianos do sector da construção civil foram ganhando autonomia em relação às grandes empresas, construindo pequenas empresas especializadas e inserindo-se num mercado carente de mão-de-obra. Aos poucos ganharam uma importância acrescida que lhes permitiu assumir uma vantagem competitiva face a outros tipos de trabalhadores e ganharam uma quota de mercado importante. Nas regiões onde estavam fortemente representados, como a RLVT ou a AML, assumiram mesmo uma vantagem competitiva face a outros grupos étnicos e, através do domínio de sub-empreitadas, assumiram a sua especialização étnica, a sectorização da sua etnicidade, como uma vantagem competitiva para uma mais fácil inserção no mercado de trabalho.

A inserção dos recém chegados tornou-se deste modo muito mais fácil do que para outros grupos étnicos uma vez que as redes de relacionamento profissional, designadamente de recrutamento, seriam nesta lógica caracterizadas por um relacionamento marcadamente intraétnico, particularmente no sector da construção civil e obras públicas (sendo extensível aos serviços pessoais e domésticos). É o amigo que chama o amigo, o vizinho que diz ao vizinho, o familiar que convoca o familiar, em alguns casos são

os próprios sub-empreiteiros que procuram empregados nos bairros ou em locais conhecidos. Por exemplo, a Praça do Rossio e o Campo Grande em Lisboa são locais usualmente conhecidos como sendo locais de angariação de mão-de-obra. As entrevistas realizadas permitem ilustrar esta ideia:

> "A forma mais generalizada é a do telefonema do amigo a dizer «Olha é em tal sítio» e ele vai e começa a trabalhar na altura" (*in* Entrevista n.º 14)

> "(...) Há os sub-empreiteiros que contratam o pessoal. Há muitos empreiteiros e quando precisam de trabalhadores vêm cá aos bairros procurar... [Os empreiteiros são portugueses ou são cabo-verdianos?] Há portugueses e há estrangeiros, mas eu costumo trabalhar mais com estrangeiros, nomeadamente com cabo-verdianos. Eles vêm aqui e contratam-nos..." (*in* Entrevista nº 3)

Esta conclusão vai ao encontro das nossas percepções (enquanto entrevistadores) já que não se encontram indícios da existência de angariadores de mão-de-obra directa em Cabo Verde, ao contrário, por exemplo, dos portugueses que vão para sub-empreitadas para a Alemanha ou Holanda, e deste modo a rede social invertida (no país de origem) não existiria (ainda) directamente em Cabo Verde. No entanto, o facto de saberem ser muito fácil para este tipo de mão-de-obra encontrar trabalho em Portugal através dos sub-empreiteiros patrícios, torna a sua vinda para Portugal um acto pouco arriscado e, deste modo, indirectamente, este actor assume uma centralidade estratégica. Esta realidade pode, a médio prazo vira a mudar em virtude do protocolo estabelecido entre Portugal e Cabo Verde para a migração temporária ou sazonal de cabo-verdianos para Portugal[167]. Por enquanto, a oferta de mão-de-obra no próprio local de trabalho, que provoca uma não

167. "O D. L. nº60/97,de 19 de Novembro de 1997, aprovou um protocolo entre os Governos de Portugal e de Cabo Verde destinado a facilitar "a emigração de cidadãos cabo-verdianos para Portugal, por períodos limitados de tempo, com vista ao exercício de actividades profissionais com carácter temporário" (Preâmbulo ao Protocolo sobre Emigração Temporária de Trabalhadores cabo-verdianos assinado em 18 de Fevereiro de 1997). Esta emigração encontrava-se dependente da preexistência de um contrato de trabalho com a duração máxima de um ano, prorrogável até ao máximo de três anos (art. 1º e 2º do Protocolo). Além disso, o Protocolo estabelece as condições a observar pelas entidades empregadoras portuguesas que desejem contratar trabalhadores cabo-verdianos (art. 7º do Protocolo)" (Baganha e Marques, 2001). Este acordo foi, de acordo com um dos nossos entrevistados (entrevista n.º 39) solicitado pelo governo de Cabo Verde alertado para as solicitações de mão-de-obra por ocasião da Expo' 98. No entanto, a sua efectividade prática, devido sobretudo a questões burocráticas implicou a emigração para Portugal de umas meras dezenas de cabo-verdianos. O processo de oferta pública de emprego deve ser feito em Portugal e depois é encaminhada essa oferta para Cabo Verde.

necessidade de ir recrutar à origem, é a questão sociológica pertinente. Em nosso entender, é a transnacionalização dos mercados locais de trabalho para Cabo Verde a principal responsável por esta lógica. Os empregadores em território nacional pensam nos cabo-verdianos como uma extensão natural da mão-de-obra nacional no mercado de trabalho local em Portugal, e, por outro lado, os cabo-verdianos vêem Portugal como uma extensão do seu próprio mercado local de emprego. Tal como afirma Malheiros:

> Se no passado a área de recrutamento de trabalhadores da área metropolitana [de Lisboa] correspondia, essencialmente, às regiões vizinhas das Beiras e do Alentejo, hoje os níveis de interacção laboral com áreas muito distantes (por exemplo, o concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago, Cabo Verde) são bastante significativos. E este exemplo relativo à emergência de novas periferias distantes fornecedoras de mão-de-obra pode ser generalizado a toda a Europa do Sul (Malheiros, 2001: 52)

O modo de concretizar esta migração entre países constitui o principal obstáculo em discussão. Através de estratégias de migrações diversas os cabo-verdianos vêm, no entanto, ininterruptamente, chegando a Portugal desde há muitas décadas e ingressando no mercado local de emprego das regiões de inserção, onde concorrem, e são competitivos, com a mão-de-obra nacional. Analisemos melhor algumas destas estratégias.

1.8 Estratégias adaptativas: a transnacionalidade em acção

Os cabo-verdianos emigram para Portugal desde há muitas décadas e são uma comunidade que aí possui uma forte ligação. Por esse facto, são necessariamente múltiplas as razões para migrarem actualmente para Portugal no entanto devem ser referidas primeiramente as razões económicas (migrações laborais) e o reagrupamento familiar, sem esquecer razões de saúde, de educação ou outras. O modo de migração também é desde há muito conhecido. O uso do visto turístico e a tendência para permanecerem para além do prazo legal é a norma. A propensão para se tornarem *overstayers*, ou para fazerem uso, do que os próprios cabo-verdianos, designam como *estadias prolongadas,* é evidente entre os imigrantes laborais cabo-verdianos e é aceite socialmente quer em Portugal quer em Cabo Verde não sendo vista como uma ilicitude. As justificações surgem, com naturalidade, nas entrevistas realizadas:

> "(...) Por conhecimento de familiares. Vêm passar férias e depois aqui conseguem um trabalho mesmo sem contrato sem recibo. A nível de Cabo Verde é muito melhor eles estarem aqui a trabalhar

nessas condições do que estarem lá sem fazer nada e sem receber" (*in* Entrevista n.º 2).

Os migrantes clandestinos, que inicialmente emigram como comerciantes, estudantes ou turistas, utilizam uma variedade de tácticas para permanecerem no país de destino, vivendo com amigos e trabalhando no sector "subterrâneo" da economia (ADEPOJU, s/d: 8).

Por outro lado, não podemos deixar de voltar à noção de arquipélago migratório e de referir a pertinente inserção deste conceito nas análises das migrações cabo-verdianas feito por Jorge Malheiros (2001). A lógica presente nestas migrações é particularmente baseada numa ideia de família, de *kinship*, de vizinhança, de ilha, de arquipélago, de etnicidade, de nação, de país, por esta ordem. Ainda que todas estas características tenham necessariamente importância devemos destacar a centralidade que a natureza arquipelar das redes sociais de apoio que se desenvolvem tanto na origem como no destino (Malheiros, 2001, Carling, 2001). A relativa coesão dos grupos com origem semelhante (a ilha parecia ser historicamente um bom indicador), vai dando progressivamente lugar ao grupo de ilhas (sotavento ou barlavento) que tendiam a associar-se em regiões de acolhimento também elas influenciadas por estas lógicas, isto é, mudava-se de Cabo Verde para um bairro de cabo-verdianos. Por exemplo, até há alguns anos atrás (e.g. década de 80) era possível distinguir as rotas migratórias e afirmar que de São Tiago se emigrava para Lisboa e que de São Vicente se emigrava para Roterdão. Aliás, hoje é ainda possível afirmar que no bairro das Fontaínhas da Amadora ou em Delfshaven em Roterdão se concentram populações de cabo-verdianos de origens bem diferenciadas. Nesta lógica, será de antever que esta rede tenha, *a posteriori*, uma implicação nas interacções que estas comunidades desenvolvem com o mercado de trabalho facilitando quer o acesso ao primeiro emprego, quer a uma mobilidade laboral, no interior do mercado de trabalho onde se inserem, ou na migração para outros mercados de trabalho.

Por outro lado, a circulação migratória acelera necessariamente o potencial de transnacionalidade, aumenta a rede de dependências mútuas entre os que partem e os que ficam, tanto no país de origem como em destinos migratórios divergentes. Para além disso, não será difícil de adivinhar que a re-emigração de cabo-verdianos imigrantes de um país onde a rede de sustentação seja forte, deixe vagos espaços para a emigração de outros, que ocuparão os lugares deixados vagos pelos primeiros (e.g entre Portugal e a Holanda). A circulação migratória tende, neste caso, a fomentar novos fluxos migratórios.

1.8.1 A transnacionalidade instrumental: o uso do passaporte português como ferramenta para a (re)emigração

Um dos elementos distintivos na possibilidade de livre circulação a nível global é a posse de um passaporte que funcione como salvo-conduto para essa circulação. Um passaporte da União Europeia, de um dos países do Espaço Económico Europeu, de um dos países signatários da Convenção de Shenghen ou de um país com o qual estes últimos tenham acordos de livre circulação é um documento de assinalável valor para a migração, seja ela temporária, circular ou definitiva. Não é por acaso que a posse de um passaporte de um destes países não é impeditivo para a manutenção da nacionalidade cabo-verdiana, tal como este conceito é entendido constitucionalmente em Cabo Verde. E, não é também por acaso, que a dupla nacionalidade é uma realidade conhecida por muitos cabo-verdianos e ambicionada por muitos outros. Também em Portugal encontramos esta realidade. A nacionalidade portuguesa é encarada como um factor pragmático de acesso a outros mercados de trabalho. Esta nacionalidade, de um país membro da União Europeia, com isenção de vistos de entrada num conjunto amplo de países (e.g. nos EUA) permite uma circulação (quase) global proporcionando aos detentores destes passaportes um conjunto de regalias que é vedado aos que os não possuem. Neste sentido, o passaporte, a nacionalidade, tem um valor essencialmente funcional que não ultrapassa nem apaga o valor da identidade étnica. Como vimos em capítulos anteriores, se a dificuldade de definir a identidade cabo-verdiana a partir do exterior do grupo, depende de um conjunto alargado de condições mais ou menos subjectivas, a auto-identificação ou a identificação inter-grupal, dependendo embora das mesmas condições subjectivas, resulta numa definição raramente contestada. Os indícios desta realidade foram, múltiplas vezes, detectados ao longo do trabalho de campo realizado. Não poucas vezes, nos aeroportos, eram mais os cabo-verdianos com nacionalidade portuguesa, holandesa, italiana ou outra, do que exibindo um passaporte cabo-verdiano. Já na chegada a Cabo Verde, poucos eram os que não tinham um passaporte nacional. Vejamos alguns exemplos:

Nome: Januário Jesus Amado Fernandes
Data: Terça Feira, 21 de Novembro de 2000 -02:06:20
Mensagem: Caríssimos Patrícios. Foi com enorme emoção e gosto que visitei essa página.
Nasci na ilha do Fogo, da qual saí com 3 anos, embora com nacionalidade Portuguesa sinto-me Cabo-Verdiano no coração...Obrigado pelo vosso trabalho... (http://eden.dei.uc.pt/~infopor/cabo_verde/visitas/visita.html)

De igual modo, nas entrevistas realizadas esta realidade surge de forma natural:

> "(...) O meu pai era imigrante na Holanda e depois a minha mãe foi ter com ele. Mas a minha mãe não gostou de lá estar não sei se por causa da língua. Como o meu pai era marítimo e andava sempre no mar em viagem a minha mãe não gostou e decidiu vir para aqui em 78. [Então, a sua nacionalidade é portuguesa?] Sim. Na altura havia menos problemas. O meu pai não podia trabalhar no barco na Holanda com passaporte cabo-verdiano e para conseguir ficar no emprego tinha que ter nacionalidade portuguesa. A minha mãe teve que adquirir a nacionalidade portuguesa e na altura ficámos todos com nacionalidade portuguesa" (*in* Entrevista n.º 2).

> "Agora é mais difícil mas eu sei que a ultima vaga faz o trampolim via Portugal. O que o cabo-verdiano já se apercebeu [dessa vantagem] e diz ao primo "olha a primeira coisa a fazer é tu vai a Portugal e como nós até temos um avô português o que tu deves fazer é naturalizar-te". Ele já se apercebeu que agora o passaporte português lhe abre as portas para qualquer lado" (*in* Entrevista n.º 26).

> "Actualmente, desde que Portugal entrou na comunidade europeia é que há outro trajecto de emigração, que é o cabo-verdiano que é descendente de portugueses, ou que adquiriu o passaporte português e através do passaporte português vem parar aqui na Holanda. Como sabe dentro da União Europeia há livre circulação de pessoas e como tem um passaporte português ele fica legal aqui. É só uma questão de vir à procura de emprego e se aqui [Holanda] tem emprego" (*in* Entrevista n.º 35).

> "Por exemplo, o meu irmão tem aqui uma colega dele que veio de Cabo Verde há dois anos e agora está a estudar na Universidade Erasmus de Roterdão. [E como é que isso se faz?] A partir do momento em que tens passaporte português é fácil. Isto é via via. É a rede de contactos a funcionar. Não tenho outra explicação para isso" (*in* Entrevista n.º 31).

O encaminhamento de migrantes cabo-verdianos a partir de Portugal para países terceiros, designadamente para outros países da Europa, é um facto já tradicional. Nos anos 50-60 a emigração de cabo-verdia-

nos para a Holanda fez de Lisboa uma plataforma de passagem. Desde então Lisboa posicionou-se na intersecção de várias das linhas da rede migratória cabo-verdiana e o seu papel no seio das migrações caboverdianas complexificou-se. Lisboa, com várias dezenas de milhar de cabo-verdianos residentes (87% do total de cabo-verdianos residentes em Portugal), tornou-se (mais) uma ilha do arquipélago, deslocalizada na Europa, e com um potencial de redistribuição para todo um espaço geográfico potenciando novos tipos de migração: sazonal, temporária ou circular com um retorno temporário já não a Cabo Verde, mas à ilha que fica mais próxima: Lisboa, ou Roterdão, ou Paris. Como afirma Fernando Luís Machado:

> em alguns casos, parece mesmo haver percursos circulares, de ida e volta entre Portugal e outros países, percursos que não têm necessariamente uma sazonabilidade definida, mas correspondem a estratégias tacteantes, em que se procura em mais do que um país oportunidades de duração limitada, em função dos contactos e possibilidades de trabalho em cada momento e lugar (1999: 25).

Esta ideia de migrações circulares, não é nova nas teorias migratórias. O que parece ser novo é a sustentação de uma migração circular a partir de um espaço não-nacional, isto é, de um território desterritoralizado ou do espaço de inserção de uma comunidade (de facto) transnacionalizada. Também esta lógica é detectável nas entrevistas realizadas.

> "Porque não conseguiu arranjar trabalho na Holanda onde vivia a tia, migrou para Portugal onde estava o cunhado em Almada que o acolheu" (*in* Entrevista n.º 11).

> "Dadas as relações entre Portugal e os Palop, em princípio, é muito mais fácil chegar até Portugal, e depois prosseguir o caminho daqui para o estrangeiro. Há um certo número que vem no sentido de ir mais longe. Chegam aqui, trabalham uns tempos e depois emigram para França, Holanda". (*in* Entrevista n.º 4)

Alguns destes imigrantes serão, como afirmámos, «professional transients» (Appleyard, 1989: 32), isto é, quadros técnicos e executivos que se deslocam entre diferentes postos nacionais de empresas de grupos multinacionais. Outros, serão movimentos temporários de diferentes géneros, designadamente turistas e/ou estudantes. Alguns destes imigrantes temporários tornar-se-ão imigrantes permanentes, outros regressarão aos países de origem. Os que decidirem permanecer em trânsito entre

Cabo Verde, Portugal, e um país terceiro, ou entre dois destinos migratórios tradicionais, tornar-se-ão (novos) elos da cadeia migratória e integrarão os mercados de trabalho nacionais (formal ou informal consoante as regras de funcionamento destes). No caso das migrações cabo-verdianas no interior da União Europeia, este encaminhamento, que pode ser legal ou ilegal resulta da forte rede de apoio social de que dispõem, designadamente de uma rede composta por familiares e contribui para realçar o papel de Portugal como plataforma (de passagem, de regresso ou giratória) da comunidade cabo-verdiana na Europa. O inquérito levado a cabo pelo Embaixada de Cabo Verde demonstra que, variando um pouco em função dos diferentes períodos de chegada, quase 60% dos inquiridos tinham familiares que re-emigraram a partir de Portugal. Estes números demonstram a tendência para um crescimento das migrações temporárias dos cabo-verdianos instalados em Portugal em direcção a outros países europeus. E, na verdade, não é mais do que um alargar, ao espaço da União Europeia, das estratégias adoptadas no território português em que, utilizando a AML como base, "se deslocam, por períodos de tempo mais ou menos longos, contingentes variáveis de trabalhadores em direcção ao Algarve, mas também para o Norte e Centro" (Machado, 1999: 55). Se no caso do território português essas deslocações se fazem "de acordo com a localização das obras e subempreiteiros a que estão ligados e, findo o trabalho, regressam geralmente aos pontos de partida" (Machado, 1999: 55), no caso das migrações intra europeias a esta lógica soma-se uma migração independente, enquadrada por redes sociais de apoio actuantes quer em Portugal quer nos países de destino. Assim, estaremos em presença de uma tripla possível actuação das redes migratórias: no país de origem; no país de destino; ou numa base ou plataforma intermédia a partir da qual se potencia uma re-emigração (sazonal, temporária ou permanente).

Esta lógica migratória assemelha-se ao padrão migratório de parte das migrações portuguesas contemporâneas (Trigal, 1996; Cavalheiro, 2000), mas parte de uma contextualização diferente. No caso das migrações cabo-verdianas contemporâneas a livre circulação no espaço europeu só é uma realidade para os indivíduos que detêm uma nacionalidade europeia. Todos os outros, a maioria, se quiserem circular e/ou trabalhar num país diferente daquele para o qual possui uma autorização de residência necessitam (dependem) ainda mais da rede social de apoio já que se tornarão necessariamente clandestinos e ficarão à mercê da economia informal. No já citado estudo da Embaixada de Cabo Verde é defendida a ideia que as migrações cabo-verdianas reproduzem "o siste-

ma de emigração português na Europa[168]" (1999: 22). Em nossa opinião, esta afirmação por simplificar uma realidade complexa, é apenas parcialmente verdadeira. A lógica das migrações cabo-verdianas para (e na) Europa deve ser enquadrada no âmbito de uma tradicional diáspora de trabalho, que, em tempos mais recentes, vem ganhado características de uma comunidade transnacional em potencial. O nódulo português dessa rede transnacional, Lisboa, desempenha contudo, um importante papel. É, de certo modo, como uma ilha extra deslocalizada do arquipélago (na Europa, já que há outras) ou, como metaforicamente a apelidámos a *nha terra na ilha da terra longe.*

Portugal é o terceiro núcleo mais importante da rede migratória cabo-verdiana. Historicamente, se o núcleo central é Cabo Verde, um segundo núcleo será a comunidade estabelecida nos EUA e, em terceiro lugar Portugal desempenha o papel de pátria deslocalizada na Europa e elo de ligação entre as várias comunidades na União Europeia

No total, cerca de 80% dos cabo-verdianos residentes em Portugal possui familiares noutro país o que vai ao encontro da nossa hipótese de estarmos perante uma comunidade com elevado potencial de transnacionalização. Quando se procura inquirir quais os países onde residem os familiares, as respostas devolvem-nos a rede migratória cabo-verdiana, com as nuances decorrentes das trajectórias particulares de cada uma das linhas que as constituem e dos nódulos que pertencem a cada uma das linhas. Assim, para o caso dos cabo-verdianos residentes em Lisboa (Portugal) seria de esperar que as maiores comunidades de familiares correspondessem primeiramente a países europeus (Holanda, França, Espanha) e, secundariamente, aos outros principais nódulos da rede migratória (EUA e países africanos) o que de facto acontece.

168. Claro que, em muitos casos, as redes migratórias portuguesas e cabo-verdianas se sobrepõem, formando uma rede mais sólida de que ambas as comunidades beneficiam ainda que de formas necessariamente desproporcionadas

Caixa 3.1

"A partir da localização dos familiares dos inquiridos residentes em países terceiros, é possível efectuar uma primeira aproximação à geografia da rede migratória caboverdeana associada a Portugal:

a) As redes familiares transnacionais que incluem os caboverdeanos instalados em Portugal reproduzem, em larga medida, o próprio sistema de emigração português na Europa como atestam as percentagens de parentes em França e, em menor grau, na Suíça, no Luxemburgo e mesmo em Espanha;
b) As relações familiares com a Holanda escapam um pouco à lógica acima referida e inserem-se no contexto da imigração caboverdeana para a Europa, fenómeno que também se passa no caso da Itália, que configura uma rede migratória específica com um índice de conexão relativamente baixo com Portugal (é significativo que a quarta maior comunidade caboverdeana da Europa, possua relativamente poucos indivíduos com família em Portugal);
c) Os Estados Unidos também configuram uma rede migratória com um índice de conexão relativamente baixo com Portugal, sobretudo se se considerar que se trata da maior população caboverdeana instalada fora do país de origem. Neste caso, a especificidade e antiguidade do fluxo migratório associada a factores de carácter geográfico (distância entre os EUA e a Europa e centralização desta corrente nalgumas ilhas – principalmente Fogo e Brava) ajudam a perceber a menor ligação entre a rede migratória caboverdeana centrada em Portugal e a rede migratória que tem por destino os Estados unidos;
d) As ligações familiares a Angola e são Tomé e Príncipe prolongam as antigas lógicas migratórias originadas no âmbito do império colonial português, continuando a manter-se uma importante população caboverdeana no primeiro país (mais de 30.000 indivíduos)".

(*in* Gomes, 1999: 23)

Ainda segundo o estudo da Embaixada de Cabo Verde, cerca de 23% dos inquiridos viveram num terceiro país antes de migrarem para Portugal (26% dos inquiridos do sexo masculino e 22% do sexo feminino) e 57% dos inquiridos afirmou ter familiares que migraram para um país terceiro a partir de Portugal (cf. Quadro 3.20). Por outro lado, pela primeira vez, estamos perante uma situação em que se encontra terminado um ciclo de migrações laborais, por reforma dos migrantes laborais dos anos 60. Começa a verificar-se um novo ciclo de regresso/retorno/repatriamento de migrantes cabo-verdianos em outros países europeus terminada a experiência migratória laboral. Muitos destes cabo-verdianos possuem agora uma nacionalidade europeia (Francesa, Espanhola, Italiana, Portuguesa). Curioso é o facto de, alguns deles, optarem por um "retorno" a Portugal, ao invés de um retorno a Cabo Verde, como se a pátria se prolongasse (ou coexistisse) aqui. O texto de Rócio Farelo sobre a migração de cabo-verdianos para Espanha constitui uma excelente ilustração desta realidade:

> Los jubilados cabo-verdianos presentan una media de edad entre 45 y 48 años, hijos en edades escolares entre los 16 y 21 que

> necesariamente deberán trasladarse si quieren ir a la universidad y seguramente deberán hacerlo también para acceder al mercado de trabajo, alcancen o no enseñanza universitaria. Los padres no quieres esperar a que esa situación les fuerce a tomar la decisión de mudarse o bien separarse de los hijos, situación esta última que rechazan unánimente por su condición de expertos conocedores del sentimiento de desarraigo (...) Al preguntar por la posibilidad de volver a Cabo Verde de una manera definitiva, los entrevistados alegan en general la imposibilidad de hacerlo por la existencia de los hijos y el deseo de que crezcan en un contexto con mayores oportunidades de las que ofrece el archipiélago (...). En la mayoría de los casos, como emigrantes que han triunfado, se han construido o restaurado la casa en la Isla de origen. Sirve para pasar las vacaciones pero como el billete es tan caro y suelen ser familias numerosas resulta mucho más rentable tenerla alquilada. Esta suele ser la dinámica más extendida" (Farelo, s/d: 10).

Estas situações, amplamente confirmadas pelas entrevistas realizadas mostram a importância de Portugal como nódulo principal da rede migratória cabo-verdiana na Europa. Como *nha terra na terra longe*.

Procurámos ao longo deste capítulo enunciar as características nucleares da migração cabo-verdiana para Portugal. Mostrámos que a comunidade cabo-verdiana em Portugal é o resultado de vários sub-ciclos migratórios, pelo menos desde os anos 60, e que a inserção laboral destes migrantes reflecte essa história migratória e as características da própria sociedade e economia de acolhimento. A marcada inserção em sectores cuja característica principal é a utilização massiva de mão-de-obra; uma distinção entre sectores de inserção de acordo com o género; e uma aparente sectorização da etnicidade cabo-verdiana, parecem marcas distintivas dos cabo-verdianos em Portugal. A utilização do capital social em rede na obtenção de emprego, o aparecimento de mediadores ou intermediários co-étnicos e as vantagens ou desvantagens competitivas de pertencer a uma comunidade étnica são outras características importantes a destacar. A concentração em sectores onde essa pertença étnica resulta como vantagem potencia a sua competitividade nos mercados locais de emprego onde se integram. No entanto, resulta também desta análise o reduzido aproveitamento da pertença a uma rede transnacional de migrantes para uma circulação migratória com

intuitos laborais num espaço onde tal seria possível: a União Europeia. Essa circulação migratória pode (e é) potenciada por uma percentagem reduzida dos que o poderiam fazer demonstrando que para além, da existência de uma rede migratória ou de um sancionamento político dos países envolvidos, existem outras premissas de base de que a posse de um capital económico mínimo não será a menor. Analisemos agora um outro nódulo da rede migratória europeia cabo-verdiana: Roterdão.

Holanda[169]

Holanda companheiros
Chegámos
chegámos com barcos guildas nos olhos e desejo de vencer

chegámos intermináveis e actuais às docas
betão aço cargueiros e braços precisados
chegámos numa dimensão nova
(ah as roças de S.Tomé serviçal meu irmão)
e pusemos todo o nosso esforço
lubrificámos máquinas
alimentámos caldeiras
navegámos por oceanos de fogo e fiordes de gelo
mas foi nos mares da terra nova
no tempo em que, de Bóston,
a América mandava seus barcos baleeiros para nos contratar
que ganhámos o bronze da nossa pele

The Best Sailors of the World
sob bandeiras estrangeiras brigámos guerras que não eram nossas
para agora amarmos ao ritmo de torno novo
e múltiplas bocas ao nos verem dizem

Let them get by

chegámos às docas companheiros
nas docas com barcos guildas nos olhos e nossa terra nos nossos sonhos
chegámos intermináveis para o match
e pusemos todo o nosso esforço na luta
pusemos esperança na nossa força de trabalho
e quando nos vêem chegar dizem

Let them get by

aqui ou ali passaremos sempre porque chegámos companheiros
a esperança transformada em actos nos nossos punhos
a seca o sol o sal o mar a morna a morte a luta o luto
ao nos verem passar dizem que ultrapassaremos os sonhos
e o match é em nossa terra que vai terminar

169. De Oswaldo Osório

CAPÍTULO IV
NA ROTTERDAM NÔS Ê KUNXID KOM EMIGRANTS SILENSIOZUS:
de marinheiros à terceira geração[170]

A frase que deu título a este capítulo resume muitas das características da história da comunidade cabo-verdiana em Roterdão e, por arrastamento, na Holanda. Para uma comunidade que contará neste momento entre 20.000 e 30.000 indivíduos ela é muito pouco conhecida na Holanda e é praticamente desconhecida em Portugal. No entanto, é parte de uma rede migratória cabo-verdiana activa e com influência no modo e tipo de distribuição dos migrantes na Europa. Este desconhecimento é, talvez, provocado pelo silêncio da comunidade, no entanto, esta comunidade, numericamente importante, desempenha historicamente um papel preponderante nas migrações cabo-verdianas para e na Europa e, como veremos, tem ainda uma relação intensa com a comunidade cabo-verdiana em Portugal e em outros países europeus. Como afirma um dos nossos entrevistados:

> "Os migrantes cabo-verdianos aqui em Roterdão são chamados de imigrantes silenciosos. Não sei se já ouviu esta palavra. Isto quer dizer os migrantes que aguentam tudo em silêncio, pois não manifestam facilmente os seus problemas, têm uma certa vergonha. Roterdão é uma cidade em que já tem entre 40 e 45% da população de origem estrangeira e os cabo-verdianos não são o maior grupo, os Turcos, Marroquinos, Surinameses são grupos maiores. Os cabo-verdianos são um grupo de mais de 15.000 pessoas só na cidade de Roterdão, um grupo relativamente grande. E em relação aos outros eles criam menos problemas, no sentido de criminalidade, por exemplo. Também no emprego são bem vistos, considerados bons trabalhadores. Por isso são vistos como silenciosos" (*in* Entrevista n.º 25).

Esta lógica pode facilmente ser explicada a partir da própria história da emigração de cabo-verdianos para a Holanda e o modo como a comunidade na Holanda se foi constituindo. A expressão "imigrantes silenciosos" é criada a partir da percepção que os holandeses fazem deste grupo de indivíduos com origem longínqua mas que parecem adaptar-se sem grandes tumultos à sociedade holandesa. A descrição que deles é feita num texto sobre as

170. Os primeiros cabo-verdianos emigraram para a Holanda há cerca de 40 anos mas apenas há 30 se sedentarizaram em terras Holandesas uma vez que os primeiros eram marinheiros, este reagrupamento familiar ainda continua.

minorias étnicas em Roterdão é elucidativa: "little is known about them and they keep very much to themselves" (Anderiesse *et al*., 1997: 9). Um dos nossos entrevistados verbaliza e aclara esta ideia:

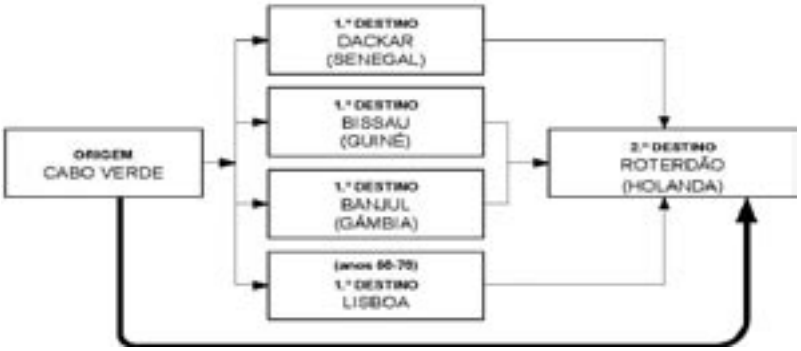
> "O tema da comunidade silenciosa foi um mito. Eu até acredito que quando os holandeses criaram essa expressão podem ter interpretado mal o cabo-verdiano. Porque nós os cabo-verdianos somos um povo pacífico, apesar de ultimamente terem surgido algumas situações um pouco mais conflituosas, diferentes, sempre fomos um povo pacífico e reconhecido como tal. E contentamo-nos com pouco. Em comparação com outras nacionalidades, por exemplo os Marroquinos, Turcos, Surinameses, Antilhanos, eles já são mais revolucionários, exigem muita coisa do Governo holandês. Mas o povo da ilha, principalmente de Cabo Verde, que é um país pobre que viveu sempre de esperança, não pode dizer-se que o cabo-verdiano seja muito ambicioso, não. Naturalmente que toda a gente deve ter uma pequena ambição, mas o povo cabo-verdiano tem um limite. E nas instâncias holandesas os cabo-verdianos vão muito pouco para exigir, fazem muito pouco barulho. São silenciosos" (*in* Entrevista n.º 34).

O início da emigração cabo-verdiana para a Holanda coincide, em traços gerais, com o fim da segunda guerra mundial e a subsequente necessidade de reconstrução dos países europeus flagelados pela guerra. Nesta altura a economia holandesa encontra-se numa dinâmica de crescimento sem precedentes e a escassez de mão de obra leva, a exemplo do que acontecia na vizinha Alemanha, em França ou na Bélgica, ao estabelecimento de acordos com diversos países com vista ao fornecimento de trabalhadores. Os primeiros contingentes de imigrantes a aproveitar estes convites para trabalhar no país vêm da Turquia, de Marrocos e da Europa do Sul designadamente de Espanha e Portugal (em 1963). Neste sistema de migração, que ficou conhecido como "guest-worker", estava implícita a ideia que estes migrantes regressariam aos seus países uma vez terminados os seus contratos (Anderiesse et al., 1997: 4). Integrados precisamente no contingente da Europa do Sul ingressam na Holanda algumas centenas de cabo-verdianos, à época, com nacionalidade portuguesa. Com estes primeiros trabalhadores cabo-verdianos iniciou-se um processo de formação de um núcleo migratório que teve consideráveis desenvolvimentos nos anos 60-70, um abrandamento relativo nos anos 70-80, um novo ímpeto no início dos anos 90 e um novo abrandamento em anos recentes. Desenvolvamos melhor a origem e história deste fluxo migratório.

1. A génese da migração de cabo-verdianos para a Holanda

Os primeiros fluxos de cabo-verdianos a chegarem aos Países Baixos terão sido atraídos pela necessidade de mão-de-obra ligada sobretudo ao comércio marítimo que tinha em S. Vicente (Cabo Verde) e Roterdão (Holanda) dois portos de escala obrigatórios. Os primeiros cabo-verdianos que entraram no mercado de trabalho holandês, fizeram-no usando Portugal como «plataforma giratória», no caso de acederem à Europa através de Lisboa e/ou aproveitando a sua nacionalidade portuguesa para se integrarem no contingente de sul europeus que emigravam para a Holanda ao abrigo de acordos de cooperação. Existe ainda um terceiro fluxo que chega à Holanda via terceiros países (e.g. Senegal, Gambia ou Guiné-Bissau) mas sempre através do uso da nacionalidade portuguesa.

Figura 4.1 – ROTAS DE MIGRAÇÃO CABO-VERDE – HOLANDA



As rotas percorridas por estes emigrantes entre Cabo Verde e a Holanda vão ser, neste período inicial (anos 50-70), múltiplas:

a) alguns cabo-verdianos chegam directamente de Cabo Verde designadamente em navios da marinha mercante que os vão recrutar ao arquipélago numa lógica semelhante à outrora utilizada pelos navios baleeiros norte-americanos. A substituição dos marinheiros holandeses por tripulantes originários de países onde a mão-de-obra era mais barata obrigou a diversificar as origens das contratações e, neste âmbito, Cabo Verde foi um dos fornecedores de mão-de-obra mais proeminentes neste período (anos 50 a 70). A posição dos portos cabo-verdianos nas principais rotas do atlântico sul era uma vantagem para esse recrutamento mas os salários auferidos por cabo-verdianos comparativamente com os holandeses eram o que realmente importava para os armadores holandeses;

b) Um outro grupo de cabo-verdianos emigra, numa primeira fase, para Dakar, para Bissau ou para a Gâmbia e, numa segunda fase a partir destes locais, para a Holanda. Ultrapassa deste modo a burocracia do Estado colonial português que os impede de emigrar directamente a partir de Cabo Verde e que preferia que migrassem para Sul, para S. Tomé;
c) Há ainda um conjunto de cabo-verdianos que migra, numa primeira fase, para Portugal (Lisboa). Estes cabo-verdianos permanecem em Portugal durante um certo tempo e, num segundo momento, emigram para a Holanda. Estamos, neste caso, perante um caso de utilização evidente de Portugal como plataforma giratória para os imigrantes cabo-verdianos na Europa. No caso especifico da imigração cabo-verdiana para a Holanda estamos perante uma situação complexa. Muitos dos primeiros migrantes cabo-verdianos passaram temporadas em Portugal, essencialmente em Lisboa ou no Porto, trabalhando na construção civil enquanto aguardavam os «papéis» necessários para emigrarem para a Holanda. Neste caso a simples necessidade de um passaporte ou de um visto podia demorar meses o que obrigava a longas estadias em Portugal que eram aproveitadas para trabalhar designadamente na construção civil. Um outro grupo de imigrantes simplesmente utilizou Portugal como uma primeira plataforma de entrada na Europa e numa segunda fase re-emigrou a partir de Portugal. Por exemplo, no período que se seguiu ao 25 de Abril em Portugal, um grupo significativo de cabo-verdianos aproveitando a rede social de apoio de que já dispunha em Roterdão emigrou para a Holanda com passagem por Lisboa (Pires, 1997). Ainda que em menor número do que no passado, alguns cabo-verdianos continuam a utilizar esta rota o que demonstra a sua importância. Estas lógicas são perceptíveis nas entrevistas realizadas:

> "Até aos anos 80 os cabo-verdianos ou vinham através de Portugal ou vinham directamente para aqui, vinham como portugueses e só depois de 80 aqui é que começaram a ser reconhecidos como cabo-verdianos" (*in* Entrevista n.º 26).

> "Há um grande número, grande não, um número mais pequeno, que vem no sentido de ir mais longe. Chegam aqui [Portugal], trabalham uns tempos, não é, e depois emigram para França, Holanda" (*in* Entrevista n.º 4).

> "[Quais são os países para onde emigram via Portugal?] Um pouco para toda a Europa mas principalmente França, Espanha. A Itália também tem uma especificidade porque a nossa imigração para Itália é essencialmente uma imigração feminina. E um pouco também

> para a Holanda. Embora a imigração para a Holanda se faça mais directo já de Cabo Verde do que propriamente com o trampolim via Portugal" (*in* Entrevista n.º 5).

Este fluxo migratório coincidiu, parcialmente, no seu início, com as rotas da marinha mercante do Atlântico Sul que tinham na cidade do Mindelo (S. Vicente) um porto de escala importante. Por esse motivo os primeiros migrantes pioneiros cabo-verdianos eram sobretudo originários das ilhas do barlavento (S. Vicente e Santo Antão). A maioria destes emigrantes cabo-verdianos ia para a Holanda ou com contrato de trabalho de Cabo Verde ou com um contrato conseguido durante a sua estadia em Portugal (muitas vezes contratos apenas verbais); ao abrigo de um acordo de migração estabelecido entre Portugal e a Holanda em 1963; ou, em alternativa, encontrava emprego em barcos holandeses como tripulantes da marinha mercante ou *marítimos*, designação pela qual ficaram conhecidos os primeiros emigrantes cabo-verdianos na Holanda (Broek, 1997: 22). Estes cabo-verdianos pioneiros permaneciam, de início, curtos períodos em terra na Holanda, residindo sobretudo em pensões no espaço que mediava entre as diversas viagens. Alguns destes migrantes foram arranjando empregos em terra e, como veremos, foram-se sedentarizando. A primeira vaga de emigrantes cabo-verdianos na Holanda pertence a estes grupos. Se tivéssemos de enquadrar estes cabo-verdianos, poderíamos afirmar que todos eles pertencem ao grupo dos trabalhadores-convidados. Esta população, pode ser caracterizada como maioritariamente masculina e exercendo profissões ligadas ao mar.

Após a independência de Cabo Verde, em 1975, teve início uma nova e distinta vaga de emigração. Nesta nova vaga já não migraram apenas marinheiros, mas igualmente estudantes, funcionários e professores bem como as famílias de todos eles. Muitos destes cabo-verdianos procuraram evitar uma situação incerta no pós-independência. A partir desta época, dá-se igualmente início a um processo de reunificação das famílias dos cabo-verdianos da primeira vaga. Por tudo isto a comunidade na Holanda cresce significativamente ao longo da década de 70 e, sobretudo, diversifica-se. A emigração cabo-verdiana para a Holanda que era, num primeiro momento uma emigração eminentemente masculina nesta fase, beneficia do reagrupamento familiar reequilibra a proporção de imigrantes homens e mulheres. Esta lógica é perceptível nas entrevistas realizadas:

> "Lá de Portugal muitos cabo-verdianos nessa altura [1.ª metade dos anos 70] preferiram a Holanda. Havia como que um mito nos imigrantes cabo-verdianos que aqui encontravam trabalho com fa-

cilidade e então vinham para aqui[171]. Quando cheguei aqui encontrei logo trabalho como marítimo, trabalhei 7 anos e depois regressei a Cabo Verde após a independência e como a situação não estava muito boa não quis ficar e regressei outra vez para a Holanda em 1978 e desde essa altura estou cá. Procurei trabalho em terra. Nessa altura ainda tinha nacionalidade cabo-verdiana, porque após a independência eu perdi a minha nacionalidade portuguesa e optei pela nacionalidade cabo-verdiana. Depois aqui na Holanda meti a documentação para obter o passaporte holandês. Trabalho há cerca de 20 anos numa empresa e agora só me resta a reforma. [E agora quer regressar a Cabo Verde?] Para dizer a verdade o desejo de todos os cabo-verdianos é o de regressar um dia para a terra natal. Às vezes há problemas que dificultam como por exemplo a educação nos filhos" (*in* Entrevista n.º 34)[172].

"Acontece que, além de Portugal, muitos cabo-verdianos nessa altura [início da década de 70] escolhiam a Holanda... por ser aquele mito dos emigrantes cabo-verdianos que aqui se encontrava trabalho com facilidade e todos queriam vir conhecer a realidade" (*in* Entrevista n.º 31).

"O meu pai era imigrante na Holanda e depois a minha mãe foi ter com ele. Mas a minha mãe não gostou de lá estar, não sei se por causa da língua. (...) O meu pai não podia trabalhar no barco na Holanda com passaporte cabo-verdiano e para conseguir ficar no emprego tinha que ter nacionalidade portuguesa por isso a minha mãe teve que adquirir a nacionalidade e na altura tivemos todos" (*in* Entrevista n.º 2)

Esta reunificação das famílias coincide temporalmente com o momento em que ocorre uma sedentarização significativa em território holandês (anos 70), principalmente na região de Roterdão. Como testemunha Hugo Van den Broek:

171. Esse mito subsiste ainda nos nossos dias. Veja-se como é descrita a emigração para Roterdão num texto do IAPE: "Não se ignora, contudo, que a presença e efeitos do mar sobre o homem ilhéu, desperta nele a atracção, a afeição e prática de mar. No estrangeiro, manifesta-se marítimo reconhecido e de estima no círculo holandês, ao tempo que vai conquistando oportunidades para outros patrícios. A Cidade de Roterdão é rumo certo e a vida próspera" (IAPE, 1997).
172. Veja-se como este homem já possuiu ao longo da sua vida três nacionalidades diferentes.

> nos anos 60 e início dos anos 70, com a expansão das indústrias, a Holanda tinha grande falta de mão-de-obra. Como havia mão-de-obra excedente nos países mediterrâneos, o governo holandês estabeleceu contratos com diferentes países, nomeadamente Marrocos, Turquia, Espanha e Portugal. Cabo Verde era na altura colónia de Portugal e os cabo-verdianos entraram no mercado de trabalho holandês através de Portugal. A maioria dos primeiros cabo-verdianos vinha já com contrato de Portugal ou encontravam emprego em barcos holandeses. Por esse motivo, a vinda das famílias (mulheres e crianças) aconteceu bem mais tarde. Os homens trabalhavam quase todos no mar e as suas famílias continuavam a viver em Cabo Verde. Logo que os primeiros homens começaram a ficar em terra, começou também a emigração das famílias (1997: 22).

Com a crise económica do início dos anos 70, a marinha mercante holandesa entra em colapso, afectando sobremaneira os cabo-verdianos marítimos que, em muitos casos, perdem o emprego. Esta crise dura vários anos sendo combatida com processos de reestruturação das marinhas mercantes e da construção naval (final dos anos 70 e início dos anos 80) que implicaria um novo período de despedimentos no seio da comunidade cabo-verdiana na Holanda (Malheiros, 2001: 217). A recessão económica dos anos 70 afecta não só a comunidade cabo-verdiana na Holanda mas, de igual modo, todo o sector masculino da comunidade cabo-verdiana na Europa[173]. Esta crise tem ainda como reflexo colateral um aumento da circulação migratória na Europa. Por esta época ocorrem alguns casos de re-emigração da Holanda para a Itália, sobretudo de cabo-verdianos homens e, em sentido inverso, de mulheres cabo-verdianas de Itália para a Holanda. Esta lógica é igualmente perceptível nas entrevistas realizadas:

> "Como sabe foi a crise do petróleo e muitas companhias tiveram que amarrar os barcos. Havia uma grande procura de trabalho e as companhias holandesas optaram por marinheiros do oriente, como os filipinos, quer dizer mão-de-obra barata. E houve um grande número de cabo-verdianos que ficaram desempregados. Alguns deles já estavam legais e arranjaram trabalho em terra" (*in* Entrevista n.º 34).

173. No caso da componente feminina, designadamente a comunidade feminina cabo-verdiana no sul da Europa, esta não é tão afectada pele crise dos anos 70. Pelo contrário, ocorre um aumento de procura de empregadas domésticas (legais ou não) em países como a Itália, França ou Portugal (Campani, 1995). Este facto, implica uma modificação na relação de masculinidade da emigração cabo-verdiana, até então com predominância masculina, gerando um equilíbrio global entre os dois sexos, considerando a totalidade da emigração cabo-verdiana para a Europa.

"A comunidade cabo-verdiana reside aqui desde 1958-1960. No primeiro período eram essencialmente homens que vinham para cá trabalhar nos barcos, como marítimos. Muitos deles trabalhavam somente nos barcos e enviavam dinheiro para Cabo Verde. Nos anos 70 começam a vir mais pessoas para terra e começam a vir também as famílias. Nos fins dos anos 70 e 80 houve um grande despedimento de marítimos que trabalhavam em barcos holandeses. Naquele período as companhias holandesas começaram a navegar sob bandeiras estrangeiras como a do Panamá e outros e aproveitaram para despedir todo aquele pessoal que eles tinham e ir à procura de mão-de-obra mais barata. Então aí veio um grande número de cabo-verdianos que ficaram a residir no porto de Roterdão. O município de Roterdão tomou uma atitude positiva de tentar ajudar esses cabo-verdianos que ficaram de um dia para o outro sem emprego. Nessa altura houve um grupo que regressou e outros que ficaram por aqui e procuraram outros tipos de emprego ou de formação. Alguns foram para Cabo Verde outros foram para Portugal, outros foram para outras terras e um grande número ficou por aqui. Também houve uma migração feminina, mas não sei a data exacta, eram mulheres que vinham através de Itália ou através de Portugal, outras vinham como ilegais. Houve um período que havia um certo número de casamentos não oficiais, de conveniência, e com isso também veio um grande número de cabo-verdianos. Mais tarde depois se radicarem aqui, de terem a sua casa, de terem o seu emprego vêm os filhos e vem o resto da família" (*in* Entrevista n.º 35).

1.1. O casamento e o seu uso instrumental: um transnacionalismo iniciático

A história da comunidade cabo-verdiana de Roterdão está bem resumida nestes extractos de entrevista. Destes extractos emerge, contudo, algo mais, uma lógica curiosa, que configura estratégias diversas (ou alternativas) de migração. Aparentemente, por esta época, surge a percepção por parte dos actores sociais (potenciais) migrantes de que o casamento de conveniência com um(a) conterrâneo(a) naturalizado(a) holandês(a) garantia (como garante hoje) o acesso ao país[174]. Este tipo de estratégias, que já tinha sido

174. A naturalização com dupla nacionalidade foi permitida na Holanda entre 1992 e 1997 e depois foi novamente proibida. Este facto levou a que muitos dos cabo-verdianos naturalizados holandeses tenha alegadamente «perdido» a nacionalidade cabo-verdiana. De facto, muito poucos foram os que abdicaram realmente da sua nacionalidade cabo-verdiana e, os que o fizeram, podem à luz da legislação cabo-verdiana solicitar novamente a nacionalidade.

assinalado por Meintel (2002) na migração para os EUA entre os anos 20 e os anos 70 (respondendo aos efeitos dos 'immigration acts' nos EUA), configura dois tipos de casamentos ambos socialmente aceites no seio da comunidade co-étnica:

> the so-called "serious marriage" (*casamento sério*) and the "business marriage" (*casamento di negócio*). The second, less common type, refers to marriages contracted for the sole purpose of giving the Cape-Verdean partner the right to immigrate to the United States. In the early 1970s a fee of $1000 plus expenses was the standard price paid to the American partner, who was not always of Cape-verdean ancestry (Meintel, 2002: 35).

Este fenómeno é de difícil mensuração por razões óbvias. No entanto, são muitos os relatos de que este era (é) um expediente utilizado para ultrapassar o sancionamento político negativo das autoridades holandesas no que se refere a novos imigrantes no pós 1973. Também Carling (2002b), analisando estatísticas (não publicadas) sobre os cabo-verdianos na Holanda, se depara com números que revelam uma diminuição do número de novos imigrantes em todas as categorias excepto para os homens que entram numa base de um casamento com um cidadão holandês, o que nos sugere uma (nova) utilização desta estratégia migratória (Statistics Netherlands, 2001):

> Significa isto que a redução em oportunidades para migração laboral, asilo e reunificação familiar resultou no aumento do uso de casamentos como uma estratégia de migração, e que foram mais os homens do que as mulheres que tiveram êxito adaptando-se deste modo ao regime de imigração? (Carling, 2002b: 8).

São questões interessantes a que importa responder para melhor percepcionar estratégias migratórias em momentos em que se fecham as fronteiras dos países receptores. O casamento como instrumento para uma migração não é, contudo, algo de novo nas teorias migratórias, designadamente quando integradas numa estratégia de reagrupamento familiar. Por exemplo, o casamento entre primos ou entre familiares mais ou menos distantes serve o propósito de unir as famílias. Os compadres e comadres daí resultantes são importantes (novos) elos da cadeia migratória. No entanto, a utilização desta estratégia para superar o sancionamento negativo dos países de destino, aliada ao uso do capital social em rede no seio da comunidade co-étnica, parece ser uma regularidade cabo-verdiana que merece ser analisada de modo mais aprofundado. No nosso caso de estudo, a potenciação destas estratégias no seio de uma nação transnacional parecem-nos ser um recurso de valor instrumental que, aparentemente, os cabo-verdianos

souberam utilizar por diversas vezes ao longo da sua história migratória. Um dos nossos entrevistados refere-se a essa estratégia migratória mas, curiosamente, afirma que são mais as mulheres a utilizarem-na e que esta é apenas uma, de entre várias, estratégias utilizadas para superar o sancionamento político negativo do país de destino:

> "Nos anos 80 houve uma lei que permitiu a reunião de famílias, essa lei acabou. E havia os casamentos por interesse. Agora as mulheres continuam nessa linha, apesar de não terem automaticamente a nacionalidade holandesa mas têm o direito a residir e trabalhar legalmente. Outra das estratégias que se utiliza muito, sobretudo quando são menores, é o ensino. Vai estudar. Chegou cá e não tem quem se responsabilize e quando o governo holandês pergunta como vive "ia vivendo com uma avó que faleceu ou que não está agora em condições de tomar conta da criança". Isso é uma estratégia. São estratégias de arrasto..." (*in* Entrevista n.º 26).

A junção das duas possibilidades coloca-nos perante uma regularidade social alegadamente antiga em que o(s) processo(s) de reunificação familiar são colocados ao serviço de estratégias migratórias individuais ou familiares (Stark e Bloom, 1985; Stark, 1991). Surge, neste caso, associada a esta lógica, a percepção estratégica de que o casamento pode ter um uso instrumental, acrescentando-se ao igual uso instrumental do passaporte já enunciado no estudo de caso sobre Lisboa, mas válido para toda a circulação migratória no interior da União Europeia. A escolha racional do migrante passa, nos tempos actuais, por integrar todas as vantagens ou inconvenientes que uma (potencial) migração lhe possa conferir, mas também por utilizar as ferramentas que lhes permitam aceder a essa migração. Neste contexto, tal como o passaporte português é válido para circular no interior da Europa, também o passaporte holandês confere as mesmas possibilidades adicionando-se-lhe tudo o que o perfil providencial do Estado holandês confere aos seus nacionais ou aos imigrantes legais. Mas o simples casamento com um nacional holandês, ainda que não conceda automaticamente a nacionalidade do cônjuge permite um acesso a um mercado local de emprego distante e ao Estado-providência que o acolhe, isto é, o *homo oeconomicus* que maximizava as vantagens e minimizava o desconforto (Jackson, 1991: 19) integra hoje o *homo politicus* e o *homo socialis*, três faces da mesma moeda como constituintes de base de um mesmo projecto migratório de sucesso. Como afirma Carling: a viabilidade, natureza e direcção das migrações actuais são determinadas pela interacção entre factores individuais e contextos geograficamente diferenciados (Carling, 2001: 125) mas, acrescentaríamos, dependem de estratégias e implicam escolhas mais racionais do que nunca.

A atracção pelas possibilidades do Estado-Providência holandês é, pois, em nosso entender, uma das possibilidades para a escolha da Holanda como destino migratório[175] se, como afirma Carling (2001), se tiver essa opção. Os que não pertencem a uma rede social que inclua a Holanda estão excluídos desta possibilidade. O diferencial no nível de vida, em relação a Cabo Verde ou a Portugal, os melhores salários auferidos, o melhor estatuto social, diferentes possibilidades profissionais são hipóteses complementares que explicarão que, ao invés de Lisboa, Roterdão seja raramente uma etapa intermédia em direcção a um (outro) destino migratório final. Interessante poderá ser o facto de, actualmente, alguns destes re-emigrantes transportarem consigo um capital cultural adquirido em Portugal, que acrescentam ao capital social de pertença a uma rede co-étnica. Muitos destes (novos) re-emigrantes são, por exemplo, ex-estudantes em Portugal que optam por não regressar a Cabo Verde e re-emigram a partir de Portugal Como afirmavam os nossos entrevistados:

> "Há o que diz ultimamente, embora os números não sejam elevados, existe agora a chamada nova imigração que são os cabo-verdianos comunitários. O que tem aspectos positivos mas também tem aspectos negativos (...) E o diploma também lhe abre as portas. Eu conheço aí uma data de pessoas que vieram de Portugal. São jovens, com o ensino universitário, alguns não terminaram, e vêm..." (*in* Entrevista n.º 26).

> "Muitos cabo-verdianos com nacionalidade portuguesa estão agora a vir para a Holanda para trabalhar aqui..." (*in* Entrevista n.º 33)

Estas estratégias, conjuntamente com o reagrupamento familiar e com a imigração ilegal permitem manter uma corrente migratória contínua, com um pequeno mas ininterrupto número de chegadas. Antes eram chegadas e estadias silenciosas, hoje serão sobretudo migrações invisíveis. Esta realidade, que é igualmente válida para Lisboa ou para Milão, mostra a força da rede social de apoio cabo-verdiana que, sob múltiplas formas, consegue contornar o sancionamento político negativo dos países de destino da sua emigração. São vários os relatos nesse sentido:

> "Quase todos os dias chegam cabo-verdianos. Nós neste momento não os podemos contar todos. Conforme as estatísticas temos en-

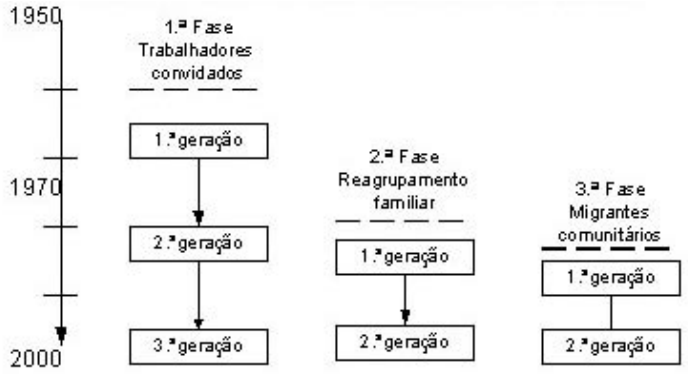
175. Desde 1985 que Cabo Verde e Holanda partilham um acordo de Segurança Social. (Decreto n.º 45-A/82, de 12 de Maio, Suplemento ao B.O. n.º 19 – assinado em 15/01/80 – Convenção Geral sobre Segurança Social com a Holanda; Decreto n.º 40/85, de 17 de Abril, Suplemento ao B. O. n.º 15 – Acordo Administrativo relativo à aplicação da Convenção Geral sobre Segurança Social com a Holanda).

> tre 15 a 16 mil cabo-verdianos legais mas há muito mais. Há cabo-verdianos ilegais e não contando com essa situação não se pode dizer quantos cabo-verdianos há aqui na Holanda. Por exemplo, há, pelo menos, três grupos de cabo-verdianos. Há cabo-verdianos com o passaporte de Cabo Verde, há cabo-verdianos com o passaporte português e cabo-verdianos com o passaporte holandês. Por isso é difícil de fazer um cálculo exacto do número de cabo-verdianos que aqui vivem e de quantos chegam" (*in* Entrevista n.º 34).
>
> "Continuam a chegar. Eu encontro regularmente pessoas novas que aparecem por aqui e a maior parte deles veio através desse caminho [via Portugal]. Alguns aparecem ainda de Cabo Verde. Estar ilegal sempre é um problema grande para eles como para os outros também. Têm dificuldades de encontrar emprego, não podem se mostrar oficialmente em lugares porque têm medo de ser apanhados pela polícia..." (*in* Entrevista n.º 35).

Podemos, seguindo esta lógica, dividir os recentes ingressos de cabo-verdianos em Roterdão ou na Holanda[176] em vários tipos diferentes. Assim, actualmente, temos uma imigração proveniente directamente de Cabo Verde que pode ser uma (a) imigração legal (e.g. via reagrupamento familiar) ou (b) imigração clandestina (via visto de turismo e posterior prolongamento da estadia). Podemos ter ainda uma imigração via terceiros países (e.g. Portugal ou Itália) e também ela pode ser (c) uma imigração legal (e.g. via reagrupamento familiar) ou (d) uma imigração clandestina (via visto de turismo e posterior prolongamento da estadia ou aproveitando a inexistência de fronteiras no interior da UE). Podemos ter ainda uma re-emigração a partir de outros Estados membro da União Europeia (e.g. Portugal) de indivíduos portadores de passaporte comunitário. Estes indivíduos podem ser (e) naturais de Cabo Verde com nacionalidade de um país da EU ou (f) naturais de um país da UE com ascendência cabo-verdiana (e.g. segunda geração). Todos estes elementos constituem hoje a nova imigração cabo-verdiana na Holanda. A figura seguinte procura esquematizar as diferentes fases em que podemos dividir a emigração cabo-verdiana para a Holanda e em que se inserem os diferentes tipos de referidos.

176. Em 1994 dados oficiais apontavam para que fosse composta por cerca de 14.000 indivíduos entre recém chegados e migrantes mais antigos (Libercier e Schneider, 1996: 77) número que cresceu pouco nos últimos anos (cf. Quadro 4.1A). Dado que esta comunidade se concentra esmagadoramente na região de Roterdão o seu impacto na Holanda é reduzido, não constando das principais estatísticas do país mas apenas das estatísticas locais.

Figura 4.2 - FASES DA MIGRAÇÃO DE CABO-VERDIANOS PARA A HOLANDA



Uma característica importante desta comunidade é que cerca de 85% detêm a nacionalidade holandesa, o que torna difícil a sua identificação nas estatísticas. No entanto, 65% dos cabo-verdianos não nasceu em Roterdão e 67% de entre eles tem menos de 35 anos o que indicia um elevado número de naturalizações, mesmo entre os mais jovens. As estatísticas oficiais holandesas, à semelhança do que acontece noutros países (e.g. Portugal), nem sempre são capazes de detectar as diferenças resultantes das diferentes fases migratórias. Todos estas dissemelhanças são, no entanto, identificáveis nos relatos escutados. Alguns exemplos:

> "Cabo Verde sempre foi um país de emigração. E eu penso que ainda depois da independência de Cabo Verde a emigração aumentou uns 200 por cento. Eu acho que nessa altura foi uma das maiores saídas de Cabo Verde. Como sabe a emigração não é só para a Holanda. Há nos Estados Unidos da América, nos países de África, mesmo em Portugal há um grande número, salvo erro, uns 55 mil." (*in* Entrevista n.º 32).

> "Também o constato aqui que há uma ligação. Até aos anos 80 os cabo-verdianos ou vinham através de Portugal ou vinham directamente para aqui, vinham como portugueses e só depois de 80 aqui é que começaram a ser reconhecidos como cabo-verdianos. A partir dos anos 80 quando houve a crise aqui no sector portuário, muitos foram para França e outros para Itália. No final dos anos 80 houve uma vaga que veio para a Holanda e ultimamente nota-se muito que há uma vaga que vem de Portugal para a

> Holanda. Essa é a maior mas também vêm de Itália e também vêm de Espanha. Do Luxemburgo e Bélgica por vezes vêm. (...) Há muito cabo-verdiano que já nasceu em Portugal, tem passaporte português o que significa que tem livre circulação. (...) O número é capaz de não ser ainda muito significativo. Mas há um fluxo de vai-e-vem... (*in* Entrevista n.º 26).

> "As pessoas que atendemos um dos problemas que têm são os vistos de entrada. Porque qualquer processo tem que ser iniciado em Cabo Verde. Eles entram com um visto de turismo e há sempre um pai, um irmão ou um tio, ou primo que se responsabiliza e ele vem e vai ficando" (*in* Entrevista n.º 30).

> "Sei que da Itália para a Holanda continuam sempre a vir. Vice-versa já não posso afirmar. Há muitas famílias aqui de cabo-verdianos em que a mulher antes trabalhava em Itália. E não só isso, se a mulher cabo-verdiana se deslocar para a Holanda consegue uma situação económica melhor do que trabalhando na Itália. Já não falando no tipo de trabalho que executa lá. Porque praticamente as cabo-verdianas em Itália trabalham como empregadas domésticas e aqui já podem fazer outro tipo de trabalho. Por exemplo nas limpezas, num hospital, numa fábrica e com melhor remuneração em termos financeiros" (*in* Entrevista n.º 34).

> "Muitos dos que chegam agora têm nacionalidade portuguesa. Estiveram uns anos lá em Portugal e agora vêm trabalhar aqui... O meu irmão, por exemplo, foi jogador de futebol lá em Portugal mas teve lá uns problemas, estava desempregado e nós mandámos chamá-lo. Agora já cá está com a mulher e os filhos" (*in* Entrevista n.º 29).

O núcleo migratório de cabo-verdianos que constitui a comunidade de Roterdão é, como procurámos demonstrar muito diversificado internamente. Para além do facto de ser constituído por migrantes de diferentes períodos, a constância da origem comum (ilhas do barlavento) foi sendo perdida ao longo do tempo em consequência das contingências migratórias. Em resultado de tudo isso, como afirma um dos nossos entrevistados:

> "a comunidade cabo-verdiana de Roterdão é uma comunidade profundamente dividida. Retalhada. O cabo-verdiano tem muito uma mentalidade de ilhéu e a mentalidade de ilha implica que antes de ser cabo-verdiano seja de Santiago ou de São Vicente" (*in* Entrevista n.º 26).

Esta divisão das diferentes comunidades segundo as ilhas de origem, que separa e divide as redes sociais configuradas pelas (diferentes) comunidades na Europa, é uma peça essencial nas possibilidades de circulação migratória potencial dos cabo-verdianos na Europa. O facto de, as diferentes comunidades possuírem distintas ligações com outros nódulos (ex. Roterdão – Roma ou Lisboa – Londres), é uma, mas, como veremos, não a mais importante, das características que potenciam essa circulação migratória internacional. Ainda que esta realidade tenda, em anos mais recentes, a diluir-se no que respeita as novas gerações de imigrantes cabo-verdianos ou às segundas e terceiras gerações, para os imigrantes mais antigos as suas referências são as que resultam do passado na terra natal e das relações entretanto adquiridas na emigração pelo que a mentalidade de ilhéu permanece ainda forte e condicionante (Carling, 2001; Malheiros, 2001). É, como referimos, esta (co)relação entre as características individuais do migrante, a existência de uma rede social de apoio multipolar, a(s) diferente(s) linha(s) de uma rede migratória em que se inserem, e as diferentes características dos potenciais destinos migratórios, que constitui a principal característica diferenciadora das migrações cabo-verdianas contemporâneas em relação a outros fluxos migratórios, ou seja, é a existência de potenciais destinos migratórios alternativos (permutáveis ou inter-mutáveis entre si) que marcam a diferença em relação a outros grupos de migrantes e que permitem integrá-las num espaço social transnacional. Vejamos até que ponto estas características condicionam a circulação migratória intra-europeia.

1.2. Circulação migratória cabo-verdiana na Europa: um transnacionalismo intra europeu

A circulação migratória no interior da Europa é, no caso dos cabo-verdianos de Roterdão, uma realidade já antiga e documentada por vários autores (Monteiro, 1997; Andall, 2000; Malheiros, 2001). Esta circulação migratória, é estruturalmente intensa e constitui uma das características distintivas da emigração cabo-verdiana neste espaço geográfico e uma das marcas do seu transnacionalismo. Jorge Malheiros demonstra (2001: 377) que os dois nódulos principais da rede migratória cabo-verdiana na Europa, Lisboa e Roterdão, são importantes locais de reencontro dos emigrantes cabo-verdianos na Europa, substituindo, em muitos casos, a necessidade sentida (a saudade) de regressar à pátria periodicamente (cf. Quadro 2.4). No entanto esta circulação migratória no seio do espaço social transnacional cabo-verdiano possui igualmente dinâmicas migratórias de índole económica, por exemplo, laborais. Estas migrações podem, por exemplo, encerrar uma lógica que vai da simples visita a familiares, a uma migração em virtude de um

casamento, a uma procura de condições para uma potencial legalização, a uma fuga a uma situação comprometedora (e.g. com as autoridades), etc.. Como afirma um dos entrevistados:

> "Eu tenho a certeza que existe. Que esse contacto existe a nível internacional. Essa rede é internacional. Eu tenho a certeza que é sobretudo onde há comunidades cabo-verdianas. Onde há comunidades cabo-verdianas há esse contacto, formal ou informal. Esse contacto funciona com certeza. E isso tem aspectos positivos e aspectos negativos. Por exemplo na rota Roterdão -Lisboa a circulação no que diz respeito a estupefacientes, drogas, aumentou" (*in* Entrevista n.º 26).

Deixemos este lado menos visível do transnacionalismo e analisemos cada uma das possibilidades de circulação migratória transnacional a partir do nódulo de Roterdão. Como afirmámos anteriormente, a participação em circuitos transnacionais pode derivar de premissas bem diferenciadas. Por exemplo, pode decorrer da utilização de estratégias laborais potenciadoras de uma maximização dos rendimentos potenciais. Neste caso, a migração segue as expectativas em função de um (máximo) salário auferível (Todaro, 1989). A expectativa de uma melhor rendimento leva os cabo-verdianos a (re)migrar a partir de um núcleo estável e no qual se encontram inseridos. Pode também resultar de uma tentativa de deixar um segmento inferior de um mercado local de trabalho ascendendo a outro segmento num outro mercado local de trabalho. A inserção laboral, que os mercados tendem a levar a cabo com base na formação ou capital humano entendidos localmente, pode ser diferente num outro mercado de trabalho (Piore, 1979). Por outro lado, o tipo de capital de que se dispõe, capital humano, capital social ou capital económico têm importância diferenciada em contextos diferentes (Borjas, 1990). Assim, o cabo-verdiano que deixa Roterdão e se torna sub-empreiteiro em Lisboa, o cabo-verdiano que labora como trabalhador destacado na Bélgica, no Luxemburgo ou em França, ou o cabo-verdiano que decide ir trabalhar para a Suíça configuram formas diferenciadas de (re)emigração no interior da Europa respondendo a diferentes contextos laborais. Em todos os casos, esta migração pode ser temporária, circular ou definitiva. Estas lógicas são detectadas nas entrevistas realizadas, por exemplo:

> "A partir dos anos 80 quando houve a crise aqui no sector portuário, muitos foram para França e outros para Itália. No final dos anos 80 houve uma vaga que veio para a Holanda e ultimamente nota-se muito que há uma vaga que vem de Portugal para a Holanda (*in* Entrevista n.º 26).

> "Temos aqui várias pessoas que estão aqui um mês. Depois vão três meses a França. E depois voltam [a Portugal]. Estão na Holanda. Depois, voltam para cá. Sobretudo os homens porque as mulheres vão menos. Procuram trabalho, para ver onde é que é melhor" (*in* Entrevista n.º 8).

> "Apareceu um fenómeno há algum tempo atrás... alguns destes [sub-empreiteiros] foram imigrantes na Holanda, por exemplo, e regressaram como engajadores de mão-de-obra. Temos detectado algumas situações desta natureza" (*in* Entrevista n.º 9).

Algumas destas situações configuram formas de adaptação a diferentes mercados locais de emprego. Dado que a circulação migratória é feito no interior de um mesmo espaço social transnacional, as (informações sobre as) oportunidades de emprego podem circular à mesma velocidade ultrasónica em que circula a informação, desbloqueando processos migratórios potenciais. Assim, numa época de elevado emprego na construção civil em Portugal, alguns cabo-verdianos deslocaram-se da Holanda para Portugal tornando-se sub-empreiteiros. Numa altura em que ocorreu uma vaga de desemprego na Holanda, alguns deslocaram-se para Itália procurando um mercado de trabalho alternativo. Estas migrações decorreram sempre no interior do espaço social cabo-verdiano. Dois exemplos de um transnacionalismo pragmático e de um aproveitamento do capital social em rede de que eram detentores. No entanto, a verdade é que num Universo de alguns milhares de (potenciais) transnacionais foram apenas algumas centenas que aproveitaram esse potencial.

Este facto chama a nossa atenção para o facto de o (potencial) de transnacionalismo, o capital social em rede, ou a rede de contactos não ser directamente transferível no seio dos grupos co-étnicos, o que se nos afigura essencial numa definição pragmática de transnacionalismo. Ou seja, quando se afirma que:

> "A rede social, a rede de contacto é muito forte e isso é o ponto forte da comunidade cabo-verdiana. Penso eu que não aqui só em Roterdão mas, daquilo que eu posso falar, é um pouco assim no Luxemburgo na Bélgica em Portugal ou na Itália" (*in* Entrevista n.º 26).

Está-se, talvez, a generalizar a partir de um conjunto reduzido de actores sociais para o universo social com os riscos daí decorrentes. O transnacionalismo é, na maioria dos casos, (apenas) potencial.

Outras migrações transnacionais

Para além dos intuitos próprios de uma migração laboral que essa circulação migratória pretende conjunturalmente preencher, existe toda uma outra série de lógicas que lhe estão associadas e que vão muito além desta (mera) vertente. Por exemplo, a circulação migratória no seio das famílias, aproveitando as vantagens do turismo cultural ou económico no seio de um mesmo espaço transnacional, de um alojamento garantido e da oportunidade de re(ver) patrícios ou familiares. Esta possibilidade, é uma característica importante dos cabo-verdianos tanto dos emigrados como dos que permanecem em Cabo Verde, que aproveitam a dispersão familiar como suporte para a circulação internacional. Para Malheiros (2001) estamos perante duas lógicas complementares. Por um lado, "as ilhas do arquipélago de Cabo Verde funcionam como ponto de encontro das famílias dispersas por muitos locais" (2001: 322) e são por isso uma referência agregadora. Mas, por outro, "a dispersão geográfica das famílias associada aos contactos entre os seus membros e as possibilidades acrescidas de deslocação contribuem bastante para incrementar a circulação no arquipélago migratório cabo-verdianos (...) a localização de conterrâneos no exterior proporciona não só circulação virtual, mas também circulação efectiva, materializada em visitas" (2001: 324). É a existência ou não dessa rede de familiares, amigos ou patrícios emigrados que constitui o capital social mínimo de acesso à comunidade transnacional. Se possuem este tipo de capital social, detêm um potencial de transnacionalidade, se ele não existe, estão excluídos do transnacionalismo potencial. Esta lógica é amplamente confirmada pelos nossos entrevistados:

> "Sempre vai haver re-emigração para outros países... se aqui existem oportunidades e se conhece alguém é natural que mande buscar. Mas está ficando cada vez mais difícil" (*in* Entrevista n.º 31)

> "O que é extraordinário nessa rede de contactos é que no período de férias, que são períodos em que é muito difícil encontrar os cabo-verdianos, e quando eu quero falar com um cabo-verdiano e vou saber onde está, o cabo-verdiano está no Luxemburgo, está na Bélgica, está na Itália, está em Espanha está em Portugal, está na Suécia, ou seja onde há família ele está. E essa rede de contactos funciona" (*in* Entrevista n.º 26).

> "Um dos filhos do meu irmão fez a tropa lá [em Portugal] e agora veio para aqui... e já está a trabalhar" (*in* Entrevista n.º 36).

Esta circulação migratória no interior da Europa está, igualmente, demonstrada nos diferentes inquéritos levados a cabo nos finais dos anos 90 às comunidades cabo-verdianas em Lisboa e Roterdão (Gomes, 1999; Malheiros, 2001). Jorge Malheiros (2001), num inquérito aplicado a cabo-verdianos nas duas cidades, demonstra que, apesar da semelhante elevada densidade da dispersão familiar geográfico e espacial dos residentes nas duas cidades, os cabo-verdianos de Roterdão apresentam uma mobilidade que é mais do que duas vezes superior à dos seus patrícios residentes em Lisboa. Se o destino principal na circulação transnacional é, como seria de esperar, o arquipélago de origem, com um pouco mais do que um terço do total das viagens, surge inevitavelmente a estranheza ao percebermos que dois terços dessa circulação migratória não se dirigem ao arquipélago mas a locais onde existem outros núcleos de cabo-verdianos emigrados numa demonstração pragmática de que ser transnacional não é uma relação a dois (origem-destino) mas antes uma relação multipolar. Na análise destes inquéritos, Malheiros (2001) demonstra que as duas comunidades (Lisboa e Roterdão) possuem múltiplas particularidades na sua rede familiar dispersa pela Europa, com os cabo-verdianos de Lisboa a privilegiarem uma circulação migratória com França, Espanha, e o Reino Unido por esta ordem de importância. Por seu turno, os cabo-verdianos de Roterdão, elegem como destinos principais na sua circulação migratória a França, Portugal e os restantes países do Benelux. Para além do papel que Portugal representa na circulação migratória dos cabo-verdianos de Roterdão, que é de assinalar (um quinto do total), a importância para ambos os grupos da França, e a deslocação a países vizinhos são igualmente de destacar. Nestes inquéritos vislumbra-se, no entanto, pelo menos implicitamente, que não é apenas a rede social de conterrâneos que concorre para essa circulação mas que existem outros recursos que para tal contribuem. Se bastasse a dispersão familiar, então, não se compreenderia que 20% dos cabo-verdianos de Roterdão escolhessem Lisboa contra apenas 6,4% dos cabo-verdianos de Lisboa que elegem Roterdão como local visitado. Se analisarmos essa circulação migratória por escalões etários verificamos que a maior diferença reside no escalão etário de 55 anos ou mais em que pouco mais de 11% dos cabo-verdianos de Lisboa desenvolvem uma circulação internacional contra 100% dos cabo-verdianos de Roterdão. Ora, se pensarmos que este escalão etário corresponde, grosso modo, aos imigrantes pioneiros de ambas as comunidades (que estão agora a atingir o fim das respectivas carreiras laborais), então, é licito perspectivar que será, não o capital social, mas o capital económico acumulado, o principal recurso que distingue a possibilidade de circulação internacional.

Este capital económico acumulado é, no caso destes dois grupos, acima de tudo, o resultado de uma diferente história de inserção laboral. De acordo com a nossa análise, os cabo-verdianos de Roterdão não viram a sua etnicidade sectorizada (como os cabo-verdianos de Lisboa) em segmentos inferiores do mercado de trabalho, o que permitiu a muitos de entre eles seguir carreiras de sucesso e acumular um capital económico que lhes permitiu (e permite) uma maior circulação internacional. Para além disso, ao integrarem-se num sistema económico e num modelo de Estado Providência que lhes assegurava o mínimo para a sobrevivência, os ciclos negativos do mercado de trabalho foram ultrapassados mais facilmente do que os seus patrícios de Lisboa que não usufruíram de (quase) nenhum apoio providencial do Estado. Os modos e tipos de inserção laboral e o papel do Estado foram, pensamos, os principais mecanismos diferenciadores do diferente resultado, em termos de capital social, obtido pelos emigrantes das duas comunidades. Analisemos a inserção laboral dos cabo-verdianos em Roterdão.

1.3 Inserção laboral: cabo-verdianos no mercado local de trabalho de Roterdão

Como já referimos, os primeiros cabo-verdianos em Roterdão estavam sobretudo ligados às actividades marítimas. Como confirma Jorge Malheiros (2001: 217), essa centralidade das actividades marítimas na vida laboral dos cabo-verdianos fez-se notar até no modo como eles se distribuíram geograficamente pela cidade, com uma sobre concentração em áreas próximas do porto. Referia a este propósito um dos nossos entrevistados:

> "Como os cabo-verdianos dizem habitualmente: Delfshaven é o nosso Porto. O que é engraçado é que Delfshaven significa Porto o que é um pleonasmo. Cerca de metade vive aqui nesta área de Delfshaven" (*in* Entrevista n.º 26).

No entanto, contingências ligadas à evolução da economia holandesa levaram a que muitos destes cabo-verdianos se vissem na necessidade de procurar outro tipo de empregos. Devido, nomeadamente, a factores como uma diminuição da necessidade de trabalho não qualificado e/ou à crescente automatização, uma escassez de trabalho para pessoal desqualificado surge nos anos 80 em Roterdão. Ao mesmo tempo, os processos de restruturação da marinha mercante holandesa levam ao despedimento de muitos cabo-verdianos por troca com tripulantes de origens ainda mais longínquas. Estas contingências não afastam contudo todos os cabo-ver-

dianos de actividades ligadas ao mar (nem o podiam fazer numa cidade em que as actividades ligadas ao mar concentram uma elevada percentagem dos empregos disponíveis).

Roterdão é, como se sabe, a segunda maior cidade dos Países Baixos a seguir a Amesterdão. Em resultado, sobretudo, das actividades do porto de Roterdão a cidade é um dos principais motores da economia holandesa (contribui com 10% do PIB holandês). Roterdão é o maior porto do mundo em termos de processamento, tem o maior terminal de contentores da União Europeia e é, em termos gerais, o quarto maior do mundo (depois de Hong Kong, Singapura e Kaohsiung) e um entreposto para indústria alemã. Quase 300.000 postos de trabalho estão relacionados com as actividades portuárias o que representa 6% de todos os postos de trabalho nos Países Baixos. A cidade tem mais de 590.000 habitantes e é uma das cidades com maior número de população estrangeira. Os principais grupos de imigrantes são, por esta ordem, Surinameses, Turcos, Marroquinos, Cabo-verdianos e Antilhanos. Roterdão possui, pensamos, várias das características essenciais das denominadas cidade soft-globais (Body-Gendrot, 1996) e é uma cidade multi-étnica e multicultural.

Se, como afirmámos, de início a quase totalidade dos cabo-verdianos se encontrava directa ou indirectamente ligada ao porto ou a actividades correlacionadas, hoje os cabo-verdianos imigrantes ou descendentes inserem-se numa grande diversidade de sectores laborais, desempenhando profissões várias, ainda que quase todas ligadas à prestação de serviços. As explicações dos nossos entrevistados para esta situação são elucidativas:

> "Quando eu vim para aqui trabalhava nos navios. Mas agora é tudo automático, se antes tinha de haver 10 oficiais e agora têm só 2 na coberta e mais 2 nas máquinas. Se tinha de haver 3 cozinheiros, agora têm 1 porque é tudo em *catering* já só têm de levar o tabuleiro. Agora muitos cabo-verdianos trabalham nesses *caterings*. Ainda estão ligados aos barcos mas nos apoios. Como Roterdão é um porto muito grande há sempre que fazer para os barcos. Mas agora quase todos já estão em terra..." (*in* Entrevista n.º 36).

> "Como cozinheiros que há muitos, ou simplesmente como pessoal de bordo nos navios. Na Shell mas também ligados à actividade portuária" (*in* Entrevista n.º 26).

De facto, como realçam os entrevistados, a evolução da economia holandesa ao longo dos últimos 30 anos levou a que também os cabo-verdianos

tivessem de procurar alternativas laborais não dependentes da marinha mercante. Contudo a carência de um capital humano adequado a estas mudanças, sobretudo no caso das primeiras gerações, impediu que só em poucos casos, os percursos migratórios laborais tenham conseguido ultrapassar os segmentos inferiores do mercado de trabalho. As teorias migratórias têm demonstrado que o capital humano dificilmente migra na totalidade com os migrantes e que as sociedades de acolhimento são muito selectivas na aceitação desses capitais e no modo como os migrantes se inserem nos mercados locais de trabalho (Borjas, 1990; Doeringer e Piore, 1971; Gordon *et al*., 1982, 1994). No caso dos cabo-verdianos de Roterdão esta realidade é visível ao longo dos últimos 30-40 anos.

Estas teorias defendem, por outro lado, como vimos, que os rendimentos potenciais dos migrantes aumentam à medida que os migrantes se adaptam (com o tempo) ao país de acolhimento. Defendem igualmente que este rendimento pode ser medido em termos do investimento em capital humano realizado após a emigração (Chiswick, 1978; Mendoza, 2001). Ora, no caso dos cabo-verdianos de Roterdão, esta realidade não é totalmente observável. Talvez pela heterogeneidade interna que esta comunidade apresenta mas, sobretudo, pelas diferenças de capital humano que detêm vis-a-vis outros grupos de migrantes ou aos autóctones as mudanças de rendimento ao longo da carreira migratória estão muito pouco relacionadas com a aquisição de mais e melhor capital humano. Ou seja, quando os teóricos do capital humano confrontam os migrantes apenas com os autóctones, e não diferentes grupos de migrantes entre si, desprezam algumas das características mais importantes dos mercados locais de trabalho das cidades globais ou *soft-globais*: a concorrência por diferentes nichos de mercado, mesmo de segmentos inferiores do mercado de trabalho, é uma das realidades das economias contemporâneas. Assim, mais do que a posse de capital humano, é necessário o domínio de um capital humano conjunturalmente adequado ao mercado local de trabalho em que concorrem. Este facto chama-nos a atenção para o perigo que representa generalizar para o todo, teorias que têm por base dados contingentes.

No caso dos cabo-verdianos de Roterdão, uma das características mais gerais tem a ver com a posse de um (parco) capital humano, pouco capital escolar e, em muitos casos um desconhecimento da língua holandesa, tudo factores condicionantes da inserção laboral. Claro que temos alguns casos de sucesso, de imigrantes que se tornaram empresários; de imigrantes que investiram na educação e rentabilizaram depois o capital humano obtido; de segundas gerações plenamente integradas na sociedade de acolhimento.

Porém, sem ambiguidades, é necessário afirmar que estas são as excepções e que a regra é o capital humano de base não ter sido suficiente para ultrapassar os obstáculos que uma integração no segmento inferior de um mercado de trabalho pluri segmentado acarreta. As entrevistas realizadas reproduzem a realidade e relatam as diferentes inserções laborais actuais que, como sabemos, contêm muitas vezes a história das inserções laborais passadas:

> "Os cabo-verdianos que estão aqui há mais tempo trabalham no mais simples. São trabalhadores sem muitos estudos ou formação. A maioria trabalha nas limpezas, tanto homens como mulheres. Quase todos trabalham em empresas de limpeza, ou em casas particulares na limpeza, firmas, lojas, bancos, escolas, hospitais. Se você for a um banco ou escola ou hospital e vir gente fazendo limpezas sempre tem um cabo-verdiano entre eles" (*in* Entrevista n.º 25).

> "As mulheres na limpeza, os homens nas actividades portuárias, navios, porto, actividade portuária, actividades ligadas aos navios" (*in* Entrevista n.º 26).

> "Quer dizer de momento há uma pequena percentagem de cabo-verdianos como marítimos. A maior parte dos cabo-verdianos trabalha em fábricas, em serviços de limpeza, na nossa geração alguns fazem, por exemplo, trabalhos públicos, ingressam na polícia. Podem exercer a profissão de comerciante. Há muitos pequenos comerciantes aqui em Roterdão" (*in* Entrevista n.º 32).

Para além destas profissões, muitos dos cabo-verdianos de Roterdão são hoje motoristas de transportes colectivos, pequenos comerciantes, empregados em empresas prestadoras de serviços, operários fabris, operários da construção civil, ou pequenos empresários em todos estes sectores, etc. (Pires, 1997). A segunda geração, por seu turno, encontra, para além destes, outro tipo de trabalhos. O domínio da língua holandesa (o capital humano mínimo de acesso) e uma maior integração na sociedade holandesa permitem a promoção a trabalhos no sector de comércio e de serviços que contactam com o público. Encontramos cabo-verdianos empregados de balcão em lojas, em bancos ou seguradoras, como quadros intermédios de empresas, como funcionários do Estado, das autarquias, nos serviços de segurança, nas polícias, etc. (Pires, 1997).

> "Alguns cabo-verdianos chegaram há 20 ou 30 anos mas, como não têm muita escolaridade não aprenderam ainda a falar holandês o que complica muito a vida deles aqui (*in* Entrevista n.º 31).

> "Não no sentido a que cheguem a outro tipo de carreiras mas mais em termos salariais. Agora há uma segunda geração que já é diferente. São indivíduos que são formados que têm educação e aí já é diferente. E o diploma também lhe abre as portas" (*in* Entrevista n.º 26).

Se ao contrário da comunidade cabo-verdiana de Lisboa, os imigrantes cabo-verdianos em Roterdão não viram a sua etnicidade sectorizada tal deve-se, mais dos que às suas características imanentes, a uma diferente evolução da economia e da forma de organização sócio-económica das duas cidades. A cidade de Roterdão sofreu um processo semelhante ao de outras cidades-porto na Europa (ex. Duisburg, Marselha ou Liverpool). No entanto, ao contrário destas, o processo de desindustrialização não foi um processo terminal, o que pode ser explicado, pelo menos em parte, por ser o principal porto europeu e um entreposto para as indústrias na Alemanha. O modelo de Estado social-democrata permitiu absorver os impactos conjunturais das crises económicas e re-orientar a mão-de-obra disponível para sectores onde era necessária. O desemprego resultante desta desindustrialização, por seu lado, também não atingiu de forma equitativa as diferentes comunidades residentes, e os cabo-verdianos foram dos menos afectados. Assim, no período entre 1986-1993, apenas 20% dos Marroquinos e/ou Turcos no grupo de idades entre 15-64 anos, tinham um emprego, comparativamente com 41% dos Surinameses/Antilhanos e 61% dos Holandeses (Cross e Waldinger, 1999: 38). Os cabo-verdianos, em virtude das especificidades próprias da sua rede social de apoio (incluindo a possibilidade de re-emigração) suportaram melhor esse choque e as suas taxas de desemprego nunca foram tão elevadas. A taxa de actividade era, no final dos anos 90, de 67% para os homens e de 48% para as mulheres cabo-verdianas em Roterdão. De entre os cabo-verdianos que procuram trabalho 57% possuem uma educação muito baixa, 9.3% possuem um diploma "mbo", "havo" ou "vwo" e 0.89% um "hbo" ou "wo", isto é, qualificações baixas. Num questionário administrado em 1995, 67,9% dos cabo-verdianos têm um emprego remunerado, valor muito acima da média holandesa (42.7%) (Anderiesse *et al.*, 1997: 9). Os desempregados cabo-verdianos correspondiam a 2,8% do total de desempregados de Roterdão em meados de 1996. Como afirmavam os nossos entrevistados:

> "Em geral o desemprego entre os imigrantes é maior do que entre os holandeses... agora está melhorando muito esse problema mas foi um grande problema. E entre os cabo-verdianos também foi um problema. O problema de cabo-verdianos é a baixa cultura, pouca educação o que num país como a Holanda cria problemas maiores" (*in* Entrevista n.º 25).

> "O desemprego afecta e continua a afectar mais os jovens. Os que deixaram de estudar que muitas vezes não têm emprego. Há um grande número de cabo-verdianos que nunca chegam a concluir os estudos e naturalmente que hoje é necessário um diploma para enfrentar o mercado de trabalho. Sem trabalho há criminalidade, há prostituição, enfim esse mau encaminhamento que também afecta a comunidade cabo-verdiana" (*in* Entrevista n.º 33).

> "O nível de escolarização da população cabo-verdiana é baixo o que implica que as futuras gerações saiam também prejudicadas. Parece que não mas a língua é importante. Por vezes implica que eles vão parar ao mais baixo nível" (*in* Entrevista n.º 26).

Na verdade, o insucesso escolar dos jovens é um dos indicadores da dificuldade de inserção das segundas gerações. Já em 1996, num estudo levado a cabo sobre a comunidade cabo-verdiana em Roterdão este era o principal problema destacado. O elevado insucesso escolar entre os cabo-verdianos como potencial factor inibidor do sucesso laboral futuro. A não aquisição de capital humano pelas segundas gerações que condicionará o sucesso da sua inserção:

> Les immigrés cap-verdiens aux Pays-Bas étaient pour l'essentiel, au départ, des marins. Aujourd'hui, cette communauté rencontre des difficultés d'intégration dont un des signes révélateurs est la situation d'échec scolaire dans laquelle se trouvent nombre d'enfants cap-verdiens. Cet échec est dû principalement à leur méconnaissance de la langue hollandaise et plus généralment de la culture de ce pays. Le résultat de cet état de fait est que le taux de chômage parmi les jeunes Cap-Verdiens, sans formation, est élevé (Libercier e Schneider, 1996: 27).

Ou seja, apesar de se situarem maioritariamente nos segmentos da base do mercado laboral de Roterdão, apesar de não deixarem de se inserir maioritariamente no mercado secundário de trabalho, os cabo-verdianos apresentam algum sucesso laboral se comparados com outras comunidades de imigrantes locais. Este facto deve-se, naturalmente a um conjunto complexo de factores. O capital humano que possuem, não sendo suficiente para se inserirem em segmentos médios ou superiores do mercado de trabalho, representou, colocado a par de um amplo capital social e de uma "invisibilidade social" vista como positiva, (e para alguns da possibilidade de re-emigrar), na possibilidade de sustentar ao longo de 4 décadas uma migração de sucesso. A segunda geração, ao desprezar os tipos de capital detidos

pela primeira geração, ao mesmo tempo que não adquirem capital humano suficiente para competirem de igual para igual com os autóctones[177], hipoteca as suas vantagens competitivas. Neste caso, mais uma vez, o Estado-providência holandês consegue resolver esta dificuldade e, até para os jovens desempregados a Holanda é comparativamente com Portugal, mais atractiva.

> "Por um lado a assistência social holandesa é boa. Mas eu penso que há outra face da moeda e essa outra face da moeda é que esses jovens, não só cabo-verdianos, usufruem dessa situação. Porque a partir dos 18 anos você já tem direito a um subsídio, trabalhando ou não, têm direito a um subsídio do Estado. Aqueles que não conseguem trabalho, muitas vezes até não procuram porque uma vez tendo o subsídio não dá para viver faustosamente mas dá para qualquer coisa. Daí que muitas vezes prefiram ter o subsídio do que arranjar trabalho" (*in* Entrevista n.º 34).

Ainda assim, quando comparado com outras comunidades, o núcleo de imigrantes cabo-verdianos em Roterdão, apresenta um elevado sucesso económico, que lhes permite, como referimos uma maior circulação na Europa. Por outro lado, este sucesso tende a atrair outros cabo-verdianos mesmo quando as políticas migratórias do país receptor nem sempre o permitem. A ilegalidade de muitos cabo-verdianos em Roterdão, que já referimos, permite, ainda assim, avaliar os benefícios de pertença a um espaço social transnacional, onde o mais importante é a posse de um adequado capital social.

1.4 Ilegalidade e Informalidade a importância das redes sociais: o transnacionalismo na clandestinidade

Tal como o demonstrado para o nódulo português da rede europeia da migração cabo-verdiana, também em Roterdão existe um número significativo de cabo-verdianos que labora no sector informal da economia. No entanto, os modos e tipos de inserção na informalidade são diferentes.

177. A Holanda, país que, tal como Portugal, assistiu a um encolhimento dos seus territórios e populações por via de um processo de descolonização, distingue os autóctones holandeses; dos imigrantes que acolhe no seu território; dos indivíduos com origem estrangeira (allochtonous). Esta distinção conceptual permite analisar separadamente diferentes grupos e, por isso mesmo, diminuir a invisibilidade das chamadas minorias étnicas. Os allocthonous de primeira geração correspondem aos indivíduos nascidos no estrangeiro, cujos pais, ou pelo menos um, tenha igualmente nascido no estrangeiro. As segundas gerações de allocthonous correspondem aos indivíduos nascidos na Holanda com, pelo menos, um dos pais nascidos no estrangeiro.

Por exemplo, se no caso de Lisboa a informalidade, parcial ou total, é a norma entre os homens cabo-verdianos (Baganha, 1996, 1998) e parcialmente entre as mulheres, sobretudo no serviço doméstico, na Holanda, ao contrário, a norma é a inserção no lado formal da economia e a excepção a inserção informal, para ambos os sexos. Como afirma um dos nossos entrevistados, a relação de cumplicidade entre o Estado, o empregador e os empregados não é muito habitual, por razões culturais mas, sobretudo, devido a uma fiscalização eficaz:

> "Não em empresas porque as multas hoje em dia não compensam. Na indústria ou na agricultura por vezes ainda se vêm, inclusive portugueses, na apanha do morango. Mas em grandes empresas não há hipótese de trabalhar ilegalmente... sem diplomas e papéis legais não há hipótese..." (*in* Entrevista n.º 26).

Para os cabo-verdianos clandestinos ou ilegais, contudo, a inserção no mercado de trabalho holandês é a única alternativa. Esta inserção está condicionada à partida aos sectores e profissões onde dispõem de uma rede de apoio e, o capital social é, neste caso, o principal capital requerido.

> "O cabo-verdiano quando está ilegal vai sempre andando de um lado para o outro à procura de uma legalização. Se dá vai para a Bélgica, se não dá, vai para a França, ou para Portugal" (*in* Entrevista n.º 33).

> "[Os ilegais conseguem trabalhar?] Neste momento em Roterdão há sempre trabalho, para aqueles que querem naturalmente. Mesmo ilegais conseguem trabalhar. Agora terão dificuldades em tratar de algum documento, enfim em fazer uma vida igual à de qualquer outra pessoa. Há muitas fontes ilegais para conseguir trabalho. Alguns elementos cabo-verdianos estão inseridos nessas redes de trabalho de ilegais, com outros estrangeiros como os turcos que também estão metidos nessa rede de ilegais e também holandeses. Preferem a mão-de-obra ilegal para melhorarem as situações das suas empresas. Não pagam os direitos... Por exemplo não só na construção civil mas em trabalhos de apanha de fruta, quer dizer em empresas de agricultura. Aí muitos trabalham ilegais, nas empresas que cultivam flores, alguns agricultores, na apanhe de tomates, são esses os tipos de trabalho que conseguem. De momento na construção civil pedem-se pessoas qualificadas. Porque a construção civil tem muitos riscos e as empresas querem contratar pessoas com conhecimentos de segurança, com conhecimentos do trabalho que vai fazer para evitar que amanhã aconteça qualquer coisa no que diz respeito à segurança..." (*in* Entrevista n.º 34).

> "O número oficial do município de Roterdão é de 2.000 a 3.000 cabo-verdianos ilegais mas a maior parte deles trabalha. A maioria das mulheres nas limpezas. Conseguem trabalhar não através de papéis mas via rede social. Desde que o primo ou a prima seja legal, ela não está registada mas vai trabalhar pela prima ou vive com a prima e vai trabalhando e vai ganhando. A forma de pagamento é sempre através de outra pessoa. Nos restaurantes, hotelaria limpeza, construção civil, ou seja, pequenas construções domésticas. O cabo-verdiano normalmente até tem jeito para construir e sempre vai trabalhando" (in Entrevista n.º 26).

O capital social em rede é importante para a circulação migratória internacional ou transnacional mas é também essencial no acesso ao emprego, sobretudo, no caso dos imigrantes clandestinos. Para estes imigrantes clandestinos, o capital social em rede é uma garantia de acesso ao mercado de trabalho secundário, no seu segmento informal, mas não garante o acesso ao Estado providência holandês. Dito de outra forma, as vantagens que desencadeiam a atracção pela Holanda em detrimento de outros destinos migratórios (melhores salários e melhor qualidade de vida) ficam condicionadas por este tipo de inserção. Ainda assim, fica demonstrada a atracção que a Holanda exerce sobre os cabo-erdianos em diferentes espaços geográficos, nomeadamente em Cabo Verde, em Portugal ou noutros países europeus e, numa relação particularmente estreita, com Itália. Este nódulo da linha migratória europeia, pela sua importância no seio das migrações cabo-verdianas para (e na) Europa pode (e deve) ser considerado um nódulo principal. Apesar da diferença no número de cabo-verdianos que acolhe, comparativamente com Lisboa, Roterdão tem simbólica, política e socialmente uma importância estratégica comparável.

Não devemos invejar as mulheres
Que foram poupadas pelo infortúnio.
Emigrantes! Nós vivemos.
Elas apenas existiram.
Conhecemos o que elas jamais conhecerão
Vemos coisas, perante as quais elas estão cegas.
Sim! Aprendemos uma filosofia que
Não se pode ganhar com uma vida suave

Virgilia Teresa Martins*

Capítulo V:
Ao serviço da globalização: cabo-verdianos em Milão

1. A génese da migração cabo-verdiana para Itália

O fluxo migratório de Cabo Verde para Itália é, como se sabe, já antigo[178] e precedeu, ou foi contemporâneo, de outros fluxos migratórios de Cabo Verde para a Europa. Esta migração antecipou no caso de Itália, como no caso de Portugal, a própria assumpção ou conceptualização deste país como país de imigração. Estas imigrantes foram predecessoras de toda uma imigração para Itália que ocorreria a partir dos anos 80, altura em que a Itália se integrou no sistema internacional de troca de trabalho, na sua vertente de importador de força de trabalho e já não na tradicional dinâmica exportadora de mão-de-obra (King e Black, 1997)[179]. Neste contexto devemos encarar as imigrantes cabo-verdianas para Itália como uma das mais antigas comunidades imigrantes neste país, como uma das comunidades imigrantes pioneiras. Por outro lado, as cabo-verdianas dos anos 60 a 80 em Itália foram também predecessoras do que Giovanna Campani apresentaria apenas nos anos 90, como uma tendência emergente das migrações internacionais e que conferia à mulher um papel nuclear, quando afirmava que:

* in Jesus (1989)
178. Esta migração, não sendo um fenómeno recente, uma vez que data dos anos 60-70, é, sobretudo, interessante por estar bem documentada, através, nomeadamente, de uma pluralidade de relatos individuais de mulheres migrantes que retratam o seu percurso migratório, sendo por isso um fluxo migratório que é possível acompanhar desde o seu início.
179. De 1860 a 1980 a Itália exportou 27 milhões de emigrantes hoje acolhe cerca de 1,5 milhões de imigrantes (Venturini e Villosio, 2002) o que o transforma num país de imigração.

> os novos fluxos de migração já não são dominado por homens; [mas hoje] há uma crescente procura para o trabalho feminino e, novas necessidades, criaram uma procura para serviços nos quais só as mulheres imigrantes estão preparadas para trabalhar (Campani, 1995: 546).

No caso da migração de cabo-verdianas para Itália esta realidade emergiu, como procuraremos demonstrar, três décadas mais cedo.

A singularidade do caso italiano

A emigração cabo-verdiana para Itália possui um conjunto de características que a distingue de outros fluxos migratórios cabo-verdianos nas últimas décadas e individualiza este movimento no seio das migrações cabo-verdianas globais:

i) Em primeiro lugar, trata-se de uma migração que é, desde o início, maioritariamente feminina, o que contraria as tradicionais lógicas da emigração em geral e da emigração cabo-verdiana[180] em particular. Este fluxo migratório demonstra precocemente o que Morokvasic designaria, 20 anos depois, como "a invisibilidade do género feminino nos estudos sobre migrações" e, numa imagem particularmente aplicável às cabo-verdianas em Itália, criticando o modelo economicista de Piore (1979) designaria por *Birds of Passage* are also Women (Morokvasic, 1984) demonstrando, no estudo homónimo, que também as mulheres eram migrantes laborais quer migrando no seio da família, quer, sobretudo, como migrantes individuais.

ii) Em segundo lugar, a maioria das mulheres cabo-verdianas, a que chamaremos pioneiras, que migraram inicialmente para Itália, detinham uma origem geográfica semelhante, provinham da(s) mesma(s) ilha(s) (São Nicolau ou Sal) e tinham como destino laboral uma mesma profissão: empregada doméstica interna junto de famílias italianas. Esta inserção laboral especializada nos serviços pessoais e domésticos, configura igualmente uma singularidade historicamente precoce: a da ocupação laboral do que se tornaria um nicho étnico ou uma sectorização da sua etnicidade. Actualmente, este é o principal sector de inserção para as mulheres migrantes na União Europeia (Anderson, 2000).

iii) Em terceiro lugar é um fluxo migratório que antecipou algumas das características contemporâneas das migrações, designadamente o

180. No caso da imigração cabo-verdiana em Itália as mulheres constituem uma ampla maioria. Os últimos dados disponíveis mostram que cerca de 85% dos imigrantes cabo-verdianos em Itália são do sexo feminino (Caritas di Roma, 1997: 102).

que Castles e Miller (1998) sintetizaram como a aceleração, diversificação, feminização e globalização das migrações actuais. Acompanhando temporalmente a evolução de Itália de país de emigração a país de imigração, este fluxo migratório suportou todos os impactos desta evolução ao longo das últimas décadas e é por isso um excelente caso de estudo da própria evolução da história da imigração em Itália. Para alguns autores, esta transição (país de emigração versus país de imigração) terá ocorrido apenas no início da década de 70 (1972) (King e Black, 1997: 3)[181]. As primeiras imigrantes de Cabo Verde chegaram a Itália muitos anos antes.

iv) Por último, a sua concentração no sector dos serviços pessoais e domésticos e a sua concentração nos principais centros urbanos (cidades) antecipou também o que seria teorizado como uma característica das migrações actuais ao nível global (Sassen, 1991, 1998), antecipando a própria conceptualização de Milão como cidade global e a polarização inerente do seu mercado de trabalho (Sassen, 1991). Ou seja, antes de se ouvir falar de globalização as cabo-verdianas já estavam ao seu serviço.

1.1 Cabo-verdianos em Itália: uma invisibilidade social

Apesar de antiga, pela invisibilidade social de muitas das profissões desempenhadas, esta é uma imigração (quase) imperceptível a nível estatístico, isto é, os cabo-verdianos não surgem normalmente nem nas estatísticas oficiais italianas, nem na maioria das estatísticas provinciais em Itália e são praticamente ignorados no exterior de Itália ou de Cabo Verde[182]. Por outro lado, a sua concentração geográfica maioritária na região de Roma, onde se concentram cerca de 60% do total de cabo-verdianos em Itália, e a dispersão pulverizada pelo resto do território italiano implicou que a maioria dos trabalhos dedicados à migração cabo-verdiana em Itália se tenham concentrado na região da capital, esquecendo as comunidades menores ainda que em cidades de grande dimensão (Andall, 1992, 1996, 1998, 2000; Jesus, 1989, 1996; Perrotta, 1988). Para além de Roma apenas a migração de cabo-verdianos para Nápoles foi estudada de um modo sustentado e

181. Conforme foi assinalado por Bonifazi (1995), a evolução do conjunto da sociedade italiana e as transformações demográficas recentes estão na base do processo imigratório em Itália, que começou por se manifestar de forma mais intensa a partir dos anos 70 do séc. XX.
182. O que uma vez mais chama a nossa atenção para as dificuldades enunciadas por Carling (1997) de análise de uma população como a cabo-verdiana, facto que já emergira nos estudos de caso de Lisboa e de Roterdão.

com alguma profundidade, pelo sociólogo cabo-verdiano César Monteiro (1997). Ficaram por estudar comunidades presentes em cidade como Palermo, Génova, Milão ou Florença, cidades onde se concentram alguns milhares de cabo-verdianos. A análise que agora dedicamos a Milão permite complementar os estudos já publicados e desconstruir alguns dos mitos associados à migração de cabo-verdianos para Itália. Esperamos deste modo contribuir para um posicionamento desta comunidade no arquipélago migratório global cabo-verdiano; no espaço social transnacional que é o mundo cabo-verdiano, ou na rede das comunidades transnacionais cabo-verdianas na Europa. Comecemos por analisar as particularidades da migração cabo-verdiana para Itália.

1.2. A génese da rede cabo-verdiana em Itália:

Pelo menos desde os anos 60, mulheres cabo-verdianas migraram para Itália através, não de uma, como é habitualmente referido, mas de duas cadeias migratórias paralelas ou, mais correctamente, de dois elos iniciais do que se tornaria uma única cadeia migratória:

a) o primeiro elo, tradicionalmente salientado pelos estudos sobre esta comunidade, foi estabelecido inicialmente pela Igreja Católica, particularmente pelos Frades Capuchinhos italianos, presentes na ilha de São Nicolau, e estabeleceu um canal migratório (Findlay e Li, 1998) que promoveu a ida de um conjunto de mulheres cabo-verdianas para servirem, como empregadas domésticas internas, junto de famílias abastadas italianas, especialmente das regiões de Roma ou Nápoles (Jesus, 1989, 1996), mas também para outras cidades do norte do país como Bergamo, Turim ou Milão.
b) o segundo elo desta cadeia migratória, raramente referido nos estudos sobra a imigração cabo-verdiana em Itália, teve origem na ilha do Sal em duas causas complementares, a primeira, em 1961, teve como origem os pilotos da Alitália. A segunda, que tem igualmente origem na ilha do Sal, promoveu a migração individualizada de algumas raparigas quando, por altura da construção do aeroporto internacional do Sal, a cargo de construtoras italianas, alguns dos quadros italianos ali colocados recrutaram as suas empregadas em Cabo Verde para irem com eles para Itália. O destino das emigrantes cabo-verdianas foi, em Itália, semelhante, isto é, empregadas domésticas internas ou, como ficariam conhecidas, Colf (collaboratrice familaire). Explicitemos melhor o funcionamento destes dois elos da cadeia migratória.

1.2.1. O papel da igreja católica

No caso do elo inicial da primeira cadeia migratória, despoletada pela intermediação da igreja católica, o processo era extremamente simples: as famílias italianas enviavam para Cabo Verde o dinheiro necessário para a passagem aérea[183] e os padres capuchinhos cuidavam de dar toda a ajuda necessária para que as imigrantes cabo-verdianas chegassem a Itália, de início, via Lisboa (Andall, 1998: 133). Maria de Lourdes Jesus mostra que, no início, a emigração não era oficial e os patrões em Itália aproveitavam-se disso:

> Não existiam verdadeiros contratos de trabalho mas tão só promessas de trabalho, caucionadas por um envio antecipado de um bilhete (só de ida) pago a posteriori através de um desconto no salário mensal, à época de cerca 30.000 liras (Jesus, 1989: 86).

A origem destas pioneiras era (quase) exclusivamente a ilha de São Nicolau. O primeiro grupo, de raparigas, terá sido constituído pelas catequistas da paróquia, pelo que são ainda hoje facilmente identificadas e consideradas como pioneiras pelos elementos da comunidade em Itália (Jesus, 1989). De acordo com os dados disponíveis, as primeiras mulheres a migrarem para Itália fizeram-no no início do ano de 1963. Sobretudo para as regiões de Roma e de Turim.

> A emigração cabo-verdiana para a Itália começou no início dos anos sessenta e não me parece que tenha havido chegadas de outras ilhas antes daquela data. A primeira menina de São Nicolau entrou na Itália em Janeiro de 1963. Em Setembro eu vim com outras duas companheiras minha todas da Vila [de Ribeira Brava] (centro principal da ilha) e a partir daí começou o grande êxodo das meninas para Itália. A iniciativa era, à época, dos padres Capuchinhos, depois uma rapariga chamou outra e assim por diante (Entrevista. a Lalache[184] in www.eurispes.com).

> "Esse movimento deve ter começado aí por 1962 ou 1963. Os padres capuchinhos é que polarizaram a emigração, de gente que sai à pro-

183. O dinheiro da viagem era depois reembolsado pelas mulheres imigrantes já em Itália através de um desconto mensal no ordenado ou de trabalho gratuito nos primeiros meses de estada em Itália (Andall, 2000: 141).

184. Lalache, juntamente com Maria de Monte e Maria Silva fazia parte do grupo de cabo-verdianas pioneiras. Posteriormente, Lalache viria a re-emigrar para os Estados Unidos da América para se juntar ao seu marido emigrante nesse país em mais um exemplo de transnacionalidade (Monteiro, 1997: 341).

> cura de emprego no início dos anos 60. Eu diria os padres capuchinhos e não a Igreja Católica, porque não foi a igreja mas a sensibilidade de um ou outro padre, o padre Gesualdo, o padre Leonardo e o padre Leopoldo... São iniciativas de sensibilidade individual e não de sensibilidade da igreja" (*in* Entrevista n.º 41).

Também no caso de Milão ocorreu uma imigração precoce, na primeira metade dos anos 60 e, também neste caso, a intermediação dos padres capuchinhos foi essencial. A origem porém foi de outra ilha, a ilha do Sal. Também esta lógica pode ser inferida através das entrevistas realizadas:

> "As primeira imigrantes cabo-verdianas que vieram para Milão vieram da ilha do Sal. Houve algumas de São Nicolau, originárias de são Nicolau, mas que já viviam no Sal. E sempre através dos padres" (*in* Entrevista n.º 42).

O encaminhamento a partir de Cabo Verde era organizado de modo a que o percurso fosse acompanhado, isto é, uma vez que havia uma escala em Lisboa, onde era necessário responder a problemas de índole burocrática, designadamente, a obtenção de passaporte ou vistos, estas migrantes eram apoiadas através da Obra de Santa Zita, e, após a sua chegada a Itália, pelo Centro Nossa Senhora do Rosario del Tra Noi, em Roma (Andall, 1998; Jesus, 1989: 85). Após a sua chegada a Itália, a Igreja católica rapidamente deixa de ter contactos contínuos com estas imigrantes. A dependência desse apoio inicial que permitia o acesso ao canal migratório, duraria portanto pouco tempo e, após um curto período, estaria já estabelecida uma autónoma cadeia migratória tradicional (Castles, 1999), que dispensava a intermediação religiosa. Goss e Lindquist, referindo-se às migrações filipinas, denominam o conjunto formado por uma cadeia migratória tradicional e por esta intermediação por parte da igreja católica, uma "instituição migratória" (1995: 317) que articula diferentes níveis de análise:

> refere-se a conjunto de redes sociais e intermediários que representam uma articulação complexa de indivíduos, associações e organizações que estende a acção social e interacção entre estes agentes e agências ao longo do tempo e do espaço (Goss e Lindquist, 1995: 319).

É neste contexto que devemos incluir a ajuda prestada pelos padres capuchinhos às cabo-verdianas pioneiras. Esta "instituição migratória", de que a igreja católica italiana fazia já parte no início dos anos 60-70, e em que a igreja desempenhava o papel de agenciadora de emprego nos dois extremos da cadeia migratória, viria a assumir múltiplas formas contem-

poraneamente numa miríade de agências e organizações operando no negócio das migrações, desempenhando um papel crucial na feminização das migrações laborais (Kofman, et al., 2000: 31) e, acrescentaríamos, antecipando uma formalização das cadeias migratórias de muitos fluxos actuais. A igreja católica actuaria aqui, parafraseando Portes e Rumbaut, como uma espécie de mesoestrutura de intermediação entre os países de origem e destino (Portes e Rumbaut, 1990) fazendo jus à "enorme rede de informação mundial" que constitui a igreja (Filho, 1996: 258).

Esta instituição migratória não é, no entanto, consensualmente referida no apoio à migração de cabo-verdianos para Itália. Por exemplo, num sentido completamente diferente vai a lógica defendida por um dos nossos entrevistados, quando afirma que esta migração não era conduzida pela igreja católica como instituição, nem mesmo pelos padres capuchinhos tomados genericamente, mas por alguns dos padres, nominalmente apontados, missionários italianos em Cabo Verde que extravasavam as suas funções e funcionavam não como angariadores de mão-de-obra, mas sim como benfeitores que se encarregavam de ajudar os/as cabo-verdianas necessitadas de trabalho.

> "É uma questão muito curiosa. A história da emigração cabo-verdiana para Itália tem a ver com os padres capuchinhos de São Nicolau em Cabo Verde. Eles é que arranjaram as primeiras oportunidades de trabalho para as cabo-verdianas em Itália, trataram das coisas e foram lá levá-las. Dessas cabo-verdianas, poucas tinham a quarta classe, depois isso generalizou-se um pouco mais com cabo-verdianas também da ilha de São Nicolau na ilha do Sal, que fizeram ir irmãs, primas, vizinhas e o leque aumentou consideravelmente, nesses anos 60 início dos anos 70. (...) foi a comunidade católica italiana que polarizou essa questão, porque foram eles através de um movimento que se chamou, Movimento sviluppo e Pace e do Segretariato Missioni Cappuccine liderado por padres capuchinhos em que entram também alguns estudantes de teologia cabo-verdianos, que começaram a constituir um núcleo organizado com essas raparigas cabo-verdianas que entretanto, embora fossem empregadas internas em casa de senhoras italianas, começaram a lidar com o movimento Tra Noi que ainda existe em Roma, liderado também por entidades religiosas católicas, que leccionavam português e o ensino secundário" (*in* Entrevista n.º 41).

Pensamos que o facto de este olhar ser distorcido a partir da origem o constrange ou enviesa. Não negando a bondade do gesto individual por parte dos

padres que possibilitou a migração, devemos enquadrar este gesto no seu contexto histórico, político e social de ambos os países envolvidos. A análise de ambos os extremos da cadeia migratória e, sobretudo, a integração do fluxo migratório cabo-verdiano no contexto temporal do seu início em Itália. A história da influência da igreja católica nas migrações para Itália demonstra que o caso dos capuchinhos da ilha de S. Nicolau ou do Sal fazia parte de um contexto mais vasto de influência da igreja católica (Andall, 1998: 128-130) na sociedade italiana de que o funcionamento como instituição migratória era um recurso estratégico.

No caso da migração cabo-verdiana para Itália esta "instituição migratória" funcionou (quase) desde o início de forma assimétrica em relação à cadeia migratória tradicional, com esta última a assumir uma maior preponderância na migração de Cabo Verde para Itália. Neste contexto, a coerência tradicional das migrações cabo-verdianas, onde o capital social em rede alastra a partir de uma lógica de proximidade social, isto é, primeiro família, depois o compadrio, depois vizinhos, patrícios da mesma ilha, conterrâneos, etc., implicou que após um primeiro momento, em que o mecanismo iniciador das migrações foi a igreja católica, este desse rapidamente lugar a uma comunidade com uma estrutura própria. Por sua vez a estruturação e reprodução desta sociedade, resultou num fluxo migratório inicialmente lento, mas contínuo, num processo de progressiva construção de uma rede social (Portes e Rumbaut, 1990) que vincula as sociedades de origem e as comunidades emigradas nas sociedades de destino. São múltiplos os registos destas situações detectados. Veja-se um exemplo:

> Cheguei na época da primeira emigração cabo-verdiana, em 1971. Por altura dos finais dos anos 60 a comunidade era constituída por um grupo de mulheres que veio trabalhar como empregadas domésticas. As primeiras chegaram através da intermediação do padre Gesualdo, um padre capuchinho que vivia na minha ilha e que, de certo em certo tempo, encontrava raparigas de confiança para mandar para junto de famílias italianas. E essas raparigas de confiança eram naturalmente as que viviam na sua vizinhança, aquelas que faziam parte do coro da igreja. Mesmo eu fazia parte do coro da igreja. Não vim directamente através do padre Gesualdo, porque era ainda demasiado pequena, mas veio a minha irmã. Depois a minha irmã chamou-me e eu chamei as minhas amigas e as minhas primas. Tinha um contrato de trabalho, sabia para onde ir e o que devia fazer. Em suma, digamos que a cadeia migratória fomos nós que a estabelecemos (Maria de Lourdes Jesus in http://www.nonluoghi.it/immigrati18.html).

O que pretendemos mostrar é que o canal de migração através da igreja católica foi, deste modo, substituído, progressivamente, por uma migração em cadeia, em que as imigrantes em Itália chamavam para junto de si as irmãs, parentes, amigas, vizinhas, conseguindo-lhes previamente um emprego em casas de outras famílias (Monteiro, 1997: 341). A cadeia migratória começa, a partir desse momento, a estruturar-se num sistema de rede social de entre-ajuda, quase exclusivamente entre mulheres, sistema esse que permanece ainda hoje e permitiu o alimentar de uma corrente migratória ao longo de 4 décadas. Esta cadeia migratória baseada (quase) exclusivamente no género é uma das características diferenciadoras deste fluxo migratório. Essa migração em cadeia era também o resultado de uma certa autonomia face à igreja católica em Itália, uma vez que, após a chegada a Itália, a importância da igreja católica se diluía e o apoio prestado à comunidade era diminuto.

> "Na comunidade cabo-verdiana não. A igreja em Cabo Verde, isto é, os padres lá em Cabo Verde, os capuchinhos Italianos, mandaram as primeiras mulheres para aqui. Depois aqui a igreja já não ajudou. Aqui a igreja nunca funcionou para a comunidade cabo-verdiana como funciona para, por exemplo, a comunidade filipina. Para esta existem acordos que foram feitos ao tempo pela democracia cristã, o que Cabo Verde nunca fez. E a igreja também não deu apoio. Mesmo quando deram um espaço às cabo-verdianas de Roma não foi uma preocupação da igreja, foi uma preocupação de individuais. Foi uma assistente social muito jovem e um padre também jovem que viam essas moças aos domingos, o que na altura era algo estranho, todos os domingos num jardim, já um pouco fora do centro, e elas se encontravam todos os domingos e estavam ali, e eram cem ou mais. Então, associaram mais ou menos a realidade das cabo-verdianas que estavam lá, às moças imigrantes da sardenha para Roma já que estas também eram empregadas domésticas. Então colaram a realidade cabo-verdiana a esta outra realidade. A casa Tra Noi não nasceu com e para Cabo Verde. A casa Tra Noi nasceu com a realidade das moças da sardenha" (*in* Entrevista n.º 42).

Enquadremos melhor o papel da instituição migratória que era a igreja católica italiana nas décadas de 60 a 80 através de uma contextualização da sua actuação.

1.2.1.1 A igreja católica e o iniciar de redes migratórias

Com a ajuda à migração de mulheres cabo-verdianas para Itália no início dos anos 60, inicia-se o envolvimento da igreja católica no sector da imigração, estando na génese de uma verdadeira "instituição migratória". Esta lógica de ajuda por parte da Igreja Católica subjacente ao início das migrações cabo-verdianas para Itália não é no, no entanto, exclusiva da migração cabo-verdiana na história das migrações. Foi já estudada envolvendo outros fluxos migratórios, quer para Itália, quer para outros países europeus (Kofman et al., 2000; Ackers, 1998) ou outros países como os EUA (Parreñas, 2001) ou países asiáticos (Goss e Lindquist, 1995). No caso de Itália esta é, aliás, uma lógica associada também ao início do fluxo migratório de mulheres de outros países, por exemplo, de mulheres filipinas (Kornspiern, 1990), latino-americanas, ou da Eritreia dos anos 60 aos nossos dias. Diversos autores assinalaram o facto de algumas entidades religiosas terem uma importância considerável no processo migratório, especialmente no que diz respeito ao acolhimento e aos contactos laborais, sem esquecer o papel que desempenham na coesão social dos grupos. Entre outros, Campani (1990; 1993), Gregorio (1998), Veiga (2000), Anderson (2000) ou Parreñas (2001), aludem ao tradicional papel de entidades católicas na mediação entre empregadores e trabalhadoras do sector do serviço doméstico e as primeiras chegadas de dominicanas a Espanha, Itália ou EUA. Esta intermediação, promovida por entidades religiosas, decorria de tal maneira que as imigrantes chegavam já com um emprego assegurado desde os seus países de origem.

No caso específico de Itália, estes autores referem-se à ajuda proporcionada pela igreja católica na atracção de mulheres filipinas, de mulheres sul americanas, ou de mulheres cabo-verdianas. No caso específico da imigração de Cabo Verde, o recrutamento (in)formal por parte dos padres capuchinhos na ilha de São Nicolau é explicitamente referido (Andall, 2000: 125). Muitas destas mulheres cabo-verdianas foram para Itália no âmbito da influência associação católica, a ACLI-COLF (Associazioni cristiane dei lavoratori italiani), que promovia uma interligação "harmoniosa" entre a procura por parte de italianas católicas e a oferta de empregadas domésticas também elas católicas (Andall, 1996).

A regularidade social que podemos encontrar no extremo sul da cadeia migratória permite sustentar a ideia que a rede migratória, iniciada pelos padres capuchinhos em Cabo Verde, fazia parte de uma estratégia mais vasta (consciente ou inconsciente) por parte da Igreja católica Italiana que permitiu atrair para Itália um conjunto substancial de mulheres imigrantes (An-

dall, 1996). De acordo com Maria de Lourdes Jesus (1989: 85) esta procura foi directamente activada a partir das paróquias de Roma. Esta migração supriu as carências sectoriais de trabalhadoras para o serviço doméstico provocadas pelas mudanças sócio económicas verificadas na sociedade italiana desta época. De facto, é a pressão do lado da procura que, neste caso, cria a necessidade de uma oferta. Como afirmam King e Black (1997) numa análise das características que possibilitaram a transição no Sul da Europa da emigração para a imigração:

> esta linha de análise desafiou a concentração no poder explicativo de pressões de repulsão dos países de origem e procura explicar a existência de uma procura para o trabalho imigrante através da análise da formação sócio-económica específica da Europa do Sul. As características chave deste processo são a modernização, urbanização e terciarisação, o dinamismo do sector informal, a importância das pequenas e médias empresas, um aumento do nível de educação para a maioria dos jovens que conduzem a uma rejeição de trabalho manual, e uma concepção familiar tradicional que se reflectiu nas atitudes em relação aos tipos aceitáveis e inaceitáveis de trabalho (King e Black, 1997: 9).

O vazio deixado no mercado de trabalho italiano, provocado pelo progressivo abandono das funções de empregada doméstica interna por parte das italianas que passaram, a trabalhar essencialmente como mulheres-a-dias ou mulheres-à-hora, deixou vago um espaço que as mulheres imigrantes, designadamente as cabo-verdianas, foram encorajadas a preencher (Andall, 1996: 10). Por outro lado, complementarmente, a progressiva feminização da força de trabalho italiana criou também espaço para novos migrantes. O abandono das tradicionais funções domésticas das mulheres italianas, com a consequente entrada na população activa (já não como domésticas) (Bettio, 1988), possibilitou a criação de (até aí inexistentes) novos empregos de mulheres-a-dias ou mulheres-à-hora que, numa primeira fase, foram ocupados por mulheres italianas provenientes dos meios rurais e, progressivamente, foram sendo ocupados por mulheres imigrantes numa etnicização gradual do serviço doméstico. As cabo-verdianas vêem-se incluídas no grupo das empregadas domésticas católicas de que fariam parte também as eritreias, filipinas, peruanas, salvadorenhas, dominicanas, etc. (Arena, 1983; Anderson, 2000). Ou seja, o mecanismo principal desbloqueador das migrações seria de atracção (pela procura) a que a Igreja corresponderia intermediando a oferta de países longínquos. O papel da igreja católica como instituição migratória não é, portanto, de desprezar. Ainda que, como se pode depreender das entrevistas, o fluxo migratório cabo-verdiano para Itá-

lia tenha passado a depender mais de uma cadeia migratória tradicional é a igreja católica italiana que cria, directa e indirectamente, o canal de acesso ao mercado de trabalho.

1.2.2. O caso das pioneiras do Sal

O segundo elo da cadeia migratória é igualmente simples mas tem sido menosprezada na história das migrações caboverdianas para Itália. Teve origem nas mulheres que trabalhavam para os italianos que viveram no Sal durante a construção do aeroporto, ou em pilotos da Alitália. Este elo é explicado parcialmente por César Monteiro (1997), explicação que podemos completar através de um dos nossos entrevistados:

> tratava-se de raparigas provenientes do Sal recrutadas directamente pela tripulação da Alitália que, ao tempo, escalava regularmente o aeroporto dessa ilha, para prestação de trabalho doméstico em casa de pilotos e seus amigos, na zona da Latina (Província de Roma), onde residiam. No Sal, essas raparigas trabalhavam no antigo Hotel Atlântico construído por italianos. Assim, segundo testemunhos, o primeiro grupo de imigrantes proveio do Sal em 1961 e era constituído por duas raparigas (uma natural de São Nicolau e outra de Santo Antão) que trabalhavam no referido Hotel (Monteiro, 1997: 340).

> "a construção do aeroporto e a presença da Alitália na ilha do Sal é anterior à segunda guerra mundial, num circuito de viagens para a América do Sul Depois, no início dos anos 60, final dos anos 50, é que começam a estabelecer um circuito comercial, que deu emprego a muita gente. Também as tripulações que se foram instalando no Sal, por necessidade das mudanças de tripulações deu origem a que vários italianos passassem a viver com mulheres cabo-verdianas e alguns ou levaram os filhos dessas relações ou levaram essas companheiras para Itália. E essas são as primeiras mulheres que vão para Itália, efectivamente. Vão para Roma. Mas esta é uma via extremamente reduzida quando comparada com o movimento da emigração. Esse movimento deve ter começado aí por 1962 ou 1963" (*in* Entrevista n.º 41).

Quando estavam para regressar a Itália, alguns destes italianos convidaram as suas empregadas domésticas cabo-verdianas a regressar com eles. Algumas aceitaram e emigraram para Itália onde trabalharam como empregadas domésticas internas, em Roma, ou em cidades do norte do país como Milão ou Bergamo. Um dos nossos entrevistados, nascido em Cabo Verde,

emigrou para Itália onde se reuniu à sua mãe que para aí tinha emigrado em 1968 precisamente no âmbito deste processo.

> "A minha mãe era lavadeira e fazia limpezas para um engenheiro italiano no Sal e ele um dia perguntou-lhe se ela queria vir trabalhar para Itália. Ela disse que sim e veio para Bergamo para casa de um irmão do engenheiro. Foi nos anos 60" (*in* Entrevista n.º 46).

Embora falemos de um somatório de casos individuais é neles que reside o início deste elo da cadeia migratória. É a abertura de um outro canal migratório que vai, a posteriori, contribuir para alimentar a cadeia migratória. Como afirmava uma das nossas entrevistadas:

> "Bem... um piloto vai e trás uma. No caso de Milão a primeira mulher veio de certeza com um piloto. A primeira, isto é, uma. As outras vieram através da Igreja. Em Roma há muito mais do que uma, mas são poucas. Em Génova também. Deve estar ainda em vida a mais velha de todas, que veio também com um piloto. (*in* Entrevista n.º 42).

Por outro lado, sabemos da existência destas pioneiras através de testemunhos indirectos como o de Monteiro:

> Em 1970, Lea Manzone, assistente social italiana ligada ao movimento Tra Noi, em regime de voluntariado, conheceu, no Vilaggio Azzuro, um grupo de sete ou oito cabo-verdianas imigradas, numa zona romana onde residiam pilotos da Alitália, trazidas por estes de Cabo Verde para prestação de serviço doméstico (Monteiro, 1997: 344).

O somatório destes relatos comprova a existência deste outro canal migratório ainda que não seja possível aquilatar da sua verdadeira importância no seio da emigração cabo-verdiana para Itália. Estamos assim perante dois elos diferentes que rapidamente se uniram formando uma tradicional cadeia migratória. Os mecanismos que despoletaram esta cadeia foram, no entanto, diferentes. Por um lado, a Igreja Católica funcionando como instituição migratória e, por outro, a procura directa de empregadas domésticas por parte de italianos no Sal.

1.3. A evolução da imigração cabo-verdiana em Itália

A inserção laboral das migrantes pioneiras, provenientes das ilhas de São Nicolau, Sal e também da Boavista, num nicho do mercado de trabalho italiano em que a procura era elevada especialmente para o serviço doméstico

(como é ainda hoje), propiciou o estabelecimento e desenvolvimento de cadeias migratórias, muito activas desde essas ilhas, em particular para um conjunto de outras regiões metropolitanas em Itália. Até aos anos 70 as mulheres cabo-verdianas entravam regularmente com um null aosta passado pela polícia, eram registadas no consulado de Portugal em Roma, uma vez que à época ainda detinham a nacionalidade portuguesa, e obtinham uma autorização de permanência indeterminada o que, de acordo com Monteiro, impedia a fiscalização sobre o empregador uma vez que a autorização de permanência não necessita de renovação (Monteiro, 1997: 346), isto é, trabalhavam na maior parte das vezes no mercado informal ou parcialmente informal. Com a independência de Cabo Verde, em 1975, e consequente perda da nacionalidade portuguesa, este período coincidiu com um aumento das necessidades burocráticas para entrar em Itália (e também com a crise económica dos anos 70). No entanto, apesar destes constrangimentos o fluxo de Cabo Verde para Itália não diminuiu durante a década de 70. Ao contrário, apesar de contingências várias, da diminuição de possibilidades de destinos migratórios alternativos, de crise económica na Europa, etc., a emigração cabo-verdiana para Itália aumenta exponencialmente ao longo das décadas de 70 e 80, crescendo a uma média de 10% ao ano. A emigração cabo-verdiana vai aproveitar, por esta altura no pós 1973, o único nicho de mercado em que a procura se mantém elevada, o sector dos serviços pessoais e domésticos. Através da cadeia migratória, activa continuamente desde os anos 60-70 até hoje, juntamente com o reagrupamento familiar que foi progressivamente tendo lugar, e um processo de crescimento natural da comunidade já em Itália, permitiu o crescimento da comunidade cabo-verdiana em Itália[185]. Explicitemos um pouco melhor esta evolução.

A comunidade cabo-verdiana em Itália, foi crescendo de forma primeiro aritmética, pelo número reduzido de chegadas e, posteriormente, durante os anos 70, quando a cadeia migratória se torna mais activa, de forma geométrica, aumentando muito rapidamente o número de imigrantes cabo-verdianas em Itália. Através de redes sociais que ligam Itália a Cabo Verde ou a outros países onde residem cabo-verdianos, fluiu, ao longo do tempo, um conjunto amplo de recursos. Desde informações, dinheiro ou outro tipo de bens e serviços materiais ou imateriais que possibilitaram que a emigração se realizasse ininterruptamente. De acordo com várias fontes o volume

185. As mulheres cabo-verdianas em Itália são na maioria solteiras (ainda que possam ter filhos), sendo que de entre as casadas é grande o número das que casaram com italianos. Também no caso dos homens é maior o número de solteiros, sendo o casamento com mulheres italianas menos frequente.

máximo deste fluxo migratório terá sido atingido no início dos anos 80 (Andall, 1996, Monteiro, 1997). A partir dos anos 90 o movimento desacelera novamente passando a migrar para Itália, através de múltiplos processos, um número de cabo-verdianos que não ultrapassará as 200-300 pessoas por ano.

Dos anos 60 à actualidade

Tendo início nos anos 60, este foi um fluxo migratório com uma evolução moderadamente rápida. No entanto, no ano de 1972 as raparigas cabo-verdianas em Itália eram já cerca de 2.500 e 3.500, todas elas trabalhando como empregadas domésticas principalmente nas regiões de Roma (Arena, 1983), Milão e Nápoles (Carreira, 1983: 134; Monteiro, 1997), representando mais de 90% do total de cabo-verdianos neste país. Em meados dos anos 80, apontava-se um número em torno de 5.000 imigrantes legais [4688 no ano de 1986 de acordo com a Caritas di Roma (1986: 69), ou seja, 0,5% do total da imigração em Itália nesse ano]. Em 1993 o Ministério do Interior Italiano apontava a presença de forma legalizada de 5.490 imigrantes cabo-verdianos. De acordo com o ministério do interior italiano, a população cabo-verdiana legalmente registada em Itália atingia em 31 de Dezembro de 1996 um total de 4.592 indivíduos, 14,8% dos quais do sexo masculino e 85,2% do sexo feminino. Em termos de ranking de estrangeiros por nacionalidade figurava no 47º lugar, numa seriação liderada por Marrocos e na qual constavam indivíduos nacionais de 186 países ou Estados diferentes.

Em termos de valores relativos, os cabo-verdianos representavam 0,4% do total de estrangeiros residentes no país (0,5% dos estrangeiros não comunitários)[186]. O interesse do estudo desta população seria, portanto, muito relativo se comparado com o potencial de outras comunidade que a precedem no ranking». No entanto, se considerarmos apenas a relação de masculinidade[187] das comunidades imigrantes em Itália, (e considerando apenas os números oficiais supra citados) verificamos que em nenhuma comunidade como a cabo-verdiana esta relação é tão díspar. As que mais se aproximam são a comunidade filipina, com cerca de 70% de mulheres para 30 % de homens e, em sentido inverso, os imigrantes de Marrocos, Tunísia, Egipto ou Senegal que tendem a ser esmagadora e maioritariamente do sexo masculino. A relação era na comunidade cabo-verdiana de 87,2% de mulheres em 1992, de 85,2% em 1998. Em 2000 o ministério do interior italiano apontava para um número de 4.004 cabo-verdianos (81,3% dos quais mulheres)

186. Dados recolhidos em http://www.ISMU.org/Italiano/database/permessi-nazione.htm
187. Ou seja a proporção de homens em relação a mulheres.

vivendo regularmente em Itália (Ministério do Interior de Itália citado em ISMU, 2002: 187). Para esta progressiva tendência de reequilíbrio da relação de masculinidade tem contribuído quer o reagrupamento familiar, quer os nascimentos de crianças no seio da comunidade (Carchedi, 2000).

Se tomássemos como válidos apenas os números oficiais estaríamos a falar de uma população de cerca de 5.000 a 7.000 indivíduos. Na verdade pensamos que estes números pecam por omissão. Para além dos ilegais, dificilmente contabilizáveis, existe um grande número de cabo-verdianos que detêm já a nacionalidade italiana, alguns milhares que detêm a nacionalidade portuguesa e algumas centenas de outros que possuem uma terceira nacionalidade. Os números das instituições ligadas à comunidade cabo-verdiana apontam quase sempre para números superiores. Em 1985 o Consulado-Geral de Cabo Verde em Itália apontava para um número de cerca de 7.000 cabo-verdianos, dos quais cerca de 90% mulheres. Em Maio de 1990 o mesmo consulado revelava que se encontravam inscritos 4.638 cabo-verdianos adultos e 646 menores nascidos já em Itália[188]. Em 1996 o Consulado estimava o número de cabo-verdianos em 7.077. Em Maio de 1997 na Embaixada de Cabo Verde encontravam-se inscritos 7.151 cabo-verdianos (Monteiro, 1997: 348). O Instituto de Apoio ao Emigrante de Cabo Verde calculava em 1998 em cerca de 10.000 (IAPE, 1998). Jorgen Carling, cruzando várias estimativas, com origem diversa estimava, em 1997, em de 8.000 a 10.000 indivíduos, de 80 a 90% dos quais serão mulheres (Carling, 1997: 4). A estes totais devem acrescentar-se cerca de 3.000 crianças já nascidas em Itália e um número indefinido de cabo-verdianos com nacionalidade italiana (ou outra nacionalidade europeia) e que não constam das estatísticas de extra-comunitários. Estes últimos, poderão constituir até mais 50% do total, o que daria um número total de cabo-verdianos em Itália de cerca de 14.000 a 17.000 indivíduos. Uma das nossas entrevistadas[189], com conhecimentos profundos sobre esta comunidade, refere uma comunidade de mais de 20.000 indivíduos e com características semelhantes actualmente às que possuía no passado, ou seja, uma esmagadora maioria de mulheres e uma sobre-representação no sector dos serviços pessoais e domésticos. O reagrupamento familiar, os vistos de turismo ou de trabalho e o crescimento natural de uma população em idade fértil implicam, previsivelmente que esta comunidade cresça ao longo dos próximos anos. No que diz respeito à distribuição geográfica dos imigrantes cabo-verdianos em Itália, esta pode ser representada pelo quadro seguinte:

188. O que implicava, desde logo, que os inscritos no consulado fossem já mais do que os números da Caritas de Roma (1986: 69).
189. Entrevista a informador privilegiado em Cabo Verde.

Quadro 5.1 – CIDADES DE ACOLHIMENTO DE IMIGRANTES CABO-VERDIANOS EM ITÁLIA

Cidades	% Total de Cabo-verdianos	Cidades	% Total de Cabo-verdianos
Roma	65% - 67%	Bari	< 1%
Milano	10% - 12%	Trani	< 1%
Sicília	7% - 8%	Reggio Emilia	< 1%
Napoli[222]	7% – 8%	Ancona	< 1%
Toscana	2%	Catania	< 1%
Torino	1,5%	Salerno	< 1%
Génova	1%	Trieste	< 1%
Firenze	1%	Número Total de cabo-verdianos	U=6.735-7.730

Fonte: adaptado a partir de www.euripes.com [190]

Esta distribuição espacial demonstra a sobre-representação da região Romana e o aparecimento de Milão como segundo nódulo da rede migratória cabo-verdiana em Itália. Surgem depois alguns grupos de cabo-verdianos dispersos por um conjunto de outras cidades mas com importância reduzida. Foquemos por agora a nossa análise na região de Milão.

1.3.1. As especificidades da emigração cabo-verdiana para Milão

Ao concentrarmos o nosso olhar na história da imigração cabo-verdiana em Milão damo-nos conta que esta apresenta genericamente as mesmas características já enunciadas para a migração cabo-verdiana em Itália mas com algumas especificidades. A história da imigração cabo-verdiana pode ser comparada com a de outros grupos de imigrantes designadamente com os/as imigrantes das Filipinas, os/as imigrantes do Perú ou com os/as imigrantes de São Salvador. Também nestes casos estamos, à semelhança de Roterdão, perante uma imigração silenciosa, quase invisível, em virtude, sobretudo, da sua inserção laboral e, devido a esta, da invisibilidade da sua

190. Em 25.03.2000 o Consiglio terroriale per l'immigrazione da prefettura di Napoli assinalava a presença na sua jurisdição de 839 cabo-verdianos (177 dos quais menores; 90% dos quais mulheres), o que mostra a pouca fiabilidade dos dados estatísticos referentes a cabo-verdianos imigrantes também em Itália. Se tomarmos como referência estes números então a percentagem de Nápoles ascenderia a 12% do Total (in http://www.edscuola.it/archivio/statische/micampania.html). Em 25.03.2000 o Consiglio terroriale per l'immigrazione da prefettura di Napoli assinalava a presença na sua jurisdição de 839 cabo-verdianos (177 dos quais menores; 90% dos quais mulheres), o que mostra a pouca fiabilidade dos dados estatísticos referentes a cabo-verdianos imigrantes também em Itália. Se tomarmos como referência estes números então a percentagem de Nápoles ascenderia a 12% do Total
(in http://www.edscuola.it/archivio/statische/micampania.html).

inserção espacial (Tosi e Lombardi, 1997: 7). Após um início simultâneo com a emigração cabo-verdiana para Roma, o fluxo para Milão mantém-se constante ao longo de décadas, crescendo de forma sustentada mas muito mais lentamente do que a emigração para Roma. Nos primeiros anos, anos 60 e 70, o fluxo vai-se renovando através de chegadas contínuas que vão compensando os regressos a Cabo Verde ou a re-emigração para outros países mas mantendo sempre um volume relativamente pequeno, na ordem das centenas de unidades. No final dos anos 70 e anos 80 ocorre o maior número de chegadas e diminui o número de retornos a Cabo Verde o que provoca um aumento do volume total. Ocorre igualmente uma re-emigração a partir de Milão, sobretudo para a Holanda, para a Suíça ou para França. Esta re-emigração atinge o seu auge durante este período sendo, no entanto, compensada por um reagrupamento familiar a partir de Cabo Verde, sobretudo com a chegada dos filhos. Os companheiros, por seu turno, preferiam muitas vezes emigrar para outros países, como Portugal, França e, sobretudo, Holanda ou, caso não conseguissem, permanecer em Cabo Verde. Ao longo dos anos 90 o número de cabo-verdianos em Milão estabiliza e, nestes últimos anos, começa a atrair um número crescente de cabo-verdianos de outras cidades italianas, sobretudo do sul da Itália. De Cabo Verde continuam, como sempre, a chegar novos emigrantes mas muito a conta-gotas, de forma muito lenta devido ao fechamento das fronteiras da Europa. Como refere uma das nossas entrevistadas:

> "Houve uma forte migração nos anos 70 e em Milão até foi anterior, nos anos 60 como em Roma, mas sobretudo nos anos 70 e 80 veio a maior parte. Ultimamente, para aí nos últimos 4 anos ou 5 começaram a chegar novas pessoas (...) [directamente de Cabo Verde] para aí uns 100. Os outros 200 vieram de outras cidades. Alguns de Roma, muitos de Nápoles, até de Palermo. Quer dizer, houve esta migração interna do Sul para Norte" (*in* Entrevista n.º 42).

Milão: cidade de imigração

Quando analisamos a história da imigração cabo-verdiana em Milão, percebemos que esta sintetiza, ainda que, pelo seu pequeno volume não seja representativa, muitas das características da história da imigração da região onde se insere, a Lombardia. Nesta região, a imigração tem vindo a crescer de forma exponencial ao longo das últimas décadas. A oferta de trabalho no Norte e os melhores salários aqui auferidos atraem os imigrantes e leva-os a mover-se desde as primeiras cidades onde residiram após a chegada a Itália. Este é, por exemplo, o caso de muitos imigrantes cabo-verdianos que chegam hoje a Milão vindos, já não de Cabo Verde ou de outros

países europeus, mas de outras regiões italianas. As mulheres cabo-verdianas vêm sobretudo de Roma, os homens vêm de Roma, de Nápoles ou de Palermo, atraídos ambos por uma expectativa de melhores salários no norte do país (Todaro, 1989). Esta migração interna de imigrantes em Itália configura uma nova realidade que está, contudo, ainda muito pouco estudada. A (re)emigração de estrangeiros no interior de fronteiras ou espaços nacionais é, por definição, quase invisível estatisticamente mas socialmente muito relevante.

Milão[191] é, por outro lado, uma cidade onde os imigrantes apresentam um elevado nível de integração, quer no que diz respeito a subordinação laboral, quer na concentração no sector de serviços, o que funciona igualmente como mecanismo de atracção. Inversamente, o preço e a escassez de oferta de habitação funcionam como mecanismo de repulsão. O caso de cabo-verdianos que migram de outras cidades italianas para Milão deve ser enquadrado teoricamente nas premissas das teorias da escolha racional e de Todaro (1989). O facto de o salário ser em Milão mais elevado do que noutras cidades italianas leva a que, devidamente enquadrados por uma rede social de suporte co-étnica, alguns destes cabo-verdianos decidam re-emigrar. No entanto, se não existir uma rede de suporte, essa re-emigração torna-se problemática e dificilmente concretizável. Por exemplo, vários dos nossos entrevistados referiram-se ao problema da habitação como uma condicionante para a emigração (e sê-lo-á certamente também para a re-emigração). O custo e escassez de habitações podem condicionar as possibilidades de sucesso da experiência migratória. Como se depreende do extracto seguinte:

> "O problema qui é a casa. É um pouco difícil encontrar uma casa. É muito caro. [E será por isso que não há mais cabo-verdianos a vir de Cabo Verde para Milão?] Não sei. Porque eu não sei se sabem em Cabo Verde que a casa é muito cara aqui. Quando vem uma pessoa é porque tem família sempre. Por isso tem sempre uma casa. Uma pessoa que não tenha família não vem. Porque é difícil encontrar uma casa" (*in* Entrevista n.º 49).

Este factor pode explicar, no caso dos cabo-verdianos, a crescente mas ainda diminuta atracção que Milão exerce sobre os imigrantes cabo-verdianos no Sul de Itália, ou sobre os cabo-verdianos em países onde as remunerações auferidas são muito inferiores às de Milão. Como explicitava uma das

191. No caso de Milão a população imigrante representa actualmente um valor aproximado de 10-11% da população total (ISMU, 2000).

nossas entrevistadas, referindo-se à evolução da inserção laboral dos cabo-verdianos em Milão:

> "No início, estou a falar dos anos 70 até 80 eram essencialmente actividades domésticas nas famílias. E era assim em toda a parte, em Roma ou em Nápoles ou em Milão. A única diferença era o poder de compra, porque Milão é a cidade que paga mais[192]. Uma pessoa que trabalha aqui mesmo junto das famílias ganha mais do que uma pessoa que trabalha em Roma. Quem trabalha em Roma ganha muito mais do que quem trabalha em Nápoles. Portanto tem um poder de compra muito mais elevado" (*in* Entrevista n.º 42).

> "Em Milão devido a este poder de compra evoluiu-se muito mais quanto ao tipo de ocupação posterior aos anos 80, e à ocupação da segunda geração. Eu aqui acho que nenhum filho de imigrante cabo-verdiano está nas actividades domésticas, se o fizer é uma percentagem mínima" (*in* Entrevista n.º 42).

A província de Milão acolhe mais de 132 mil estrangeiros, quase 3/4 dos quais provenientes de países extra-comunitários. A grande maioria dos imigrantes em Milão labora como trabalhador subordinado para empresas de pequena e média dimensão italianas, ou como trabalhadores domésticos no seio das famílias. Acresce que Milão é o principal centro financeiro e económico de Itália, uma verdadeira cidade global (Sassen, 1991), pelo que ilustra facilmente vários dos sintomas que os "globalistas" têm vindo a atribuir directamente aos processos de globalização. Acolhe, por exemplo, as sedes de corporações nacionais e internacionais ligadas ao mercado financeiro mundial; é um dos centros mundiais da moda; e um centro industrial liderante a nível global. Em Milão ocorreu, nos últimos anos, um crescimento significativo das actividades terciárias, tanto nas chamadas actividades económicas tradicionais, como nas actividades relacionadas com as novas tecnologias, banca e finanças. Enfim, a metropolis de Milão, é o que Saskia Sassen definiu como uma cidade global (1991), o que Portes define como um centro global do capitalismo (1997) contendo o que Kanter (1995) designa por funções distintivas das cidades globais: os conceitos, a competência e as conexões, isto é, tem tudo para atrair um número significativo de migrantes.

192. Já anteriormente este dado tinha sido referido. Jacqueline Andall, em nota de rodapé, cita o caso de uma mulher cabo-verdiana, entrevistada em Roterdão, que migrara para Milão em 1971, com um contrato de trabalho, e onde lhe era oferecido um salário de 190.000 liras, , que deu origem a um salário real de 100.000 liras após 6 meses e de 110.000 liras após 9 meses. No mesmo período, uma sua prima trabalhava em Roma por 50.000 liras mensais. A entrevistada conseguiu encontrar um emprego para a sua prima em Milão para onde esta foi ganhar 120.000 liras, isto é, mais do dobro do que ganhava em Roma (Andall, 2000, 141).

Em termos laborais Milão é uma metrópole com elevada segmentação, na qual existem múltiplas oportunidades para a migração internacional que aqui tem afluído ao longo das últimas décadas. A oferta de todos os tipos de empregos atrai uma procura também diversa e, por isso, aí podemos encontrar todo o tipo de imigrantes, desde o menos ao mais qualificados. O facto de as maiores multinacionais se concentrarem num conjunto limitado de cidades no mundo, as cidades globais entre as quais se encontra Milão, implica que nestas se concentre um conjunto significativo de profissionais de elite e que, por arrastamento, as necessidades pessoais ou domésticas destes tenha que ser satisfeita por um conjunto de trabalhadores legados a este sector de serviços. Na sua maior parte esta mão-de-obra tende a ser imigrante, ou de origem imigrante, e uma boa proporção de entre estes são mulheres (Sassen, 1984). No caso de Milão, o sector da Moda seria suficiente para tornar esta cidade global e os profissionais de elite que este sector envolve seriam já suficientes para atrair um grande número de imigrantes tanto nos segmentos de topo como nos segmentos de base do mercado de trabalho. Todo este contexto económico cria uma taxa de actividade elevada entre os autóctones, nomeadamente entre as mulheres, gerando a necessidade de uma força de trabalho imigrante na qual, para muitas tarefas, as trabalhadoras femininas, pelos sectores específicos de inserção, têm mais hipóteses (Pugliese, 2000). Como afirma Giovanna Campani referindo-se à feminização dos fluxos migratórios para Itália e, designadamente, à imigração cabo-verdiana:

Actualmente as migrações decorrem cada vez menos através de políticas de recrutamento oficiais. Os fluxos já não são atraídos por um desequilíbrio quantitativo global nos mercados de emprego dos países receptores, mas antes pelos desequilíbrios sectoriais relacionados com a segmentação do mercado de trabalho (...) Este é claramente o caso na Europa do Sul onde, apesar da elevada taxa de desemprego entre os trabalhadores autóctones, há um mercado de trabalho específico onde há uma procura elevada para trabalhadores imigrantes, e especialmente para empregos femininos (Campani, 1999: 149-150).

Foi este mercado de trabalho específico que permitiu atrair a um mercado local de trabalho altamente produtivo, grupos de imigrantes com proveniências longínquas que aqui se integraram e concorreram com os trabalhadores autóctones.

1.4. A inserção laboral: dos anos 60 até hoje

A migração de cabo-verdianas para Itália é, desde o seu início, um fluxo migratório eminentemente económico, como se pode demonstrar através de uma análise da sua participação laboral. Ao contrário do que acontece com as mulheres cabo-verdianas para Portugal ou Holanda onde a migração de mulheres cabo-verdianas se insere maioritaria e contemporaneamente num processo de reagrupamento familiar, para a Itália as mulheres migram autonomamente, têm, desde o início, projectos migratórios próprios e autonomia laboral. Concomitantemente, uma análise histórica da inserção laboral cabo-verdiana em Itália, centrada no género, é um bom mote para uma descrição das especificidades deste fluxo. Comecemos por analisar os comos e porquês da sua chegada ao mercado de trabalho italiano inserido as cabo-verdianas num contexto de progressiva etnicização do sector de serviços pessoais e domésticos que vem prosperando em Itália desde os anos 60.

1.4.1. Uma emigração de Género: servas da globalização

A feminização dos fluxos migratórios é uma das modernas tendências das migrações internacionais contemporâneas (Anderson, 2001). Cada vez mais mulheres migram, com a família ou individualmente, desempenhando novos papéis, contribuindo para uma modificação das características tradicionais das migrações actuais em muitas regiões através do mundo (Campani, 1999). Integradas num processo de globalização que, ao mesmo tempo que as afecta, as torna agentes da sua própria mudança, assumem uma importância crescente que se consubstancia numa entrada no mercado de trabalho e na oferta, quantas vezes competitiva, da sua força de trabalho. Trata-se de um processo com uma dupla trajectória, do topo e da base, em que o topo cria necessidades de emprego que não consegue (ou não quer) preencher. Os imigrantes não qualificados decidem concorrer a esse mercado para o qual são os únicos verdadeiramente competitivos, ou seja, encontramos o outro extremo da resposta ao processo de globalização, a globalização de base (Portes, 1999). Ao deslocalizarem a sua força de trabalho para regiões distantes da sua região de origem, estas comunidades imigrantes, provocam um desequilíbrio nos mercados tradicionais de trabalho das regiões de destino e, pouco a pouco, contribuem para uma etnicização do mesmo o que, visto sob a sua própria perspectiva, contribui para um alargamento do (seu) próprio mercado de trabalho. Por outro lado, integradas num processo de globalização, na sua dupla qualidade de sujeitos e objectos, reagem às modificações provocadas por este processo no mercado de trabalho e, deste modo, são nele integradas

de forma segmentada tal como, de forma geral, os imigrantes masculinos (Piore, 1979) e os trabalhadores autóctones que não possuem capital humano adequado para os mercados de trabalho em que concorrem. Nada disto é, no entanto novo. Ciclos migratórios anteriores para a Europa do Norte e Central ou para os EUA apresentaram exactamente as mesmas características. A diferença dos tempos actuais está em que, em muitos casos, o mercado de trabalho se feminizou, isto é, a resposta do mercado ao processo de globalização foi (traiçoeira) criando trabalhos específicos para as mulheres. Gerando um novo nível de segmentação no seio de mercados locais de trabalho já multisegmentados. Por exemplo, Giovanna Campani (1999), ao estudar a migração de mulheres para Itália, mostra que a integração da mão-de-obra feminina se fez sobretudo no sector terciário e como resposta a uma (nova) procura de profissionais em áreas como os serviços de limpezas, serviços pessoais ou serviços domésticos. Esta integração é feita, no caso dos países do Sul da Europa indiscriminadamente no sector formal ou no sector informal o que pode ser visto, como mostrámos anteriormente, como um prolongamento da própria segmentação dos mercados de trabalho.

A imigração de mulheres para Itália esteve, no início, directamente relacionada com a evolução do sector dos serviços pessoais e domésticos nas principais cidades deste país. Sobretudo nas grandes cidades, este sector angariou a mão-de-obra de que necessitava tradicionalmente de mulheres jovens provenientes do meio rural. Foi assim em Portugal até há bem pouco tempo, foi assim também em outros países do sul da Europa. No entanto, com o passar do tempo, nas principais cidades de Itália a figura clássica da criada, da serva, procedente de um meio rural praticamente desapareceu. A procura laboral para o serviço doméstico interno foi sendo fundamental e progressivamente coberta por estrangeiras ou mulheres (e homens) de origem estrangeira numa progressiva etnicização do sector.

São muitos os autores que se referem a este facto, Emílio Reyneri (1996), por exemplo, numa análise do mercado de trabalho italiano, considera que este não se encontra etnicizado, ao contrário de outros países, dado que neste não existem ainda especializações étnicas, através das quais os imigrantes de um ou de outro grupo se concentrem em actividades particulares[193]. A única excepção a esta regra é o sector do trabalho doméstico com alojamento no empregador (serviço doméstico interno) onde existirá

193. O exemplo que poderia parecer mais óbvio, como os senegaleses (vocacionados para as vendas ambulantes) no norte de Itália (ex. Bergamo ou Brescia) inseriram-se no sector industrial. Os marroquinos, por seu turno, demonstram uma dispersão sectorial muito grande não havendo qualquer tipo de especialização étnica.

uma tendência para uma etnicização marcada por um conjunto restrito de nacionalidades (Filipina, Eritreia, cabo-verdiana, Somália) e, sobretudo, um desaparecimento de mulheres autóctones disponíveis para realizar essas funções[194] Na verdade, embora em muitas sociedades venha existindo progressivamente uma diminuição do uso de empregadas domésticas, longe de se assistir ao desaparecimento do serviço doméstico, o que se observa é um incremento da procura de empregadas domésticas com origens longínquas (Parreñas, 2001) e um abandono destas funções por parte das mulheres autóctones. Foi assim em Itália, é assim em Portugal, particularmente em Lisboa desde há duas ou três décadas. Tarefas socialmente desconsideradas, como lavar o chão, mudar lençóis, tratar ou limpar os doentes ou os idosos acamados, são nos países ocidentais, cada vez mais funções não familiares, isto é, foram externalizadas da esfera familiar, profissionalizando-se. Este facto, num contexto de um processo de globalização, implicou a criação de um novo tipo de empregos para estes trabalhos de reprodução social comprovando o que Saskia Sassen definiu como a ligação estrutural da posição da mulher na economia global (Sassen 1984, 1988).

No contexto da globalização, um segmento privilegiado da sociedade possui as actividades mais lucrativas e aumenta os seus proveitos, empregando-se em trabalhos qualificados e bem remunerados, ao mesmo tempo que aumenta o seu tempo livre ou de lazer (Sassen, 1998). Esta realidade gera uma segmentação social, criando um grupo social marginal, do ponto de vista económico e social, relegado a realizar, de maneira mercantilizada, os serviços tradicionalmente assumidos pela esfera familiar doméstica. Tudo isto acontece graças, sobretudo, à transferência de serviços, tradicionalmente realizados domesticamente para uma parte da população que fica (quase) condenada ao estatuto de criada (Gorz, 1988 citado por Catarino e Oso, 2000). Esta segmentação do mercado laboral não cria apenas um exército de reserva entre a população autóctone mas condiciona uma nova divisão internacional do trabalho[195]. Esta nova divisão social entre dois níveis, servidos e servidores, está, por sua vez segmentada em função da et-

194. O mesmo é também verdadeiro no caso do sector da prostituição onde a etnicização sectorial expulsou as autóctones do "mercado".

195. Saskia Sassen (1995) vai diferenciar o modo de inserção no mercado de trabalho entre o nativo e o imigrante,sugerindo padrões distintos de laços sociais, networks e canais de informações que condicionam a sua posição no mercado de trabalho. Segundo Sassen, aquelas categorias também se diferenciam, mesmo entre migrantes, quanto ao género, se considerarmos que contactos que resultam em obtenção de emprego se podem dar tanto nolocal de trabalho, como na família como noutros espaços (Sassen, 1995: 103). Ou seja, se pensarmos no caso das mulheres migrantes empregadas doméstica internas damo-nos conta da múltipla segmentação laboral a que estão sujeitas e da dificuldade que existem em romper o círculo vicioso a que estão sujeitas.

nia ou da origem geográfica, isto é, os serviços de reprodução social mais marginalizados são reservados a um exército de reserva estrangeiro ou de origem estrangeira também ele segmentado internamente. De facto, podemos ver nesta lógica uma resposta (ou efeito) do processo globalização ao localismo de alguns mercados de trabalho (Sassen, 1988). Ao internacionalizar específicos mercados de trabalho locais, tornando o recrutamento um recrutamento étnico, vai provocar-se necessariamente uma deslocalização do mesmo para as regiões de origem dos imigrantes. Esta deslocalização pode ser conseguida de modo directo, com a abertura de canais migratórios laborais, ou indirectamente por meio das redes sociais dos imigrantes que criam uma cadeia migratória. No caso concreto das migrações laborais é manifesto que estes dois canais podem existir em simultâneo. A emigração de cabo-verdianas para Itália é disso um bom exemplo.

Factores de atracção: a procura de empregadas domésticas

Como é fácil de inferir, foi a procura por parte do mercado de emprego de trabalhadoras para o serviço doméstico que constituiu o principal facilitador da migração laboral de mulheres imigrante e, especificamente, de cabo-verdiana para Itália, principalmente para as cidades de Roma, Nápoles ou Milão. Esta procura de trabalhadoras estrangeiras para realizar tarefas de reprodução social foi admitida e mesmo favorecida pelas autoridades italianas através do recurso a legislação especial que proporcionava uma espécie de quotas para este tipo de trabalhadoras, as Colf. Ao longo de décadas as leis foram mudando mas este foi sempre um sector descriminado positivamente, foi sempre favorecida a imigração de mulheres sós para o desempenho de tarefas relacionadas com o serviço doméstico[196]. Se a procura

196. A realidade da imigração para Itália precedeu o seu enquadramento legal e aproveitou os vazios da Lei. Neste contexto, ao longo das décadas de 70 e 80 umas dezenas de milhar de imigrantes em situação ilegal foram chegando a Itália e integrando o seu mercado de trabalho. Em meados da década de 80 estes imigrantes eram já em número suficiente para que a classe política encarasse a imigração como uma realidade de facto a que urgia colocar limites. A Lei n.º 943 de 30 de Dezembro de 1986 visou encarar o problema da imigração ilegal e, seguindo as prescrições da Organização Internacional do Trabalho, vai garantir direitos iguais a cidadãos e estrangeiros legalmente residentes, autorizar a reunificação familiar, assegurar o direito a segurança social e defender a identidade cultural dos imigrantes. Uma segunda Lei de Estrangeiros (conhecida por Lei Martelli) foi promulgada em 1990 (Decreto-Lei n.º 146 de 30 de Dezembro 1989, posteriormente sujeita a modificações e convertida na Lei 39 de 28 de Fevereiro de 1990) e, adoptando uma política restritiva, vai dificultar a entrada de estrangeiros para trabalharem legalmente em Itália através de um maior controlo de fronteiras, uma regularização mediante a atribuição de autorizações de residência, uma planificação dos fluxos de entrada e, complementarmente, um favorecimento da reunificação familiar para os que já se encontram legalizados. É por esta altura, no âmbito destas duas leis, que a maioria dos processos de reunificação familiar no seio da comunidade cabo-verdiana têm lugar.

de trabalhadoras favorecia a imigração de mulheres a oferta respondeu de forma inesperada, migraram mulheres sós e trouxeram depois as famílias, os amigos, os conterrâneos e a sua presença modificou o próprio mercado de trabalho. Ilustremos estas teorias através do caso das emigrantes cabo-verdianas em Itália.

Quando, nos anos 60, chegaram a Itália as primeiras mulheres imigrantes a Itália era ainda um país de emigração. Nesta primeira vaga imigratória, tratavam-se essencial e genericamente de mulheres sós, que iam para Itália para trabalharem como empregadas domésticas internas junto de famílias italianas. Os dois principais canais de promoção desta migração eram constituídos, primeiro, pelas famílias de ex-colonos que retornavam a Itália e, segundo, através da mediação de alguns grupos religiosos, designadamente grupos católicos. Nos anos 70, quando a Itália se começava a tornar um país de imigração, a imigração de mulheres para exercerem funções no sector dos serviços pessoais e domésticos aumentou. Os maiores grupos de imigrantes eram nesta época constituídos pelas cabo-verdianas, mulheres da América latina e por eritreias, grupos constituídos quase exclusivamente por mulheres de religião católica. Também por esta altura, começa a imigração para Itália de mulheres filipinas graças à intermediação de um novo actor: as agências especializadas. Inicia-se assim um novo tipo de "instituições migratórias" mais formalizadas, através de agências que nem sempre eram reconhecidas oficialmente mas que auxiliavam a imigração de milhares de indivíduos. Nos anos 70 começa igualmente a emergir um novo tipo de canal de migrações, um canal tradicional na história das migrações: a rede migratória. Esta rede é, na maior parte das vezes, uma a rede informal de suporte à imigração feminina mas pode formalizar-se de acordo com as conjunturas onde se desenvolve. O caso das associações de imigrantes que se tornam verdadeiras agências de colocação de mão-de-obra, nos serviços domésticos ou nas limpezas, por exemplo. Deixemos de lado estas redes formais já que não são apanágio das comunidades cabo-verdianas.

A procura como acelerador da cadeia migratória

No seio da rede social de apoio as imigrantes já estabelecidas preparavam e organizavam a emigração e chegada de nova imigrantes, parentes ou amigas, que ocupavam, muitas vezes, os antigos lugares deixados livres pelas imigrantes mais antigas, de acordo com um sistema em que as mais antigas passavam da situação de empregadas domésticas internas fixas, como empregadas domésticas externas fixas, como mulheres-a-dias, ou no que poderíamos chamar de mulheres-à-hora. Nestes últimos casos, podemos

encontrar sobretudo as imigrantes que residem com as suas próprias famílias em Itália, as que estão há mais tempo no país, ou aquelas com menores encargos económicos no país de origem. São múltiplas as ilustrações para estas situações:

> "Há 25 anos que estou aqui. Antes já cá estava a minha mãe. Quando vim fui trabalhar para a casa onde ela já tinha estado. Como ia com uma boa recomendação fiquei nessa casa durante 4 anos" (*in* Entrevista n.º 44).

> "Desde sempre as mulheres trabalharam em casas como domésticas, internas ou externas, ao mês, ao dia ou à hora. [E as raparigas que chegam agora de Cabo Verde?] É a mesma coisa. Trabalham em casa de senhoras, casa privadas, em horário interno fixo, dia e noite" (*in* Entrevista n.º 48).

No que diz respeito ao acesso ao mercado de trabalho, a família, os amigos e os conterrâneos, isto é, a tradicional rede social de apoio cabo-verdiana, constituem necessária e tradicionalmente uma das principais vias de acesso. O que nesta comunidade se adiciona é o papel inicial desempenhado por entidades religiosas no encaminhamento a partir dos locais de origem e no acompanhamento social até uma plena inserção no mercado de trabalho. Este papel pode, por exemplo, alargar-se ao fornecimento de informações, de intermediação ou de referências (de parte a parte) numa verdadeira agenciação (informal) de empregos. No caso das mulheres cabo-verdianas em Itália, há que ter em conta que a maioria trabalha no sector dos serviços pessoais e domésticos, muitas delas como empregadas internas, o que requer um elevado grau de confiança mútua que costuma, tradicionalmente, basear-se no contacto de pessoas conhecidas ou de incontestável segurança. Neste contexto, é mesmo prática habitual, que se procure e/ou recomende a substituição por uma pessoa conhecida, quando se deixa um trabalho por outro melhor. Em qualquer emprego é importante uma garantia, mas, sobretudo, se se trata de trabalhos com alguma continuidade, como no caso das imigrantes cabo-verdianas empregadas domésticas internas. Um exemplo extremo pode ser citado a partir das entrevistas realizadas. A confiança foi duramente conquistada e a partir daí foi a chave de acesso para uma sucessão de recomendações:

> "Por exemplo a minha mãe chegou em 1965 numa altura em que quase não havia estrangeiros em Milão. Quando viam a minha mãe na rua os italianos fugiam, a minha prima, que agora vive na Holanda mas já trabalhou na casa onde eu estou agora, quando chegou disseram-lhe que não a queriam porque tinha as mãos negras. E na

> altura teve que trabalhar com luvas, depois pouco a pouco habituaram-se. Ali já trabalhou a minha prima, esteve a minha tia, estive eu, depois outra prima e ainda outra prima. Todas já trabalhámos nesta casa. Desde 1969 que para esta família só trabalham cabo-verdianas e todas da mesma família" (*in* Entrevista n.º 43).

A identificação da religião, num país tradicionalmente católico, com a honradez actua como um aval para os empregadores. É por isso que o papel da Igreja católica como iniciadora deste fluxo migratório deve ser valorizado, à semelhança, aliás, do trabalho e honradez das pioneiras que permitiram a aquisição de um capital de confiança que ainda hoje é perceptível. A partir desse(s) primeiros contactos, ontem como hoje, desencadeiam-se sucessivas recomendações para outros familiares e amigos, permitindo o estabelecimento de uma cadeia migratória marcadamente laboral. Resultando desta génese migratória, a comunidade cabo-verdiana em Itália apresenta ainda hoje, genericamente, características sociodemográficas particulares, onde se destaca o elevado predomínio feminino e a sua forte inserção laboral no sector dos serviços pessoais e domésticos, em especial como empregadas domésticas internas ou como mulheres-a-dias.

> "Algumas mulheres cabo-verdianas imigraram já com um contrato de trabalho, mas muitas vinham só com uma oferta de trabalho e depois permaneciam ilegais algum tempo... algumas dois ou três anos. Às vezes eram os patrões que preferiam assim... ou então não faziam nada para as legalizar" (*in* Entrevista n.º 44).

No caso das mulheres cabo-verdianas em Itália estaríamos, pelo menos até aos anos 90, perante o que Castles denomina de um sistema de migração contratualizada (Castles, 1995) mas que, neste caso, seria parcial e tendencialmente informal. Se a contratação da mão-de-obra imigrante e a entrada no país é feita mediante a apresentação de um contrato formal de trabalho, rapidamente a mudança de local de trabalho leva a imigrante a ser seduzida pelos lucros de curto prazo que o mercado informal apresenta.

> "Eu quando cheguei fui para casa de uma senhora. Trabalhava dia e noite, não tinha horário, depois quando me adaptei a Itália, mudei de emprego. Comecei a fazer horas, trabalho a horas, de 4 a 8 horas de trabalho" (*in* Entrevista n.º 43).

Esta situação não acontece apenas em Itália, Cristobál Mendoza (1997) mostra como, também no caso de Espanha, onde vigora desde 1993 um sistema de quotas, o número de pedidos de emprego para o sector dos serviços domésticos correspondia a mais de 50% do total de pedidos aceites.

No caso dos cabo-verdianos o problema que se coloca é que, nos últimos anos, não foram considerados para efeitos de estabelecimento das quotas o que impede um incremento da migração o que implicará a médio prazo uma (quase) cessação do fluxo migratório. Um conceito importante e que nos permite uma melhor compreensão desta nova realidade é o de "contextos de recepção" referido por Portes e Rumbaut, (1996). Para estes autores a incorporação dos migrantes depende de um conjunto de factores, nomeadamente de factores que o próprio migrante não controla como as políticas migratórias do país de acolhimento, as condições do mercado de trabalho, ou a constituição de uma comunidade étnica (1996: 86). Quando observamos as características da comunidade cabo-verdiana facilmente nos damos conta das suas dificuldades de afirmação, sobretudo em concorrência com outras comunidades maiores, com outro tipo de capitais já sólidos (capital económico, capital humano, capital cultural). Veja-se uma síntese das características desta comunidade:

> A emigração cabo-verdiana para a Itália foi desde o início uma emigração predominantemente feminina (...) A situação da comunidade cabo-verdiana no mercado de trabalho é típica da maioria das comunidades imigrantes em Itália, estando eles concentrados em somente alguns ramos de serviço. Os problemas encontrados pela comunidade cabo-verdiana são por uma grande parte derivados do facto dos direitos dos imigrantes em Itália serem bastante limitados. Os imigrantes cabo-verdianos estão fortemente representados na categoria de empregadas domésticas e há um grande número de desempregados. As possibilidades de ascensão através do sistema de ensino para a segunda geração são escassas e o problema do abandono e insucesso escolar é bem visível[197]. O sistema de ensino não é minimamente adaptado aos problemas das comunidades imigrantes e a informação destas comunidades no âmbito da educação e das possibilidades no mercado de trabalho deixa muito a desejar. (...) É de salientar a falta de ambição e a passividade da comunidade cabo-verdiana em Itália. Isso não só tem a ver com a nossa cultura e

197. De facto, na segunda geração encontramos duas situações diferentes. As cabo-verdianas de segunda geração que estudaram e adquiriram um capital humano local conseguiram sair da sectorização étnica laboral a que as suas mães estavam, sujeitas ou, a segunda geração que não adquire um capital humano adequado e permanece presa à realidade tradicional. Este extracto de entrevista é elucidativo. "Para a nova geração que estudou mudou muito. Mas para as pessoas como eu que não estudaram não mudou nada, não arranjo outro trabalho do que trabalhar em casa das senhoras. Agora as cabo-verdianas que já nasceram aqui essas já não trabalham para as senhoras essas, muitas trabalham como secretárias, como relações públicas. Mas uma pessoa como eu que veio de Cabo Verde já com 16 anos e que não estudei não vale a pena procurar outros trabalhos porque não vou encontrar" (in Entrevista n.º 44).

> a nossa forma de ser, mas também tem a ver com o tipo de trabalho desempenhado pelas cabo-verdianas, isto é, trabalho doméstico em casa de patroas, o que não lhes proporciona oportunidades para se dedicarem a outras actividades, para se reunirem e renvidicarem os seus direitos (VVAA, 1998: 13-14).

Ao não conseguirem afirmar e negociar politicamente a sua histórica imigração em Itália face a outros grupos recém chegados, como as filipinas ou as sul-americanas, a comunidade cabo-verdiana em Itália mais do que se tornar vítima da sua invisibilidade social corre o risco de extinção a longo prazo. A concorrência no mercado de trabalho é o primeiro desses alertas. Atente-se nos implícitos das palavras de uma das nossas entrevistadas:

> "Sim agora há alguns problemas. Eu ganho 7 euros e 75 à hora e na mesma hora há uma filipina que ganha 5 euros. E isto é um problema, claro. Mas, há algumas patroas que sabem que as filipinas trabalham mal, e não vai contratar uma filipina porque custa menos. Vai contratar uma cabo-verdiana porque confia mais nesta. Paga sete euros mas o trabalho fica feito como deve ser. Por exemplo, a minha senhora uma vez propuseram-lhe uma filipina e ela disse eu uma filipina não quero, porque as minhas amigas que têm filipinas dizem que estas trabalham mal. E como ela sempre teve cabo-verdianas e está contente..." (*in* Entrevista n.º 44).

Sabendo como são fortes os laços sociais (familiares ou outros) entre os cabo-verdianos é necessário dedicar alguma atenção à análise da sua sustentação na comunidade imigrante em Itália. São estes laços sociais que se transformam em rede migratória e, através de modernas (formais ou informais) «cartas de chamada» atraem novos migrantes.

> "Vim de S. Nicolau. [também com visto de turista?] Não. Com visto de família, a minha mãe já estava aqui. E agora trabalho para o mesmo patrão" (*in* Entrevista n.º 47).

O facto de não existir um visível reequilíbrio ente os dois sexos, resultante de uma gradual reunificação familiar, num fluxo migratório que tem, pelo menos, 40 anos, demonstra a importância da segmentação e feminização desta migração. Com uma sobre-especialização funcional enquanto empregadas domésticas (internas ou externas) esta inserção laboral é condicionante, quando não é impeditiva, de uma reunificação familiar, sendo raras as situações em que é o homem cabo-verdiano que se junta à mulher em Itália (Andall, 1998: 137) e raras as possibilidades de trazer a totalidade da família de Cabo Verde. César Monteiro (1997), refere o exemplo de alguns

casos de homens que migraram nos anos 70 e 80 da Holanda para Itália no seio de um reagrupamento familiar mas trata-se, sem dúvida, de casos isolados. Ainda assim, as possibilidades de inserção no sector dos serviços pessoais e domésticos como uma das únicas possibilidades de acesso ao mercado de trabalho foram também elas aproveitadas por cabo-verdianos homens alguns dos quais, numa especialização profissional excepcional se tornaram empregados domésticos. Podemos inferir esta realidade das entrevistas realizadas:

> "[E os homens?] Trabalham para as famílias. Como domésticos. Fazem a mesma coisa que fazem as mulheres, lavar, aspirar, cozinhar, passar a ferro. Igual ao que eu faço" (*in* Entrevista n.º 43).

> "Em Itália os homens cabo-verdianos só há pouco tempo é que estão bem, em termos laborais. Digamos que a Itália se abriu muito aos estrangeiros porque nas fábricas antes os estrangeiros não podiam trabalhar e a maioria dos empregos que havia eram para o trabalho doméstico. Depois, desde há cerca de 15 anos para cá tudo mudou. Eu desde há quinze anos que trabalho na construção. Agora já há muitas possibilidades para os estrangeiros trabalharem nas obras, antes era no serviço doméstico" (*in* Entrevista n.º 46).

Esta sobre-especialização funcional e os contextos em que decorrem condicionam, por outro lado, a constituição da família já em território italiano, as mulheres condicionam ou adiam a maternidade para que isso não perturbe a sua actividade laboral. Embora as mulheres cabo-verdianas beneficiem de uma posição mais favorável no mercado de trabalho, a sua mobilidade laboral ou profissional é fortemente limitada pela sua residência em cada dos patrões, com as vantagens e desvantagens que esse facto comporta (Monteiro, 1997:320). Este facto impede, por exemplo, a constituição de famílias numerosas entre as empregadas domésticas internas e, designadamente, entre os cabo-verdianos em Itália (Got, 1990: 50; Pimentel, 2002). Veja-se um exemplo:

> "Eu vim para cá era um miúdo, tinha 8 anos e vim juntar-me à minha mãe. Agora tenho 41 por isso estou cá há mais de 30 anos. A minha mãe já estava aqui em Milão há 5 ou 6 anos. Quando saiu de casa do patrão onde estava como empregada interna e arranjou uma casa mandou-nos vir a mim e a um irmão. Na época eu ainda vim para a escola" (*in* Entrevista n.º 46).

O caso de Milão é, mais do que qualquer outro, um exemplo extremo de dualidade entre os dois sexos. O facto de existir uma sobre-especialização

laboral no serviço doméstico numa cidade global onde o custo de vida é superior ao de outras cidades italianas (ainda que os salários sejam também mais elevados) não permite um reequilíbrio dos dois sexos. Em consequência, ocorreu enquanto foi possível uma elevada circulação migratória e, quando esta deixou de ser possível, uma transnacionalização das famílias. Como explicita Parreñas (2001):

> a concentração em cidades globais promove a formação de famílias transnacionais e por conseguinte resulta no deslocalização da dor de separação familiar. Como os baixos salários de trabalho doméstico não permitem cobrir os elevados custos de criar uma família nos centros geográficos de capitalismo global, a solução é partilhar a família entre vários espaços geográficos (Parreñas, 2001: 27).

Os cabo-verdianos aprenderam e integraram desde muito cedo esta lógica. Em resultado temos verdadeiras famílias transnacionais tal como ficou demonstrado a partir da análise do nódulo português ou holandês da rede migratória global.

1.4.2. Mercados locais de emprego: uma segmentação laboral local

Dadas as restrições actualmente sentidas pelos imigrantes no mercado de trabalho em Itália, a grande maioria dos imigrantes cabo-verdianos dedica-se a actividades laborais de diverso tipo, indiferentemente no mercado formal ou informal, nomeadamente, por ordem decrescente de importância, empregados/as domésticos/as internas ou externos/as; serviços de limpeza em escritórios ou casas de família; cuidado de idosos e, eventualmente, de crianças; trabalho em restaurantes, na limpeza ou como ajudantes de cozinha; e na construção civil, como serventes de pedreiro ou pedreiros; ou em trabalhos sazonais, como a colheita de fruta. De um modo geral, a remuneração auferida é baixa, comparativamente com os autóctones, e o facto de poderem residir no local do emprego é visto como uma vantagem adicional, considerado o elevado preço da habitação, sobretudo nas metrópoles estudadas. Por outro lado, neste momento, em cidades como Milão, existe uma grande concorrência para o preenchimento destes postos laborais e, no caso dos imigrantes cabo-verdianos, as imigrantes filipinas ou sul americanas competem directamente nos postos ligados ao trabalho doméstico. Ora, como o capital humano que trazem para Itália é baixo, designadamente ao nível das qualificações em que existe um predomínio do ensino primário ou do secundário, este défice de capital humano, condiciona a sua inserção laboral no seio de empregos pouco ou nada qualificados. É o caso dos serviços domésticos, das limpezas ou de outras profissões co-relacionadas.

> "Tem gente nas fábricas de automóveis, nos supermercados, nas lojas, como porteiros, nas limpezas, na polícia, carabineiros, como motoristas de autocarros, fazem um pouco de tudo" (*in* Entrevista n.º 46).

Uma maioria de entre os cabo-verdianos em Itália possui contratos a termo (a termo certo ou indeterminado), com uma situação contratual precária. Algumas mulheres migrantes trabalham sem contrato ou apenas com contratos verbais. Os contratos permanentes são quase inexistentes. A maioria das cabo-verdianas imigrantes em Itália é assalariada, sendo que o número de trabalhadoras independentes é pouco significativo. As mulheres trabalhando por conta própria sobretudo como mulheres-a-dias ou à hora são também de considerar ainda que de difícil contabilização. A informalização que impera no mercado de trabalho italiano foi já estudada e avaliada (Reyneri, 1996, 1998). Os cabo-verdianos, como a maioria dos imigrantes estão ainda sujeitos a uma maior informalidade na sua inserção laboral comparativamente com os autóctones. Tanto no sector dos serviços pessoais e domésticos como no sector das limpezas, como em outros sectores, designadamente na construção civil e obras públicas, a informalidade é aceite socialmente. Tal como demonstrado por Cowell (1990) ou Carpio (1999) os diversos níveis da economia subterrânea sobrepõem-se, beneficiando vários dos actores envolvidos, pelo menos no curto prazo, numa verdadeira relação de cumplicidade. Os relatos de alguns entrevistados são elucidativos:

> "Em Itália há muito trabalho negro. Digamos que mesmo que venha sem documentos, e nós cabo-verdianos nunca deixamos um patrício na estrada, trabalho encontra sempre. O problema é: os documentos. Mas trabalho encontra sempre, em todos os sectores" (*in* Entrevista n.º 46).

> "Eu como a maioria vim de Cabo Verde como turista. Vim porque a minha mãe já estava aqui e vim de visita (mas já vinha para ficar). Depois passado algum tempo fui tratar dos documentos para ficar legal e fiquei aqui" (*in* Entrevista n.º 44).

> "Agora chamar alguém de Cabo Verde é muito difícil. Mesmo como turistas é muito difícil. Já não dão vistos para vir a Itália facilmente. Digamos que em Itália já sabem que se tu tens uma idade jovem e pedes para vir visitar alguém então é porque vais ficar aqui a trabalhar. E por isso é cada vez mais difícil conseguir um visto de turista" (*in* Entrevista n.º 43).

> "Olha, eu conheço muitos que estão aqui há quatro ou cinco anos e ainda não têm documentos. Agora que está a haver uma legalização alguns conseguirão os papéis mas só os conseguem se tiverem um trabalho e não é fácil encontrar um trabalho com contrato que dê para te legalizares" (*in* Entrevista n.º 43).

> "Mesmo em casa das senhoras há muitas que não têm documentos, é a mesma coisa. Agora que há a legalização a senhora passa-lhe um papel a dizer que está a trabalhar para poder ter documentos. [E ganham menos por ser ilegais?] Não. Não. Em casa das senhoras ganham a mesma coisa. Mesmo que se legalizem as senhoras não lhes vão pagar mais" (*in* Entrevista n.º 43).

Esta inserção no lado informal da economia acaba por facilitar a importância e o funcionamento das redes sociais de apoio. Dado que a maioria dos cabo-verdianos imigrados, em Itália como em outros países, não possui um grande volume de capital social (Bourdieu, 1977, 1979, 1997) exterior ao grupo étnico[198], devido sobretudo ao tipo de profissões que desempenham, e como o volume de capital económico é também ele, escasso a inserção no mercado informal é o processo mais expedito de arranjar trabalho a um patrício recém chegado. É, nestes casos que a recomendação é principal mecanismo desbloqueador. No fundo, trata-se de uma utilização pragmática do capital social que possuem. Alguns exemplos:

> "Bem eu como todas comecei com uma recomendação, porque aqui se não tens quem te recomende não consegues trabalhar. Digamos que os italianos são muito desconfiados. Eu, por exemplo, se a minha senhora tem necessidade de uma pessoa eu falo-lhe e digo-lhe: conheço uma rapariga que é trabalhadora e é muito honesta (porque numa casa de gente rica há sempre coisas muito valiosas) e aí se ela é recomendada por mim então vão dar-lhe o emprego sem problemas. Mas se ela for lá bater à porta não vai conseguir nada" (*in* Entrevista n.º 43).

> "Eu vim há dois anos. Comecei a trabalhar em obras públicas, com outro crioulo. Ele tem uma empresa de construção civil. Eu sou de São Vicente, vim com visto de turista. [Porquê para Milão?] Porque

198. O fechamento da comunidade cabo-verdiana sobre si própria é uma realidade pouco estudada mas internamente assumida (Monteiro, 1997: 367). A expressão "nos ku nos" tanto pode ser usada positivamente como factor de diferenciação face ao "outro" como pode, e na verdade assim é, ser vista como um fechamento social factor que constrange a formação ou aquisição de um capital social exterior ao grupo étnico.

> eu tinha a minha namorada aqui e ela já me tinha arranjado um trabalho, já tinha falado com o meu patrão e ele já tinha prometido um emprego" (*in* Entrevista n.º 49).

A nosso ver, a exemplo do que pudemos demonstrar para o caso de Lisboa para os homens cabo-verdianos e, parcialmente também para as mulheres, o processo de segmentação do mercado de trabalho em função da etnia, o que denominámos a sectorização da etnicidade cabo-verdiana, tem como origem a progressiva etnicização dos sectores de serviços mais desvalorizados socialmente. Como procurámos mostrar num capítulo anterior, em Portugal o processo de etnicização do mercado de trabalho ocorreu fundamentalmente no sector da construção civil e obras públicas e, neste sentido, entre a população masculina. No caso de Itália uma tendência semelhante tem origem na própria génese deste fluxo migratório, isto é, nos anos 60. A sectorização da etnicidade cabo-verdiana faz-se aqui em torno do género dominante (a mulher) e do sector dominante (os serviços pessoais e domésticos)[199]. No entanto, quando, como no exemplo de Lisboa, surgem oportunidades de criar estruturas intermediárias através da emergência de novos actores. Por exemplo quando surgem cabo-verdianos como subempreiteiros na construção civil em Itália, designadamente em Milão, então as mesmas lógicas detectadas para o caso português surgem aqui reproduzidas. Dois exemplos de entrevistas realizadas a dois sub-empreiteiros cabo-verdianos em Itália.

> "Na construção aqui em Milão ainda somos poucos cabo-verdianos. Eu e a minha equipa somos 14 cabo-verdianos. Somos empreiteiros e trabalhamos para as grandes empresas e para privados. Depois há uma outra equipa numa grande empresa também de cabo-verdianos. Depois a conduzir máquinas ou no transporte há também uns 5 ou 6 crioulos" (*in* Entrevista nº 45).

> "Um é amigo do meu amigo, o outro conhece alguém. Depois, sabem que eu lhes posso arranjar trabalho aqui e telefonam-me. Depois há um conjunto de gente que já estava aqui e quer mudar de trabalho, e uns 3 ou 4 vieram directamente de Cabo Verde. Eram conhecidos de familiares. As mulheres ou as mães que já estão aqui a trabalhar em Milão vieram falar comigo e

199. Passadas cerca de três décadas de experiência imigratória, a Itália vê-se hoje diante de uma imigração muito mais orientada pela oferta do que pela procura, isto é, os fluxos migratórios actuais já não respondem à procura decorrente do mercado de trabalho, mas visam assegurar o funcionamento dos sectores do mercado onde há falta de mão-de-obra para tarefas e qualificações específicas (BONIFAZI, 1995: 174).

> perguntar-me se eu tinha necessidade de alguém e eu disse-lhes que sim e eles vieram" (*in* Entrevista n.º 46).

Estas novas funções de intermediação são um dos poucos exemplos em Itália de um novo tipo de actores potenciadores de transnacionalismo. São estes actores que permitirão transformar o (potencial) transnacionalismo cabo-verdiano em transnacionalismo real. A posse de recursos estratégicos, como o capital social e o capital económico, em situações de dinamizar os mercados locais de trabalho onde se encontram confere-lhes esse poder. Estes actores são angariadores de mão-de-obra em mercados longínquos ou verdadeiros agentes transnacionais de mão-de-obra. A importância deste actor na atracção de conterrâneos imigrantes para o mercado de trabalho italiano, tal como no caso português, é algo que não foi avaliado até hoje. O facto de, no mercado local de trabalho Milanês, como já o era no mercado local de trabalho de Lisboa, a entrada no mercado de trabalho ocorrer, no caso dos homens, maioritariamente por esta via, permite-nos imaginar que o seu papel é mais importante do que o de mero assemblador de mão-de-obra para empresas maiores.

Este tipo de actores não existem, no entanto, em abundância entre a comunidade cabo-verdiana em Itália e, quanto a nós, são um dos motivos para a sua baixa transnacionalidade. Existem mais no seio de outras comunidades e por isso a intensidade do seu transnacionalismo pode ser melhor potenciada. Uma das nossas entrevistadas cabo-verdianas em Itália referi-se a esta realidade afirmando que a comunidade filipina, por exemplo, se tinha conseguido afirmar através de empresas, associações, cooperativas e, pouco a pouco, tinha ganho espaço em relação à comunidade cabo-verdiana. Agora, no caso filipino, já não era a sua etnicidade que estava sectorizada mas os sectores onde se laboravam que estavam dominados pela sua comunidade étnica. O exemplo das empresas de administração de condomínios (com a vantagem de usufruírem das casas das porteiras) era um desses sectores.

O caso italiano é aliás ilustrativo do potencial de transnacionalismo que existe na comunidade cabo-verdiana mas que não é usufruído na sua totalidade. De uma comunidade que se ia reconstruindo em virtude de uma circulação migratória elevada, sobretudo entre a Itália e a Holanda, passou-se a uma comunidade que, apesar da livre circulação na União Europeia, se mantém hoje mais estática. Analisemos os principais aspectos desta circulação migratória ou dos indícios de transnacionalismo aqui presentes.

1.5. Itália como núcleo da circulação migratória cabo-verdiana

A Itália não é um dos principais nódulos da rede migratória cabo-verdiana na Europa. Nunca foi. No entanto, apesar de ser um nódulo secundário, ou melhor, de possuir um conjunto de nódulos secundários (cidades), em virtude da especificidade da sua migração de género, uma ligação muito forte aos dois nódulos principais: Lisboa e Roterdão. Dos anos 60 aos anos 80 a circulação migratória a partir de Itália foi muito elevada por múltiplas razões. Na fase inicial do ciclo migratório para Itália verificou-se uma constante renovação da comunidade, com um grande número de retornos a Cabo Verde e com uma re-emigração, para outros países, sobretudo europeus, motivada, sobretudo, por constantes reagrupamentos familiares. Como afirma Monteiro:

> as raparigas chegavam a Itália muito jovens, situando-se a idade da primeira entrada, em média, entre os 16 e os 20 anos, mas não permaneciam por um lapso de tempo superior a quatro ou cinco anos, o máximo seis, à excepção de alguns casos raros. Passados alguns anos, algumas contraíam matrimónio, muitas vezes com cabo-verdianos também emigrados noutros países europeus e, retornavam a Cabo Verde, enquanto o homem, tendencialmente, mantinha a condição de emigrante. O fluxo renovava-se continuamente e caracterizava-se quase exclusivamente por mulheres em idade jovem (Monteiro, 1997: 344).

Na década de 70 e 80[200], fase de reagrupamento familiar no seio da comunidade cabo-verdiana na Europa, a circulação migratória é igualmente importante. São os homens que vêm da Holanda, de França ou da Suíça procurar noivas, ou visitar namoradas a Itália. São estas que fazem o percurso inverso. São os filhos que se juntam às mães em Itália,

> "Nos anos bons da emigração para a Europa. Paralelamente a emigração fluía para a Holanda e muitos dos jovens que iam para a Holanda iam passar férias a Itália e é daí que os primeiros homens se fixam em Itália, porque arranjavam namoradas ou companheiras e acabavam por fixar-se. E com um movimento também ao contrário, de mulheres que vão para a Itália para a Suíça, etc." (*in* Entrevista n.º 41).

200. No final dos anos 80 começaram a chegar a Itália, via reagrupamento familiar, mulheres muçulmanas ou de países árabes (Egípcias, Tunisinas, Marroquinas) todas elas tinham como sector principal de inserção os serviços pessoais e domésticos. Nos anos 90 imigraram para Itália um novo e amplo conjunto de mulheres. Desde albanesas, polacas, ou de outros países da Europa de leste, do sub-continente indiano, da Somália, da América latina, etc.. Os grupos de imigrantes dos países pioneiros continuaram a aumentar mas a ritmos diferentes.

César Monteiro entrevistou vários destes cabo-verdianos que vieram para Itália desde a Holanda:

> Cheguei pela primeira vez a Itália em Agosto de 1972, proveniente da Holanda e permaneci neste país durante seis meses, tendo trabalhado como jardineiro e sapateiro, na clandestinidade. Em Abril de 1973, regresso definitivamente a Itália onde resido até agora, para me juntar à mulher (Monteiro, 1997: 34).

> Cheguei a Roma em Julho de 1980, via Grécia, proveniente da Holanda para onde havia emigrado em 1974. Vim para Itália e cá fiquei por me ter acabado o dinheiro. Trabalhei como servente (Monteiro, 1997: 34).

Por seu turno Jacqueline Andall (2000) entrevistou algumas mulheres cabo-verdianas que re-emigraram para a Holanda a partir de Itália nas décadas de 70 e 80, num processo de duplo sentido: homens que vinham da Holanda para Itália e mulheres que iam de Itália para a Holanda (Andall, 2000: 300). César Monteiro refere ainda outros casos de re-emigração para Itália, a partir de países como Portugal ou Espanha, no início dos anos 90 atraídos designadamente pelas campanhas de regularização que decorreram nesse país (Monteiro, 1997: 350). Actualmente esta circulação migratória diminuiu de intensidade. O reagrupamento familiar quase cessou e a re-emigração por motivos laborais é diminuta em todos os sentidos: Holanda-Itália, Itália-Holanda, terceiros países-Itália, Itália para países terceiros. Nas nossas entrevistas alguns cabo-verdianos referiram uma re-emigração de curta distância entre o norte de Itália e a Suíça como a única excepção a esta regra. Um grupo de algumas centenas de cabo-verdianos teria re-emigrado para a Suíça atraído por melhores condições salariais. Trata-se contudo de um número restrito de indivíduos. A maioria prefere, nesta fase, permanecer em Itália.

> "[vêm de outras cidades da Europa?] Não. É sempre ao contrário. Ninguém vem de outras cidades da Europa para aqui, mas é daqui que se vai. Para a Holanda sobretudo. Ao passo que Roma, nos primeiros anos dos anos 80 viu uma certa migração dentro da Europa, Portugal-Itália, mas depois parou. É muito mais fácil talvez ter acesso à Holanda do que as pessoas terem acesso à Itália espontaneamente. Agora alguns crioulos têm ido para a Suíça. Mas é para uma cidade aqui perto. Lá ganha-se mais e alguns conseguiram ir. Mas vão legalmente. Porque as fronteiras foram fechadas e o cabo-verdiano dificilmente arromba clandestinamente essas fronteiras legais" (*in* Entrevista n.º 42).

> "Não aqui estou bem e prefiro ficar aqui. Não que não gostasse de ir à Holanda, mas nas férias. Agora para trabalhar estou bem aqui em Milão" (*in* Entrevista n.º 49).

Também, a circulação migratória laboral entre Portugal e Itália não é muito elevada. Não que não possa ocorrer mas trata-se, quase sempre, de casos isolados. Nos nossos contactos surgem alguns exemplos interessantes de migrantes que utilizaram contemporaneamente Lisboa como plataforma para a re-emigração num exemplo de circulação migratória para Milão. O caso de um cabo-verdiano natural de S. Tomé e Príncipe que emigra para Milão após passar uma temporada em Lisboa ou o caso de um cabo-verdiano, natural da Guiné-Bissau que emigra para Milão após uma temporada também em Lisboa. Ambos trabalharam na construção civil em Lisboa e aproveitaram essa experiência laboral para acederem ao mercado local de trabalho de Milão. Ambos mudaram de um sub-empreiteiro cabo-verdiano de Lisboa para um sub-empreiteiro cabo-verdiano em Milão, num exemplo de aproveitamento da sua rede co-étnica.

> de Portugal para Itália] "A existir são casos esporádicos. É uma imigração temporária. São pessoas com família, já casadas, com filhos a cargo, que por uma razão qualquer emigraram para aqui" (*in* Entrevista n.º 42).

Os cabo-verdianos imigrados em Itália mantêm um elevado nível de contactos com Cabo Verde. O envio de remessas financeiras, as visitas regulares nas férias, as cartas, telefonemas, os chats na Internet[201], o investimento no país de origem, tudo são elementos que permitem caracterizar uma comunidade com fortes ligações a Cabo Verde. Por outro lado, a circulação migratória temporária no interior da Europa é muito forte. Nas férias, nas festas, são milhares os cabo-verdianos que circulam no seio das suas famílias ou amigos transnacionais. Não é difícil encontrar cabo-verdianos de Roma em Lisboa, em Paris ou em Roterdão. Não é de todo improvável encontrar cabo-verdianos de Lisboa de visita em Milão. Este transnacionalismo, por ser apenas temporário, deve ser encarado também ele como de baixa intensidade. Um único exemplo foi por nós detectado em Milão como transnacionalismo real. O caso de uma cabo-verdiana, empregada doméstica em Itália, que planeava abrir um restaurante de comida italiana na ilha do Sal e partilhar a sua vida entre Cabo Verde e Itália (6 meses em cada país). Um outro exemplo de transnacionalismo pode ser encontrado nas tendências

201. São vários os sites italianos dedicados a Cabo Verde, nomeadamente o www.caboverde.com que permite uma integração e contextualização das actividades culturais, políticas e sociais que ocorrem no seio da comunidade.

de retorno ao país de origem. O número de retornos aumentou significativamente nos últimos anos, apesar de existir uma geração de emigrantes, designadamente a geração das pioneiras, que já atingiu a idade de reforma. Este facto não tem nada de novo nem é original. O mito de um retorno rápido após a emigração vai dando pouco a pouco lugar a uma visão mais realista e prolongando o projecto migratório. Atingida a reforma, ou são os filhos que já têm projectos autónomos e condicionam a ficar ou então, são as referências do passado que não esperaram pelo emigrante retornado em Cabo Verde e causam inadaptação. Ao longo das entrevistas realizadas muitos foram os exemplos de mulheres que decidiram regressar a Cabo Verde com a reforma e depois não se adaptaram e retornaram a Itália. Também César Monteiro refere alguns exemplos:

> Essas pensionistas, depois de tantos anos radicadas no exterior, não conseguem acompanhar a evolução da sociedade cabo-verdiana e, por isso, perdem o comboio. As pessoas não criam condições sócio-culturais para o retorno, há uma deformação de mentalidades que obstaculiza essa reintegração definitiva na sua pátria. (...) Durante um longo processo de socialização secundária por que passa, a colf adquire conhecimentos e uma visão diferente das coisas no ambiente de trabalho em que se insere. Daí essa dificuldade de readaptação a Cabo Verde, essa vontade de regressar a Itália (1997: 422).

No entanto, entre a geração dos que agora emigram de Cabo Verde para Itália o mito do retorno está ainda bem presente e surge nas respostas com uma força que não deixa dúvidas. Cabo Verde é *"nha terra terra nha crecheu"*, o projecto migratório é um projecto de curto prazo e o objectivo é o de regressar. Por isso a vida entre dois países, um transnacionalismo é obrigatório, poque não se podem perder as referências.

> [E o que pensa fazer no futuro? Voltar a Cabo Verde?] Aquilo é certo. Parece-me que para todos os cabo-verdianos. Um dia retornar. Voltar. Os que estão a chegar agora é sempre com a vontade de retornar. A vida agora em Cabo Verde é diferente" (*in* Entrevista n.º 49).

Este transnacionalismo adiado leva a que as referências sejam necessariamente mistas entre o país de origem e o país de acolhimento, uma vez que se projecta voltar é necessário manter o contacto com a realidade da nha terra. A diferença em relação ao passado é que este retorno será periódico (de dois em dois ou de três anos) enquanto durar o projecto migratório e (poderá) ser definitivo quando este terminar.

O nódulo milanês da rede migratória cabo-verdiana na Europa é, à sua escala, um exemplo ilustrativo da totalidade da imigração cabo-verdiana para Itália: a maioria de mulheres, a concentração num mesmo sector, o relativo fechamento em relação à comunidade italiana. Por outro lado, Milão é um nódulo emergente no interior da sub-rede migratória em Itália, atraindo uma re-emigração de outras cidades. Milão vem, ao longo dos últimos anos tornando-se a referência a Norte para os cabo-verdianos que estão a Sul. Os melhores salários e o quase pleno emprego aqui auferidos são as principais razões para esta atracção. Por outro lado, a partir daqui emergem também alguns exemplos de transnacionalismo. Foram por nós escutados relatos de alguns cabo-verdianos que migram daqui temporariamente para cidades suíças próximas, de cabo-verdianos que aqui afluem com outras origens, de cabo-verdianos que daqui partem para investir as suas economias noutros países, designadamente em Cabo Verde. No entanto, estes são exemplos quase sempre singulares e demonstram, pensamos, que também os cabo-verdianos de Milão apresentam todos os critérios para os podermos considerar transnacionais mas apenas em potencial. Mais uma vez a inserção laboral em segmentos de base do mercado laboral condicionam o seu potencial de circulação migratória, as possibilidades de atrair novos imigrantes para o seio da sua comunidade, a sua própria inserção na cidade de Milão. As rendas de casa altas, a escassez de habitação social e a sua inserção laboral, constituem o obstáculo maior para o crescimento da comunidade. A falta de organização associativa e ou política implica que, também aqui, esta seja uma comunidade silenciosa mas que, ao invés do que acontece em outras cidades, os cabo-verdianos aqui estejam ao serviço (directo) dos próprios agentes da globalização.

TERRA-LONGE [202]

Aqui, perdido, distante
das realidades que apenas sonhei,
cansado pela febre do mais-além,
suponho
minha mãe a embalar-me,
eu, pequenino, zangado pelo sonho que não vinha.

"Ai, não montes tal cavalinho,
tal cavalinho vai terra-longe,
terra-longe tem gente-gentio,
gente-gentio come gente"

A doce toada
meu sono caía de manso
da boca de minha mãe:

"Cala, cala, meu menino,
terra-longe tem gente gentio
gente-gentio come gente".

Depois vieram os anos,
e, com eles, tantas saudades!...
Hoje, lá no fundo, gritam: vai!
Mas a voz da minha mãe,
a gemer de mansinho
cantigas da minha infância,
aconselha ao filho amado:

"Terra-longe tem gente-gentio,
gente-gentio come gente".
Terra-longe! terra-longe!...
-Oh mãe que me embalaste
-Oh meu querer bipartido!

202. PEDRO CORSINO AZEVEDO in Claridade,1947).

CONCLUSÃO: o fim da Terra Longe?

A emigração, surgida como uma estratégia marcadamente económica no seio da sociedade cabo-verdiana de oitocentos, de novecentos e do século XX é, pensamos, parte da essência da identidade cabo-verdiana, ou se preferirem, da caboverdianidade. Pensar em Cabo Verde e não lhe associar a emigração é como imaginar o mar sem sal. No entanto, aquela que foi outrora uma estratégia de sobrevivência tornou-se actualmente uma estratégia de multi dependência(s), ou seja, provocou no país uma dependência cada vez maior das remessas (não necessariamente apenas financeiras), nos seus emigrantes uma dependência mitológica ou identitária e, como consequência, a consolidação de uma transnacionalidade (quase) perpétua[203]. A dispersão geográfica, global e simultânea, de múltiplos membros da família mais próxima (avós, pais, irmãos, filhos, tios ou primos), de vizinhos, amigos ou conterrâneos, implica que (ainda) mais do que falar de uma comunidade imaginada (Anderson, 1992) possamos falar de Cabo Verde como uma verdadeiramente nação imaginada para não dizermos uma nação imaginária que se movimenta no seio de um mundo imaginado e particular: *o mundo cabo-verdiano.*

Espaço social transnacional: *o mundo cabo-verdiano*

Este movimento contínuo e continuado de indivíduos pertencentes a uma mesma comunidade, étnica ou não, permite actualmente desterritorializar o conceito de nação, sugerindo o aparecimento de uma nação transnacional desterritorializada (Basch *et al.*, 1994) que se movimenta no seio de um (novo e emergente) espaço social transnacional (Pries, 1999, 2001). No nosso caso, este seria um espaço social cabo-verdiano transnacionalizado, que defendemos poder ser conceptualizado como *o mundo cabo-verdiano*, um espaço social necessária e marcadamente conceptual. Um espaço sem fronteiras políticas mas geográfica e socialmente circunscrito, isto é, dele não faz parte o mundo todo nem é um mundo global. A emergência deste espaço social transnacional, espaço geograficamente descontínuo, no seio do qual se movimentam indivíduos com uma mesma identidade co-étnica, migrantes e seus descendentes, neste caso os migrantes os cabo-verdianos resulta, pensamos, de uma das possibilidades enunciadas por Pries quando

203. Como se afirma num documento do IAPE, "A Nação Cabo-verdiana encontra-se espalhada pelo mundo. Esta estrutura geográfica nos leva a afirmar que Cabo Verde é "um arquipélago mundial" e Nação Multipolar, desempenhando, a emigração, um papel fundamental nos problemas da identidade" (IAPE, 1997).

afirma "a emergência de espaços sociais transnacionais como realidades sociais que são impulsionadas pelas migrações internacionais" (2001: 3).

No caso das migrações cabo-verdianas, um olhar sobre a sua história recente demonstra que a constituição deste espaço social transnacional, no qual decorrem interacções designadamente interacções sociais, económicas, culturais ou políticas, é o resultado da história migratória, de um acumular de capitais, individuais e colectivos, de que o capital social (estruturado em rede) será um dos constituintes principais. Este espaço social transnacional não respeita as fronteiras políticas ou geográficas do Estado nação tradicional, ao invés, responde aos crescentes constrangimentos criados às migrações por estes Estados, com estratégias ardilosas que permitem (por vezes) potenciar as vantagens competitivas da pertença a uma mesma comunidade co-étnica.

Este espaço, que configura uma espécie de rede de redes sociais, foi sendo criado e mantido através das diferentes formas e tipos que assumiram as migrações cabo-verdianas ao longo dos séculos XIX e XX e constituíram a base para o que conceptualizámos ser uma contemporânea *diaspora de trabalho* e o suporte para uma *comunidade transnacional de baixa intensidade* ou uma *comunidade transnacional (ainda) em potencial*.

Para Malheiros as práticas das *comunidades transnacionais* radicam na consolidação progressiva de uma cultura migratória (2001: 11). Ora, como ficou demonstrado no primeiro capítulo, a cultura migratória cabo-verdiana foi sendo constituída e difundida ao longo dos dois últimos séculos. Por seu turno, o saber circular, resulta de um conjunto de condições surgidas após a II guerra mundial, incluindo-se nessas condições, nomeadamente, a facilidade de circulação no interior da CEE/CE/UE e o processo de globalização que facilitou essa circulação. A *diáspora de trabalho* cabo-verdiana vem, neste sentido, ensaiando a construção de uma comunidade transnacional, através de uma renovação, uma reconfiguração, uma reconstrução das ligações existentes. Na verdade, os cabo-verdianos muito antes de se falar de comunidades transnacionais tinham já o seu próprio mundo, um mundo particular no qual se sentiam sempre em casa. Para os cabo-verdianos o mundo sempre teve uma *terra longe* e uma *nha terra* e Cabo Verde era a síntese social das duas. O mapa das geografias arquipelares destes territórios (Malheiros, 2001) está bem consolidado nos imaginários tanto dos que partiram como no dos que ficaram (Carling, 2002) e, pensamos, uns sem os outros perdem partes da sua identidade.

Pelo que procurámos demonstrar no primeiro capítulo, se tomarmos como referência uma definição ampla de cabo-verdiano, podemos afirmar que há mais cabo-verdianos residentes fora das ilhas do que os que aí vivem. Não estão, como procurámos demonstrar, dispersos por todo o mundo (ou seja na Lua não há cabo-verdianos) mas a sua concentração num conjunto amplo de cidades, regiões ou países formou uma ampla rede de potenciais apoios para quem deseje circular no seio deste mundo cabo-verdiano. Ao esquematizarmos o mapa de *estações* onde existem comunidades cabo-verdianas fizé-mo-lo, metaforicamente, representando-a através de uma rede de transportes. As estações de ligação, as estações terminais, as sobreposições das diversas linhas, o encerramento de linhas e o aparecimento de novas apenas ilustram a amplitude e o grau de desenvolvimento de uma rede migratória secular. As estações ainda em construção, como Milão, mostram que o projecto migratório não está, não estará nunca, concluído num país como Cabo Verde, numa nação como a cabo-verdiana.

A realização de que, afinal, estas marcas de uma singularidade cabo-verdiana configuram apenas elementos distintivos de um percurso comum a muitos outros grupos de migrantes actuais, permite relevar aqui a expressão feliz de Natália Ribas-Mateos (2001) quando vê metaforicamente o edifício das migrações contemporâneas (e as distingue da de outras migrações passadas) como um grande e sempre movimentado "albergue espanhol", um albergue, onde descansam por momentos os viajantes (incessante e inexoravelmente) nómadas. Para Ribas:

> "há hoje novas e flexíveis formas de mobilidade que desafiam as definições convencionais de migração, as pessoas movimentam-se de um lado para o outro (...), para a frente e para trás, parando por períodos mais curtos ou mais longos de tempo. Há o [imigrante] turista que decide ficar mais tempo do que permitido, o [imigrante] estudante que aceita um trabalho sem ter uma autorização de trabalho ou o [imigrante] refugiado cujo pedido de asilo foi recusado e que permanece no país" (2001: 12).

A forma de representar esta rede através do esquema de uma rede de transportes permite visualizar a ideia que já não há estações onde apenas se chegue, mas apenas estações em que a imobilidade é mais ou menos voluntária (Carling, 2001), dependendo das estruturas que se possuem (designadamente o tipo e a forma dos capitais que se possuem) ou das conjunturas em que se vive.

Ao concordarmos com a ideia que, em grande medida, as rápidas mudanças que caracterizam o nosso tempo são o produto do impacto que a globalização provoca[204]: a transformação da economia, das instituições, do sistema social, político ou cultural, a entrada nas nossas vidas quotidianas das novas tecnologias da informação ou comunicação, estamos a defender que alguma coisa mudou nas últimas décadas e que essa mudança teve necessariamente um impacto nas migrações cabo-verdianas. Aliás, como a empiria tem vindo a demonstrar, a globalização é, sobretudo, um (conjunto de) processo(s). Não, um processo homogéneo mas, ao contrário, altamente assimétrico e desigual, tanto nos grandes centros, quanto, e sobretudo, nas regiões definidas como regiões periféricas de que Cabo Verde é, afinal, um bom exemplo. Assim sendo, a globalização faz aqui (Cabo Verde) sentir as suas características mais relevantes tanto na vertente da globalização hegemónica como na vertente contra-hegemónica da globalização e até mesmo num paradoxal fenómeno de desglobalização[205]. Cabo Verde, por ser um país pequeno e arquipelar sempre viveu num contexto global, isto é, em constante interacção com outros povos e países (López, 1999: 50). Até há pouco tempo atrás, essa ligação, no que diz respeito aos migrantes, era essencialmente bi-direccional (país de origem - país de destino) com viagens, com remessas, com retornos. Em décadas recentes, no entanto, essa relação descentrou-se, perdeu equilíbrios e ganhou novas dinâmicas. Ocorreu uma transnacionalização das migrações e estas passaram a ocorrer entre (ou inter) espaços multipolares, isto é, no seio do arquipélago migratório (numa visão essencialmente espacial) conceptualizado por Jorge Malheiros (2001) ou no seio do emergente (aos nossos olhos) espaço social cabo-verdiano transnacional: *o mundo cabo-verdiano*. Este espaço transnacional é, sem dúvida, reticular, numa visualização de uma realidade que Manuel Casttels (1997) conceptualizou como uma sociedade em rede. Se hoje todas as sociedades vivem em rede e enredadas umas nas outras, a sociedade cabo-verdiana é ela própria produto e produtora dessa rede.

Hoje, como afirmava recentemente o escritor cabo-verdiano Germano de Almeida[206], "a *terra longe* já não existe, deixou de haver terra longe, resta-

204. Devemos pensar na ideia de globalização como uma "paradigmatic shift or a scientific revolution" (Kuhn, 1962), ou, numa actualização desta ideia, "a basic change in the way in which social scientists understand and study social phenomena" (Castles, 2000: 21).
205. Cabo verde sofre um processo de globalização por via dos seus emigrantes e de desglobalização pela perda de importância dos seus portos nas rotas intercontinentais (Hannerz, 1996) ao longo da segunda metade do século XX. Por exemplo, São Vicente, que era um nódulo principal das rotas da globalização perde esse lugar com a mudança das rotas para o Suez e desglobaliza-se perdendo importância a nível global.
206. In pública, Agosto 2002.

nos apenas o seu mito". Foram muitas as razões para o eclipse desta *Terra Longe* mas, a principal, tem que ver com a compressão das dimensões Espaço-Tempo em virtude do progresso tecnológico das últimas décadas[207]. A circulação entre os diferentes espaços que demorava muito tempo, e custava ainda mais dinheiro foi facilitada e, agora, a *terra longe* é apenas a próxima estação de uma rota dinâmica. Voltemos a Almeida:

> da mesma maneira que a luz eléctrica matou todos os nossos mitos de almas do outro mundo (gongons, canelinhas, pateados bruxas), também o desenvolvimento dos meios de comunicação aniquilou o nosso terra-longismo. Antigamente, as cartas trazendo os ansiados dólares levavam meses e mais meses a chegar ao seu destino, quando simplesmente não se perdiam pelo caminho. Agora não, agora já temos as transferências bancárias, para já não falar do toma lá dá cá da Western Union. Aliás, já ninguém escreve cartas, agora pega-se no telefone de qualquer parte do mundo e no mesmo instante... Por mais longe que se esteja, o período de férias pode ser gozado em qualquer das ilhas - em condições normais chegamos às nossas paróquias num máximo de 48 horas. (...) Assim, da terra longe já só nos resta a saudade do seu mito (Almeida, 2002).

As possibilidades de transporte e comunicações proporcionadas por um rápido processo de globalização, associadas a uma clara renovação dos factores identitários cabo-verdianos, designadamente entre as suas comunidades expatriadas, implicaram concomitantemente que a identidade cabo-verdiana, no seu todo, se reconstruísse integrando uma dimensão transnacional. Surge uma (nova) identidade co-étnica em que a partilha de uma cultura, um passado cultural, uma língua, permitem uma diferenciação face ao "outro", um outro ao mesmo tempo global e local, com que se confrontam quotidianamente. Em certo sentido, neste processo (re)descobrem a sua própria etnicidade e as vantagens competitivas que esta representa. Como afirma Robin Cohen (1999):

> ethnicity is not an irrelevant anachronism to the gathering pace of globalization but a concrete and sometimes desperate reaction to it. It is true that we are becoming increasingly interdependent in economic and cultural terms, that there is an increased awareness that we are 'one world' facing common ecological, political and security problems. Yet this very process of globalization, the very rapidity of

207. Como exemplo desta compressão espaço tempo temos a Internet e das suas implicações na reinvenção dos Estados-nação e, sobretudo, das nações para além das contingências políticas impostas pelos Estados.

> the dissolution of the known world, creates a perverse effect. People reach out to the habitual, to the communities where they find familiar faces, voices, sounds, smells, tastes and places. Confronted by the pace of globalization they often need ethnicity more not less. Confused by the effects of post-modernity, relativism and the deconstruction of the familiar, they affirm and reify what they *believe* to be true (1999: 11).

Guarnizo e Smith (1998: 4), dois teóricos do transnacionalismo, sustentam que embora não sendo completamente novo, por razões que incluem a globalização, as mudança tecnológicas, e os processos de descolonização, o transnacionalismo alcançou uma particular intensidade à escala global nos finais do século XX. Neste período, uma intermitente mobilidade geográfica, redes sociais densas, e intensas trocas sustentadas por transmigrantes através de fronteiras nacionais alcançaram níveis sem precedentes (1998: 11). No mesmo sentido, Portes, Guarnizo e Landolt defendem que o que distingue estes (novos) migrantes transnacionais é a elevada intensidade das trocas, os novos modos de negociação, e a multiplicação de actividades que eles sustentam através das fronteiras (1999: 219). No entanto, sabemos hoje que este transnacionalismo não é semelhante para os diferentes actores sociais ou para diferentes níveis de análise. E, neste trabalho, os diferentes estudos de caso demonstraram que, até no interior de um mesmo nódulo migratório, muitas são as diferenças de transnacionalismo potencial existente.

Dos diferentes espaços transnacionais emergem uma pluralidade de trajectórias migratórias, e uma variabilidade de redes sociais usada por diferentes actores em consonância com diferentes situações. O transnacionalismo constitui, por conseguinte, um campo de contrastes e efeitos complexos. Não é um apenas um sistema de associação de redes transnacionais, uma rede de redes sociais, mas, igualmente, um processo dinâmico de constante gestão de redes que se confronta, quotidianamente, com uma variada gama de práticas dentro de espaços sociais transnacionais. Por outras palavras, em lugar de ser um sistema homogéneo, as migrações transnacionais contêm práticas por vezes divergentes. Uma comunidade co-étnica tende a superar diferenças quando se encontra num país estrangeiro (para melhor se apoiarem mutuamente). Veja-se o caso das diferentes integrações dos cabo-verdianos com origens em ilhas diversas e que, por vezes, dão lugar no destino a comunidades homogéneas e outras vezes a uma *comunidade retalhada*. Por outro lado, alguns dos seus membros, embora confiando em redes intra-comunitárias, vão tentar (igualmente) inserir-se noutras redes

no contexto receptor dos países de acolhimento alargando o capital social colectivo, ainda que nem sempre o saibam (ou possam) transferir para os outros membros da comunidade. A este movimento os cabo-verdianos chamam o acto de *desenfiar*, sair da linha, da rede, e o simples facto de existir uma expressão que designa este acto é, por si só, demonstrativo da sua importância.

Os cabo-verdianos no exterior de Cabo Verde (*na terra longe*) usam a sua identidade transnacional como mecanismo de diferenciação face ao(s) outro(s) com que se confrontam quotidianamente. Este expediente pragmático permite-lhes fazer frente às ameaças que afrontam as suas identidades hiper-locais face a um mundo cada vez mais globalizado. O uso do hiperlocalizado crioulo e a sua resistência face aos avanços de línguas mais globais, como o português ou o inglês, é disso o melhor exemplo. A reconstrução desse crioulo na Internet, como língua de comunicação inter nódulos da diáspora confere-lhe uma dinâmica global e um valor particular como componente da sua identidade transnacional.

Simultaneamente, porém, os cabo-verdianos usam o seu transnacionalismo para daí retirarem vantagens políticas, culturais ou económicas. Não se trata de resistir aos efeitos da globalização mas de interagir com (e na) globalização. O transnacionalismo dos músicos cabo-verdianos, analisado por Alina Esteves e Maria José Caldeira (2000) leva a que possamos falar de uma estratégia comercial de aproveitamento da dispersão dos públicos potenciais. Ao mesmo tempo, este transnacionalismo musical, sugere uma reacção de um conceito musical localizado (a morna, o batuque ou o funaná) face à globalização da música comercial, curiosamente integrado num novo conceito globalizante: a world music. O exemplo de Cesária Évora, nos últimos anos candidata aos grammys na categoria de world music, ou o exemplo de Baú, cuja música faz parte dos bailados de Pina Baush ou da banda sonora do último filme de Pedro Almodôvar "habla com ella", são disso ilustrações.

Para além disso, como muito bem explicou, Bridget Anderson pertencer a uma comunidade transnacional não é simplesmente uma questão de auto-identificação (2001: 677). As comunidades transnacionais fazem uso das dinâmicas que as constituem para promover ou facilitar, através do uso dos capitais sociais em rede dos seus membros, o acesso a empregos. Em contextos onde a confiança mútua é essencial tanto para o empregador como para o empregado, como no caso do serviço doméstico interno, o uso da rede transnacional de contactos pode ser um

processo de conquista de poder social. O emprego que se arranja ao primo, amigo ou patrício fomenta um poder social nos dois extremos da cadeia migratória e contribui para uma reprodução da rede migratória. O exemplo do estudo de caso da migração cabo-verdiana para Milão em Itália é ilustrativo. Mas também utilizam esse capital social em rede para promover o acesso a empregos não publicitados, a empregos no sector informal ou o acesso a empregos de patrícios ilegais ou clandestinos (veja-se os casos de Roterdão ou Lisboa). A outrora carta de chamada é agora um telefonema e a viagem que demorava meses ou anos a preparar pode hoje ser feita *just-in-time*.

Por sua vez, os cabo-verdianos na *nha terra* usam este transnacionalismo como recurso primário de sobrevivência, como factor distintivo e como recurso potencial mobilizável em caso de assim o desejarem. Se pensarmos a noção contemporânea de transnacionalismo, como o faz Vertovec (1999: 447), como redes sociais de longa distância funcionando em tempo real enquanto se encontram dispersas pelo mundo, então percebemos o potencial deste transnacionalismo latente. Se em lugar de ter um mercado potencial de emprego na minha região de origem eu dispuser de um capital social que me permite deslocalizar este mercado local de emprego para regiões longínquas, com um risco mínimo, então estão explicadas as razões de (desejo de) pertença a uma comunidade deste tipo. Quando um cabo-verdiano de Lisboa *manda* vir patrícios seus para trabalharem consigo numa empreitada de construção civil, quando uma cabo-verdiana promete à patroa arranjar-lhe uma empregada de confiança para a amiga (como em Milão ou Lisboa) é este transnacionalismo potencial que é activado a partir do nódulo da origem ou de outros nódulos do mundo cabo-verdiano. Por sua vez a re-emigração para ou entre nódulos migratórios deixa vagos espaços que podem (potencialmente) ser preenchidos por outros cabo-verdianos vindos directamente da *nha terra.*

Os cabo-verdianos na *terra longe* e na *nha terra* descobriram muito cedo que havia (outros) caminhos para circular. Para além dos caminhos que ligavam a *terra longe* à *nha terra* podiam ainda circular no seio da *terra longe*. Quando aprenderam a usar a África continental (Gambia, Dakar ou a Guiné-Bissau) como plataforma para um caminho mais longínquo aprenderam a ir, mas também a voltar à plataforma, pois esta era, como descobriram, giratória. Fizeram o mesmo em Lisboa ou em Roterdão no tempo em que apenas estas eram as portas de entrada na Europa. Não o fizeram em relação à rota do Sul, o caminho para São Tomé e, por isso, esta rota migratória ficou conhecida como o *caminho longe* de onde se

não voltava. Por isso a linha de África está ainda hoje fechada. Depois, com o passar do tempo, alguns cabo-verdianos, adquiriram capitais que antes não possuíam: capital social, capital cultural migratório e capital económico que lhes permitiu ir e voltar, circulando entre núcleos ou comunidades de patrícios, tornaram-se migrantes transnacionais e aprenderam a usar as ferramentas para abrir a porta da Europa fortaleza. O passaporte de um país europeu, o reagrupamento familiar, o casamento *di negocio*, o visto de turista, ou a *visita turística* aos patrícios ou familiares da *terra longe*, todas as ferramentas são lícitas para ir, para voltar, para circular no mundo que entretanto criaram: *o mundo cabo-verdiano*.

O Estado cabo-verdiano, por seu turno, integrou desde o início (e mesmo antes) e potenciou esta identidade transnacional de que necessita como recurso estratégico, como recurso de sobrevivência. O governo de Cabo Verde, desde a independência tem vindo a reconhecer de forma sustentada a importância que estes emigrantes ou descendentes de cabo-verdianos têm para a vida cultural e económica da nação. A constituição cabo-verdiana reconhece oficialmente o estatuto dos emigrantes residentes nas comunidades no exterior, referindo-se a eles como a "comunidade internacional" de cabo-verdianos que complementa a "população residente" nas ilhas. Ao contrário da maioria dos nacionalistas, que defendem um "'território' para cada 'raça', e uma cidade capital para cada nação - em resumo, uma territorialização de cada identidade social" (Cohen, 1997: 16), os nacionalistas cabo-verdianos desterritorializaram a nação, afirmando o seu transnacionalismo no momento em que a nação se tornava independente[208]. As estratégias de vinculação dos patrícios emigrados (mesmo dos emigrados há dezenas de anos) conduziram ao aparecimento de uma nacionalidade transnacional e de uma transnacionalidade multinacional. Ser ou não ser cabo-verdiano quando se está na diáspora, é o produto de como o passado se revê no presente, mas

208. Para alguns autores devemos mesmo destacar a importância destas comunidades transnacionais para a formação do Estado. As associações de cabo-verdianos no exterior teriam funcionado como agentes dessa mudança. "La solidarité entre les membres de la communauté cap-verdienne et le sentiment d'unité nationale sont très forts. En revanche, les Cap-Verdiens ont eu des difficultés jusqu'à présent pour développer un mouvement associatif conséquent et actif. Les associations ont pour l'essentiel des activités culturelles et de défense des droits des Cap-Verdiens dans le Pays d'accueil. Elles ont joué un rôle important dans la lutte en faveur de la libération nationale et de la démocratie au Cap-Vert. Les associations initiant des projects de développement au profit du pays d'origine sont pour l'instant à l'état embryonnaire" (Libercier e Schneider, 1996: 28).

o processo de reconstrução identitária, de sobrevivência do próprio Estado-Nação, obriga a que este tenha, periodicamente, de lançar o grito: «cabo-verdianos de todos os países: uni-vos»![209]

As diferentes configurações da rede migratória cabo-verdiana: nível macro, nível meso e nível micro

As análises empíricas e as teorias migratórias vêm assumindo que a formação de comunidades transnacionais depende em muito de uma história migratória comum, bem como de uma base cultural e/ou de uma base identitária comum e estas são, como procurámos mostrar, características que as migrações cabo-verdianas permitem ilustrar com acutilância (Pries, 1999, 2001). Uma das mais importantes características das migrações cabo-verdianas contemporâneas para e na Europa tem a ver, precisamente, com o facto de estarem ligadas entre si por uma densa rede social de apoio. De uma forma necessariamente simplificada, podemos assumir que as redes sociais nas teorias migratórias são geralmente entendidas como as ligações entre residentes numa comunidade de origem e os indivíduos que vivem noutros lugares, ou com indivíduos que migraram anteriormente tendo em conta a sua residência actual (Massey, 1990).

A transnacionalidade destas redes, que conectam não apenas país/região de origem e país/região de destino mas múltiplos nódulos da rede entre si, constitui uma característica emergente das migrações contemporâneas (Portes, 1999). Estas redes sociais aumentam a propensão para um indivíduo migrar para um destino específico através de três mecanismos complementares: (a) demonstração de viabilidade; (b) redução de custos e riscos; (c) aumento dos benefícios esperados (Massey, 1987; Stark 1991). No caso da rede social cabo-verdiana a existência de um conjunto alargado de destinos potenciais permite aos indivíduos, residentes em espaços diferentes, ligar-se entre si e desenvolver com menos dificuldades as suas estratégias de sobrevivência e adaptação. Por exemplo, é sabido que numa típica migração laboral, os custos sociais, decorrentes de uma situação conjuntural de desemprego numa dada região, são em grande parte superados pela existência de uma rede social de apoio que possibilite a mobilidade para uma outra região de acolhimento sem grandes

209. Os diversos congressos dos quadros na diáspora são disso exemplo ilustrativo, o projecto "olhares de descendência" recentemente lançado constituem outra das muitas ilustrações possíveis.

riscos. A história das migrações cabo-verdianas demonstra a existência de uma mobilidade deste tipo. Dois exemplos: quando conjunturalmente (em 1974-75) os cabo-verdianos ao serviço da administração colonial portuguesa ficaram sem emprego, muitos deles re-emigraram para junto de outros patrícios; quando nos anos 70-80 a indústria marítima holandesa entra em crise, muitos deles re-emigram em direcção a países vizinhos ou foram ao encontro das companheiras em Itália.

Estamos, deste modo, a ir ao encontro de afirmações, já expressas por outros autores, segundo os quais as redes sociais contribuem para explicar os mecanismos de inserção e/ou mobilidade dos trabalhadores estrangeiros em especial em mercados de trabalho segmentados. Nestes casos, as migrações laborais criam e mantêm dinâmicas internas próprias, independentemente das flutuações económicas, mediante um processo de construção progressiva de relações sociais no seio de um espaço social transnacional. É esta rede social que permite amortecer as crises e potencia os ciclos de desenvolvimento económico. Esta rede conecta diferentes mercados locais de emprego interligando-os entre si para além das geografias ou das fronteiras políticas. Neste caso, como em outros, o social sobrepõe-se ao político numa dinâmica de transnacionalismo de base (Portes, 1997b).

Cidades e cabo-verdianos: *a net-polis do mundo-cabo-verdiano*

A rede de cidades que liga os principais centros de atracção dos cabo-verdianos, por exemplo na Europa, constitui-se como uma verdadeira net-polis, por oposição a uma metropolis, ligando nódulos de importância diferenciada através de um espaço social transnacional: a Europa cabo-verdiana, parte do espaço social transnacional que constitui o mundo cabo-verdiano. Esta net-polis funciona como continuação das ilhas do país de origem. Nesta rede, Portugal (Lisboa) é o reflexo no espelho da terra pátria (*a nha terra na ilha da terra longe*) por se aproximar da imagem mítica, cultural ou socialmente construída do arquipélago de origem. É uma espécie de base de retaguarda onde se volta em caso de necessidade e onde todo e qualquer cabo-verdiano do mundo tem, pelo menos, um primo. Roterdão é uma cidade mitologicamente ligada ao sucesso económico, a uma vida melhor e ao apoio que se pode obter do Estado. As promessas do eldorado continuam por isso a atrair novos imigrantes, muitos deles dependentes da rede social para arranjarem empregos mesmo que empregos, sujos, perigosos e mal pagos. O estado-providência holandês garante um rendimento mínimo para os imigrantes legais e, por isso, as estratégias para obter uma legalização são plurais e ardilosas. Milão, por seu turno, é uma

nova cidade, nódulo emergente no mundo cabo-verdiano. Os bons salários auferidos, a inexistência de um grande nível de desemprego e a presença de uma comunidade consolidada permitirão, pensamos, atrair no futuro, cabo-verdianos de outras cidades na Europa e/ou directamente de Cabo Verde. Os cabo-verdianos que vêm do sul de Itália, ou os cabo-verdianos com outras origens que afluem a Milão são a semente para desenvolvimentos futuros.

Podemos, por outro lado, numa emigração por etapas, vislumbrar a existência de *cidades de passagem* caracterizadas por uma maior capacidade de absorção de imigrantes, em virtude da conjuntura económica, social ou política, que cria oportunidades de emprego mobilizáveis por imigrantes, tanto no mercado formal como no mercado informal. Este foi, pensamos, o caso de Lisboa para alguns milhares de cabo-verdianos que, ao longo das últimas duas décadas, aqui pararam algum tempo, aproveitando a conjuntura económica e social, para, quando surgiram novas oportunidades, daqui prosseguirem a sua migração em direcção a destinos mais atractivos como Roterdão, Paris, Luxemburgo ou, mais recentemente, a Suíça. Os múltiplos relatos escutados através das entrevistas ou em conversas informais tornam esta realidade inquestionável ainda que de difícil contabilização.

Nos ku nos: uma comunidade unida ou uma comunidade fechada

Os cabo-verdianos referem-se muitas vezes a eles próprios como uma comunidade unida: *nos ku nos*. O exemplo do modo como os imigrantes ilegais conseguem aceder ao mercado de trabalho é elucidativo quanto a este facto. No entanto, os casos de Roterdão, de Lisboa e de Milão demonstram que mais do que unidos, os cabo-verdianos encontram-se fechados sobre si próprios (invisíveis para os outros). Ou seja, são capazes de potenciar as vantagens dessa união, como vimos no caso da informalidade laboral, mas interagem pouco com as sociedades receptoras e com as outras comunidades imigradas, o que leva a que esta característica seja competitiva no interior do mundo cabo-verdiano, mas fragilize a sua posição nos contextos de interacção das sociedades de destino. Este facto é, pensamos, uma condicionante da própria transnacionalidade cabo-verdiana. A reduzida interacção relativa com os outros gera poucas oportunidades de alargamento do capital social (colectivo ou individual) e, muito pragmaticamente, gera menos oportunidades de emprego para os membros da sua própria comunidade transnacional. O exemplo de Lisboa onde a sectorização da sua etnicidade funciona ao mesmo tempo como vantagem competitiva e

como condicionante da sua ascenção laboral é significativo. Quando outras comunidades imigradas chegam ao mercado de trabalho a sua competitividade (que o era face aos autóctones) vê-se reduzida.

Dos mercados locais de emprego ao transnacionalismo

Partindo-se da premissa de que grande parte da mobilidade dos cabo-verdianos, no quadro de uma *diaspora de trabalho*, se realiza em função, entre outras razões, da distribuição espacial das oportunidades de emprego, torna-se oportuno compreender quais os espaços geográficos em que os imigrantes alcançam maior sucesso no mercado de trabalho. Pensamos, como afirmámos anteriormente, que os cabo-verdianos, não formam uma comunidade transnacional plena. O desenvolvimento do transnacionalismo emerge de interacções com o contexto específico de imigração e foi a diversidade destes que condicionou e condiciona a transnacionalidade dos cabo-verdianos. Assim, no caso dos cabo-verdianos tomados como um todo são a escassez de capital económico, de capital associativo e de capital político colectivo que constrangem a formação de uma comunidade transnacional forte.

Autores como Smith e Guarnizo (1998) ou Portes *et al*. (1999), permitem-nos que especifiquemos os níveis de transnacionalismo que analisamos. Assim, no caso cabo-verdiano, existe um nível macro de transnacionalismo bem evidente (as redes de cidades, o mundo cabo-verdiano), e existe também um nível micro de actividades transnacionais, (um transnacionalismo individual e famílias transnacionais). Finalmente, há também um nível meso, organizacional (Guarnizo e Smith, 1998), que detém um potencial embrionário nos tipos de projectos transnacionais que emergem da interacção entre cabo-verdianos imigrados e as instituições do contexto receptor nos países de acolhimento. Este nível meso encontra-se ainda em construção no seio das comunidades cabo-verdianas analisadas. Se uma comunidade transnacional fosse apenas "aquela que desenvolve múltiplas relações, familiares, económicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas, para alem das distâncias geográficas e das fronteiras nacionais" (Basch *et al*., 1994), então, quase todas as migrações actuais seriam (ou poderiam ser) transnacionais. Como é necessário algo mais, uma espécie de mecanismo desbloqueador (um *puntch*), logo algumas comunidades transnacionais ficam por completar. É o caso, pensamos, do (potencial) transnacionalismo das comunidades transnacionais cabo-verdianas. A lógica de relação entre as comunidades existentes em distintos países, as migrações ou circulações migratórias internacionais, o desenvolvimento de formas de organização

sócio-espacial em rede, o uso da etnicidade como vantagem competitiva no mercado de trabalho, a capacidade associativa transnacional, o empresarialismo transnacional, são mecanismos que funcionam ainda de forma muito ineficiente entre as várias comunidades cabo-verdianas. Os exemplos que encontrámos ao logo do trabalho de campo, como o da empregada doméstica cabo-verdiana em Itália que montou o seu próprio restaurante no Sal, ou o do sub-empreiteiro que re-emigrou da Holanda para Portugal, são ainda excepções à falta de capital económico como regra. Ora, é sabido que, o sucesso do imigrante num determinado mercado de trabalho se difunde através da informação (pessoal ou mediática), atraindo movimentos migratórios futuros para esses espaços. Ao contrário, insucessos na integração do imigrante noutros espaços, funcionam como mecanismo inibidor de fluxos migratórios. É lícito supormos que os sucessos dos transmigrantes se difundam através dos mesmos meios e produzem os mesmos resultados. Se, em períodos de expansão económicas dos mercados locais de emprego onde se inserem estas comunidades, estas carências podem ser camufladas, em períodos de recessão económica e laboral, o transnacionalismo contrai-se e mostra incapacidade de reacção. Quando falamos de mercados laborais multi-segmentados estas lógicas tornam-se ainda mais evidentes. Vejam-se as diferenças reflectidas nos três estudos de caso.

A informalização de determinados sectores da economia reflecte um processo de desregulamentação da economia consubstanciado, tanto no caso português como no caso Italiano, numa ineficaz fiscalização. Já na Holanda essa informalidade existe (e subsiste) no seio da comunidade. Neste último caso trata-se de uma informalidade protegida por uma cumplicidade intra-étnica que permite, auxilia e esconde a ajuda aos patrícios ilegais, ou aos que não conseguem aceder ao mercado formal de trabalho. No que diz respeito à opção por uma integração no mercado informal de trabalho por parte de uma grande proporção de cabo-verdianos em Portugal e em Itália, este facto mostra o disfuncionamento do modo de regulação destas economias e sociedades nacionais, entendendo-se a regulação como "um conjunto de procedimentos e de comportamentos, individuais e colectivos pelos quais o sistema económico e social assegura a sua reprodução, mantendo a sua coerência e a sua identidade" (Michon, 1996: 41). Ao permitir (e em certos casos incentivar) a opção pelo sector informal dos mercados de trabalho o sistema económico e social fragmenta o segmento inferior do mercado de trabalho e, tendencialmente (pelo menos no caso dos serviços pessoais e domésticos em Portugal e Itália) leva a uma etnicização deste mercado de trabalho. A crescente dificuldade de acesso a outros segmentos do mercado de trabalho, em virtude de uma concorrência

feroz por parte de outros grupos étnicos ou de máquinas complexas, leva a uma sectorização da etnicidade ficando presos a um conjunto limitado de profissões.

De facto, assistimos actualmente a um processo concorrencial muito forte no mercado secundário de trabalho, ainda que este permaneça oculto, com substituição de um grupo de migrantes por outros. Esta substituição traduz-se num prejuízo a curto prazo para os grupos de imigrantes mais antigos, como os cabo-verdianos, que não conseguem manter os níveis salariais anteriores para conservarem os seus empregos mas, sobretudo, num prejuízo de médio e longo prazo já que condiciona a sustentação da própria rede migratória. Os exemplos recentes de Lisboa com os imigrantes de leste ou de Milão, com os imigrantes das filipinas, são ilustrativos. O transnacionalismo, tal como as redes migratórias, necessita de ser alimentado continuamente por novos migrantes.

Voltemos ao início antes de terminarmos. Quando contactamos os núcleos de cabo-verdianos em Lisboa, Roterdão, Paris, Milão, Providence ou em Cabo-Verde, percebemos que eles não estão nunca só ali, que não estão todos ali, que há sempre alguma parte deles que está noutro lugar. As camisolas de futebol, as músicas as palavras, os cheiros, remetem-nos sempre para referências a locais mais ou menos longínquos. Remetem-nos para os locais onde está o primo, o irmão, o tio, o compadre, o avô, o patrício. Do mesmo modo, quando partimos do conceito de mercados locais de emprego de Sassen (1995) ainda não sabíamos que a chegada era o conceito de transnacionalismo. Quando tentávamos compreender o poder de atracção que um mercado local de emprego é capaz de exercer (mesmo) sobre comunidades imigrantes longínquas percebemos também que entre o querer e o poder ir, existia ainda uma pluralidade de obstáculos, de que o sancionamento político dos países envolvidos não era o menor. Tentámos então perceber o que leva a que, em condições semelhantes, nuns casos essa mobilidade se realize e que noutros fique por realizar. Com igual capital social nos dois extremos de uma cadeia migratória (e.g. Lisboa *versus* Roterdão) os últimos circulam mais do que os primeiros. Porquê? Concluímos que esta diferença se deve sobretudo à posse de diferentes capitais económicos entre os cabo-verdianos das duas *comunidades*. Por último, defendemos a ideia que existe um transnacionalismo cabo-verdiano mas que este ainda se não completou. Embora possua um conjunto de características que podemos definir como transnacionais: a existência de um espaço social transnacional de circulação, uma crescente circulação migratória origem-destino e inter-nódulos migratórios, há

ainda um número relativamente reduzido de cabo-verdianos totalmente transnacionais. Por tudo o que procurámos mostrar os cabo-verdianos formam actualmente uma comunidade transnacional de baixa intensidade ou uma comunidade transnacional potencial. Assim, se as nossas hipóteses iniciais se vêem no essencial confirmadas, surgem agora novas hipóteses de trabalho para no futuro tentarmos perceber os desenvolvimentos deste transnacionalismo cabo-verdiano.

A terra longe já não existe para os cabo-verdianos, não para todos, mas para aqueles que pela soma dos capitais que possuem conseguiram matar a distância. Só para estes é que já há cura para o terra-longismo. Para os outros a distância ainda é maior que o capital. Por isso, nem todos voltam, nem todos circulam, nem todos são transnacionais. Para os que não são transnacionais, a terra longe não faz parte do seu mundo ela é todo o mundo cabo-verdiano. E por isso a terra longe ainda não morreu.

PARTIDA

Nha cretcheu. djâm s' tá ta parti
Oi partida sô bô podia sépara-no
Nha cretcheu levantá pàm bem
braçabo Levantá pa'm bem beja-bo
Pàm caricia-bo ess bô face
S'el ta sirvi levá l
Màl ta sirvi pa transporta'l
Caminho longe. séparação
Ess sofrimento nh'amor qa bô
Oi partida bô leva'l
Bô ta tornà trazé'l
Oi madrugada imagem di nh'alma
Manha cretcheu entrega-me sês lágrimas
Pâm ca sofrê nem tchorà
Ess sofrimento ca é sô pa mim

Oi partida bô é um dor profundo.

BIBLIOGRAFIA

ADEPOJU, Aderanti (s/d) "Migrantes indocumentados ou irregulares e cooperação Regional em África", *Notícias da OIM*, Missão em Portugal da Organização Internacional para as Migrações, Lisboa.

AGÉNOR, P.D. e AIZENMAN J. (1994) Macroeconomic Adjustment with Segmented Labor Markets, *I.M.F. Working Papers.*

ALMEIDA, Raymond A. (1978) *Cape Verdeans in America: Our Story*, TCHUBA - American Commitee for Cape Verde, Boston.

ALMEIDA, Raymond A. (1995) "The Transnational Cape Verdean Community", Program Book, *Festival of American Folklife*, Smithsonian Institution, Washington, DC: 18-26.

ALMEIDA, Raymond A. (s/d) Nos ku Nos: *A Comunidade Transnacional Cabo-verdiana*, (www.umassd.edu/specialprograms/caboverde/cvtransnat.html).

ANDERIESSE, Richard et al., (1997) "Migration and Major Cities Policy in Rotterdam", A background paper prepared for the *Second International Metropolis Conference*, Copenhagen, 25-27 September 1997.

ANDALL, J. (1996) "Catholic and State constructions of Domestic Workers", paper presented to the *ERCOMER conference*, Utrecht, Netherlands.

ANDALL, J. (1998) "Catolic and state constructions of domestic workers: the case of Cape Verdean women in Rome in the 1970s'", in Koser K. e Lutz H. [ed.s] *The New Migration in Europe: Social Constructions and Social Realities*, MacMillan, London: 124-142.

ANDALL, J. (1999) Cape Verdean women on the move: 'immigration shopping' in Italy and Europe, *Modern Italy*, 4(2): 241-257.

ANDALL, J. (2000) *Gender, Migration and Domestic Service. The politics of black women in Italy*, Ashgate, London.

ANDERSON, Benedict (1983) *Imagined Communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*, Verso, London.

ANDERSON, B. (2000) *Doing the Dirty work? The global politics of domestic labour*, Zed Press, London & New York.

ANDRADE, Elisa (1973) *Cap Vert de l'esclavage à l'émigration "spontanée" (les migrations Cap verdiennes à Dakar)*, IDEP, Dakar.

ANDRADE, José (1998). "Migrações cabo-verdianas", in *ANH, Descoberta das Ilhas de Cabo Verde*, Ed. ANH, Praia: 69-105.

APPADURAI, A. (1996) *Modernity at large. Cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

APPLEYARD, Reginald (1989) *L'incidence des migrations internationales sur les pays en développement*, Paris, OECD.

ARANGO, Joaquim (2000) "Enfoques conceptuales y teóricos para explicar la migración", *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, (165): 33-47.

ARQUIVO HISTÓRICO NACIONAL (ANH) (1998) *Descoberta das Ilhas de Cabo Verde*, Ed. ANH, Praia.

ASSOCIAÇÃO CABO-VERDIANA DE LISBOA (1996) "O papel das mulheres na comunidade Caboverdeana (o caso de Portugal)", proferida por ocasião da conferência *Cabo-verdeanos e cidades na Europa*, Roterdão 24-26 Outubro.

BAGANHA, Maria (1990) *Portuguese Emigration to the United States 1820-1930*, Garland Publishing Inc., New York.

BAGANHA, Maria (1991), "Portuguese Emigration: Current Characterísticas and Trends" Comunicação apresentada à Cost Workshop *Migration: Europe's Integration and the Labour Force*, Lovaina.

BAGANHA, Maria (1993) "Principais características e tendências da emigração portuguesa", in Estruturas Sociais e Desenvolvimento, *Actas do II Congresso Português de Sociologia*, Vol. I, Ed. Fragmentos/APS: 819-835.

BAGANHA, Maria (1994) "As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional", *Análise Social*, XXIX (128): 959-980.

BAGANHA, Maria (1995) "Unbroken Links: Portuguese Emigration to the USA", in Robin Cohen (ed.) *The Cambridge Survey of World Migration*, Cambridge University Press: 91-96.

BAGANHA, Maria (1996), *Immigrants Insertion in the Informal Market, Deviant Behaviour and the Insertion in the Receiving Country*, Centro de Estudos Sociais, 1.º Relatório. (policopiado), Coimbra.

BAGANHA, Maria (1998a), "Portuguese Emigration After World War II", in A. Costa Pinto (org.), *Modern Portugal*, The Society for the Promotion of Science and Scholarship, Palo Alto: 189-205.

BAGANHA, Maria (1998b), "Immigrant Involvement in the Informal Economy: the Portuguese Case", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 24 (2): 367-385.

BAGANHA, Maria (1998c), *Immigrants Insertion in the Informal Market, Deviant Behaviour and the Insertion in the Receiving Country*, 2.º Relatório, Centro de Estudos Sociais (policopiado), Coimbra.

BAGANHA, Maria (2001) "A cada Sul seu Norte": Dinâmicas Migratórias em Portugal, in *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* (org. Boaventura de Sousa Santos), Porto, Edições Afrontamento, 2001: 135-159.

BAGANHA, Maria; FERRÃO, João; MALHEIROS, Jorge (1998), *Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal*, Instituto do Emprego e Formação Profissional, UUC/Oefp, Lisboa.

BAGANHA, Maria; GÓIS, Pedro, (1999), "Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 53: 229-280.

BAGANHA, Maria; Marques, Margarida (1996), "Lisbon: Social Differentiation and the Formation of Labour Markets", in Pedro Telhado Pereira e Maria Eugénia Mata, *Urban Dominance and Labour Market Differentiation of a European Capital City, Lisbon, 1890-1990*, Kluwer Academic Publishers, Boston: 75-122.

BAGANHA, Maria; Marques, José Carlos; Fonseca, Graça (2000), *Is An Ethclass Emerging in Europe? The Portuguese Case*, Luso American Development Foundation, Lisboa.

BAGANHA, Maria; Peixoto, João (1996), "O estudo das migrações nacionais", in J. M. Carvalho et al., (orgs.) *Entre a Economia e a Sociologia*, Oeiras: Celta Ed..

BAGANHA, Maria; Peixoto, João, 1997, "Trends in the 90's: The Portuguese Migratory Experience", in Maria Ioannis BAGANHA (org.) *Immigration in Southern Europe*, Oeiras: Celta Ed..

BAGANHA, Maria; Leite, António N. (1996) "Dinâmicas migratórias e mercados de trabalho na Europa do Sul", Lisboa. (policopiado).

BAGANHA, Maria, Ferrão, João, Malheiros, J. (1999) "Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português", *Análise Social*, XXXIV (150): 147-173.

BAGANHA, Maria, MARQUES, J. C. (2001) *Imigração e Política o caso português*, Lisboa, FLAD.

BARON, S., FIELD, J., SCHLLER, T. (2000) *Social Capital, Critical Perspectives*, OUP, Oxford.

BASCH, Linda et al. (1994) *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments, and Deterritorialized Nation States*, Gordon & Breach, Langhorne, UK. (2ed.).

BAUER, Thomas et al. (2000) "What are Migration Networks?", *IZA Discussion Paper*, 200.

BLANCO, Cristina (2000) *Las migraciones contemporáneas,* Alianza Editorial, Madrid.

BODY-GENDROT, S. (1996), "Paris: A soft global city", *New Community*, 22 (4): 595-605.

BOYD, Monica (1989) "Family and personal networks in international migration: recent developments and new agenda", *International Migration Review*, 23(3): 638-670.

BONIFAZI, C. (1995) *L'immigrazione in Italia*, il Mulino, Bologna.

BOURDIEU, Pierre (1977) *Outline of a Theory of Practice*, CUP, New York.

BOURDIEU, Pierre (1979) *La distinction - Critique sociale du jugement,* Les Éditions de Minuit, Paris.

BOURDIEU, Pierre (1997) "The forms of capital" in A. H. Halsey et al. (eds.) *Education: Culture, Economy and Society*, Oxford, OUP: 46-58.

BORJAS, George (1989) "Economic theory and international migration", *International Migration Review*, 23 (3): 457-85.

BORJAS, George (1990) *Friends or Strangers*, New York: Basic Books.

BORJAS, George (1996) *Labor Economics*, New York: McGraw-Hill.

BRETTELL, C. (1986) *Men who Migrate, Women who Wait: Population and History in a Portuguese Parish*. Princeton: Princeton University Press.

BRITO, Margarida (1998) "Breves Apontamentos sobre as Formas Musicais existentes em Cabo Verde", in *Os Instrumentos Musicais em Cabo Verde*, Ed. Centro Cultural Português / Praia –Mindelo: 13-25.

BROEK, Hugo van den (1997) O Ensino da Língua e Cultura Maternas em Roterdão, *Cimboa*, 3 (2): 22-24.

CAMPANI, Giovanna (1995) "Women Migrants: from marginal subjects to social actors", in Robin Cohen (ed.) *The Cambridge Survey of World Migration*, Cambridge University Press: 546-550.

CARLING, Jorgen (1997) Figuring Out The Cape verdean Diaspora, *Cimboa*, 4 (2): 3-9.

CARLING, J. (2001a) *Aspiration and ability in international migration: Cape Verdean experiences of mobility and immobility*. Dissertations and theses, 2001/5. Centre for Development and the Environment, University of Oslo.

CARLING, J. (2002) 'Migration in the age of involuntary immobility: Theoretical reflections and Cape Verdean experiences', *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 28(1): 5–42.

CARLING, J. (2002) Quantifying the transnational: Using numbers in research on transnational migration, Paper presented at the methodology workshop 'Possibilities and limitations in transnational migration research', Department of Anthropology, Gothenburg University, 27 May 2002.

CARPIO, Concepción Carrasco (1999) *Mercados de trabajo: los inmigrantes económicos*, tesis doctoral, Departamento de Fundamentos de Economía e Historia Económica de la Universidad de Alcalá.

CARREIRA, António, (1972) *Cabo Verde - Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, Imprensa Portuguesa, Porto.

CARREIRA, António, (1977) *Cabo Verde (Aspectos Sociais, Secas e fomes do século XX)*, Ulmeiro Ed., Lisboa.

CARREIRA, António, (1982) *The People of the Cape Verde Islands. Exploitation and Emigration*, Ed. C. Hurst & Company, London and Archon Books, Hamden, Connecticut.

CARREIRA, António, (1983) *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, Ed. Instituto Cabo-Vedeano do Livro, Praia.

CARREIRA, António, (1983b) *Cabo Verde - Formação e extinção de uma sociedade escravocrata 1460-1878*, 2.ed., Ed. Instituto Cabo-verdiano do Livro, Praia.

CASTELLS, Manuel (1989) *The informational city: information technology, economic restruturing and the urban-regional process*, Blackwell, Oxford.

CASTELLS, Manuel (1996) *The Rise of the Network Society*, Cambridge, Blackwell.

CASTLES, Stephen (2000) "Migración internacional a comienzos del siglo XXI: tendencias y problemas mundiales", *Revista Internacional de Ciências Sociales*, 165, número especial "Las migraciones internacionales 2000".

CASTLES, Stephen (2000b) *Ethnicity and Globalization*, Sage, London.

CASTLES, Stephen e KOSAK, Godula (1973) I*mmigrant workers and class structure in Western Europe*, Oxford University Press, London.

CASTLES, S., MILLER, M. (1993) *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*, London, Macmillan.

CASTLES S., DAVIDSON, A. (2000) *Citizenship and Migration: globalization and the politics of belonging*, Macmillan Press, London.

CATARINO, Christine, OSO, Laura (2000) "La inmigración femenina en Madrid y Lisboa: hacia una etnización del servicio doméstico y de las empresas de limpieza", *Papers* 60: 183-207.

CAVACO, C. (1993) "A place in the sun: return migration and rural change in Portugal" in R. L. King (ed.) *Mass Migration in Europe*, London: Belhaven: 174-191.

CAVALHEIRO, Luís (2000) *O sector da construção civil português: o emprego e as migrações para o mercado de trabalho alemão*, Dissertação de mestrado em Sociologia, FEUC. (policopiado).

CENTENO, Luís; Erskine, Angus; Pedrosa, Célia (2000) *Percursos Profissionais de Exclusão Social*. Relatório Final, CIDEC - Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, Lisboa.

CEPAC (1995) "Os números da imigração africana. Os imigrantes africanos nos bairros degradados de Lisboa e Setúbal", *Cadernos Cepac/2*, Lisboa.

CHALIAND, G., RAGEAU, J.P. (1991) *Atlas des diasporas*, Paris, Odile Jacob. Ed.

CHISWICK, B. R. (1978) The effect of Americanization on the earnings of foreign born men, *Journal of Political Economy*, 86 (5): 897-922.

CLARK, David (1996) *Urban World/Global City*, Routledge, London & New York.

COLEMAN, James (1988) "Social capital in the creation of human capital", *American Journal of Sociology*, (94) supplement: 95-120.

COLOMBO, A., SCIORTINO, G. (2002) *Stranieri in Itália, assimilati ed esclusi*, Il Mulino, Bologna.

COHEN, Robin (1997) Global Diasporas: an introduction, London, UCL Press.

COHEN, R. (1994) *Frontiers of Identity: The British and the Others*, Longman Publishing, New York.

COHEN, Robin (1999) "Back to the Future: From Metropolis to Cosmopolis" in Hjarno, Jan, From Metropolis to Cosmopolis, *Papers, migration*, 30, Danish Center for Migration and Ethnic Studies, South Jutland University Press, Esbjerg: 9-26.

COLECTIVO IOE (1996) *Procesos de inserción y exclusión social de las mujeres inmigrantes no comunitarias*, Madrid. (policopiado).

COLECTIVO IOE (1999) *Inmigrantes, trabajadores, ciudadanos. Una visión de las migraciones desde España*, Valencia: Universitat de València. Patronat Sud-Nord.

COLLINS, Jock (1999) "Immigrants in Australian labour market", paper presented at the IV *Metropolis conference*, Vancouver.

COLLINSON, Sarah (1993) Beyond borders: *West European migration policy towards the 21st century*, Royal Institute of International Affairs, London.

CONGDON, P. (1991) *An application of general linear modelling to migration in London and South East England*, in Migration Modelling: Macro and Micro Perspectives, Belhaven Press & John Wiley.

CÓNIM, Custódio (1985) *Emigrantes portugueses: o regresso, 1960-1990*, *Portugal e a Europa, o fim de um ciclo migratório*, Lisboa.

COPPEL, Jonathan, et al. (2001) Trends In Immigration And Economic Consequences, *Economics Department Working Papers*, 284, OECD, Paris.

CORDERO-GUZMÁN, Héctor, et al., [ed.] (2001) *Migration, transnationalization & Race in a changing New York*, Temple University Press, Philadelphia.

COWELL, (1990) *Cheating the goverment: The economics of evasion*, MIT, Boston.

CRISP, Jeff (1999) "Policy challenges of the new diasporas: migrant networks and their impact on asylum flows and regimes", *WPTC-99-05, Policy Research Unit*, UNHCR, Geneva.

CROSS, Malcom, WALDINGER, Roger (1999) "Economic integration and labour market change", in Hjarno, Jan, From Metropolis to Cosmopolis, *Papers migration*, 30, Danish Center for Migration and Ethnic Studies, South Jutland University Press, Esbjerg: 29-93.

Diário da República, vários números, vários anos;

DEWITTE, Philippe (1999) *Immigration et Intégration: l´État des Savoirs*; Paris, Éditions de la Découverte.

DICKER, June (1968) *Kinship and ritual kinship among cape verdeans in Providence*, Thesis submitted in partial fulfillment of the requirements for the Degree of Master of Arts in the Department of Sociology and Anthropology at Brown University.

DOERINGER, P., PIORE M. (1971) *Internal Labour Markets and Manpower Analysis*, Lexington, Heath Lexington Books.

DUCOUDRAY E. (1988) *Un exemple d'émigration internationale: la communauté cap-verdienne de Dakar*, Sénégal (Thèse de Maitrise).

EPSTEIN, Gil S. (2000) "Labor Market interactions between legal and illegal immigrants", *IZA Discussion Paper*, 204, Bonn.

ESTEVES, Maria do Céu [org.], [et al.] (1991) "Portugal, país de imigração", *Cadernos IED*, n.º 22, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED), Lisboa.

ESTEVES, Alina, CALDEIRA, Maria J. (2000) *Reinventando Culturas: contribuições da comunidade cabo-verdiana para a dinâmica cultural de Lisboa*, CEG, U. Lisboa.

FAIST, Thomas (1999a) "Developing Transnational Social Spaces: The Turkish-German Example", in: Ludger Pries (ed.) *Migration and Transnational Social Spaces*, Aldershot, Ashgate: 36-72.

FAIST, Thomas (1999b) "Transnationalization in International Migration:Implications for the Study of Citizenship and Culture", *WPTC-99-08*, Transnational communities Programme, Oxford.

FAIST, Thomas (2000) *The volume and dynamics of international migration and transnational social spaces*, Oxford University Press, Oxford.

FARELO, Rocio (s/d) *Inmigrantes Jubilados: La invención del ocio y la fantasía del retorno*, (policopiado)

FAWCETT, James (1989) "Networks, Linkages and Migration Systems", *International Migration Review*, XXIII (3): 671-680.

FILHO, João Lopes (1996) Ilha de S. Nicolau Cabo Verde Formação da Sociedade e Mudança Cultural, (2 Vol.), Secretaria-Geral Ministério da Educação, Praia.

FINDLAY, Allan; LI, F. L. (1998) "A migration channels approach to the study of professionals moving to and from Hong Kong", *International Migration Review,* 32, (3): 682-703.

FONER, Nancy (1997) "What's new about transnationalism? New York Immigrants Today and at the turn of the Century", *Diaspora*, 6 (3): 355-376.

FONER, Nancy (2001) "Transnationalism then and now: New York immigrants today and at the turn of the twentieth century", in CORDERO-GUZMÁN, Héctor, et al., [ed.] (2001) *Migration, transnationalization & Race in a changing New York*, Temple University Press, Philadelphia: 35-57.

FOURON, George e GLICK SCHILLER, N. (2001) "The generation of identity: redefining the second generation within a transnational social field" in CORDERO-GUZMÁN, Héctor, et al., [ed.] (2001) *Migration, transnationalization & Race in a changing New York,* Temple University Press, Philadelphia: 58-86.

FRANÇA, Luís de [coord.] [et al.] (1992) *A comunidade cabo-verdiana em Portugal*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED), Lisboa.

FREIRE, João (1991) "Imigrantes, capatazes e segurança no trabalho da construção civil", *Organizações e Trabalho, 5-6*.

GLICK-SCHILLER, N., BASCH, L., SZANTON BLANC, C. (1992a) Towards a definition of transnationalism: Introductory remarksand research questions. In Glick Schiller, N., Basch, L. and Szanton Blanc, C. (eds.) *Towards a transnational perspective on migration*, New York: NYAS, ix-xiv.

GLICK-SCHILLER, N., BASCH, L., SZANTON-BLANC, C. (1992b) "Towards transnational perspective on migration", *Annais of the New York Academy of Sciences,* NY, (645).

GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L., SZANTON-BLANC, C. (1995) "From immigrant to transmigrant: theorizing," in *Anthropological Quarterly*, .68, (1): 48-63.

GÓIS, Pedro (2002) *A emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*, Coimbra: FEUC, 2002.- 2 vol, il. - Tese de mestrado em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

GOMES, I. (coord.) (1999) *Estudo de Caracterização da comunidade caboverdeana residente em Portugal*, Lisboa, Embaixada de Cabo Verde, Lisboa.

GORDON, D. M., EDWARDS, R., REICH, M. (1982) *Segmented work, divided workers – the historical transformation of labor in the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

GORDON, D. M., EDWARDS, R., REICH, M. (1994) Mercado dual de trabalho – uma teoria da segmentação do mercado de trabalho. *A Economia em Revista*, (2), 2.

GORZ, A. (1988). *Métamorphoses du travail-quête du sens. Critique de la raison économique*, París: Galilée.

GOSS, J. LINDQUIST, B. (1995) "Conceptualizing International Labor Migration: A Structuration Perspective", *International Migration Review*, 29 (2): 317-351.

GOT, Emmanuelle (1990) *Migrations et Urbanisation: Les Consequences des Migrations Internes et Externes sur la Croissance Urbaine de Praia Capitale de la Republique du Cap-Vert*, (Mémoire de Maîtrise), Laboratoire D'Étude du Development des Regions Arides. (policopiado).

GUARNIZO, Luis E. (1992) *One Country in Two: Dominican-Owned Firms in the United States and the Dominican Republic*. Ph.D. Dissertation, Department of Sociology, The Johns Hopkins University.

GUARNIZO, L.E., SMITH, M.P. (1998). "The locations of transnationalism", in Smith, M.P., Guarnizo, L.E. (eds). *Transnationalism from below*, New Brunswick: Transaction Publishers: 3-34.

GUIBENTIF, Pierre (1995) *La Pratique du Droit International et Communautaire de la Sécurité Sociale. Étude de Sociologie du Droit à L'Exemple du Portugal,* Thèse n.º 701, Thèse présentée à la Faculté de Droit de l'Université de Genève pour obtenir le grade de Docteur en Droit, Genéve e Lisbonne.

GIDDENS, Anthony (1996), Novas regras do método sociológico. Lisboa: Gradiva

GURAK, Douglas, CACES Fe (1992) "Networks shaping migration systems", in Kritz, Mary M et al. [ed.] (1992) *International Migration Systems – A Global Approach*, Claredon Press, Oxford: 150-176.

HALL, P. (1966) *The world cities*, New York, McGraw Hill.

HALTER, Marilyn (1993) *Between Race and Ethnicity. Cape Verdean American Immigrants, 1860-1965*, University of Illinois Press, Urbana and Chicago.

HARRIS, J., Todaro, M.P. (1970): "Migration, unemployment and development: a two sector analysis", *American Economic Review*, 60 (1): 126-142.

HANNERZ, Ulf (1996) *Transnational Connections: Culture, People, Places*, London, Routledge.

INSTITUTO DE APOIO AO EMIGRANTE (1997) *Breves apontamentos sobre a emigração cabo-verdiana*, IAPE, Praia.

JACKSON, John A. (1991) *Migrações*, Ed. Escher, Lisboa.

JESUS, Maria de Lourdes, (1996) *Racordai. Vengo da un'isola di Capo Verde / Sou de uma ilha de Cabo Verde*, illustrazioni di Maria Alice Fernandes, Roma, Sinnos.

JESUS, Maria de Lourdes (1989) "La Nostra Emigrazione in Italia", in CAPO VERDE, *Una Storia Lunga Dieci Isole*, D'Anselmi Editore: 85-88.

KANTER, Rosabeth M. (1995) *World Class: Thriving Locally in the Global Economy*. New York: Simon and Schuster.

KING, Russel, BLACK, Richard (1997) *Southern Europe and the new immigrations*, Sussex Academic Press, Brighton.

KING, Russel et al. [Ed.] (1999) *Eldorado or Fortress? Migration in Southern Europe*, McMillan Press, London.

KING, R. L., RYBACZUK K. (1993) "Southern Europe and the international division of labour: from emigration to immigration" en R. L. King (ed.) *The New Geography of European Migration*. London: Belhaven: 175-206.

KLOOSTERMAN, Robert C. (1998) "Migration in The Netherlands and the Emerging Post-Industrial Social Divide in Urban Areas", in OECD (1998) *Immigrants, Integration and Cities Exploring The Links*, Paris: 73-89.

KOZER, K. LUTZ, H. (1998) *The New Migration in Europe: Social Constructions and Social Realities*, Macmillan, London.

KUHN, Thomas (1962) *The Structures of the Scientific Revolutions*, Chicago, University of Chicago Press.

LAPLANTINE, F. (1999) *Je, Nous et les autres: Entre humain au-delà des appartenances*, Le Pommier-Fayard, Paris.

LOBBAN, Richard (1999) History of Cape verde, Oral presentation at the RIC Summer seminar, Providence.

LOBO, Isabel Sousa (1983) "Economia subterrânea: Conceitos, métodos e perspectivas", *Revista Planeamento*, 5 (2): 79-109.

LOPES, Baltazar (1947) *Chiquinho*, Claridade, São Vicente, Cabo Verde.

LÓPEZ, Josefa (1999) "Cabo Verde – O impacto da globalização no meu país", in El impacto de la globalización en el medio local (un panorama histórico y actual, visto por protagonistas locales de 13 países), Centro Internacional de Formación de la Organización Internacional del Trabajo, *DelNet Working Papers*, (2): 50-54.

LÓPEZ, Pedro et al. (1998) La segmentación laboral: hacia una tipología del ámbito productivo, *UAB Papers*, 55: 45-77.

MACDONALD J. S. e MACDONALD B. D. (1964) "Chain migration, ethnic neighbourhood formation and social networks", *Milbank memorial fund quarterly*, 42(1): 82-97.

MACHADO, Fernando Luís (1992) "Etnicidade em Portugal – contrastes e politização", *Sociologia – Problemas e Práticas*, (12): 123-136.

MACHADO, Fernando Luís, (1993) "Etnicidade em Portugal: O Grau Zero da Politização"; in Emigração / Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre *Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*, Ed. Fragmentos: 409-410.

MACHADO, Fernando Luís (1994) "Luso-Africanos em Portugal: nas margens da etnicidade", *Sociologia - Problemas e Práticas*, (16): 111-134.

MACHADO, Fernando Luís (1997) "Contornos e especificidades da imigração em Portugal", *Sociologia - Problemas e Práticas*, (24): 9-44.

MACHADO, Fernando Luís (1999) *Contrastes e Continuidades, Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Tese de doutoramento em Sociologia, ISCTE, Lisboa.

MACHADO, F. L.; PERISTA, H. (1997) "Femmes immigrés au Portugal: identités et différences» *Migrations Société*, (9)52: 91-103.

MACHADO, Deirdre Meintel (1978) *Cape Verdean-Americans: Their Cultural and Historical Background*, PhD Dissertation, Brown University.

MAFFIA, Marta (1993) "Los immigrantes caboverdeanos en la Argentina, una minoria invisible", in *Museo*, s.l., Universidad Nacional de la Plata: 40-46.

MAKINWA-ADEBUSOYE, Paulina (1992) "The West African Migration System", in Kritz, Mary M et al. [ed.] (1992) *International Migration Systems – A Global Approach*, Claredon Press, Oxford: 63-79.

MALGESINI, Graciela [comp.] (1998) *Cruzando Fronteras, migraciones en el sistema mundial,* Icaria, Barcelona.

MALHEIROS, Jorge M. (1996) Imigrantes na Região de Lisboa, *Os Anos da Mudança*, Ed. Colibri, Lisboa.

MALHEIROS, Jorge M., (2000) "Circulação migratória e estratégias de inserção local das comunidades católica goesa e ismaelita, Uma interpretação a partir de Lisboa" Lusotopie: 377-398.

MALHEIROS, Jorge M. (2001) *Arquipélagos migratórios: transnacionalismo e inovação*, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa (policopiado).

MARQUES, M. M. e SANTOS, T. (1997) "Redistributing platform or immigration society? Some tests and some hypotheses", *SociNova Working Papers*, 3.

MARQUES, M. M. et al. (1998) "Multicultural policies and modes of citizenship. Oeiras", *SociNova Working Papers,* 6.

MARQUES, M. M. et al. (2000) Ariadne's Thread: Capeverdean Women in Transnational Webs, Conference on Miigratiion and Devellopment—May 4-6, 2000, The The Center for enter for Migration and igration and Development evelopment, *Working Paper Series* 00-02-C, Princeton University.

MARQUES, José Carlos (1997) *A emigração portuguesa para a Suíça*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

MARQUES, José C., GÓIS, Pedro (2000) "Intertwined migrations: complementarity or substitution in the Labour Market: the portuguese case", paper presented to the "New Migrations, New Urbanities" *Workshop at the Fifth International Metropolis Conference*, Vancouver, BC, Canada, Nov. 13-17, 2000.

MARTES, Ana (1998) "Citizenship and Solidarity: The Construction of Identities among Brazilian Immigrants in Massachusetts", Paper presented at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association, Chicago, Illinois: 24-26.

MASSEY, Douglas (1987) Return to Aztlan: The Social Process of International Migration from Western Mexico, *University of California Press*, LA..

MASSEY, Douglas (1990) "Social Structures, Household strategies, and the cumulative causation of migration", *Population Index*, 56(1): 3-26.

MASSEY, Douglas S. et al. (1990) The social organization of migration, in Return to Aztlan –the social process of international migration from Western Mexico, Berkeley, *University of California Press*: 139171.

MASSEY, Douglas S. et al. (1993), "Theories on International Migration: A Review and Appraisal", *Population and Development Review*, (19): 431-466.

MATEOS, Natália (1997) Les ciutats i els immigrants: cinc casos de gestió municipal a Europa, Estudi fet per encàrrec del Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, Barcelona. (policopiado).

MEINTEL, Deidre (1984a) Emigração em Cabo Verde: solução ou problema?, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 2: 93-120.

MEINTEL, Deirdre (1984b) Race, Culture, and Portuguese Colonialism in Cabo Verde, New York: Maxwell School of Citizenship and Public Affairs, Syracuse University.

MEINTEL, Deidre (2002) "Cape Verdean transnationalism, Old and New", *Anthropologica*, XLIV: 25-42.

MENDOZA, Cristóbal (1997) "African employment in Iberian agriculture and construction: a crossborder comparative approach", Published as Occasional Paper No.47, Department of Geography, King's College London.

MENDOZA, Cristóbal (2001) "Cultural dimensions of African immigrants in Iberian Labour markets: a comparative approach", in KING, Russell (ed.) *The Mediterranean Passage. Migration and new cultural encounters in southern Europe*, Liverpool University Press, Liverpool: 40-65.

MICHON, François (1996) "Os debates sobre emprego e desemprego em França", *Cadernos de Ciências Sociais*, 17: 5-47.

MINGIONE, E. (1995) "Labour market segmentation and informal work in Southern Europe". *European Urban and Regional Studies*, 2: 121-143.

MONTEIRO, César Augusto (1997) *Comunidade Imigrada Visão Sociológica: O caso da Itália*, Mindelo.

MOROKVASIC, M. (1984) "Birds of Passage are also women" *Internatinal Migration Review*, (18) :886-907.

MORAWSKA, Eva (1990) "The sociology and historiography of immigration" in Virginia Yans McLaughlin (ed.), *Immigration Reconsidered: History, Sociology and Politics*. New York: Oxford University Press: 187-240.

OECD (1998) *Immigrants, Integration and Cities Exploring The Links*, Paris.

OSO, L.; CATARINO, C. (1997) "Les effets de la migration sur le statut des femmes: le cas des Dominicaines et des Marocaines à Madrid et des Cap-Verdiennes à Lisbonne", *Migrations Société*, (9)52: 115-130.

OSO, L.; CATARINO, C. (2000) "La inmigraciíon femenina en Madrid y Lisboa: hacia una etnización del servicio doméstico y de las empresas de limpieza", *Papers*, (60): 183-207.

PEIXOTO, João (1993), "Migrações e mobilidade: as novas formas da emigração portuguesa a partir de 1980", in M. B. Silva et al. (Org.), *Emigração / Imigração em Portugal*, Algés, Edit. Fragmentos, pp. 278-307.

PEIXOTO, João (1998) *As Migrações dos Quadros Altamente Qualificados em Portugal – Fluxos Migratórios Inter-Regionais e Internacionais e Mobilidade Intra-Organizacional*, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Universidade Técnica de Lisboa. (policopiado).

PARREÑAS, (2001) *Servants of Globalization: Women, Migration and Domestic Work*, Stanford University Press.

PEREIRA, Daniel (1998) "A Cultura caboverdiana no processo de integração das comunidades emigradas", *Cultura*, (2): 77-83.

PERROTA, (1988) *Emigrazione e cooperazione allo sviluppo. Il caso Capo Verde*, Lega Italiana per i diritti e la Liberazione dei Popoli, giugno, Roma.

PETRAS, Elisabeth (1981) "The global labor market in the modern world economy", in M. M. Kritz (et al.) *Global Trends in Migration, Center for Migration Studies*, New York;

PIMENTEL, Carolina (2002) *Comunidade cabo-verdiana em Itália: segundas gerações e abandono escolar*, s.l.. (policopiado).

PIMENTEL, Carolina (2001) *Cabo-verdianos em Milão e província: viagem no seio da comunidade dos cabo-verdianos em Milão e Província*, Milão. (policopiado).

PIORE, M. J. (1979) *Birds of Passage: Migrant Labour and Industrial Societies,* Cambridge: Cambridge University Press.

PIRES, Doris (1997) *Cabo-verdianos no mercado de trabalho, Lisboa e Roterdão, Erasmus University Rotterdam*, Tese de Licenciatura em Sociologia. (policopiado).

PIRES Rui P. (1993) "Immigration in Portugal: a typology", in Trindade M. B. (ed.) *Recent migration trends in Europe. Europe's new architecture,* IED e Universidade Aberta, Lisboa: 179-194;

PIRES, Rui Pena (1999) A imigração, in Bethencourt, Francisco and Chaudhuri (Dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. V, Lisbon: Círculo de Leitores, 197-211.

PIRES, Rui P. et al. (1984) *Os Retornados. Um Estudo Sociográfico,* Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED), Lisboa.

PISELLI, Fortunata (1997 "Il network sociale nell'analisi dei movimenti migratori", *Studi Emigrazione*, 125. Centro Studi Emigrazione, Roma.

PORTES, Alejandro, (1978) "Migration and Underdevelopment", *Politics & Society*, 8 (1): 1-48.

PORTES, Alejandro (1981) Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration, in KRITZ, M. et al. (eds.), *Global trends in migration*, New York, Center for Migration Studies: 179-197.

PORTES, Alejandro (1995) "Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview", in PORTES, Alejandro (ed.), *The economic sociology of immigration – essays on networks, ethnicity and entrepreneurship*, NY, Russell Sage Foundation: 1-41.

PORTES, A. (1995b) Transnational communities: their emergence and significance in thecontemporary world system, *Working Paper Series No.16*, Department of Sociology, The John Hopkins University.

PORTES, Alejandro (1997) "Immigration Theory for a New Century: Some Problems and Opportunities", *International Migration Review*, 31(4): 799-825.

PORTES, Alejandro (1997b) Globalization from Below: The Rise of Transnational Communities, *WPTC-98-01*, Princeton University.

PORTES, Alejandro (1999) *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Ed. Celta, Oeiras.

PORTES, A. (1999b). "Conclusion: towards a new world. The origin and effects of transnational activities", *Ethnic and Racial Studies*. 22(2): 463-477.

PORTES, A., GUARNIZO, L.E. e LANDOLT, P. (1999) "The study of transnationalism: pitfalls and promise of an emergent research field", *Ethnic and Racial Studies*, 22 (2): 217-37.

PORTES, A., WALTON J. (1981) *Labor, Class and the International System*, New York, Academic Press.

PORTES, Alejandro, CASTELLS, Manuel, BENTON, Lauren [ed.] (1989) *The Informal Economy. Studies in Advanced and Less Developed Countries*, the Johns Hopkins University Press, Baltimore and London.

PORTES, Alejandro, BENTON, Lauren, (1984) "Industrial Development and Labor Absorption: A Reinterpretation", *Population and Development Review*, (10) 4: 589-611.

PORTES, Alejandro, STEPICK, Alex, (1985) "Unwelcome Immigrants: The Labor Market Experiences of 1980 (Mariel) Cuban and Haitian Refugees in South Florida", *American Sociological Review*, (50): 493-514.

PORTES, Alejandro, SASSEN-KOOB, Saskia, (1987) "Making it Underground: Comparative Material on the Informal Sector in Western Market Economies", *American Journal of Sociology*: 31-61.

PORTES, Alejandro; BÖRÖCZ, J. (1989) "Contemporary Immigration:Theoretical Perspectives on its Determinants and Modes of Incorporation", *International Migration Review*, 23(3): 606-630.

PRIES, Ludger (ed.) (1999) *Migration and Transnational Social Spaces*. Aldershot: Ashgate

PRIES, Ludger (ed.) (2001) *New Transnational Social Spaces, International migration ans transnational companies in the early tenty-first century*. London, Routledge.

RAVENSTEIN, R. G. (1885) "The Laws of Migration", *Journal of the Royal Statistical Society*, 48: 167-227.

RAVENSTEIN, R. G. (1885b) "The Laws of Migration", *Journal of the Royal Statistical Society*, 52: 241-301.

REIS, José (2001) "A globalização como metáfora da perplexidade? Os processos geo-económicos e o «simples» funcionamento dos sistemas complexos", in SANTOS, B. S. (org.) *Globalização. Fatalidade ou Utopia?*, Afrontamento, Porto: 111-134.

REIS, Victor (2002) "Ilhas de Lusofonia", comunicação ao *VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*.

REIS, M. e NAVE, J. G. (1986) "Emigrating peasants and returning emigrants", *Sociologia Ruralis,* 26, 20-35.

REYNERI, Emilio (1996). *Sociologia del mercato del lavoro*, Bologna: Il Mulino.

REYNERI, Emilio (1998) Addressing the employment of migrants in an irregular situation: the case of italy, paper presented to the *Technical symposium on international migration and development*, The Hague, 29 June – 3 July 1998.

RIBEIRO, F. G. Cassola (1986) *Emigração Portuguesa. Aspectos Relevantes às Políticas Adoptadas no Domínio da Emigração Portuguesa, desde a Última Guerra Mundial: Contribuição para o seu Estudo*, Centro de Estudos, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Porto.

RICHMOND, Anthony H. (1988) *Immigration and ethnic conflict*, London, MacMillan Press.

RIBAS-MATEOS, Natalia (2001) Revising migratory contexts: the Mediterranean caravanserai", in KING, Russell (ed.) *The Mediterranean Passage. Migration and new cultural encounters in southern Europe,* Liverpool University Press, Liverpool: 22-40.

RODRIGUES, Maria João (1988) *O Sistema de Emprego em Portugal – Crises e Mutações*, D. Quixote, Lisboa.

RODRIGUES, Walter, (1989): Comunidade cabo-verdiana: marginalização e identidade, *Sociedade e Território*, (8): 96-103.

SAINT-MAURICE, Ana de (1993) "Cabo-verdianos residentes em Portugal – Imagens a preto e branco", in Maria Beatriz Nizza da Silva et al. (orgs.), *Emigração/Imigração em Portugal*, Fragmentos, Lisboa: 392-406.

SAINT-MAURICE, Ana de (1997) *Identidades Reconstruídas Cabo-verdianos em Portugal*, Celta Ed., Oeiras.

SAINT-MAURICE, Ana, PIRES, Rui (1989) "Descolonização e migrações. Os imigrantes dos PALOP em Portugal", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 10/11: 203-226.

SANCHÉZ, Gina (1998) "Between Kriolu and Merkanu: Capeverdean Diaspora Identities", *Cimboa*, 5 (5): 22-25.

SANTOS, Boaventura de Sousa [org.] (1993) *Portugal: um retrato singular*, Ed. Afrontamento/Centro de Estudos Sociais, Porto.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1996) "A Queda do Angelus Novus. Para além da equação moderna entre raízes e opções", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 45: 5-34.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2001) "Os Processos de Globalização", in SANTOS, B. S. (org.) Globalização. *Fatalidade ou Utopia?*, Afrontamento, Porto: 31-106.

SASAKI Elisa, ASSIS, Gláucia (2000) "Teorias das migrações internacionais" XII Encontro Nacional da ABEP 2000 *GT de Migração Sessão 3* – A migração internacional no final do século, Caxambu.

SASSEN, Saskia (1988) *The Mobility of Labour and Capital*, Cambridge, CUP.

SASSEN, Saskia (1991) *The Global City: New York*, London, Tokyo, Princeton, Princeton University Press.

SASSEN, Saskia (1994) *Cities in a World Economy,* Thousand Oaks, Pine Forge Press.

SASSEN, Saskia (1995) "Immigration and Local Labor Markets", in PORTES, Alejandro (ed.), *The economic sociology of immigration – essays on networks, ethnicity and entrepreneurship*, NY, Russell Sage Foundation, 1995.

SASSEN, Saskia (1996) "New employment regimes in cities: the impact on immigrant workers", *New Community*, 22 (4): 579-595.

SASSEN, Saskia (1997) "Place and Work in the Global Information Economy", *Metropolis First International Conference*, Milan, Italy.

SASSEN, Saskia (1998) "The De facto transnationalizing of immigration policy", in C. Joppke (org.) *Challenge to the Nation State: Immigration in Western Europe and the United States*, Oxford, Oxford University Press.

SASSEN, Saskia (1999) "Global Financial Centers", in *Foreign Affairs*, (78): 75-87.

SCOTT .J. (1991) *Social Network Analysis: A Handbook*. Sage Publications, London, (2 edition, 2000).

SHARF, Susan (1960) *Cape Verdians in Providence.* Honors Thesis. Brown University, Providence, Rhode Islans.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS, Relatório Estatístico, Vários anos.

SILVA, Filomena, BENCHIMOL, Maria Celeste (1999) "Situação em Cabo Verde" in Programa de Cooperación Sur-Sur sobre Desarrollo Socioeconómico Ambientalmente Adecuado en los Trópicos Húmedos documentos de trabajo nº 28, 1999 *"Reunión internacional para la promoción del desarrollo sostenible en los países africanos de lengua oficial portuguesa (palop) mediante la cooperación internacional"* de 17 a 22 de Maio de 1998, Sesimbra (Portugal): 76-83.

SMITH, Anthony (1991) *National Identity*, Penguim, London.

SMITH, Michael, GUARNIZO Luis (Eds.) (1998) Transnationalism From Below, Comparative *Urban and Community Research V6*, New Brunswick: Transaction Publishers.

SOLÉ, Carlota (1995) "Portugal and Spain: From Exporters to Importers of Labour", in Robin Cohen (ed.) *The Cambridge Survey of World Migration*, Cambridge University Press: 316-320.

STARK, Oded (1991) *The Migration of Labour*, Oxford, Blackwell.

STARK, Oded, BLOOM, David E (1985) "The economics of labour migration", *American Economic Review* (75): 173-178.

TAYLOR, E., J. (1999) "The new economics of labour migration and the role of remittances in the migration process", *International Migration*, 37: 63-88.

TILLY, C. (1990) Transplanted networks. in: YANS-MACLAUGHLIN, V. (ed.). *Immigration reconsidered: history, sociology and politics.* Oxford: Oxford University Press.

TILLY C. e BROWN C. H. (1967) "On uprooting kinship, and the auspices of migration", *Journal of comparative sociology*, 8(2): 141-164.

TYACK, David (1952) *Cape Verdians in the United States*, Honors thesis, Harvard University.

TODARO, Michael P. (1976) *Internal Migration in Developing Countries*, OIT, Genéve.

TODARO, Michael (1989) *Economic Development in the Third World*, New York: Longman.

TOHARIA, L. (2000): "El paro en España: ¿puede ser tan alto?", en *Revista Gallega de Empleo,* Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, (0): 77-103.

TOSI, António e LOMBARDI, Marco (1997) "Spatial concentration and mobility in Milan", paper presented to the *Second Metropolis Conference*, Copenhagen.

TRIGAL, Lorenzo López, PRIETO Sarro, Ignacio.(1993) "Portugueses y caboverdianos en España", Estudios Geográficos, (210): 75-96.

TRIGAL, L. Lopez (et al.) (1995) *La migración de portugueses en España*, Universidad de Leon, Leon.

TRIGAL, L. Lopez (et al.) (1996) "La migración portugaise en Espagne", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 12 (1): 109-119.

VAN OURS, J. VEENMAN, J. (1999) *The Netherlands; old emigrants-young immgrant country*.

VAN HEAR, Nicholas (1998) *New Diasporas*. The mass exodus, dispersal and regrouping of migrant communities, UCL Press, London.

VEIGA, Ubaldo Martínez (1997) *La integración social de los inmigrantes extranjeros en España*, Editorial Trotta, Madrid.

VENTURINI, Alessandra; VILLOSIO, Claudia (2002) "Are Immigrants Competing with Natives in the Italian Labour Market? The Employment Effect", *IZA Discussion Paper* (467), Bonn.

VERTOVEC, Steven (1999) "Conceiving and researching transnationalism", *Ethnic and Racial Studies*, 22(2): 447-462.

VERTOVEC, Steven (1999b) *Migration and social cohesion*, Cheltenham, Edward Elgar Publishers, Cheltenham.

VERTOVEC, S., COHEN, R. (eds.) (1999) Migration, Diasporas and Transnationalism, Edward Elgar Publishers, Cheltenham.

WALLERSTEIN, Emmanuel (1974) *The Modern World System*, Academic Press, New York.

WILS, Anna (1996) "PDE-Cape Verde: A sustems Study of Population, Development, and Environment", *Working Papers*, 96-9, International Institute for Applied Systems Analysis (IIASA), Laxenburg, Áustria.

ZOLBERG, A., (1983), "International Migration in Political Perspective", in Mary Kritz et al. (org.), *Global Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movement*, New York: C.M.S.

ZOLBERG, A., (1989), "The Next Wave: Migration Theory for a Changing World", *International Migration Review*, 23(3):403-430.

ZHOU, Y. e TSENG, Y.F. (2001) Regrounding 'ungrounded empires': localization as the geographical catalyst for transnationalism, *Global Networks,* 1 (2): 131-153.

Outros:

Centraal Bureau voor de Statistiek (www.cbs.nl)
Gemeente Rotterdam, (www.stadhuis.rotterdam.nl)
Instituto Desenvolvimento Inspecção das Condições Trabalho (www.idict.gov.pt)
Instituto Nacional de Estatísticas http://www.ine.pt
http://www.rassegna.it/2002/lavoro/articoli/donne-8marzo/colf2.htm
http://www.migrationinformation.org/Profiles/display.cfm?id=68http://www.click.vi.it/sistemieculture/berlatoVI.html http://www.caboverde.comhttp://www.eurispes.com/Eurispes/61/2_cap2.htm http://www.cestim.org/rassegna%20stampa/02/01/16/sanatoria_colf.htm
http://www.roma-intercultura.it
www.caritasroma.it/immigrazione
www.ismu.org
Jornal Público, vários números, vários anos.
Jornal Expresso, vários números, vários anos.
Revista Visão, vários números, vários anos.
Revista Grande Reportagem, vários números, vários anos.

acime

Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas